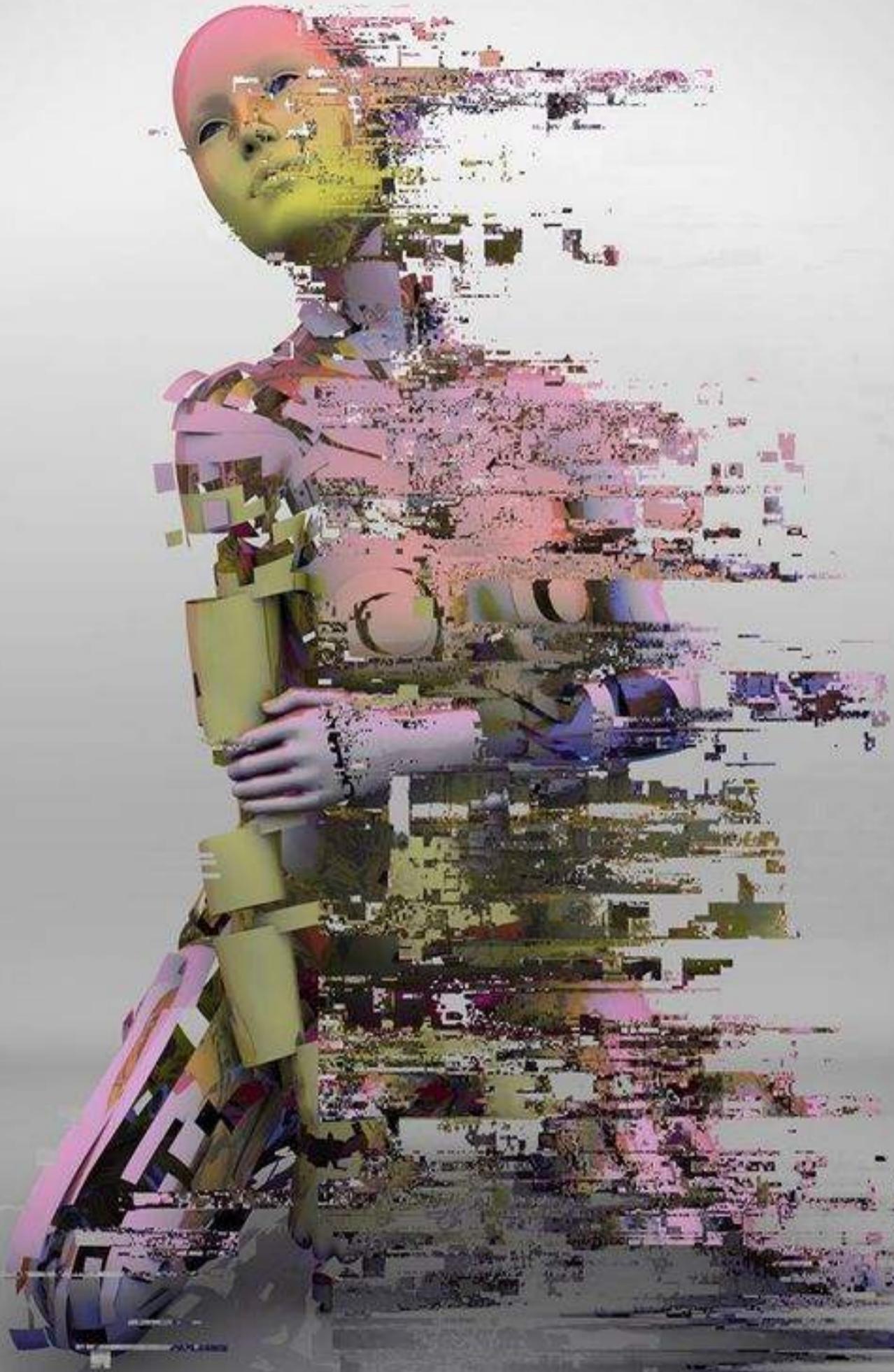




LETRA MAGNA



by Елена Романенкова · byondiroboru.ru/online

Estudos do Discurso

v.7 n.12 (2010)

SUMÁRIO

Funções discursivo-interacionais das expressões "assim", "tipo" e "tipo assim"

Karine Lôbo Castelano • Wânia Terezinha Ladeira

Dialogismo e valoração nos artigos de Lya Luft na Revista Veja

Salete Valer

A tecnologia no ensino de línguas: Do século XVI ao XXI

Claudio de Paiva Franco

Capitulina e Madalena

Patrícia de Souza Rodrigues

Centering the other: Making the native visible

Majed Hamed Aladaylah

Literatura e linguagem

Renato Suttana

Cronotopos, esfera e autoria no gênero notícia impressa

Rodrigo Acosta Pereira

A compreensão responsiva ativa no gênero do discurso dramatização

Neilton Farias Lins • Maria Francisca Oliveira Santos

Questões discursivas na construção de *corpora* para estudos diacrônicos: Análise de cartas

Juliana Bertucci Barbosa

A metadiscursividade na mudança de *footing*

Bruna Wysocki

Glossanet: Elaboração de materiais de língua espanhola

Cristiane Magalhães Bissaco

Enciclopédia vs. Wikipédia: Igualdade na diversidade?

Flávio Martins da Silva • Cláudia Almeida Rodrigues Murta • Márcia Luiza de Abreu

A construção histórico-social de uma comunidade como forma de compreensão de suas peculiaridades linguísticas: O caso da comunidade do Rio Pardo em Itapetinga, BA

Lúcia Gracia Ferreira • Jorge Augusto Alves da Silva • Maria das Graças Porto Pires

Um estudo do gênero crônica: Perspectivas pedagógicas

José Fernando Cursino • Rosália Maria Netto Prados

SUMÁRIO

Da terra lusitana à brasileira: Um estudo da língua nacional que salta à leitura de *Macunaíma*

Thaís Cristina Vitale

The cases of the reception of political speeches and discourses in online journals

Fee-Alexandra Haase

O papel da memória na construção de histórias por crianças

Priscila Peixinho Fiorindo

Formações discursivas e ideológicas em *Lembrança*, Luiz Vilela

Evanice Ramos Lima Barreto

Organização textual: Uma abordagem comunicativa

Waldivia Maria de Jesus

Cultura católica e patriarcalismo: Uma visão de *Boitempo*, Carlos Drummond de Andrade

Jordana Cristina Silva Gonçalves • Luís André Nepomuceno

Norma linguística e realidade sócio-histórica do Português popular do Brasil

Geisa Borges da Costa

O trabalho com textos na sala de aula

Jauranice Rodrigues Cavalcanti

A representação de si no discurso: Educação a Distância (EaD) e inclusão de professores

Giovana Cristina da Silva

Uma perspectiva dialética de constituição da referenciação

Marinalva Vieira Barbosa

Ilha de Santa Catarina rodeada por róticos

Ana Kelly Borba da Silva-Brustolin

A atualização e contextualização do mito do semi-deus na publicidade de calçados esportivos

Márcio Coelho

The linguistic representation of economical breakdowns in the mass media language

Fee-Alexandra Haase

Spatio-temporal dislocation int the *French Lieutenant's Woman* by John Fowles

Mohammad Abdullah Matarneh

O *Sonho de um Homem Ridículo* de Dostoiévski e a questão da temporalidade

Izaura da Silva Cabral

Entrevista com Salvador Pons Bordería

Giovanna Wrubel Brants

Resenha de *Formas de tratamento no Português brasileiro*, Artarxerxes Modesto (2009)

Jânia Ramos

FUNÇÕES DISCURSIVO-INTERACIONAIS DAS EXPRESSÕES “ASSIM”, “TIPO” E “TIPO ASSIM” EM NARRATIVAS ORAIS

Karine Lôbo Castelano¹
Wânia Terezinha Ladeira²

RESUMO: O presente trabalho teve por propósito investigar o uso das partículas expressivas “assim”, “tipo” e “tipo assim” em narrativas orais, mostrando as funções discursivo-interacionais que estas exercem em determinados contextos. Para atingir tal objetivo, utilizou-se o método da Análise da Conversa, cujo procedimento principal é a gravação em áudio e a transcrição de dados da interação. Os resultados indicaram que tais expressões exerceram diversas funções. A função mais utilizada, por sua vez, foi a dos marcadores conversacionais com três diferentes finalidades: marcar sequenciamento narrativo, inserir sequências explicativas e marcar hesitação. Por outro lado, as funções menos observadas foram as de enquadres e inserção de discurso relatado, realizadas por anguladores e por elementos coesivos. A partir dessa pesquisa, pôde-se concluir que a utilização das expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim” está associada à busca de um maior grau de compreensão entre os interlocutores de um discurso oral.

PALAVRAS-CHAVE: Análise da Conversa; funções discursivo-interacionais; marcadores conversacionais.

ABSTRACT: *This work was proposed to investigate the use of particles expressive "so", "type" and "like so" in oral narratives, showing the discursive-interactive functions they perform in certain contexts. To achieve this goal, we used the Analysis of Conversation, the main procedure is the audio recording and transcription of data interaction. The results indicated that such expressions have had different functions. The most used function, in turn, was conversational markers with three different purposes: to mark narrative sequencing, insert sequences and explanatory mark hesitation. Moreover, the functions observed were less framing and insertion of reported speech, carried by hedges and cohesive elements. From this research, we concluded that the use of the terms "so", "type" and "like so" is associated with a search for greater understanding between speakers of a spoken word.*

KEYWORDS: *Analysis of Conversation; discursive-interactive functions; markers conversational.*

1. Introdução

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

² Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O pensamento contemporâneo sobre a linguagem inseriu-se apenas no século XIX, com a linguística comparativa. Neste período, foram fundamentais as teorias desenvolvidas pelo alemão Wilhelm von Humboldt, que foi o precursor do estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure. Ainda neste século, o movimento dos neogramáticos atribuiu à Linguística Histórica um estilo mais científico e preciso.

No século XX, os trabalhos de Noam Chomsky foram fundamentais para dar uma nova direção aos estudos linguísticos. A teoria chomskyana passou a considerar o conhecimento a respeito das línguas como um conjunto de regras gramaticais, que constituem a competência linguística dos falantes.

Mais recentemente, os estudos linguísticos se distanciaram da noção de competência linguística de Chomsky e incorporam a noção de competência comunicativa, de modo que a preocupação se concentra no uso e funcionamento da língua. Já que, é através da linguagem que os seres humanos interagem, criando estratégias de comunicação verbal e não-verbal cujo objetivo é se fazer entender.

Seguindo um viés descritivo baseado em Marcuschi (1986), Koch (2000), Fávero (2005), dentre outros autores, esta pesquisa busca trazer contribuições para a compreensão dos benefícios e restrições do uso das expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim” na oralidade; não importando o ponto de vista conservador de gramáticos tradicionais, mas o papel de tais palavras no processo de comunicação.

Este estudo justificou-se pelo uso cada vez mais comum das expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim” na oralidade da Língua Portuguesa, funcionando como prática social no cotidiano dos brasileiros. Estas expressões são faladas a todo tempo pelos falantes de forma natural e eficaz, podendo ser utilizadas para diversos fins, inclusive explicitar conceitos difíceis de serem expressos em poucas palavras.

Para tanto, foi utilizado o método da Análise da Conversa (AC), cujo procedimento principal é a gravação em áudio e a transcrição de dados da interação em análise. Neste trabalho, optou-se por fazer apenas a gravação de conversações espontâneas realizadas em ambiente informal e transmitidas face a face por estudantes da Universidade Federal de Viçosa (situada no município de Viçosa, em Minas Gerais).

Além dessa introdução, o trabalho possui mais quatro seções principais. Na seção seguinte, por meio de uma revisão teórica, será apresentada uma breve análise a respeito das teorias da AC e da Linguística Textual relacionadas ao assunto em questão, assim como a metodologia que foi empregada para alcançar os objetivos. Por fim, são apresentados os resultados e a discussão da análise dos dados bem como algumas considerações finais.

2. Revisão de bibliografia

Através da comunicação, os seres humanos interagem socialmente por meio de uma língua, das mais variadas formas e com as mais variadas finalidades e resultados. Trata-se de uma troca de enunciados, que são inesperados, na maioria dos casos, pois mudarão de acordo com as atitudes, motivações e valores do interlocutor. Koch (2000) aponta para dois fatores que dão ao falante as condições indispensáveis para que o ouvinte alcance seu objetivo: capacidade de perceber qual é o objetivo ao qual foi submetido e concordar em demonstrar sua reação ao falante. Sendo assim, este precisa desempenhar exercícios linguístico-cognitivos para que seu ouvinte compreenda e seja estimulado na conversação. Segundo a autora, depende do ouvinte constituir relações dos diferentes tipos de contextos para que haja compreensão e interpretação adequada e satisfatória em relação à situação. A conversação cotidiana, por exemplo, tem como principal característica ter um número restrito de participantes, com papéis indefinidos e com os mesmos direitos e deveres de participação, tendo como objetivo específico o simples prazer de conversar.

Sob o ponto de vista da Linguística, da Sociologia e da Antropologia, Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson iniciaram os seus estudos sistemáticos a respeito da conversa. A influência da Linguística ocorre porque a AC parte do pressuposto de que a língua é um sistema que fabrica significados bem estruturados durante a comunicação entre os indivíduos. Por sua vez, a influência da Sociologia ocorre pelo fato de a AC acreditar na interação como forma de ação social.

A AC preocupa-se com os eventos de fala na interação cotidiana e em produções institucionais, por meio do uso da linguagem a partir de palavras, frases, marcadores

conversacionais (MC's) - como “né” e “aí” - e recursos não-verbais, como as pausas, os risos e os gestos.

No que diz respeito aos MC's, estes se caracterizam como tal por introduzirem períodos ou parágrafos que se relacionam com outro que lhes precede normalmente, fornecendo pistas para os interlocutores no texto falado. Para a AC, as unidades sintáticas aplicadas tanto para a língua escrita quanto para a língua falada, não são as mesmas. Por isso, segundo Marcuschi (1986) é preciso obedecer a certos princípios comunicativos. Deste modo, são inúmeras as funções que lhes podem ser atribuídas como, por exemplo: ligações entre unidades comunicativas, orientadores discursivos, preenchimento de pausas, entre outras.

Segundo Marcuschi (1986), no que se refere às funções conversacionais, esses marcadores podem ser analisados sob os seguintes aspectos: i) *sinais produzidos pelo falante*, que servem para sustentar o turno, preencher pausas, dar tempo à organização do pensamento, explicitar intenções, indicar o início e o final de uma asserção, dúvida ou indagação, etc; e ii) *sinais produzidos pelo ouvinte*, que servem para orientar e monitorar o falante. Estes sinais marcam a posição pessoal do ouvinte, encorajando-o, desencorajando-o, ou solicitando alguma informação a mais.

A partir desses aspectos, percebe-se que os MC's servem como elementos verbais, prosódicos (ou supra-segmentais) - como entonação, pausas, alongamentos de vogais - e não-linguísticos (ou paralinguístico) - como o riso e a gesticulação -, exercendo inúmeras funções na oralidade, principalmente na interação face a face.

De acordo com Marcuschi (1986) e Fávero (2005) acreditam que os marcadores são “específicos” e, além de terem função conversacional, apresentam também função sintática. São, pois, elementos que mantêm a relação entre ideias expressas nos períodos e enquadres distintos, garantindo a coesão entre eles. Fávero (2005) acrescenta ainda que

Considerando as funções e argumentativas dos marcadores conversacionais, verificamos que esses elementos desempenham papel de especificadores, coordenadores, subordinadores, entre outros. Por meio desses marcadores, podem-se explicar os deslocamentos referenciais

locais ou globais com a função de conduzir e orientar as atividades do locutor e do seu interlocutor (FÁVERO, 2005, p. 47).

Com isso, a autora afirma que os MC's sustentam o tópico e fazem com que os interlocutores ajudem uns aos outros, tornando a interação mais envolvente e dando continuidade ao assunto. Confirmando tais evidências, Marcuschi (1986) argumenta que:

Os recursos verbais que operam como marcadores formam uma classe de palavras ou expressões altamente estereotipadas, de grande ocorrência e recorrência. Não contribuem propriamente com informações novas para o desenvolvimento do tópico, mas situam-no no contexto geral, particular ou pessoal da conversação (MARCUSCHI, 1986, p. 62).

Além dos estudos das expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim” baseados na AC, serão apresentados outros dois tipos de abordagens a respeito dessas partículas expressivas estudadas por diferentes tradições da Análise do Discurso, como será explicado nas próximas subseções.

2.1. Anguladores

Os estudos sobre anguladores (ou *hedges*) foram investigados inicialmente por Lakoff (1972)³. O interesse do linguista não era a respeito do valor comunicativo do emprego de anguladores, mas sim das propriedades lógicas de palavras e sintagmas que, segundo o autor, possuíam significados imprecisos.

Almeida (1999) caracteriza os anguladores como construções gramaticais que formam uma categoria funcional híbrida, realizada por elementos originários de diversas classes lexicais, tais como: adjetivos, advérbios, locuções prepositivas e adverbiais.

³ LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts, **Papers from the Eighth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**, 1972, p. 183-228.

Ao investigar o funcionamento dos anguladores, Almeida (1999, p. 135) relata que um ponto em comum a todos eles é o fato de “serem sempre recurso para o falante exprimir sua opinião sobre o que está proferindo”. No português brasileiro, são exemplos de anguladores: “uma forma de”, “um tipo de”, “praticamente”, “de um modo geral”, “estritamente falando”, “de certa maneira”, “em certos aspectos”, etc. Alguns outros exemplos de modalizadores poderão ser observados na análise de dados.

Quanto à motivação para empregar anguladores, as pesquisas têm se embasado na oralidade, sendo a função de atender a regras sociais de polidez a principal explicação para o uso de anguladores no discurso. Tendo isso em vista, o emprego desses anguladores é de grande importância na interação face a face, pois pode ser motivado, por exemplo, pelo receio de que, após sua enunciação, o interlocutor perceba que sua fala foi equivocada. Deste modo, se ele não tem certeza sobre o conteúdo da sentença, pode preferir deixar um grau de imprecisão ou apenas suavizar seu comprometimento em relação à veracidade do que foi dito, assim, seu equívoco seria esclarecido facilmente.

2.2. Modalizadores

A perspectiva da Linguística Funcional leva em consideração toda a situação comunicativa: o propósito do evento da fala, seus participantes e o contexto discursivo. Para haver o ato comunicativo é preciso que ocorra uma troca entre os falantes dentre outros fatores importantes para a interação como, por exemplo, a força da situação de comunicação e as imagens que o falante desenvolve do ouvinte.

O estudo funcionalista de uma língua tem dois objetivos: i) o interesse de verificar como se alcança a comunicação; e ii) como os interlocutores utilizam a língua para que esta seja eficiente. O importante, portanto, é a chamada competência comunicativa.

Em relação aos modalizadores nos enunciados, Neves (2006) afirma que não se pode imaginar que um falante possa deixar de marcar seu enunciado com a sua própria opinião em relação ao conteúdo falado. Para a autora, os modalizadores revelam uma possível intenção do falante ao ouvinte.

No entanto, é importante que se leve em consideração o contexto para que se faça uma análise linguística das modalizações. O uso dos modalizadores num enunciado sugere uma escolha linguística por parte do sujeito, não de forma aleatória, mas como um recurso argumentativo, cuja finalidade é propriamente discursiva.

Segundo Neves (1996)⁴ *apud* Neves (2006), há uma série de maneiras pelas quais a modalidade pode ser expressa: i) por um advérbio; ii) por um adjetivo de carácter predicativo; iii) por um substantivo; iv) pelas próprias classes gramaticais do verbo da predicação; e v) por um verbo modal ou de significação plena.

Com relação a esta categorização, foi mais significativa para esta pesquisa a observação da primeira categoria. O advérbio é marcado por um número vasto de elementos e se adapta às intenções comunicativas do discurso, por isso, é importante observar que a modalidade se constitui como um recurso de expressão de valores, atitudes e emoções do locutor.

3. Metodologia

A presente pesquisa procurou realizar a análise do uso das partículas “assim”, “tipo” e “tipo assim” dentro de um contexto de quatro narrativas orais, caracterizando-se, portanto, como um *corpus* qualitativo. Foi utilizada a gravação de conversações espontâneas realizadas em ambiente informal e transmitidas face a face por estudantes universitários. A partir das gravações em áudio, foram feitas as transcrições dos textos orais com base na tabela de transcrições de Sacks *et al.* (1974).

Foram utilizadas transcrições de quatro narrativas de estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) com idade entre 19 e 27 anos. Devido à grande ocorrência das expressões estudadas na conversação informal, optou-se por instigar os participantes a relatarem um fato aleatório de seu cotidiano.

De acordo com Fávero (2005), um evento comunicativo constitui-se de certos aspectos significativos. Nesta perspectiva e tendo em vista que a seleção dos elementos interfere nas

⁴ NEVES, M. H. de M. (1996a). **Estudo da estrutura argumental dos Nomes**. In: M. Kato (Org. 1996. p. 119-154).

condições de produção da enunciação e determina a exclusividade do evento discursivo, os participantes das narrativas contidas nesta pesquisa foram escolhidos de acordo com os seguintes aspectos:

- situação discursiva: informal;
- evento de fala: casual;
- tópico evento: casual (escolhido pelos narradores);
- objetivo do evento: nenhum;
- grau de preparo necessário para efetivação do evento: nenhum;
- participantes: estudantes de graduação e pós-graduação;
- relação entre os participantes: amigos ou parentes; e
- canal utilizado para a realização do evento: face a face.

A análise das narrativas produzidas pelos estudantes permitiu encontrar acontecimentos sociais altamente organizados. A primeira transcrição feita foi nomeada como “caso dos irmãos”, já que consiste no relato de uma discussão ocorrida entre dois irmãos durante uma noite. A segunda transcrição foi sobre o “caso do acidente”, onde o narrador relatou todo o sofrimento da família que se acidentou e seu trágico desfecho. No “caso da tatuagem”, o narrador contou o que aconteceu quando seus familiares ficaram sabendo a respeito dele ter feito uma tatuagem sem falar com ninguém. A quarta e última transcrição, o “caso da queda”, narra um acontecimento pelo qual o participante passou no ensaio de sua banda, quando este caiu da cadeira na frente de uma garota.

4. Resultados e discussão

Pôde-se perceber, através da análise, que as expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim” atuam diretamente no que diz respeito à organização da fala. Desta maneira, as propostas de Marcuschi (1986), Almeida (1999) e Neves (2006) foram adotadas como base para identificar as funções desempenhadas pelas partículas em estudo (Tabela 1) dentro do *corpus*. As cinco funções comunicativas identificadas nas narrativas orais analisadas foram realizadas por três categorias de elementos caracterizados pela Pragmática, pela Linguística Textual e pela Análise

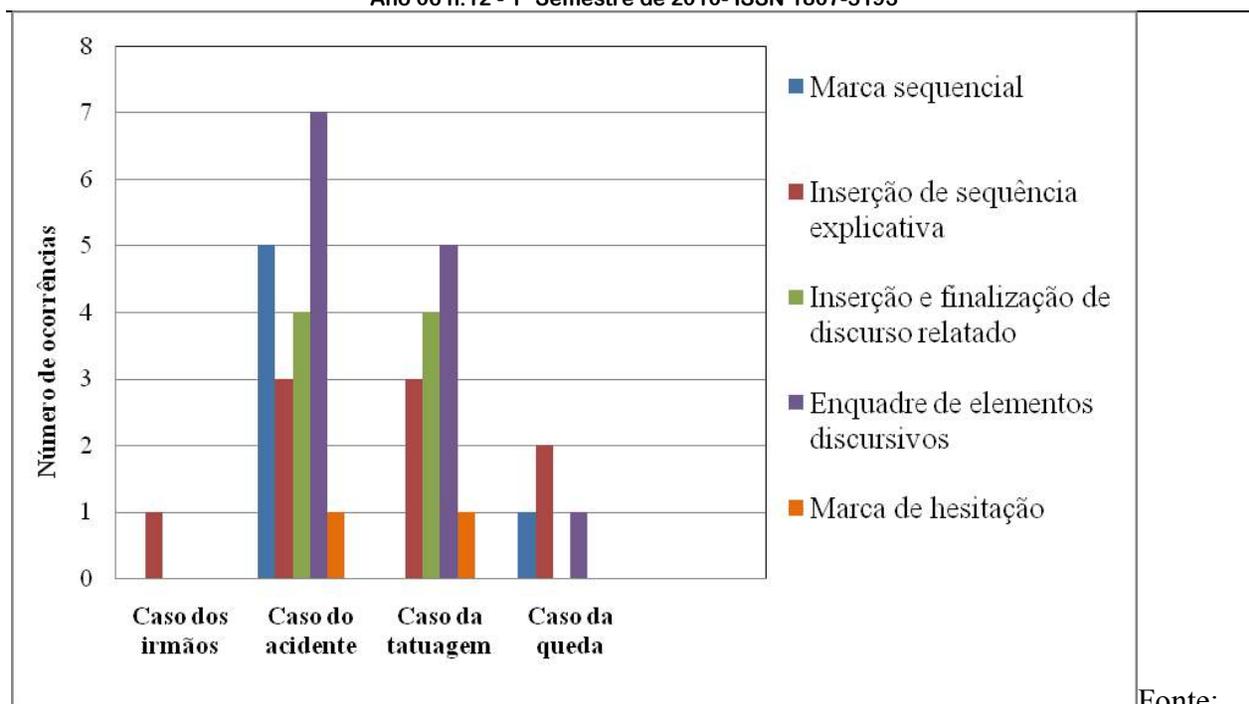
da Conversa, a saber: marcadores conversacionais, anguladores e elementos coesivos. Esses três elementos são diferentes, mas conservam entre si fronteiras tênues e interseções muitas vezes difíceis de ser delimitadas com precisão.

Tabela 1 – Ocorrências e Funções das expressões

Função comunicativa	Ocorrências			
	Caso dos irmãos	Caso do acidente	Caso da tatuagem	Caso da queda
Marca sequencial		X		X
Inserção de sequência explicativa	X	X	X	X
Inserção e finalização de discurso relatado		X	X	
Enquadre de elementos discursivos		X	X	X
Marca de hesitação		X	X	

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme os dados da Tabela 1, pôde-se observar que as expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim”, na maioria dos casos, exerceram todas as funções categorizadas. Porém, no “Caso dos irmãos”, houve apenas a ocorrência da expressão como marcador com a função de inserir sequência explicativa.



dados da pesquisa.

Figura 1 – Número de ocorrências das expressões.

De acordo com os dados da Figura 1, a função mais utilizada das partículas em estudo, considerando todos os casos analisados, foi a de enquadre de elementos discursivos (angulador). No “Caso do acidente”, por exemplo, essa função foi empregada 7 (sete) vezes. Por outro lado, a função menos observada foi a de marca de hesitação, totalizando apenas 2 (duas) ocorrências. Além disso, notou-se a ocorrência do marcador que insere sequência explicativa em todas as narrativas.

Marcuschi (1986), em seus estudos sobre os MC’s, propõe a categorização destes em dois grupos: sinais produzidos pelos falantes, e sinais produzidos pelo ouvinte, como já apresentado na revisão teórica. Entretanto, nesta pesquisa, as expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim” foram encontradas apenas no primeiro grupo.

Nas subseções seguintes, as ocorrências serão explicadas individualmente, com, no mínimo, um exemplo de cada. O critério escolhido para a categorização das expressões foi a

observação das funções pragmáticas ou comunicativas no contexto das sequências discursivas e o comportamento sintático das mesmas.

4.1. Marca sequencial

Os marcadores sequenciais têm a função de fazer com que a interação prospere sem que haja necessidade de retomada de itens, sentenças ou estruturas. No segmento abaixo há exemplos de duas das expressões estudadas desempenhando tal função pragmática:

Caso do acidente:

*a gente estava.. indo pra lá **assim**... aí.. meu pai, recebeu um telefonema no carnaval **assim**.. aí.. o: cara falando com ele = é porque assim.. meu pai conhece.. é: um monte de gente lá em-em Matipó.. e a maioria das pessoas lá que ele conhece é por causa.. /a: por causa das vacas lá/... aí.. é:: ligou um cara lá que era dono de uma casa de ração.. [...] ele sofreu o acidente perto do sítio lá onde a gente mora.. aí >**tipo assim**<.. aí ele ligou pro meu pai.. achando que meu pai ia estar lá perto, né?..*

Nesse trecho, o narrador utilizou 2 (duas) vezes a partícula “assim” antes do marcador “aí”, concorrendo com o mesmo. As duas expressões não possuem função sintática na estrutura oracional e foram utilizadas a fim de preencher uma pausa. Possuem, portanto, os traços definidores de marcadores conversacionais propostos por Risso *et al.* (2006).

A primeira ocorrência aconteceu quando o narrador disse que estava indo pra algum lugar e, em seguida, utilizando o MC, completou a frase dizendo que também havia recebido um telefonema. Já a segunda, ocorreu após o narrador dizer que um homem ligou para seu pai no carnaval. Ainda nesse segmento, o narrador utilizou o marcador “tipo assim”, concorrendo e completando o marcador sequencial “aí”, pois colabora para que o narrador tenha mais tempo para planejar o seu discurso.

Outra questão observada foi que as informações que vieram depois deste elemento coesivo sequenciador retomaram o que foi dito antes, ou seja, o episódio do telefonema. Segundo

Risso (2006, p. 427), esses elementos fazem parte, portanto, do “conjunto de palavras ou locuções envolvidos no amarramento textual das porções de informações progressivamente liberadas ao longo do evento comunicativo”. Observou-se, então, o uso desse marcador como importante recurso linguístico para a organização da sequência narrativa.

4.2. Inserção de sequência explicativa

No segmento a seguir, o narrador utilizou o marcador “tipo assim” para articular uma explicação a respeito do que foi discorrido anteriormente:

Caso dos irmãos:

fui lá.. pra lavar vasilha... /rapidinho/ fui.. fui lá lavar vasilha.. aí de repente chega uma pessoa gritando...

“(eu tenho hora pra acordar).. vê se isso é hora de lavar vasilha!”

*aí.. **tipo assim**.. se eu estivesse ficado.. sem lavar nada.. teria sido melhor, né?.. se eu tivesse ficado na minha lá.. porque a gente vai lavar leva xingo.. se eu não tivesse lavado não tinha levado xingo..*

O narrador concluiu que teria sido melhor não ter feito nada, explicando que, se ele não tivesse lavado as vasilhas, não teriam brigado com ele.

Pode-se notar que se trata de um MC, já que apresenta alguns dos mais importantes traços de marcadores definidores identificados por Risso *et al.* (2006), tais como: independência sintática em relação à estrutura oracional, pauta prosódica demarcativa e articulação dos segmentos do discurso. A diferença entre o marcador anterior (marca sequencial) e este é a respeito do tipo de informação que é articulada após o marcador. Na função comunicativa anterior, o MC encadeia sequências narrativas, já neste, ele articula uma explicação de um evento anterior.

Outra ocorrência observada foi a expressão “tipo assim” dentro de uma sequência explicativa:

Caso da tatuagem:

não é porque.. primeiro é porque eu ainda não tinha encontrado com ele.. e:: e também.. >tipo assim<.. eu ia falar depois mas.. eu tinha falado com a mãe primeiro e a mãe deve ter acabado falando com ele...

No trecho acima, o narrador deu sua explicação a respeito do fato de não ter contado sobre a tatuagem para seu pai e, antes de continuar, usou o marcador “tipo assim” a fim de proporcionar uma pausa para organização da fala. Desta forma, o narrador teve tempo para pensar em outras palavras para dizer a mesma coisa e, com isso, explicou melhor a pergunta da ouvinte.

Foi possível observar as pistas do contexto sequencial que contribuem para essa interpretação: a expressão “tipo assim” aparece logo após uma pergunta que exige como resposta uma explicação. Além disso, ela acompanha duas conjunções do tipo “porque”, identificadas pelos estudos gramaticais tradicionais como explicativas, e concorre com esses conectivos na função de articular um esclarecimento.

4.3. Inserção e finalização de discurso relatado

No segmento abaixo, há um exemplo da expressão “assim” que tem a função de introduzir um novo turno de relato de discurso:

Caso do acidente:

*nossa.. foi péssimo minha mãe contando hoje.. aí.. já tinha morrido um.. aí morreu essa no dia que meu pai chegou lá.. aí meu pai >falou **assim**<
 “oh:: vamos fazer então.. o que puder pela outra que sobreviveu..”*

Logo depois de usar a partícula “assim”, o narrador inseriu um discurso relatado. Trata-se de um elemento coesivo catafórico, uma vez que este se refere ao que é falado posteriormente.

No próximo segmento notou-se a mesma partícula e função pragmática, porém, a expressão foi utilizada para finalizar um discurso relatado.

Caso do acidente:

ai hoje eu fui perguntar notícia a minha mãe

“oh: Patrícia, já vou avisar de uma vez.. morreu todo mundo.. só sobrou o homem”..

*minha mãe falou **assim**, porque quando ela fala assim eu-eu seguro mais.*

Esta expressão funcionou como um elemento coesivo anafórico, já que foi utilizado para fazer referência ao que a mãe do narrador disse anteriormente. Essa função comunicativa do item lexical “assim” não é realizada por um MC e sim por um elemento coesivo que não se encontra dentro da categoria de marcador. Pôde-se observar que o “assim” é um advérbio e não apresenta os principais traços definidores apontados por Risso *et al.* (2006), tais como: exterioridade em relação ao conteúdo proposicional, independência sintática e articulação de tópicos do discurso.

4.4. Enquadre de elementos discursivos

Almeida (1999, p.135) propõe que “os anguladores sejam tratados como sub-categoria da Modalidade, que passa também a ser entendida como categoria radial”, de modo que a função pragmática desses elementos seria de enquadre ou reconceptualização. Tendo isso em vista, a partícula “assim” foi caracterizada como angulador, já que foi modificador de força ilocucionária no segmento abaixo:

Caso do acidente:

*ai ele sofreu o acidente estava ele, a esposa.. e >acho que< e os filhos du-duas filhas e um filho /um trem **assim**.. não sei quantos.. meninos e quantas meninas não/..*

A expressão “um trem assim” indicou imprecisão da informação dada, reduzindo sua força ilocucionária de asserção verdadeira. O narrador não tinha certeza a respeito da quantidade

de filhos do casal e, por esse motivo, utilizou a partícula “assim”, que enquadra a informação anterior como incerta. A expressão modalizadora “eu acho” pode servir como pista para indicar esse enquadre.

No segmento seguinte, observou-se a expressão “tipo” exercendo a mesma função de angulador:

Caso da queda:

*a.. tipo assim.. eu caí.. aí.. olhei pra ela, ela estava atrás de mim.. mas só que.. não tive cer-.. e:u não tive certeza.. se ela:.. me viu caindo.. sabe?((risos)).. alguma coisa do **tipo**.. (risos)*

Através deste trecho, pôde-se perceber que o narrador utilizou a expressão “do tipo” para indicar um enquadre de imprecisão em relação à informação anterior.

4.5. Marca de hesitação

No que se refere ao marcador com função de preencher uma dúvida, foi encontrado o seguinte exemplo:

Caso do acidente:

*aí uma de-delas morreu.. aí a gente foi começou a olhar os papéis, pra poder.. a:: pra-pra **tipo**.. despachar o corpo, né? liberar o corpo.. aí.. é::*

Fávero (2005) caracteriza este marcador como prosódico. Ao usar a expressão “tipo” para proporcionar uma pausa na conversação e preencher uma hesitação, o narrador teve tempo para organizar o pensamento no momento da fala e escolher a palavra mais adequada, no caso, “despachar” ou “liberar”. Algumas pistas no texto nos fizeram classificar a partícula “tipo” como expressão usada para marcar hesitação: o alongamento da vogal “a::”, a repetição do item funcional “pra-pra” e a pausa (MARCUSCHI, 2006). Essa hesitação caracteriza uma fonte de problema que resulta no auto-reparo e na substituição do verbo “despachar” por “liberar”.

5. Considerações finais

O presente trabalho buscou investigar o uso dessas partículas expressivas em narrativas orais, mostrando as suas diversas funções discursivo-interacionais na sequencialidade da conversa. A partir dos dados do *corpus* analisado, observou-se que as partículas “assim”, “tipo” e “tipo assim” assumiram as seguintes funções comunicativas: i) marca sequencial; ii) inserção e finalização de discurso relatado; iii) enquadre de elementos discursivos; iv) marca de hesitação; e v) marca que insere sequência explicativa.

Sendo assim, os resultados indicaram que as expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim”, na maioria dos casos, exerceram todas as funções categorizadas. Porém, no “Caso dos irmãos”, houve apenas a ocorrência da expressão como marcador com a função de inserir sequência explicativa.

A função mais utilizada das partículas em estudo, considerando todos os casos analisados, foi a de enquadre de elementos discursivos (angulador). No “Caso do acidente”, por exemplo, essa função foi empregada 7 (sete) vezes. Por outro lado, a função menos observada foi a de marca de hesitação.

A partir da pesquisa, pôde-se concluir que a utilização das expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim” está associada à busca de um maior grau de compreensão entre os interlocutores de um discurso.

O estudo dessas expressões é um campo em expansão, pois, ao longo dos anos, elas podem perder ou ganhar importância na oralidade. Portanto, pesquisas que vislumbrem a análise dessas partículas, podem contribuir para o avanço das questões relacionadas à descrição da língua em situações de uso efetivo. Mais especificamente, pode-se pesquisar, por exemplo, o uso dos marcadores “assim”, “tipo” e “tipo assim” num contexto social, diferenciando seu uso entre faixas etárias, regiões do País e até mesmo entre níveis educacionais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. L. L. de. Processo de Mesclagem em Anguladores no Português do Brasil.

Veredas: revista de estudos lingüísticos. Juiz de Fora, v.3, n.1, p.129-142, 1999.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O. e AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005. 126p.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000. 115p.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação.** São Paulo: Ática, 1986. 94p.

MARCUSCHI, L. A. Hesitação. In: JUBRAN, C.C.A.S.; KOCH, I.G.V. **Gramática do Português Falado.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p. 48-71.

NEVES, M. H. de M. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. **Texto e Gramática.** São Paulo: Contexto, 2006. p.151-221.

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S. & KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p.427-496.

RISSO, M.S.; SILVA, G.M.O.; URBANO, H. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C.C.A. & KOCH, I.G.V. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil.** Campinas: ed. da UNICAMP, 2006. p.403-427.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, n.50, p.696-735, 1974.

DIALOGISMO E VALORAÇÃO NOS ARTIGOS DE LYA LUFT NA REVISTA *VEJA*

Salete Valer (UFSC/PGLg)

RESUMO: Este artigo inserido nos pressupostos teóricos da ADD de Bakhtin tem por objetivo apresentar algumas características da esfera social do jornalismo; discutir as inter-relações entre discurso, enunciado e gênero. Com base nesses conceitos, analisar alguns textos de Lya Luft, observando-os no que diz respeito ao dialogismo e valoração e como esses aspectos se materializam no gênero “artigo de opinião”.

Palavras-chave: Dialogismo. Valoração. Artigo de opinião.

ABSTRACT: *The present paper base don Bakhtin' theory of Dialogical Discourse Analysis aims at presenting out some features from journalism social sphere as well as discussing the dialogues among discourse, utterance and genre. Throughout these concepts, the research also seeks for analyze Lya Luft's texts concerning dialogism and appraisal materialized in the genre article written by this author in Veja Brazilian magazine.*

Key-words: *dialogism; appraisal; magazine article.*

1 Introdução

Agimos na nossa vida social por meio de discurso(s), que não apenas regularizam nossas práticas interativas, como também as significam. A interação, nas diversas esferas da atividade humana, produz (e ao mesmo tempo é produzida) por textos típicos que configuram eventos sociais e se materializam na forma de gêneros do discurso.

Pesquisas atuais em Linguística e em Linguística Aplicada têm apresentado diversas discussões a respeito da constituição e do funcionamento dos diversos gêneros que medeiam nossas interações. Dentre essas diversas pesquisas, diferentes abordagens de investigação são desenvolvidas (ver, por exemplo, MARCUSCHI, 2008; ACOSTA-PEREIRA & RODRIGUES, 2009). Nesta pesquisa, baseamos nosso estudo nas postulações da Análise Dialógica de Discurso

(ADD), retomando teorizações de Bakhtin (2003, 2006) e revisitando pesquisadores dessa área (BRAIT, 2006; FARACO, 2007; RODRIGUES, 2001; 2005; ROJO, 2005).

Sob essa perspectiva, objetivamos ao longo deste artigo: a) apresentar algumas características da esfera social do jornalismo; b) discutir as inter-relações entre discurso, enunciado e gênero; c) explanar brevemente sobre os conceitos de dialogismo e valoração, e com esses se constituem no discurso de Lya Luft e d) apresentar considerações finais sobre a discussão apresentada.

O artigo se organiza na seguinte forma: primeiramente, na introdução, apresentamos a temática e os objetivos da pesquisa, bem como o referencial teórico. Na segunda seção, desenvolvemos o referencial teórico, tomando por base a ADD de Bakhtin. Na terceira seção, explicamos a metodologia de análise e, na quarta seção, os resultados da investigação. Por fim, propomos considerações finais.

2 Revisão de Literatura

Nesta seção faremos a revisão de estudos que fornecerá a base epistemológica para a posterior a análise do gênero *Artigo assinado* de Lya Luft. Dessa forma, iniciaremos (2.1) por algumas características da esfera social do jornalismo, tendo em vista ser essa a esfera social a que pertence o gênero em análise. Em (2.2), apresentaremos os conceitos de gênero, enunciado e discurso e, em (2.3), o conceito de autoria e responsabilidade enunciativa. Já em (2.4), trataremos dos conceitos de índices sociais de valor (a valoração).

2.1 A esfera social do jornalismo

As esferas tipificam as situações de interação, estabilizando relativamente os enunciados que nela circulam, originando gêneros do discurso específicos dessa esfera. Para Bakhtin (2003), as esferas sociais são apresentadas como princípio organizador dos gêneros. Rodrigues (2001)

retoma essa questão, afirmando que “cada esfera conhece e aplica seus próprios gêneros”. Além disso, Bakhtin (2006, p.43) postula que

As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala. Essas formas de interação verbal acham-se estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social.

A partir disso, compreendemos que cada esfera social apresenta uma orientação sócio-histórico-cultural para a realidade. Os gêneros do discurso, por conseguinte, não são diferentes a essas especificidades.

Com base nesses postulados, diversas pesquisas sobre a esfera do jornalismo, a partir da ADD, têm apontado as especificidades do campo jornalístico e sua projeção para os gêneros que nele se produzem e circulam.

Para Rodrigues (2001), a esfera social do jornalismo de jornal reflete nos seus diferentes momentos a situação social, constituindo-se como referências para interpretação dos diferentes discursos dessa esfera. Assim, para a autora, uma questão importante é compreender a especificidade da esfera jornalística no conjunto da atividade e da comunicação humanas, não apenas entendendo o entrecruzamento da esfera do jornalismo com outras esferas, como também a própria concepção de jornalismo.

Para Silva (2007; 2009), a esfera de jornalismo de revista, por sua vez, apresenta história e características singulares, diferentes do jornalismo de jornal. Dentre essas diferenças, a autora pontua questões sobre condições de produção, circulação, periodicidade e temporalidade. Por exemplo, diferente dos jornais, as revistas têm circulações semanais, quinzenais ou mensais e o tempo de veiculação e distribuição são maiores das notícias e de outros gêneros do jornal.¹

¹ É preciso lembrar-se das diferenças de constituição e de funcionamento não apenas das esferas de jornalismo de jornal e de revista, mas também dos gêneros que circulam nos campos das mídias virtual, radiofônica, televisiva e telefônicas (via SMS).

Assim, o chamado jornalismo de revista diferencia-se do jornalismo do jornal impresso e de outras mídias não apenas por aspectos sociais e históricos de produção, mas também por sua construção discursivo-textual, projeções ideológicas e recortes valorativos.

Acosta-Pereira (2008) pontua que os gêneros jornalísticos do jornal impresso são saturados por valorações instituídas de ideologias que estabilizam e significam as diversas situações sociais mediadas por esses gêneros. Assim, para o autor, o ato de apresentar fatos e acontecimentos acarreta um processo multifacetado de discursivização, ordenação, planejamento, construção e avaliação de informações mediadas pelo discurso. Com isso, podemos entender que esse processo implica que os discursos da esfera do jornalismo, em suas diferentes mídias e suportes, refletem e refratam construções do real, ou seja, não são os fatos tais como acontecem na realidade social, mas sim transposições axiologicamente refratadas desse real.

Mais especificamente no contexto de nossa pesquisa, isto é, o jornalismo da revista *Veja*, podemos retomar discussões de Scalzo (2004) e Silva (2007; 2009) sobre essa revista. Segundo os autores, a revista *Veja* teve sua primeira edição em agosto de 1968, inspirada no modelo americano de jornalismo e idealizada por Roberto Civita, filho do fundador do grupo Abril no Brasil.

Scalzo (2004) afirma que essa revista alcançou grande repercussão no Brasil, sendo considerada entre as quatro maiores revistas do mundo atrás somente das revistas norte-americanas *Time*, *Newsweek* e *Word Report*. Para Silva (2007), a revista *Veja* é constantemente criticada por dois aspectos: a) tendência de ser uma revista de publicidade e b) pela posição política de direita.

2.2 Gêneros, enunciados e discurso sob a perspectiva da ADD de Bakhtin;

Na perspectiva da ADD de Bakhtin (2000), o enunciado é irrepitível no processo de interação social. Por outro lado, o texto visto sob o paradigma sistêmico caracteriza-se por elementos repetíveis e reproduzíveis (vocábulos, sintagmas, sentenças), ou seja, a língua como sistema de signos. Porém, para a teoria bakhtiniana, a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas (objetivismo abstrato), nem pela

enunciação monológica isolada (subjetivismo individual), nem pelo ato psicofisiológico de sua produção (atividade mental), mas sim pelo fenômeno social de interação verbal realizada pela enunciação. Assim, nessa teoria, a concepção de língua não está relacionada a sua condição de sistema de formas lingüísticas e convencionais, mas sim pelos valores ideológicos que significam os signos dentro de cada esfera social e que pelas múltiplas situações discursivas se proliferam e se firmam como valores axiológicos dominantes.

Por essa razão, o sentido de texto ultrapassa a organização coerente dos elementos signícos, caracterizando-se, assim, como “um enunciado - a unidade real da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2000, p.293), manifestando-se na interação social e em relação a outro texto em dada esfera social. Para esse autor, os aspectos que determinam um texto como enunciado são: a) projeto discursivo (o autor e seu querer dizer) e a realização desse projeto (as condições de situação e sua relação com outros enunciados) e b) os dados da situação social de interação da língua e do gênero.

Em termos gerais, de acordo com Bakhtin (2000, p.297), o enunciado é marcado pelas seguintes características: a) a alternância de sujeitos: alterna-se o sujeito do discurso quando o falante conclui o seu dizer e passa a palavra ao outro para que ele expresse a sua compreensão referente ao seu enunciado, podendo ser verbal ou não verbal, imediata ou a longo prazo, silenciosa ou pronunciada (reação-resposta); b) expressividade: a expressão valorativa do autor em relação ao objeto do seu discurso e dos participantes da comunicação discursiva e seus enunciados já ditos e pré-figurados. A expressividade é uma característica do enunciado, não da língua (sistema), tendo em vista que a valoração está presente em todos os enunciados, porque não pode haver enunciado neutro e c) conclusividade: o interlocutor toma a postura de resposta quando observar a conclusão do discurso do falante a partir dos seguintes fatos: tratamento exaustivo do objeto e do sentido do que pode ser dito, a intencionalidade (projeto discursivo) e dos gêneros do discurso.

Sendo o enunciado a unidade real e concreta da comunicação discursiva, ele se constitui da dimensão verbal e da dimensão extraverbal. A dimensão extraverbal refere-se ao plano do discurso, situação social em que se dá o enunciado, ou seja, o contexto cultural e semântico-axiológico, enquanto que a dimensão verbal diz respeito ao plano da língua e às relações

dialógicas entre elementos lingüísticos para construção de sentido(s). O horizonte extraverbal pode ser analisado em seus três elementos constitutivos: a) o horizonte espacial e temporal diz respeito ao tempo e ao espaço em que o enunciado foi projetado pelo falante (cronotopos); b) o horizonte temático refere-se ao objeto e ao conteúdo temático do enunciado, ou seja, a finalidade desse projeto discursivo e c) o horizonte axiológico é a atitude valorativa dos participantes do acontecimento a respeito do que ocorre em relação ao objeto do enunciado. Por dimensão verbal, entende-se o plano material do enunciado, ou seja, como os recursos lingüísticos se organizam e dão forma a um determinado gênero do discurso. Assim, todo enunciado, desde seu projeto discursivo, objetiva uma ação-resposta ativa do interlocutor, e constrói-se em função dessa eventual reação-resposta (enunciados pré-figurados). Os enunciados já ditos e os pré-figurados determinam a continuação do enunciado, ou seja, as enunciações se constroem nas interações tipificando os temas, os estilos e determinadas composições estilísticas.

Com base nos pressupostos bakhtinianos, Rodrigues (2005) coloca que os enunciados são unidades de comunicação social que se tipificam e se regularizam nas interações na forma de gêneros do discurso. Em outras palavras, diferentes situações de interação, nas diferentes esferas da atividade humana, produzem diferentes gêneros, que se constroem sócio-historicamente, pois não são unidades convencionais, normativas ou imanentes, mas dinâmicas e flexíveis às diversas práticas sociais. Dessa forma, entendemos que “os gêneros regulam, organizam e significam as interações” (RODRIGUES, 2005, p. 166).

Dessa forma, para a ADD, enunciado pressupõe relações dialógicas, pois os enunciados se formam não só na interlocução, mas e, principalmente, na cadeia contínua de outros enunciados, sendo que, são nessas relações que emerge a significação. Ou seja, as relações de dialogismo dos enunciados (discurso) não se realizam por meio de regularidades lingüísticas, isto é, por meio de propriedades léxico-gramaticais de enunciados outros e de outros com o enunciado do eu, mas a partir da cadeia de enunciados que se confrontam no espaço social das diferentes interações comunicativas. Por essa razão, o enunciado é um elo na cadeia de comunicação verbal e não pode ser separado dos elos anteriores que o determinam, assim, a forma do gênero e a significação ideológica promovem nele relações respostas imediatas e uma ressonância dialógica (BAKHTIN, 2000, p. 328).

Em síntese, é sob essa perspectiva, que Bakhtin (1998; 2003) afirma que discurso é a língua em sua realização viva e concreta, isto é, é a língua em sua mediação social, histórica e cultural, veiculadora de sentidos, projetada não apenas por recortes e redimensões valorativas, mas essencialmente por imagens ideológicas, que refletem e refratam realidades. Dessa forma, podemos compreender que para o autor, o discurso se engendra nos modos de ver e conceber o real (ideologias), não apenas discursivizando esses modos, mas, em adição, reconstituindo-os e os reelaborando enquanto mediadores das diversas situações interativas.

2.3 Autoria e responsabilidade enunciativa

As discussões acerca dos conceitos de autor e autoria perpassam efetivamente quase todas as obras de Bakhtin. Para Faraco (2007, p. 37), “trata-se de tema que envolve uma extensa elaboração de natureza filosófica e que conheceu diferentes desdobramentos a cada novo retorno a ele.”

Bakhtin (2003) salienta a distinção entre autor-pessoa (autor empírico) e autor-criador, pontuando que aquele se apresenta como o escritor, o artista, enquanto que este se posiciona discursivamente como elemento constituinte (estético e formal) da obra. Com isso, essas duas instâncias constitutivas de autoria (o empírico e o estético) são inter-relacionáveis e mutuamente autocontidas.

Para Bakhtin, a posição discursiva da autoria está intimamente relacionada ao gênero do enunciado, ou seja, cada gênero de discurso possui uma autoria autorizada. “A forma de autoria, depende do gênero do enunciado. Por sua vez, o gênero é determinado pelo objeto, pelo fim e pela situação do enunciado.” (BAKHTIN, 2003, p. 389)

Bakhtin (2002; 2003), em *Problemas da Poética de Dostoiévski e Estética da Criação Verbal*, afirma que a função do autor-criador é compreendida como uma posição estético-formal cuja característica central é consubstanciar o discurso com posição axiológica e projeção ideológica recortada e refratada do autor-pessoa. Faraco (2007, p.39), a esse respeito, argumenta que

O autor-criador é, assim, uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica, conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque a partir dela que se recorta[m] e se reordena[m] esteticamente os eventos da vida.

Sob essa perspectiva, nos artigos assinados por Lya Luft, o autor-criador é quem da forma ao conteúdo, este não apenas recorta e reordena os eventos da vida como o faz a partir de certa posição axiológica. Assim, o autor-pessoa projeta valorativamente o discurso materializado pela posição do autor-criador. “É esse posicionamento valorativo que dá ao autor-criador a força para constituir o todo.” (FARACO, 2007, p. 38)

Lya Luft, no processo de escritura de seu texto (no ato artístico), desloca-se do plano empírico para o plano estético-discursivo, isto é, o discurso do autor-criador não é o discurso direto do autor empírico (da escritora), mas a construção refratada axiologicamente desse discurso. “O escritor é, então, a pessoa capaz de trabalhar numa linguagem enquanto permanece fora dessa linguagem.” (FARACO, 2007, p.40)

2.4 Índices Sociais de Valor – A valoração

Para Bakhtin (2006, p.31), o horizonte valorativo ou axiológico funciona a partir da constituição de índices sociais de valor essenciais para o signo ideológico. Em outras palavras, só pode ser considerado signo ideológico aquele que adquiriu valor social. Para o autor,

Realizando-se no processo de relação social, todo signo ideológico e, portanto, também o signo lingüístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados. A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objetos de atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Como se pode determinar esse grupo de objetos valorizados? Admitimos chamar a realidade que dá lugar à formação de um signo de tema do signo. Cada signo constituído possui seu tema. Assim, cada manifestação verbal tem seu tema. O tema ideológico possui sempre um índice de valor social. (BAKHTIN, 2006, p. 45-46)

Dessa forma, com base nos estudos Rodrigues (2001), Silva (2007) e Acosta-Pereira (2008), acima citados, os gêneros do discurso da esfera jornalística, por exemplo, os artigos de Lya Luft, são conduzidos por determinados horizontes avaliativos e por recortes ideológicos que regularizam e significam esses gêneros do campo do jornalismo.

Um aspecto relevante é a inter-relação entre esfera, ideologia e valoração, posto que, segundo Acosta-Pereira (2008, p. 71) “é na inter-relação entre campo e ideologia que se dá o entrecruzamento de apreciação e significação. ”Em outras palavras, cada esfera social de atividade humana é engendrada por apreciações sociais de valor que determinam a criação ou a orientação ideológica dos gêneros que se produzem nessas esferas.

Após termos discutido e apresentado uma breve revisão de literatura acerca dos conceitos centrais para a análise proposta neste trabalho, passamos à seção de metodologia, cujo objetivo é sistematizar as orientações bakhtinianas quanto à análise sociológica da linguagem.

3 Metodologia

Nesta seção buscamos nortear os passos propostos por Bakhtin que visam a guiar o processo metodológico para a análise da linguagem em seu aspecto social.

A análise dos enunciados (quatro) *Artigo de Opinião* da escritora Lya Luft, do gênero jornalístico impresso (Revista Veja)², objeto deste estudo, toma por base o método proposto por Bakhtin (2006, p.128-129):

1. As formas da linha e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza;
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, e, ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto, é a categoria de atos de fala na vida e na criação ideológica que se presta a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual.

Sob essa perspectiva sociológica, retomaremos Rodrigues (2001) que analisa o gênero Artigo assinado em diferentes jornais impressos a partir de sua dimensão social³ e verbal.

² Edições de 20/09/2006; 06/02/2008; 26/11/2008 e 14/01/2009.

Ressaltamos neste momento que, como postura essa autora, essas dimensões estão inter-relacionadas e mutuamente constituídas, porém, neste trabalho, investigaremos somente a dimensão verbal do gênero.

Em relação à dimensão verbal do gênero, Rodrigues (2001) propõe que estudemos o conteúdo temático, o estilo⁴, as projeções dialógicas, a arquitetônica, a composicionalidade e a extensão textuais, entre as demais instancias enunciativas do gênero selecionado para pesquisa.

4. Análise e Resultados

Nesta seção abordaremos a construção verbo-textual do gênero artigo assinado, analisando suas regularidades lingüísticas sob a perspectiva do dialogismo e da valoração. Para isso, não apenas retomaremos a discussão teórica acima desenvolvida, como também a metodologia proposta por Bakhtin.

Ressaltamos que o foco da análise se concentrará nas regularidades lingüístico-textuais do gênero, num recorte de suas relações dialógicas e nas projeções valorativas que se configuram no gênero⁵.

4.1 O Horizonte temático do gênero

Para Bakhtin (1998; 2003), o horizonte temático do gênero refere-se ao objeto de discurso e determinados sentidos construídos pelas relações dialógicas materializadas no enunciado. Com isso, os gêneros são engendrados em horizontes temáticos específicos que se definem a partir das inter-relações entre o objeto e projeto discursivos, relações dialógicas (efeitos de sentidos) e posições valorativas.

³ Por dimensão social, entendemos a constituição da esfera social de produção, distribuição e circulação, a situação social de interação (a confluência entre os horizontes temporal, espacial, temático e axiológico), autoria e posição do interlocutor e processos sócio-histórico-culturais outros.

⁴ Entendemos *estilo* de acordo Brait (2006, p.80), que afirma que “estilo se apresenta como um dos conceitos centrais para se perceber o que significa no conjunto das reflexões bakhtinianas, dialogismo, ou seja, esse elemento constitutivo da linguagem.”

⁵ Para leituras de trabalhos relativos à constituição e ao funcionamento de gêneros da mídia impressa sob a perspectiva bakhtiniana consultar Rodrigues (2001), Silva (2007) e Acosta-Pereira (2008).

Para Rodrigues (2001; 2005), o horizonte temático do artigo assinado é construído a partir dos acontecimentos sociais do campo do jornalismo, mas que estão vinculados à esfera de atuação profissional desse autor-criador. Para a autora, é a partir desse campo profissional que o autor-criador se enuncia valorativa e ideologicamente marcando seu discurso frente ao objeto que tematiza. A esse respeito, Rodrigues (2005, p. 174), argumenta que,

no gênero artigo, interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, mas a sua análise, e interessa, junto com eles, a posição do autor do artigo. O conteúdo temático do artigo se encontra na articulação entre a apreciação dos acontecimentos sociais e a questão do angulamento da autoria. O conteúdo temático do artigo constitui-se como ponto de vista do seu autor, o articulista (uma pessoa pública, credenciada socialmente, externa ao jornal), a respeito dos acontecimentos sócio-políticos da atualidade histórica, objeto de notícia jornalística. O jornal noticia como informação jornalística a opinião do articulista sobre esses acontecimentos.

Assim, como base na autora, por estar orientado para acontecimentos da atualidade, o artigo assinado buscar direcionar/antecipar, a partir do conhecimento social, político, econômico e cultural dos interlocutores suas reações respostas frente ao horizonte temático. Em outras palavras, o artigo assinado não se orienta para uma apresentação “espelhada” dos acontecimentos, mas esses passam por um filtro apreciativo de sentido (s). Para Rodrigues (2005, p. 173), os acontecimentos sociais “se constituem como um fundo discursivo dialogizador, considerado do domínio do leitor, a partir do qual o articulista constrói o seu acento de valor”.

Em relação aos artigos assinados de Lya Luft, podemos afirmar que o autor-criador enuncia eventos motivados por acontecimentos do momento histórico atual seja sobre o plano sócio-político-econômico, seja sobre a emergência de fatos relacionados a o plano pessoal. Essas motivações que desencadeiam os enunciados do autor-criador são axiologicamente recortadas e dialogicamente orientadas: o gênero artigo assinado é duplamente orientado: “constitui como uma reação-resposta aos enunciados da atualidade e busca a reação-resposta ativa do interlocutor”. (RODRIGUES, 2005, p.173). Além disso, segundo essa autora, na análise do artigo, podemos observar a manifestação de dois movimentos dialógicos: movimento dialógico de assimilação e movimento dialógico de distanciamento, construídos por regularidades

estilístico-composicionais marcadas pela reenunciação do discurso do outro, questões discutidas na próxima sub-seção.

4.1.1 Movimento dialógico de assimilação

Segundo Rodrigues (2001; 2005), o movimento dialógico de assimilação é quando há “a incorporação de outras vozes ao discurso do autor, avaliadas positivamente, “chamadas” para a construção do seu ponto de vista” (2005, P. 174). Vejamos como esse movimento ocorre abaixo:

Ex⁶. 01- Mas, aqui entre nós, de momento a imoralidade tudo contamina como um vírus ativo num corpo frágil. *Um conhecido autor de novelas se confessou surpreso porque os telespectadores torcem por personagens cafajestes, que dão ibope, e os honrados passaram a ser os “malas”.* Possivelmente, a inconfiabilidade de pessoas que deveriam estar nos dando apoio nos priva do estímulo para viver segundo alguns valores. Mas onde estão esses valores? Onde estão a justiça e a ordem? Que mundo estamos negando a nossos filhos e netos? Que tipo de vida estamos aceitando? (T. 01)

4.1.2 Movimento dialógico de distanciamento

Segundo Rodrigues (2001; 2005), o movimento dialógico de distanciamento ocorre quando na incorporação de vozes de outrem no discurso do autor-criador há certa desqualificação valorativa. Em outras palavras, “há o apagamento, distanciamento, isolamento, desqualificação das vozes às quais o autor se opõe” (2005, p. 174). Vejamos:

⁶ Os textos analisados de Lya Luft podem ser encontrados no site: <http://vejaonline.abril.com.br/>>:

Texto1: *No denso nevoeiro*. Edição do dia 20 de setembro de 2006;

Texto 2: *Cotas: o justo e o injusto*. Edição do dia 06 de fevereiro de 2008.

Texto 3: *Uma panela de água e sal*. Edição do dia 26 de novembro de 2006.

Texto 4: *As mortes poderiam ser evitadas*. Edição do dia 14 de janeiro de 2009.

Ex.: 02 – “*A política é um terreno pantanoso, a ética é de conveniência. Se o fim é nobre, os fins justificam os meios*”, afirmou um desses famosos que, só por isso, já formam opinião de muita gente. “*O que eu acho inaceitável é roubar. Eu acho que o mensalão é um jogo político, não é roubo (...). Mas sanguessuga é roubo. Deveriam ser fuzilados.*” Fuzilados pode ser um exagero: sanguessugas talvez sejam absolvidos (se julgados) e dos mensaleiros ninguém fala mais. Foram liberados para se candidatar a cargos públicos, muitos estão praticamente reeleitos. Que mundo este nosso. (T. 01)

Com base na discussão anterior, podemos observar que os movimentos dialógicos de assimilação e distanciamento são lingüístico-textualmente construídos por meio do enquadramento do discurso do outro. Essa reenunção é dialógico-valorativamente marcada seja pelo discurso direto ou indireto, seja por marcas de discurso bivocal. Discutimos essa questão na próxima subseção.

4.1.3 Reenunção do discurso de outrem

Para Bakhtin (2006, p. 150), “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunção na enunção, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunção sobre a enunção.” Com base nisso, podemos entender que o discurso do outro é uma das formas de dialogismo presente nos diversos gêneros que se produzem e circulam nas diferentes situações de interação social.

Para Rodrigues (2001, p. 173), “o enquadramento do discurso do outro no enunciado cria a perspectiva, o fundo dialógico que é dado ao discurso introduzido.” Dessa forma, podemos compreender que o discurso reenunciado submete-se a processos de reavaliação, à medida que esse enquadramento influencia diretamente nos sentidos dos discursos.

Nos artigos de Lya Luft temos o enquadramento do discurso de outrem a partir das formas de discurso direto, indireto e bivocal. Vejamos:

(a) Discurso direto – para Fiorin (2006, p. 32-33), “são maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso; são formas de absorver o discurso alheio no próprio enunciado.”

Vejamos:

Ex.: 03 - “*A política é um terreno pantanoso, a ética é de conveniência. Se o fim é nobre, os fins justificam os meios*”, afirmou um desses famosos que, só por isso, já formam opinião de muita gente. “*O que eu acho inaceitável é roubar. Eu acho que o mensalão é um jogo político, não é roubo (...). Mas sanguessuga é roubo. Deveriam ser fuzilados.*” Fuzilados pode ser um exagero: sanguessugas talvez sejam absolvidos (se julgados) e dos mensaleiros ninguém fala mais. Foram liberados para se candidatar a cargos públicos, muitos estão praticamente reeleitos. Que mundo este nosso. (T. 01)

Ex. 04 – Num país vizinho, uma mãe de 20 anos com cara de anciã e menos de 1 metro e meio de altura, com um bando de filhos mirrados, segura um bebê, o único de vagamente sorri. Indagada sobre o que tem em casa para lhes dar de comer a mãe responde olhando para o jornalista: “*Hoje é uma panela com água e sal.*” (T. 03)

(b) Discurso indireto – para Bakhtin (2006), o discurso indireto ao ser enquadrado no discurso do autor-criador adquire determinado relevo, sendo, portanto, revalorado. Vejamos:

Ex.: 05 – Isso me ocorre especialmente lendo as primeiras notícias dos primeiros horrores: *mortes nas estradas das cidades, fome e miséria para milhões de pessoas inocentes pelo mundo e, de novo a guerra.* Ou sempre as guerras, pois o homem gosta de brincar de mocinho e bandido, trocando de armas e brinquedos por tremendas armas de verdade. Nelas incluo carro, ônibus, barcos e outros. (T. 04)

Ex.: 06 – A crise atual, que mal começa e vai piorar, tem de um lado o medo, de outro a arrogância, e produz férias forçadas ou desemprego. *Tem gente que ainda diz que não há crise.* Tem gente cortando despesas e tremendo nas bases do otimismo por modesto que ele seja. Tem gente mandando a gente deixar de bobagem e consumir. Que fazer? (T. 03)

(c) Discurso bivocal – para Fiorin (2006, p. 38-39), é quando “duas vozes mesclam-se nas mesmas palavras.” Vejamos:

Ex.: 07 – *Os vinte grandes do mundo – em parte responsáveis pelo o que nos atinge – almoçam em torno de uma mesa luxuosa, num intervalo de seu jogo de vantagens, poder e enganos.* (T.03)

Após as discussões acerca do horizonte temático e das relações dialógicas, direcionamos nossa investigação para a compreensão das regularidades lingüístico-textuais que se articulam na materialidade lingüística do gênero, em sua dimensão verbal. Para tanto, revisitamos pesquisas de Rodrigues (2001; 2005), Silva (2007) e Acosta-Pereira (2008) que analisam gêneros que se produzem e circulam na mídia jornalística impressa.

4.2 Regularidades Lingüístico-textuais do gênero.

Estudar as regularidades lingüísticas e textuais de determinado gênero é entender como as formas da língua significam e direcionam efeitos de sentido nas diferentes situações de interação. Assim, apresentamos abaixo, como os recursos lexicais e fraseológicos (BAKHTIN, 2006) específicos da língua se engendram no artigo assinado a partir de determinados recortes valorativos e construindo determinadas relações dialógicas.

4.2.1 Marcadores Avaliativos

Ao retomar o estudo de Acosta-Pereira (2008, p. 140), marcadores avaliativos são expressões que direcionam axiologicamente a posição do autor-criador diante dos enunciados que produz. Essa direção/orientação é relativa ao horizonte temático e perpassa o projeto discursivo.

Em outras palavras, esses marcadores de avaliação são adjetivações, adverbializações ou outros recursos fraseológicos utilizados para demonstrar a avaliação do autor frente ao tema seguindo as orientações intencionais do gênero, ou seja, posicionar-se em relação aos diferentes assuntos que estão sendo abordados no texto. Vejamos alguns exemplos em fragmentos de texto abaixo:

Ex.: 01- Intelectuais *de boa formação*, pessoas com preparo *suficiente* para ser *lúcidas* parece *cegas à realidade*, arrastando *velhas* ideologias, *com cheiro de naftalina*, que desmoronaram em outras partes, mas aqui persistem. (T.01)

Ex.: 02- O medo do diferente causa conflitos por toda a parte, em circunstâncias mais *variadas*. Alguns são embates *espantosos*, outros são mal-entendidos **sutis**, mas em tudo existe sofrimento, maldade *explícita* ou *silenciosa* perfídia, mágoa, frustração e injustiça. (T. 02)

Ex.: 03- A desigualdade sempre vai existir, pois não somos *bonecos feitos em série*: haverá os *menos talentosos*, os *mais inteligentes*, os *mais enérgicos* e os *menos capazes*. (T. 03)

Ex.: 04 – Penso que somos uma *geração doente da alma*. *Ultrapreocupados, supermedicados, incapazes de relaxar e curtir a vida, de parar para pensar [...]*. (T. 04).

4.2.2 Questionamentos Retóricos

Entendemos que sejam perguntas pelas quais o autor-criador busca antecipar a reação-resposta do interlocutor, questionando-o e já, por sua vez, respondendo-o por meio de seus argumentos. As questões tornam-se, assim, estratégias enunciativas de argumentação, não apenas enfatizando a posição do autor-criador frente ao que discute, como também, procurando convencer o interlocutor acerca dos fatos que expõe. Vejamos:

Ex.: 05 – *Mas onde estão esses valores? Onde estão a justiça e a ordem? Que mundo estamos legando a nossos filhos e netos? Que tipo de vida estamos aceitando? A das cidades comandadas por organizações criminosas, a do campo ameaçado e assaltado, a das ruas inseguras, das casas trancadas, da cultura medíocre e das vidas desperdiçadas? Seremos todos assim, precisamos ser assim. Não teremos discernimento nem forças suficientes para mudar?* (T.01)

Ex.: 06 – Nas universidades, inicia-se a batalha pelas cotas. Alunos que se saíram bem no vestibular - só quem já teve filhos e netos nesta situação conhece o sacrifício, a disciplina, o estudo e os gastos implicados nisto – são rejeitados em troca de quem se saiu menos bem, mas é de origem africana ou vem de escola pública. *E os outros?* (T.02)

Ex.: 07 – Tem gente cortando despesas e tremendo nas bases do otimismo, por modesto que ele seja. Tem gente mandando a gente deixar de bobagem e consumir. *Que fazer?* (T. 03)

Ex.: 08 – Na corrida do cotidiano, não paramos para pensar: *“o que estou fazendo da minha vida? Como estou tratando das pessoas que amo? De que jeito estou cuidando delas, de mim, deste mundo em que vivemos?* (T. 04)

4.2.3 Índices de Modalização

Para Rodrigues (2007, p. 1742), os indicadores modais apresentam-se materializados nas relações dialógicas entre os enunciados do autor (autor-criador) e os da reação-resposta do leitor (são modos de orientação para o leitor). Acosta-Pereira (2008, p. 145), retoma este estudo, postulando, em adição, que indicadores ou marcadores modais são recursos léxico-fraseológicos que sinalizam recortes valorativos de possibilidade, probabilidade, capacidade, sugestão, conclusão, proibição, dever, conselho, dúvida, necessidade, direcionando a contrapalavra do interlocutor.

Ex.: 09 – Fuzilados, *pode ser* um exagero: sanguessugas talvez sejam absolvidos (se julgados) e dos mensaleiros ninguém fala mais. (T.01)

Ex.: 10 – A idéia das cotas reforça dois conceitos nefastos: o de que negros são menos capazes, e por isso, *precisam* desse empurrão, e o de que a escola pública é péssima e não tem salvação. (T.02)

Ex.: 11 – Não é para brincar: elas estão, diz o irmão de uns 12 anos, “trabalhando”. Ajudam a família carregando areia morro acima, a prefeitura do seu vilarejo paga por isso. Não é no Brasil, mas é perto, e *com certeza*, por aqui temos este tipo de crime. (T. 03)

Ex.: 12 - As mortes *poderiam* ser evitadas. [...] Não sei *se é possível*, mas valeria a pena, quem sabe tentar contar o número de mortes burras e evitáveis no trânsito, que ocorrem por imprudência, loucura, arrogância, despreparo e futilidades. (T. 04)

4.2.4 Recurso das Aspas

São recursos de pontuação que são utilizados com o objetivo do autor-criador manter distância no que diz (ACOSTA-PEREIRA, 2008), além de, em adição, marcar o enquadramento do discurso de outrem no texto⁷. Vejamos como essa regularidade funciona no artigo:

Ex.: 13- Com formadores de opinião dizendo que ética não importa, que governar ou fazer política é afinal coisa pouco higiênica, que partido honesto não vence eleições, mas “*se*

⁷ A reenuniação do discurso de outrem será discutida na próxima subseção.

abrindo as comportas”, tudo muda de figura, o jeito de fugir ao desânimo seria mudar de canal [...]. (T. 01)

Ex.: 14 – Todas as “*bondades*” dirigidas aos integrantes de alguma minoria sejam de gênero, raça ou condição social, realça o fato de que eles estão em desvantagem, precisam desse destaque especial [...]. (T. 02)

Ex. 15 - Não é para brincar: elas estão, diz o irmão de uns 12 anos, “*trabalhando*”. Ajudam a família carregando areia morro acima, a prefeitura do seu vilarejo paga por isso. Não é no Brasil, mas é perto, e com certeza, por aqui temos este tipo de crime. (T. 03)

4.2.5 Estratégia de Engajamento/ Inclusão do Leitor

Para Acosta-Pereira (2008, p. 137), ao estudar o gênero notícia, discute o papel das visadas dialógico-valorativas de referência ao leitor. Aqui concordamos com o autor, percebendo que no gênero artigo assinado, também encontramos essa regularidade. Para o autor, essa estratégia de inclusão do leitor no texto é marcada por verbalizações, substantivações ou pronominalizações diretamente relativas ao interlocutor-leitor. Vejamos:

Ex.: 16 – O momento nacional nos dá a impressão aflitiva de *estarmos* envolvidos num denso nevoeiro, sem enxergar com clareza, por cima de um atoleiro, de perplexidade, no qual *vamos* afundando. (T. 01)

Ex.: 17 – Mas, como o mundo anda em círculos ou elipses, neste momento, neste *nosso* país, muito se fala em uma questão que estimula tristemente a diferença racial e social. (T. 02)

Ex.: 18 – Talvez *a gente* só consiga viver porque não tem consciência disso. (T. 04)

4.2.6 Marcas de Autoria Explícita

As marcas verbais ou pronominais que identificam a posição de responsabilidade enunciativa do autor-criador na construção de seu texto. Essas construções não apenas se

apresentam como estratégias de validação do discurso do autor-criador (*ethos*⁸), como, também, são marcas de autoridade.

Ex.: 19 – *Cresci* numa cidadezinha onde as pessoas (as famílias, sobretudo) se dividam entre católicos e protestantes. [...] Lembro-*me* da fase, há talvez 20 anos ou mais, em que filhos de agricultores que quisessem entrar nas universidades de agronomia (e veterinária?), ali chegavam através de cotas [...] (T. 02)

Ex.: 20 – *Desligo* o noticioso como se fosse um filme obsceno – é um filme obsceno. Mas *ligo* outra vez: é preciso saber notícias da pobreza brasileira [...]. (T. 03)

Ex.: 21 – Isso *me* ocorre especialmente lendo as primeiras notícias dos primeiros horrores: mortes nas estradas e cidades, fome e miséria para milhões de pessoas inocentes pelo mundo e de novo a guerra. (T. 04)

4.2.7 Movimento de Autorreferencialidade/Marcação Metadiscursiva

As explicações autorreferenciais da construção enunciativa do texto. É quando o autor-criador disserta sobre sua própria escrita, seus desafios, seus problemas, etc. É um movimento dialógico metadiscursivo; é o discurso que explica o discurso.

Ex.: 22 – O casamento infeliz de corrupção com cumplicidade e a resultante crise de autoridade na vida pública trazem á tona a questão da moralidade. (*Não estou usando, de propósito, a palavra ética: a pobre anda humilhada demais*). (T.01)

Ex.: 23 – Enquanto isso, trilhões em dinheiro circulam pelos mercados (*vou receber e-mails repetindo que empobrecer os ricos ajuda aos pobres: nem todos entendem o que escrevo, mas botar a cara na janela é para isso também*). (T. 03)

Ex.: 24 – E agora mais uma vez a guerra. Sempre há guerrinhas neste vasto mundo estranho. *Não quero e nem sei discutir razões e justificativas nem desta nem de outra guerra qualquer*. (T.04)

Considerações Finais

⁸ Ver discussões de Rodrigues (2001) sobre a questão de autoria e *ethos*.

Em relação aos resultados da pesquisa, podemos compreender que os artigos assinados por Lya Luft publicados na revista *Veja*, o autor-criador enuncia diferentes eventos motivados por acontecimentos diversos do momento histórico atual, seja discursivizando fatos sociais e histórico-culturais do cotidiano do país (plano público), seja no plano social das relações interpessoais (plano pessoal/privado). Para essa construção do tema semântico-axiológico do artigo, percebemos, recuperando estudos de Rodrigues (2005), que o artigo assinado constrói seu tema a partir de movimentos dialógicos de assimilação e de distanciamento, que não apenas consubstanciam o discurso do autor-criador, como, em adição, reenunciam valorativamente o discurso do outro.

Além disso, sobre essa questão do enquadramento do discurso de outrem no artigo assinado, observamos que, neste gênero, há a presença de marcas do discurso direto, indireto e bivocal, projetados e recortados ideológico e axiologicamente no discurso do autor-criador.

As regularidades linguístico-textuais do gênero, por sua vez, se entrecruzam na materialidade do gênero por meio de marcadores avaliativos, questionamentos retóricos, índices de modalização, recursos das aspas, estratégias de engajamento e inclusão do leitor no discurso, marcas de autoria explícita e movimentos de autorreferencialidade de marcação metadiscursiva. Entendemos que essas marcas relativamente regulares da composicionalidade linguístico-textual não apenas significam o gênero, como também o regulariza e o legitima em sua esfera e em seu veículo de produção e circulação.

Referências

ACOSTA-PEREIRA, R. *O Gênero jornalístico notícia: dialogismo e valoração*. Dissertação de Mestrado. PGLg.UFSC. Florianópolis, 2008.

_____ & RODRIGUES, R. H. *Perspectivas Atuais sobre Gêneros do Discurso no campo da Linguística*. Revista Letra Magna. UNISC, 2009. Disponível em WWW.letramagna.com.br

BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética – Teoria do Romance*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Estética da Criação Verbal*. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. (Voloshinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 12º ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRAIT, B. Análise e Teoria do Discurso. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin – Outros Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

FARACO, C. A. *Autor e Autoria*. In: BRAIT, B. *Bakhtin – Outros Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2007.

FIORIN, J. L. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. Ática: São Paulo, 2006.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

RODRIGUES, R. H. *A Constituição e Funcionamento do Gênero Jornalístico Artigo: Cronotopo e Dialogismo*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL – PUCSP). São Paulo: PUCSP, 2001.

_____. *Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Dialógica da Linguagem: A Abordagem de Bakhtin*. In: MEURER, J. L.; BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. *Gêneros – Teorias, Métodos e Debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

_____. *A teoria dos gêneros do discurso de Bakhtin no horizonte dos estudos da Lingüística*. Anais do IV SIGET. Tubarão, SC: UNISUL, 2007.

ROJO, R. Gêneros do Discurso e Gêneros Textuais: Questões Teóricas e Aplicadas. IN: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial. 2005. p. 184-207.

SILVA, N. R. *O Gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valoração do discurso do outro*. Dissertação de Mestrado. PGLg. UFSC. Florianópolis, 2007.

_____. *O Gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valoração do discurso do outro*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2009.

SCALZO, M. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2004.

A TECNOLOGIA NO ENSINO DE LÍNGUAS: DO SÉCULO XVI AO XXI¹

Claudio de Paiva Franco (UFRJ)

RESUMO: Este trabalho busca indicar algumas potencialidades do uso das novas tecnologias para ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. A partir de uma revisão de literatura sobre as novas tecnologias no ensino de línguas, buscou-se: (1) resumir as etapas da evolução histórica da Aprendizagem de Línguas Mediada por Computador, (2) apontar ferramentas disponíveis na Internet que possam auxiliar o professor na elaboração de material didático, e (3) destacar alguns programas nacionais, na modalidade on-line, de formação de professores de língua estrangeira.

Palavras-chave: novas tecnologias; ensino de línguas; CALL

ABSTRACT: *This paper aims at showing some contributions of the use of information communication technology to the language teaching and learning. From a literature review on technology in language learning, it is intended to: (1) summarize the stages of the historical development of Computer-Assisted Language Learning, (2) indicate teaching tools available on the Internet that may help teachers create pedagogical activities, and (3) highlight some online teacher training programs for foreign language teachers in Brazil.*

Key words: *new technologies; language teaching; CALL*

Introdução

É difícil dissociar a história do ensino de línguas estrangeiras do surgimento de novas tecnologias. Segundo Paiva (2008b), o aparecimento de uma nova tecnologia implica, num primeiro momento, desconfiança e rejeição. Após essa fase inicial, “a tecnologia começa a fazer parte das atividades sociais da linguagem e a escola acaba por incorporá-las em suas práticas pedagógicas”. A autora recorda a história do livro, cujos precursores foram o *volumen*, um rolo de papiro; e o *codex*, uma coleção de folhas costuradas que lembra o formato do livro atual. O livro é um exemplo de ferramenta tecnológica empregada no ensino de línguas, que antes de sua inserção e socialização, também foi temido e censurado (cf. PAIVA, 2009).

¹ Este artigo é composto de alguns excertos da minha dissertação de mestrado (FRANCO, 2009). Na hipótese de o leitor desejar obter maior detalhamento sobre os assuntos aqui tratados, recomendo que consulte o texto original.

Com base no levantamento realizado pela professora e pesquisadora Vera Menezes (2008b), organizei cronologicamente as contribuições da tecnologia mais relevantes para o ensino de LE, conforme a tabela a seguir:

<i>Ano</i>	<i>Tecnologia</i>
1578	Primeira gramática para estudo individualizado: gramática do hebraico pelo Cardeal Bellarmine.
1658	Primeiro livro ilustrado, o <i>Orbis Sensualim Pictus</i> , de Comenius. Livro de vocabulário em latim para a educação infantil.
1878	Invenção do fonógrafo, por Thomas Edson.
1902-1903	Primeiro material didático gravado por <i>The International Correspondence Schools of Scranton</i> . O material era composto por livros de conversação acompanhados pelos cilindros (recurso de áudio) de Thomas Edson.
1930	Walt Disney produziu os primeiros <i>cartoons</i> para o ensino de inglês básico. Em 1943, os estúdios de Walt Disney produziram uma série de filmes com atores, intitulada <i>The March of Times</i> .
1940s	Surgimento do gravador de fita magnética.
1943	A BBC iniciou transmissões em rádio com pequenas aulas de inglês. Somente na década de 60, transmitiu cursos de inglês em 30 línguas para quase todo o globo terrestre.
1950s	Criação de laboratórios de áudio.
1926	Invenção da televisão por John Baird. No entanto, somente em 1950 a TV chegou ao Brasil.
1960	Início do ensino de línguas mediado por computador com o projeto PLATO (<i>Programmed Logic for Automatic Teaching Operations</i>), na Universidade de Illinois.
1980s	Surgimento dos primeiros computadores pessoais (PCs) no Brasil.
1991	Acesso à rede mundial de computadores no Brasil, interligando várias universidades e professores universitários. O acesso público à rede só aconteceu em 1994.
1997	Introdução à WWW nos moldes que conhecemos hoje. Acesso a novas formas de comunicação como email, listas de discussão e fóruns.
1998	Aparecimento da ferramenta de busca <i>Google</i> .

Começo do séc. XXI	Início da WEB 2.0, na qual o usuário passa a ser produtor de conteúdo: redes de relacionamento como o Orkut, blogs, podcasts, repositórios de vídeo como o YouTube, enciclopédia mundial feita por usuários (a Wikipédia), entre outros.
---------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 1: Contribuições da tecnologia para o ensino de LE, segundo Paiva (2008b)

Para Warschauer e Meskill (2000), cada método ou abordagem do ensino de línguas contou com o apoio de tecnologia própria. Desde o método de gramática e tradução, professores empregavam amplamente uma ferramenta até hoje utilizada em vários contextos educacionais: o quadro-negro. Seja para ilustrar uma explicação, seja para fornecer espaço para traduções dos alunos, o quadro-negro sempre foi um instrumento muito utilizado para transmissão de informações. Mais tarde ganhou um complemento, o retro-projetor, agregado às aulas centradas na figura do professor. Posteriormente, surgiram programas de computação para auxiliar exercícios gramaticais repetitivos (do inglês “drill-and-practice”).

A reprodução e gravação de áudio representaram um marco para o ensino de línguas. O fonógrafo deu início à revolução tecnológica, depois surgiu o gramofone e, em seguida, a fita magnética (cf. PAIVA, 2008b). A inserção de gravadores nas escolas se deu ainda nos anos 40. Nesse momento, já era possível fazer com que alunos fossem expostos a amostras de falas gravadas por falantes nativos. Com o método áudio-lingual, a fita cassete de áudio foi o recurso apropriado na ocasião para auxiliar a aprendizagem de línguas. Nas décadas de 70 e 80, as aulas de LE também contavam com laboratórios de áudio, onde alunos praticavam o idioma através da exaustiva repetição de estruturas gramaticais. Esse tipo de exercício enfocava apenas o aspecto estrutural da língua, ignorando a competência comunicativa (cf. WARSCHAUER e MESKILL, 2000).

Os laboratórios de áudio contavam com instalações que não favoreciam o contato entre alunos e com o professor. Na verdade, as atividades desenvolvidas pelos alunos nos laboratórios eram baseadas na repetição oral de estruturas da língua. Mais tarde, com a mudança para o enfoque comunicativo, o conceito de língua como conjunto de estruturas sintáticas e formação de hábitos fez com que os laboratórios caíssem em desuso. Com isso, os velhos laboratórios de áudio foram substituídos por laboratórios de computadores.

Com o aparecimento desses laboratórios, eram necessárias abordagens metodológicas que orientassem o uso do computador no ensino de línguas. A seguir, veremos quais foram essas abordagens.

O computador no ensino de LE

O computador vem sendo utilizado no ensino de línguas desde 1960, mas foi na década de 80 que o computador pessoal emergiu como uma ferramenta significativa no campo educacional, principalmente na área de línguas estrangeiras (cf. KERN, WARE e WARSCHAUER, 2008). Com a mudança de foco do ensino de línguas para a comunicação, a ênfase no engajamento de alunos com o discurso autêntico, significativo e contextualizado trouxe implicações para a integração da tecnologia na sala de aula. Sob essa nova perspectiva de utilização da tecnologia, duas abordagens vieram à tona: a cognitiva e a sociocognitiva. Até então, a perspectiva predominante era a estruturalista, isto é, “o ensino de línguas dava ênfase à análise formal do sistema de estruturas que constituem uma determinada língua” (KERN e WARSCHAUER, 2000: 3).

Abordagens cognitivas ou construtivistas para o ensino comunicativo de línguas não são baseadas em formação de hábitos, mas em conhecimento cognitivo inato na interação com a linguagem compreensível e significativa. Erros são tratados como produtos de um processo criativo de aprendizagem, envolvendo simplificação de regras, generalização, transferência, entre outras estratégias cognitivas. Sob essa concepção de ensino, a tecnologia é empregada de forma a maximizar as oportunidades de interação de alunos com contextos significativamente ricos, através do qual esses alunos possam construir e adquirir competência na LE.

Warschauer (2000: 4) cita alguns tipos de tecnologias alinhadas a abordagens cognitivas ou construtivistas, tais como softwares de reconstrução textual (New Reader ou Text Tangles), concordância (Monoconc), telecomunicações e software de simulação multimídia (A La rencontre de Philippe desenvolvido por Athena Language Learning Project). Apesar de algumas atividades poderem ser desenvolvidas manualmente, o computador atua como facilitador tanto para professores como alunos. Além disso, embora os alunos trabalhem em duplas ou grupos, esses softwares por si só não necessitam de interação entre humanos.

Abordagens sociocognitivas, em oposição às cognitivas, ressaltam o aspecto social da aquisição da linguagem. A aprendizagem de uma língua é vista como um processo de socialização em comunidades discursivas específicas. Sob esse ângulo, os alunos devem ser encorajados a participar de interação social autêntica a fim de poderem praticar situações comunicativas fora do contexto de sala de aula. Isso se torna possível através da colaboração entre alunos em tarefas e projetos autênticos ao aprenderem simultaneamente o conteúdo e a forma linguística. Warschauer (2000) faz alusão à Internet como sendo uma poderosa ferramenta capaz de promover a abordagem sociocognitiva para o ensino de línguas, mais especificamente, por favorecer novas formas de comunicação.

Como já vimos as principais abordagens do ensino de línguas, podemos compreender melhor as fases da Aprendizagem de Línguas Mediada por Computador, do inglês Computer-Assisted Language Learning (doravante CALL). Para Warschauer e Haeley (1998), a história do CALL pode ser dividida em três etapas: behaviorista, comunicativa e integrativa.

De acordo com Warschauer e Haeley (1998), a primeira etapa foi concebida na década de 50 e implementada nas duas décadas subsequentes. O CALL behaviorista era norteada pelo modelo comportamentalista de aprendizagem e os pressupostos linguísticos, na época, estavam voltados para o estruturalismo, ou seja, acreditava-se que a língua era um conjunto de hábitos. Segundo Graham (2007), o behaviorismo é uma doutrina que concebe a psicologia como ciência do comportamento e não da mente. Para ele, o comportamento pode ser explicado sem fazer referência a eventos mentais ou a processos psicológicos internos e tem origem externa, no meio.

A abordagem comportamentalista no ensino de línguas, através do método áudio-lingual preconizava a “imitação, memorização, repetição e a formação de hábitos ‘desejáveis’ como o caminho para o aprendizado” (MOREIRA, 2003: 282). O computador, nesse contexto, exercia o papel de tutor mecânico, pois fornecia incansavelmente prática repetitiva de estruturas gramaticais. Além disso, o computador não poderia se cansar ou julgar a performance dos alunos e, ainda, permitia que cada um progredisse de acordo com seu ritmo de trabalho.

A segunda fase na evolução histórica do uso de computadores no ensino de línguas é conhecida como CALL comunicativa. Essa etapa surgiu entre o fim da década de 70 e o início da década de 80, momento em que a abordagem behaviorista de aprendizagem estava sendo

rejeitada e computadores pessoais começavam a criar possibilidades para a aprendizagem individual.

Nesse panorama, o foco na comunicação era fundamental para o ensino de línguas. O método áudio-lingual entrava em declínio, pois era insuficiente para atender à demanda do movimento comunicativo (cf. RICHARDS e RODGERS, 2001). Portanto, houve uma mudança do paradigma linguístico (competência linguística) para o comunicativo (competência comunicativa).

Com a abordagem comunicativa no ensino de línguas, as atividades baseadas em computador deveriam focalizar o uso da língua e não apenas sua forma gramatical, apresentar a gramática de forma indutiva, encorajar a produção de linguagem autêntica e não pré-fabricada, utilizando predominantemente ou até mesmo exclusivamente a língua-alvo. Nessa fase, a promoção do tipo de interação aluno-aluno era mais importante do que entre aluno e máquina. Para Stevens (1989), crítico da fase CALL behaviorista, as atividades baseadas em computador deveriam promover motivação intrínseca e interatividade aluno-aluno e aluno-computador.

Warschauer e Haeley (1998) apontam para uma reavaliação do CALL comunicativa, no final dos anos oitenta, devido à utilização do computador de forma a valorizar elementos marginais no ensino de línguas como, por exemplo, o tratamento isolado das quatro habilidades básicas da língua (ouvir, falar, ler e escrever). Aspectos teóricos e práticos da abordagem comunicativa também estavam sendo revistos, o que resultou uma nova postura para a compreensão de como a aprendizagem deveria integrar vários elementos da língua. Essa mudança de paradigma trouxe uma nova perspectiva para o uso da tecnologia e o ensino de línguas, vindo à tona o CALL integrativa. A abordagem cognitiva entrava em declínio e favorecia uma visão mais social ou sociocognitiva, atribuindo maior ênfase ao uso da língua em contextos sociais autênticos e, ainda, à integração de várias habilidades na aprendizagem de línguas.

O objetivo dessa terceira fase era de integrar não somente as habilidades de ouvir, falar, ler e escrever, mas também de agregar, de forma mais consistente, a tecnologia ao ensino-aprendizagem de línguas. Warschauer (1996) afirma que a eclosão do CALL integrativa foi possível graças à conjunção de dois importantes avanços tecnológicos: computadores multimídia e a Internet. Ambos favorecem o uso da hipermídia, na qual recursos multimídia como texto,

imagem, som, animação e vídeo estão agrupados e permitem ao aluno escolher seu próprio trajeto de navegação através de um simples clique.

Para Warschauer (2004), o futuro do CALL vai depender, dentre vários fatores, principalmente, do avanço tecnológico. Ele elenca dez mudanças relacionadas às formas de informação e comunicação que já começaram a acontecer: (1) da comunicação via telefone para a sem fio; (2) da conexão à Internet discada para uma conexão permanente e direta; (3) do uso de computadores de mesa para computadores portáteis; (4) do acesso à Internet por banda estreita para banda larga e, futuramente, com capacidade de conexão ultra rápida (broadband); (5) da aquisição de computadores e peças a alto custo para valores mais acessíveis; (6) do acesso restrito à Internet para uma forma de comunicação em massa, acessível em diversas partes do planeta; (7) da comunicação textual para formas audiovisuais de informação e comunicação; (8) do uso do inglês como principal idioma na Internet para o uso de vários idiomas; (9) de usuários anteriores à geração tecnológica para usuários que são nativos digitais; e (10) da mudança do laboratório de informática para o uso de computadores na sala de aula (cf. WARSCHAUER, 2004: 3-5).

Enquanto todas essas mudanças apontadas por Warschauer ainda não ocorrem, adiando o surgimento de uma possível nova geração do CALL, vamos rever, por meio do quadro a seguir, as principais características da evolução do CALL até o século XXI:

ESTÁGIO	1970 – 1980: CALL behaviorista	1980 – 1990: CALL comunicativa	Século XXI: CALL integrativa
Tecnologia	Grande computador central	Computadores pessoais	Multimídia e Internet
Paradigma do ensino de Inglês	Gramática- tradução e Audiolingual	Abordagem Comunicativa	Enfoque baseado em conteúdos, Inglês para fins específicos (ESP) / acadêmicos (EAP)
Visão da língua	Estrutural (sistema de estrutura gramatical)	Cognitiva (sistema mentalmente construído)	Sociocognitiva (desenvolvida em interação social)
Principal uso dos computadores	Exercícios repetitivos	Exercícios comunicativos	Discurso autêntico
Objetivo Principal	Exatidão	+ Fluência	+ Ação

Quadro 1: Os três estágios do CALL - Quadro traduzido de Warschauer, 2000: 64

Apesar de o CALL integrativa contar com a Internet como recurso tecnológico, ele não pode ser confundido com ensino a distância. Nesta modalidade de ensino, como o próprio termo indica, há necessariamente uma separação física, seja parcial, seja total, entre professor e aluno. No caso do CALL, alunos e professor podem usar a Internet estando no mesmo local, como um laboratório de informática ou mesmo a sala de aula. A próxima seção deste artigo, portanto, vai versar sobre ferramentas disponibilizadas na Internet que podem gerar atividades para serem desenvolvidas dentro ou fora da instituição escolar.

Produção de material didático de LE mediado por computador

A Comunicação Mediada por Computador, do inglês Computer-Mediated Communication (CMC), apresenta uma possibilidade de comunicação direta e de baixo custo entre aprendizes da língua-alvo e outros aprendizes ou falantes nativos. Pela primeira vez, segundo Warschauer (1996), é possível praticar a língua-alvo de qualquer lugar e 24 horas por dia, de forma assíncrona ou síncrona. A modalidade assíncrona não ocorre simultaneamente e favorece a produção de mensagens mais elaboradas, como através de e-mail. Listas de discussão também ilustram uma forma assíncrona de compartilhar informação com centenas ou milhares de pessoas. A comunicação síncrona, por sua vez, ocorre em tempo real, podendo um aluno comunicar-se não só com outro aluno ou professor ao mesmo tempo, mas também com várias pessoas.

Abaixo, há várias ferramentas disponibilizadas na Internet que podem auxiliar o professor a elaborar exercícios interativos:



Hot Potatoes é um programa de autoria de seis tipos de exercícios interativos em formato html: múltipla escolha, perguntas curtas, palavras-cruzadas, ordenação de frases, correlacione e preencha as lacunas. As atividades podem ser

<<http://web.uvic.ca/hrd/hotpot>>

realizadas tanto de forma on-line quanto off-line. O software é gratuito para fins educacionais, mas é necessário fazer um registro no site do programa.



<<http://atlas.ucpel.tche.br/~elo>>

ELO (Electronic Learning Organizer) é um sistema de autoria que permite criar diferentes tipos de atividades, incluindo leitura de texto acoplado, fazer perguntas e avaliar as respostas dos alunos, dar feedback progressivo para cada resposta do aluno, correta ou não. É um software gratuito e conta com atividades de reconstrução textual, seqüência textual, jogo da memória, múltipla escolha, entre outras.



<<http://www.quia.com>>

Quia é um website que oferece ferramentas on-line para elaboração de jogos, quizzes, páginas da web, questionários. Além disso, é disponibilizado um espaço virtual para que o usuário compartilhe suas atividades com outras pessoas. O website ainda oferece amostras de atividades de mais de 100 áreas de conhecimento.



<<http://www.voki.com>>

Voki é um serviço gratuito e on-line que permite a criação de personagens virtuais. É possível adicionar mensagens de voz através de gravação por microfone, conversão de texto para áudio ou utilização de arquivo de som já existente.



<<http://voicethread.com>>

Voicethread é um serviço on-line que possibilita criar de forma colaborativa e compartilhar histórias através de recursos de hipermídia.



<<http://moodle.org>>

Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é um gerenciador de cursos on-line. É um software livre (“Open Source”) desenhado para ajudar educadores a criarem comunidades de aprendizagem on-line.

Quadro 2: Exemplos de recursos digitais para elaboração de atividades pedagógicas

Seria suficiente apenas disponibilizar instrumentos digitais ao professor? Como ficará sua formação profissional frente às novas demandas da evolução tecnológica? A seguir, apresentaremos alguns programas de formação de professores de LE que orientam esses educadores a utilizarem recursos tecnológicos na sala de aula - tradicional ou virtual.

Educação a distância e a formação de professores de LE

A Internet não representa apenas um espaço para alunos desenvolverem suas competências na língua-alvo, mas também serve como meio para formação de professores de LE. Há vários programas de educação no Brasil que auxiliam professores, via Internet, a se aprimorarem em sua área de atuação ou no campo das novas tecnologias de comunicação e informação. O quadro a seguir destaca três programas nacionais, na modalidade on-line, de formação de professores de LE:



<<http://www.britishcouncil.org.br/etp>>

English Teachers' Portfolio (ETP) é um programa gratuito de auto-aprendizado para aprimoramento da língua inglesa, especialmente desenvolvido para ajudar os professores brasileiros de inglês a desenvolverem suas habilidades de *listening* e *speaking*. O ETP foi produzido por Paul Seligson, Christine Barker e Julian Kenny e é voltado ao desenvolvimento da pronúncia e vocabulário. Também estão disponíveis dicas e tudo sobre o contexto brasileiro de ensino. Esse projeto foi desenvolvido levando-se em consideração professores do setor público que apesar de conhecerem os aspectos gerais da língua, geralmente não são falantes fluentes.



<<http://www.pucsp.br/ead/teacherslinks>>

O Teachers' Link: Reflexão e Desenvolvimento para Professores de Inglês é um curso de aperfeiçoamento sob a coordenação da professora Maria Antonieta Alba Celani, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - LAEL, da PUC-SP. Segundo o próprio website, o curso tem

como principal objetivo oferecer condições para uma clara conscientização do professor de inglês sobre as possibilidades de desenvolvimento profissional, acadêmico e pessoal. Oferece oportunidade para o aperfeiçoamento de seu desempenho em língua inglesa, de sua capacidade de reflexão crítica sobre o seu papel no ensino, de sua capacidade de planejar e organizar sua ação docente e de sua habilidade para usar as tecnologias de informação e comunicação. O programa tem o apoio da Cultura Inglesa de São Paulo e oferece um número limitado de bolsas de estudo para aqueles que atuam na Rede Pública.



<<http://delo.ucpel.tche.br>>

O professor Vilson J. Leffa, pioneiro na área de elaboração de material didático online, desenvolveu o ELO (Ensino de Línguas Online), um sistema de autoria para produção de atividades de aprendizagem com ênfase no ensino de línguas. Em seguida, idealizou o curso *Didática para o Ensino de Línguas Online* (DELO), que prepara professores e futuros professores de línguas para produzirem diferentes tipos de atividades interativas, mediadas por computador, mais especificamente através do ELO.

Quadro 3: Exemplos de programas nacionais de formação de professores de LE oferecidos na modalidade on-line

Considerações finais

Parafraseando a epígrafe supracitada, a tecnologia não deve representar uma ameaça para os professores, pois, por mais complexa e fascinante que seja, nunca irá desempenhar todas as funções de natureza humanística do professor. No entanto, não há dúvidas de que, enquanto recurso pedagógico no ensino de línguas, a tecnologia torna-se cada vez mais uma ferramenta que deve estar presente na formação do professor para que ele esteja preparado para o mercado de

trabalho. Leffa (2006) também compartilha esse pensamento ao discutir o papel do computador no ensino de línguas:

O computador tem provocado muitos debates e gerado inúmeros trabalhos na área do ensino de línguas, mas, apesar de sua complexidade, a idéia que prevalece na área é de que ele seja visto apenas como um instrumento. O computador não substitui nem o professor nem o livro. Tem características próprias, com grande potencialidade e muitas limitações, que o professor precisa conhecer e dominar para usá-lo de modo adequado, como um componente da complexa atividade de ensinar e aprender uma língua (LEFFA, 2006: 13).

Castells (2006), por sua vez, vai além do contexto educacional e argumenta que a sociedade não pode ser determinada pela tecnologia. A sociedade em rede, que resulta da interação entre o novo paradigma tecnológico e a organização social, delinea a tecnologia segundo as necessidades, valores e interesses de seus usuários.

Referências

CASTELLS, M. The network society: From knowledge to policy. In: CASTELLS, M. & CARDOSO, G. (Org.) **The network society: From knowledge to policy**. Washington, DC: Johns Hopkins Centre for Transatlantic Relations, p. 3-21, 2006.

FRANCO, Claudio de Paiva. **O uso de um ambiente virtual de aprendizagem no ensino de inglês: além dos limites da sala de aula presencial**. Dissertação de Mestrado, Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. 278p. Disponível em: <<http://claudiofranco.com.br/dissertacao.pdf>>, acesso em 22.12.2009.

GRAHAM, G. Behaviorism. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2007. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/behaviorism>>, acesso em 19.01.2009.

KERN, R.; WARE, P. & WARSCHAUER, M. Network-based language teaching. In N. V. Deussen-Scholl & N. H. Hornberger (Eds.). **Encyclopedia of language and education, 2nd Edition, Vol.**

4: Second and foreign language education. New York: Springer, p. 281-292, 2008. Disponível em: <http://www.gse.uci.edu/person/warschauer_m/docs/network-based.pdf>, acesso em 01.11.2009.

KERN, R. & WARSCHAUER, M. Theory and practice of network-based language teaching. In KERN, R. & WARSCHAUER, M. **Network-based language teaching: Concepts and practice.** New York: Cambridge University Press, 2000, p.1-19. Disponível em: <http://www.gse.uci.edu/person/warschauer_m/docs/nblt-intro.pdf>, acesso em 25.10.2009.

LEFFA, V. J. A aprendizagem de línguas mediada por computador. In: LEFFA, V. J. (Org.) **Pesquisa em lingüística Aplicada: temas e métodos.** Pelotas: Educat, p. 11-36, 2006.

MOREIRA, F.H.S. **Evolução do Uso do Computador no Ensino de Línguas.** Curitiba: Revista Letras, n. 59, p. 281-290, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/download/2854/2336>>, acesso em 23.01.2009.

PAIVA, V.L.M.O. **O computador: um atrator estranho na educação lingüística na América do Sul.** 2008a (versão em português da palestra ministrada no WORDCALL 2008). Disponível em <<http://www.veramenezes.com/compatrator.pdf>>, acesso em 21.11.2009.

_____. **O uso da tecnologia no ensino de línguas estrangeiras: breve retrospectiva histórica.** 2008b. Disponível em <<http://www.veramenezes.com/techist.pdf>>, acesso em 21.11.2008.

_____. História do material didático de língua inglesa no Brasil. In: DIAS, R.; CRISTÓVÃO, V.L.L. **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas.** Campinas: Mercado de Letras, p. 17-56, 2009. Disponível em <<http://www.veramenezes.com/historia.pdf>>, acesso em 21.11.2009.

RICHARDS, J.C. & RODGERS, T.S. **Approaches and Methods in Language Teaching.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STEVENS, V. A direction for CALL: From behavioristic to humanistic courseware. In M. Pennington (Org.) **Teaching languages with computers: The state of the art**. La Jolla, CA: Athelstan, p. 31-43, 1989.

WARSCHAUER, M. Technological change and the future of CALL. In S. Fotos & C. Brown (Org.) **New Perspectives on CALL for Second and Foreign Language Classrooms**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 15-25, 2004.

_____. **The death of cyberspace and the rebirth of CALL**. English Teachers' Journal, v. 53, p. 61-67, 2000. Disponível em: <<http://www.gse.uci.edu/person/markw/cyberspace.html>>, em 26.11.2008.

_____. Computer-assisted language learning: An introduction. In S. Fotos (Org.) **Multimedia language teaching**. Tokyo: LogosInternational, p. 3-20, 1996.

WARSCHAUER, M., & HEALEY, D. **Computers and language learning: An overview**. Language Teaching, v. 31, p. 57-71, 1998.

WARSCHAUER, M. and MESKILL, C. Technology and Second Language Teaching and Learning. In J. Rosenthal (Org.) **Handbook of Undergraduate Second Language Education**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2000.

CAPITULINA E MADALENA

Patrícia de Souza Rodrigues

RESUMO: O presente artigo apresenta um cotejo entre duas importantes personagens da Literatura Brasileira. Figuras femininas que ganham vida na voz de seus pares, Capitulina da obra *Dom Casmurro* de Machado de Assis e Madalena da obra *São Bernardo* de Graciliano Ramos. Apresentadas ao leitor do ponto de vista de personagens-narradores, Capitulina e Madalena carregam características individuais que, ao longo da narração, vão sendo propositalmente construídas pelos narradores com a finalidade de conduzi-las à ambiguidade. A visão estabelecida das personagens femininas surge através de fatos exteriores e posteriores rememorados, o que induz à distorção dos acontecimentos. Essa posição configura a proposta deste artigo.

Palavras-chave: cotejo, figuras, femininas, vozes, ambiguidade.

ABSTRACT: *This article presents a comparison between two important personalities of Brazilian Literature. Female figures that bring to life the voice of their peers, Capitulina from Dom Casmurro by Machado de Assis and Madalena from São Bernardo by Graciliano Ramos. Presented to the reader by the point of view of characters narrators, Madalena and Capitulina have individual characteristics that, over the narration, are being purposely built by narrators with the purpose of conducting them to ambiguity. The vision set of female characters comes from outside and later rememorados facts, which leads to a distortion of events. This position, set the personal of this article.*

Keywords: *comparison, figures, female, voices, ambiguity.*

Das figuras femininas que povoam os romances brasileiros, inegavelmente, a mais enigmática e instigante é Capitulina da obra *Dom Casmurro* de Machado de Assis. Apresentada ao leitor pela voz de Bento Santiago, narrador-personagem, Capitulina vai de uma menina travessa e encantadora a uma mulher dissimulada e traidora.

O fundamental aqui é observar que Capitu não tem voz, a conhecemos do ponto de vista de Bentinho. Ingrid Stein diz que “é impossível, assim, analisar a personagem Capitu fora do contexto do adultério, uma vez que, descrita por Bentinho é através deste prisma que ela nos

chega.” (p.105). O encadeamento das memórias do narrador e a presença de elementos recorrentes, como por exemplo, características psicológicas de Capitu que Bentinho, propositalmente, mostra com veemência, intensificam a ideia do adultério. “Como vês, Capitu, aos quatorze anos, tinha idéias atrevidas, muito menos que outras que lhe vieram depois...” (p.45)

Por ser narrado num tempo posterior aos fatos ocorridos, pode haver uma distorção dos acontecimentos. Bentinho já velho possui uma visão estabelecida a cerca do suposto adultério da esposa e narra os fatos com convicção levando o leitor a acreditar no que diz em relação a Capitu. Embora haja intenção do narrador, durante todo o texto, em mostrar ao leitor quem é verdadeiramente Capitu, suas bases para a afirmação do adultério são apenas duas, a mais forte e, possivelmente, a mais convincente é a semelhança que ele vê entre Ezequiel e Escobar, mas isso pode ser apenas uma fantasia sua, já que ele conta ao leitor que o filho tem o hábito de imitar as pessoas, principalmente o suposto amante da esposa, Escobar, que tem muito contato com a família.

Bento Santiago não é a personagem a ser analisada, mas vale algumas declarações a seu respeito para tentar amenizar a culpa que Capitu carrega. Se ela é dissimulada, ele é infinitamente mais, pois se escondeu atrás dela durante toda a trajetória de suas vidas em comum. A dissimulação de Bentinho está na forma como ele sempre aceitou as ideias de Capitu, mesmo dizendo ou mostrando-se surpreso com a capacidade dela em ocultar fatos ele os aceita, pois tudo foi sempre em prol de sua pessoa, para protegê-lo, para, principalmente, ajudá-lo a não contrariar sua mãe, Dona Glória. Ele dissimula até mesmo o sentimento pelo filho.

O agregado da família de Bentinho, José Dias, diz que ela tem “olhos de cigana oblíqua”, mas quem se mostra oblíquo é Bentinho, pois viveu enquanto adolescente sob os comandos de sua mãe e de Capitu e, mesmo depois de velho, quando já não é mais Bentinho e sim “Dom Casmurro”, vive numa eterna evasiva, pois não consegue desmembrar-se da vida passada e mostra-se inserido num grande conflito psicológico. “O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida e restaurar na velhice a adolescência”.(p.16). Para Ingrid Stein:

Machado escreveu um livro em que, rigorosamente, a questão do adultério permanece em aberto; este não é o problema do livro, não é este o assunto, mas antes o conflito psicológico em que se encontra Bentinho – através de cujas ações o escritor descreve a dificuldade e a impossibilidade de apreender o ser humano... (p.109)

Embora Capitu apresente-se como uma menina e, posteriormente, uma mulher segura de si e convicta em suas ideias e atitudes, ao final de sua trajetória ela mostra-se como uma mulher submissa ao marido, pois se entrega às suas fantasias quase sem defender-se e aceita o exílio que lhe foi imposto. Ela mostra-se surpresa com as desconfianças do marido, parece não assimilar os acontecimentos e entrega-se a ele sem nenhuma reação. ”- Só se pode explicar tal injúria pela convicção sincera; entretanto você, que era tão cioso dos menores gestos, nunca revelou a menor sombra de desconfiança. Que é que lhe deu tão ideia?” (p.217)

O fato é o que ouvimos a respeito dela vem da voz de Bentinho. Ele como responsável pela apresentação dos fatos faz de suas memórias um pano de fundo para provar ao leitor que a Capitu mulher é reflexo da Capitu menina. “E BEM, E O RESTO? O resto é saber se a Capitu da Praia da Glória já estava dentro da de Mata-Cavalos, ou se esta foi mudada naquela por efeito de algum incidente.” (p.228).

Outra figura feminina que nos é apresentada através da voz de um narrador-personagem é Madalena da obra *São Bernardo* de Graciliano Ramos. Assim como Capitu, ela não tem voz própria e tudo que sabemos a seu respeito vem das lembranças de Paulo Honório que, assim como em *Dom Casmurro*, tem sua vida relatada em um livro escrito bem posteriormente aos acontecimentos narrados.

Madalena, esposa de Paulo Honório, apresenta características que se opõem às do marido. Ela é instruída, inteligente, culta e humana. Ele, por sua vez, é rude, ganancioso, violento e sem caráter. Ela surge na vida dele como a oportunidade de um bom negócio, pois, como professora, poderia lhe render algum lucro trabalhando na escola que pretendia construir na fazenda São Bernardo, adquirida de Padilha.

O meu fito na vida foi apossar-se das terras de São Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descarçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular. (p.09).

O choque gerado entre Paulo Honório e Madalena é muito grande. Ela mostra-se indiferente ao poder, opina sobre os negócios da fazenda, mostra-se interessada pelo bem-estar dos funcionários, opina sobre política, apresenta seu desejo de colocar a escola em funcionamento. Por esses motivos, não conseguiu êxito na relação com o marido. Ele, por sua vez, não consegue compreendê-la. Isso o leva a um patológico ciúme, que, de tão violento, a leva ao suicídio.

Capitulina e Madalena, ao mesmo tempo em que se aproximam, se distanciam. Capitu é-nos imposta, Madalena reproduzida. As duas são o mote pelo qual Bentinho e Paulo Honório escrevem, rememoram, e o fato de chegarem ao leitor pela voz de seus pares favorece a hipótese de que podem ser diferentes do que parecem, pois a visão unilateral das narrativas carrega apenas informações parciais e, nesse ponto, as personagens estão muito próximas. A memória serve como vínculo entre a narrativa presente e o passado e a ocultação de elementos pode ser tanto proposital, quanto não.

Mas essa perspectiva unilateral também pode distanciar as personagens femininas, pois Capitu aparece como um vislumbre, a da Praia da Glória na de Mata-cavalos ou o contrário, e desse modo ela continuará sempre um enigma, um mistério. Com Madalena, o mesmo não ocorre, já que o que se tem dela são fatos apresentados sem a intenção de denegri-la, embora surja certa ambiguidade no momento em que aceita a proposta de casamento.

Diferente de Bento Santiago, Paulo Honório escreve para recuperar sua história e desse modo entender porque não conseguiu adequar-se à vida de casado e nem entender as atitudes da esposa. A preocupação com o próximo o levou a ter um ciúme doentio de Madalena. “Três anos de casado. Fazia exatamente um ano que tinha começado o diabo do ciúme.” (p.167). A simplicidade de Madalena, a humanidade expressa nela e a amizade desinteressada para com os

outros é motivo de estranheza para Paulo Honório, daí o ciúme, a prova disso é que nem padre Silvestre foi poupado.

Apesar de todo esforço de Bentinho para denegrir a imagem de Capitu, e de todo seu intento para provar que ela é uma mulher traidora e, fundamentalmente, capaz de dissimular com perfeição, ela, surpreendentemente, depois de casada, apresenta-se submissa, pois sempre teve sua vida dedicada a ele. Talvez esse seja um mistério igual ou maior que o da traição. Já Madalena não se apresenta totalmente submissa, apesar de migrar da cidade para o campo por causa do marido e de não exercer mais sua profissão de professora, ela a todo o momento se confronta com ele. Para José Hildebrando Dacanal, “O choque entre ambos – e o desastre final – seria, portanto, o choque entre duas visões de mundo, entre duas concepções de sociedade.” (p.20).

Os dados apresentados mais distanciam do que aproximam Capitu e Madalena. Mas há dois pontos fundamentais que as aproximam, os filhos e o final trágico. Tanto Bentinho, quanto Paulo Honório, veem em seus filhos a marca do adultério. A morte das personagens femininas é necessária para a busca de algo de ficou para traz na vida das personagens masculinas. Bentinho precisa entender-se como indivíduo, para que isso ocorra tem que relembrar o relacionamento entre ele e Capitu, atando as duas pontas da vida. E isso só é possível por causa da ausência da esposa. Paulo Honório escreve para entender Madalena e, para isso, a ausência dela também faz-se necessária.

Dom Casmurro e *São Bernardo* são obras canônicas que se destacam pela função memorialística que apresentam e pela análise psicológica das personagens, marcos de referência comum. Embora escritas em épocas distintas, há um perfeito diálogo entre as duas obras. *Dom Casmurro* precede os romances da década de 30, mas apresenta um traço utilizado nos romances do século xx, o diálogo entre o passado e o presente, no qual insere-se o leitor, representante da atualidade. Para Harold Bloom:

O cânone, assim que o tomemos como relação de um leitor e escritor individuais com o que se preservou do que se escreveu, e nos esqueçamos dele como uma lista de livros de estudo obrigatórios será visto como idêntico à literária Arte da Memória, não ao sentido religioso do termo. A memória é sempre uma arte, mesmo quando atua involuntariamente. (p.25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Porto Alegre. L&PM, 2008.

BLOOM, Harold. *O cânone Ocidental*. Trad. Marcos Santarrita. Objetiva.

DACANAL, José Hildebrando. *O Romance de 30*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MORAES, Santos. *Heroínas do Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Expressão é cultura, 1971.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 68ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: 1984.

CENTERING THE OTHER: MAKING THE NATIVE VISIBLE

Majed Hamed Aladaylah
Al-Karak University College
aladylah@yahoo.com

ABSTRACT: *Constructs of Othering, is a construct of Western colonialism discourse constituting the ideologies of imperialism and the motivations to “civilize” the East. Since discourse by nature is rule-govern, it will define, describe what is possible to say or what is not possible or not say in a particular situation and its conventions will determine what to write, how to write and how to represent the Self in the writing. In the process of Othering, the Self is centred, glorified and made visible while the Other is vilified, silenced and made invisible. The strategies of Othering are manifold and include the use of binary oppositions, unvoicing and dehumanizing. The fundamental element in the project of Othering is the provision of positive features to the Occident and negative ones to the Orient. The paper engages the construct of Othering using an Orientalist reading position in demonstrating the absurdities of representations in western colonialist discourse. The object of the paper is to dismantle the cloak of “invisibility” shrouding the Other so that true representations may be enabled. The paper exemplifies the above notions using William Somerset Maugham’s short story *The Yellow Streak*.*

Keywords: *othering, ideology, colonialism discourse.*

This paper examines to what extent representations of ‘Othering’ in W.S. Maugham's narratives a colonialist writer, is a construct of colonial and imperial ideology. This paper particularly focuses on British colonialism in South East Asia since most of Maugham’s short fiction is set in this region during the nineteenth century. Apart from providing the historical background, this paper will also discuss issues pertaining to colonialism, with reference to the relationship between the colonizer and the colonized in colonial societies, in South East Asia, with special focus on Malaya (Malaysia). Colonialism extended to every part of the world, including Malaya. It could not have occurred without the existence of a set of beliefs and ideologies that helped to justify the possession, occupation and ruling of other people and their lands.

A discussion on colonialism is significant to this study, as Maugham's literary works are set in the colonial period and expands the colonialist ideology and authority. If we begin with a basic

definition of colonialism, we can say that "Colonialism is the name given to the method used by the industrially developed Western nations. The entire Western colonial enterprise, began by the Spanish and Portuguese, continued by the French, the British, the Dutch, the Germans, and the Italians and fortified in its last phase by the Americans, was a venture that reshaped geography and history in almost all of Asia, Africa and Latin America" (Murat Sayym, 2004: 3).

Nevertheless, the boundaries of colonialism, like those of many literary eras, are difficult to draw. The history of colonialism as a policy or practice goes back to centuries and I believe the story of colonialism is not over yet. Literature of that period often reflected the concerns of colonialism through the depiction of native peoples and foreign landscapes or the vague allusions to distant plantations. As colonial activity gained momentum in the late nineteenth century, the reflection of that activity- as a celebration of Europe's might or perhaps because of the fear of what lay in the wilderness – grew in intensity. Thus roughly, one can say that the literary movement supporting colonialism began around 1875, through World War I and up to World War II. Around 1945 colonialism was a primarily feature of British literature, given that the British dominated the East.

The ideology of depicting European identity as superior in comparison to all the non-European peoples and their cultures is sustained on their ideology. These representations were perpetuated by the English expatriates in the overseas colonies, where they considered the 'Other' as 'inferior'. In order to legitimize imperialism, the idea that there was a clear racial and cultural divide between the white or the European races and the Other or the natives was planted in the minds of people. This idea of dividing the races into two opposing groups stemmed from Eurocentric beliefs. These two groups, the native and the European, were separated not just in terms of natural, physical differences but also in terms of specific traits, traits that were significant to culture (Wodak cited in Coulthard 1996: 113). Moreover, the particular traits that were singled out, based on casual personal observation, were attributed to the whole race and assumed to be hereditary or acquired from birth. This was done to create the construct of the

‘Other’ as different from the ‘Self’. The ‘Other’ is negatively represented, while everything about the ‘Self’ is positive.

Scholarly interest in colonialism arose when colonial empires began to lose their international legitimacy and ceased to be viable forms of political organizations. Earlier, when colonialism was an object of mobilization, scholars and intellectuals were most captivated by its liberation and the possibilities of "modernization" and "development" for the colonized peoples.

This research paper based on Said’s notion of *Orientalism*, the imperial idea that fundamental cultural differences between the European and non European world was profoundly important to the civilizing mission in a number of ways. For example, the characterization of non-European societies as backward and primitive legitimized conquest of these societies and justified the measures colonial powers used to control and transform these peoples. Antony Anghie tries to show the role of international law in legitimizing colonialism: the civilizing mission’s hidden agenda (Anghie, 2005: 5-6).

Therefore, we see that the relationship between the Occident and the Orient is based on binary oppositions. Europeans were categorized as superior, civilized, advanced, sophisticated, brave, rational, and intelligent, while the natives were portrayed to be blood-thirsty, stupid, slave of customs, irrational, lazy et cetera. This ‘created’ an urgent need to put everything in order; imperial intervention was considered an absolute necessity. In accordance, it was the most natural thing for the European race to intervene, dominate, control and rule the Orient. More than that, since the natives, depicted as devoid of natural intelligence, were incapable of utilizing fully their natural environment for their benefit, Europeans had to carry out the job for them. These binary opposites were broadcasted to legitimize their presence in the East.

The West employed its power of discourse over the East, and it did not permit the Orientals to represent themselves and their culture. This illustrates Said's notion of power: in *Orientalism*

as a Western style for dominating, restructuring, and having authority over the Orient (Said, 1995: 3).

This analysis here will discuss the relationship between Maugham's narrative, which is rooted in colonial ideology, and the textual product as an agent of dominance. This process will link the text to its social and cultural origins. Doing so, will reveal how colonialist assumptions are reinforced through imperialist literature.

‘Othering’ as a Colonialist Construct

This section aims to demonstrate the Western constructs of the "Self" and the "Other". It needs to be emphasized here that the stereotypical representations of the Other not only originated from travel writings or made popular by adventure fiction but also were driven from scientific theories and the discourses of imperial politics. In other words, literature science and politics worked hand in hand to construct the "Orient". This is what Said terms “Manifest Orientalism” (1995: 206). Manifest orientalism refers to the innumerable examples of Orientalist knowledge produced in different texts, essays, images, cartoons and movies, in order to emphasize the connection between the imaginative assumptions of Orientalism and its material effects.

Othering, or to construct the ‘other’, resulted from Western colonialism. This section will attempt to examine the processes involved in the construction of the ‘Other’, and also the various ways in which the Other has been constituted in travel writings and in popular adventure fiction.

Discourse is by nature governed by the ruling power: the ruling power determines what is to be narrated and how to narrate an event. Therefore, it is vital that the researcher identify these hegemonic elements and their impact on Maugham’s narrative, which will be carried out in Chapter Four.

The Orient is seen as uncivilized and backward by Western writers. Said's argument reveals this clearly:

Writers as Carl Peters, Leopold de Saussure, and Charles Temple draw on the advanced/backward binarism so centrally advocated in late nineteenth-century Orientalism. Along with all other peoples variously designated as backward, degenerated, uncivilized, and retarded, the Orientals were viewed in a framework constructed out of biological determinism and moral-political admonishment (1995: 207).

Orientalism constructs binary opposition: division between the Orient and the Occident; each one assumes an opposite position to the other (McLeod 2000: 40). The positive features always associated with the Occident while the negative ones attributed to the Orient.

Western civilization, during colonization, became the way of identifying the order of value throughout the globe. This produced discourses of difference: the Westerner developed a particular hegemonic way of identifying the 'Self' as opposed to the 'Other'.

This hegemonic form of 'Othering' is one of the colonial strategies - there were many strategies that travel writings and adventure fiction employed – used to distinguish the 'Self' from the 'Other'. First of all is the construction of "we", which aims to define the Self as a group sharing similar positive characteristics. This is the starting point towards the construction of a discourse of difference in order for the 'Self' to manifest this notion and distinguish itself from the negative 'Other'. Thus, the 'we' in discourse evoked a sense of 'imagined community' in colonialist texts, which was perpetuated by Western travelogues and adventure books. Thus, "we" also forged a sense of community and camaraderie among the peoples of the West in justifying its domination over the 'Other'.

We shall look at this colonialist social identity theory according to Festinger's (1954) notion of social comparison. Basically, a positive self-concept is a part of the normal psychological functioning. There is a reasonable amount of evidence which shows that to deal

effectively with the world we need to feel good about ourselves. The idea of social comparison is to create oneself against what the other lacks.

Colonialism used this idea of social comparison, highlighting what was lacking in the Other in comparison to the ‘Self’. This constructed the Other as deficient, when looked at from the viewpoint of European standards and norms of behaviour. The Other is seen as lacking in culture, civilization, history, intelligence, discipline, morals and so on. Perceiving the East as this lacking Other instilled in the minds of the West a sense of racial, cultural and intellectual superiority. With this sense of superiority notions like ‘the white man’s burden’ were born, which then became the basis to civilize the Other.

As pointed out by Rana Kabbani (1986: 42), Egyptians are seen the uncivilized Other by Lane, who claims that this nation, with the character of its inhabitants so heavily plagued by faults, had only one hope for improvement - the enlightenment -that could be brought to it through contact with the West. Lane adds:

We may hope for, and, indeed, reasonably expect, a very great improvement in the intellectual and moral state of this people, in consequence of the introduction of European science, by which Mohammad’ Alee, in some degree, made amends for his oppressive sway (1986: 42).

In the statement above, Lane associates the Egyptians with negative representations. Lane depicts them as intellectually different (inferior) from the Europeans and with this gives reasons for Egypt to be colonized. Another example is Alfred Russell Wallace, who in his book *The Malay Archipelago*, asserts that the Malay race is rather deficient in intellect because “they are incapable of anything beyond the simplest combinations of ideas, and have little taste or energy for the requirement of knowledge” (1983: 448). Thus the colonialist writers, we see, had the same belief system of representing the Other as inferior, which was very much in accordance to imperial ideology.

We must bear in mind that travel writers have their own world view and therefore will automatically tend to look at anything that differs from their culture as negative or inferior. Collin Abraham explains that during the heyday of the empire, travel writers used to report about the native peoples' lack of discipline and industry in the tropics. The natives were perceived and depicted by Western observers as lazy. Indolence was considered a natural characteristic of the Other: something that is in the genes of these people and inherited from birth. These kinds of depictions of the East justified colonial rule. The picture given was that these natives were themselves a hindrance to their own development. With this, the colonizer made it seem as if it was the duty of the West to help these people with their progress. Thus the colonialist myth of the 'lazy native' made way for British imperialism (Abraham 2004: 51).

Savage (1984: 114) remarks that the Malays refused to provide the necessary labour force to the Anglo Saxon, as they were essentially a non-productive race, to the extent that they were not even willing to obey their colonial masters. This representation of the Malays had behind it a hidden agenda. The Malays had to be represented as lazy to justify the British policy of bringing in labour force from China and India.

The Other's lack of culture was another colonialist construct. The Other was projected as the opposite to the civilized colonial Self. The Other was labeled backward, savage, childlike, immature, et cetera and described as living in a time and manner that was very distant from the Self, who on the other hand was portrayed as cultured, matured and so on. This hegemonic form of difference was a construct that conformed to Western ideology.

According to Street (1975: 51), 'the Great Chain of Being' provided a useful model for those nineteenth century scientists who were keen to "examine, classify and arrange the whole order of nature in a national pattern". This pattern meant placing every aspect of nature, from the highest to the lowest, into a universal hierarchy. Scientists proceeded to incorporate Man into this hierarchy and went about searching for criteria to classify Man. If Man could be classified scientifically, this knowledge could then be harnessed for social, political, economic and religious

gain. It was Carl Linn, or, in Latin, Linnaeus, the Swedish naturalist, who provided the basis for all future classificatory systems in his book *Systema naturae* (1735). The contents of this book left a lasting impression not only on travel writing but on the ways Europeans made sense of their place in this world (Pratt 1992: 24).

The observing and cataloguing of the flora and fauna in the colonies was frequently churned into travelogues with a dash of adventure. Travel accounts of the Far East were reconstructed into travelogues with a story line. Boehmer explains that:

When humans were incorporated into this universal framework they were put on the same scale (though much higher) than the animals. In the system of classification involving humans, peoples from other cultures were ranked on the basis of their differences to the European man. As such, peoples from other cultures were ranked lower in the hierarchy than the European resulting in the former being categorized as either the degenerates or the evolving types, the in-betweens, the ones who filled the gap between the human and animal world (1995: 84).

There is another fundamental issue that needs to be addressed here. One cannot simply ‘decode the Other’, and translate the symbols and signs of their world and culture into a set of accessible analogues that ensures a continuum of ‘our and their’, ‘us and ‘them’. The very grid of intelligibility that would make such a reading possible is grounded in a cultural location that cannot but read what is outside through its own values. Otherness would hence be ‘individualized’ as the discovery of our own assumptions. This otherness will outstrip even the most advanced translation of terms (Hook 2005: 4).

The last decades of the nineteenth century was a time of mounting self-doubts and apprehension towards imperialism and British overseas military expenditure. The Empire was threatened both within and outside Britain. Growing Irish nationalism and socialism in the imperial centre, and the outbreak of wars such as the Anglo-Boer War, all fueled doubts towards British expansion policies. This was also a time when the effect of miscegenation in the colonies, or a regression towards a barbaric or savage state as a result of close cultural contact between the

white man and the native, took place (Boehmer 1995: 34). These fears were ignited by the theories of degeneration and atavism.

The discourse of degeneration and atavism, to some extent, influenced the representation of the European in some popular adventure stories that were written around this time. Drawn by the dialectics between “primitive” and “civilized” cultures, some of these writers chose to write about the psychological dilemma faced by those Europeans who were stuck in the colonies. The principle characters of these stories were no longer considered to be heroes but degenerates who had a string of failures to their credit (Shakila 2000: 153). The protagonist, Philip Carry, in Maugham’s *Of Human Bondage* (1915) fails in many of his ventures and become isolated and alienated in his own world. The European characters in Conrad’s *Heart of Darkness* (1902) too are depicted as though they lost their cultural identity and purpose. All this depicts the colonial ideology.

Ambivalence in Representation

The binary opposition between the colonizer and the colonized is dismantled by revealing ambivalence in the colonialist representation of its subject.

Ideology and identity is not fixed but fluid. According to Jacques Derrida, the two members of the opposition are not completely opposite (2008: 2). Thus, examined carefully, we shall see that the depiction of the colonizer-colonized relationship in Maugham's short stories is also fluid. In this manner Bhabha's view of colonialist discourse differs from Said's *Orientalism*. Said outlines fixed binaries between the East (colonized) and the West (colonizer) in colonialist writings. Bhabha confutes these neat categories of binariness. Bhabha shows how the colonizer is affected by the colonized. In other words, the colonial ‘Self’ needs the colonized ‘Other’ to reaffirm its own identity. Hence, Bhabha asserts that colonial discourse is ambivalent because it does not show absolute opposition.

The representation of the colonized peoples in colonialist literature is paradoxical in nature. The representation contradicts imperial ideology. This is what Bhabha calls ‘ambivalence’. As discussed in Chapter Three, ambivalence refers to the coexistence and interdependence of two contrary impulses or affects. There are times when the colonized is not seen as the ‘Other’. Bhabha illustrates that the “Other... Not the Other, the same but not quite” (Bhabha 1994: 86). Peter Hulmes states that instead of succumbing to the traditional history that represents the native as the monolithic “Other”, there are other discourses of civilized other and discourse of savagery (Hulme, 1986: 21). This is relevant to his observation of the natives of the Caribbean, who are divided into two categories: the Arawaks, who accepted colonization; and the Caribs, those who rebelled against colonial rule. In a later stage, Edward Said too noted this ambiguity in the works of ideology, and thus suggested that the archaic epistemology of the separation set on the notion of the differences should be reevaluated.

Homi Bhabha brings into attention the complexities of the relationship between the colonized and the colonizer. The imperial master needs to maintain his superiority, hence the colonized will have to be maintained as subservient and loyal to the colonizing government. To ensure this binary separation, stereotypes were deployed. According to Bhabha, these stereotypes were constantly repeated by the colonizer in discourse so that the hierarchal strata of cultural identity could be maintained.

In Maugham’s short stories, readers clearly see repeated attempts of the colonizer’s agenda of superiority and control. However, attentive readers will notice the shaky grounds on which colonialist writers try to depict colonial superiority: authority slides unconsciously between the colonizers and the natives. The character, Izzart, in Maugham’s *The Yellow Streak*, is one example of the ambivalent relationship between the colonizer and the colonized: Izzart is neither white nor native; he is in control yet he loses control; he is in charge yet unable to fully take charge. It seems as if the writer, in this case Maugham, cannot cover the artificiality of politics in literature.

Literature is a representation and imitation of life, while, in colonial politics, success is based on emphasizing imperial views, which is based on sharp distinctions between the colonizer and the colonized. However, it seems that the colonialist writer gets trapped when trying to convey imperial ideology in works of art, especially literature, as art does not allow artificiality to remain covered simply because literature imitates life. Politics and journalism, two fields that can be manipulated by those in power, remain artificial and are full of ideology compared to literature, which ultimately unveils all gaps and silences through slippages.

Returning to the discussion on ambivalence, colonialist writings portray the native as a mimic man who reproduces the colonialist's assumptions, habits and values. Bhabha in his essay, *Of Mimicry and Man; the ambivalence of colonial discourse*, states that mimicry is "one of the most elusive and effective strategies of colonial power and knowledge" (Bhabha 1994: 85). It is here that ambivalence can be seen. In the next section, we take a look at the gaps and slippages in Maugham's narrative, which reveal ambivalence in colonial discourse.

This section focuses on ambivalence in colonialist writers' (in this case Maugham's) representation - racial and physical differences - of the other. As discussed, colonial mimicry is evident in colonialist texts. The discourse of mimicry consolidates the recognizable 'Other' in signifying the subject of a difference. Bhabha defines mimicry as "almost the same yet not quite" (Bhabha 1994: 86).

In Maugham's short stories, we come across European characters, who cannot escape a complex and paradoxical relationship with the native peoples. We see the native characters mimicking the ways of the colonizer. Yet these characters cannot exactly imitate the Europeans - "almost the same but not quite". As a result, though Maugham tries to show Western influence and authority on colonized natives, these characters, at the same time, mock the colonizer as their mimicking is comical. This creates ambivalence in the representation of the Other: the colonial

writer wishes to show colonial superiority, but the end product, the narration, ridicules the Western influence on the colonized peoples.

For instance, in Maugham's *The Yellow Streak*, the half-caste character is despised by the so-called pure European breed.

He was a tall, powerful man, over six feet high, and had a neat black moustache and neat black hair. He was a good-looking fellow and he knew it, and he dressed well, shabbily when shabbiness was good form, and smartly when the occasion demanded. He had loved the army...go to parties and wear a uniform. He hankered after London (Maugham 1986: 213-214).

In the excerpt above, we see Izzart, a half-cast, who tries very hard to fit in the European way of life. The double consciousness of living in-between disturbs him, and as a result, he lives in confusion. This point is a negative effect of Western influence. Instead of encouraging Western influence, the story unconsciously discourages it. In the excerpt below, we see how this half-caste is uncomfortable with his European superior.

He was very sensitive to the impression he made on others, and behind Champion's joviality he had felt a certain coolness; those shining blue eyes had summed him up; and it vaguely irritated Izzart that Champion had formed an opinion of him, and he did not quite know what it was. He was exasperated by the possibility that this common little man did not think entirely well of him (Bhabha 1986: 207).

Despite the fact that the Europeans in the story accept Izzart as a colleague, yet they feel distanced from him. They are uneasy about Izzart, who looks like them but still different from them. Here, colonial superiority is challenged: mimicry takes the form of threat.

"By God, Izzart, you're looking green about the gills", he said. "I never saw such a filthy colour". Izzart flushed. His swarthinness was always a sensitive point with him. But he forced himself to give a cheery laugh" (1926: 217) ... What difference could it make, that drop of native blood in his vein, and yet because of it they would always be on the watch for the expected failure at the critical moment. Everyone knew that you couldn't rely on Eurasians, sooner or later they would let you down; he knew it too, but now he asked

himself whether they didn't fail because failure was expected of them. They were never given a chance, poor devils (Maugham 1986: 216).

The quotation above reveals contradiction. For example, the phrase "what difference could it make" contradicts with Izzart's regret that his mother is a native. He blames his failure on the native blood in him. This is parallel to the claim made by Morrison that "such adulteration and cross breeding must inevitably bring with it the degradation and death of the white race (2003: 55). Izzart is one example of the union between the European and native in colonialist texts that supposedly causes the downfall of the European race. Here, we also see that the non-European is stereotyped as 'lacking': the native skin colour is upon at as filthy. Thus, the half-caste Izzart, though he does his best to assimilate into the colonial race, is never successful. As such, the two entities – the civilized native and the savage native – are seen as one. This shows ambivalence in colonialist discourse - the civilizing mission is seen as a failure. Izzart is civilized but still inferior, "though he had done everything to develop the calves, his legs were like broomstick."

Half-castes are just like mimic men. They challenge the power of structure of colonialism. Ambivalence, according to Bhabha, is a source of anti-colonial resistance in that it presents an unconquerable challenge to the entire structure of the discourse of colonialism (McLeod 2000: 55). This notion of ambivalence is similar to Macherey's term 'slippage'. Homi Bhabha states:

the discourse of mimicry is constructed around an ambivalence; in order to be effective, mimicry must continually produce its slippage, its excess, its difference (Bhabha 1994: 86).

Colonialism produces subjects that are recognizably the same as the colonizer yet different. The 'civilizing' mission is thus a failure. Ambivalence in colonialist discourse becomes evident through contradiction in representation. For instance, Izzart, a half-caste mimic man, is seen as a split subject. Maugham's portrays the half-caste as lacking, but, on the other hand, the narrative reveals how the colonizer fails to make the subject an image of the colonizer. This kind of slippages in colonialist discourse reveals ambivalence. As Macherey (1998) states, narratives, many a times, reveal the unintended.

Maugham's narration is ambivalent. There are slippages in the social representation of the colonized peoples. This supports Butcher's statement:

What seems to be forgotten in this preoccupation with the dignity of the white race is that the natives too are a community with its own social codes of conduct and therefore its own way of looking at the issue. It never occurred to any of those who wrote the natives might look liaisons with natives might look upon liaison with native girls as sexual exploitation or harassment of their womenfolk (Butcher 1979: 212).

According to Pierre Macherey, it is the silences and gaps in a text that are significant to an understanding of the ideological background of the writing subject. However, resistance is always an effect of the contradictory representation of power in political ideology. As a text does not record what we see and failed to record what lies outside our field of vision; rather, we see all the elements of reality about which we write, but the written text cannot always make the right connections between them. A text thus tends to present reality partially or leaving gaps (Macherey 1978: 19). And it is through these gaps, the informed reader sees what the writer tries to conceal. Gaps therefore act as a kind of resistance towards Maugham's text.

In *The Yellow Streak*, Campian, the European character, seeks the help of Izzart, the half caste, when he is caught in the Bore. Even though he knows that Izzart is a half caste, he does not have any choice but to depend on him. "Izzart, Izzart. Help. Help. It was Campion's voice. It was a scream of agony (1926: 225)." Izzart did not feel like helping him. "Campion, Campion. What did he care for Campion? Fear seized him, a blind, animal fear and it gave him a new strength. He did not answer (1986: 225)." Here, we see Izzart's silent resistance. "At that moment two dug-outs, with Malays in them riding the Bore, passed swiftly by them. They shouted for help, but the Malays averted their faces and went on (1986: 224)." This is another example of the native people's resistance

Though these narrations attempt to portray the natives as cold-blooded revengeful people, the outcome is paradoxical. The European now seems depended on the native instead of vice versa: the native becomes the savior and hero.

These excerpts show that the colonizers needed the colonized and not the other way round. This ambivalence in social representation in colonialist discourse contradicts the colonist ideology where the European is deemed the hero. The text deconstructs itself in the process of literary production, revealing gaps, silences and slippages, which challenge the power structures of colonialism as well as disrupt the binary oppositions upon which imperial ideology is built.

There are psychological contradictions in Maugham's representation of the natives. Maugham's stories, like most colonialist texts, place the Western character as hero and savior of mankind. But in Maugham's *The Yellow Streak*, Campion admits that he owes his life to the natives who save him, "I owe my life to these two sportsmen here" (1926: 130). This is a slippage which positions the native at the centre and the European at the margin of events - the native is hero. Ambivalence in representing the native, therefore, dismantles the psychological bondage of representation.

Ambivalence according to Bhabha is where "the native is derided at one hand but they are desired at the same time" (1944: 186).

Maugham's narratives depict the colonized people in the state of self-bondage. For example, Izzart is depicted as mesmerized by all that is European. Then suddenly it dons on him that he cannot run away from the native blood in him.

And then a thought came to him which made him go hot and cold; he knew that secret which he had guarded so long was a secret. He was on a sudden certain of it. Why should he have those bright eyes and that swarthy skin? Why should he speak Malay with such ease and have learned Dyak so quickly? Of course they knew. What a fool he was ever to think that they believed that story of his, about the Spanish grandmother! They must have

laughed up their sleeves when he told it, and behind his back they had called him a *damned nigger* (Maugham 1986: 240).

The above excerpt shows how colonialist discourse spreads the myth of the lazy native and instills white supremacy. Intelligence is associated only with the Europeans. Izzart's acceptance of himself as inferior in the narrative perpetuates colonial supremacy. This is how the native is made to look inferior in colonialist discourse.

This paper has brought into attention examples of physical, social and psychological ambivalence in Maugham's narratives. These examples, thus, show how literature speaks its own truth and disrupts power relations.

- Abraham, C. 2004. *The Naked Social Order: The roots of Racial Polarisation in Malaysia*. Pelaenduk (M) Sdn Bht. Selangor Darul Ehsan, Malaysia.
- Anghie, A. 2005. *Imperialism, Sovereignty and the Masking of International Law*. Cambridge University Press.
<http://www.cambridge.org/uk/catalogue/catalogue.asp?isbn=0521828929> [1 February 2009].
- Bhabha, K. H. 1994. *The Location of Culture*, Routledge
- Boehmer, E. 1995. *Colonial and postcolonial literature. Migrant metaphors*. Oxford: Oxford University Press
- Conrad J. 1963. *Heart of Darkness: an Authoritative Text Backgrounds and Sources Essays in Criticism*. W.W. Norton. New York.
- Derrida J. 2008. Structuralism/Poststructuralism.
<http://www.colorado.edu/English/courses/ENGL2012Klages/1derrida.html>
[14 July 2006].
- Hook, D. 2005. *The Racial Stereotype, colonial discourse, Fetishism, and Racism*. LSE Research Online.
<http://eprints.lse.ac.uk/954/1/Psychoanalyticreview.pdf> [5 February 2007].
- Kabbani, R. 1986. *Europe's myths of Orient*. Indiana University Press
- Macherey, P. 1978. *A theory of literary Production*. Trans. Geoffrey Wall. London: Routledge and Kegan Paul.
- Maugham, S. W. 1986. *The Casuarina Tree*. Oxford University Press. Oxford New York.
- Morrison, J. 2003. *Writing and Race in contemporary Fiction*. London. Routledge.
- McLeod, J. 2000. *Beginning Postcolonialism*. Manchester: Manchester University Press.

- Roff, R. W. 1994. *The Origins of Malay Nationalism*. Oxford University Press. Oxford New York.
- Said, W. E. 1995. *Orientalism*. Pantheon Books a division of Random House Inc.
- Sayym, M. 2004. *Victimization of the European and Native Women by Colonization Uneasiness of women in selected texts*. Dogus University.
<http://www.geocities.com/husociology/europe5.htm> [12 March 2007].
- Street, B. V. 1975. *The savage in literature*. London: Rutledge & Kegan Paul.
- Streissguth, T. 2001. *Slavery*. Greenhaven Press.
- Wodak, R. 1996. *The genesis of racist discourse in Austria since 1869*. In Caldas-Coulhard & Coulhard, M. (eds.) *Text and Practice. Readings in critical discourse analysis*. 107-128. London: Rutledge.

LITERATURA E LINGUAGEM

Renato Suttana*

RESUMO: Neste artigo, discute-se o problema da relação que existe entre literatura e linguagem, enfocando-o sob a perspectiva ambígua de que, na literatura, nem a linguagem é totalmente literária, nem a literatura se confunde inteiramente com a linguagem. Partindo do pressuposto de que a voz da literatura não fala por meio de intuições parciais, mas dirige-se para um todo de experiência (de mundo e de leitura) que dá sentido ao ato de ler, busca-se investigar a relação entre essa totalidade e a linguagem em que se incorpora. Não sendo de todo linguagem – e não sendo, portanto, objeto de estudos que se centram exclusivamente no ponto de vista linguístico –, a literatura, compreendida como o todo, nos leva ao questionamento do seu ser. É nesse ser, questionado, que se deve procurar o sentido tanto dos empreendimentos da crítica e da sua linguagem específica, quanto das aproximações desarmadas de uma leitura que não se deseje metódica e, menos ainda, profissional.

Palavras-chave: Literatura, linguagem, teoria da literatura, crítica literária, experiência.

ABSTRACT: *In this article, the issue of the relationship between literature and language is argued under the ambiguous perspective that, in literature, neither language is totally literature; nor literature must be understood as language. Starting from the presupposition that the voice of literature does not speak by means of partial intuitions, and that it points itself to a whole of experience (of world and reading) that gives meaning to the act of reading, we try to investigate the relationship between this totality and the language in which it embodies. Not entirely language – and not, indeed, a subject to studies that center mostly in the linguistic point of view –, literature, understood as the whole, leads us to the questioning of being. It is in such being, argued, that we must search for the meaning either of the enterprises of criticism and of its specific language, either of the meaning of the unarmed approaches of a reading that does not mean to be methodic and, still less, professional.*

Keywords: *Literature, language, theory of literature, literary criticism, experience.*

A análise que Affonso Romano de Sant’Anna fez de *O guarani*, publicada em 1973 em seu livro *Análise estrutural de romances brasileiros*, pretende ser, nas palavras desse autor, uma “desmontagem do sistema de composição” do romance de Alencar. Ressaltam-se “duas constantes imprescindíveis à caracterização de uma obra como narrativa de estrutura simples: o

* Doutor em Letras. Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: rsuttana@arquivors.com.

mito e a ideologia” (SANT’ANNA, 1984, p. 56). Para Sant’Anna, localizadas as constantes, o estudo do romance permitirá identificar “uma outra estrutura de composição por detrás da massa uniforme dos capítulos” (1984, p. 57). Essa estrutura, organizando os capítulos, o fluxo da narrativa e a composição das personagens, permaneceria no fundo, cabendo ao crítico trazê-la à luz por meio da sua própria linguagem – que decifra, esclarece e dispõe os dados de um modo mais compreensível. E de que maneira ela – a estrutura – se daria a perceber, até o ponto de podermos afirmar, com esse crítico, que, por sob a referida “massa uniforme dos capítulos” – que corresponderia, imprecisamente falando, àquilo que o escritor *efetivamente* realizou no plano da sua própria linguagem –, se insinua uma outra linguagem, mais clara, mais coerente e – por que não dizer? – menos difusa do que a primeira? Competiria, pois, à análise aprender a escutá-la, ou a decifrá-la ao seu próprio modo, e haveria recursos para tanto?

Segundo o crítico, existiria de fato “uma *mensagem* estruturalmente disposta dentro da narrativa e que só pode ser conhecida na medida em que dispusermos de elementos decifradores do seu *código*” (1984, p. 57, grifos do original). Essa atitude implica não só a seleção e o exame rigoroso de certos elementos que serão enfatizados (e as ênfases se tornam importantes aqui) e cujas articulações se procurará descrever, como também implica o esforço de construção de uma linguagem que nos dá a ver tudo isso. Mas implicaria, supomos, um certo risco, que não convém negligenciar. Ao afastar-se da linguagem *real* do romancista – aquilo que o romancista realmente escreveu na sua própria linguagem –, a fim de substituí-la por um código a partir do qual a obra passaria a dizer o que não diz imediatamente por meio de sua linguagem, a atitude da crítica teria de arcar com a responsabilidade de atribuir, em seguida, ao autor, como sendo próprio da sua linguagem, aquilo que só a análise – e não a linguagem da obra conforme esta se dá a ver – foi capaz de mostrar ou de trazer à luz.

“Com efeito”, prossegue Sant’Anna, “essas três unidades sequenciais” em que tal código se configura “podem ser conhecidas através da leitura de seus signos”, os quais se articulam em códigos que, nas circunstâncias da análise, o crítico designará por meio de termos especiais (1984, p. 57-58). Interromperemos neste ponto, sem entrar em pormenores mais exaustivos acerca de todo o procedimento. Cumpre, apenas, para os objetivos desta reflexão, observar que a conversão de certos elementos, detectados e nomeados como inerentes à obra – e que se supõe

sejam passíveis de serem isolados para tais finalidades –, em partes (ou signos) de um código que a obra não explicita por si mesma (e que cabe ao crítico descrever) é de responsabilidade da crítica. Corresponde, quando menos, a um gesto unilateral de conceder sentido por parte do comentário e, até certo ponto, de “legislar” sobre esse sentido, ensinando à obra aquilo que ela diz na medida em que pretende estabelecer-se (o comentário) numa espécie de eterna remissão a ela, isto é, numa espécie de jogo em que o dado que o crítico intui como relevante deve ser interpretado como sendo próprio da linguagem da obra, muito embora o que a obra nos diz não dependa, necessariamente, de nenhuma crítica para *falar* ou se fazer entender.

Não se trata de desautorizar a crítica ou de dizer que ela trapaceia quando joga com dados que ela mesma fabricou no ato de se aproximar de seu objeto. Embora a comparação não seja precisa – pois, afinal, a crítica não cria do nada o objeto sobre o qual se debruça –, trata-se de reconhecer que existe uma defasagem, um desnível ou um descompasso no qual, instalando-se uma linguagem (a linguagem da crítica que analisa e nomeia os códigos), uma outra linguagem (a linguagem da obra ou do que quer que seja) se vê de pronto desautorizada. Trata-se de converter em sinais aquilo que não traz consigo, embutido ou anexado ao seu próprio corpo, nenhuma regra ou código de decifração: trata-se – se não formos demasiadamente brutais com a questão – de obrigá-lo a falar uma linguagem que se diria contrafeita. Essa linguagem, uma vez definidos os seus estatutos, poderia dizer muitas coisas, mas diria, sobretudo, aquilo que o crítico interpreta ou deseja que seja dito, valendo assim a sua própria linguagem como critério primeiro e penhor final daquilo que se diz:

Nesta fase, sem dúvida, há o edênico. Mas o edênico aparente. Pois por detrás da harmonia há o domínio de um elemento sobre o outro justificado ideologicamente por um modelo cultural e natural. Mas a situação parece se encaminhar para uma modificação nessa relação, pois aqueles que eram apresentados inicialmente como *senhora* e *escravo* são descritos no *código edênico final* como *irmã* e *irmão*, sugerindo que, finalmente, houve a integração total dos elementos, de acordo com a ideologia do autor, que agora vai afirmar a supremacia da Natureza sobre a Cultura, pois só com a integração total na natureza poderia haver paz. (SANT’ANNA, 1984, p. 60-61)

Recomendamos a análise de Sant'Anna como a maneira menos adequada de ler o romance de Alencar. E o fazemos não só pelo fato de que nela se omite, com certo imediatismo que não deixa de nos desiludir quando pensamos em tudo o que dele se exclui, tudo aquilo que torna o romance interessante *em si mesmo*, do ponto de vista de uma apreciação desarmada de certas qualidades que nele parecem afirmar-se – entre as quais incluiríamos o fluxo incessante e vertiginoso da imaginação, a capacidade da linguagem de sustentar e corroborar esse fluxo, sem se deter por um instante sequer em suas próprias dificuldades e impasses, a preocupação de ordem que lhe dá a clareza e a dinamismo que ainda hoje admiramos. Mas estas são qualidades que estamos, por nossa própria conta, a atribuir ao romance. Podemos supor que sejam melhores que as qualidades que qualquer outra crítica percebe?

Entretanto, pode-se dizer que toda crítica se funda num empobrecimento, numa expulsão (ou elisão) de certas possibilidades que em nada favorece nem a imaginação, nem o conhecimento (qualquer que seja) do que está ali presente, para além dos dados da análise, bem como não favorece a mais elementar apreciação da fábula como tal (se a olharmos por este ponto de vista). Antes, marcada pelas preocupações de método e sistema, que por si só já deveriam ser objeto de aprofundada meditação, há na abordagem um movimento de fuga que frequentemente decepciona, como se nos sonegasse alguma coisa a que, afinal, deveríamos ter direito. Para se ter uma ideia, compare-se o texto estruturalista já antigo de Sant'Anna com estas palavras de José Veríssimo, escritas em época ainda mais remota e que, de maneira algo casual, mas não menos rigorosa, ainda hoje parecem fazer ao romance uma justiça que na análise estruturalista não somos capazes de descobrir. Assim escreve Veríssimo:

As obras-primas, como já foi dito, fazem-nas também o tempo, e o tempo não faltou com esta sua virtude ao romance de Alencar. E legitimamente. Além da imaginação criadora da invenção do drama, da sua urdidura e desenvolvimento, da traça dos episódios, da variedade e bem tecido das cenas, da invenção das figuras, da vida insuflada numa ficção, de raiz falsíssima, a ponto de no-la fazer verossímil e aceitável, levava o *Guarani* tal vantagem de composição, de língua e estilo a todos os romances até então aqui escritos que, sob este aspecto, pode dizer-se que criava o gênero em a nossa literatura. (VERÍSSIMO, 1981, p. 193)

Para que não se atropelem os fatos: não queremos superpor à análise de Sant'Anna uma outra análise, que julgaríamos mais precisa, ou mais correta, ou mais condizente com aquilo que, a nosso ver, a obra tem a dizer ou diz à nossa interpretação. Afinal, trata-se sempre de interpretações – e as interpretações, conforme o pressuposto da crítica atual, não podem ter a pretensão de atingir o cerne daquilo a que visam ou de captar, numa linguagem segunda, a essência de uma linguagem que desde o princípio se reconhece como intraduzível. Igualmente, não se trata de cumular de elogios um crítico em detrimento de outro, ou de cobrir de loas um romancista (Alencar) que se quer elevar à dignidade do *cânone*, reconhecendo nele supostos valores que, sempre, poderão ser disputados no jogo incansável das apreciações. Importa, a nosso ver, abrir um caminho – a partir daquilo que no início é um fascínio cego ou uma admiração sem limites – e nele encontrar a direção de uma leitura que se *funda* no literário, que se abre ela mesma para o literário e, sustentando-se nessa abertura, deixa dizer a obra o que ela tem a dizer, embora toda tentativa de convertê-lo numa outra coisa, isto é, de dizê-lo numa linguagem, pareça perdê-lo irremediavelmente.

Essas iluminações modestas, e a fulguração de palavras que parece, por um instante, oscilar sobre o vazio, não podem ser entendidas de outro modo a não ser como indícios; mas seguir os indícios não nos leva, obrigatoriamente, a um método ou sequer a uma teoria, bem como não nos leva sequer a qualquer certeza acerca daquilo que dizemos:

A de todo falsa e inverossímil fabulação, o desmedido idealismo, o demasiado romanesco, vícios da escola aqui, mas também efeitos de temperamento literário do autor, de tudo o salva o largo e belo sopro épico, que casando-se perfeitamente com a inspiração lírica, faz do *Guarani* o romance brasileiro por excelência, o nosso epos. Como representação, por um idealista de raça, do choque em o nosso meio selvagem do conquistador e do indígena, da oposição dos dois e dos sentimentos que encarnavam, e mais da vitória e graça da civilização sobre a selvageria, como o romance brasileiro de intenção, de assunto, de cenário e mais que tudo de sentimento, ficaria o *Guarani*, como um livro sem segundo na obra de Alencar e talvez em a nossa literatura. (VERÍSSIMO, 1981, p. 193)

Assim, se uma linguagem não se superpõe à outra, e se uma crítica não acerta os alvos que as outras erraram, pouco importa também que se diga que a apreciação de Veríssimo convoca elementos de ordem pessoal e subjetiva que incidem em preconceitos claramente denunciáveis, os quais por sua vez não podem ser provados objetivamente ou segundo as regras de uma ciência da argumentação que previne os desvarios de uma linguagem excessivamente poética. Tais elementos, por si mesmos, e pelo fato de que não possam ser objetivados, contêm – supomos – indicações de uma outra natureza, as quais, nas tentativas que fizemos para contestá-las ou prová-las, revelarão a sua validade ou a sua carência de valor – mas essa validade (ou carência de valor) nada mais quer senão que a reconheçamos. Não pretendemos, quanto a isso, entrar numa interminável – e talvez improfícua, apesar de inúmeras vezes trilhada – discussão acerca da objetividade ou da ausência de objetividade dos esforços da crítica literária. Queremos, antes, observar que, ao se instituir de certa maneira como um *código*, a crítica institui também, por conseguinte, a noção de que aquilo para o qual se volta é também uma espécie de código e que a tarefa do analista se concentra na tentativa de decifrá-lo. Mas decifrar não é, senão, conforme se suspeita, exercitar-se numa linguagem, sendo a evidência que se procura muito semelhante àquilo que, apesar de tudo, já se encontrou desde o princípio.

Por outros termos, ao conceder esse estatuto ao seu objeto, a crítica nos ensina o que dizer a respeito dele e a maneira como devemos nos posicionar no ato de dizer, caso não queiramos cometer erros não tanto em relação ao objeto, mas aos estatutos que devem ser respeitados e às metas que convém atingir, para que o comentário não resvale na insignificância e o dizer do crítico não se converta em tautologia ou numa algaraviada sem sentido.

Mas, se os estatutos devem ser postos novamente em questão, e se nada está garantido como meta desde o início, seria de perguntar: não é verdade que a literatura nos diz alguma coisa ou que, pelo menos, do fato de que nos diz alguma coisa se deve concluir que se comporta como uma linguagem? Não nos acostumamos, além disso, desde sempre, a noções como a de que a literatura pode veicular mensagens de cunho ideológico, político e moral ou de que pode reverter, caso queiramos vê-la por esse ângulo, uma função pedagógica ou terapêutica qualquer? Não devemos crer que a literatura *ensina* alguma coisa, pelo menos, se dermos crédito ao que se lê em certos periódicos acadêmicos de hoje em dia, onde a preocupação com o que ela é capaz de

ensinar aflora tão frequentemente, chegando ao ponto de assumir o primeiro plano e se tornar ela mesma objeto de disputas? Ouçamos algumas palavras, publicadas recentemente numa revista, que nos confirmam a respeito do que aqui se diz:

Afinal, as identidades individuais se conformam no encontro com suas alteridades, mesmo sob o risco da fratura da integridade do eu. No contato com a literatura, o indivíduo adquire um sistema de valores e de regras de conduta, que o situam no mundo e lhe permitem avaliar seu lugar nele. (BORDINI, 2006, 21)

Um leitor mais atento poderia pensar: se a literatura *ensina* aos seus leitores do modo como se costuma crer, seria de supor que ensinasse também aos seus autores. Porém, dificilmente imaginaríamos o que escritores como Genet, Kafka, Blanchot ou Nabokov teriam a aprender com os seus livros, embora tenhamos muito a aprender com eles, mesmo que não, exatamente, um “sistema de valores”, conforme o quer a crítica – valores que nos situam no mundo e nos permitem avaliar nosso lugar. Antes, arriscaríamos dizer: muito mais que valores e regras, a literatura nos ensina um modo de lê-la ou de nos aproximarmos dela, um caminho para ela, portanto, muito mais do que um caminho para o mundo de que a consideramos espelho. Seria, de certo modo, como se afirmássemos: a ideia de que alguém *aprende* o que quer que seja com a literatura implica o fato de que já tenha se aproximado dela e aprendido a lê-la, isto é, que já tenha encontrado esse caminho. Mas esse fato não parece estar em questão nas abordagens em que a literatura, concebida como um *código*, é também uma linguagem que se domina antes do aprendizado das suas regras. Não se trata – afirmamos – de complicar a questão ou de levantar hipóteses abstrusas ou objeções de segunda ordem. Trata-se de inquirir os termos em que a ideia da literatura, entendida como código, ou a ideia da linguagem da crítica se configuram. Devemos ir à raiz dessas questões?

Pode ser que na base da suposição de que a literatura se comporta como linguagem esteja presente não só a certeza de haver ali uma linguagem, mas também a suspeita de que, de algum modo, a literatura mantém relações com a linguagem. A suspeita tem a ver com o fato óbvio (e fundamental) de que a literatura se faz de palavras ou com palavras, mas limita com a intuição de

que as palavras, no dizer literário, foram expostas ao risco. Elas se tornaram de tal maneira palavras *da literatura* que chegamos ao extremo de confundi-las com esta última, tomando-a como uma sua representação ou como o seu avatar mais autorizado. Ou, antes, chegamos ao extremo de confundir com elas – as palavras – a literatura que queremos delimitar, imaginando que esta última nada mais seja que uma virtude das palavras, um certo efeito decorrente do modo como as empregamos, cuja decifração nos daria o entendimento da literatura. Porém muito logo descobrimos o nosso erro, que se liga ao fato de que subestimamos, mais uma vez, o modo próprio de ser dessa linguagem.

O estruturalismo, principalmente, nos convocou a prestar atenção aos aspectos propriamente linguísticos da criação literária. Mas, para chegar a isso, pagou o preço – algo exorbitante, como já se observou mais de uma vez – de reduzi-la a uma superfície, a uma instância plana ou bidimensional de eventualidades (chamando-a de *texto* da literatura), que só se poderia conceber ao custo dessa redução. Ao reduzir a literatura – o que chamaríamos hoje de *experiência* literária – à ideia de texto, buscando isolar por esse meio a sua dimensão linguística, ganhou, por assim dizer, um objeto de estudo, mas não descobriu, como era de esperar, o que fazer com aquilo que deitou de fora para chegar até lá:

A literatura goza, como se vê, de um estatuto particularmente privilegiado no seio das atividades semióticas. Ela tem a linguagem ao mesmo tempo como ponto de partida e como ponto de chegada; ela lhe fornece tanto sua configuração abstrata quanto sua matéria perceptível, é ao mesmo tempo mediadora e mediatizada. A literatura se revela portanto não só como o primeiro campo que se pode estudar a partir da linguagem, mas também como o primeiro cujo conhecimento possa lançar uma nova luz sobre as propriedades da própria linguagem. (TODOROV, 1970, p. 54)

Essas palavras podem parecer antigas. Entretanto não deixam de nos instruir acerca do procedimento. Ao isolar (o que se supõe ser) a dimensão linguística, a crítica alcança uma outra dimensão, igualmente abstrata, que se denominará de *texto* literário. Ali o objeto parece estabilizar-se diante do método: “Essa posição particular da literatura determina nossa relação com a linguística. É evidente que, tratando da linguagem, não temos o direito de ignorar o saber

acumulado por essa ciência, assim como por qualquer outra investigação sobre a linguagem” (1970, p. 54). Para Todorov, nesse escrito que consideramos representativo, há que reconhecer que a linguística “procede frequentemente por redução e por simplificação de seu objeto, a fim de o manejar mais facilmente”. No entanto, com todos os riscos implicados, a redução visa a um ganho posterior de lógica e coerência, pois está certa de que, conforme o preceito estruturalista, é a partir da sua reconstrução num modelo que o objeto revela mais claramente as suas qualidades. Isso implica que, do ponto de vista da linguística, “ela afasta ou ignora provisoriamente certos traços da linguagem, a fim de estabelecer a homogeneidade dos outros e deixar transparecer sua lógica” (p. 54). Mas pode tal lógica recuperar mais adiante aquilo que pôs de lado para funcionar?

A palavra *provisoriamente* deveria servir-nos de alerta. Não se vê, em todo o procedimento, o modo como aquilo que se isolou deixou de ter validade ou o modo como virá a ser reintroduzido no futuro. Se concebermos a literatura (o que chamamos de literatura) como sendo a totalidade da experiência, e não apenas a presença de alguns aspectos que serão enfatizados segundo as exigências do método e das circunstâncias, em detrimento de outros, o sentido do procedimento se obscurece na medida em que os impasses afloram. Para entendermos a relação da literatura com a linguagem, tomando-a como uma relação de mão única, ou, falando como Todorov, caso adotemos o pressuposto de que o conhecimento da literatura segue “uma via paralela à do conhecimento da linguagem” e de que, a partir de certo ponto, “essas duas vias tenderão a confundir-se” (1970, p. 55), teremos então de adotar procedimentos unidimensionais que, operando no interior da experiência literária, se recusam a ver essa experiência em seu todo ou conforme ela se dá – qualquer que seja o seu teor. E não se trata apenas, queremos pensar hoje, de supor que falte à crítica um método mais rigoroso ou um procedimento mais efetivo de perquirição de seu objeto. Trata-se de um impasse que parece habitar o fundo mesmo da relação entre a linguagem da literatura e a linguagem da crítica.

Não haveria, portanto, como ratificar (e atualmente o fazemos com mais facilidade, uma vez que uma parte da história do estruturalismo já se cumpriu, mas também nos perguntamos se esse modo de proceder não estaria na origem de tanto do que se diz em nossos dias sobre literatura e suas relações com a palavra) a conhecida afirmação de Jakobson (1975, p. 119) de

que “como a Linguística é a ciência global da estrutura verbal, a Poética pode ser encarada como parte integrante da Linguística”. Num certo limite, nem sequer se poderá falar de uma *poética*, se o que entendermos pelo termo não for iluminado por aquela experiência que consideramos como total. Dito de outro modo, não existe uma *poética* a não ser na medida em que existe uma *literatura*, mas o modo de aproximação a esta última não pode ser o modo proposto por Jakobson¹, que compreende o poético como sendo uma mera *função* da linguagem, a competir com outras funções. Ou, para recorrermos a outro autor, diremos que não há como reduzir a experiência da literatura à experiência pura do *texto*, desde que este último não existe a não ser na medida em que existe aquela outra experiência, que lhe dá sentido e o faz ser o que é, e não o contrário:

De modo que, para nós, a semiótica dita literária não constitui uma tradução em termos modernos da retórica clássica, e sim *uma análise do trabalho sobre o significante*: análise que terá início pelo estabelecimento do conceito de *texto* e que terá como objetivo revelar operações significantes em cada texto particular na medida em que essas operações se prendem a um *sistema mítico* ou a uma etapa da *ciência*, transpondo desta maneira as transformações míticas e científicas na tessitura da língua, na linguagem – o que significa, em última instância, *na história social*, cujo desenvolvimento deve permanecer profundo e inconsciente. (KRISTEVA, 1975, p. 240)

De certo modo, conceber a literatura como sendo o todo da experiência implica conceber o poético como manifestação do literário, mas é o literário que se manifesta e, não, propriamente, o linguístico. As abordagens reducionistas tendem a isolar aspectos, na esperança de que isso torne as coisas mais acessíveis. Entretanto conceber o todo – seja ele qual for – significa, pelo contrário, concebê-lo como multiplicidade e dinamismo, como manifestação de superfície, mas também como enraizamento e profundidade, de modo que a justificativa para a redução fica sem justificativa ela própria. Pode-se, evidentemente, alegar princípios de método, uma vez que, se determinadas escolhas não forem feitas ou decisões não forem tomadas, não se constituirá uma

¹ Ou só pode ser esse método na medida em que a Linguística, como “ciência global da estrutura verbal”, se veja iluminada por uma Poética que, paradoxalmente, pertencendo a ela, a antecede ou é independente dela de algum modo.

teoria. Isso, porém, terá mais a ver com a teoria do que com a própria literatura, cuja relação com o método ainda não está provada e talvez não se possa provar.

Concordamos, por certo, em que a questão do sujeito contemporâneo exige respostas que vão além das concepções costumeiras de literatura que tendem a compreendê-la como um ramo das belas artes ou das belas letras. Abordá-la por esse ângulo pode ser tão reduutivo quanto obrigá-la a sujeitar-se às dimensões do texto, por mais concessões que façamos. Assim, uma abordagem que tivesse em mira o todo da experiência (mesmo que a expressão se torne incômoda), e não apenas alguns aspectos selecionados de modo conveniente, teria, em princípio, de reconhecer os seus limites. Mas teria, igualmente, de admitir que, operando no espaço circunscrito pelos limites, nada mais faz do que um esforço para reforçar a sua própria coerência. Mesmo uma abordagem que tomasse como ponto de partida a ideia das belas letras precisaria levar em conta que o que a justifica não é o fato de se aspirar a uma estética do futuro, mas a constatação de que *já existe* uma literatura e de que existe, portanto, a abertura para uma estética. Por conseguinte, tanto a abordagem moderna, centrada no conceito de obra convertida em *texto*, quanto a tradicional, não é que careçam de um objeto específico, mas sofrem com o fato de que seu objeto as excede e as ultrapassa. Com efeito, a pretensão de se constituir uma teoria da literatura ou uma ciência geral da literatura não se justifica senão pelo fato de que a literatura esteja sempre diante de nós. E esse estar diante de nós não implica concluir que a literatura seja coisa do passado ou mera promessa de uma literatura sempre por vir. Trata-se, ao contrário, de reconhecer que, como quer que a compreendamos – seja como fenômeno da cultura geral dos homens, seja como formação histórica mais ou menos contingente, seja como exercício de um saber que se alimenta de si mesmo –, a literatura *está aí*, de algum modo, e é esse estar aí que justifica, legitima e impulsiona nossos projetos.

Não queremos, de modo algum, dizer que não se deva perguntar pelo *que é* isso que está aí, a que chamamos literatura. Muito menos, teríamos qualquer pretensão de sugerir que as perguntas que se dirigem à literatura, interrogando-a acerca da sua história, das suas relações com a cultura e as ideologias, se fundem numa ilegitimidade. No entanto, se essas perguntas, cada uma em seu setor, têm a sua razão de ser, e se nenhuma delas pode aspirar a uma resposta completa e plenamente acabada, o que não podemos ignorar é que uma pergunta dirigida ao *ser*

da literatura, qualquer que seja ele, nos lança imediatamente na perplexidade. Esta não é, supomos, apenas uma dificuldade inerente à maneira de perguntar ou à natureza da pergunta, bem como não é uma preocupação, assaz inoportuna, com as definições. Se as perguntas são legítimas, cada qual em seu campo, então não será um mero jogo de palavras afirmar que a legitimidade provém daquilo que torna legítima a indagação que se quer mais especificamente centrada nas questões ditas literárias – conforme as compreenderam, por exemplo, o formalismo russo, o *New Criticism* e outras escolas de crítica surgidas no século XX. Dirigir uma pergunta à literatura é, antes, dirigir uma pergunta ao que parece ser a sua evidência central, qual seja, ao fato de que possamos responder a ela afirmativamente e de que possamos sustentar até o fim essa afirmação. Mas podemos sustentá-la?

Ocorre que uma coisa é dizer que *existe* uma literatura, e outra é afirmar que o que se tem diante dos olhos – o poema, o romance, o conto – seja de fato a manifestação do literário. Olhar diretamente para a obra, se a mirarmos desse modo, causa vertigem, embora não exista nada mais acolhedor e mesmo sedutor do que esses objetos de sonho que denominamos de livros. As obras, porém, parecem devolver-nos um olhar desconfiado, muito distante do que interpretamos como sendo a sua generosidade original. Não há nada menos parecido com uma entrega do que aquilo que, interpretando-o desta maneira, nos sentimos autorizados a solicitar às obras. Mas também é verdade que, se não se abrissem, se não se dessem ao entendimento, o mais simples gesto de *leitura* se tornaria impossível, bem como se tornaria impossível qualquer aproximação, principalmente aquela que as torna por um momento tão íntimas de nosso ser, por aquilo que dizem ou parecem dizer em nosso nome, e tão atraentes ao pensamento.

Por essa visada, seria verdadeira a afirmação de que nós *habitamos* as obras, ou de que elas nos habitam de algum modo, e que se não fosse por isso nenhum movimento de aproximação se estabeleceria entre nós e elas. É no movimento – de abertura – que o comentário pretende instalar-se: as obras são objetos, bricabraques do fazer humano, e não há nada mais humano do que nos sentirmos autorizados a investigar e esclarecer esse fazer. Porém sabemos que o movimento inverso só contém recuo, distância e estranheza. As obras são, de fato, esses objetos familiares, essa eterna repetição de um acontecer ao qual nos habituamos – e nos habituamos até o ponto de senti-lo como parte de nosso ser. Mas, no movimento do recuo, nada sabemos a

respeito delas: não sabemos o que querem dizer, o lugar de onde provêm ou o modo como foram feitas (segundo a lógica de certa crítica que não desiste de investigar as origens); e, quando nos pronunciamos acerca de tudo isso, sentimos que estamos a trapacear.

Atente-se a propósito, por exemplo, para o emprego, frequente hoje em dia e algo distraído, do termo *construir* no âmbito da crítica contemporânea, mormente com referência ao que se supõe ser o modo como um autor domina e faz interagir entre si certos elementos que se diz estarem presentes nas obras e serem constitutivos das mesmas. As obras, que até há algum tempo eram *escritas*, *criadas* ou *cantadas*, conforme a compreensão que cada época tinha de seus processos, passaram a ser *construídas*, edificadas sobre um espaço neutro de implicações cujo sentido não caberia discutir aqui. Não é que isso tenha alterado muito profundamente os dados do problema: criadas ou construídas, o modo como as obras vêm ao mundo continua a incubar mistérios que talvez não se possa sondar, que talvez escapem à reflexão, o que nos autoriza a suspeitar que não há nada mais obscuro que o sentido do verbo *construir* quando aplicado à literatura.

No entanto, é com certa desenvoltura que fazemos declarações acerca não apenas do que elas são, mas também do modo como vieram a ser o que são. Noutras palavras, por uma inversão maravilhosa dos termos que só a liberdade inerente à leitura nos concede, passamos sem hesitação daquilo que a noite encobre ou dissimula para a claridade do dia. O momento da origem, cujas características sobrelevam a consciência dos próprios autores (o suposto *modo* como as obras são escritas), se confunde com o outro momento, aquele que é próprio da leitura e que, até certo ponto, pelo seu modo peculiar de ser, torna impossíveis afirmações sobre a origem, que a ele escapa irremediavelmente. Neste particular, parece ter sido Valéry um dos escritores que intuíram mais profundamente esse desvio ou a impossibilidade de fazer coincidir os dois momentos. E, no entanto, aqueles que se entusiasмам com Valéry e se sentem estimulados pelas suas atitudes audaciosas diante da criação, parecem, quando levam as coisas aos limites do verossímil, arrebatados por uma vertigem:

A poesia de João Cabral seguiu a mesma tendência. Crescerá porém em regime de crise interna, e, numa luta consigo mesma, que reflete a própria crise histórica da poesia, chegará, submetendo o

processo criador a uma análise reflexiva e crítica, que já começa em O engenheiro, sob a instigação intelectual de Valéry, a problematizar, na poética negativa de Psicologia da composição (1947), o alcance da lírica moderna. (NUNES, 1971, p. 33)

Certamente, as obras nos trazem esses dons. Elas são capazes não somente de nos sugerir a clareza, o equilíbrio, o voluntarismo das decisões, mas, igualmente, a ilusão de que, a partir do prazer, da clareza e da plenitude que nos entregam, estamos aptos a sonhar com a sua origem. Porém não está essa origem colocada para sempre fora do nosso alcance? Não é ela que, com tanta ligeireza, se esquivava até daqueles que procuram espreitá-la com a maior lucidez – lucidez que Valéry pensou ser a dele, vendo nisso uma tarefa mais importante e, às vezes, mais fundamental do que todas as outras?

Olhar de frente para o insondável, perscrutar o indiscernível, o que pertence à escuridão do fundo, tudo isso faz parte da imagem ou do conjunto de ilusões que as obras têm o dom de nos fazer experimentar – e as experimentamos com tal alegria que chegamos a confundi-las com a própria vida. “Espaços” que não são espaços, “tempos” que são imagens do tempo, vozes nas quais o *eu* e o *tu* se confundem, trocam de lugar, se misturam ou se superpõem – tudo pertence àquele tempo fora do tempo que é o tempo do dizer da literatura. Mas a nossa felicidade é experimentá-lo como um tempo mais verdadeiro, mais íntimo e nosso, no qual o acontecer e o seu outro convivem numa mesma figura, sem se entrecrocarem. Sobre isso, fala-nos Blanchot, numa passagem cuja obscuridade parece esclarecer-se sob tal luz:

O ponto central da obra como origem, aquele que não se pode atingir, o único, porém, que vale a pena atingir. Esse ponto é a exigência soberana, do qual não se pode aproximar a não ser pela realização da obra mas do qual, também, é sua abordagem que faz a obra. Quem se preocupa tão-somente com brilhantes êxitos está, no entanto, em busca desse ponto onde nada pode ser coroado de êxito. E quem escreve com a preocupação exclusiva da verdade já ingressou na zona de atração desse ponto donde o verdadeiro é excluído. (BLANCHOT, 1987, p. 48-49)

Neste ponto, trazemos de volta a pergunta: que relações efetivas a literatura mantém com a linguagem? Se reconhecermos que a literatura é aquilo que *está aí*, emergindo à luz ou manifestando-se como uma evidência de si mesmo, e se não queremos admitir, com o formalismo e o estruturalismo, que a linguagem a circunscreve totalmente, de que maneira se poderá conceber essa relação? Interpretada como fenômeno da linguagem, a literatura é o *texto*, competindo com outros textos num espaço dialógico e múltiplo de discursos e relações. Mas, se considerarmos que, por si mesmos, esses discursos não podem gerar a literatura, isto é, se pensarmos que fora de uma dinâmica de criação *literária* não se escrevem romances, não se fazem contos, nem se compõem poesias, então teremos de aceitar que as abordagens unidimensionais ou bidimensionais precisam ser enriquecidas. E o que as enriquece não é o fato de que lhes acrescentemos elementos, à maneira de ingredientes, mas a ideia de que a literatura mesma as enriquece, suprimindo aquelas deficiências que a crítica e a teoria não podem suprir. Poderemos até pensar, com De Man (1983), que as intenções da crítica sobre as obras ultrapassam sempre as limitações das teorias, como se somente errando o alvo elas fossem capazes de acertá-lo.

Mas é a literatura mesma ou, melhor, a experiência que se tem da literatura que ocorre para prover as carências. Não é daí que vem a impressão de que os melhores críticos estão sempre um passo adiante de suas teorias, e de que as teorias, por mais bem aparelhadas, jamais alcançam produzir leitores tão argutos, sensíveis, bem-informados e interessantes quanto os autores que, abandonado o terreno do comentário, se põem a produzir as teorias? Ou, por outros termos, seria uma ilusão ou um defeito de formulação da teoria o fato de que os preceitos teóricos não geram nem bons críticos, nem bons escritores (não obstante possam trazer informações preciosas e esclarecedoras sobre as obras que lemos), devemos entender esse fato como mais uma prova de que a literatura se ultrapassa em direção a si mesma a cada vez em que fala o todo da experiência e, não, apenas, um mero esquema mental destituído de espessura?

Gostaríamos de pensar que a literatura não entretém com a linguagem uma relação de dependência, embora não exista, evidentemente, literatura fora da linguagem. A linguagem não é, assim, o mero material com que se “constroem” as obras literárias, bem como não é nenhuma espécie de substrato ou superestrutura cujas bases se assentariam na língua. Antes, se quisermos

insistir nos termos (algo vagos, admitamos) “dinâmico” e “pluridimensional” – ao contrário da característica estática, objetiva e bidimensional que se atribui ao “texto” –, diríamos que a literatura, em sua relação com a linguagem, é a linguagem levada à tensão do literário ou ao desaparecimento, ou linguagem convertida em linguagem no seu ponto de desaparecimento. Foi Blanchot, neste particular, quem observou que na literatura a linguagem já não aparece como linguagem em si, mas como imagem da linguagem, imagem de palavras cuja presença coloca em suspenso a possibilidade da abordagem puramente linguística. Numa nota preciosa ao texto de *O espaço literário*, ouvimo-lo formular a seguinte pergunta:

Será que a própria linguagem não se torna, na literatura, imagem inteira, não uma linguagem que conteria imagens ou colocaria a realidade em figura – mas que seria a sua própria imagem, imagem da linguagem – e não uma linguagem figurada – ou ainda linguagem imaginária, linguagem que ninguém fala, ou seja, que se fala a partir de sua própria ausência, tal como a imagem aparece sobre a ausência da coisa, linguagem que se dirige também à sombra dos acontecimentos, não à sua realidade, e pelo fato de que as palavras que os exprimem não são signos mas imagens, imagens de palavras e palavras onde as coisas se fazem imagens? (BLANCHOT, 1987, p. 25, em nota de rodapé)

Na literatura, nos arriscaríamos a dizer, a linguagem já não “comunica” segundo as especificidades do seu uso cotidiano: “Isto é uma mesa”, “Bata naquela porta”. Nela, a possibilidade do uso conforme as determinações da vida prática não está suspensa, não desapareceu, mas também não a circunscreve totalmente. Uma espessura que chamaríamos, de modo aproximativo, de *irrealidade* a perpassa, e esse perpassar é que a torna ao mesmo tempo linguagem e linguagem da literatura, palavra do mundo e imagem da palavra, a fulgurar à luz do imaginário que a sustenta.

De certo modo, essa linguagem acontece no mundo como uma fala dupla, não apenas porque sejamos capazes de criar *ficção*, isto é, de tratar como reais situações imaginárias – conforme o tem proposto a teoria da literatura em sua vertente mais tradicional – e de dar a elas o tratamento que se daria à realidade (como quando Flaubert descreve em detalhes uma Cartago

que é meio imaginária e meio real). Na literatura, o imaginário – o fato de ser imaginada – parece permear toda a linguagem. Para se perceber como isto se dá, ou para se ter uma ideia do que isto pode indicar, tomemos um exemplo simples, extraído da poesia brasileira. Quando Manuel Bandeira enuncia um verso como “A Rua da União onde eu brincava de chicote-queimado e partia as vidraças da casa de Dona Aninha Viegas”, expõe-nos a muito mais do que à experiência de termos de tomar como nosso um enunciado de outrem ou de termos de decidir se se trata de uma evocação da memória do poeta ou de uma invenção de sua fantasia (embora tendamos, por um gesto de generosidade que é próprio da leitura, a considerar como *sinceras* suas palavras). Trata-se, sobretudo, a nosso ver, de um abalo no tempo, de uma superposição de camadas de tempo e linguagem que faz com que a linguagem do presente enuncie o passado vivido e que a linguagem do passado (muito mais que uma evocação) venha habitar o presente da linguagem.

Essa fala dupla – de dupla valência ou simplesmente errante, como a chamou Blanchot – manifesta a força do abalo; e estamos propensos a crer que isso se deva a bem mais do que uma pura invenção da teoria ou aos hábitos calcificados da leitura. A experiência em si nos confirma que estamos diante de uma fala que enuncia o passado como se fosse o presente. Porém nos diz ainda que, por essa mesma razão, se perde num tempo sem datas que é o tempo do poema ou de um dizer que não pertence a tempo nenhum. Leiamos um trecho do poema:

A Rua da União onde eu brincava de chicote-queimado e partia as vidraças de Dona

Aninha Viegas

Totônio Rodrigues era muito velho e botava o pincenê na ponta do nariz

Depois do jantar as famílias tomavam a calçada com cadeiras, mexericos, namoros,

risadas

A gente brincava no meio da rua

Os meninos gritavam:

Coelho sai!

Não sai!

(BANDEIRA, 1977, p. 212)

Do mesmo modo, o que chamamos de personagem no romance há de ser mais do que o ponto de convergência de nossos desejos inconscientes ou de nossas fantasias alucinatórias acerca da alteridade. Para além da alucinação, parece ser o lugar onde uma fala múltipla se anuncia, um dizer que é do *eu* e do *outro* ou de *ambos* ao mesmo tempo, mas que é, sobretudo, de ninguém em especial. As conhecidas observações de Mikhail Bakhtin acerca do que chama de “vozes narrativas” nos alertam e suscitam a nossa atenção a esse respeito, mesmo que corram o risco de enfatizar demasiadamente o que elas têm de específico ou, dito de outro modo, de salientar os seus limites e de desdenhar o fato de que sejam duplas e sujeitas à ambiguidade. Com efeito, Bakhtin procura ouvir as vozes individuais, e tais vozes estão lá para serem ouvidas como individuais:

O romancista não conhece apenas uma linguagem única, ingênua (ou convencionalmente) incontestável e peremptória. A linguagem é dada ao romancista estratificada e dividida em linguagens diversas. (...) O plurilinguismo, desta forma, penetra no romance, por assim dizer, em pessoa, e se materializa nele nas figuras das pessoas que falam, ou, então, servindo como um fundo ao diálogo, determina a ressonância especial do discurso direto do romance.

Disto se segue uma característica extraordinariamente importante do gênero romanesco: o homem no romance é essencialmente o homem que fala; o romance necessita de falantes que lhe tragam seu discurso original sua linguagem. (BAKHTIN, 1993, p. 134)

Quem fala no romance é o autor ou as diversas instâncias do falar social, configuradas como tais. Contudo, não há como não reconhecer que as falas, convocadas por uma única fala – que não é nem do autor nem do “narrador”, conforme a expressão costumeira da teoria literária, mas que pertence ao livro, à obra que se dá a ler como livro –, estão dispostas em perspectiva. Ou (se não quisermos empregar uma imagem de caráter visual) são falas cujo modo de ser é a tensão que entre elas se estabelece, até o ponto de se perderem no infinito. E infinito, aqui, não significa infinidade ou multiplicidade que se desdobram incessantemente uma da outra, mas tem a ver,

antes, com o movimento da tensão, que muitas vezes se confunde com a ambiguidade ou que nela se dissimula.

Assim, para retornarmos à pergunta acerca da linguagem na literatura, diremos, com o risco de certa imprecisão, que tal linguagem está *em movimento* ou que é o *movimento da linguagem* projetado no infinito – movimento infinito de ambiguidade e tensão cujo mistério nos seduz e descorçoa. Reconhecemos que é um modo bastante abstrato de falar; entretanto tem a vantagem de nos manter alertas para certos impasses, certas insuficiências que surgem na análise e das quais tendemos a nos desviar ou que tendemos a contornar por meio dos conceitos e dos artifícios de raciocínio que, se aprofundados, nos ensinariam mais sobre a literatura do que a tentativa de desatramancar os conceitos. Criando uma linguagem que lhe permite movimentar-se com desenvoltura em seu território, a crítica tem certamente muito a ganhar no mundo das letras contemporâneas, mormente no que diz respeito às universidades e às escolas em geral. E não somos nós que nos insurgiremos contra o que quer que seja neste setor. Contudo, se há uma lição a tirar dessas práticas – dessas construções de linguagem com que fingimos expressar, mesmo que apenas parcialmente, a verdade da nossa real experiência com os livros –, a lição vem do fato de que, apesar de tudo, tais construções não são arbitrárias. Elas se orientam, no seu desenvolvimento, por uma lógica interna de raciocínios que deve prestar contas a certos pressupostos de método e de coerência sem os quais nenhuma teoria pode pleitear legitimidade. Porém há que reconhecer que, qualquer que seja o seu mérito, é a voz da literatura que as impulsiona, e é dessa voz que vem o alento que precisam renovar sempre para novas investidas. Ao mesmo tempo, tal voz é aquela que as *põe em questão*, julgando-as diuturnamente e impedindo que seus pressupostos e objetivos se cristalizem em absolutos estáticos, pois o alento que aspiram provém de um outro lugar e por isso não se esgota.

Esse lugar só pode ser a literatura – o todo da experiência, conforme o vimos designando –, onde luzes e sombras se combatem, gerando a crítica e aquilo de que ela se alimenta. Neste ponto, há que admitir, apenas, que o gerar não pertence, exatamente, à ordem dos conceitos que a custo se tenta amearhar em páginas de leitura muitas vezes saborosa – admitamos –, mas não raro difícil e escarpada. Pertence ao domínio daquelas evidências puras que, de tão puras, tendemos facilmente a negligenciar, interpretando-as como outra coisa que não lhes faz justiça. Entre tais

evidências, situaríamos a constatação de que a crítica, em seus momentos mais interessantes, não fala outra linguagem que a da *literatura*: é literatura na literatura, e que tudo aquilo que se gera em seu interior – conceitos, imagens, toda uma ordem de lucubrações que cresce a cada dia sem parar nos manuais de teoria e história literária – pertence à mesma ordem das ficções a que a literatura dá origem.

Porém é necessário, a esta altura, evitar que se tome o termo *ficção* numa acepção pejorativa, e é preciso que se veja nele alguma coisa de mais íntima e de mais misteriosa, que está na origem dos movimentos essenciais da experiência – movimentos de onde provêm as luzes e as sombras com que nos ocupamos cotidianamente e que não desistimos de tentar decifrar.

Tendemos a conceder grande crédito aos críticos que se interrogam procurando descobrir a maneira como se hão de estabelecer certos limites. Sucodem-se as perguntas: a obra em questão é o poema, o romance, o conto que se deseja estudar, ou o livro que acolhe poemas e contos, ou a série de romances por meio da qual, aos poucos, se sente que um autor aprimora o seu talento, conquista uma voz ou aprofunda uma visão de mundo? E o que significam tais questões se, mais do que solucioná-las, não tivermos em mira o fato de que se abrem para questões mais altas ou, pelo menos, mais urgentes, relacionadas ao modo de uma experiência que tem a ver com a totalidade – a totalidade do literário – e que, por isso mesmo, não se deixa render às intuições parciais, por mais contundentes e reveladoras? Talvez se deva dizer, no fim desta reflexão, que literatura, à luz da experiência, só fala a sua própria linguagem e só fala de si mesma, falando do mundo e de tudo o mais; mas, ao falar do mundo, retorna a si mesma, numa ambiguidade difícil que, no fim, excluirá qualquer promessa de repouso ou de finalização.

Pode ser que a proposta de que se leia a crítica (e a teoria) como ficção soe desrespeitosa ou estranha para muitos. Estamos muito acostumados às regras e é certo que fomos ensinados que, fora do rigor e do método, não existe vida para quem não quer se atrasar e se perder nas armadilhas do diletantismo. Mas o que é o rigor, senão o desejo incessante de uma leitura justa, fiel não àqueles aos quais se tenta reverenciar, mas àquilo que a põe em movimento e que, impulsionando-a, conduz o esforço até onde ele *pode e deve* chegar?

Provavelmente, ainda tentaremos, por um longo tempo, compreender certas questões, tais como saber se as obras dos autores se fazem de livros ou de poemas isolados, ou se devemos nos

preocupar com os livros em detrimento dos autores ou com os autores em detrimento dos livros, ou se devemos classificar os gêneros, as figuras e os estilos, ou mesmo se devemos, como se faz atualmente, abandonar tudo isso e nos debruçar sobre a cultura e seus dilemas. Compreenderemos melhor o mundo e nos tornaremos mais sábios quando dominarmos todos esses conhecimentos? Provavelmente nos engalfinharemos com novas questões. Faz parte – é o que se pode aventar no final – da experiência sermos atormentados por todo tipo de questões. Mas dela faz parte também, se não quisermos sucumbir ao seu peso e caso tenhamos a pretensão de nos mantermos fiéis àquele rigor, a necessidade de reconhecermos que as respostas se encontram num outro lugar – num lugar aonde se vai devagar, com paciência e espírito isento.

É desse lugar que, sem se deter em ponto nenhum e sem concentrar privilégios (bem como sem permitir que qualquer resposta se arvore em súpula de todas as respostas), a literatura nos fala. É a partir daí que, falando, nos põe novamente a caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et al. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, setembro, 2006.
- DE MAN, Paul. *Blindness and insight*. 2. ed. Minnesota: Minnesota University Press, 1983.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de José Paulo Paes. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- KRISTEVA, Julia. Semanálise e produção de sentido. In: Greimas, A. J. (org.) *Ensaio de semiótica poética*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
- NUNES, Benedito. *João Cabral de Melo Neto*. Petrópolis; Brasília: Vozes; INL, 1971.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 6. ed. Petrópolis : Vozes, 1984.
- SUTTANA, Renato. Adeus à crítica literária. *Revista Letras*, Curitiba, v. 1, p. 53-74, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601, a Machado de Assis, 1908*. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CRONOTOPOS, ESFERA E AUTORIA NO GÊNERO *NOTÍCIA* *IMPRESSA*

Rodrigo Acosta Pereira (UFSC/UFRN)¹

RESUMO: O trabalho objetiva apresentar uma breve discussão teórica sobre a inter-relação constitutiva entre cronotopia, esfera de atividades, autoria e gêneros do discurso a partir da investigação sob o escopo das notícias impressas. Para tanto, revisitam-se estudos de Bakhtin acerca desse tema.

Palavras-chave: gênero notícia, cronotopia, esfera.

ABSTRACT: *The research aims at presenting a brief theoretical discussion about the interrelationship among cronotopos, sphere, and author and discourse genres throughout the analysis of news reports in press media. To do so, the research is based on Bakhtin's works.*

Key-words: *news report, cronotopos, sphere.*

Introdução

A pesquisa está baseada na Análise Dialógica de Discurso ²(ADD) do Círculo de Bakhtin (1926; 1989; 1993; 1998; 2003; 2006). Sob essa perspectiva, buscaremos explicar sobre a

¹ Doutorando em Linguística da UFSC. Professor da UFRN.

² “Não se pode negar que o pensamento bakhtiniano representa, hoje, uma das maiores contribuições para os estudos da linguagem, observada tanto em suas manifestações artísticas como na diversidade de riqueza cotidiana. Por essa razão, mesmo consciente de que Bakhtin, Voloshinov, Medvedev e outros participantes do que atualmente se domina *Círculo de Bakhtin* jamais tenham postulado um conjunto de preceitos sistematicamente organizados para funcionar como perspectiva teórico-analítica fechada, arrisca-se a sustentar que o conjunto das obras do *Círculo* motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso, perspectiva cujas influências e conseqüências são visíveis nos estudos lingüísticos e literários e, também, nas Ciências Humanas de maneira geral. Sem querer (e sem poder) estabelecer uma definição fechada do que seria essa análise/teoria dialógica do discurso, uma vez que esse fechamento significaria uma contradição em relação aos termos que a postulam, é possível explicitar seu embasamento constitutivo, ou seja, a indissolúvel relação existente entre línguas, linguagens, história e sujeitos que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento de forma comprometida, responsável, e não apenas como procedimento submetido a teorias e metodologias dominantes em determinadas épocas [...]. Iniciar a apresentação da análise/teoria dialógica do discurso dessa maneira significa, de imediato, conceber estudos da linguagem como formulações em que o conhecimento é concebido, produzido e recebido em contextos históricos e culturais específicos e, ao mesmo tempo, reconhecer que essas atividades intelectuais e/ou acadêmicas são atravessadas por idiosincrasias institucionais e necessariamente, por uma ética que tem na linguagem, e em suas implicações nas atividades humanas, seu objetivo primário [...]. As contribuições bakhtinianas para uma teoria/análise dialógica do discurso, sem configurar uma proposta fechada e linearmente organizada, constituem de fato um corpo de conceitos, noções e categorias que especificam a *postura dialógica* diante do *corpus discursivo*, da metodologia e do pesquisador”. (BRAIT, 2006, p. 9-29).

linguagem a partir de um panorama social, discursivo e dialógico, ou seja, a concepção sociointeracionista de linguagem do Círculo, integrada às concepções de interação, dialogismo, valoração, enunciado, texto e gêneros do discurso. O objetivo da pesquisa é discutir a cronotopia, a esfera social e as posições de autoria no gênero jornalístico notícia na mídia impressa. A partir disso, a presente pesquisa se organiza da seguinte forma: (a) uma breve discussão sobre os gêneros do discurso sob a perspectiva da ADD; (b) posteriormente, uma explicação sobre a esfera social do jornalismo e (c), por fim, uma explanação sobre cronotopia, autoria e público-leitor.

1.1 Os gêneros do discurso sob a perspectiva da ADD

Segundo a ADD, os diversos usos da linguagem se dão por meio de enunciados concretos, únicos e irrepetíveis que emanam das diferentes esferas sociais de atividade humana. As esferas constituem-se como campos de legitimação, regularização e significação das interações sociais que, por sua vez, se tipificam, originando os gêneros do discurso. Para Bakhtin (2003), os enunciados refletem e refratam as condições sociais específicas e as finalidades (discursivo-ideológico-valorativas) de cada esfera da qual fazem parte, assim como relativamente se normatizam (significam socialmente) por meio de seu conteúdo semântico-objetal (conteúdo temático), por seu estilo verbal (seleção de recursos lexicais e fraseológicos da língua) e, sobretudo, por sua construção composicional. “Esses três elementos [...] fundem-se indissolúvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação” (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Para o autor, não se pode compreender a funcionalidade e constituição dos gêneros, sem considerar sua extrema heterogeneidade. Bakhtin (200), a esse respeito, discute acerca dos gêneros primários e sua diferença discursivo-ideológica dos secundários. O autor explica essa diferença a partir do processo de transmutação, explicando que, durante o processo de formação, os gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários. A partir desse processo dialógico, os gêneros primários passam a ser partes integrantes dos gêneros secundários³, “transformando-se dentro destes e adquirindo uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” (BAKHTIN, 2000, p. 281).

Sobre essa questão de mútua constituição entre gêneros primários e secundários e enunciados, Bakhtin (2000, p. 282) discute algumas considerações metodológicas. De acordo com o autor,

³ Cabe ressaltar que o objetivo de Bakhtin não foi apresentar uma diferenciação taxonômica dos gêneros, mas distingui-los em função de sua funcionalidade e constituição discursivo-ideológico-valorativa. O autor propõe que entendamos os gêneros primários (simples) como aqueles que funcionam sociocomunicativamente em relações dialógicas de interação em espaços regularizados por normas sociais de ideologias cotidianas, isto é, ideologias não institucionalizadas. Os gêneros secundários, por sua vez, de acordo com o autor, se encontram legitimados por ideologias formalizadas, isto é, ideologias que institucionalizam determinadas esferas sociais dos quais os gêneros se realizam (por exemplo, o romance, da esfera da arte, os gêneros do jornalismo de jornal e de revista, tais como: a entrevista, a carta de aconselhamento, o editorial, o artigo assinado) (BAKHTIN, 2000; 2003).

A distinção entre gêneros primários e gêneros secundários tem grande importância teórica, sendo esta a razão pela qual a natureza do enunciado deve ser elucidada e definida por uma análise de ambos os gêneros. Só com esta condição a análise se adequaria à natureza complexa e sutil do enunciado e abrangeria seus aspectos essenciais. Tomar como ponto de referência apenas os gêneros primários leva irremediavelmente a trivializá-los [...]. A inter-relação entre gêneros primários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários de outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões de mundo).

Observa-se que Bakhtin (2000; 2003) enfatiza considerações metodológicas de estudo dos enunciados, afirmando que um trabalho de investigação com base em gêneros, resultaria em um estudo de um material lingüístico concreto, que se correlacionaria com as diversas situações sociais de comunicação. Para o autor, é a partir desse caminho que os pesquisadores deveriam extrair seus dados, isto é, os fatos lingüísticos que pesquisam, pois, segundo Bakhtin (2003), a partir de uma compreensão clara da constituição e do funcionamento dos enunciados em situações de interação, conduziria o pesquisador ao entendimento da língua em sua concretude, a língua em sua realização concreta e social.

Assim, para a ADD, compreender o funcionamento e a constituição dos gêneros do discurso nas mais variadas situações sociais de interação é entender como a língua se realiza na forma de enunciados e como esses enunciados, engendrados por diversas orientações ideológicas e projeções valorativas, se tipificam e se estabilizam socialmente. Para tanto, Bakhtin apresenta diversas discussões acerca da relação entre estilo, tema, e composicionalidade dos gêneros do discurso

Quanto à relação entre tema e gêneros, Bakhtin (2003, p. 281), postula que determinadas esferas sociais produzem seus temas específicos. Em outras palavras, a exauribilidade semântico-objetual do tema do enunciado é diferente, à medida que se diversificam as situações de interação. A exauribilidade semântico-objetual pode apresentar-se quase plena em campos nos quais os gêneros do discurso são de natureza padronizada e a criatividade é quase ausente. Por outro lado, em esferas sociais nas quais a fluidez do gênero é recorrente, os temas são diversificados, apresentando acabamento e responsividade plásticos. Em síntese, o objeto semântico é inexaurível, mas, ao se tornar tema de enunciados, determina-se em função da esfera social das quais os enunciados se realizam.

Indissociável à exauribilidade semântico-objetual, Bakhtin (2000; 2003) discute a questão do estilo. Para o autor, “o estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas dos enunciados”. (BAKHTIN, 2000, p. 283). O estilo está, em adição, relacionado à esfera de constituição e funcionamento do gênero. Dessa forma cada esfera (re)conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade e, aos quais correspondem determinados recortes estilísticos.

É sob esse âmbito que a composição está relacionada com o conteúdo temático e com o estilo do gênero. Para Bakhtin (2003, p. 266), as unidades composicionais são determinados

“tipos de construção do conjunto, de tipos de seu acabamento, de tipos de relação do falante com os outros participantes da comunicação discursiva”. A composicionalidade, aliada ao estilo e ao tema dos enunciados estabilizados em gêneros, resulta no reconhecimento de situações de enunciação tipificadas, tornando a interação compreensível aos interlocutores.

Em síntese, podemos compreender que os gêneros, em suas diversas esferas sociais, não são apenas histórico e culturalmente construídos, como também são conjugados a determinadas ideologias. Estas, por sua vez, não apenas determinam a construção discursiva do gênero, como também o espaço da interação, regularizando e (re)construindo determinadas normas sociais impostas pelos variados espaços de produção, circulação e recepção dos gêneros na sociedade, o que determina sua essência híbrida, fluida e dinâmica.

1.2 O Jornalismo de Jornal Impresso : Esfera, Valoração e Ideologia

Consoante à compreensão dos gêneros do discurso como enunciados que relativamente se estabilizam nas diversas situações sociais de interação, Bakhtin (2003; 2006) propõe as esferas sociais como princípio organizador dos gêneros, isto é, são concretizações dentre as diversas formas de comunicação social. As esferas tipificam as situações de interação, estabilizando os enunciados que nela circulam, originando gêneros do discurso particulares dessa esfera. Com isso, cada campo organiza suas formas típicas de comunicação social, à medida que

As relações de produção e a estrutura sociopolítica que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala. [...] Estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social. (BAKHTIN, 2006, p. 43).

Cada esfera social apresenta uma orientação social determinada para a realidade, objetos discursivos próprios e funções ideológicas específicas. Os gêneros e enunciados, por conseguinte, não são indiferentes às especificidades de sua esfera. Assim, podemos compreender que os gêneros do discurso se constituem a partir de situações da vida social relativamente estáveis, ou seja, imersos a esferas sociais que, por sua vez, comportam diversas variedades de intercâmbios sociocomunicativos. Cada esfera social, com sua função socioideológica particular e suas condições sociodiscursivas próprias, formula na interação social determinados gêneros, específicos a essa esfera. Dessa forma, entendemos que os gêneros correspondem a situações de

interação verbal típicas (RODRIGUES, 2001; 2005), e apresentam na sua constituição, as finalidades e as condições sociodiscursivas da esfera na qual são produzidos e circulam.

As esferas ou campos sociais são, portanto, critérios de organização ou agrupamento de gêneros. Partindo dessa compreensão, a esfera jornalística se constitui e funciona mediada por gêneros bem como constitui seus gêneros do discurso, que nesse espaço refletem e refratam as especificidades da situação social e constituem-se como referências para os diversos intercâmbios comunicativos nessa esfera. Bakhtin (2006) postula que nas situações de interação que perpassam as diversas esferas sociais nas quais os gêneros residem, é preciso supor um determinado horizonte social, que é definido e estabelecido pela situação e meio sociais, os quais constituem os gêneros. Segundo fundamentações da ADD, “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 2006, p. 117). Os gêneros correspondem a situações sociais de interação tipificadas de comunicação discursiva em uma determinada esfera social.

Dessa forma, cada gênero possui determinado objetivo, sua concepção de autor e de destinatário, seu conteúdo temático, estilo verbal e composição, que refletem as condições e finalidades da esfera a qual pertencem (RODRIGUES, 2001). Compreendendo, portanto, a relação entre esferas e gêneros do discurso, percebemos que a esfera social do jornalismo desencadeia reações ideológicas intimamente relacionadas às condições sociais e aos valores sociais atribuídos aos gêneros que nesse campo circulam. Dessa forma, as diferentes situações de comunicação verbal que se produzem e circulam na esfera do jornalismo são revestidas de ideologias e valorações. Sob a perspectiva da ADD, a ideologia apresenta-se como interpretação da realidade social, expressa na e pela consciência sempre de forma sónica. É a expressão de uma posição. Dentro de espaços sociais mediados por signos, a ideologia, para a ADD, instaura-se a partir de movimentos constituídos por idéias estáveis e instáveis que em confluência e diálogo constante residem na consciência humana (MIOTELLO, 2007).

Ao compreender ideologia como interpretação da realidade social que se constitui e funciona por meio de signos⁴ socialmente situados, percebemos que a esfera do jornalismo é calcada por valores ideológicos. Os diversos gêneros dessa esfera carregam consigo valores, conceitos, idéias e índices de valor que afetam seu tema, estilo e composição. Para Bakhtin (2006), os signos que se realizam por meio das relações sociais, apresentam-se envoltos por

⁴ “Desde as primeiras décadas do século XX, nos trabalhos de M. Bakhtin e seu círculo não somente a palavra, mas a linguagem em geral, é concebida e tratada de uma outra forma, levando-se em conta sua história, sua historicidade, ou seja, especialmente a linguagem em uso. [...] A palavra dita, expressa, enunciada, constitui-se como produto ideológico, resultado de um processo de interação na realidade viva. [...] A compreensão do mundo, pelo sujeito, acontece no confronto entre as palavras da consciência e as palavras circulantes na realidade, entre o interno e o externamente ideológico [...]”. (STELLA, 2007, p. 178-180).

determinados horizontes sociais, reflexos de uma época ou de grupos sociais específicos. Para o autor,

As características da palavra enquanto signo ideológico [...] fazem dela um dos mais adequados materiais para orientar o problema no plano dos princípios. Não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação em questão, mas sua ubiquidade social. Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 2006, p. 42).

Para Bakhtin (2006, p. 31), “tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”. Em adição, segundo a ADD, cada signo não se satisfaz apenas como parte de uma realidade; ele reflete e refrata outras, posto que todos os signos são sujeitos a critérios de avaliação ideológica. Onde encontram-se os signos, encontra-se o ideológico. Bakhtin (2006) ainda pontua que cada campo social se constitui e funciona sob determinada orientação ideológico-valorativa; portanto, os gêneros que nessas esferas circulam são perpassados e confrontados por ideologias que os regularizam relativamente e os significam.

Outro aspecto relevante na inter-relação entre esfera e ideologia é o entrecruzamento entre apreciação e significação, à medida que cada campo social (esfera socio-discursivo-ideológica) é engendrado por índices sociais de valor (valorações; apreciações) que determinam a criação ou orientação ideológica dos gêneros que se produzem nessa determinada esfera. Sob a perspectiva da ADD, os signos (e portanto, os gêneros) possuem acentos de valor ou horizontes apreciativos que acompanham e significam a interação. Essa apreciação social é realizada, de acordo com Bakhtin (2006), por meio da entoação expressiva, da seleção lexical, dos recursos fraseológicos, gramaticais, textuais e discursivos de que os interlocutores se utilizam nas situações de interação. Essa orientação valorativa é determinada pela situação imediata e ampla e engendra-se na orientação ideológica do campo no qual a interação se desencadeia. Os gêneros do discurso da esfera jornalística, por exemplo, a notícia, são conduzidos por determinados horizontes sócio-valorativos (avaliações, apreciações, posições, acentos, entoações, julgamentos, modalidades apreciativas, escolhas) e ideológicos (reflexos e interpretações da realidade social e natural que se materializam dialogicamente de forma sociosemiótica) que os regularizam e os significam nas

diversas situações interativas. Para Bakhtin (2003), a interação pressupõe avaliação, isto é, a compreensão bem como a produção de enunciados nas diversas situações de interação implica apreciação. Compreensão e avaliação (valoração), de acordo com o autor, são instâncias simultâneas e apresentam-se como um ato único, integral e indissolúvel.

É dessa forma que, a ADD, considera que toda situação social de interação se desenvolve a partir da dinâmica de avaliações (valorações) e de orientações ideológicas que, em confluência, se entrecruzam na constituição e no funcionamento dos enunciados e dos gêneros da esfera do jornalismo. É nesse campo social no qual se produz o gênero notícia, que se entrecruzam valorações e posições ideológicas que entram em luta dialógica, materializada discursivamente por meio de regularidades semiótico-textuais relativamente estáveis que significam e legitimam essa situação de enunciação – “a configuração dialógica da compreensão [...] A índole de acontecimento do conhecimento dialógico. O encontro. A avaliação como momento indispensável do conhecimento dialógico” (BAKHTIN, 2003, p. 398). Assim, os gêneros da esfera do jornalismo impresso são absorvidos por valorações instituídas de ideologias que regulam, estabilizam e legalizam as diversas situações sociais mediadas por esses gêneros. O campo social do jornalismo impresso, portanto, carrega consigo índices sociais de valor que não apenas influenciam na relativa estabilização dos enunciados que se tipificam nessa esfera, como legalizam e regularizam “as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade [que] têm importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento” (BAKHTIN, 2006, p. 44-45).

Após a breve discussão acerca dos conceitos basilares que sustentam a pesquisa, partimos para a seção a qual se apresentam (a) considerações acerca da apresentação da proposta do método sociológico de Bakhtin e a (b) a contextualização dos jornais cujas notícias constituem nossos dados de pesquisa.

2 Metodologia sociológica de análise da linguagem

A investigação acerca do gênero jornalístico notícia da mídia digital baseia-se no método sociológico do Círculo de Bakhtin, revisitando considerações, dentro dessa mesma perspectiva epistemológica, propostas por Rodrigues (2001; 2005) sobre as dimensões social e verbal dos gêneros do discurso e Rojo (2005) em relação à análise de práticas sociais de uso da linguagem em situações de interação específicas. As considerações teórico-metodológicas de análise do uso da linguagem postuladas por Bakhtin (2006, p. 128-129) seguem as etapas a seguir:

1. As formas da língua e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza;
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, e, ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto

- é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal;
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual.

Em adição, a pesquisa pretende inter-relacionar a análise do gênero notícia com a proposta de Rojo (2005), que busca sintetizar na descrição e na interpretação dos dados as relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e gêneros do discurso. Segundo a autora,

[...] A ordem metodológica de análise que vai da situação social ou de enunciação para o gênero/enunciado/texto e, só então, para suas formas linguísticas relevantes [...]. Ao chegarmos nesse último nível de análise, vale a interpretação linguística habitual, isto é, as teorias e análises linguísticas disponíveis, desde que seguida a ordem metodológica que privilegia as instâncias sociais [...]. Dito de outra maneira, aqueles que adotam a perspectiva dos *gêneros do discurso* partirão sempre de uma análise em detalhes dos aspectos sócio-históricos da situação de enunciativa, privilegiando, sobretudo, a *vontade enunciativa* do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua *apreciação valorativa* sobre seus *interlocutores* e *temas* discursivos -, e, a partir desta análise, buscarão marcas linguísticas (formas do texto/ enunciado/ língua – composição e estilo) que refletem no enunciado/texto, esses aspectos da situação. (ROJO, 2005, p. 199).

Dessa forma, a investigação buscará compreender as regularidades enunciativo-discursivas que engendram e se engendram na constituição e no funcionamento do gênero jornalístico notícia na mídia virtual, objetivando entender a relativa estabilização linguístico-enunciativa do gênero, mas entendendo, sobretudo, que “estas [as regularidades] serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica” (ROJO, 2005, p. 199).

3 As Particularidades dos Jornais Investigados

Apresentam-se nesta seção dados e particularidades dos jornais selecionados para a pesquisa acerca do gênero notícia. Retomamos que as informações apresentadas a seguir foram retiradas de sites de busca e dos sites institucionais dos respectivos jornais⁵.

3.1 O Jornal *Diário Catarinense*

O *Diário Catarinense* começou a circular em 05 de maio de 1986 como o último projeto idealizado de Maurício Sirostky Sobrinho. Primeiro jornal informatizado da América Latina e primeiro jornal do estado de Santa Catarina a utilizar fotos coloridas, pertence ao Grupo RBS⁶ desde sua fundação.

O *Diário Catarinense* é um jornal diário, de formato tablóide e de sede em Florianópolis – SC. Sua circulação média mensal é de aproximadamente 38 mil exemplares em dias úteis e cerca de 60 mil aos domingos. Sua circulação é estadual. O *Diário Catarinense*, além do jornal impresso, possui sua versão *online* no *website*: www.diario.com.br.

3.2 O Jornal *Correio Do Povo*

Fundado em 1º de outubro de 1895 por Caldas Júnior, foi o jornal de mais longa publicação em Porto Alegre – RS, circulando por 89 anos ininterruptamente, até 1984, reiniciando sua publicação em 1986.

Segundo dados históricos apresentados na página institucional do jornal na Internet⁷, a primeira edição do *Correio do Povo* saiu em quatro páginas e 2 mil exemplares. Pouco mais de três anos depois, já eram 4, 5 mil exemplares. Entretanto, com a morte prematura de seu fundador em 1913, o jornal passou por dificuldades econômicas, que só cessaram em 1935, quando a direção da Companhia Jornalística Caldas Júnior foi assumida por seu filho, Breno Alcaraz Caldas, nela permanecendo mais de 50 anos.

Atualmente, o jornal *Correio do Povo* pertence à Central Record de Comunicação, controlada pelo empresário Edir Macedo, juntamente com outras empresas do grupo: as rádios *Guaíba AM e FM*. A Central Record de Comunicação foi fundada em 09 de novembro de 1989 e é um grupo de mídia que aglomera diversos veículos de comunicação, a saber, *Rede Record*, *Record News*, *Rede Família*, *Rádio Record*, *Rádio Guaíba* e *Rádio Sociedade*.

O *Correio do Povo* é um jornal diário, de formato tablóide e de sede em Porto Alegre – RS. Sua circulação média estadual é de aproximadamente 80 mil exemplares nos dias úteis e cerca de 154 mil aos domingos, sendo considerado o 2º jornal gaúcho em tiragem e o 8º brasileiro. O

⁵ Durante a busca de referencial teórico, constatou-se a dificuldade de encontrar pesquisas acadêmicas específicas sobre os jornais selecionados para esta pesquisa. Tendo em vista esta dificuldade, foram consultados os sites institucionais dos referidos jornais.

⁶ Ver explicações sobre o Grupo RBS na seção anterior intitulada ‘O jornal *Zero Hora*’.

⁷ www.correiodopovo.com.br. Acesso em 16/06/2008.

Correio do Povo é editado pela Central Record de Comunicação, possuindo versão impressa e online.

3.3 O Jornal *O Estado De S. Paulo*

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi fundado em 4 de janeiro de 1875 por Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos. Criado a partir dos ideais republicanos, na época de sua fundação, o jornal chamava-se *A Província de São Paulo*. Segundo dados da página institucional do jornal na Internet⁸, quando surgiu, o jornal possuía apenas quatro páginas e uma tiragem aproximada de 2.025 exemplares.

Ao longo de sua história, o termo *Província* foi conservado até 31 de dezembro de 1889, um mês após a queda da monarquia e instituição da República no Brasil. No final do século XIX, o jornal *O Estado de S. Paulo* já se apresentava como o maior jornal do estado de São Paulo, superando seus concorrentes, dentre eles, o jornal *Correio Paulistano*.

O Estado de S. Paulo pertence ao Grupo Estado – S.A. O Estado de S. Paulo - cujo presidente é Roberto Mesquita e o diretor é Ricardo Gandour. Além do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Grupo Estado publica o *Jornal da Tarde* (fundado em 1966) e detém controle sobre a *O Estado de S. Paulo Mídia* (desde 1984). O jornal *O Estado de S. Paulo*, além de sua versão impressa, possui notícias publicadas online em seu website: www.estadao.com.br.

Após a busca de compreensão das especificidades acerca das instituições empresariais dos jornais, apresentamos considerações acerca da dimensão social do gênero notícia, fazendo um recorte e discutindo, dessa forma, questões acerca da cronotopia e da posição de autoria no gênero jornalístico notícia.

4 A Cronotopia no gênero jornalístico notícia

Bakhtin (1998; 2003) apresenta considerações sobre cronotopia em ‘O Cronotopo em Rebelais’ e ‘O Tempo e o espaço nas obras de Goethe’. A partir da análise do gênero romance, o autor pontua aspectos relativos ao horizonte espaço-temporal do gênero, postulando que o cronotopo é considerado o centro de organização dos acontecimentos temáticos do romance. Para Bakhtin (1998; 2003), o cronotopo é a porta de entrada da análise do gênero; é, portanto, a partir disso, que esta pesquisa revisita as posições de Bakhtin frente à cronotopia e as relaciona com a constituição e o funcionamento do gênero jornalístico notícia.

Rodrigues (2005) afirma que cada gênero do discurso situa-se em um determinado cronotopo: engendra-se em determinado horizonte espacial, temporal, temático e valorativo (axiológico); possui orientações ideológicas específicas e apresenta concepções de autor e destinatário próprios. Entendemos, em adição, que cada gênero, dessa forma, possui uma

⁸ www.estadao.com.br. Acesso em 16/06/2008.

orientação espaço-temporal diferente, determinada por condições sociais específicas que consubstanciam seu cronotopo.

Amorin (2007), ao discutir a relação entre os conceitos de cronotopia e exotopia, postula que a concepção de cronotopo refere-se ao equilíbrio que se instaura entre os horizontes espacial e temporal. Segundo a autora, Bakhtin (1998; 2003) recupera esse conceito das teorizações da Matemática e da Teoria da Relatividade de Einstein, objetivando compreender como se articula no discurso a indissolubilidade da inter-relação entre o espaço e o tempo. Bakhtin (2003, p. 225), revisitando suas discussões sobre o tempo e o espaço em Goethe, apresenta considerações sobre a cronotopia, pontuando que

A capacidade de ver o tempo, de ler o tempo no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas, mas como um todo em formação, como acontecimento; é a capacidade de ler os *indícios do curso do tempo* em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e idéias humanas (até conceitos abstratos).

Ao apresentar suas fundamentações sobre a cronotopia, com maiores discussões acerca das obras de Rebelais e Goethe, Bakhtin (1998; 2003) procura compreender os possíveis indícios ou vestígios culturais e históricos que se pautam sob a perspectiva da cronotopia.

Compreendendo a cultura como um “sistema e em um nível mais alto de unidade orgânica: aberta, em formação, não resolvida nem previamente resolvida, capaz de morte e renovação, que transcende a si mesma” (BAKHTIN, 2003, p. 370), Bakhtin busca apreender como organizações, instituições, esferas, nações e grupos sociais são constituídos por aspectos cronotópicos. No gênero romance, o que poderia, em adição, ser relacionado ao gênero jornalístico notícia, o autor afirma que o mundo e a vida social são apresentados a partir de cortes da realidade da época. Os acontecimentos, os fatos e as realizações representadas no romance abrangem de certo modo toda a vida de uma época.

Em síntese, cronotopia, para Bakhtin (2003, p. 225) são “os visíveis indícios complexos do tempo histórico, na verdadeira acepção do sentido, são vestígios visíveis da criação do homem, vestígios das suas mãos e da sua inteligência [...]”. Amorin (2007, p. 102), retomando postulados bakhtinianos, afirma que “o cronotopo [...] é uma categoria da forma e do conteúdo que realiza a fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto”.

Ao relacionar-se o conceito de cronotopia com o funcionamento do gênero notícia, observa-se que o horizonte espacial desse enunciado corresponde a duas dimensões: (a) a esfera social na qual se produz (Cf. Seção 1.2) que, segundo Rodrigues (2001) é responsável por interpretar, valorar e evidenciar fatos, posicionamentos que serão parte constituinte do campo social jornalístico e (b) a situação de interação do gênero notícia, que busca compreender os interlocutores – a posição discursiva de autoria e de público-leitor (Cf. Seções a seguir).

Quanto ao horizonte temporal, o cronotopo relaciona-se com o fator de periodicidade da notícia. O gênero notícia na esfera do jornalismo impresso possui publicação diária, isto é,

apresenta-se como um gênero de curta temporalidade, posto que as notícias que circulam num determinado dia perdem seu valor de noticiabilidade na próxima publicação.

Essa obsessão pelo presente, pelo momento e pelo instante, é discutida por Charaudeau (2006) e caracterizada como uma estratégia de co-temporalidade enunciativa. Em outras palavras, segundo o autor, o quadro temporal da notícia é a atualidade; a atualidade passa a ser fator central e critério de noticiabilidade e que, portanto, determina a pauta e os fatos a serem noticiados, explicando e justificando duas características essenciais do discurso da notícia: a efemeridade e a a-historicidade. O horizonte temporal, em adição, caracteriza-se pelo processo de impressão e de circulação do gênero notícia. O processo de impressão realiza-se a partir de procedimentos realizados pela instituição jornalística; esse processo resulta na distribuição dos jornais em diversos locais.

Quanto à circulação⁹, o jornal apresenta-se ‘validado’ pela publicação do dia, recuperando sua característica de curta temporalidade. Em suma, podemos verificar que o cronotopo designa condições historicizadas de produção do discurso. Designa uma espécie de orientação espaço-temporal, um lugar coletivo no qual histórias se contam, se escrevem, se entrecruzam dialogicamente. Dessa forma, a cronotopia está ligada aos gêneros e sua trajetória. Para Amorin (2007, p. 105)

Os gêneros são formas coletivas típicas, que encerram temporalidades típicas e assim, conseqüentemente, visões típicas de homem. Podemos então concluir que, no trabalho de análise dos discursos e da cultura, quando conseguimos identificar o cronotopo de uma determinada produção discursiva, poderemos dele inferir uma determinada visão de homem.

É nessa perspectiva, que nas próximas seções discutiremos as relações entre o gênero notícia e seu auditório social – a posição sociodiscursiva de autor e a construção do público previsto, ou seja, os interlocutores da situação de interação.

4.1 O gênero *notícia* e questões de autoria

Para a seleção de fontes e produção da notícia, a instância midiática utiliza-se de discursos produzidos externamente à instituição jornalística. Charaudeau (2006) subdivide a identificação de fontes como (a) interna às mídias – “são classificadas em relação aos organismos de informação” (p. 147), isto é, podem ser internas ou externas ao organismo de informação; e (b) externas às mídias – classificadas de acordo com seu caráter institucional.

⁹ Os tempos de impressão e circulação demandam pesquisa apurada, o que não foi objetivado nesta investigação.

As fontes de ordem interna ao organismo de informação podem ser identificadas com o trabalho dos correspondentes, enviados especiais ou arquivos próprios. As fontes externas ao organismo de informação, por sua vez, podem ser exemplificadas como sendo as agências e as indústrias de serviços ou outras mídias. As fontes externas às mídias institucionalizadas podem ser, então, o estado-governo, as administrações, os partidos, os sindicatos ou os políticos. Já as fontes não institucionalizadas direcionam-se às testemunhas, aos especialistas ou aos profissionais.

Segundo Charaudeau (2006), “a instância de produção¹⁰ tem, pois, uma dupla responsabilidade: a de obter os meios de aceder a um máximo de fontes possíveis e a de verificá-las”. (p. 148). Charaudeau (2006) afirma que, ao nomear as fontes, o discurso da notícia utiliza-se de recursos de denominação ou de modalidade de enunciação. O recurso de denominação consiste em identificar as fontes por meio de nomes, títulos, função ou profissão ou status de pessoas. Ainda há, segundo o autor, o recurso de denominação vaga, quando se trata de preservação do anonimato.

A modalidade de enunciação “pode ser expressa por verbos de modalidade (diz, declara, faz saber, etc.), cujo semantismo é mais ou menos revelador da atitude da instância de enunciação com relação à fonte original [...]” (CHARAUDEAU, 2006, p. 149).

Dessa forma, a instância de produção identifica e valora as fontes, influenciando na credibilidade e produzindo efeitos diversos de significação; o discurso do outro e o modo como esse outro é valorado apresentam-se relevante para a construção de sentido da notícia.

As fontes são uma forma de apresentação do discurso do outro¹¹, isto é, “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (p. 150). Para Bakhtin (2003; 2006), o enquadramento do discurso do outro no enunciado cria uma determinada perspectiva ao fundo dialógico que é dado ao discurso introduzido. Assim, analisar o discurso de outrem para a ADD é perceber que o discurso do outro incluído na situação de enunciação sempre sofre determinadas transformações de significado. A esse respeito, Bakhtin (1998, p. 141) afirma que

O contexto que avoluma a palavra do outro origina um fundo dialógico cuja influência pode ser muito grande [...]. A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que a enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso. Por isso, ao estudar as diversas formas de transmissão do discurso de outrem, não se pode separar os procedimentos de elaboração deste discurso dos procedimentos de seu

¹⁰ Sobre a instância de produção, Charaudeau (2006, p. 73) argumenta que no jornalismo “o jornalista [...] não é o único ator, mas constitui a figura mais importante. Reservemos a designação de ‘instância midiática’ à instância global de produção que integra os diferentes atores que contribuem para determinar a instância da enunciação discursiva”. Diferentes protagonistas interferem na produção jornalística (redatores, editores, técnicos, diagramadores, revisores, etc.).

¹¹ “Por palavra do outro (enunciado, produção de discurso) eu entendo qualquer palavra de qualquer outra pessoa, dita ou escrita na minha própria língua ou em qualquer outra língua, ou seja, é qualquer outra palavra não minha. Neste sentido, todas as palavras (enunciados, produções de discurso, literárias), além das minhas próprias são palavras do outro. Eu vivo em um mundo de palavras do outro [...]”. (BAKHTIN, 2003, p. 379).

enquadramento contextual (dialógico): um se relaciona indissolúvelmente ao outro.

O discurso citado, portanto, apresenta-se como a confluência de discursos os quais, por sua vez, se integram na construção de sentido do discurso da notícia. Conjugado à seleção e à identificação das fontes na notícia e ao enquadramento do discurso de outrem, atentamos para o aspecto da autoria no discurso da notícia, isto é, quando não concordamos com alguma notícia, procuramos saber quem é responsável pelo que foi publicado. “É o dono da empresa ou o jornalista?” (MIOTTO, 2003, p. 51), ou seja, procuramos apreender seu autor. Para Bakhtin (2003, p. 384), “não pode haver discurso separado do falante, de sua situação, de sua relação com o ouvinte e das situações que os vinculam [...]”. Sob esse aspecto, Bakhtin (2003, p. 389) retoma a posição discursiva de autor do jornalista, afirmando que

O jornalista é acima de tudo um contemporâneo. É obrigado a sê-lo. Vive na esfera de questões que podem ser resolvidas em sua atualidade (ou ao menos num tempo próximo) Participa de um diálogo que pode ser terminado e até concluído, que pode passar à ação, pode tornar-se força empírica.

Para Bakhtin, a posição discursiva da autoria depende do gênero do enunciado, ou seja, cada gênero do discurso possui uma forma autorizada de autoria. Especificidades da comunicação discursiva carregam consigo determinações das diversas formas de posicionamento autoral. “A forma de autoria depende do gênero do enunciado. Por sua vez, o gênero é determinado pelo objeto, pelo fim e pela situação do enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 389). É sob o panorama do discurso e do dialogismo que Bakhtin, portanto, apresenta suas fundamentações acerca da autoria. Por exemplo, relações dialógicas, dialetos sociais (posições socioaxiológicas), autoria, vozes da construção enunciativo-discursiva do gênero romance são apresentadas e explicadas por Bakhtin, entre outros trabalhos, ao longo do capítulo ‘O Discurso em Dostoiévski’, no qual o autor também explica seu conceito de discurso, contrapondo-o à visão objetivista da língua, e afirma que as relações dialógicas pertencem ao campo do discurso e, portanto, são objetos da Metalingüística¹².

O conceito de discurso é introduzido pelo autor sob o ângulo da comunicação dialógica, isto é, sob o plano da discursividade, especificando que o discurso orienta-se para o objeto do discurso como para o discurso do outro. Essa dupla orientação materializa-se na forma de enunciados e, por conseguinte, pressupõe uma autoria enunciativo-discursiva. Neste sentido, a

¹² “Em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin define a Metalingüística como um estudo – ainda não constituído de disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam, também de modo absolutamente legítimo, os limites do objeto da lingüística. O autor concebe a metalingüística como uma translingüística. Ou seja, ele marca o lugar e os fundamentos de disciplinas como a pragmática, as teorias da enunciação, do discurso. Como objeto da metalingüística tem-se o discurso, o enunciado, os gêneros do discurso, as relações dialógicas entre o enunciado e a realidade, o sujeito falante e os outros enunciados [...], a questão da autoria. Na percepção bakhtiniana, a lingüística e a metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, o discurso, mas o estudam sob diferentes aspectos e de diferentes ângulos de visão, devendo completar-se, mas sem se fundir.” (RODRIGUES, 2001, p. 63-65).

autoria é concebida como uma postura de autor, ou seja, uma postura discursivo-dialogizada, posto que, segundo a perspectiva bakhtiniana, a autoria implica reação dialógica. Bakhtin (2002) discute que “nesse sentido, todo enunciado tem uma espécie de autor, que no próprio enunciado escutamos como seu criador [...] uma posição determinada diante da qual se pode reagir dialogicamente” (p. 184). Para Bakhtin (2003, p. 399),

O autor se encontra naquele momento inseparável em que o conteúdo e a forma se fundem intimamente, e é na forma onde mais percebemos sua presença. A crítica costuma procurá-lo no conteúdo destacado do todo, que permite identificá-lo facilmente como autor-homem de uma determinada época, que tem uma determinada biografia e uma determinada visão de mundo. Aí a imagem de autor quase se funde com a imagem do homem real. O verdadeiro autor não pode tornar-se imagem, pois é criador de toda imagem, de todo o sistema de imagens da obra.

É sob esse panorama conceitual que podemos analisar que no gênero notícia perpassam diferentes discursos regularizados pelas diversas fontes selecionadas para compor sua construção dialógica. Assim, a autoria concebida como postura de autor dialoga constantemente com as fontes (voz do outro) que, em confluência, significam o gênero notícia na esfera socioideológica do jornalismo. O discurso do outro (as fontes) é usado pelo autor como referências, posições e recursos informativos que consubstanciam a constituição e o funcionamento desse gênero.

Por meio da voz das fontes (discurso de outrem), o autor constrói sua voz de forma refratada e revalorada (reacentuada, reenunciada), orquestrando pela intersecção de vozes e pelas posições socioaxiológicas (índices valorativos do discurso do outro) o dialogismo característico do discurso da notícia.

Sob esse âmbito, para compreender-se a posição de autoria no gênero jornalístico notícia, torna-se importante visitar o processo de produção do gênero e os indícios da posição valorativa de autoria pressupostos em cada sujeito (vozes¹³) e as instâncias de produção da notícia. Ao discutir-se sobre a esfera do trabalho jornalístico, verificamos que o gênero notícia é produzido mediante três instâncias com determinados sujeitos (vozes) que atuam de maneira dinâmica e dialógica.

As instâncias de produção do enunciado que instauram as condições sociodiscursivas do processo de produção da notícia são: (a) concepção; (b) editoração e (c) responsividade. Em jornais, em revistas, na televisão ou na rádio (como em outras mídias), há uma orientação geral que norteia e determina a veiculação de determinados fatos/discursos e sua posterior publicação em gêneros específicos (notícia, reportagem, entrevista, editorial, etc), a saber, a pauta. A pauta subsidia as instâncias de produção da notícia (concepção, editoração e responsividade), posto que é este o fio condutor que delinea o que será publicado. Rossi (2006) discute que a pauta ocasiona distorções e limitações ao trabalho jornalístico. A primeira distorção está relacionada com a

¹³ “Na relação criadora com a língua não existem palavras sem voz, palavras de ninguém. Em cada palavra há vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais [...] e vozes próximas [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 330).

publicação de notícias a partir do que outros veículos estejam publicando; essa prática gera um círculo vicioso pela qual os jornais se auto-alimentam.

A segunda distorção, de acordo com o autor, diz respeito à limitação de pauta, isto é, “a pauta, no geral, reflete a idealização das pessoas que permanecem nas redações e não daquelas que estão em contato direto com os fatos ou as pessoas geradoras” (ROSSI, 2006, p. 19).

Ao especificar os sujeitos da produção da notícia, estes apresentam-se ligados a determinadas instâncias de produção discursiva da notícia: (a) instância de concepção – jornalistas; *press-releases*; consultores; repórteres; pauteiro; chefe das surcusais; correspondentes; fontes de informações; relações públicas e assessores de imprensa; (b) instância de editoração – copidesques; editores; chefes de redações; chefes de reportagens; secretarios da redação; revisores de texto e (c) instância de responsividade – o público-leitor.

Quanto aos sujeitos envolvidos na instância de concepção da notícia, os consultores apresentam-se como profissionais especialistas em determinadas áreas, e que funcionam como recursos de informações especializadas para determinado fato a ser noticiado. Geralmente, os consultores são agentes da informação específica de uma área – economia, política, ciência, educação, religião, etc. Além de jornalistas, repórteres, chefes das surcusais, correspondentes, fontes de informações, relações públicas e consultores, tem surgido, no campo de atuação jornalística, o pauteiro, que é o profissional que, juntamente com a chefia e a diretoria, reúne pontos a serem eleitos para a pauta, ou seja, “quem acolhe a notícia e quem a elabora não tem participação nas discussões sobre o que o jornal ou a revista vai publicar, sob que enfoque, tamanho, etc”. (ROSSI, 2006, p. 20).

Na instância de editoração, o copidesque é o agente responsável pela redação, em outras palavras, é o redator. Em função da grande escala de informações produzidas fora da sede da instituição do jornal, muitas necessitam ser ajustadas quanto a padrões, tamanhos e exigências da sede jornalística. Para Rossi (2006, p. 28-29),

O copidesque funciona como o primeiro filtro pelo qual passa a produção do repórter – o que já ocasiona uma primeira distorção entre a narração do que aconteceu, na visão do repórter, e o que será publicado. [...]. Assim, a forma final em que a notícia vai aparecer no jornal é, muitas vezes, mais a de quem não viu o acontecimento do que a de quem o presenciou.

Dessa forma, podemos afirmar que cada fato a ser noticiado pode apresentar diversas interpretações/ valorações conforme o horizonte apreciativo de cada um que o examine. Com isso, a visão do repórter ou do redator pode não coincidir com a de seu editor, do seu chefe de redação, do diretor ou ainda sofrer alterações realizadas pelo revisor de texto (que dependendo das seleções lexicais, fraseológicas ou textuais alteradas pode ocasionar valorações distintas). Quanto à instância de responsividade – a voz do público-leitor -, essa será discutida na próxima

seção. Em síntese, podemos constatar que as condições de produção do gênero notícia¹⁴ estão submersas em diferentes instâncias (concepção, editoração e responsividade) que se entrecruzam constantemente e se materializam enunciativamente sob a forma de diferentes vozes dos diversos agentes implicados nesse processo (jornalistas, repórteres, chefes, secretários, revisores, entre outros).

Em adição às discussões sobre as condições de produção das notícias (anteriormente discutidas), algumas indagações ascendem a respeito da marcação de autoria (implícitas e explícitas¹⁵) nas notícias analisadas, tais como: (a) quais são as notícias¹⁶ que apresentam marcas autorais explícitas?; (b) quais são os jornais, dentre os pesquisados, que procuram identificar marcas autorais explícitas em suas notícias?; e (c) como as marcas autorais implícitas estão marcadas enunciativo-discursivamente ao longo das notícias?.

A respeito de quais notícias apresentam marcas autorais explícitas, podemos afirmar que: (1) no jornal *Correio do Povo*, não há notícias com marcas autorais explícitas; (2) no jornal *O Estado de S. Paulo*, há marcações autorais explícitas em notícias de página inteira, em notícias de 1/3 de página e em notícias de ¼ de página e (3) no jornal *Diário Catarinense*, somente as notícias de ¼ de página apresentam marcas autorais explícitas.

Quanto à segunda indagação, de quais são os jornais que apresentam marcas autorais explícitas em suas notícias, esta já foi respondida na discussão anterior. Quanto à terceira indagação, por sua vez, pode-se afirmar que as marcas autorais implícitas estão marcadas nas notícias analisadas por meio de diferentes recursos estilístico-composicionais (ACOSTA-PEREIRA, 2008). Esses recursos são: (1) marcas do discurso do outro por meio da renúnciação, provocando efeitos de reconhecimento, de validação, de avaliação, de compartilhamento de responsabilidade e de justificação entre o discurso do autor e o discurso do outro; (2) visadas dialógico-valorativas, buscando a aprovação, a legalização, a validação e a avaliação das informações apresentadas na notícia e (3) projeções linguístico-textuais que se engendram e engendram o estilo e a composicionalidade do gênero notícia. Bakhtin (2003) afirma que todo discurso tem um autor, isto é, para o autor, não há palavras sem voz, palavras de ninguém. “Em cada palavra há vozes às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais [...] e vozes próximas [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 330). Os diversos recursos acima citados operam, portanto,

¹⁴ Como se percebe, o processo de produção do gênero notícia na esfera do jornalismo impresso não foram analisadas com exatidão nesta pesquisa, posto que o objetivo desta investigação é compreender o funcionamento do gênero notícia já publicado.

¹⁵ Por *marcas autorais implícitas*, esta pesquisa entende como marcas da posição do autor que se constroem por meio de recursos linguístico-textuais ao longo da notícia, tais como marcadores avaliativos e atitudinais, pronominalização de 1ª pessoa, entre outros recursos estilísticos que demarcam a posição de sujeito no discurso. Por *marcas autorais explícitas*, a pesquisa entende a apresentação do(s) nome(s) do(s) jornalista(s) responsável(is) pela notícia.

¹⁶ Notícias que pertencem à seção analisada.

como recursos de um acabamento estilístico que o autor se responsabiliza em dar aos seus enunciados.

Para concluir, uma questão relevante a se discutir é o fato de que, em função das diversas instâncias de enunciação e dos agentes na produção das notícias (acima discutido), a definição de autoria no gênero notícia mostra-se demasiadamente complexa, à medida que se entrecruzam nas condições de produção desse gênero diferentes indícios de instanciações (concepção, editoração, responsividade), assim como de diferentes sujeitos (jornalistas, editores, revisores, repórteres, etc) que são semiotizados no material enunciativo do gênero.

4.2 O Público-leitor

Bakhtin (2003, p. 302), acerca da concepção de destinatário, postula que

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo de cultura da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele.

Sob esse contexto, o público-leitor do gênero notícia está intimamente relacionado com o leitor previsto dos jornais nos quais as notícias são publicadas. Em outras palavras, o autor do enunciado orienta sua produção a partir do escopo que projeta de seu destinatário. Muitas vezes, as instituições jornalísticas realizam diferentes pesquisas visando a compreender seu público - leitor, construindo, dessa maneira, a visão do leitor de seu jornal, posto que a posição de seu destinatário influencia na construção de seus enunciados.

De acordo com as informações publicadas no site institucional do jornal *Zero Hora* e com a pesquisa desenvolvida por Acosta-Pereira (2008), este é o jornal de maior circulação no estado do Rio Grande do Sul e está classificado entre os 10 maiores do Brasil. Sua circulação de aproximadamente 100 mil exemplares mensais é subdividida entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e em países como Argentina e Uruguai. Os leitores pertencem às classes A e B, e podem ser identificados como intelectuais, estudantes, políticos e profissionais em geral.

O *Correio do Povo* é o segundo maior jornal em tiragem no estado do Rio Grande do Sul e considerado o oitavo maior do país. Seus leitores correspondem às classes A, B e uma pequena porcentagem da classe C. O jornal possui leitores identificados como intelectuais, estudantes, políticos, entre outros profissionais em geral e uma circulação diária de 80 mil exemplares.

O jornal *O Estado de S. Paulo* – o ‘Estadão’ –, por sua vez, possui uma tiragem de 11 milhões de exemplares mensais e é distribuído em 12 mil localidades no Brasil. É lido por classes A e B (70%), intelectuais, empresários, políticos, estudantes e profissionais em geral.

O *Diário Catarinense* possui uma circulação mensal de aproximadamente 38 mil exemplares com 60 mil aos domingos. Os leitores correspondem às classes A e B (60%) e C (33%) e entre 15 e 24 anos (24%) e de 25 a 39 anos (35%). Dessa forma, a partir de dados gerais de circulação do jornal e retomando a posição do interlocutor frente a produção de enunciados, podemos afirmar que “a projeção do interlocutor e do seu fundo aperceptivo [...] orienta o autor, influi naquilo que é dito e como é dito, pois todo enunciado se encontra orientado para o interlocutor” (RODRIGUES, 2001, p. 143). Rodrigues (2001, p. 133-135), ainda pontua que

O gênero encontra-se orientado para um objeto discursivo, inclui os participantes da interação e suas valorações face ao objeto do discurso. O autor e os leitores, dadas as condições de produção e circulação da comunicação jornalística, não se conhecem, não estão em uma relação de interação face-a-face. Mas a instituição fornece o contato (interação “mediada” pelo jornalismo) entre os participantes da interação, cabendo, ao autor, no entanto, manter esse vínculo. [...]. Percebe-se como o trabalho da ideologia e dos índices sociais de valor se manifestam não só nos “conteúdos” dos enunciados, mas nas suas formas discursivas e na circulação social diferenciada dos gêneros do discurso, que vão implicar em diferentes condições sociais de investimento dos gêneros. A percepção do interlocutor e do seu fundo aperceptivo (os seus valores, posições, etc.) orienta o autor, influi naquilo que é dito e como é dito, pois todo o enunciado se encontra orientado para o interlocutor.

Assim, o material linguístico-enunciativo do gênero notícia se constrói a partir da “imagem” do público-leitor projetada, seus horizontes apreciativos, seus valores e suas posições se engendram e orientam ideologicamente a constituição e o funcionamento das notícias na esfera jornalística.

Considerações Finais

Compreender linguagem como prática social é reconhecer que nossas ações são sempre situadas por determinados contextos, gêneros e esferas sociais, que não apenas regularizam, legitima e negociam nossas interações como também as estabilizam por meio da tipificação dos enunciados nelas construídos. Cabe, em adição, retomar que gêneros sob a perspectiva de

Bakhtin pressupõem interação, isto é, “as formas da língua e as formas típicas dos enunciados – os gêneros do discurso – chegam à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas (2000, p. 283).”

Referências

ACOSTA-PEREIRA, R. **O Gênero Jornalístico *Notícia* – Dialogismo e Valoração**. Dissertação de Mestrado. PGLg. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

AMORIM, M. **Cronotopo e Exotopia**. In: BRAIT, B. Bakhtin – Outros Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSCHINOV, V. N. **Discurso na Vida e Discurso na Arte (sobre a poética sociológica)**. Trad. De Carlos Alberto Faraco & Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo, 1926.

_____. (Voloshinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. Edited and Translated by Caryl Emerson. Minnesota: UMP, 1989.

_____. **Para uma Filosofia do Ato**. Texto completo da edição americana Toward a philosophy of the Act. Austin: University of Texas Press. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, 1993.

_____. **Questões de Literatura e de Estética – Teoria do Romance**. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Os Gêneros do Discurso**. In: BAKHTIN, M. A Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 279-326.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. (Voloshinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 12º ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRAIT, B. **Análise e Teoria do Discurso**. In: BRAIT, B. Bakhtin – Outros Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

MIOTELLO, V. **Ideologia**. In: BRAIT, B. Bakhtin – Outros Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

MIOTTO, G. B. **A construção da notícia**. In: SILVEIRA, A.C.M. (Org.) Jornalismo além da notícia. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003. p. 45-60.

RODRIGUES, R. H. **A Constituição e Funcionamento do Gênero Jornalístico Artigo: Cronotopo e Dialogismo**. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL – PUCSP). São Paulo: PUCSP, 2001.

ROJO, R. **Gêneros do Discurso e Gêneros Textuais: Questões Teóricas e Aplicadas**. IN: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). Gêneros: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola Editorial. 2005. p. 184-207.

ROSSI, C. **O que é Jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

STELLA, P.R. **Palavra**. In: BRAIT, B. (Orgs.) **Bakhtin – Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2007a.

A COMPREENSÃO RESPONSIVA ATIVA NO GÊNERO DO DISCURSO DRAMATIZAÇÃO

Neilton Farias Lins¹

Maria Francisca Oliveira Santos²

RESUMO: Neste trabalho usarei uma peça teatral (chamarei de GDD – Gênero Discursivo Dramatização) apresentada na ocasião de uma feira de Ciência por aluno de 2º e 3º do Ensino Médio da Escola Estadual Professora Claudizete Lima Eleutério, Rio Largo. GDD fará uma reflexão sobre a Amazônia, o desmatamento e em especial a trajetória da vida de Francisco Mendes Alves Filho – o Chico Mendes, sua luta pela preservação da natureza, seu trágico assassinato. Nesse GDD encontramos a categoria Responsividade Ativa bem presente, embora responsividade ativa, tenha uma amplitude bem maior, tentarei apontá-la apenas dentro do texto transcrito do gênero em estudo. Essa pesquisa tem a intenção de suscitar em outros pesquisadores uma análise mais detalhada da compreensão responsiva ativa no GDD.

Palavras-Chave: compreensão responsiva, gênero, discurso, dramatização

ABSTRACT: *This paper will use a play (called GDD - Gender Discourse Drama) at the time of a science fair for students from 2nd and 3rd Middle School Public School Teacher Claudizete Eleuterio Lima, Rio Largo. GDD will reflect on the Amazon, deforestation, and in particular the trajectory of the life of Francisco Alves Mendes Filho - Chico Mendes, the fight for the preservation of nature, his tragic assassination. In this category we find the GDD active responsibility in mind, although responsiveness active, has a much greater breadth, try pointing it only within the transcribed text of its kind in the study. This research intends to raise other researchers a more detailed analysis of active responsive understanding in GDD.*

Keywords: *responsive comprehension, gender, discourse, dramatization.*

A comunicação humana se dá no processo dialógico entre os interlocutores investidos nessa ação, ação que se desenvolve não apenas na relação interativa de locutores imediatos, mas também entre o outro discursivo da relação dialógica. Para Bakhtin (2006)³, *a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real.* Baseado nessa orientação

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFAL
Bolsista do CNPq

² Doutora em Linguística – UFPE – Professora do PPGLL - UFAL

³ Leia-se BAKHTIN/VOLOCHINOV

filosófica da linguagem esse teórico cria uma nova categoria de análise, a *Compreensão Responsiva Ativa*.

Para esse autor *todo ato de compreensão é uma resposta*, seu conceito de resposta é amplo tendo em vista que ultrapassa o esquema já padronizado de que para toda pergunta exige uma resposta, uma vez que resposta na teoria bakhtiniana tem-se como uma atitude em que determinado interlocutor se posiciona ideologicamente sobre determinado discurso. Nem sempre é visto como uma réplica a uma pergunta, mas a um discurso, que pode ser mediato ou imediato. Para Fuza & Menegassi (2006) a atitude responsiva pode ser interna ou externa, para esse autor é *externa quando se escreve para que as pessoas vejam as idéias do autor e possam apresentar uma compreensão e uma resposta e, interna, quando a pessoa conversa consigo mesma sobre o texto que produziu*.

Bakhtin(2006) diz que *a cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica*. Nessa perspectiva de compreensão, entendemos que compreender não é apenas se posicionar discursivamente sobre um fator discursivo, mas se apropriar dos discursos do outro para a constituição da enunciação, e enfim fim contra-argumentar o discurso do outro com suas próprias palavras. Esse autor vai dizer que *compreender é opor a palavra do locutor uma contrapalavra*. Tudo isso, não quer dizer que compreender é se opor a determinado discurso, mas usar o discurso anterior para a formação do discurso resposta. Nessa perspectiva, Bakhtin (1997) vai dizer que *toda compreensão é prehe de resposta... A compreensão responsiva nada mais é do que a fase inicial e preparatória para uma resposta*.

Compreender é responder a um determinado enunciado concreto/discurso, o que para o autor (op.cit) em questão, *cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados*. Logo, não há enunciado ou discursos isolados, ou enunciadore primários, como diz Bakhtin (1997), o locutor não é o *Adão bíblico que nomeia o mundo pela primeira vez*. Cada homem encontra o mundo e seus discursos já existentes, não acabados, assim, o locutor terá uma autonomia relativa em relação a tais discursos, mas será também um respondente desses enunciados. É baseado na concepção de autonomia relativa que Zozzoli (2002), postula a existência do *sujeito relativamente autônomo* e Cavalcante (1999) conceitua a idéia de *sujeito responsivo/ativo*. Visto que,

por mais que os sujeitos discursivos tomem posições em relação a um discurso, a ponto de entender que o discurso é interior (diálogo consigo mesmo) ou próprio, tal enunciado é influenciado por outros discursos ou fatores exteriores.

Logo, só passamos a compreender um enunciado alheio quando reagimos as palavras dos discursos alheios, de forma como teorizou Bakhtin, que essa reação se dar quando as palavras *despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida*.

Nossos discursos por mais que pareçam nossos, estão contaminados por outros discursos. Outras vozes se fundem a nossas vozes de forma a parecer que são nossas essas vozes, a ponto de esquecermos que essas vozes já estavam presentes no mundo ideológicos antes de “nosso discurso” vir existir. Razão que algumas vezes reforçamos o que dizemos, concordamos ou discordamos e/ou usamos as palavras do outro como se nelas estivessem nossos próprios propósitos.

Esse autor (1998) enfatiza que o *discurso se encontra no discurso do outrem e não pode deixar de participar da interação viva e tensa*. Assim compreensão ativa não é apenas entender a significação morfosintática, fonética e/ou semântica da palavra, como diz Bakhtin (2006):

... não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro... Aqueles que ignoram o tema (que só é acessível a um ato de compreensão ativa e responsiva) e que, procurando definir o sentido de uma palavra, atingem o seu valor inferior...

Nesse sentido podemos dizer, por exemplo, que a palavra como diz Bakhtin (1997) não possui entonação, se a mesma possuir entonação, deixa de ser uma simples palavra e passa a ser enunciado. Como por exemplo: a palavra “fogo” em um contexto isolado não possui nenhuma entonação, entretanto em determinado contexto o uso dessa palavra poderá apresentar entonação, nesse sentido ela deixa de ser palavra e passa a ser enunciado. Logo, a palavra é desprovida de *emoções e juízo de valor*, mas seu uso

contextual poderá lhe atribuir tudo isso. De forma isolada as palavras não possuem significação, é exatamente na responsividade e/ou diálogo com a palavra do outro que se estabelece a significação da palavra.

Bakhtin (1998) enfatiza que:

O sentido da palavra, o seu significado material, é para a linguística é apenas um momento da palavra linguisticamente determinado. Legitimamente retirado do contexto cultural, semântico, no qual a palavra realmente foi proferida.

Nesse aspecto percebe-se que a palavra mesmo na arte está fundida com a vida, visto que a arte encontra na vida sua inteira inspiração. Bakhtin (1993) diz:

Cada pensamento meu, junto com o seu conteúdo, é um ato ou ação que realizo – meu próprio ato ou ação individualmente responsável [*postupok*]. É um de todos aqueles atos que fazem de minha vida única inteira um realizar ininterruptos de atos [*postuplenie*]. Porque minha vida inteira como um todo pode ser considerada um complexo ato ou ação singular que eu realizo: eu realizo, isto é, executo atos, com toda a minha vida, e cada ato particular e experiência vivida é um momento constituinte da minha vida – da contínua realização de atos [*postuplenie*].

A palavra está ligada intimamente a vida, e é na vida que as palavras tomam existência, é na dialogicidade entre os interlocutores e seus discursos que a palavra se constitui. *A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.* Assim, a vida se utiliza da língua e a língua se utiliza da vida para buscar sentido de existência. Para Bakhtin (ibidem) *A vida começa apenas no momento em que uma enunciação encontra outra.* Nesse sentido a palavra não pode ser vista como neutra. Esse autor fala da neutralidade da palavra, em que diz *As palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor. Estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários* no que diz respeito a *função ideológica*, ou seja, a palavra não possui uma função ideológica específica é a situação de uso que lhe dará a função ideológica, não que ela passe a existir com uma função ideológica pré-determinada, como diz o filósofo russo, uma só

palavra *pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.*

Assim, o uso da palavra pelo interlocutor se constitui uma resposta, como também o silêncio e/ou a não compreensão se constitui em uma compreensão, e por assim dizer compreensão ou resposta ativa, uma vez que Bakhtin (2006), não admite a possibilidade de haver *compreensão passiva*, o que esse autor vai chamar de *elemento abstrato de um fato real*. Cada ação humana envolve uma reação do outro, isso porque, no homem há uma necessidade de provocação a atitudes discursivas no outro, pelo fato de os sujeitos se constituírem nesse diálogo.

A linguagem faz do homem sujeito social, que responde e se posiciona ideologicamente. Cavalcante (1999) diz que *a linguagem...constitui a base do desenvolvimento humano*, logo, não humano sem que não haja linguagem ou discurso, para essa autora (op.cit) é através da linguagem que o homem se *apropria do conhecimento dos fenômenos e agir do mundo*, isto é, sem a linguagem, o homem não possui responde, não se posiciona, não existe como ser social, pois, é na linguagem que surge o discurso, discurso que toma existência na relação entre os interlocutores.

Não há discurso preso apenas direcionamento discursivo, Bakhtin (2006) diz que *toda palavra comporta duas faces*, isto é, no primeiro momento, a palavra ela procede de alguém com intuito de posicionar-se em relação a um fato social, no segundo momento, essa mesma palavra *se dirige a alguém*, exatamente nessa relação de palavra a palavras, discurso a discurso que surge a interação, logo fundamentalmente dialógica. Esse teórico (op.cit) diz ainda que *A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor.*

Bakhtin(2006) reconhece que mesmo *os gritos do recém-nascido são orientados a mãe*, isto é, exige da mãe um resposta ativa, visto que, esses gritos lhes servem com um alerta de que pode o bebê está com fome, com dores, ou outras possíveis situações que acompanham o mesmo no seu nascimento e crescimento, mas, tudo isso, não deve ser visto como uma ação desencadeada biologicamente, ou seja, fatores biológicos que influenciam essa ação do bebê, mas também a fato de que o recém-nascido entende que existe alguém capaz de responder as esses gritos.

Nessa perspectiva, não há, portanto, um único discurso que tome existência no social sem que não ocorra fusão entre a palavra do locutor e a palavra do interlocutor, é essa adesão do outro, concordando ou discordando, aceitando ou não a palavra que lhe é direcionada e, que sobre a mesma exerce uma responsividade ativa, é quem sustem a *ponte lançada entre mim e os outros*, na qual atravessam as ideologias.

A responsividade não pode ser vista apenas como prática de linguagem, mas é exatamente a responsividade que traz a existência da linguagem, tendo em vista que, a resposta ativa não existe apenas no responder a um determinado discurso, mas pelo contrário responde a outros enunciados já postos socialmente em outro contexto histórico-social.

Assim, a compreensão ativa, é um arquétipo de dialogicidade, em que o próprio indivíduo recebe a mensagem de forma idiossincrática, sem reação alguma, em seguida, manifesta-se ativamente em uma situação enunciativa. A compreensão responsiva ativa de um enunciado concreto é uma orientação discursiva em que o primeiro locutor toma direcionamento levando em consideração o também posicionamento discursivo do seu interlocutor ou outro do discurso.

Bakhtin (1997) ao afirmar que *toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor* ele fala da alternância de papéis entre o locutor e o seu interlocutor, não pode haver compreensão responsiva ativa sem resposta, uma vez que ambas estão unidas uma a outra. Assim, a compreensão é ativa, quando a resposta de um dos sujeitos da interação é imediata e situada, e embora silenciosa, mas também é ativa quando um dos sujeitos da interação não responde de forma imediata, mas retarda a resposta, que pode ocasionar pela reelaboração da resposta ou do discurso. O que se percebe no dizer Bakhtin (1997) é que, *é claro que nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado*, entretanto, isso não descarta a possibilidade de haja que uma compreensão responsiva ativa do enunciado. No dizer desse autor (op.cit):

O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é

empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles.

Logo, o falante é determinado a compreensão responsiva ativa, não admite ou espera uma compreensão passiva, uma vez que, mesmo o silêncio se constitui em uma resposta. Bakhtin (1997) afirma que *a transmissão da afirmação do outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra, tendo em vista que não apenas perguntamos como problematizamos a afirmação do outro*. Esse autor (1998) vai dizer que cada discurso toma existência na *mútua orientação dialógica do discurso do outrem*, isto é, a construção do discurso do locutor é na verdade um diálogo entre os discursos já postos, não apenas do locutor e interlocutor imediato, como também entre outros discursos e interlocutores de outro contexto social, ao qual esse discurso se esforça em responder.

Para Bakhtin (1997) *é possível parafrasear o enunciado do outro depois de repensá-lo, ou simplesmente referir-se a ele como a opinião bem conhecida de um parceiro discursivo*.

Esse teórico russo (op.cit) afirma que *todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influencia profunda do discurso da resposta antecipada*. Nesse aspecto os papéis retóricos dos sujeitos discursivos estão postos claramente, em outras palavras os sujeitos da interação estão “pré-determinados” a assumir seus papéis discursivos em relação ao discurso do outro. Convém, entretanto, salientar, que esses papéis retóricos se colocam em relação aos discursos e não exclusivamente aos sujeitos do discurso. Baseado nesse dialogismo, Bakhtin afirma que:

O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo “dixi” percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou.

A essa relação de transferência de palavra e alternância de sujeito do discurso a Análise da Conversação vai chamar de passagem de turnos conversacionais. Poderá o

sujeito (falante) do discurso tomar o turno e no uso desse turno se posicionar em relação ao discurso dito, construindo em sua concepção um discurso ainda não-dito, embora, a base de “novo” discurso surge exatamente apoiado em um discurso anterior. Para isso esse sujeito(falante) poderá selecionar parte do discurso de seu interlocutor afim de refutar ou concordar com o que tem sido dito.

Gago (2002) diz:

Há fortes evidências nos dados da interação conversacional de que os participantes se orientam para as seqüências das ações, apresentando os turnos da fala, por isso, um caráter de atividade desenvolvida sequencialmente; um turno corrente projeta uma nova ação, cuja execução torna-se relevantes no próximo turno. Exemplos disso encontramos nos chamados pares adjacentes, que projetam ações específicas em resposta: uma pergunta, por exemplo, projeta em resposta uma resposta; um pedido; uma aceitação ou recusa; uma saudação; outra saudação, etc.

Para essa resposta o sujeito do discurso tomará o turno conversacional, seguindo sinais que seu interlocutor lhe dará, tais como olhar, gestos, pausa, diminuição do ritmo da fala, dentre outros sinais que seu interlocutor dará afim de que haja um posicionamento em relação ao discurso. Nessa pesquisa usarei essa possibilidade apontada por esse filósofo da linguagem, ancorada pela Análise da Conversação, para comprovação dessa alternância de sujeito.

A análise

Para análise desse trabalho usarei uma peça teatral (chamarei de GDD – Gênero Discursivo Dramatização) apresentada na ocasião de uma feira de Ciência por aluno de 2º e 3º do Ensino Médio da Escola Estadual Professora Claudizete Lima Eleutério, Rio Largo. GDD fará uma reflexão sobre a Amazônia, o desmatamento e em especial a trajetória da vida de Francisco Mendes Alves Filho – o Chico Mendes, sua luta pela preservação da natureza, seu trágico assassinato. Nesse GDD encontramos a categoria Responsividade Ativa bem presente, embora responsividade ativa, tenha uma amplitude bem maior, tentarei apontá-la apenas dentro do texto transcrito do gênero em estudo. Por exemplo:

L1 – ai, ai ((...)) tanta árvore caindo no fogo não é mesmo! ((L1 fala de forma irônica, gesticula para a platéia ouvinte pedindo confirmação. A Platéia silencia))

{

L2 – não fale isso! o que será do mundo com toda essa devastação?

A fala de L1 é carregada de uma ideologia bem presente nos fazendeiros daquela região, que o importante é o uso da terra para plantação de lavoura e criação do gado, entretanto, L2 responde a esse discurso se posicionando de forma contrária, L2 mostra um discurso de preservação da natureza, enquanto, L1 fica feliz, ou satisfeita por saber que as árvores estão caindo com o desmatamento e pelas queimadas, o documentador diz que ela fala de forma irônica, como se gostasse do acontecido, ainda assim, pede confirmação da platéia presente, pedindo a mesma concorde com seu discurso, nesse aspecto, encontramos responsividade não apenas entre os atores da peça, como também, na relação atores e platéia, embora a platéia silencie, mas mostra-se ativa em relação o que fora dito por L1, esse silêncio pode significar muita coisa, tais como: não concordar com o que fora dito, haver uma regra por parte dos organizadores do evento de não manifestação da platéia, etc. A questão do silêncio como já fora dito, não se constitui falta de responsividade, mas pelo contrário esse pode ser tido como atividade pelo sujeito.

Enquanto L1 se posiciona favorável à destruição das florestas amazônicas, L2 se opõe de forma ativa a esse discurso, e se utiliza exatamente do discurso de L1, uma vez que L1 pelo que deixa transparecer o documentador, parece sorrir com a tragédia, L2 nem o deixa terminar a frase, tenta tomar-lhe o turno conversacional, repreendendo-o, dizendo: *não fale isso! o que será do mundo com toda essa devastação?*

Percebe-se ainda responsividade discursiva no fragmento abaixo:

L2 – aqui na amazônia((L2 coloca uma coroa feita de flores na cabeça de L1 e sorrir)) tudo tão lindo!

L1 – ah:: serena você tá falando isso agora, porque até pouco tempo você era pior que eu, maligna, perversa, ai depois que bateu a cabeça ((empurra a cabeça de L2)) ficou assim. de boba serena((gesticula para plateia)) virou luz serena. e se como não me bastasse. você:: vem com esse tal de:: chico mendes.

L2 – chico é um homem bom! seus planos para defesa do meio ambiente são grandiosos. e eu tenho a certeza que tudo vai da certo.

L1 – isso é o que vamos ver. ((fala de forma ameaçadora))

L2 – vamos ver.

Os sujeitos presentes lutam por pela sobreposição de seus discursos, L2 defende a natureza e sua beleza, já L1 busca exatamente o contrário, para isso, cada um usa o argumento que está ao seu alcance. O documentador diz que L2 *coloca uma coroa feita de flores na cabeça de L1 e sorrir*, esperando que o mesmo seja influenciado pela beleza das flores. Já L1 insatisfeito com a ação de L2 responde que antes ela não pensava daquele jeito e que era ainda pior do ele, não se importava com essa de floresta e matas, era no dizer dela *maligna, perversa*, e que agora ainda fala de um tal de chico mendes. L2 mostra-se feliz ao falar de chico mendes, uma vez que seu discurso de proteção a natureza é influenciado pelo discurso desse chico mendes. L1, entretanto, parece ficar menos satisfeito ainda e fala como se ameaçasse a L2 ou ao chico mendes. Além dos aspectos de responsividade ativa apontado entre os atores na dramatização da dessa peça, é possível perceber a responsividade não apenas entre esse atores, mas também entre os sujeitos das várias ideologias presentes nesse GDD.

No que registrou o documentador é possível que L5 seja uma pessoas idosa, ou pelo menos seu discurso seja de uma pessoa idosa, visto que, no fragmento que segue: *L3 – CHIco. pensei que vocês não vinham, não chegavam nunca! L4 – o trabalho é q foi duro. L5 – a casa de serena (...) fica mais longe ao passar do tempo.* L5 fala de cansaço, de que aquela caminhada que um dia parecia ser mais simples com o passar dos tempos fica mais distante, não que, realmente fique distante, mas suas forças ou vitalidades já mais as mesmas que antes .

Um outro fator responsivo nesse texto se dar no discurso dos informantes L6, L7, L8, L9, de que os índios não confiam nos “homens brancos”, pelo de esses homens serem gananciosos e desejarem apenas usufruir de seus bens naturais, e/ou roubar-lhes as terras por meio de violências. Os discursos do aluno/ator e do índio se misturam de forma que não se sabe se esse pensamento é de um ou do outro, nesse sentido encontramos a dialogicidade entres esses discursos. Vejamos o fragmento:

L6 – CHIco. estou permitindo a entrada de vocês aqui porque eu conheço você.

L7 – deveremos desconfiar de todos.

L8 – porque quando os primeiros homens chegaram, a gente pensava que eles eram amigos. mais depressa, bem depressa a gente descobriu o que o homem branco queria.

L7 – queria era roubar nas nossas terras.

L6 – os brancos acham que a terra é deles(...). eles não reconhecem(...) que essa terra tem dono(...). eles não reconhecem qu’os ÍNDIOS surgiu primeiro. eles não reconhecem qu’os índios tem um trabalho livre. nada disso os brancos reconhecem.

L9 – existem homens brancos e há homens brancos.

Em outro fragmento desse GDD foi possível detectar a idéia do comunismo, ou seja, todos lutando juntos pelo bem da comunidade, se opondo a classe dominante e suas ideologia,:

L4 – é sobre que vimos falar. temos que fazer uma aliança de todos os povos das floresta. já que nossas lutas são iguais. E qui muitas coisas quiapredemos, como nossos costumes das matas, vem de vocês índios. Temos uma herança de vocês índios.

L10 – mais o que é isso?

L10 – vocês querendo se unir a nós:?

L9 – uma união de todos precisa da floresta, de todos respeita a floresta.

L11- de todos que querem a existência das matas(...)do rios(...)

L6 – chico mendes, sua luta é nossa luta, o meu povo também quer demarcação dessas terras. Para vivermos em paz como viviam nossos ancestrais antes da chegada do branco.

L11 – hoje o que o que precisamos é nos unir((L11 abre os braços e fecha os punhos como se convidasse o presente a se unirem) para que o nosso governo possa industrializar nosso produto(...) se que são tão ricos aqui.

L4 – eu tenho uma idéia(...) vamos fazer um (empate)(...)é o seguinte(...) em mutirão nos colocamos diante dos piões das moto-serra(...) inicializando assim um trabalho de desmatamento. temos todos que ir (...) homens, mulheres e crianças.

L11 – eu tenho uma idéia aqui pra nós(...) vamos nos fortalecer(dent/) colocar isso pra o mundo todo. vamos chamar a imprensa! ((Fecham-se as cortinas))

Nesse aspecto, encontramos a dialogicidade entre o que dizem os comunista de modo geral e o que dizem L4, L9,L10, que desejam uma união entre os povos afim de que possam aprender um com os costumes um do outro, e o mais importante a preservação das florestas e rios, o que será um bem para todos os povos, “brancos” e índios.

Não há como esgotar toda possibilidade de análise de compreensão responsiva ativa nesse texto/peça, visto que, muitos fatores influenciarão para várias interpretações, nem também pretendíamos tal proeza, apenas gostaríamos de demonstrar a presença dessa categoria nesse objeto de estudo “recortado” para dissertação de mestrado. Além disso, que essa pesquisa também tem a intenção de suscitar em outros pesquisadores uma análise mais detalhada da compreensão responsiva ativa no GDD.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN. M. Estética da Criação Verbal, Trad. M.E.Galvão. 2 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1997.

_____. Marxismo e Filosofia da linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. Para um Filosofia do Ato, Trad. Carlos Alberto Faraco Cristóvão Tezza.
Austin: University of Texa Press, 1993.

_____. 1997. Problemas da poética de Dostoievski. Tradução Paulo Bezerra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

_____. 1993. Questões de Estética e de Literatura. 3ª ed. S. Paulo: UNESP/Hucitec.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. O Sujeito Responsivo / Ativo Em Bakhtin e Lukács, – “A língua sob o olhar da Análise do Discurso” in: Moura, Maria Denilda (org:) – Os múltiplos usos da língua, Maceió, EDUFAL,1999.

FUZA, Â. F.; MENEGASSI R.J. A Responsividade Discursiva Em Produções Escritas No Ensino Fundamental, 1ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso, 2008

GAGO, Paulo Cortes, Questões de Transcrições de Análise de Conversa. VEREDAS – Ver.Est.Ling, Juiz de Fora, MG, v6, n2, 2002

ZOZZOLI, R. M. D. (org.). Ler e produzir – discurso, texto e formação do sujeito leitor/produtor. Maceió: Edufal, 2002, p. 17-31.

QUESTÕES DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DE *CORPORA* PARA ESTUDOS DIACRÔNICOS: ANÁLISE DE CARTAS

Juliana Bertucci Barbosa
(UFTM-Uberaba, MG)

RESUMO: Este artigo reflete sobre questões discursivas de ordem teórico-metodológica na definição de critérios de seleção de fontes para o estudo histórico da língua. A discussão está centrada na utilização de cartas como fonte, destacando a importância do gênero textual no processo de construção de corpora. Além disso, abordamos a necessidade de se criar um referencial para trabalhar com textos escritos em épocas remotas.

Palavras-chaves: estudos diacrônicos, cartas, corpora

ABSTRACT: *This article deals with theoretical and methodological problems concerning the definition of criteria for the selection of sources for the historical study of language. The discussion focus on the use of letters as such sources and it highlights the importance of genre in the process of corpora construction. This paper also discusses the need to create a referential for working with texts written in the past.*

Keywords: *studies diachronics, letter, corpora*

1. Palavras iniciais

Um dos principais obstáculos enfrentados pelo pesquisador que estuda a variação/mudança diacrônica é a ausência de falantes de épocas remotas. Esse fato faz com que o lingüista recorra a amostras da língua escrita e analise documentos considerados representativos de um determinado período, partindo do pressuposto de que esses textos escritos registrem os primeiros passos de um processo de mudança ou de que dêem testemunho de formas existentes em uma dada época e que desaparecem em outras (cf. LABOV, 1994).

Um gênero textual bastante rico – e complexo – que pode ser utilizado para a análise de fenômenos lingüísticos é a carta, pois além de servir como meio de comunicação entre pessoas distantes, registra as memórias e os aspectos sociais de uma época servindo como fonte de estudos sócio-históricos e/ou lingüísticos (cf. PORTELLI, 1989; GIBELLI, 2002; CASTILLO GÓMEZ, 2006; PETRUCCI, 2006). Outra característica peculiar da carta é o fato de o seu nível

de formalidade poder variar do formal ao informal (ou até mesmo pessoal) dependendo da situação em que se encontra o emissor, e, principalmente, de quem será o seu destinatário.

Mas ao trabalhar esse texto como *corpus*, como saber o que, em cartas antigas, compreendia-se como informal? Como definir o grau de formalidade em textos escritos em sincronias passadas? A partir dessas e de outras questões, visamos, neste artigo, refletir sobre esses desafios metodológicos encontrados pelos que se ocupam da análise de cartas reunidos em *corpora* para fins de estudos de variação/mudança lingüística.

2. A carta: um rico *corpus* para pesquisas

Acreditamos que o *corpus* favorece as pesquisas lingüísticas e deve ser apoiado pelas novas tecnologias, visto que sua utilização favorece a realização de descrições lingüísticas de base empírica e permite a reflexão de questões teóricas fundamentadas em usos reais da língua. Entretanto, além de utilizarmos recursos tecnológicos para construirmos *corpus*, devemos também conhecer gênero textual com que estamos trabalhando, já que cada um deles apresenta características específicas que podem levar a alguns aspectos estruturais caracterizadores, a tipos de tema mais recorrentes, grau de formalidade, intenção, entre outros.

É por isso que consideramos relevante o conhecimento dessas características, pois elas podem conduzir o pesquisador a um caminho mais adequado no tratamento do texto utilizado como *corpus* – seja este oral ou escrito –, o que, por sua vez, permitirá uma análise mais confiável do objeto de estudo do lingüista. Sendo assim, a fim de discutirmos tais questões e, partindo de uma perspectiva sociolingüística do estudo da Língua, neste artigo, inicialmente, salientaremos a relevância do conhecimento dos gêneros discursivos nas pesquisas lingüísticas, focando o gênero “carta”, já que consideramos um gênero simultaneamente complexo” – sob vários aspectos – e bastante pertinente para estudos de diversas áreas das Ciências Humanas, especialmente os de variação e mudança lingüística.

Sob essa perspectiva, percebemos a utilização da língua como um processo com heterogêneas e múltiplas maneiras de realização, e, de certa forma, aproximamo-nos das idéias de Bakhtin, essencialmente, sobre a sua reflexão e conceituação de gênero do discurso. Para Bakhtin,

dentro de uma dada situação lingüística, o falante/ouvinte produz uma estrutura comunicativa que se configurará em formas-padrão relativamente estáveis de um enunciado, pois são formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos. Essas formas estão sujeitas a alterações em sua estrutura, pois, dependendo do contexto de produção e dos falantes/ouvintes que a produzem, para cada discurso são atribuídos diferentes sentidos.

Focalizando o gênero carta, como já ressaltado na primeira parte deste artigo, temos um texto que além de servir como meio de comunicação entre pessoas distantes, conserva memórias e aspectos da vida (sociais) em uma determinada época. Além disso, na carta podemos encontrar diferentes graus de formalidade, que podem variar do mais formal ao informal (ou até mesmo pessoal) dependendo da situação (contexto) em que se encontra o emissor, e, principalmente, de quem será o seu destinatário. Essa característica peculiar possibilita que o sociolinguísta realize pesquisas que levem em conta o grau de formalidade ou estilo, fator cuja relevância para o estudo da variação e mudança já está bem estabelecida na literatura (Labov, 1972; Trudgill, 1974).

Sobre a origem das cartas, Vives (1978) afirma que estas surgiram para que possamos transmitir aos outros nossas próprias idéias e pensamentos: *fiel intérprete e mensajera entre los hombres* (Vives, 1978:559), surgiu como um meio de comunicação à distância antes da era dos “telefones”, transmitindo informações essenciais não apenas pessoais, mas também sobre as condições de vida (aspectos sociais), de trabalho, do cotidiano, etc (Castillo Gómez, 2006).

O texto epistolar, dessa forma, pode ser definido como um texto escrito, enviado por um remetente a um destinatário, marcado pela interação, ou seja, a comunicação entre o emissor e um receptor, sendo que a sua feitura pode ter diferentes finalidades, entre elas, informativa, afetiva, argumentativa, de discussão, de polêmica, de acusação, etc. Sendo assim, cada carta tem uma motivação própria para ser escrita, porém todas elas possuem, de acordo com Castillo Gómez (2006), uma mesma característica, que define e marca essa modalidade da escrita: *a complementaridade entre a ausência e a presença* (Castillo Gómez, 2006:29). De acordo com esse autor, no momento em que um indivíduo escreve uma carta, ele pensa em quem será o “outro”, o seu destinatário, com quem manterá um dialogo.

De certo modo, como podemos observar até aqui, as cartas sempre incorporam a presença de um leitor, de um destinatário, o que Guillén (1998:190-191) tem chamado de

interpersonalidade imaginada, ou seja, a imaginação do “tu leitor” por parte do “eu autor” (o emissor sempre pensa em quem será o seu “outro”)

A carta, acrescenta Violi (1999), baseia-se num efeito simultâneo de presença e ausência, em que, embora o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um outro lugar. Coloca-se em um tempo presente frágil, marcado pela nostalgia da presença perdida e a ansiosa espera da volta, de tal modo que a ausência pode fazer dela uma escritura de ficção.

A partir dessas características das correspondências, podemos observar que a carta é o lugar onde se encontram/conflitam as várias estratégias do autor/narrador e do receptor/leitor, constituindo-se uma fonte promissora para a pesquisa da variação/mudança lingüística.

3. O desafio teórico-metodológico: o grau de formalidade em correspondências antigas

Como já ressaltado anteriormente, o nível de formalidade em uma carta pode variar do mais formal ao menos formal. Se, para os textos atuais parece não haver tantas dúvidas quanto à identificação desses diferentes graus de formalidade ao trabalhar esse gênero como *corpus*, em pesquisas de lingüística histórica, deparamos-nos com uma questão de difícil resposta: como saber o que, nas cartas produzidas em períodos antigos, pode ser considerado informal ou formal? Em suma, como definir o grau de formalidade em cartas em épocas passadas?

Esse é um dos desafios metodológicos enfrentados por aqueles que utilizam materiais não-literários para as investigações sobre a história da língua. Para enfrentar esse desafio, vimos a necessidade de discutir critérios que nos auxiliassem a distinguir o mais formal do menos formal em textos antigos.

Nas cartas, para tentarmos estabelecer essa distinção, temos que nos basear, por exemplo, na sua estrutura formal e em seu conteúdo, aspectos tais como: introdução (saudações iniciais), desenvolvimento (assuntos), despedida.

Discutindo sucintamente alguns exemplos, ressaltaremos que, para enfrentar o desafio da identificação da escala de formalidade no texto escrito, é necessário estabelecer – e descrever –

um referencial que nos oriente a distinguir o mais formal do menos formal. Acreditamos que quatro pontos são essenciais para a elaboração desse referencial:

(i) reunir informações sobre o perfil sócio-cultural de cada autor das cartas;

(ii) examinar gramáticas e manuais de cada período para sabermos o que a norma culta previa, no período analisado;

(iii) analisar o assunto das cartas;

(iv) e, por fim, apoiando-nos nos pontos anteriores, verificar e analisar a relação entre emissor e receptor das cartas (formas de tratamento, despedidas, etc).

Neste artigo discutiremos apenas alguns desses referenciais, buscando-se tentar distinguir cartas mais formais das menos formais em outros séculos.

Como vimos, nas cartas, a presença de um determinado destinatário condiciona o momento da sua produção. Quando aquele que escreve escolhe aquele para quem escreve, ele, conseqüentemente, modula o seu discurso de acordo com essa escolha. Nesse sentido, uma das estratégias que pode nos auxiliar na percepção do grau de formalidade nas cartas é, por exemplo, o estudo dos pronomes e expressões de tratamento. As expressões de tratamento exprimem o grau de distanciamento e a subordinação em que uma pessoa voluntariamente se põe em relação a outra, a fim de agradá-la e ensejar um bom relacionamento.

De acordo com Castillo Gómez (2006) – que estudou cartas escritas por espanhóis, durante o descobrimento e a colonização da América – as cartas informais iniciavam-se com: *hermanos, amadas hijas, señora madre, señores padres, hermanos de mi corazón*, etc. (Castillo Gómez, 2006:45). Já as cartas oficiais, memoriais, e outras variantes de cartas mais formais, adotavam um tom mais solene, de distanciamento, sendo encaminhadas a seus receptores iniciando-se com: *ilustrísimo señores, muy poderosos señores, muy magnífico e reverendo señor*, etc (Castillo Gómez, 2006:45-46).

A influência do “outro” nas correspondências do século XVI e XVII no Brasil, por exemplo, pode ser percebida pela escolha das formas de tratamento encontradas nas cartas, como mostram os fragmentos abaixo:

(1) Pax Christi: Depois da chegada do Bispo aconteceram algumas coisas, de que darei breve conta a Vossa Reverendíssima, para saber o que passa, para tudo encomendar a Nosso Senhor e nos avisar sempre no que poderemos errar. (Nóbrega, M. Carta ao Mestre Provincial, 1552, grifo nosso)

(2) Rezão hé que, Vossa Mercê, por sua boa condição se tanto comunica comigo tam yndigno, e me dá conta com tanto amor de sy, de seus gostos e desgostos, por suas cartas (...) (Nóbrega, M. Carta a Tomé de Souza, 1559, grifo nosso)

Nas cartas destinadas ao Mestre Provincial, superior de Nóbrega dentro da igreja, a formalidade, tal como pode ser observado, é marcada pelo emprego do pronome “Vossa Reverendíssima”, abreviado com V. R. ao longo da carta. Por outro lado, em outras cartas desse mesmo autor, como as enviadas ao o ex-governador geral Tomé de Souza (exemplo 2), um grau menor de formalidade é marcado pelo uso de outras formas de tratamento, como, por exemplo, o pronome “Vossa Mercê” (V. M.).

Nos círculos fechados, como o do clero, existe o emprego codificado de pronomes de tratamento laudatório, hierarquizados pela importância oficialmente atribuída a cada cargo. “Vossa Reverendíssima” emprega-se, no meio oficial para dirigir-se a Arcebispos e Bispos. É respeitando essa hierarquia que Nóbrega emprega em sua carta esse pronome de tratamento, pois ele utiliza o pronome respeitando o seu destinatário.

Por sua vez, o pronome “Vossa Mercê” (que deu origem ao atual “você”), utilizado por Nóbrega várias vezes ao longo de sua carta para se dirigir a Tomé de Souza, indica-nos qual o tipo de relação que existia entre esse jesuíta e o ex-governador geral. “Vossa Mercê” era título dado originalmente ao rei, mas que, assim como “Vossa senhoria” e “Vossa Excelência”, acabou vulgarizando-se. Cintra (1972) mostra que o “atual” sistema de tratamento difere daquele

encontrado nos primórdios de nossa língua, em que não havia tratamentos do tipo nominal (pelo menos não localizáveis nos textos).

Segundo este autor, as formas nominais de tratamento sofrem um processo de especialização já no século XIV. Cintra (1972) descreve esse processo de mudança, relacionado a um processo de hierarquização cada vez maior da sociedade. “Vossa Mercê”, por volta de 1460, aparece como tratamento para o rei e deixa de ser usado com esta função em 1490. A degradação hierárquica é gradual e essa expressão passa a ser empregada quando se referiam a duques, depois a infantas, a fidalgos e, no século XVI, já é utilizada por Gil Vicente para patrões burgueses. A forma de tratamento “Vossa Senhoria” também sofre, em escala menor, o mesmo processo de perda gradativa de reverência: começa como tratamento ao rei, passa a ser empregado para fidalgos da nobreza e se estabelece num nível superior a “Vossa Mercê”.

Faraco (1996) afirma que a alteração do valor social da forma *Vossa Mercê* (e variantes) é resultante da rápida expansão dessas formas em Portugal. Inicialmente utilizada como tratamento ao rei, a forma “Vossa Mercê” – além de “Vossa Senhoria” – passa a ser empregada no tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia e começa, aos poucos, a ser utilizada por pessoas de *status* social inferior (criados, subordinados, etc.) ao se dirigirem a membros da aristocracia. Num estágio final, já com menor grau de formalidade, vamos encontrar “Vossa Mercê” e “Vossa Senhoria” sendo utilizados como diferentes variantes sociais em oposição a *tu*, que era usado no tratamento mais íntimo.

Sendo assim, segundo Faraco (1996), a partir do século XVI, período em que os portugueses começaram a ocupar o Brasil, a degradação semântica sofrida por *vós*, a simplificação fonética de “Vossa Mercê” e o seu uso como “você” já se encontravam em uma etapa bastante avançada.

Podemos observar, a partir desses estudos, que Nóbrega, ao dirigir-se a Tomé de Souza empregando a forma de tratamento “Vossa Mercê”, expressa seu respeito em relação ao seu destinatário, empregando-o como mero tratamento de cortesia, mais generalizado. Isso nós mostra que entre Nóbrega e Tomé de Souza haveria uma relação mais próxima, de duas pessoas que já se conhecem há mais tempo, não existindo assim a necessidade de um tom de solenidade entre eles. É importante destacar que Serafim Leite, ao fazer seus comentários na obra *Cartas do*

Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Nóbrega, 1955), já afirmava, em nota de rodapé, que esta carta do jesuíta ao ex-governador Geral, é uma *correspondência epistolar afectuosa*.

Com base nessas discussões em torno das expressões de tratamento nas cartas analisadas, pudemos observar que, nas relações da vida cotidiana ou oficial, a situação, a posição e a importância social do destinatário influenciam na comunicação verbal de forma bastante relevante.

Para tentar identificar o grau de formalidade ([+] ou [-] formal) de uma carta também podemos analisar suas formas de despedidas. De acordo com Castillo Gómez (2006:49), ao terminar uma correspondência, o emissor também adapta o seu texto (despedida) de acordo com seu destinatário, tal como ocorrem nos seguintes fragmentos de cartas escritas no século XVI no Brasil:

(3) Desta Baya a 5 de julho de 1559.

Orador e servo de V. M. em Christo, Manuel da Nóbrega. (Nóbrega, M. Carta a Tomé de Souza, 1559)

(4) Tu autem, Pater, ora pro omnibus et presertim pro filiis quos enustristi. Lance-nos a todos a benção de Christo Jseu dulcíssimo. Desta Baya, 1549. Padre Manuel da Nóbrega. (Nóbrega, M. Cartas ao Mestre Provincial de Lisboa, 1549).

Como podemos observar, no exemplo (3), Nóbrega ao se despedir de Tomé de Souza: (i) não usa termos em latim, (ii) não elabora uma despedida cerimoniosa (longa), como costuma aparecer em suas cartas enviadas a seus superiores, e (iii) utiliza a forma de tratamento “Vossa Mercê” para se referir ao seu receptor. Essas marcas nos demonstram que essa carta de Nóbrega possui um menor grau formalidade. Por outro lado, no exemplo (4), Nóbrega ao se despedir de seu superior – o Mestre Provincial Simão Rodrigues – utiliza vários termos em latim, dando um tom de solenidade à despedida; isso nos indica que esse texto possui um grau de formalidade maior se comparado com a carta de Nóbrega a Tomé de Souza.

4. Últimas palavras

A proposta deste artigo recai sobre a discussão das dificuldades de ordem teórico-metodológica na definição de seleção de fontes para o estudo histórico da língua. Ressaltamos, principalmente, a importância de levarmos em consideração o estudo de gêneros textuais ao escolhermos o nosso *corpora* para pesquisas lingüísticas e o desafio do lingüista ao trabalhar com textos escritos em outras épocas .

Para isso, concentramo-nos em um gênero textual que acreditamos ser promissor para pesquisas lingüísticas e de outras áreas: a carta. Buscamos apontar para o fato de que o estudo do gênero textual e das suas peculiaridades é importante para a seleção de fontes de estudos lingüísticos, visto que tais questões, além de demonstrarem se dado texto pode ou não ser adequado ao estudo de determinados fenômenos lingüísticos, acabam por se relacionar diretamente com o fator grau de formalidade ou estilo, indispensável a estudos da língua, sobretudo os de abordagem variacionista.

Em cada gênero textual – inclusive, a carta –, o grau de formalidade é resultado da combinação de vários fatores, tais como: “quem fala com quem”, “o assunto”, “o lugar”, a “finalidade” etc. Conjuntamente, esses fatores vão favorecer o aparecimento ou a omissão de determinados fenômenos lingüísticos.

Assim, partimos do princípio que ao considerarmos esse conjunto de fatores – que definem condições de produção do texto –, o pesquisador disporá de recursos mais confiáveis para auxiliá-lo na tarefa de determinar o grau de formalidade presente em seu *corpus*, inclusive em sincronias passadas. Cabe ressaltar o quão relevante é identificar do grau de formalidade, já que a partir dele podemos observar a propensão à informalidade de alguns textos escritos; em especial, aqueles em que o diálogo – ora mais, ora menos marcado –, como ocorre com o texto epistolar, está presente. Essa avaliação é muito importante para o estudo da variação e da mudança lingüística, na medida em que, como se sabe, esses processos nascem em contextos de maior informalidade.

Por fim, nesse artigo tentamos refletir sobre alguns problemas teórico-metodológicos enfrentadas pelo lingüista, apontando e discutindo alguns critérios para se estabelecer/descrever um referencial para o grau de formalismo em sincronias passadas. Certamente outros problemas existem, mas o que tentamos mostrar é que o lingüista deve buscar recursos (dentro da própria língua) para tentar tornar seus resultados mais confiáveis possíveis, principalmente, os relacionados a história da língua.

5. Referências

- BAKHTIN, M. [1929]. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GIBELLI, A. Emigrantes y soldados: la escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (org). *La conquista del alfabeto: escritura y clases populares*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 189-223.
- GUILLÉN, C. La escritura feliz: literatura y epistolaridad. *Múltiples moradas*. Ensayo de literatura comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press. 1972.
- LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (eds) *Perspectives on Historical Linguistics*. Masterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982. p.17-92.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 1: Internal Factors. Cambridge, Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers. 1994.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 2: Social Factors. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- PETRUCCI, A. Escritura y epistolografía. *Cultura escrita e sociedad*. Nº 2. Gijón: Ediciones TREA, 2006.
- PONTES, E. O "Continuum" língua oral e língua escrita: por uma nova concepção do ensino. *Trab.Ling.Apl.* Campinas, (12), jul./dez. 1988, p. 101-107.

- PORTELLI, A. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. In: *Historia y fuente oral: historia oral?*. n° 1. 1989, p. 02-33.
- VIOLI, P. Cartas. In: VAN DIJK, T. *Discurso y literature*. Madri: Visor, 1999, p. 181-203.
- VIVES, L. *Epistolário*. Madri: Editora Nacional, 1978.
- FARACO, C. A. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. In: *Fragmenta 13*, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.
- CINTRA, L. F. *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- NOBREGA, M. *Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega* Coimbra: Universidade, 1955 (anot. e pref. Serafím Leite).
- TRUDGILL, P. *Sociolinguistics: an Introduction*. Middlesex, England: Penguin Books, 1974.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (eds) *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin-London: University of Texas Press, 1968. p. 95-199.

A METADISCURSIVIDADE NA MUDANÇA DE *FOOTING*

Bruna Wysocki

RESUMO: A proposta deste trabalho é observar, numa entrevista televisiva, marcadores metadiscursivos indicadores de mudança de *footing*. Para atingirmos nossos objetivos, consideramos os estudos da Análise da Conversação e da Sociolinguística Interacional com a finalidade de explicarmos conceitos como *footing*, enquadre, esquema, pistas de contextualização, formatos de produção, encaixamento e metadiscorso.

Palavras-chave: metadiscursividade, *footing*, interação.

ABSTRACT: *The purpose of this work is to observe, in a television interview, markers metadiscursive indicators of footing. To achieve our goals, we have used the study of Conversational Analysis and Interactional Sociolinguistics in order to explain concepts such as footing, frame, scheme, contextualization cues, production formats, embedding and metadiscourse.*

Keywords: *metadiscursivity, footing, interaction.*

Considerações iniciais

Os participantes de uma interação precisam entender o que está sendo encenado e qual o sentido utilizado pelos falantes àquilo que dizem, ou seja, é necessário enquadrar o evento. O termo enquadre é utilizado por Goffman (2002) ao definir *footing* como o modo em que os interactantes enquadram e negociam as relações interpessoais de um evento. Assim, quando ocorre uma mudança no *footing*, ocorre também uma mudança no alinhamento e no enquadre de um evento.

Com a contribuição da Linguística e da Sociologia, Goffman (2002) explora as bases estruturais para explicar as mudanças de *footing*. O autor aborda noções de estrutura de participação e formato de produção e recorre às bases linguísticas, como pistas e marcadores, para entendermos o funcionamento do *footing*.

Entre essas pistas e marcadores estudados pela Linguística, destacaremos as ocorrências de metadiscursos nas interações face a face, tomando por base os estudos de Jubran (1999) e Risso (1999) sobre metadiscursividade.

A fim de podermos estudar a metadiscursividade como um traço lingüístico capaz de marcar uma mudança de *footing*, será necessário primeiramente entender seu funcionamento e conhecer conceitos como: pistas de contextualização, enquadres, esquemas, estruturas de participação, formatos de produção e encaixamentos.

1. Pistas de contextualização

Para entender os objetivos do locutor ao produzir uma elocução, o interlocutor precisa reconhecer marcas no discurso que sinalizem a mudança de *footing*, chamadas, por Gumperz (2002:152), pistas de contextualização, e assim entendidas:

(...) é através de constelações de traços presentes na estrutura da superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada oração se relaciona ao que se precede ou sucede. Tais traços são denominados *pistas de contextualização*.

É possível dizer, a partir do exposto, que os participantes de uma interação verbal utilizam pistas de natureza sociolinguística tanto para sinalizarem seus propósitos comunicativos, quanto para inferirem os propósitos conversacionais de seus interlocutores. São pistas linguísticas, as alternâncias de código, de dialeto ou de estilo, as escolhas lexicais e sintáticas, expressões pré-formuladas, aberturas e fechamentos conversacionais; pistas paralinguísticas, o valor das pausas, o tempo da fala, as hesitações; pistas prosódicas, a entoação, o acento, o tom; e pistas não-verbais, o direcionamento do olhar, o distanciamento entre os interlocutores e suas posturas, os gestos.

Dessa forma, consideraremos que o *footing* só pode ser identificado pelo interlocutor se este perceber as pistas linguísticas sinalizadas pelo locutor, as quais o conduzirão a interpretar o contexto em que ocorre o evento.

2- O esquema e o enquadre

Entre os autores que se preocuparam com os elementos estruturais da situação de fala, destacamos Gregory Bateson (2002) e seus estudos sobre enquadres, Deborah Tannen (1983), que trabalhou com as questões relacionadas à construção e interpretação de significados e Goffman (2002), com seu conceito sobre *footing* e rituais conversacionais.

Para Bateson (2002), os interlocutores estão preocupados em identificar sinais que contextualizam os enquadres, a fim de que possam fornecer uma resposta adequada à situação presente e contribuir com mais eficiência na construção da comunicação em curso - para identificarmos se um enunciado é uma brincadeira ou uma ironia, precisamos identificar pistas, durante a interação, que possibilitem a interpretação de acordo com as intenções do locutor; porém, nem todas as pistas servem para interpretar um evento – é o caso da ironia, em que o sinal verbal pode não dar pistas ao interlocutor de que a situação não deve ser entendida como uma brincadeira.

Dessa forma, para entendermos se o enunciado é, de fato, uma brincadeira, ou ironia, precisamos selecionar, entre os sinais, aqueles que devem ser incluídos e atuam como premissas para a interpretação de um evento. Esses sinais constituem metamensagens que, implicitamente, fornecem instruções de como o interlocutor deve interpretar e/ou produzir um enunciado. O enquadre seria, dessa maneira, o resultado do uso de premissas ou metamensagens que orienta a compreensão do enunciado.

Tannen (1983) considera que o enquadre, enquanto resultado de premissas, também deve ser o resultado de conhecimentos prévios compartilhados. A autora propõe o conceito de estruturas de expectativa, isto é, conhecimentos adquiridos pelas pessoas através de experiências anteriores e que são compartilhados em determinada sociedade. Esses conhecimentos compartilhados é que nos possibilitam realizar associações e inferências sobre pessoas e acontecimentos durante uma interação.

Tannen e Wallat (2002) distinguem duas estruturas de expectativas: os enquadres interativos e os esquemas de conhecimento. A primeira categoria, enquadre interativo, refere-se à interpretação feita pelo interactante, a respeito do que acontece em uma interação; ocorre quando

um interactante constrói o sentido referente ao que está sendo feito em uma interação. A noção interativa de enquadre refere-se “à percepção de qual atividade está sendo encenada, de qual sentido os falantes dão ao que dizem” (op. cit, p. 198)

A segunda categoria, “estrutura de conhecimento”, conhecida como esquemas, refere-se às expectativas dos interactantes em relação às pessoas, objetos, cenários e modos de interação. É o conhecimento de experiências anteriores que auxiliam no entendimento do significado de uma elocução. Essas experiências anteriores é que nos possibilitam preencher informações não proferidas no enunciado.

Nas interações, os interactantes estão sempre propondo ou mantendo enquadres, que orientam e organizam o discurso em relação ao contexto. Isso nos permite observar que há uma ligação entre os esquemas (esquemas de conhecimento) e os enquadres interativos, pois o interactante precisa estabelecer relações entre o enquadre definido em determinada interação e seus conhecimentos adquiridos em experiências anteriores (esquemas), para que possa, enfim, interpretar o que está sendo comunicado.

Desta forma, é possível afirmar que através das pistas de contextualização o interlocutor poderá perceber qual sentido o locutor atribui à mensagem, ou seja, qual o enquadre deverá atribuir a determinado evento e qual será sua postura, seu alinhamento na produção discurso.

3- As bases estruturais do *footing*

Ao discutir o conceito de *footing*, Silva (2003:188) o define como uma questão situacional presente na interação e que designa “a sinalização das mudanças na projeção de identidade ou na orientação dos participantes em relação uns aos outros e em relação ao processo interacional”.

Sendo assim, o *footing* é um alinhamento, uma postura, uma projeção pessoal em relação ao outro interactante, a si mesmo e ao discurso em construção (Goffman, 2002). Uma mudança do *footing* acarreta uma mudança no alinhamento assumido pelos interactantes, expressa na maneira como conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução, isto é, ao detectarmos uma mudança de *footing*, encontramos também uma mudança no enquadre.

Entendido desse modo, constituem o aspecto dinâmico dos enquadres e, principalmente, a sua natureza discursiva. Numa situação face a face, os *footings* são “introduzidos, negociados, ratificados (ou não), co-sustentados e modificados na interação.” (op. cit:107)

Assim, cada enquadre interativo faz com que o interactante estabeleça um *footing* distinto, isto é, os participantes de uma interação procuram um alinhamento para si e para os outros participantes, conforme o enquadre estabelecido. Se houver uma mudança de enquadre, esses participantes precisam se alinhar novamente, de acordo com a nova situação estabelecida, ou seja, precisam provocar um *footing*.

Para analisar as mudanças de *footing*, Goffman (2002) identifica suas bases estruturais: a estrutura de participação, o formato de produção e o conceito de encaixamento.

Um indivíduo que fala pode desempenhar papéis ou funções em relação aos outros participantes da interação. Porém, segundo Goffman (2002), os conceitos falante e ouvinte não são suficientes para explicar as posições de participação e a complexidade dos papéis comunicativos. Assim, ao tratar da estrutura de participação, aborda questões ligadas ao ouvinte, e o formato de produção constituirá as questões relacionadas ao falante.

Na estrutura de participação, o indivíduo poderá participar da interação como um ouvinte ratificado (aquele que faz parte da interação) ou não-ratificado (que não faz parte diretamente da interação). Entre os ratificados, há três tipos de status: ouvinte endereçado (a quem a fala é dirigida diretamente), ouvinte não-endereçado (a quem a fala não é dirigida especificamente, mas tem status participativo) e platéia (conjunto de ouvintes em contextos institucionais).

O formato de produção é constituído pelos conceitos de animador (quem produz sonoramente o texto), autor (quem produz o conteúdo do texto) e responsável (quem delimita sua posição em relação ao texto).

É importante notar que essas posições estruturais podem se alterar, pois em uma interação com mais de duas pessoas, alguns de seus participantes podem iniciar uma “comunicação subordinada”, ou seja, uma conversa próxima ao local em que acontece a “comunicação dominante”. Goffman (2002) apresenta três possibilidades: “jogo paralelo” (entre participantes ratificados), “jogo cruzado” (entre participante ratificados e não-ratificados) e “jogo colateral” (palavras murmuradas entre participantes não-ratificados).

A possibilidade de alternância dessas posições contribuirá para que os participantes de uma interação percebam a mudança de *footing*: uma nova projeção de identidade será realizada. Porém, essas estruturas e formatos só contemplam questões sociológicas de uma base estrutural para a análise de *footing* e, para que possamos proceder a um estudo lingüístico que englobe também questões do caráter auto-referencial e independente do discurso, Goffman (2002: 136) propõe um exame dos encaixamentos nas construções dos enunciados.

Segundo esse estudioso, ao analisar as variações nos formatos de produção, o animador, em seu discurso, pode citar o que ele próprio disse, ou o que uma outra pessoa disse, em um momento sobre o qual se está falando. Nesses casos, encontramos dois animadores: um que anima os sons ouvidos, quando ocorre o discurso, e um “animador encaixado”, ou seja, uma “figura” encaixada no discurso pertencente ao “universo sobre o qual se está falando”(Goffman, op. cit:139).

Logo, quando optamos por citar em nosso discurso o que foi dito por outra pessoa, provocamos uma mudança em nosso *footing*: “Pois, obviamente, quando em vez de dizermos algo nós mesmos, optamos pelo relato do que o outro disse, estamos mudando nosso *footing*.” (Goffman, 2002:141)

4- A metadiscursividade como recurso textual-interativo

O metadiscurso caracteriza-se por ser um discurso que se torna evento e objeto de menção, fazendo referência ao próprio processo discursivo. Assim, ele constitui uma propriedade auto-reflexiva da linguagem, ou seja, ele promove uma integração entre enunciado e enunciação.

Ao mesmo tempo em que produz o próprio discurso, resultado da interação verbal entre interlocutores, realiza também uma menção à atividade lingüístico-textual-interativa, designando-a e qualificando-a numa referência interna ao “fazer” discursivo. (Risso, 2000: 104). Segundo a autora:

Na sua condição de discurso auto-referente, pela tomada de elementos discursivos como objeto de enfoque, o metadiscurso entra, na composição do texto, em pauta diferenciada da estrutura essencialmente informacional dos

tópicos: como manifestação explícita de controle do uso da linguagem, projeta, no produto verbal, a instância produtora e o desenvolvimento emergencial do processamento formulativo, em situação comunicativa concreta.

Por serem estabelecidos na integração entre o enunciado e enunciação, os enunciados metadiscursivos operam no âmbito da atividade enunciativa, em que evidenciam momentos de processamento verbal na interação, estabelecem-se como elementos de antecipação, avaliação e comentários da produção discursiva (Risso e Jubran, 1998).

Tomando por base o trabalho desenvolvido pelas autoras, apontamos para algumas características e funções atribuídas aos enunciados metadiscursivos:

- a- controla o comportamento verbal do interlocutor
- b- aponta para as instâncias produtoras do discurso
- c- controla a atividade discursiva, suspendendo temporariamente o fluxo informacional
- d- atua como procedimentos típicos de qualificação, envolvendo avaliações e comentários
- e- explicita uma direção argumentativa
- f- auxilia na preservação da faces
- g- oferece pistas para a identificação e caracterização do papel discursivo do locutor

De acordo com os estudos de Borillo (1985), existem três modalidades de intervenção do metadiscurso: a que faz referência ao discurso para especificar aspectos do código em uso na construção do texto, a que se refere ao discurso como fato enunciativo, e a que se refere ao discurso enquanto construção de enunciados.

O metadiscurso, como recurso-textual interativo, mobiliza conhecimentos sociocognitivos e interacionais durante uma interação verbal e desenvolve várias funções de ordem cognitiva, organizacional, discursiva-argumentativa e interacional.

A metadiscursividade é explicitada no texto através dos marcadores metadiscursivos que, por sua vez, podem ser utilizados para determinar um enquadre, ao indicarem aos interactantes pistas de como devem compreender o que será enunciado a seguir.

Isso nos possibilita estudar a metadiscursividade como um indicador de mudança de *footing*, ao considerá-la um elemento que provoca um enquadramento. De fato, quando um discurso possui em seu conteúdo referências a outro discurso, o locutor produz um novo

enquadre, uma nova situação em que os participantes da interação precisam se alinhar para poderem interpretar o novo contexto.

5- A metadiscursividade e a mudança de *footing*

A metadiscursividade revela-se como um recurso que pode ser utilizado, estrategicamente, para valorizar ou desvalorizar um discurso alheio, na interação entre interlocutores que possuem diferentes opiniões. Ao ser utilizado, ele marca um alinhamento do locutor de acordo com o enquadre pretendido.

As mudanças de *footing* podem ocorrer quando se altera o *status* participativo dos interactantes ou quando ocorrem os chamados encaixamentos (Goffman, 2002). Entendemos que a metadiscursividade, como um traço lingüístico, está associada aos encaixamentos que inserimos em nossas elocuições.

Conforme Hilgert (2006:184), “na construção do texto falado, o falante assume dupla função enunciativa: ele é aquele que enuncia e, ao mesmo tempo, mantém-se atento a seu dizer, fazendo, em diferentes pontos da evolução do discurso, observações sobre o dizer.”

Podemos, então, entender que a heterogeneidade das enunciações revela-se nas construções metadiscursivas que são utilizadas pelos interactantes, com diferentes finalidades e características. Temos, assim, um locutor que produz o enunciado e um outro que analisa, interpreta, avalia, comenta o dizer ou observa as palavras utilizadas.(op. cit:164)

Dessa forma, os encaixamentos são manifestações explícitas dessa heterogeneidade enunciativa: quando apontamos em nossa fala o discurso produzido em um outro enunciado, indicamos de quem é o discurso inserido ao projetarmos nele uma figura encaixada, “eu”, ou uma terceira pessoa, “ele”.

Logo, se introduzimos um discurso alheio no nosso próprio discurso, precisamos promover um realinhamento, um *footing*, em função do novo enquadre que pretendemos construir, como poderemos observar na análise do *corpus*, a seguir.

6. Análise do *corpus*

A metadiscursividade como indicadora da mudança de footing será analisada em trechos de uma entrevista televisiva transmitida, em 1998, pelo SBT, no Programa Livre. O entrevistado, identificado como locutor 1 (L1), é o ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo, que pretendia candidatar-se à Presidência da República depois de afastado pelo *impeachment*, no ano de 1994. Os entrevistadores, identificados como locutores 3 (L3), 4(L4) e 5(L5), são adolescentes que participam da platéia e são escolhidos pelo mediador, Sérgio Groisman, identificado como locutor 2 (L2), para elaborarem suas perguntas face a face com o entrevistado.

No primeiro exemplo, o discurso dos “líderes da oposição” torna-se objeto de menção do discurso do entrevistado e é utilizado como um argumento de autoridade. O marcador metadiscursivo “quer dizer” indica um realinhamento de L1 que, logo a seguir, deixa de se projetar no discurso como “eu”, para citar o discurso de uma outra pessoa “isso foi dito pelos os líderes da oposição”.

(Exemplo 01)

L1: não sem dúvida se *eu* tivesse maioria no Congresso nacional... jamais... teria acontecido o chamado impeachment... e *isso não foi dito por mim quer dizer isso foi dito pelos líderes inclusive da oposição...* (...)

No segundo exemplo, L2 constrói seu discurso a partir da fala do entrevistado. Primeiramente, relata o que foi dito por Collor para, em seguida, concluir: “o senhor tá se referindo a maioria do congresso”. Para o entrevistado, L1, as pessoas responsáveis pelo seu *impeachment* foram “quatro ou cinco gatos pingados”; para L2, essas pessoas constituem a “maioria do Congresso”. Há, portanto, diferentes esquemas que resultam na mudança de enquadre provocada por L2 e no realinhamento de L1 de acordo com o novo enquadre sugerido: “me refiro/quer dizer é uma força de expressão”.

(Exemplo 2)

- L2: agora...é ...quando *quando* ((*aplausos*)) *quando o senhor fala* ((*pausa prolongada*)) *quando o senhor fala quatro ou cinco gatos pingados... o senhor tá se referindo a maioria do congresso* naquele momento... TAMBÉM eleito pelo povo assim como o senhor
- L1: sem dúvida sem dúvida/*me refiro/quer dizer é uma força de expressão... eu me refiro ah:: ao congresso nacional comandado... por este que eu já falei o nome... e que em nome de 35 milhões... né... tomaram aquela atitude sem terem autoridade moral para isso (...)*

Assim, no momento em que o entrevistado (L1) compromete-se com sua fala, inserida no discurso de L2, observamos a ocorrência do *footing*: por meio da metadiscursividade, L1 reenquadra o que foi dito de acordo com o novo enquadre proposto por L2 (“me refiro/quer dizer”).

Importante notar também, no exemplo 02, que L2 muda seu status participativo de platéia (conjunto de ouvintes ratificados a quem a fala é direcionada) para ouvinte ratificado endereçado (aquele a quem a fala é dirigida especificamente)¹. Ao mudar o seu *status*, L2 deixa de ser um mediador e transforma-se em entrevistador, alinhando-se, portanto, de acordo com o novo enquadre criado.

No exemplo 03, a seguir, L1 projeta-se no discurso através da primeira pessoa “me permitam dizer isso”, “mas deixa eu dizer... deixa/deixa eu dizer”, “eu me referi”, “aí eu disse”, “não posso /posso dei/ é:: é:: deixar de dizer que eu me considero”, “e falo”, “embora eu acredite”, “eu votarei”, sempre referindo-se ao que foi dito por ele mesmo em um outro momento discursivo. Porém, há dois momentos no discurso em que ele insere a fala de outros: “me perguntaram” e “aí ele me pergunta”. Tanto o encaixamento do “eu” quanto do “ele” no enunciado construído por L1 são recursos metadiscursivos que promovem uma mudança de *footing*: “pois, obviamente, quando, em vez de dizermos algo nós mesmos, optamos pelo relato do que o outro disse, estamos mudando nosso *footing*” (Goffman, 2002:141).

(Exemplo 03)

¹ No momento em que o entrevistado responde uma pergunta elaborada pelo mediador, esse assume o status de ouvinte ratificado endereçado, já os adolescentes presentes no programa e os telespectadores possuem o status de platéia.

L1: porque... o Lula e outro dia num programa de rádio... outro dia num programa de rádio... outro dia emBOra eu ache que num segundo turno estaremos novamente eu e Lula... mas num ((gritos da platéia)) num programa ((gritos da platéia)) *me permitam dizer isso* ((gritos da platéia)) bom ((silêncio)) *mas deixa eu dizer... deixa/deixa eu dizer...* então eu estava num...num programa... num programa de rádio num debate... *e me perguntaram* alguma coisa sobre o:... eleição e sobre:: o Lula ...e tal e *eu me referi* ao Lula como o companheiro Lula... e havia dentre os jornalistas dois que eram do PT... e eles intrigados com aquilo de companheiro companheiro *ai ele me pergunta...* mas pera aí... como chamá-lo de companheiro... ele não é seu companheiro... *ai eu disse* engano seu... nós fomos companheiros no:: na campanha das diretas... nós fomos companheiros na disputa pela presidência em 89... e hoje somos companheiros na mesma visão crítica que TEmos... do governo FHC... então *não posso /posso dei/ é:: é:: deixar de dizer que eu me considero HOje...* e nessas circunstâncias um companheiro... *e falo...* e falo que num segundo turno embora *eu acredite...* segura e sinceramente... que num segundo turno estaremos Lula e eu novamente reedidanto... a final de 89... se houver... se houver se... não der isso... e se der Fernando Henrique e Lula... *eu votarei* em Lula para presidente

No exemplo 04, constatamos, também, uma das modalidades metadiscursivas (Risso e Jubran, 1998): a inserção de um discurso alheio como objeto de interpretação e avaliação. O entrevistador L3 insere a fala do entrevistado em seu enunciado como objeto de conclusão “se:: quer se submeter a um julgamento popular agora né?...” para formular a pergunta posterior.

O interlocutor L3, ao comprometer o entrevistado com o que disse, cria um enquadre de um político que menospreza o seu eleitorado. Porém, o entrevistado promove um realinhamento ao tentar mudar o enquadre criado por L3, utilizando em recurso metadiscursivo quando traz para seu enunciado uma avaliação do discurso produzido por L3: “você me atribui um poder de persuasão que não sei se tenho” .

Em seguida, Collor provoca uma outra mudança de *footing* sinalizada pelo marcador metadiscursivo “o que sei que eu tenho é o seguinte”. Sendo assim, L1 muda o enquadre “persuasão” construído por L3 e constrói um novo “é paixão e vontade”, não aceito pela platéia que produz gritos e risadas.

O locutor L1, percebendo que não foi compreendido como pretendia, reconstrói seu enunciado para conseguir a interpretação desejada para o seu novo enquadre: “não a paixão piegas ((risos)) não... não... cês estão entendendo...() é uma paixão no sentido de me dedicar integralmente àquilo que eu tô fazendo...”.

(Exemplo 04)

- L3: é:: eu quero saber se:::assim/se:: *quer se submeter a um julgamento popular agora né...* então eu quero saber se você não acha... que:: o seu poder de persuasão é maior que a capacidade de discernimento do povo... que não tem cultura... e não tem e...ducação necessária pra/e é facilmente manipulado? ((gritos e aplausos do auditório))
- L1: veja que:: ((gritos do auditório)) *você me atribui um poder de persuasão que eu não sei se tenho...* o que eu sei que tenho
- L?: { (incompreensível)
- L1: } bom então se eu tenho obrigado ((risada do locutor e aplausos do auditório)) agora... agora... agora pessoal... *o que eu sei que tenho é o seguinte...* é o que muitos de vocês têm... eu não sei fazer nada na minha vida que não seja com paixão... com ardor e ((risos e gritos do auditório)) com vontade ((risos e gritos do auditório)) não não a paixão piegas ((risos)) não... não... *cês estão entendendo...* não é essa paixão não é essa paixão piegas paixão piegas *é uma paixão no sentido de me dedicar inTEgralmente* àquilo que eu tô fazendo... então... então... às vezes... às vezes... vocês é como ela entende a persuasão... ah:: *talvez seja a vontade que eu tenho de transmitir a Minha verdade* cada um tem a sua verdade... (...)

No exemplo 05, a seguir, o locutor L4 também organiza seu discurso com recursos metadiscursivos “primeiro eu queria dizer” e “e depois eu queria saber” (linha 422). Com isso, ele provoca dois encaixamentos, sinalizando duas mudanças de *footings*, o primeiro para enquadrar a sua opinião e a segunda mudança para realizar a pergunta como função discursiva da entrevistadora.

(Exemplo 05)

- L4: *primeiro eu queria dizer que* eu tenho esperança de que você não vá para o segundo turno... e *depois eu queria saber que*:: você gostando tanto da natureza por que o senhor não fez nada pelo meio ambiente e:::

No segmento do exemplo seguinte, exemplo 06, o discurso do entrevistado é avaliado como incoerente: “você falou aqui... que:::.... ó... algumas é... incoerências aqui no seu discurso

tá... você falou”. Nesse primeiro enquadre, o locutor, L5, alinha-se como aquele que contestará a veracidade das informações proferidas por Collor no início do programa.

(Exemplo 06)

L5: ó... *você falou aqui... que:::... ó... algumas é... incoerências aqui no seu discurso tá... você falou* da equipe econômica do Fernando Henrique mas muitos membros da equipe econômica do Fernando Henrique foram... membros da sua e/equipe econômica como o Candir tá... o:: o... Renan Calheiros que é o ministro da:: da:: justiça que... *cê acabou de citar como... que você... não foi é::: culpado pela justiça não sei o que foi é :: teu colega de Alagoas é ministro da:: da justiça lá... você também falou do congresso nacional... só que no segundo turno da eleição... é::: a grande maioria do congresso... foi a favor seu... principalmente o PFL ou na época o PDS né toda a bancada deles eram a seu favor... e você tinha maioria do congresso no começo do governo... e outra coisa... você falou que... por falta talvez de memória nossa aqui... você era um considerado um azarão na campanha de 89... mas desde da convenção do PMDB por exemplo:: você já... já estava em primeiro lugar na... na eleição na pesquisa com que... pra/ explicar que a convenção do PMDB foi feita na mesma época que/que tamos hoje aqui pra eleição mais ou menos... você já era já era o primeiro lugar empatando com o Quércia né? na::: época na época daí elegeram o Ulisses Guimarães na convenção então você não era você não foi um azarão você falou que no no segundo turno as pessoas não votaram em você... porque::você tava ah:: é ...não:: ia:: é:: votar votavam em você porque não iam votar no Lula... só que desde o primeiro turno você já tinha quarenta por cento dos votos... tá e *agora eu vou fazer uma pergunta pra você* ((risos de Collor e aplausos do auditório)) *ó tendo em vista a guerra civil colombiana que podemos presenciar neste momento ((gritos do auditório)) eu quero dizer que... a guerra civil foi provocada na:: Colômbia... porque em 1958 pela aliança do::: partido conservador e o partido liberal que são... o equivalente no Brasil aos partidos conservadores da elite... burguesa... que governam o nosso país... eles chegaram a um acordo... e:: começaram a governar o país... pó/por democracia democraticamente e::: esse acordo fez surgir a sombra... a sombra desse governo... o as guerrilhas colombianas tipo FARCS e:: Exército de Libertação e etc e essas guerrilhas hoje comandam... é:: quarenta por cento do país junto com os grupos paramilitares lançados pelo... pela aristocracia rural e pelo governo norte-americano... *ai eu que/queria fa/falar eu queria que você* ((gritos do auditório)) *respondesse pra mim... eu queria se você não tem medo que /com a elite continua no governo Brasil democrática com essa falsa democracia que governa hoje... o::: movimento sem terra se armar por exemplo... como se armaram os exércitos... de libertação da Colômbia se armarem... e provocar uma guerra civil no Brasil* ((aplausos e gritos))**

Prosseguindo, há uma nova mudança de *footing* quando L5 deixa de citar o que foi dito pelo entrevistado, para citar aquilo que de fato vai fazer em seu enunciado “agora eu vou fazer

uma pergunta pra você”: o locutor alinha-se como aquele que formulará uma pergunta, utilizando um marcador prefaciador.²

Em “eu quero dizer que...”, o locutor utiliza um marcador metadiscursivo estereotipado³ e encaixa-se no discurso com o uso do pronome “eu”, procurando alinhar-se como aquele que busca a perfeita compreensão de seu interlocutor.

Enfim, depois de contestar o que foi dito pelo entrevistado e propor a construção de sua pergunta com a preocupação de que seja compreendido, L5 novamente encaixa em seu discurso a fala do entrevistado, mas agora com uma expectativa do que espera de seu interlocutor: “aí eu que/queria fa/falar eu queria que você respondesse pra mim... eu queria se você não tem medo que”.

Considerações finais

Estudando as bases estruturais do *footing* pudemos observar que, entre os traços lingüísticos sinalizadores de sua mudança, encontram-se os marcadores metadiscursivos.

A metadiscursividade revelou-se como um recurso que pode ser utilizado estrategicamente para valorizar ou desvalorizar um discurso alheio, na interação entre interlocutores que possuem diferentes opiniões. Ao ser utilizado, ele marca um alinhamento do locutor de acordo com o enquadre pretendido.

O *footing* pode ser considerado um alinhamento, uma postura, uma projeção do “eu” estabelecida pelo locutor para si e para seus interlocutores em uma determinada situação.

A mudanças de *footing* podem ocorrer quando se altera o *status* participativo dos interactantes ou quando ocorrem os chamados encaixamentos (Goffman, 2002). Entendemos que a metadiscursividade, como um traço lingüístico, está associada aos encaixamentos que inserimos em nossas elocuições.

Assim, quando apontamos em nossa fala o discurso produzido em um outro enunciado, indicamos de quem é o discurso inserido ao projetarmos nele uma figura encaixada, “eu”, ou uma

² Segundo ROSA (1992:70), aqueles que têm “a função de anunciar o que vai ser dito a seguir”.

³ Segundo RISSO (1999), alguns marcadores metadiscursivos podem apresentar diferentes graus de estereotipia, em que alguns possuem formatos mais concisos e cristalizados e outros são formados por construções mais livres.

terceira pessoa, “ele”. Logo, se introduzimos um discurso alheio no nosso próprio discurso, precisamos promover um realinhamento, um *footing*, em função do novo enquadre que pretendemos construir.

Referências bibliográficas

- AQUINO, Z.G.O. Diálogos da mídia – o debate televisivo. In: PRETI, D. (org.) *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine, 1972.
- _____. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BORILLO, A. Discours ou Métadiscours? *DRLAV Revue de linguistique* (32). Paris: Centre de Recherche de l’Université de Paris VIII, 1985.
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GUMPERZ, J.J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HILGERT, J.G. O falante como o observador de suas próprias palavras: retomando aspectos metadiscursivos na construção do texto falado. In: PRETI, D. (Org.) *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- JUBRAN, C.C.A.S. A metadiscursividade como recurso textual-interativo em entrevista televisiva. In: BARROS, K. S. M. (org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. EDUFRN, 1999.
- RISSO, M. S. A propriedade auto-reflexiva do metadiscorso. In: BARROS, K. S. M. (org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. EDUFRN, 1999.
- _____. e JUBRAN, C.C.A.S. O discurso auto-reflexivo: processamento metadiscursivo do texto. In: *Delta*. São Paulo: EDUC, 1998.
- ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.
- SILVA, L.A. Estruturas de participação e interação na sala de aula. In: PRETI, D. (org.) *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.

TANNEN, D. *Framing in discourse*. New York: Oxford University Press, 1983.

_____. e WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação. Exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.

GLOSSANET: ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DE LÍNGUA ESPANHOLA

Cristiane Magalhães Bissaco¹

RESUMO: O Glossanet tem sido apontado como um software útil no levantamento de linhas de concordância de diversas línguas. O uso de tais linhas, bem como a utilização de corpus de língua autêntica, trazem uma contribuição bastante significativa para o processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira. Assim, a pesquisa aqui retratada busca mostrar quão relevante é sua utilização para o ensino específico de língua espanhola para o curso de Graduação em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior.

Palavras-chave: Lingüística de Corpus, linhas de concordância, processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira.

ABSTRACT: *Glossanet has been considered a useful software for getting concordance lines in different languages. The use of such lines and authentic language corpora have a significant contribution for the foreign language teaching and learning process. Therefore, this paper presents a research which aimed at showing the relevance of using concordances in teaching Spanish in an undergraduate Business course with emphasis on Foreign Commerce.*

Keywords: *Corpus Linguistics, concordance lines, foreign language teaching and learning process.*

1. Introdução

A preocupação com o processo ensino-aprendizagem de língua estrangeira – espanhol, tem me motivado como pesquisadora. Atualmente, como professora de um Centro Universitário do interior paulista, trabalho com o Curso de Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior, ministrando aulas de Espanhol Instrumental, o que me levou à necessidade de elaborar materiais específicos ao curso, já que no Brasil não disponibilizamos de muitas opções.

¹ A autora é professora de língua espanhola do Centro Universitário Toledo de Araçatuba, São Paulo. Especialista em Lingüística e Língua Portuguesa pela UNESP – São José do Rio Preto, mestre em Lingüística Aplicada pela PUC-SP e doutoranda no programa de Lingüística Aplicada pela mesma instituição.

Com o propósito de aplicar material autêntico em sala de aula, em vez de utilizar os didáticos que retratam uma ficção no ensino de segunda língua, comecei a levantar meu próprio material a partir de textos da área de economia disponibilizados em sites internacionais. O termo autêntico deve ser entendido como a ocorrência natural da linguagem, ou seja, linguagem que não tenha sido criada especificamente para situações de ensino, tais como a transcrição de uma conversa entre falantes nativos, ou de um texto de jornal.

Portanto, tenho utilizado textos jornalísticos on-line, recorrendo a alguns jornais argentinos e espanhóis, entre eles La Nación e El Mundo, como também, à produção norte americana chamada CNN en Español. Entretanto, minha atuação com o material autêntico ainda parece deficiente. Assim, meu propósito é elaborar atividades para os alunos da graduação do curso de Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior, que os auxiliem no que diz respeito a aquisição de vocabulário específico e de uma gramática contextualizada.

Basicamente, os materiais disponíveis no mercado fornecem as explicações gramaticais e de vocabulário sem permitir que o aprendiz tenha a oportunidade de descobrir como a língua se comporta, por meio da exploração de grandes números de instâncias retiradas de **corpus**, como é o caso das **concordâncias**.

Desse modo, este trabalho pretende sugerir que é possível desenvolver atividades que despertem no aprendiz a curiosidade para a investigação da linguagem com corpus e que contribuam para que o educando participe ativa e conscientemente da construção do seu conhecimento explorando padrões de linguagem.

O objetivo é mostrar a utilização pedagógica de uma abordagem baseada em **Linguística de Corpus**, a partir da frequência de palavras encontradas em textos jornalísticos e suas concordâncias, no desenvolvimento, aplicação e análise de atividades didáticas que estimulem a construção do conhecimento do aprendiz, no ensino de espanhol como língua estrangeira. Tais atividades terão como foco os padrões encontrados em um corpus composto por textos jornalísticos, previamente selecionados pelo software que será detalhado neste estudo: o **Glossa Net**.

2. Conceitos teóricos

Esta pesquisa apresenta como pressuposto teórico a **Linguística de Corpus**, já que se ocupa da coleta e da exploração de corpora, ou conjunto de dados lingüísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para estudos de uma língua ou variedade lingüística, conforme destacado por Berber Sardinha (2004). Assim, corpus é sinônimo de corpo, conjunto de documentos e o conjunto desse corpo é determinado como corpora.

Para Sinclair (1991) o que possibilita a obtenção de bons resultados em pesquisas baseadas em um **corpus** são as decisões que o organizador deve tomar para selecionar seus textos e organizá-los. Uma das decisões que o organizador deve tomar está relacionada à forma da língua, oral ou escrita. Sinclair (1991) observa que, apesar das dificuldades para a coleta de dados, corpora montados a partir de exemplos da língua falada são mais significativos, o que não será o objetivo nesta pesquisa, pois pretendo me concentrar em textos jornalísticos selecionados pelo próprio programa Glossa Net.

Outra característica fundamental para a **criação de um corpus**, na opinião de Sinclair (1991), é a utilização de textos não fragmentados, pois apresenta-se mais adequada do que uma coleção de pequenas partes. Além disso, um corpus deve estar em constante desenvolvimento, primeiramente pelo fato da língua estar em contínua evolução, e em segundo lugar, um corpus grande pode, a critério do analista, tornar-se fonte de textos completos, para o caso de pesquisas de cunho mais específico.

Segundo Sánchez (1995, apud Berber Sardinha, 2000) um **corpus** é um conjunto de dados lingüísticos, sejam do uso escrito ou uso oral, sistematizados, com ampla extensão, de maneira que representem o uso lingüístico ou algum de seus âmbitos, como em minha pesquisa, por exemplo, o recorte é dado à área de economia; esses dispostos de tal modo que possam ser processados pelo computador, com a finalidade de propiciar resultados úteis para a descrição e análise.

Outro conceito apresentado nesta pesquisa é o da **concordância**. Segundo Berber Sardinha (2004), a concordância é uma listagem das ocorrências de um item específico, dispostas de tal modo que a palavra de busca aparece centralizada na página. A palavra de busca é acompanhada do seu contexto original, isto é, das palavras que ocorreram junto com ela no corpus.

3. Apresentação do software

A discussão sobre Lingüística de Corpus, uso de corpora e de linhas de concordância, fizeram-se necessárias para um melhor entendimento das funções que o software freeware nomeado Glossa Net é capaz de desempenhar.

Glossa Net é uma ferramenta com interface on-line específica para pesquisar corpora de jornais on-line, em diversas línguas, inclusive, português, que efetua concordâncias e localiza padrões on-line. Não há download do software, pois, a ferramenta funciona on-line. O cadastro e o uso são gratuitos.

O GLOSSANET traz em sua página inicial o tópico “Lingüística de corpus e busca de informação”. O GlossaNet é um motor e busca que dá acesso a edição do dia de mais de 100 jornais on-line em mais de 12 idiomas. Utiliza-se esse serviço para identificar informações na mídia escrita e por lingüistas a procura de estruturas sintáticas e enunciados atestados. Também o GlossaNet usa dicionários eletrônicos, por isso, os usuários podem refinar as suas requisições com informações morfológicas, sintáticas e semânticas. Estuda mais de 100 corpus diariamente atualizados em português, francês, holandês, inglês, italiano, grego, norueguês, espanhol,...

A primeira etapa é o cadastro do pesquisador, como dito anteriormente, a utilização do software é freeware, ou seja, não há custo para o usuário. O endereço de acesso é: <http://glossa.fltr.ucl.ac.be/indexbr.html>.

O GlossaNet foi desenvolvido pelo CENTAL (Centre de traitement automatique du langage) à Université de Louvain - Belgica. Tem uma versão em inglês e uma em francês para acessar. Você precisa digitar seu nome e sua senha e clicar uma vez em "login".

As categorias sintáticas que o programa oferece para localizar no corpus são: Adjetivo, substantivo, advérbio, preposição, verbo, artigo, pronome, conjunção coordenada e conjunção subordinada. Estas categorias são apresentadas em linhas de concordância.

Para adicionar uma nova tarefa clique uma vez em ADD TASK. O programa dá as opções de jornais disponíveis para você formar o corpus. Depois você seleciona os padrões a serem detectados. E por último a concordância. Digite seu "e-mail", pois é através dele que você

recebe as concordâncias ou em formato .html ou em formato .txt. A frequência dos resultados pode ser uma vez ao dia, uma vez por semana ou sempre que possível. Os caracteres a direita são 40 e a esquerda também 40.

4. Utilizações do software em pesquisas acadêmicas

A partir da leitura de **Fairon & Courtois (2000)**, percebemos a utilização do software Glossa Net em um contexto de extensão de cobertura lexical dos dicionários eletrônicos em inglês.

Há no artigo uma discussão sobre os dicionários eletrônicos de uma maneira geral, tais como os de francês, espanhol, italiano, norueguês, português, grego e eslavo. Os autores afirmam que além da cobertura lexical, os dicionários trazem uma série de informações morfológicas, sintáticas e semânticas.

Assim, a utilização do **Glossa Net** é justificada pela extração de informações em pesquisas de estruturas lexicais e sintáticas. O processo pelo qual é realizada esta extração de informações se dá em um primeiro momento por um Corpus da Web que logo é convertido a um formato HTML e seus resultados são enviados ao e-mail do pesquisador.

Há no estudo de Fairon & Courtois (2000) uma preocupação com formação de palavras simples e compostas. Com base em 18 publicações do Washington Post, o que foi detectado em 1700 linhas de concordância é que 610 palavras tinham uma formação simples, enquanto 210 apresentavam uma formação composta.

Outro artigo bastante relevante em relação à aplicação do software em diferentes contextos de pesquisa é o de **Dister & Fairon (2000)**. Os autores se preocupam com as várias categorias de palavras não encontradas nos dicionários, como o caso de neologismos, nomes próprios e erros de ortografia e de pronúncia, com objetivo de ampliar dicionários.

A pesquisa é realizada por meio de um corpus dinâmico de sete jornais de Québec - Canadá (Le Soleil, La Presse, Le Nouvelliste, Le Droit, La Tribune, Le Quotidien e La Voix de l'Est) e de uma metodologia simplificada para a extração de palavras desconhecidas por

meio do software **Glossa Net**. Vale ressaltar que o conceito de corpus dinâmico é introduzido por Antoinette Renouff (1992, apud Dister & Fairon, 2000).

Os autores ressaltam que o programa é especializado na coleta de textos de jornais, em suas publicações on-line. São 80 jornais em 9 idiomas diferentes, como francês, inglês, italiano, norueguês, português, espanhol, grego, alemão e holandês. Os textos coletados são analisados com o auxílio de um programa chamado Unitex, um programa de análise de corpus que permite a aplicação de recursos lexicais em relação ao texto. Um desses recursos é dado pela aplicação do Glossa Net que forma linhas de concordância em formato HTML.

Dister & Fairon (2000) justificam que é por meio das linhas de concordância que o pesquisador em linguagem pode identificar formas-padrão, ou seja, se pode identificar a estrutura mais recorrente com aquele léxico, observando o que segue à direita e o que aparece à esquerda, com isso é possível por exemplo definir o uso de preposições que seguem substantivos. Os pesquisadores observam ainda uma ortografia reformada, o uso de apócoses, o uso de prefixos e sufixos, enfim, o uso de neologismos dentro do que os autores identificam como o “quebequismo”, uma língua derivada do francês, mas que possui particularidades marcantes e que precisam de estudos da área de linguagem.

Rocha & Santos (2000) realizam uma pesquisa com objetivo de elaborar um corpus de português europeu baseado nos extratos do jornal – O Público. Os autores mostram que o jornal foi fundado em 1990, e foi o primeiro a ser publicado simultaneamente em Lisboa e no Porto. Além disso, foi o primeiro jornal português com uma edição completa *online* (<http://www.publico.pt>), lançada em 1995. Este serviço fornece as últimas sete edições do jornal gratuitamente e disponibiliza vários serviços de informação exclusivamente na rede. Foi igualmente o primeiro (e até agora único) jornal português a publicar um livro de estilo (LEP). Finalmente, desde a sua fundação o *Público* tem fornecido material textual a vários grupos de I&D interessados no processamento da língua portuguesa, como se pode ver nos nomes dos corpora portugueses existentes no nosso catálogo: Natura/Público e BD-Público. Além disso, fornece o material português para o sistema de concordâncias por correio eletrônico **GlossaNet**, desenvolvido pelo LADL.

Apesar de existirem vários corpora de português de Portugal, não existia nenhum que se pudesse considerar de grandes dimensões. Assim, com o *Público*, os pesquisadores conseguiram um contrato para disseminar 100 milhões de palavras de texto corrido, retiradas das suas edições, em troca de uma pequena contrapartida financeira. A versão 1.0 do CETEMPúblico (Corpus de Extratos de Textos Eletrônicos MCT/Público), criada a 25 de Julho de 2000, contém cerca de 180 milhões de palavras distribuídas por 1.567.625 extratos, correspondentes a cerca de 1.500 edições diárias (algumas delas incompletas), quase inteiramente em português europeu. O corpus, além de distribuído gratuitamente em CD, organizado em vinte volumes, encontra-se incluído no serviço de acesso a corpora através da Internet (AC/DC).

Fletcher (2005) destaca a importância de se trabalhar com concordâncias em material da Web. O programa utilizado pelo autor é o KWICFinder (KF), cuja aplicação ajuda a perceber como a linguagem de estudantes e aprendizes é descrita e motivada em detalhe. O artigo discute o meio da Web em pesquisas sérias e propõe uma solução inicial. O autor descreve o futuro da Web para pesquisas de Corpus e sua aplicação.

Segundo, Fletcher (2005), o uso da Web para a composição de Corpus é muito relevante já que se pode notar a diversidade lingüística, entre outros fatores. Desse modo, o autor destaca o uso do **Glossa Net**, já que por meio do programa é possível perceber neologismos, estrangeirismos, nomes, enfim, um conjunto de novas palavras. O Glossa Net é, segundo o autor, um programa que monitora 100 jornais em 12 línguas, os dados publicados pelo programa são pesquisados pela estrutura ou pela formação da palavra. A limitação imposta, segundo, Fletcher (2005), é que infelizmente o material é coberto por somente alguns dias. O que o autor quer mostrar é que usando o KWICFinder (KF), o pesquisador tem acesso a um acúmulo de dados da Web, enquanto que usando o Glossa Net, os dados são vistos separadamente, seja por dia, ou por semana, de acordo com o interesse do pesquisador.

5. Objetivos desta pesquisa

A seleção do Corpus foi feita em Língua Espanhola em sete jornais. Os da Argentina: Clarin e La Nación; o do México: La Jornada e os da Espanha: ABC, El País, El Mundo, Gaceta.

O programa possui um registro de tarefas gravadas. No caso desta pesquisa eram três: 1. Verbos, 2. substantivos e 3. conjunções coordenadas.

As linhas de concordância eram enviadas diariamente a meu *e-mail* de acordo com os padrões previamente estabelecidos. O endereço de e-mail é: glossa@tedm.ucl.ac.be. E a mensagem enviada sempre com o arquivo em anexo está em inglês informando que a concordância solicitada esta anexada neste e-mail, e oferecem ajuda caso quaisquer informações sejam necessárias a respeito do Glossanet. Essas possíveis dúvidas seriam postadas por meio do e-mail destacado acima. E seria necessário que o usuário incluísse em sua requisição a referência do próprio e-mail e um número enviado pela equipe Glossanet.

Os arquivos vinham no formato .html. O corpus foi coletado entre 09 de maio de 2006 e 09 de julho de 2006.

Na seqüência observamos o uso da partícula “hay” expressando uma ação de obrigação: *...en concepto de pago mientras que **hay** que pagar las importaciones...*

Lendo a linha de concordância podemos estabelecer que a partícula “hay” (verbo haver- presente do indicativo – forma invariável) vem seguida da partícula “que” e um verbo no infinitivo, sempre expressando obrigação.

Outro exemplo interessante extraído das linhas de concordância se refere ao uso das conjunções “e” e “y” ambas com sentido de adição de idéias, equivalendo ao “e” do português.

*...nte, bajan los costes unitarios **y** alcanzan una mayor rentabilidad; el ...
 ...Filipinas, Singapur, Tailandia, Vietnam **y** Brunei, concebida en sus ...
 ...General sobre Aranceles de Aduana **y** comercio es un ...
 ...Banco Internacional de Reconstrucción **y** Desarrollo fue fundado en 1945...
 ... las fronteras políticas de un país) **y** exterior (realizado entre diferentes ...
 ... favorecer la liquidez internacional **y** facilitar la forma de pago. El Banco...
 ... las que destacan la Ronda de Tokio **y** la de Uruguay. La Conferencia de...
 ...libre de restricciones cuantitativas **y** medidas que implican el movimiento ...
 ...dumping sobre los productos importados) **y** no tarifarias (cuotas, licencias...
 ... (en la actualidad casi un centenar **y** otros treinta más que aplican de facto...
 ... y competitivo, bienestar social **y** pleno empleo para los ciudadanos de...
 ... la adhesión de Austria, Finlandia **y** Suecia en 1995. Los principios ...*

... Cuenta con 170 países miembros y tiene como tarea principal fomentar el...
 ... entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay que, a partir de 1995 se ...

Lendo as catorze linhas de concordância apresentadas acima, podemos identificar que depois da conjunção “y” aparecem palavras que se iniciam por quase todas as letras do alfabeto (a, b, c, d, e, f, l, m, n, o, p, s, t, u), dessa forma fica mais fácil para um aprendiz de Língua espanhola perceber que a conjunção “y” é usada muito mais do que a conjunção “e”. Isso se deve a uma regra gramatical que seria muito mais fácil de ser explicada com o auxílio do corpus e das linhas de concordância.

A regra diz que usaremos a conjunção “y” para unir palavras ou idéias, quando a palavra que segue a conjunção não se iniciar por “i” nem por “hi”. Evitando assim a junção dos sons. O uso da conjunção “e” pode ser observado na linha de concordância: ...denomina comercio a la compra, venta e intercambio de bienes y servicios con...

Outro exemplo bastante relevante para o material proposto para o Curso de Comércio Exterior é o caso do substantivo “desarrollo” que equivale a palavra “desenvolvimento” do português. Acredito que a partir da leitura das linhas de concordância, o aprendiz é capaz de inferir seu significado sem auxílio de um dicionário.

...de enero de 1993, aspira a un mayor desarrollo económico y competitivo,...
 ... Internacional de Reconstrucción y Desarrollo fue fundado en 1945. Su ...
 ... como de los no miembros en vías de desarrollo (PVD)". Las obligaciones ...
 ...Naciones Unidas para el Comercio y el Desarrollo es un órgano de la ...
 ...realizado entre diferentes países). El desarrollo del comercio exterior ...
 ... al FMI. Su finalidad es cooperar al desarrollo de los países afiliados, ...

Observamos nas linhas de concordância acima que “desarrollo” é algo que está associado a economia, ao comércio, aos países afiliados, e que existem órgãos de reconstrução e de comércio associados ao “desarrollo”. Parece que seria mais fácil inferir seu significado e também mais significativo para o aprendiz. Já que este estaria participando da construção do significado ativamente, o que é muito mais relevante do que abrir o dicionário, verificar seu significado e depois não se lembrar mais do que se tratava.

6. Considerações Finais:

Por meio deste trabalho objetivou-se mostrar a importância da utilização metodológica de uma Lingüística de Corpus e do uso de linhas de concordância, baseada na aplicação do software Glossa Net, que possibilitou a elaboração de algumas considerações no que diz respeito ao uso da língua espanhola em textos jornalísticos.

Frise-se que o trabalho apresenta e analisa apenas uma pequena amostra do que pode ocorrer dentro de uma aplicação mais abrangente do corpus e das concordâncias. Este trabalho não se conclui aqui, ele tem aspectos a serem desenvolvidos de agora em diante, como por exemplo, a aplicação de atividades que se valham desta metodologia e a verificação de sua aceitabilidade.

Para finalizar, cremos que nossa pesquisa oferece uma contribuição muito importante, não só para a Lingüística Aplicada como também para a construção de metodologias de ensino mais autênticas. Estaremos sempre caminhando, trilhando novas estradas, à procura de ações pedagógicas cada vez mais informadas e comprometidas com a constituição dos cidadãos.

7. Referências:

Berber Sardinha, A. P. *Lingüística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

_____. *Lingüística de corpus: Histórico e problemática*. DELTA, 16 (2): 323-367, 2000.

Dister, Anne & Fairon, Cédric. *Extension des ressources lexicales grâce à un corpus dynamique*. *Lexicometrica*. Numéro thématique. Actes du colloque "L'analyse de données textuelles: De l'enquête aux corpus littéraires". Université de Louvain, 2000. Disponível on-line: <http://www.cavi.univ-paris3.fr/lexicometrica/thema/thema7/Texte-Dister.pdf>

Fairon, Cédric & Courtois, Blandine *Les corpus dynamiques et GlossaNet*. Extension de la couverture lexicale des dictionnaires électroniques anglais. Paris: LADL, 2000.

<http://www.cavi.univ-paris3.fr/lexicometrica/jadt/jadt2000/pdf/52/52.pdf>

Fletcher, William H. *Concordancing the web: Promise and Problems, Tools and Techniques*. USA: United States Naval Academy, 2005.
<http://www.kwicfinder.com/FletcherConcordancingWeb2005.pdf>

Rocha, Paulo Alexandre & Santos, Diana. *CETEMPúblico: Um corpus de grandes dimensões de linguagem jornalística portuguesa*, 2000.
<http://www.linguateca.pt/Diana/download/RochaSantosPROPOR2000.rtf>

Sinclair, J. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

ENCICLOPÉDIA X WIKIPÉDIA: IGUALDADE NA DIVERSIDADE?

Flávio Martins da Silva
Claudia Almeida R. Murta
Márcia Luiza de Abreu
(FALE/UFMG)

RESUMO. As transformações nos sistemas de informação trouxeram inovações no campo da linguagem, especialmente em relação à configuração dos gêneros textuais em ambientes digitais. Vários pesquisadores concentram suas preocupações em entender as possibilidades enunciativas dos gêneros digitais. Este trabalho tem como objetivo discutir as diferenças e semelhanças entre o gênero enciclopédia materializado no suporte impresso e no digital.

Palavras-chave. Hipertexto – Genros textuais – Enciclopédia impressa e digital

ABSTRACT. *The transformation of the Information Systems brought innovations in the language field, especially regarding the configuration of genre of texts in digital environment. Several researchers have concentrated their work trying to understand all the possibility of enunciation within the digital genre. This work aims to discuss the differences and similarities between the genre encyclopedia materialized in the digital and printed support.*

Keywords: *Hypertext – digital genres – digital and printed encyclopedia*

Introdução

As últimas décadas do século passado assistiram a descomunais transformações nas práticas sociais de comunicação. Nunca na história da humanidade as pessoas puderam ter tanto acesso aos textos produzidos e ainda a possibilidade de (re) criar formas de interação, tudo isso graças ao desenvolvimento dos Sistemas de Informação¹, e especialmente da Internet. Com o advento das novas tecnologias muitos estudiosos têm focado suas pesquisas na tentativa de compreender o impacto dessas evoluções tecnológicas nas comunicações humanas. Os lingüistas - vamos aqui restringir a discussão ao campo teórico que nos interessa - acostumados com a evolução da comunicação humana e, conseqüentemente, com a evolução da ciência da

¹ Sistema de Informação (em inglês *Information System*) é a expressão utilizada para descrever um sistema automatizado, ou mesmo manual, que abrange pessoas, máquinas, e/ou métodos organizados para coletar, processar, transmitir e disseminar dados que representam informação para o usuário. Além disso, o termo também é utilizado para descrever a área de conhecimento encarregada do estudo de Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação e suas relações com as organizações.

linguagem, se veem às voltas com mais uma gama de novos questionamentos, principalmente no que diz respeito aos novos gêneros textuais no ambiente digital. Seria o hipertexto uma novidade? O que há de diferente entre o texto impresso e o digital? Que possibilidades enunciativas um gênero textual como o verbete de enciclopédia pode ter em um ambiente digital que a difere da versão impressa?

Acreditamos que o texto ao se mudar para os ambientes digitais apresenta traços únicos originados da multimodalidade e hipertextualidade proporcionados pela internet. Nesse texto iremos discutir sobre as transformações sofridas pelo gênero enciclopédia ao adentrar no universo da web. Mas o que seriam gêneros?

A noção de gêneros segundo Bakhtin

Em sua obra *A Estética da Criação Verbal* Mikhail Bakhtin (2000) introduz o termo “gêneros do discurso” e o define como “tipos relativamente estáveis de enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 279). Através de seus estudos podemos compreender os gêneros como fenômenos sociais concretos e únicos, constituídos historicamente nas atividades humanas, caracterizados por uma forma básica mais ou menos estável, porém, suscetível a determinadas modificações e adaptações. Assim, podemos dizer que os gêneros não são um produto acabado, mas um processo, pois ao mesmo tempo em que esses se constituem como ferramentas que orientam o ato de linguagem, também se renovam a cada situação de interação, sendo suscetíveis ao contexto social e histórico em que são produzidos. Bakhtin afirma que os gêneros são primordiais para a comunicação humana, pois eles organizam a nossa fala.

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível. (BAKHTIN, 2000, p. 302)

Bakhtin (2000 apud ARAÚJO, s.d.) em seus estudos sobre gêneros do discurso fala sobre os conceitos de esfera e de transmutação para explicar o surgimento e a formação de alguns gêneros denominados de secundários ou complexos, os quais se diferem dos chamados gêneros

primários ou simples na medida em que estes atendem às funções sociais do cotidiano e são absorvidos pelos secundários. Xavier e Silva baseados na denominação de Bakhtin (*apud* XAVIER; SANTOS, 2000) afirmam que o hipertexto agrega gêneros de terceira ordem, é um híbrido, no qual convergem gêneros primários e secundários, ou seja, aqueles advindos da “comunicação verbal espontânea” e os emergentes em práticas discursivas mais “complexas e evoluídas”, (re)criando-os num mesmo suporte físico (*op.cit.* p.53). E é a mudança de esfera, ou seja, de “status” simples para complexo, sofrida por um gênero primário, que Bakhtin denomina de *transmutação*. A transmutação revela a complexidade dos elementos semióticos dos quais o homem dispõe para estabelecer relações discursivas com o outro. Araújo (s.d) coloca que “embora se trate de gêneros emergentes da *Internet*, nada é genuinamente novo. Na verdade, o que existe é uma espécie de reformatação de gêneros conhecidos que são transmutados por outros de uma esfera bem mais complexa que é a *Web*.”

A busca pelo conhecimento sempre esteve presente na história da humanidade, desde as primitivas sociedades que buscavam conhecer técnicas básicas de sobrevivência até as mais complexas *polis* gregas, bem organizadas social e politicamente, onde o pensamento florescia e o conhecimento era a aspiração de todos. Grandes revoluções acompanharam a trajetória do homem provocando grandes mudanças sociais e culturais que conseqüentemente levaram ao surgimento de novos gêneros do discurso. A revolução da comunicação trouxe a Tecnologia da Informação e a cultura digital propiciou o surgimento de novos gêneros textuais ou a evolução de gêneros antes restritos a determinadas esferas. A tela do computador passou a ser o ambiente principal por onde navegam as informações materializadas através do hipertexto² - um texto construído eletronicamente, que é capaz, entre outras propriedades de “viabilizar a integração e fusão das duas modalidades de uso da língua (oral e escrita) em uma mesma superfície verbo-visual-auditiva de forma ubíqua e simultânea”. (XAVIER;SANTOS,2000,p.52)

² Hipertexto é o termo que remete a um texto em formato digital, ao qual agrega-se outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, palavras, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas denominadas hiperlinks, ou simplesmente links. Esses links ocorrem na forma de termos destacados no corpo de texto principal, ícones gráficos ou imagens e têm a função de interconectar os diversos conjuntos de informação, oferecendo acesso sob demanda a informações que estendem ou complementam o texto principal.

Texto x hipertexto: o que há de novo?

O termo hipertexto por mais que já tenha sido comentado e estudado ainda carece de análises e estudos no que concerne à sua aplicação. Vimos em Ribeiro (2005) que a leitura hipertextual sempre existiu e ela ilustra citando que provavelmente Jesus Cristo já "navegava" pelo texto. Por haver uma constante evolução dos meios de comunicação e dos suportes pelos quais obtemos e interagimos com a informação torna-se difícil um conceito definitivo do termo. Para muitos, hipertexto é "um espaço virtual inédito e exclusivo" (XAVIER, 2002), para outros "um processo de escritura/leitura eletrônica multilinearizado, multisequencial e indeterminado, realizado em um novo espaço de escrita" (MARCUSCHI, 2001). Ted Nelson, quem primeiro usou o termo, nos anos 60, assim o definia:

por hipertexto, eu entendo escrita não sequencial - um texto com vários caminhos que permite que os leitores façam escolhas, e que são melhor lidos numa tela interativa. Popularmente, são concebidos como uma série de pedaços de textos conectados por links que oferecem ao leitor diferentes caminhos.

E ainda:

no hipertexto, a informação é organizada como uma rede em que os nós sejam porções de textos (ex. lista de itens, parágrafos, páginas) e links são relações entre esses nós (ex. associações semânticas, expansões, definições, exemplos; virtualmente qualquer tipo de relação que possa ser imaginada entre duas passagens de texto) (ROUET; LEVONEN; DILLON; SPIRO, 1996 apud COSCARELII, 2009, p.554).

Pensamos o hipertexto como um texto, cujo formato e suporte passaram por um processo de evolução, que é consequência do desenvolvimento humano. Uma vertente do texto impresso no qual se tem mais possibilidades, sendo estas permitidas pelo amparo virtual e ancorado em imagens, sons, outros textos criando, assim, uma rede. É um elemento de comunicação multimodal, que instaura práticas sócio comunicativas multissemióticas materializadas por gêneros do discurso inexistentes até então, ou recriando formas já consagradas. A noção de texto passa então do meramente verbal incorporando imagens, sons, diagramas, mapas e outros textos, se aproximando do que Barthes chama de texto ideal:

no texto ideal as redes são múltiplas e se entrelaçam sem que nenhuma possa dominar as outras, este texto é uma galáxia de significantes e não uma estrutura de significados; não tem início; é reversível e nela penetramos por diversas entradas, sem que nenhuma delas possa qualificar-se como principal; os códigos que mobiliza perfilam-se a perder de vista, eles não são dedutíveis (o sentido nesse texto nunca é submetido a um princípio de decisão e sim por um processo aleatório); os sistemas de significados podem apoderar-se desse texto absolutamente plural, mas seu número nunca é limitado, sua medida é o infinito da linguagem. (BARTHES 1992, p.39).

Isso corrobora nossa afiliação à afirmação de Koch (2002) de que todo texto é um hipertexto. Acreditamos que o hipertexto em sua produção e em sua recepção não demande processos de textualização diferentes do texto impresso. Tanto em um formato quanto em outro é necessário que o sujeito conheça as formas, as circunstâncias, os modos de dizer socialmente aceitos para responder adequadamente à situação comunicativa por meio de um gênero de texto que pode ser oral, escrito, impresso, digital, mas que cumpra sua função social e que possa ser atualizado pelo interlocutor estabelecendo interação. Nas palavras de Coscarelli (2009, p.551)

o texto estando bem escrito, ou seja, respeitando regras de textualidade do seu gênero e estando adequado ao leitor, e o leitor sendo bom leitor, a leitura vai gerar resultados satisfatórios. Textos mal escritos e leitores pouco hábeis vão gerar um resultado muito ruim.

No entanto, é preciso que o enunciador/enunciatário conheça o suporte que veicula o hipertexto e as possibilidades de construção e “navegação” que o computador proporciona, já que se trata de uma tecnologia que demanda conhecimento de sua operacionalidade. Familiarizando-se com a “máquina”, o sujeito terá condições de produzir e ler os (hiper)textos utilizando-se das mesmas estruturas cognitivas demandadas pelo texto no papel. Ressaltamos, contudo, que as possibilidades que o computador proporciona modificam a escrita e a leitura no sentido de agregar novos signos, novos gêneros, a chamada multimodalidade, o que deverá ampliar e adaptar as estruturas cognitivas e discursivas para essa nova realidade. Para que isso aconteça, assim como para o letramento do impresso, é preciso que o indivíduo se envolva, se aproprie das

práticas sociais letradas, conheça, mediante o ensino e o uso, as linguagens veiculadas socialmente, e agora virtualmente. Assim como Landow, acreditamos que

à medida que aumenta(r) o envolvimento dos usuários com o novo espaço de textualização da língua, o hipertexto, também cresce(rá) a vontade de experimentar certas maneiras de verbalização um tanto quanto tolhidas pela natureza conservadora de alguns ambientes, instituições e pessoas (LANDOW 1992 *apud* XAVIER, s.d.).

Enciclopédia impressa e digital: caracterização

Tradicionalmente ao longo da história da humanidade as pinturas rupestres, os pergaminhos, o codex, os livros, e mais recentemente os meios digitais têm guardado informações e possibilitado acesso ao que o homem considera importante ser registrado. Dentre outros fatos, os vários incêndios da biblioteca de Alexandria, que nasceu sob o patrocínio da dinastia ptolemaica e reuniu o maior acervo de cultura e ciência que existiu na antigüidade, deixou algumas lições interessantes aos amantes do conhecimento e da cultura humana. O que se perdia nos incêndios, roubos, com os fenômenos da natureza e com a ação do tempo dificilmente podia ser recuperado. Por ter sempre buscado registrar sua história no planeta o ser humano tem conseguido avanços nos suportes que protegem, registram e agregam essa história. Uma das mais louváveis e importantes formas de registro do conhecimento humano e de disseminação desse conhecimento são as enciclopédias. Organizadas em vários volumes, contam com recursos textuais e imagéticos a fim de repassar com qualidade informações sobre os mais variados assuntos. Dentre as enciclopédias mais importantes podemos destacar a Enciclopédia Britânica que têm como público alvo os leitores adultos. Esta enciclopédia é escrita por 19 editores em tempo integral e conta com a colaboração de mais de quatro mil peritos. É amplamente considerada como a mais acadêmica das enciclopédias. De acordo com o Wikipédia, que é uma enciclopédia digital, o termo *Enciclopédia* vem do grego antigo: ἔγκυκλοπαιδεία, ἔγκυκλο ["circular"] + παιδεία ["educação"]) e é uma coletânea de escritos em larga escala, cujo objetivo principal é descrever o mais aproximado possível o relativo à concepção atual do conhecimento humano.

O advento da enciclopédia permitiu ao homem condensar em alguns livros muito do conhecimento produzido ao longo da história da humanidade. Mundo afora muito dinheiro circulou com o comércio de enciclopédias e compilações de versões cada vez mais atualizadas desses verdadeiros mapas do conhecimento humano. Todavia, o que não é muito difícil de ser percebido, é que, independentemente da rapidez e capacidade de edição e publicação das empresas produtoras de enciclopédias, o conhecimento recém formulado e o conhecimento reformulado ou contestado podem ficar de fora da enciclopédia por muito tempo até que uma nova edição seja disponibilizada no mercado. Com o advento das tecnologias digitais, este problema foi solucionado e, claro, outros apareceram. Os editores passaram a ter um concorrente de peso no fornecimento de informação, já que a Internet trouxe a oportunidade de acesso à informação com atualização instantânea e vinda possivelmente direto da fonte ou do local de ocorrência.

A Wikipédia, maior enciclopédia virtual do mundo, tem mais de 13 milhões de artigos produzidos colaborativamente somente na língua inglesa. Há outros tantos em línguas tão diversas quanto russo ou catalão. O modelo de compilação de informação por contribuição espontânea provoca um fenômeno inédito: os próprios autores são leitores e editores da informação postada. No novo conceito de enciclopédia a participação de colaboradores das mais variadas áreas do conhecimento é cada vez maior. A enciclopédia se cria e se renova diariamente através deste processo. Não há mais limites para o que pode ser postado. Tudo é constantemente editado e conferido. Esta interação ininterrupta só foi possível graças ao desenvolvimento da tecnologia empregada na Web, uma nova versão, mais atualizada e evoluída, que possibilita a colaboração entre os internautas, a Web 2.0.

No limiar do século XXI somos apresentados a um modelo de enciclopédia que nos permite ser mais que leitores passivos do conhecimento registrado por estranhos. As enciclopédias digitais colaborativas (como a Wikipédia) “liberta” o leitor-autor das garras das editoras e oferece uma liberdade sem limites, mas que tem seu preço. No modelo tradicional de enciclopédia o leitor necessita de habilidades básicas para seu uso: deve saber ler, saber procurar palavras por ordem alfabética, saber ler gráficos e figuras e saber relacionar informações variadas como imagens, textos, e, em versões mais modernas, até ouvir sons em CD ou ver vídeos em

DVD. O usuário de uma enciclopédia tradicional fica obrigado a se submeter às questões de espaço físico apropriado para manter todo o material e para acessá-lo, já que há uma grande quantidade de volumes, que não são nada discretos. Além disso, o alto custo desse material impresso é um fator que impossibilita sua aquisição pela maioria dos leitores. Por outro lado, o usuário/leitor de wiki não tem essa preocupação. Desde que ele, usuário/leitor, tenha acesso à web e as habilidades de "navegação", conhecimentos básicos de informática e de busca em bancos de dados, ele poderá utilizar-se da Wikipédia sem o pagamento de licenciamento ou compra do software para acessar seu conteúdo, nem dispor de espaço para seu armazenamento. Tudo isso tem um impacto muito grande na circulação da informação, na democratização e na distribuição do conhecimento.

Halavais, professor da Universidade de Bufalo (2004 *apud* RICHARDIDSON, 2009) pondo à prova a confiabilidade da Wikipédia, colocou treze erros em várias postagens do site e todos eles foram corrigidos em poucas horas. Isso porque são milhares de editores que querem que a ideia dê certo e eles partem do princípio de que várias cabeças pensam melhor que uma só, as informações são fruto do esforço coletivo dos participantes, que para a alteração de qualquer conteúdo deve entrar em um fórum de discussão e apresentar as justificativas plausíveis para a alteração dos artigos, caso a alteração, ou até exclusão, seja aceita pelos wikipedistas a página é mudada.

A cada dia a Wikipedia tem alcançado credibilidade, sendo citada, por exemplo, pelo maior jornal norte americano o New York Times, pelo Denver Post e por milhares de estudantes e pessoas comuns em todo o mundo (RICHARDSON, 2009). Mas, nos perguntamos: as informações postadas são confiáveis? Quem haverá de contestar o conhecimento presente na *Britânica*? Qual a credibilidade que os “editores” de enciclopédias colaborativas têm?

A questão da credibilidade

Com a profusão de informações que chegam com a velocidade de um “click” a questão da credibilidade dessas informações torna-se uma discussão pertinente e essencial. Serra (s/d),

baseado na retórica grega, afirma que, a credibilidade é uma relação dinâmica e bipolar: de um lado o produtor/emissor da informação e do outro o receptor dessa mesma informação.

a credibilidade é um processo mediante o qual um produtor/emissor A se vai tornando credível perante um receptor B à medida que vai ganhando a confiança deste; e em que, reciprocamente, um receptor B vai ganhando confiança num produtor/emissor A à medida que este vai conseguindo demonstrar a sua credibilidade (SERRA s/d).

Escrevendo para o site de uma empresa de internet Terdiman (2005) cita o estudo feito pela Nature³ comparando a exatidão das informações veiculadas pela conceituada Enciclopédia Britânica em sua versão online e a Wikipédia. No estudo a revista escolheu artigos dos dois sites abrangendo os mais variados assuntos e campo de conhecimento e os submeteu à análise de especialistas. Os estudiosos compararam cada artigo sem saber a procedência e enviaram à revista 42 revisões. Dessas, foram encontrados apenas oito erros sérios, como divergência de conceitos vitais, nos artigos, sendo que cada site apresentava quatro erros. Quanto a erros efetivos, omissões ou afirmações enganosas, foram encontrados 162 na Wikipédia e 123 na Britânica. A revista científica conclui que alguns exemplos graves de erros na Wikipédia são exceções e não regra.

No entanto, o vandalismo na Wikipédia é realidade, com usuários postando informações errôneas e não fiáveis. De acordo com D'Andrea (2009) a fim de cercear os ataques, "a versão em inglês da Wikipédia projeta adotar o recurso 'Revisões assinaladas' ou validação de páginas (em inglês, flagged revisions). Com esta mudança, a edição de alguns artigos (como as Biografias de Pessoas Vivas) passará pela aprovação de algum usuário mais experiente antes de ser publicada". Isso significa uma tentativa dos fundadores da Wikipedia em equilibrar controle e abertura,

³ Nature é uma das mais antigas revistas científicas do mundo: sua primeira edição é de 4 de novembro de 1869. Entre as inúmeras descobertas científicas publicadas na Nature estão a dos raios X, da estrutura em dupla hélice do ADN e o buraco na camada d ozônio

complementa D'Andrea (idem). Essa medida de vigilância, contudo, pode limitar a participação de novatos na rede e até descaracterizar o projeto de construção colaborativa de livre iniciativa.

Enciclopédia impressa e digital: diferenças

A diferença fundamental e determinante entre os dois tipos de enciclopédias é mesmo seu processo de construção. Quanto à recepção desse gênero de texto, no que diz respeito à leitura, ela é hipertextual nos dois formatos de texto. O leitor/usuário é quem determina o caminho percorrido em sua pesquisa. E geralmente é o que ocorre na leitura de materiais de referência, o leitor não inicia a leitura na primeira página, ele vai diretamente à entrada que deseja pesquisar e de lá para qualquer outra que tenha co-referência, ou simplesmente fecha o livro e se dá por satisfeito. Na Wikipedia, o número de "nós", de links remissivos é muito maior do que nas remissões impressas e ainda o acesso é muito mais rápido. Um único termo pode ligar-se a uma rede de termos aos quais está relacionado, abrindo "janelas" e mais "janelas" automaticamente, sem que o leitor tenha que buscar outro volume, ou folhear páginas e mais páginas. Ao leitor/usuário cabe voltar para a página inicial da pesquisa ou empreender-se em outras, ampliando sua rede conceptual e temática. Alguns afirmam que essa profusão de informações pode fazer com que o leitor/usuário se perca no caminho e não atinja seu objetivo de busca. Isso pode acontecer com um usuário/leitor mais inexperiente, mas à medida que esse indivíduo apropria-se do conhecimento do gênero em questão, ele amplia sobremaneira as possibilidades de pesquisa.

A Wikipedia, assim como os hipertextos que utilizam a ferramenta wiki, ampliam as possibilidades enunciativas do sujeito, na medida em que rompe as identidades de autor e leitor. Para Chartier (*apud* ARAÚJO, sd.) "no texto eletrônico, um produtor de texto pode ser imediatamente o editor, no duplo sentido daquele que dá forma definitiva ao texto e daquele que o difunde diante de um público de leitores". O leitor assume não só o papel de autor, mas também de editor do texto, embora não tenha direitos intelectuais sobre o mesmo, o que não acontece com o texto impresso ou alguns eletrônicos.

Quanto à estrutura textual encontramos divergências consideráveis. A primeira delas é a própria tela do computador, o número de ícones, barras contendo informações, o processamento digital, a luminosidade da tela, as multimídias possibilitam ações do leitor/usuário que não existem no texto impresso. Na página da Wikipédia há informações que guiam o usuário em sua navegação, sinalizando os caminhos para facilitar sua busca, tais como links relacionados à navegação, à colaboração, a ferramentas do sistema, sites correlatos da Wikipédia e outras línguas nas quais a enciclopédia é produzida, além da pesquisa automática de entradas. A grande contribuição da Web 2.0, e conseqüentemente da Wikipedia, é o processo colaborativo. O usuário pode filiar-se como colaborador, sem nenhuma burocracia, sem nenhum registro formal, caso não queira, apenas observando a política de comportamento dos colaboradores e os princípios fundadores da comunidade.

Análise de verbete: impresso x digital

Iremos nesta seção analisar um verbete de enciclopédia encontrado na enciclopédia impressa *Larousse* comparando-o com o mesmo verbete encontrado na enciclopédia digital *Wikipedia*, a fim de contrastar os dois formatos de texto com o objetivo de discutir se e como o gênero verbete de enciclopédia transmutou-se em função da tecnologia.

Verbetes são as entradas semasiológicas⁴ de dicionários, glossários, enciclopédias. Segundo Houaiss (2001)

verbe/ê/s.m. (1881 cf. CA) 1. nota ou comentário que foi registrado, anotado; apontamento, nota, anotação, registro 2. (1881) pequeno papel em que se escreve um apontamento 3. ficha arquivo (p. ex., em biblioteca) 4. (a1947) em lexicografia, os conjuntos das acepções, exemplos e outras informações pertinentes contido numa entrada de dicionário, enciclopédia, glossário, etc. ETIM *verbo* + *-ete*; ver *verb(i/o)*- HOM *verbe* (fl. *Verbetar*) (p. 2844).

⁴ A Semasiologia é um ramo da lexicologia que estuda os significados (em geral, se veda o conceito de "signifié" de Saussure) e disto abstrai os significantes que o indicam em um determinado sistema linguístico. É muito estudada juntamente com a onomasiologia, que percorre o mesmo percurso em direção oposta. semasiológica possui expressão e busca de pensamento.(receptor)

Chama nossa atenção o trecho “outras informações” na definição acima, pois a riqueza de um verbete enciclopédico encontra-se, especificamente, nas informações contidas e desenvolvidas sob aquela palavra, aquele termo específico sob o qual o verbete é construído. O verbete é um gênero textual e, por esta razão, possui um conteúdo temático, um estilo de linguagem e uma construção composicional próprias.

De acordo com Lima (2007, p.33) nas enciclopédias tradicionais as definições formam colônias de textos, que são independentes entre si, já os textos da enciclopédia digital não possuem uma sequência, não formam uma prosa contínua. Como numa enciclopédia tradicional, não há um autor identificável, mas autores que trabalharam nos verbetes em conjunto, visto que os textos não são assinados. Os verbetes da Wikipédia podem ser utilizados em isolado, assim como podem ser acrescentados, removidos ou alterados.

Escolhemos a unidade léxica *virtual* para analisar e contrastar o digital e o impresso. A escolha foi aleatória, não obedecendo a nenhum critério metodológico, apenas a sugestão de membros do grupo. Passemos, pois à análise do verbete. Na Enciclopédia Larousse Cultural, edição de 1998, o verbete virtual será encontrado no volume de número 24, página 5964, sendo assim explanado:

Virtual adj. (Do lat. *Virtualis*, pelo fr. *Virtual*.) Que não se realizou, mas é suscetível a realizar-se; potencial. • Fís. *Princípio dos trabalhos virtuais*, princípio da mecânica segundo o qual, para todo deslocamento de um sólido compatível com suas ligações a partir de uma posição de equilíbrio, a soma dos trabalhos das forças aplicadas ao sólido é nula. || *Quantum virtual*, *partícula virtual*, partícula fictícia que permite explicar em física quântica, a interação entre quanta. (esta noção substitui a dos campos da física clássica) – Ling. Para F. de Saussure, tudo o que pertence ao domínio da língua, (p. opôs. À fala); Charles Bally*, no entanto, distingue fonema virtual e fonema atualizado: é virtual o fonema considerado isoladamente, em si mesmo, e atualizado o fonema inscrito numa cadeia falada realizada. – Ópt. *Foco virtual*, em um sistema óptico, ponto onde se cruzam os prolongamentos dos raios luminosos. || Imagem ou objeto virtual, em um sistema óptico, imagem cujos diferentes pontos se encontram no prolongamento dos raios incidentes.

A análise da construção composicional do verbete nos mostra o seguinte esquema: 1. entrada (virtual); 2. etimologia (*Do lat. Virtualis, pelo fr. Virtual*); 3. categoria gramatical (adj = adjetivo); 4. sinônimos (são apresentadas definições relacionadas à física, linguística e Óptica).

Assim podemos concluir que a organização textual do gênero verbete realizado no suporte Enciclopédia impressa é semelhante ao gênero verbete de dicionário, uma vez que o conteúdo se organiza da mesma forma.

Já na versão digital o verbete aparece de forma bem diferente. Antes de mostrarem as definições da palavra virtual na enciclopedia digital Wikipedia, há uma advertência para o leitor de que os artigos apresentam fontes, mas que não foram citadas no corpo do texto. Aparecem na tela primeiramente acepções mais comuns, caracterização dada pelos editores, elas não são numeradas e em algumas delas há hiperlinks que remetem a palavras relacionadas. Também não aparece nesse ponto a caracterização lexicográfica da palavra, como etimologia, categoria gramatical, campo semântico. Em seguida, há um índice para as partes do artigo principal que podem ser acessadas diretamente pelo leitor sem percorrer a barra de rolagem. Os editores começam o artigo, que ocupa a página principal, definindo o que é virtual em um âmbito geral, mas advertem que se se quiser uma ideia mais aprofundada do assunto o leitor pode fundamentar-se na Semiótica peirciana, nesse ítem há um link direcionando a pesquisa para essa área. Nos próximos tópicos do artigo, os editores fundamentam as questões levantadas em estudiosos como Pierre Lévy, tratando o tema sob ponto de vista especializado. O texto apresenta-se sob a forma de um artigo científico, com direito a até considerações finais e bibliografia, o que difere sobremaneira do verbete impresso. O último item apresentado na página principal são sugestões de pesquisas em sites de busca, palavras relacionadas e ainda o endereço da página de um autor citado. A tela ainda apresenta a data da última modificação do texto, e as barras de navegação no site como um todo. Pudemos perceber que a textualidade do hipertexto da Wikipedia não difere tanto do texto no papel, o processamento do texto requer do leitor as habilidades de estabelecer os nexos, a continuidade, de acordo com o conhecimento de mundo, da linguagem, do tema para a construção do sentido. O leitor pode acessar mais rapidamente o que lhe interessar, sendo direcionado diretamente pelos links, mas na leitura do impresso o leitor também pode ler o que lhe interessar indo diretamente às partes do texto de seu interesse. Entretanto, os hiperlinks colocados em alguns termos podem ampliar a pesquisa e levar o leitor a "lugares" não pensados por ele. Isso realmente é o maior diferencial entre os dois formatos de texto. Na página da palavra virtual não há a incorporação de outras linguagens que não a verbal.

Conclusão

Há, baseado em nossa pesquisa, algumas semelhanças e diferenças entre os dois diferentes tipos de enciclopédia. Obviamente, as diferenças marcam cada um dos tipos por estarem em suportes diferentes, e a nosso ver, para leitores diferentes. A maior qualidade da enciclopédia digital se dá no quesito acesso e compilação, já que pode ser acessada de qualquer local e que o leitor pode ser ao mesmo tempo editor. Há mais ganhos que perdas para o leitor interessado na pesquisa da enciclopédia digital por haver um sem-fim de conexões, nódulos rizomáticos entre os mais diversos assuntos. Ao simples clique do mouse entra-se por um caminho desconhecido e que permite uma viagem mais incrementada que na versão impressa.

Entretanto, há um fator a ser considerado. Em outros tempos o ato de consulta a uma enciclopédia era, na maioria das vezes, acompanhado da memorização e aprendizagem do que se leu. O leitor de enciclopédia era considerado erudito, culto, detentor da informação. Hoje, com as novas tecnologias o saber, o conhecimento está todo o tempo disponível e com isso, parece haver um movimento de relaxamento com relação à memorização e aprendizagem do desconhecido. A informação virtual sofre de alguma maneira, de um processo de volatilidade que a informação impressa sofre em escala menor. O conhecimento está sendo compilado e armazenado em máquinas, e quando é necessário acessamos de um terminal de computador. É muito comum hoje em dia ouvir de alguém as frases: “põe no Google”, “joga na Wikipédia”. Google e Wikipédia viraram sinônimos de pesquisa, de conhecimento, de respostas sempre prontas. Aparentemente muito se lê e pouco se guarda, mas isso é material para outro estudo. Vemos a enciclopédia impressa com grandes possibilidades de ser cada vez mais abolida e de circulação cada vez mais restrita devido às várias razões explicitadas anteriormente em favor da enciclopédia digital, não necessariamente a Wikipédia, que talvez seja apenas um embrião do que está por vir.

Finalmente, embora vejamos mais ganhos que perdas, é importante considerar que sendo um hipertexto digital, a enciclopédia digital é, como também o é a versão impressa, semelhante a um livro fechado no qual as várias páginas-camadas estão intercaladas e interligadas e ao mesmo

tempo inacessíveis até que alguém abra o livro/site para ler/pesquisar. E como diria Barthes (2002), “*o texto tem que dar mostras de que me deseja*”.

Referências

ARAUJO, Júlio César. A organização constelar do gênero Chat. **ANAIS DA XX JORNADA – GELNE** – João Pessoa-PB. Disponível em:

http://www.julioaraujo.com/download/organizacao_constelar_do_chat.pdf

BARTHES, Roland. **S/Z**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. Tradução de Léa Novaes.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. Tradução de Jaco Guinsburg

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. M. E.G. G. Pereira (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COSCARELLI, Carla Viana. Textos e hipertextos: procurando equilíbrio. In: **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 9, n. 3, p. 549-564, set./dez. 2009.

KOCH, Ingedore Vilaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOMESU, Fabiana. Pensar em hipertexto. In: ARAÚJO, J.C.; BIASI-RODRIGUES, B.(org.) **Interação na Internet: novas formas de usar a linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

D'ANDREA, Carlos. Wikis e o hipertexto colaborativo. In: **Hipertextus**. n.2 jan.2009.

D'ANDREA, Carlos. **Revisões assinaladas: uma nova Wikipedia?** Disponível em:

<http://www.netvibes.com/carlosdand#General>

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O hipertexto como novo espaço de escrita em sala de aula. In: **Linguagem e Ensino**, vol. 4, n. 1, 2001, p. 79-111.

SERRA, Paulo. **O princípio da credibilidade na seleção da informação mediática**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-credibilidade-selecao-informacao.pdf>.

Acesso em 09/2009.

XAVIER, Antônio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI & (orgs). **Hipertextos e Gêneros Digitais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.170-180.

XAVIER, Antônio Carlos; SANTOS, Carmi Ferraz. O texto eletrônico e os gênero do discurso. In: **Veredas**- Revista de Estudos Lingüísticos, Juiz de Fora, v. 4, n. 1 p. 51 a 57, 2000.

XAVIER, Antônio Carlos. **Reflexões em torno da escrita nos novos gêneros digitais da internet.** Disponível

em:<http://www.ufpe.br/nehete/artigos/Reflex%F5es%20em%20torno%20da%20escrita%20nos%20novos%20g%EAneros%20digitais.pdf>

RICHARDSON, Will. **Blogs, wikis, podcasts, and other powerful web tools for classrooms.** 2. ed. p.cm.2009.

TERDIMAN, Daniel. **Study:** Wikipedia as accurate as Britannica. Disponível em: http://news.cnet.com/2100-1038_3-5997332.html

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE UMA COMUNIDADE COMO FORMA DE COMPREENSÃO DE SUAS PECULIARIDADES LINGÜÍSTICAS: O CASO DA COMUNIDADE DO RIO PARDO EM ITAPETINGA-BA

Lúcia Gracia Ferreira¹
Jorge Augusto Alves da Silva²
Maria das Graças Porto Pires³

RESUMO: O objetivo desse estudo é demonstrar como a constituição de uma comunidade pode favorecer a compreensão de sua identidade lingüística. Entendemos “identidade lingüística” como os falantes se vêem e vêem aqueles que lhes são próximos. Além disso, procuramos investigar a interferência da linguagem oral na língua escrita numa comunidade rural do município de Itapetinga-BA como forma de propor práticas pedagógicas que possam fornecer ao utente meios de aprendizagem da norma culta. Sabemos que as comunidades lingüísticas são influenciadas, principalmente, pela cultura que faz com que o dialeto usado naquela comunidade se fortaleça pelos princípios de coesão do grupo. A formação cultural é fator primordial no desenvolvimento lingüístico do indivíduo, por isso deve ser conhecida a fim de ser respeitada pela escola. Podemos perceber, nesse estudo, que uma comunidade se distingue no modo de falar de uma outra comunidade não só pela cultura ou pelo dialeto, mas também pela mobilidade geográfica.

Palavras-chave: comunidade lingüística, cultura, linguagem, identidade.

ABSTRACT: The objective of that study is to demonstrate as a community's constitution can favor the understanding of his/her linguistic identity. We understood "linguistic identity" as the speakers see each other and they see those that are them close. Besides, we tried to investigate the interference of the oral language in the language written in a rural community of the municipal district of Itapetinga-nanny as form of proposing pedagogic practices that can supply to the utente means of learning of the educated norm. We know that the communities linguistics are influenced, mainly, for the culture that does with that the dialect used in that community strengthens for the beginnings of cohesion of the group. The cultural formation is primordial factor in the individual's linguistic development, for that it should be known in order to be respected by the school. We can notice, in that study, that a community stands out in the way of speaking of another community not only for the culture or for the dialect, but also for the geographical mobility.

Keyword: linguistic community, culture, language, identity.

¹ Pedagoga pela UESB/Itapetinga. Especialista em Linguagem, Pesquisa e Ensino pela UESB/ Vit. da Conquista. Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia

² Doutor em Lingüística. Professor Adjunto da UESB/ Vit. da Conquista/ DELL.

³ Pedagoga pela UESB/Itapetinga. Especialista em Linguagem, Pesquisa e Ensino pela UESB/ Vit. da Conquista.

1. Introdução

Esta pesquisa objetivou conhecer se havia interferência da linguagem oral na língua escrita na comunidade rural do Rio Pardo em Itapetinga-BA. Também procuramos analisar os fenômenos lingüísticos (que foram objetos da pesquisa) e conhecer esta comunidade: seus costumes, seu dialeto, sua cultura. Portanto, o recorte desse estudo trata da constituição histórico-social dessa comunidade como forma de compreensão de suas peculiaridades lingüísticas. Este trabalho, constitui-se, pois, em um recorte da monografia de conclusão de curso (pós-graduação *lato sensu*), realizado a partir de uma pesquisa de campo, norteadada pela Teoria Sociolingüística.

2. Comunidade Lingüística e Coesão Cultural

Sílvio Elia (1998, p. 10) define comunidade lingüística como sendo: “Todo agrupamento humano dotado de um código verbal comum que, podendo não ser exclusivo, a todos se impõe, por meio de normas que funcionam como força de coesão e solidariedade social”. Com base nessa definição, podemos ver que não é possível definir “comunidade lingüística” sem abordar elementos culturais que formam uma comunidade. Assim, o código verbal comum deve garantir na opinião do autor a “coesão” e “solidariedade”. Do ponto vista da coesão, encaramos a ligação que faz os indivíduos constituírem “o agregado” para enfim estabelecer os elementos que compõem a norma de ligação, os princípios norteadores da reunião do grupo. Por solidariedade, entendemos a relação dos indivíduos entre si na perfeita harmonia que forma o “agregado”. Logo, coesão e solidariedade definem muito bem a relação interna entre os elementos que compõem uma comunidade lingüística.

Devemos reconhecer que a coesão e a solidariedade pressupõem a incorporação de sistemas ou normas de valores só explicáveis através da cultura. Fica, portanto, fácil verificar a relação direta que existe entre tais elementos e a cultura que se torna, ao mesmo tempo, força geradora e impulsionadora dos valores lingüísticos. Somam-se se a esses atributos a idéia de

identidade lingüística e a importância de conhecermos a história de uma comunidade para caracterizarmos tal identidade. Entendemos como “identidade lingüística” como os falantes se vêem e vêem aqueles que lhes são próximos. Sabemos que nesse aspecto a cultura desempenha um papel fundamental. Conforme Silva (1993, p. 28):

O papel da cultura é o de codificar o mundo, ou melhor dizendo, a cultura contém a trama de signos com que as pessoas significam os objetos, os acontecimentos, as situações e as outras pessoas que as rodeiam. Cada indivíduo, de posse do código, se movimenta facilmente no universo de sua cultura, age na certeza de ter seu comportamento confirmado pelo grupo.

Assim, pensando, podemos afirmar que embora o signo em sua natureza seja arbitrário, seu valor simbólico dentro da comunidade coesa de utentes não o é. Os signos lingüísticos são um bem cultural e recebem a influência do contexto onde a linguagem está inserida. Por isso, não podemos esquecer o alerta que nos dá Magda Soares ao afirmar que a linguagem é produto cultural, mas ao mesmo tempo é instrumento para propagação de seus valores. (SOARES, 2002).

Souza (1995) nos diz que o termo cultura deriva do verbo latino *colere*, que significa “cultivar”; “honrar”; “tomar conta”; e “cuidar”. Assim, cultura inclui um conjunto de conhecimentos, crenças religiosas, arte, moral, direito, costumes que o homem adquire não sociedade. Geertz (1989) refere-se à cultura como uma “teia de significados”, extremamente necessária aos seres humanos. É a partir dessa idéia que entendemos a linguagem como produtora de sentidos, pois é pela experiência de mundo vivenciada pelo indivíduo que este vai expressar-se no mundo. A cultura é responsável, por exemplo, por uma consecução da linguagem impregnada por um determinado contexto social, pois o sujeito sociocultural se forma nesse contexto com uma história cultural adquirida através das experiências vivenciadas. Teixeira (1996, p. 183) relata que “os sujeitos sócio-culturais constituem-se, pois, em suas experiências vividas no mundo, pelas quais se fazem a si mesmos e à história humana”.

A formação cultural é fator primordial no desenvolvimento lingüístico do indivíduo, por isso deve ser conhecida a fim de ser respeitada pela escola. Ao privilegiar o dialeto-padrão e,

muitas vezes, até o impor, a escola pode sim influenciar na mudança do dialeto falado por alunos de comunidade rural, mas reconhecemos que o respeito à cultura desses deve ser mantido. A escola deve propor o dialeto-padrão e trabalhar o reconhecimento do aluno quanto a este dialeto, conscientizando-o de que, ao buscar uma vida melhor através dos estudos, ele irá precisar deste dialeto de prestígio.

Sabemos que as comunidades lingüísticas são influenciadas, principalmente, pela cultura que faz com que o dialeto usado naquela comunidade se fortaleça pelos princípios de coesão do grupo. Por outro lado, não podemos conceber a idéia de “coesão” como “uniformidade” ou “invariabilidade”. A coesão entre os falantes de determinada comunidade lingüística não lhes tolhe a individualidade nem a possibilidade de variação. Esposa essa idéia Tânia Alkimim ao afirmar que:

Ao estudar qualquer comunidade lingüística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou da variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar. A essas diferentes maneiras de falar, a Sociolingüística reserva o nome de *variedades lingüísticas* (ALKMIM, 2001, p. 32. grifo do autor).

E ainda afirma que:

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. Concretamente: o que chamamos de “língua portuguesa” engloba os diferentes modos de falar utilizado pelo conjunto de seus falantes do Brasil [...] (ALKMIM, 2001, p. 33).

A idéia de variação pode ir mais além abrangendo a concepção da variação entre os elementos do agregado e da variação do próprio utente. Assim, uma comunidade rural distingue-se no modo de falar de uma comunidade urbana não apenas pela localização espacial em si, mas pela formação cultural que diferencia o rural do urbano.

3. A Comunidade de Fala

As línguas são passíveis tanto de variação quanto de mudança, no entanto, a mudança não é um fato visível, mas discreto que leva anos a ser implementada. Assim, podemos ver em dada língua diversos estágios de mudança. Em nosso estudo, consideramos a premissa de que a cidade é um pólo inovador e que o meio rural, por sua natureza, encontra-se no pólo da conservação de valores atávicos. Dessa forma, a análise da comunidade rural há de demonstrar não só sua constituição populacional, mas sua formação histórica e que elementos dessa formação interferem na preservação das características lingüísticas.

A escola pesquisada fica numa comunidade ribeirinha localizada na Fazenda Goitacaz (conforme Figura 1) que pertenceu a uma das famílias importantes da cidade de Itapetinga – BA. Por sua posição estratégica, o grupo escolar atrai moradores de diversas fazendas vizinhas, incluindo-se aqui a comunidade da Ilha do Rio Pardo.



Figura 1 – Localização da escola pesquisada

Segundo relatos de moradores que viram a fundação da escola, a escola situa-se no meio de oito fazendas que outrora pertenciam a uma família, mas o desmembramento do latifúndio

deu-se por ocasião da partilha de bens por causa da morte do ex-proprietário. Muitos desses moradores recusaram-se a mudar das fazendas, mesmo depois da divisão das partes pelos herdeiros, já que ali possuíam bem culturais e afetivos, como por exemplo, o cemitério em que descansam seus entes queridos. Tal atitude levou-os a ocuparem os espaços ribeirinhos e lá reconstruírem suas famílias, mesmo em condições precárias.

Três fazendas situam-se na Ilha do Rio Pardo e seus moradores praticam a pesca de subsistência, usam canoas para se locomoverem e sofrem agruras no tempo das grandes cheias. A resistência do grupo deve-se à necessidade de manutenção do grupo pelo ofício praticado entre eles e da relação de compadrio originado de três gerações.

A escola Municipal Antonio Clarindo é freqüentada por filhos dos pescadores da Ilha e dos trabalhadores das fazendas, sendo uma escola rural não muito próxima da sede do Município. O dono da fazenda Goitacaz (antes de seu falecimento) idealizou a escola, construiu a estrutura física e ele mesmo pagava a professora. Ao fundar esta escola ele a chamou de “Antonio Clarindo” em homenagem ao primeiro trabalhador que o ajudou a desbravar o mato, onde depois tornou a fazenda. Quando foi construída a escola possuía energia solar, atendendo assim alunos no turno noturno, mas posteriormente a construção a fiação foi roubada. Hoje a escola não possui energia elétrica nem a maioria da comunidade.

A escola Antonio Clarindo situa-se a 54 km de distancia da sede do município de Itapetinga-BA. A escola começou a funcionar em 01 de março de 1976 e a primeira professora morava nas dependências da escola. A escola possui três salas de aulas e atende alunos da educação infantil a 4ª série, em classes multisseriadas. Ainda possui uma secretaria, uma cozinha, um depósito de merenda, uma área de serviços, três banheiros e um pátio de recreação. Recentemente, a escola passou por uma reforma: ampliação do muro, forro da secretaria, melhorias na cozinha e no depósito, foi pintada e houve retalhamento geral.

Em 1985 a escola Antonio Clarindo foi emancipada pelo decreto 1318 de acordo com o registro da Direc 14, 293/94. Durante um período de 2 anos (1991/1992) a escola esteve desativada (falta de professores). Mas, em 1993 a escola foi reativada. Atualmente, a escola é mantida pelos recursos do Caixa Escolar-UEX que administra e fiscaliza os recursos recebidos

pelas escolas, oriundos do FNDE, através do convênio para o PDDE (Projeto Dinheiro Direto na Escola).

4. Características lingüísticas da comunidade e sua relação histórico-social

Percebemos durante o estudo que a constituição histórico-social de uma comunidade pode sim contribuir para a compreensão das suas peculiaridades lingüísticas.

Durante o período da pesquisa observou-se o momento das aulas. Foram feitas gravações orais do cotidiano dos alunos, de suas conversas, de suas leituras. Focamos o estudo no uso de pl>pr; cl>cr (fenômenos lingüísticos escolhidos para serem analisados). Focamos em algumas atividades como: ditado silencioso, em que foram mostradas as figuras e os alunos escreviam a palavra; ditado para completar; foi contada uma narrativa através de figuras cujas palavras deveriam ser escritas com pl>pr; cl>cr e; por fim; contou-se uma narrativa pudesse envolver a vida dos a fim de que eles se sentisse propensos a participarem interferindo na “contação dos causos”. Outros momentos das aulas também foram observados e gravados como: o momento em que contavam o Hino Nacional Brasileiro, as leituras individuais de textos e algumas conversas aleatórias. A todo o momento levou-se em consideração em sala de aula as práticas de ensino da norma culta.

Numa das atividades quando foi ditada a palavra *planta* 80% dos alunos falaram “pranta”. Esse fenômeno também ocorreu com percentual parecido quando foram ditadas outras palavras com “pl”. Quando foi ditada a palavra *prato*, por exemplo, acontecia outro fenômeno, os alunos falavam “pato”, ocultando o “r”. Quando eram palavras com “cl” e “cr” o resultado não era diferente. Assim, palavras com pl eram faladas com “pr”, e palavras com “pr” eram (na maioria das vezes) falada sem o “r”. Na escrita, estes fenômenos e este percentual foram semelhantes. Palavras como “bicicreta”, “biciqueta”, “xicrete”, “pranta”, “penda (prenda)”, “pruma (pluma)” etc., eram comum naquele cotidiano.

De acordo com as orientações sociolingüísticas dados referentes a aspectos como etnia, gênero, idade, série também foram pesquisados. Dos alunos pesquisados 16,6% são negros os

outros 84,4% são pardos; 79,16% são do sexo masculino e 20,84% são do sexo feminino; 91,6% dos alunos têm entre 8-10 anos, 4,2% tem 12 anos e 4,2% tem 13 anos. Todos estão na classe multisseriada de 1ª e 2ª série.

Houve momentos na pesquisa em que um aluno foi convidado pela professora para ler a frase “A árvore cresceu e floresceu”. O aluno leu dessa forma “O pé de pau creceu e foreceu”. Para eles, árvore é “pé de pau” e é dessa forma que eles (os outros alunos demonstraram o mesmo comportamento lingüístico) se referem, mesmo vendo no quadro a palavra escrita árvore, ao elemento extralingüístico “árvore” como a lexia própria de sua comunidade de fala.

Tal fenômeno pode ser explicado se considerarmos em nossa análise o entorno sociolingüístico em que vivem os alunos. Seus pais e avós são na maioria analfabetos e como sói em tal caso transmitem aos filhos a língua da forma que aprenderam de seus ancestrais sem nenhuma interveniência da escola, aqui considerado como agente propagador e mantenedora da norma de prestígio. *Pé de pau* encontra-se dicionarizada como demonstra o Dicionário de Língua Portuguesa que o define como “qualquer árvore silvestre” (1998, p. 1574), mas tal uso é mais encontradiço no meio rural e menos freqüente no meio urbano. Se o uso da catacrese pode ser um torneio estilístico na pena desse ou daquele autor, a forma utilizada pela comunidade é considerada mais freqüente do que a forma “arve”.

Cumpre-nos perguntar é que ações pedagógicas serão eficientes ao fornecerem aos utentes de uma variedade não prestigiada de formas lingüísticas alternativas melhor valoradas pela comunidade urbana e em que sentido essa contribuição pode favorecer na aquisição de padrões urbanos que venham a garantir melhor qualidade de vida e inclusão aos meios de comunicação comuns ao nosso século?

A simples audição, em uma classe urbana de primeira e segunda séries, da construção “pé de pau” soaria como algo destoante do contexto valorativo preconizado pelo ideal de urbanidade. Assim, podemos ver que a identidade lingüística se constitui a partir da identidade cultural. O processo identitário do indivíduo é construído gradativamente por meio das interações sociais estabelecidas por ele num determinado contexto. Através dessa identidade, que é cultural, constrói-se a sua concepção de mundo e, assim, a partir de uma vivência individual e coletiva

faz-se a leitura de mundo e a comunidade onde se vive é caracterizada. Nesse sentido, a identidade lingüística também acaba sendo desvelada, uma vez que o contexto é produzido a partir dos referenciais da cultura no qual o indivíduo está inserido. Assim, é possível supor que é pelo/no contexto que o falante adquire essa ou aquela linguagem, que constitui a sua identidade lingüística que se traduz na sua relação com seu grupo.

Mesmo sendo indivíduos heterogêneos com diferentes comportamentos e modo de ser esses alunos apresentam uma linguagem semelhante. Na fala está contida toda uma história, uma representação da cultura, além de ser portadora de outras características do contexto em que o indivíduo está inserido. O aluno está envolvido num contexto sócio-histórico-cultural e procura representá-lo a partir de suas formas de ser e estar no mundo. De acordo com dados preliminares dessa pesquisa, os alunos dessa comunidade são influenciados pelas características sócio-históricas do lugar em que vivem, que são fortes o suficiente para determinarem suas identidades lingüísticas e definirem suas peculiaridades, em contraste com os valores impostos pela escola que representa os valores da norma urbana escrita. Embora pareça um truísmo nunca é oneroso repetir que a bagagem dialetal que a criança traz consigo determina seu sucesso ou seu insucesso na vida escolar

A visão identitária que o indivíduo faz de si e de eu grupo interfere de forma peculiar nas expectativas de vida. Isso ficou claro ao longo da pesquisa quando perguntarmos aos alunos (os meninos foram mais contundentes ao responderem) o que queriam ser quando crescerem. A resposta foi quase uniforme. “Eu quero ser vaqueiro”. A situação das meninas é deveras preocupante. De cada 12 garotas entre 11 e 15 anos que estudam até a 3ª série ou que conseguem concluir a 4ª série naquela escola, 3 engravidam e param de estudar. São histórias como estas que caracterizam a comunidade e que precisam ser revistas pela comunidade. Não se ouve entre eles alguém que quisesse ser médico, psicólogo ou advogado ou pelo menos professor (que é o que está mais próximo deles).

Dados censitários referentes ao IDH, atestam que existe uma relação direta entre anos de escolarização e qualidade de vida. A Síntese de Indicadores Sociais (2003) aponta que fatores como mortalidade infantil, endemias e obtenção de bens duráveis e serviços estão ligados aos

anos de ensino e permanência na escola. O afastamento dos valores preconizados pela sociedade urbana e do aparato urbanizador alarga o abismo entre os diversos grupos sociais brasileiros, relegado aos pobres a manutenção de valores atávicos e a conservação do seu *status quo*.

Assim, como pensar o ensino da língua padrão numa comunidade rural sem energia elétrica e sem, conseqüentemente, acesso aos meios de comunicação que guia a sociedade na era da globalização? Supomos que se essa comunidade tivesse acesso pelo o menos a televisão os alunos teriam mais perspectivas para buscar uma vida melhor, pois a tv é influenciadora do ser humano. Ao buscar uma vida melhor a linguagem seria automaticamente modificada. Mas, como avaliar o impacto da tv na zona rural? Num certo dia nessa sala de aula um aluno que mora próximo a cidade e Potiraguá e que tem acesso a tv disse para um outro que mora na comunidade do Rio Pardo. “Eu já vi a Amazônia azul”. Esse aluno da comunidade sabe o que é Amazônia, mas entende que esta é verde. Em dúvida dirigiu-se a professora e perguntou: “tia, o que é a Amazônia azul? A professora ficou um pouco assustada com a pergunta, mas logo lembrou-se da propaganda da tv. O garoto pensava que a Amazônia azul era a mesma Amazônia, mas com as árvores azuis. A professora então foi explicar para ele que se tratava do mar que era azul e tão importante quanto a Amazônia, por isso a propaganda solicitava que nós cuidássemos do mar. Mas imagine como foi difícil para esta criança entender isso. Primeiro, por que o mais próximo do mar que ele conhecia era o Rio Pardo que tem uma cor escura, e o mais próximo da Amazônia era sua própria localidade.

Assim, a partir dos primeiros dados coletados e fazendo relação com a história da comunidade, percebemos que os alunos pesquisados mesmo estando na escola tendem a continuar falando da mesma forma que os seus pais (que, inclusive, quase todos são analfabetos), de acordo com o dialeto rural que acaba por seguir as raízes lingüístico-culturais da comunidade. E a partir disso, reconhecemos a possibilidade de uma tendência maior de coesão desses fenômenos lingüísticos na sala de aula na forma de falar e de escrever.

Nesse estudo preliminar, encontramos alunos com uma linguagem características da sua comunidade. São fenômenos lingüísticos comuns que foram reproduzidos ao longo do tempo,

sofrendo mudanças e variações e ao mesmo tempo se firmando e expandindo para a escola. A linguagem é capaz de revelar quem é o sujeito que fala e de onde ele é.

4. Algumas considerações finais

O aparato escolar deve sempre estar disposto a discutir os meios utilizados no alcance da função social da educação: a permanente integração do homem ao meio. Considerando-se que as mudanças sociais são irreversíveis e de que os valores da nova sociedade impõe a inclusão digital e que se faz, mormente pela escrita, em que sentido o aparato escolar pode dar às comunidades ribeirinhas e rurais de Itapetinga condições para tal inclusão? Como apresentar valores culturais e lingüísticos novos sem denegrir os valores da comunidade? Assim, consideramos relevante terminarmos este artigo questionando e levando o leitor a refletir sobre o que aqui foi discutido.

5. Referências

ALKMIM, T. M. Sociolingüística. Parte I. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C.(orgs). **Introdução a lingüística: domínios e fronteiras**. v. 1. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMACHO, R.G. Sociolingüística. Parte II. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C.(orgs). **Introdução a lingüística: domínios e fronteiras**. v. 1. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ELIA, S. **A Língua Portuguesa no mundo**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

FARACO, C. A. **Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Ática, 1991.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

LEITE, Y. & CALLOU, D. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Coleção Descobrimo o Brasil).

MICHAELIS. **Moderno Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

SILVA, P. B.G e. Diversidade étnico-cultural e currículos escolares. **Caderno Cedes**. São Paulo: Papyrus, n. 32, p. 25-34, 1993.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOUZA, S.M.R. de. **Um outro olhar**: filosofia. São Paulo: FTD, 1995.

TEIXEIRA, I. C. Os professores como sujeitos sócio-culturais In: DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

UM ESTUDO DO GÊNERO CRÔNICA: PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS

José Fernando Cursino, Rosália Maria Netto Prados

RESUMO: Este trabalho trata, à luz da Semiótica, de uma leitura da crônica, sob uma perspectiva interdisciplinar, para um estudo mais aprofundado de seus efeitos de sentido e discursos na sala de aula. Por conseguinte, o nosso propósito, é apresentar respostas considerando os questionamentos sobre a leitura do gênero e assegurar, para o aluno nas aulas de Língua Portuguesa, que a crônica não é apenas um texto curto, de linguagem "digestiva", desprendida nas folhas dos jornais ou das revistas, mas um texto denso e significativo. Trata-se, sobretudo, de uma criação poético-literária que permite ao autor externar em poucos parágrafos, além de toda sua criatividade, também manifestar sua visão de mundo e suas ideologias. Este trabalho tem por objetivos estudar e compreender a narrativa do discurso manifestado, percursos dos sujeitos e as relações interdiscursivas que perpassam as diferentes linguagens da crônica, bem como a linguagem literária, para uma reflexão sobre os processos de leitura. Para esta análise, foram selecionados trechos da crônica, *A Roda*, de Moacir Scliar, publicado em 06 de fevereiro de 2006, na Folha de São Paulo. A metodologia deste trabalho fundamenta-se na teoria semiótica greimasiana, na análise das etapas do percurso do sentido dos discursos, a narrativa, a discursiva e a semântica profunda. Esta análise permite a reconstrução do processo discursivo da crônica e de valores do contexto sociocultural brasileiro.

Palavras-Chave: Crônica, discurso, leitura semiótica.

ABSTRACT: *This paper, in the light of Semiotics, is about the reading of a chronicle, under an interdisciplinary perspective, for a more detailed study of its effects of sense and discourses in the classroom. Therefore, our purpose is to present answers considering the questionings of this genre reading and assure, to the students in Portuguese classes, that a chronicle is not only a short text, of digestive language, taken from the pages of newspapers or magazines, but a dense and meaningful text. It is, mainly, about the poetical-literary creation that allows the author to exteriorize in a few paragraphs, besides all his creativity, the way he sees the world and his ideologies. This work has the objective of studying and understanding the manifested discourse narration, the exploration of the subjects and the interdiscursive relations present in the different languages of the chronicle, as well as the literary language, for a reflexion on the reading process. For this analysis, parts of the chronicle of Moacir Scliar, *A Roda*, were selected. This chronicle was published in the newspaper Folha de São Paulo, on February 6, 2006. The methodology is based on the Greimasian semiotics theory, in the analysis of the course of meaning of discourses, the narrative, the discursive and deep semantics. This analysis allows the reconstruction of the discursive process of the chronicle and values of the Brazilian cultural context.*

Key words: *Chronicle, discourse, Semiotic reading.*

1. Introdução

Trazer para as salas de aula a crônica como uma ferramenta pedagógica no auxílio da aprendizagem, com a finalidade da produção e de leitura de textos em Língua Portuguesa, parece, em um primeiro momento, uma estratégia no mínimo desafiadora. Talvez, isso ocorra pelo fato de parte dos orientadores considerarem a crônica um gênero de difícil compreensão para o educando, que não consegue determinar suas bases estruturais, em razão, quem sabe, das dificuldades de defini-la em uma categoria das superestruturas. A nosso ver, entretanto, a principal agravante incide na formulação de atividades que desestimulam e distanciam o aluno das inúmeras possibilidades oferecidas pela crônica como auxiliadora no processo de aperfeiçoamento da aquisição dos princípios básicos da leitura e produção textuais.

Pelos motivos apresentados, este estudo trata, à luz da Semiótica, do gênero discursivo crônica em sala de aula, sempre mantendo o foco sob uma perspectiva interdisciplinar. Esta pesquisa trata de uma leitura semiótica desse gênero, para o conhecimento dos discursos e valores subjacentes à leitura, no aprendizado da língua materna, para um estudo mais rigoroso do percurso do sentido da crônica, na produção discursiva e prática de leitura.

O estudo das linguagens da crônica, bem como dos discursos que se manifestam nesses textos, é relevante para uma reflexão sobre o ensino da língua materna, segundo um olhar interdisciplinar que, traduzido para um conceito mais abrangente e atual, diz respeito à troca de conhecimentos entre as disciplinas.

Num primeiro momento, nosso olhar se dirige ao produto resultante de um processo discursivo do gênero crônica e às funções da linguagem. Depois, voltamo-nos para a manifestação discursiva em que serão analisadas a intertextualidade e etapas do discurso, segundo a metodologia semiótica greimasiana.

2. Da leitura da crônica

A crônica no Brasil, ao contrário de outros países, ganhou forma e conteúdo originais. Nas últimas décadas a crônica se notabilizou em registrar o circunstancial, numa linguagem que transita entre a jornalística e a literária. No seu primórdio, grandes escritores, em textos metalinguísticos, discutiram as dificuldades apresentadas pelo gênero crônica; qual sua função social e valor literário, o que seria na verdade uma crônica, qual assunto a ser tratar e até mesmo a falta de assunto.

Talvez, em menor escala, isto deva ocorrer com o discente ao encarar a sua frente uma folha em branco esperando ser preenchida com uma idéia que ele (a) não consegue engendrar claramente, ou colocá-la no papel. Segundo a etimologia da palavra metalinguagem, que, de acordo com Ceia (2009), é formada com o prefixo grego meta e expressa as idéias de comunidade, a participação, mistura ou intermediação e sucessão, a palavra designa a linguagem que debruça sobre si. O étimo "meta" carrega consigo toda uma carga de elementos atuais, desmembrados em teorias e conceitos que se pretendem renovadores como constitutivos da interdisciplinaridade.

Segundo Chalhoub (1989), "diferentes mensagens veiculam significações a mais diversas, mostrando na sua marca e traço, no seu efeito, o seu modo de funcionar". Isto significa que tal funcionamento tem a finalidade transmitir, pois do processo comunicacional, participam: um *emissor* que envia a mensagem a um *receptor*, usando um determinado *código* referente a um contexto em particular. O canal é o suporte físico para a passagem da emissão-recepção. Eis, resumidamente, o sustentáculo do modelo de comunicação: emissor, receptor, canal, código, referente, mensagem. Ao atribuímos sentido a um objeto, procurando interpretá-lo no processo comunicativo, o que determina a mensagem, também determina a sua função: a função de linguagem que marca a informação. Quando a ênfase no fator da função da linguagem recai sobre o referente temos a função referencial; se recair sobre o emissor temos então a função emotiva; no receptor a função conativa; no canal a função fática; no caso da mensagem a função poética; por fim, ocorrendo no código temos a função metalingüística. Esta que particularmente nos interessa, e de forma geral "implica que a seleção operada no código combine elementos

que retornam ao próprio código" (1989). Em outras palavras, a preocupação do emissor está voltada para o próprio código utilizado.

Um exemplo clássico é o dicionário, em que os vocábulos e termos específicos são definidos com seus respectivos significados por meio de palavras. No cinema, quando uma película retrata o universo envolvente da produção de um filme -o *filme no filme* -também temos a metalinguagem como "A Noite Americana" de François Truffaut de 1973, ou mais recente "Saneamento Básico" de Jorge Furtado de 2007. Em se tratando de Literatura, a metalinguagem torna-se presente, quando uma obra perscruta a ação criativa, a complexidade de seu material, sua argamassa por assim dizer- a palavra - o seu conflito, a dificuldade laboriosa do ato de escrever. Para Chalhub (1989) a palavra que é do domínio de todos, no poema, no romance ou na crônica, necessita ser singular para transpor as fronteiras de sua natureza de signo: "são temas metalinguísticos na órbita do criador emissor".

A abordagem metalingüística, aos moldes dos cronistas, seria um instrumento didático a se considerar. O estudante relataria em forma de crônicas suas dúvidas na elaboração dos vários tipos de textos exigidos em situações concretas do cotidiano escolar. Tal procedimento formalizaria um quadro analítico e individual da classe ao especificar suas generalidades e idiosincrasias. Cabe, nessa situação, ao professor elaborar estratégias de acordo com as necessidades e as disponibilidades no âmbito de um trabalho conjuntivo e interdisciplinar.

Adquirida a competência de elaborar textos a partir de sua vivência como *sujeito histórico* o aluno estará apto a superar suas barreiras físicas e cognitivas e a perceber o diálogo entre os diversos gêneros com os quais nos deparamos no cotidiano escolar e ao interagirmos socialmente.

Conforme postula Fiorin (1994), ao descrever a vida do mundo e das trocas simbólicas em que nada é inteiramente superado e esgotado, pois um símbolo pode ser revestido com novos significados, remete-nos ao conceito de intertexto, isto é, a

incorporação a um texto qualquer do discurso de outrem e dos fatores externos a sua elaboração. Há, por conseguinte, três tipos de intertextualidade: a *estilização*, que se configura na reprodução do conjunto de procedimentos do discurso de outrem; a *alusão*, que consiste na reprodução de construções sintáticas em que certas figuras são substituídas por outras, mas todas relacionadas entre si; e por último a *citação*, que pode confirmar ou alterar o sentido do texto citado por meio de elementos em comum.

Na Literatura, a intertextualidade se constitui pelo processo de sobreposição de vários textos pertencentes ao acervo artístico de um povo. Esta característica nos leva a perceber indícios recorrentes, facilitando, de certo modo, o entendimento e a intencionalidade contidos na mensagem, vinculada historicamente a outros objetos e obras presentes na cultura.

No que diz respeito especificamente à nossa proposta, o poema em prosa de Mário Quintana (2008, p. 126) *Crônica*, faz uso da alusão ao discutir se o poema, enquanto obra literária, não seria também uma espécie de crônica, pois revela no seu processo constitutivo uma relação intertextual subjacente, no qual reproduz construções temáticas e figurativas, que embora possam ser substituídas, são comuns aos dois gêneros textuais: "Ah, essas pequenas coisas, tão cotidianas, tão prosaicas às vezes, de que se compõe meticulosamente a tessitura de um poema...talvez a poesia não passe de um gênero de crônica, apenas: uma espécie de crônica da eternidade".

Por outro lado, os versos da letra da música de Noel Rosa, *Palpite Infeliz* (1935), "A Vila não quer abafar ninguém, só quer mostrar que faz samba também", são empregados por Joaquim Ferreira dos Santos, na introdução do seu livro *As cem melhores Crônicas Brasileiras* (2005, p.13) da seguinte forma: "A crônica não quer abafar ninguém, só quer mostrar que faz literatura também". Nesse caso, temos a citação, uma vez que Joaquim faz referência literal aos versos de Noel, mantendo alguns de seus elementos e confirmando o sentido do texto citado.

Em *Ai de ti, Copacabana!* Rubem Braga (1981) reproduz em sua crônica os procedimentos dos discursos Bíblicos para provocar determinado efeito no leitor. Logo no início do primeiro parágrafo a expressão *AI DE TI* está grafada em letras maiúsculas, marcando o tom repreensivo que percorrerá todo o seu discurso. Depois observamos: todos os parágrafos numerados como fossem versículos; a incidência de verbos no futuro do indicativo, o que atribui às frases um caráter imperativo e profético; elementos sintáticos e lexicais dos textos sagrados; o uso da segunda pessoa. Todos esses recursos convergem para o que Fiorin (1994) considera outro tipo de intertextualidade, a estilização.

Segundo o autor (Braga, 1981):

1. AI DE TI, Copacabana, porque eu já fiz o sinal bem claro de que é chegada a véspera de teu dia. E tu não viste; porém minha voz te abalará até as entranhas. 2. Ai de ti, Copacabana, porque a ti chamaram Princesa do Mar, e cingiram tua fronte com uma coroa de mentiras; e deste risadas ébrias e vãs no seio da noite...

Na sala de aula seria possível desenvolver uma série de atividades relacionadas ao conceito de intertextualidade. Numa primeira etapa, poderíamos solicitar ao estudante escolher uma determinada crônica, que lhe despertasse maior interesse, e utilizá-la como paradigma de algumas de suas produções. Num segundo, permitir ao aluno tomar contato com escritos de autores consagrados no gênero. Depois, ele deverá fazer referências e/ou citações de certas partes dos textos mais conhecidos a fim de que estes lhe sirvam de mote, um ponto de partida, para sustentar seus argumentos sobre um dado tema, numa crônica dissertativa e/ou humorística. Os alunos também poderiam selecionar um cronista e, após a leitura de seus trabalhos, seguir-lhe os procedimentos discursivos.

3. O auxílio da “Internet”.

Estas sugestões não são um fim em si mesmo. Ao contrário, pleiteiam um processo aberto e não amarrado a fórmulas estáticas. No mundo globalizado da informática, as atividades com a crônica poderiam contribuir com a inclusão digital. A classe, sob a

orientação de um professor, utilizaria a sala de informática (no caso da escola dispor de uma) para criar um “Blog”, que poderia ter o nome “A crônica nossa de cada dia” no qual a turma publicaria seus trabalhos, discutiria sobre novas idéias, comentaria com os colegas as dificuldades encontradas para finalizar determinada parte de seu texto, etc. Esta seria uma atividade extraclasse, que permitiria ao aluno, em qualquer lugar que ele estivesse, uma “Lan house”, sua casa, manter contato com os estudos e a interagir com colegas e professores por meio das facilidades oferecidas pela “Internet”.

4. Crônica: uma leitura semiótica

É de grande importância a contribuição da Semiótica, ciência cuja abordagem recente trata da captura do sentido enquanto dimensão provada do ser no mundo, ou seja, o sentido em situação ou em ato, construído no momento da interação. De acordo com essa fundamentação, propomos um estudo "saber sobre o mundo", pela leitura da crônica, a fim de possibilitar uma maior compreensão dos sistemas de valores no contexto sociocultural.

A Semiótica é a ciência que estuda a significação, já que, a transmissão, conservação, transformação e aprendizagem da cultura realizam-se através das "práticas sociais" que, por sua vez, organizam-se segundo "sistemas de signos" e processos discursivos. Segundo Lopes (1993, p. 16), a Semiótica estuda a "realidade cultural" de uma comunidade, pois uma língua não é apenas uma nomenclatura - correspondência unívoca entre nome e coisa - a palavra pertence a um *sistema de relações* e sua única realidade significante provém das delimitações que lhe impõe a existência daquele sistema. Segundo Pais (1997, p. 237), *saber e significação* articulam-se no processo de produção discursiva refletindo *o sistema de valores* de uma comunidade.

Um discurso, segundo Pais (1993), é decorrente dos discursos que o precederam e a produção de um discurso específico só ocorre quando são utilizados os signos e as leis combinatórias que pertencem aos demais membros de determinado grupo, já que a experiência individual, em sua alta especificidade, é única e intraduzível e só será inteligível aos outros apenas quando traduzida em termos do "consenso" desse grupo.

Para Bakhtin (1988), a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem mesmo pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas sim pelo fato social da interação verbal, realizada por meio da enunciação, *ou enunciações*. Para ele, a interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da língua.

Dessa maneira, a partir das contribuições de Bakhtin, observa-se que entre a Língua (sistema - universo simbólico) e a Fala (uso propriamente dito desse universo simbólico) está o Discurso (nível situado fora do pólo da dicotomia: língua e fala). E a linguagem, enquanto discurso, é interação (PRADOS, 2008).

No gênero Crônica, manifestam-se num discurso literário, outros discursos em que se atualizam valores do contexto sociocultural, como por exemplo, apresenta-se a interdiscursividade literatura/jornalismo na crônica de Scliar, *A Roda*, texto publicado na Folha de São Paulo, na semana seguinte após divulgado na imprensa o fato de uma criança ter sido abandonada num lago, nas imediações de Belo Horizonte.

Nesse texto, a personagem *Ele*, aos quarenta anos, descobre que foi abandonado e chora pelos pais. A partir de então procura (re)significar sua existência, manda construir uma grande roda, tal a roda dos expostos, que todos os anos é montada na porta principal de sua mansão, que gira, por onde ele passa e entra, então os familiares cantam o parabéns a você: "...pensa no momento que a roda está girando, transportando-o do exterior para o interior, do abandono para o acolhimento. Dura poucos segundos, este intervalo, e nem há tempo para refletir muito. Mas é então, certamente, que ele descobre os segredos de sua vida".

O ator, nesse caso o lexema *Ele*, apresenta um semema, ou seja, efeitos de sentido, decorrente de atribuições e ações como, sofre quando sabe que foi abandonado, chora, descobre os segredos de sua vida, etc. Na narrativa desse discurso, um sujeito do *querer* o objeto de valor *(re)significar sua vida*, é instaurado por um destinador, que aparece por

meio da revelação do fato de ter sido abandonado. Na estrutura discursiva, esse mesmo ator pode acumular outros papéis actanciais na estrutura narrativa, a partir de outras leituras.

A estrutura narrativa passa a receber um investimento semântico de superfície: na ordem lógica e formal da narratividade são projetadas a visão do enunciador, a temporalização, por meio de marcadores temporais e a espacialização, por meio de marcadores espaciais para produzir efeitos de sentido de verdade ou verossimilhança. O observador pode estar implícito, reconhecível somente pela análise, por exemplo, "um acontecimento" é uma "ação" considerada do ponto de vista de um observador, ele pode, também, manifestar-se pela indicação de um posto de observação, pode, ainda, ser instalado no texto a partir de uma expressão enunciativa singular.

Esses traços demonstram as relações existentes entre o sujeito do discurso e os universos perceptivos, cognitivos e afetivos, que o enunciador revela em seu discurso. Há toda uma organização discursiva que permite passar-se de uma metáfora a outra e o efeito de sentido provém desse arranjo, mas não isoladamente, resulta de sua disposição no todo.

As emoções não são propriedades exclusivas dos sujeitos (ou do sujeito), mas são propriedades do discurso inteiro. O *sentir* se oferece como uma maneira de ser natural graças à eliminação da racionalidade; é a prioridade do direito do "sensitivo" com relação ao "cognitivo", ou inversamente.

Os efeitos de sentido, então, são produzidos na transformação de um sujeito e suas relações no espaço passional; sujeito do *poder-fazer* - "poder de agir do corpo" para o sujeito do *poder-saber* - "poder de pensar do espírito". É o efeito de uma dimensão cognitiva perturbada por uma dimensão pragmática (PRADOS, 2008, p. 47-87)

4. Conclusão

O estudo das etapas dos discursos, segundo a Semiótica, tornou possível a reconstrução do sentido no discurso manifestado na crônica, que produzem os efeitos de sentido da sedução literária. Portanto, ao aprofundarmos o estudo da leitura da crônica em

sala de aula, não só aproveitamos um recurso que atende à necessidade de um trabalho mais significativo de competências e habilidades em sujeitos capazes de se inserir na sociedade globalizada e de transpor as barreiras de um mundo diversificado, complexo, inconstante, que na maioria das vezes promove a segregação ao mesmo tempo em que homogeneiza o ser humano, mas também seguir a Proposta Curricular do Estado de São Paulo na área de Linguagens Códigos e suas Tecnologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. **Marxismo E filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BARROS, Diana L., FIORIN, José L. **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade em torno de Bakhtin**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 1994.
- BERTRAND, Dénis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: Edusc, 2003
- BRAGA, Rubem. **AI DE TI, Copacabana!** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981.
- CHALHUB, Samira. **Funções de Linguagem**- séries Princípio- São Paulo: editora Ática, 1989.
- LOPES, E. **Fundamentos da Linguística contemporânea**. São Paulo, Cultrix, 1993.
- PAIS, C.T. **Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive**. Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Paris, Université de Paris-Sorbonne/Lille, Atélier National de Reproduction des Thèses, 1993.
- _____. "Conceptualização, denominação, designação: relações" In: **Revista Brasileira de Lingüística**. V. 9 . São Paulo: Plêiade, p. 221-240, 1997.
- PRADOS, R.M.N. **A temática da cidadania na imprensa escrita de São Paulo: análise lexical e sociossemiótica**. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, Área de Lingüística Geral e Semiótica do Departamento de Lingüística. Tomo I, II e III. USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- _____. Linguagens e construção do sentido: os universos discursivos literários e as paixões. In MELO, Eliana Meneses; PRADOS, Rosália Maria Netto; GARCIA, Wilton. **Linguagens, Tecnologias, Culturas: discursos contemporâneos**. São Paulo: Factash Editora, 2008, p. 47-89.
- QUINTANA, Mário. **80 anos de poesia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

ROSA, Noel. **Palpite Infeliz**. CD Mestres da MPB: Noel Rosa e Aracy de Almeida. 2ª ed. Faixa 02. Gravadora Continental.

CEIA, Carlos, coord. **E-Dicionário de termos Literários**. <http://www.fcsh.unl.pt/edtl>. 2009.

DA TERRA LUSITANA À BRASILEIRA: UM ESTUDO DA LÍNGUA NACIONAL QUE SALTA DA LEITURA DE MACUNAÍMA

Thaís Cristina Vitale

RESUMO: O trabalho trata dos aspectos relativos à língua nacional que salta da leitura de *Macunaíma*, de Mário de Andrade. A pesquisa aborda o tema em questão, quando se considera a língua nacional como a Língua Portuguesa que apresenta variações lingüísticas praticadas no Brasil. Ao longo do trabalho o leitor encontrará a análise de alguns aspectos sintáticos e lexicais tipicamente brasileiros, além de expressões da oralidade presentes na obra.

Palavras – chave: Mário de Andrade – Modernismo – norma padrão – língua nacional – variação lingüística – inovação – influências.

ABSTRACT: *This work deals with the aspects related to the national language that we can see in Macunaíma's reading, by Mario de Andrade. The research approaches the subject in question, when we consider a national language like the Portuguese Language, that presents linguistic variations in Brazil. Along the work, the reader will find the analysis of some sintatic and lexical aspects typically Brazilian, besides oral expressions present in the work.*

Keywords: *Mário de Andrade – Modernism – standard variety – national language – linguistic variations – innovation – influences.*

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é estudar o tema “A língua nacional que salta da leitura de *Macunaíma*”, tomando como material de análise o livro de Mário de Andrade, autor pertencente à primeira fase do Modernismo brasileiro.

Desse modo, será feita uma abordagem acerca dos seguintes aspectos encontrados em *Macunaíma*: marcas da oralidade; desvios de sintaxe em contraposição à norma padrão; elementos que contribuem para a formação da língua nacional e vocábulos tipicamente brasileiros.

Além disso, discorrer-se-á sobre a influência que a língua nacional usada por Mário de Andrade exerce em autores posteriores a ele.

2. Análise do tema

No livro *Macunaíma*, de Mário de Andrade, o leitor é surpreendido logo primeiro capítulo da obra por uma linguagem “incomum”, raramente usada na tradição literária.

O “estranhamento” causado pela língua que lá encontramos deve-se ao fato de que as obras de prestígio da literatura normalmente seguem a norma padrão do idioma, ao contrário do livro citado.¹

Por muito tempo os autores utilizaram uma linguagem rebuscada, atenta às normas da gramática tradicional, sem aspectos de variação lingüística. Essa grande preocupação com a forma é facilmente percebida até o século XIX, sobretudo no Parnasianismo, movimento literário que visa ao preciosismo vocabular.²

No século XX, período em que *Macunaíma* é publicado, os padrões de arte são modificados com o surgimento do movimento modernista. Um dos principais desejos dos escritores passa a ser, então, o da expressão livre, “sem os embelezamentos tradicionais do academismo”. (CANDIDO; CASTELLO, 1968, p.11-12).

A recusa ao academismo constitui um dos traços mais fecundos da primeira geração modernista, cujo interesse é destruir as convenções e também as formas eruditas.

¹ O conceito de norma padrão aqui considerado tem como base o livro **Português ou Brasileiro?**, de Marcos Bagno.

² Não queremos que o leitor pense que a preocupação com o uso da norma padrão não estará presente nos livros posteriores ao século XIX. Nossa intenção aqui é ressaltar que o cuidado com o uso da língua até esse período é muito grande, quando comparado às obras modernistas, que utilizam alguns tipos de variação lingüística.

Desse modo, os autores passam a utilizar a língua do cotidiano e não aquela idealizada pela gramática tradicional, com o intuito de aproximar arte e vida, linguagem acadêmica e oralidade.

Antonio Candido e José Aderaldo Castello enfatizam essa mudança estilística que os escritores adotam: “do ponto de vista estilístico, pregavam a rejeição dos padrões portugueses, buscando uma expressão mais coloquial, próxima do modo de falar brasileiro.” (CANDIDO; CASTELLO, 1968, p. 12).

Mário de Andrade, um dos grandes representantes do Modernismo, valoriza muito a expressão coloquial em *Macunaíma*. Tal valorização está relacionada à intenção do escritor de utilizar a “língua nacional”. Acerca deste assunto Manuel Cavalcanti Proença, em seu livro *Roteiro de Macunaíma*, nos diz: “Língua nacional é essencialmente a portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos”. (PROENÇA, 1969, p. 84).

A Língua nacional que vemos em *Macunaíma* é enriquecida pela grande variação lexical que há em todo o Brasil. O escritor utiliza-se dos regionalismos ao longo do livro, como pode ser visto no primeiro capítulo, em que há duas palavras diferentes para exprimir o mesmo significado:

“[...] No mucambo se alguma cunhatã se aproximava dele para fazer festinha, Macunaíma punha a mão nas graças dela, cunhatã se afastava”. (ANDRADE, 1997, p. 9, grifo nosso).

“Nas conversas das mulheres no pino do dia o assunto eram sempre as peraltagens do herói.” (ANDRADE, 1997, p. 9, grifo nosso).

Sobre o regionalismo presente na obra, Manuel C. Proença faz o seguinte comentário:

A linguagem de *Macunaíma* é convencional no sentido em que o autor estabeleceu um critério inicial para o seu personagem, ou seja, a fusão dos regionalismos em um todo. O herói é da nossa gente de todos os quadrantes, tem hábitos, credences, alimentação, linguagem, isentos de qualquer traço regional predominante. Incorpora sem ordem nem hierarquia as características de cultura, diferenciadas nas várias regiões brasileiras. É um herói 'desgeograficado' para usar a própria palavra do autor. (PROENÇA, 1969, p. 82).

Como vimos anteriormente, a língua nacional é “enriquecida na América, emancipada e livre”. Desta forma, teremos outros elementos que a constituirão, como desvios de sintaxe, contribuições de vocábulos indígenas e africanos e expressões da língua oral.

O desvio da sintaxe é visto em toda a obra e caracteriza-se por erros de concordância, regência, uso dos pronomes retos e oblíquos e colocação pronominal.

Candido e Castello comentam a língua usada por Mario de Andrade:

Um renovador como Mário de Andrade começava os períodos pelo pronome oblíquo, adotava a função subjetiva do pronome se, abandonava inteiramente a segunda pessoa do singular, acolhia expressões e palavras da linguagem corrente, procurava incorporar à escrita ao ritmo da fala e consagrar literariamente o vocabulário usual. (CANDIDO; CASTELLO, 1968, p. 12).

Como podemos observar no capítulo “Piaimã”, a concordância verbal não segue a norma padrão, pois o verbo no plural não concorda com o sujeito coletivo:

“Maanape deu as garrafas pra Venceslau Pietro Pietra, um naco de fumo do Acará pra caapora e o casal esqueceram que havia mundo”. (ANDRADE, 1997, p. 34).

Acerca da concordância verbal, Evanildo Bechara faz o seguinte comentário: “se o sujeito for simples e singular, o verbo irá para o singular, ainda que seja um coletivo” (BECHARA, 2004, p. 554).

Referindo-se à regência verbal, o autor utiliza em várias passagens a preposição “em” no lugar da preposição “a”, fato condenado pelos gramáticos tradicionais; entretanto comumente usado pelos falantes brasileiros. Tais erros podem ser observados no seguinte trecho:

“[...] Pois então resolveu tomar um trem e ir no Rio de Janeiro se socorrer de Exu diabo em cuja honra se realizava uma macumba no outro dia.” (ANDRADE, 1997, p. 43, grifo nosso)

No que concerne ao uso dos pronomes retos e oblíquos e à colocação pronominal, Mário não segue as regras da norma padrão, que diz: “a rigor, o pronome pessoal reto funciona como sujeito e predicativo, enquanto o oblíquo como complemento” (BECHARA, 2004, p. 173).

Dessa forma, o autor emprega os pronomes retos como objeto direto e os oblíquos como sujeito, conforme é visto nas seguintes passagens:

“Meu avô, dá caça pra mim comer?”. (ANDRADE, 1997, p. 15).

“- Abra a porta pra mim entrar!”. (ANDRADE, 1997, p. 25).

“[...] Então as cunhatãs agarraram na mãe, amarraram bem ele e Macunaíma dando muitos munhecaços na barriga da bruaca...”. (ANDRADE, 1997, p. 51).

“- Caterina, Caterina! Me larga minhas mãos e vai-te embora pixaim! Sinão te dou um pontapé!”. (ANDRADE, 1997, p. 39)

“Caiuanogue foi se chegando porém o herói fedia muito”. (ANDRADE, 1997, p. 50).

Mário de Andrade, nacionalista crítico, em seu projeto de criar uma língua nacional com aspectos exclusivamente brasileiros, utilizou vocábulos provenientes das línguas indígena e africana, que enriqueceram a Língua Portuguesa falada no Brasil, tornando-a diferente da Língua Lusitana.

Haroldo de Campos, em sua obra *Metalinguagem & outras metas*, discorre sobre esse assunto:

Uma das riquezas de Macunaíma é justamente essa “fala nova” (“impura” segundo os padrões castiços de Portugal), feita de um amálgama de todos os regionalismos, mescla dos modos de dizer dos mais diferentes rincões do país, com incrustações de indigenismos e africanismos, atravessada por ritmos repetitivos de poesia popular e desdobrada em efeitos de sátira pela paródia estilística. (CAMPOS, 2004, p. 179)

A mistura idiomática é notória no capítulo VII, “Macumba”:

“Era assim. Saudaram todos os santos da pajelança, o Boto Branco que dá os amores, Xangô, Omulu, Iroco, Oxosse, a Boiúva Mãe Feroz, Obatalá que dá força pra brincar muito, todos esses santos e o sairê se acabou.”. (ANDRADE, 1997, p. 45).

Ainda que o idioma tenha recebido influências indígenas e africanas, estas referem-se somente ao léxico e não à sintaxe da língua, uma vez que os vocábulos são específicos para designar danças, comidas e animais, que são enumerados ao longo da obra.

Telê Porto Ancona Lopez discorre sobre essas enumerações:

É pois, graças à coleta de palavras que Mário de Andrade desenvolve, que **Macunaíma** pode apresentar tão freqüentes enumerações de aves, peixes, insetos ou frutas. Essas enumerações, além de válidas para a quebra do regionalismo, contribuem para a criação de ritmo de embolada, alternando sílabas longas e breves, no trecho em que se inserem. Ritmo procurado, aliás, porque o autor não usa vírgulas. (LOPEZ, 1974).

Vale mencionar que o autor emprega na obra algumas expressões tipicamente brasileiras, como é notado nos seguintes fragmentos:

“ – Si ... si ... si a boboiúna aparecesse eu ... eu matava ela!” (ANDRADE, 1997, p. 24).

“Pra que eu me banhando neles

Possa brincar com a marvada

Refletiva no espelho das águas!...”. (ANDRADE, 1997, p. 22).

“[...] e as mulheres soltavam gritos gozados por causa dos guaimuns diz-que habitando a água doce por lá”. (ANDRADE, 1997, p. 9).

“Vivia deitado mas si punha os olhos em dinheiro, Macunaíma dandava pra ganhar vintém”. (ANDRADE, 1997, p. 9).

“[...] Morena e coradinha que-nem a cara do dia e feito dia que vive cercado de noite...”. (ANDRADE, 1997, p. 121).

Pelo exposto, vemos que Mário de Andrade serviu-se das ricas variedades lingüísticas praticadas no Brasil. A língua nacional que salta da leitura de *Macunaíma* tem como características aspectos lingüísticos provenientes de norte a sul do país. Entretanto, o autor não almejou, somente, valorizar os regionalismos, visto que:

[...] O problema primeiro não é acintosamente vocabular, é sintático. [...] O Brasil hoje possui não apenas regionais, mas generalizadas no país, numerosas tendências e constâncias sintáticas que lhe dão natureza característica à linguagem. (SCHWARTZ, 1995, p.52).

Ainda que o escritor adote a expressão “língua nacional”, sua intenção não é a de criar uma nova língua, como é possível observar em suas próprias palavras, ao se descrever em terceira pessoa: “jamais exigiu que lhe seguissem os brasileirismos violentos. Si os praticou (um tempo) foi na intenção de pôr em angústia aguda uma pesquisa fundamental.”. (SCHWARTZ, 1995, p.52).

Seu propósito ao realizar uma pesquisa tão profunda acerca do português falado no Brasil é buscar uma identidade cultural brasileira e valorizá-la: “[...] O que me interessou por

Macunaíma foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que possa a entidade nacional dos brasileiros...”. (LOPEZ, 1972, p. 289).

Conforme vimos anteriormente, Mário de Andrade não cria uma nova língua. Porém, como escritor culto, tem consciência de que a língua falada difere muito da escrita, que segue a norma padrão. No capítulo X, Pauí-Pódole, ele reflete um pouco sobre esse assunto: “Macunaíma aproveitava a espera se aperfeiçoando nas duas línguas da terra, o brasileiro falado e o português escrito.”. (ANDRADE, 1997, p. 64).

O renomado lingüista Marco Bagno discorre sobre a diferença entre língua escrita e língua falada:

A diglossia fica bastante clara na relação entre língua escrita e língua falada. A norma-padrão, como já vimos, sempre esteve muito associada à *língua escrita literária clássica*, a um conjunto de regras gramaticais fixadas a partir do século XVI. A incapacidade dessa norma-padrão clássica conservadora (principalmente por se inspirar na *língua escrita em Portugal*) de atender às necessidades de expressão, comunicação e interação dos brasileiros é a grande responsável pela inegável diglossia que existe entre nós. Falamos o português do Brasil, com suas múltiplas variedades, mas não reconhecemos valor à nossa língua materna, consideramos ela inferior à língua dos portugueses. Por isso na hora de escrever tentamos (nem sempre com sucesso, como foi visto aqui) obedecer regras que não têm correspondência em nossa gramática intuitiva, de *falantes nativos* do português do Brasil.³ (BAGNO, 2005, p. 164).

Ernani Terra, em seu livro *Linguagem, Língua e Fala*, também comenta sobre essa diferença:

“Embora a linguagem falada seja muito mais largamente utilizada que a linguagem escrita (é só lembrar que a maioria de seus atos de comunicação são realizados através da fala; os realizados através da linguagem escrita são infinitamente menores), as teorias gramaticais tradicionais sempre se basearam nesta, por considerar que ela possui um aspecto mais permanente que aquela. Os antigos romanos já diziam: “*verba volante; scripta manent*”, isto é, *as palavras voam, aquilo que está escrito permanece*”. (TERRA, 1997, p. 13).

No capítulo IX, Carta pras Icamiabas, o autor se vale da língua escrita para fazer uma paródia. Mário de Andrade parodia a famosa Carta de Achamento do Brasil, de Pero Vaz de

³ A respeito de diglossia, consultar o capítulo 8 do livro **Português ou Brasileiro?**, de Marcos Bagno.

Caminha. Enquanto esta narra um lugar primitivo a um civilizado, aquela descreve a civilização às amazonas. Pode-se notar neste capítulo o processo de carnavalização, pela inversão dos papéis sociais: Caminha súdito, escreve ao rei de Portugal; Macunaíma, imperador, dirige-se às índias: ⁴

“Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar ou afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu...

[...] Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas...”. ⁵

“Andam elas vestidas de rutilantes jóias e panos finíssimos, que lhes acentuam o donaire do porte, e mal encobrem as graças, que, a de nenhuma outra cedem pelo formoso do torneado e pelo tom”.

[...] Ci guarde a Vossas Excias. Macunaíma, Imperator. (ANDRADE, 1997, p. 57).

Diante de todas as discussões feitas neste trabalho, vemos que Mário de Andrade, com sua versatilidade e seu espírito renovador, inova a Literatura Brasileira, já que valoriza o prosaico e busca, incansavelmente, a identidade nacional dos brasileiros. Ele rompe com a norma padrão, a fim de aproximar o leitor do autor. Antônio Cândido e José Aderaldo Castello afirmam:

“À prosa de ensaio, Mário levou a mesma liberdade, contribuindo para quebrar a solenidade e fazer dela um instrumento flexível e vivo, aproximando o leitor do autor, o que foi, de modo geral, uma conquista definitiva dos modernos”. (CANDIDO; CASTELLO, 1968, p. 29).

De acordo com o que já foi mencionado neste trabalho, a tradição literária geralmente segue a norma padrão da língua. Às vezes, quando se vale de uma linguagem mais próxima do falar brasileiro, isola este tipo de variante por meio de aspas, o que demonstra o afastamento do narrador culto em relação à personagem caracterizada como menos favorecida lingüística, cultural, financeira e socialmente.

⁴ O conceito de carnavalização aqui considerado tem como base as idéias de Mikail Baktin.

⁵ Estes fragmentos foram colhidos em OLIVIERI, A. C. e VILLA, M. A. (orgs.) **Cronistas do Descobrimento**. Edição Especial. São Paulo: Ática/Fundação Nestlé de Cultura; Brasília/Ministério da Cultura, 1999, p. 29-34.

Tal postura preconceituosa em relação à língua não é vista em *Macunaíma*, já que o autor eleva à condição de literária a linguagem que durante muito tempo foi condenada pelo universo acadêmico.

A atitude inovadora do autor frente aos estudos da língua exercerá grande influência sobre outros escritores, como João Guimarães Rosa, que também valoriza a Língua Portuguesa falada no Brasil, com suas variações lingüísticas.

3 – Considerações finais

O estudo minucioso acerca da língua nacional, a partir da leitura de *Macunaíma*, nos fez perceber o quão diversa é a Língua Portuguesa falada no Brasil. Os regionalismos e a sintaxe aqui praticados são inúmeros, fato que faz com que a língua seja variada proporcionalmente à extensão territorial do país.

Apesar de conhecer essas variantes, temos arraigado um preconceito lingüístico, que nos leva a julgar erradas as construções que fogem à norma padrão do idioma. Porém, nos esquecemos de que toda língua apresenta variação e que nenhuma pessoa fala da mesma maneira, haja vista que essa variação depende de alguns fatores, como região (variação diatópica); classe social (variação diastrática) e formalidade da situação (variação diafásica).

Dessa forma, vemos que nem nós, professores e pesquisadores, nem os gramáticos falamos sempre da mesma maneira. Portanto, como professores de Português, devemos ensinar a língua de um modo crítico, de forma a não transmitir aos alunos que tudo encontrado na gramática é uma verdade absoluta e incontestável.

Após a leitura de *Macunaíma*, pudemos compreender que, na realidade, o importante é usar a língua como um veículo de comunicação para tornar comum aos outros o nosso pensamento e não como um instrumento de exclusão social.

Referências bibliográficas

a- Obras de Mário de Andrade

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. 30ª ed. Belo Horizonte: Vila Rica, 1997.

b- Obras sobre Mário de Andrade

CANDIDO, Antonio e CASTELLO, José Aderaldo. Mário de Andrade. In: **Presença da literatura brasileira III. Modernismo**. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. **Macunaíma**: A margem e o texto. São Paulo: Hucitec/Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1974.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. **Roteiro de Macunaíma**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

c- Obras gerais

BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro?**: um convite à pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Parábola, 2005.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAMPOS, Haroldo de. Mário de Andrade: a Imaginação Estrutural. In: **Metalinguagem & outras metas**: ensaios de teoria e crítica literária. [1a reimpressão da] 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LOPEZ, Telê porto Ancona et al. **BRASIL: 1º Tempo Modernista –1917/29 – Documentação** IEB/USP, 1972.

OLIVIERI, A. C. e VILLA, M. A. (orgs.) **Cronistas do Descobrimento**. Edição Especial. São Paulo: Ática/Fundação Nestlé de Cultura; Brasília/Ministério da Cultura, 1999.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-Americanas**: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Edusp, 1995.

TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala**. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 1997.

THE CASES OF THE RECEPTION OF POLITICAL SPEECHES AND DISCOURSES IN THE ONLINE JOURNALS *NEW YORK TIMES ONLINE AND SPIEGEL ONLINE*

Fee-Alexandra Haase

ABSTRACT: *Challenging the assumption that communication patterns are not created each time new and ad hoc, but are defined by a certain framework, we will show that communication patterns depend on the way they are represented in a medium. For this examination we will use the example of political speeches and their representation in the news of the online news journals New York Times and Spiegel Online. One of the most significant current discussions in mass media and communication studies circulates around the question of the representation of news and their presentation within the framework of specific media. This is also the cutting edge for communication studies asking the question of the conditions of discourses in the mass media. Both perspectives are in this study considered as tools for the access to the discursive communicative patterns in mass media. We will examine in examples the text structures of political speeches in the framework of their media and describe the influence and persuasive communicative perspective of the news journals in specific cases.*

Keywords: *political speeches; discourse; mass media communication.*

1. Introduction

Intertextuality assumes that any text depends on prior conventions, codes, and other texts. The term is sometimes used to refer to the unavoidable multiplicity of references in any text. (Underwood) Also intermediality is a term expressing the reliance of media on other media. Hayles wrote in *Translating Media: Why We Should Rethink Textuality*: “Literary criticism is filled with assumptions specific to print. As print materials are increasingly translated into electronic documents, these unrecognized assumptions tend to be overlaid onto electronic materials without thinking through how textuality must change when texts are electronic. Arguing that an electronic text should properly be considered a process rather than an object, this essay revisits definitions of work, text, and document. Two central premises need to be rethought: that work and text are disembodied, and that “work” is a convergent ideal construct. The essay proposes instead that both work and text be considered embodied and media-specific, and that “work” be thought of as an Assemblage rather than a convergent ideal.” (Hayes). Balkin wrote in *How Mass Media Simulate Political Transparency*: “Today political transparency is virtually impossible without some form of mass media coverage. However, mass media can frustrate the values of political transparency even while appearing to serve those values. When politicians and political operatives attempt to simulate transparency and appropriate the rhetoric of openness and

accountability, the mass media does not always counteract the simulation. Indeed, it may actually tend to proliferate it.” (Balkin).

Text types are used as means to differentiate between basic functions of texts. Genres are related to a specific medium' for example literary or visual genres exist. Text types can be differentiated as follows:

Text Type	Relation		Function
Expositional text types	(Procedure)	How?	Instruction
Descriptive text types	(Object)	Who?	Reporting
Narrative text types	(Event)	What?	Reporting
Argumentative text types	(Audience)	To Whom?	Persuasion

A comprehensive review of concepts and discussion about text types and genres was made by Lee (2001).

Human Channels of Communication	The Senses
Technical Communication	Mono Media Channels
	Multi Media Channels
	Hybrid Media Channels

Multi Media Networking Levels

As an universal medium the computer can potentially contain every medium. The computer is a medium of high hybridity.

Classical Rhetoric	Orally Practiced, Literally Codified
Rhetoric of Mono Media	Book, Radio, Picture
Rhetoric of Multi Media	Television
Rhetoric of Digital Media	Computer

Rhetoric and Media

While it is generally assumed and emphasized in recent research that mediality, orality, and literality are separate abilities or channels resulting in different forms of communication, we access here communicative actions as actions either performed by means of one of the communication channels or several channels in hybrid media. Hybrid media present a multi-layered text with the qualities or visuality, orality, literality, and mediality. Hybridity of media is since ancient time a feature of communication. Early writing systems like the ancient Egyptian

hieroglyphs preserve visual meanings that became during the development of the language and literature less and less important.

The questions used in journalism to describe the event are:

Who?
What?
Where?
When?
Why? How?

This set of questions can be traced back to the doctrine of stasis and the topoi used to find arguments in the ancient rhetorical system.

Who What How (in which Channel) To Whom

Lasswell Formula

This set of questions can be traced back to the doctrine of stasis in the ancient rhetorical system. Also the Lasswell-formula derived from it. Hybridity of the text is given by the circumstance that the products of journalism are produced by more than one author and their text types vary. Based upon digital media and the compound structure of different media broadcasting techniques products in journalism, which originally relied on the printed text, can be presented in different media employing visuality and acoustic signs especially via the digital media. Journalism has many features similar to rhetoric. In the job skills of the journalist we find similarities to the *officia* of the rhetor: Researching and documenting (*inventio*, invention), organizing and planning (*dispositio*, disposition), formulating and editing (*elocutio*, elocution), presenting (*actio*, performance).

Print Journalism
Journalism Agencies
Radio Journalism
Television
Online Journalism

Journalism according to its Media

The Textual Genetic Roots of Journalism from a Linguistic Perspective

We can say that the idea to write or report something new is a relatively uncommon characteristic feature of monographic writings and books. Here we find the use of the word new in the context of official announcement of the state. Here we take an example of state laws to illustrate the relation between the quality of being new and the official announcements of news: Published in the beginning of the 16th century, the *Digesti Novi Partem Commentaria* concerning civil law written by Giasone DalMaino in Lyon are actually an example of the sources of the news: Laws and governmental decisions. These writings were not developed from an oral background, but in institutions with organized functions. Similarly, also other acts and articles of institutions of the state had a certain degree of novelty and were representative for the public, but not presented in a medium for news.

2. On Journalism and Rhetoricity

Quintilian in the *Institutio Oratoria* (5, 3) mentions about public report or opinion that with regard to rumors and common report one party will call them the verdict of public opinion and the testimony of the world at large; the other will describe them as vague talk based on no sure authority, to which malignity has given birth and credulity increase, an ill to which even the most innocent of men may be exposed by the deliberate dissemination of falsehood on the part of their enemies. It will be easy for both parties to produce precedents to support their arguments. Journalism and rhetoric have an ambivalent relationship. Most of the criteria and sets of values of professional journalism like authenticity, neutrality, and objectivity referring to the hard news would not allow rhetorical elements in journalistic writing except the writing styles of soft news, opinion writing, and special forms of journalism. The tradition of classical rhetoric has not developed a specific rhetoric of journalism for professional purposes. Technical reproducibility of printed information was actually given prior to the invention of Gutenberg. After the use of papyri and handwritten printing on woodblocks allowed to produce multiple copies of one object containing carved written or visual information Printing made it possible to reduplicate sets of information such as books and to store them. Printing actually opens the opportunity to reproduce speech and written words or visual information and to store them, but on the other hand is not a tool to deliver the information. Among the technical developments that actually are relatively close to the spoken words is the newspaper. Newspaper's major function to report news is actually a function that was previously related to the oral transmission of news. With the establishment of newspapers, new forms of writings that are more or less codified were used. Rhetorical functions partly were implemented into the new styles or writing, but actually the approaches of writers of newspapers regarding rhetorical categories derived from the *ethos* of the speaker. Rhetoric became under the empirical approach of newspapers successively a negative or contradictionary form of writing or speaking. In the 21st century newspapers refer to rhetoric as a political way to speak or a negatively connotated attribute, while the classical understanding of

rhetoric passed away. Eloquence has become a topic in the journals of the U.S. Kirsch wrote in *In Praise Of Fine Language* on January 16, 2008 for the *New York Sun*:

Should we trust eloquence? As we enter another presidential election year, with its quadrennial reminder that eloquence has all but disappeared from American politics, this may sound like a purely academic question. It is customary to blame television, with its demand for artificial naturalness, for the decline of public speaking. Howard Dean in 2004 was the most recent politician to learn that what sounds like passion on the stump comes across as mere screaming on the news.

But in fact, the American hostility to eloquence goes back much further than the television age. Not since William Jennings Bryan has a politician risen to fame as a great orator; not since Webster and Clay has the U.S. Congress been a nursery of eloquence. It is as though American democracy itself harbors some suspicion of lofty speech, in keeping with its eternal bias toward the pragmatic and the accessible.

(Kirsch)

News management is a term used to describe the way that individuals or organizations attempt to control the flow of news to the media and to 'set the agenda' for the media. This might involve issuing a press release which is embargoed, holding press conferences times to make the lunch-time and early-evening news, or staging an event which is big enough or unusual enough to grab the media's attention. (Underwood) Daniel discussed the relation between rhetoric and journalism. (Daniel 507-524). Cline in *Toward a Field Theory of Journalism* wrote: "To begin understanding the influence of journalism on culture I think it's important to consider the concept of noetic field. A noetic field (as defined by James A. Berlin in *Writing Instruction in Nineteenth-Century American Colleges*) is a "closed system defining what can, and cannot, be known; the nature of the knower; the nature of the relationship between the knower, the known, and the audience; and the nature of language." Berlin concludes from this (and I agree) that rhetoric "is thus ultimately implicated in all a society attempts. It is at the center of a culture's activities." [...] To search for a "field" theory of journalism is to search for a theory that explains the entire practice in all of its complexity. In this sense I'm using "field" as a metaphor indicating the kind of search currently underway to discover a theory of "everything" in physics." (Cline). Ward in *The Invention of Journalism Ethics: The Path to Objectivity and Beyond* wrote: "The aim of ethical statements, and the norms they assert, is to establish or maintain the credibility of reports, journals and new forms of journalism. The rhetorical model sees journalism ethics as arising out of the relationship between journalist and audience. The assertion of a journalism norm is a normative response to criticism, competition, government censure and reader expectations. Alterations in that relationship are prompted by changes in journalism practice and changes in the

ambient culture. Only by examining how this relationship responds to journalistic practice and society can we comprehend how norms arise, become dominant and decline. To gain such insights, an interdisciplinary approach employing philosophy, ethics, science and social history is necessary. A full understanding of journalism ethics requires that we plunge into the complex history of our culture.” (Ward) On the *Media Lang Homepage* in the *Course Notes Peter R.R. White - 2002-03* was written: “Few would doubt that mass-media journalism has the potential to exert a powerful influence on contemporary society, shaping, as it does, the way we talk about our past, present and future, the way we debate ethical, political, economic and cultural issues and the way we view our relationship with the wider world. It is perhaps not so surprising, then, that journalistic discourse is so often the target of criticism and the focus of vigorous, sometimes heated debate. The debate is complicated even further, I believe, because as a society, we seem to operate with diverse, sometimes contradictory understandings of what news journalism is and should be.” (*Media Lang Homepage: Course Notes Peter R.R. White - 2002-03*). Stephens in *A Call for an International History of Journalism* noticed that “we have a lot of local journalism histories that underplay or ignore the countless notions that drifted across borders in what has always been a cosmopolitan business. As a result, countless potentially instructive parallels remain unexplored. As a result, many of the major stories in this history – stories that are inescapably multi-national – remain untold.” (Stephens) On the homepage *Mass Media Rhetoric / Media Literacy* of the *Department of English* of the *University of Birmingham* is written (*Mass Media Rhetoric/Media Literacy* (Unit 1 – 1)): “Few would doubt that mass-media journalism has the potential to exert a powerful influence on contemporary society, shaping, as it does, the way we talk about our past, present and future, the way we debate ethical, political, economic and cultural issues and the way we view our relationship with the wider world. It is perhaps not so surprising, then, that journalistic discourse is so often the target of criticism and the focus of vigorous, sometimes heated debate. The debate is complicated even further, I believe, because as a society, we seem to operate with diverse, sometimes contradictory understandings of what news journalism is and should be. On the one hand, the news media are held up as one of the pillars of democratic society, the so-called "Fourth Estate" acting to inform, to educate, to provide a forum for debate and to expose corruption, injustice and incompetence in government and big business. On the other hand, the actual texts produced by the media are seen to be biased, inaccurate, commercially motivated, voyeuristic and sensationalist. While journalists declare that their texts are 'objective', that they offer reliable, impartial and neutral records of events suitable for 'first drafts of history', media theoreticians and academic analysts contend that no text can be 'objective' and that all news reporting necessarily interprets and evaluates the events it depicts according to particular socially and culturally determined points of view.” (*Homepage Mass Media Rhetoric / Media Literacy*).

3. Case Studies

We will now examine cases with a specific persuasive perspective of the mass media regarding the object they present. For this study we selected political speeches as presented in the journals *New York Times Online* and *Der Spiegel Online International Edition*. We will demonstrate that communication patterns are defined by a certain framework. Communication patterns depend on the way they are represented in a medium. In political speeches and their representation in the news of the online news journals *New York Times* and *Spiegel Online* such frameworks determine the presentation of news in a specific way. The news outlets built connections between the original source cited, the political speech, and the meta-level of speech of the corporate author, the news journal. We will show our findings in the text parsing the informations at several levels.

3.1. Case Study *New York Times Online*

In our case we can distinguish between the source text or primary text of the news, the original political speech, and secondary text parts that derived from this information.

Secondary Discourse Level: Context of the News Journal
(News Journal Context)

Secondary Discourse Level: On the political speeches
(On Political Speeches)

Primary Discourse Level: Political Speech, direct quotation
(Political Speech)

Discourse Levels of News Outlets in the Case of Political Speeches in Online Journals

We will now examine the text Alessandra Stanley wrote in the *New York Times* according to the discourse levels above:

More Politics News

President Obama gave five back-to-back television interviews broadcast on Sunday that were as tightly choreographed — and eerily similar — as the multiple Magritte bowler-hatted men milling in the remake of “The Thomas Crown Affair.”

The president’s talk show grand slam, conversations with CNN, NBC, ABC, CBS and Univision, all taped on Friday in the Roosevelt Room, was a remarkable — and remarkably overt — display of media management. Mr. Obama even doled out equal doses of presidential charm, chuckling ruefully about “*rambunctious*” protesters to Bob Schieffer of CBS and speaking self-deprecatingly to George Stephanopoulos of ABC, conceding that he

had not presented his health care proposals in a way that allowed people to put “their whole arms around it.”

“And that’s been a case where I have been humbled, and I just keep on trying harder,” he said. “Because I — I really think it’s the right thing to do for the country.”

No other president has been a guest on so many Sunday talk shows at once, which signaled how much Mr. Obama wanted to reclaim the health care debate and persuade skeptics that his plans would not increase taxes on the middle class. But for so well-spoken and confident a president, the lack of spontaneity on Sunday was striking. So was the homogeneity: Mr. Obama appeared on Univision, but he drew the line at Fox.

Viewers have grown accustomed to the drama of live politics. Sunday looked more like a string of TNT reruns, an Obama health care overhaul marathon.

In each conversation, Mr. Obama proved what most people already know: he is a deft and appealing speaker who can stay on message. But there was nothing in those stagy interviews that shed light on whether his message would take hold. When asked by ABC if a health insurance mandate was the same as a tax increase, the president replied: “What I’ve said is that if you can’t afford health insurance, you certainly shouldn’t be punished for that.”

He added: “For us to say that you’ve got to take a responsibility to get health insurance is absolutely not a tax increase. What it’s saying is that we’re not going to have other people carrying your burdens for you anymore.”

Mr. Obama declined to discuss his proposals on the one outlet guaranteed to find fault (or change the topic to the Acorn scandal). And that made his star turn look less like a media blitz than Medici vengeance — Fox did not broadcast Mr. Obama’s health care speech to Congress on Sept. 9, so Mr. Obama did not speak to “Fox News Sunday.”

That omission was not as tactical as it was telling: a rare sign of frustration, and payback, by a White House that prides itself on diplomacy and an even keel. Mr. Obama sought on Sunday to bring a little order and civility to a debate that grows ever more heated and shrill. But by boycotting, the White House seemed to be getting caught up in the kind of hostilities that increasingly divide Fox News Channel from its rivals.

Mr. Obama is not usually one to avoid high-risk interviews or dodge hostile crowds. He was the first sitting president to appear on “The Tonight Show With Jay Leno,” in March,

and despite a gaffe there the president plans to appear on David Letterman's show on Monday. Mr. Obama has the wit to banter with comedians (and dance with Ellen DeGeneres). He has the charm to disarm detractors: his 2008 campaign interview with Chris Wallace of "Fox News Sunday" was quite cordial.

But Mr. Obama chose to make a statement — and raise a distracting fuss on Fox News — by declining to speak.

And Fox milked it. When he was not talking about Acorn, Mr. Wallace bemoaned the presidential slight, asking, "Whatever happened to reaching out to all Americans?" He told Bill O'Reilly that the White House aides were "a bunch of crybabies."

Apparently, the feeling is mutual. "We figured Fox would rather show 'So You Think You Can Dance' than broadcast an honest discussion about health insurance reform," a White House deputy press secretary told ABC News on Saturday. "Fox is an ideological outlet where the president has been interviewed before and will likely be interviewed again; not that the whining particularly strengthens their case for participation any time soon."

Mr. Obama did not openly convey any animosity in his Sunday interviews. He was poised, thoughtful and, most of all, consistent, assuring each interviewer, in almost identical phrasing, that he had no immediate plans to send more troops to Afghanistan and that an economic recovery is at hand.

He was just as steady when his five interviewers asked if racism was responsible for some of the fiercer attacks on his presidency. Nipping the hands that he was feeding, Mr. Obama suggested that the news media were fueling the furor.

"I do think part of what's different today is that the 24-hour news cycle and cable television and blogs and all this, they focus on the most extreme elements on both sides," he told Mr. Schieffer. "They can't get enough of conflict. It's catnip to the media right now."

He said the same to David Gregory, the host of "Meet The Press" on NBC. *"The media loves to have a conversation about race," Mr. Obama said, adding, "This is catnip to, to the media because it is a running thread in American history that's very powerful."*

Mostly, however, Mr. Obama demonstrated that the news media are catnip to presidents. (Stanley)

3.2. Case Studies of *Spiegel Online* International Edition

In the following article we will distinguish between text as reference to political activity (reference text to political activity) and reference to media activity (reference to media activity). In the article *Merkel's Conservatives, SPD Get Boost From TV Debate* in *Spiegel Online* (September 16, 2009) was written:

ddp

Both Chancellor Angela Merkel and her challenger Frank-Walter Steinmeier got a boost from Sunday's election debate.

Sunday's TV election debate may have been a snooze fest, but it has given a boost to the two main parties -- Chancellor Angela Merkel's conservatives and the center-left Social Democrats of her challenger Frank-Walter Steinmeier -- ahead of Germany's Sept. 27 federal election.

Germany's two main parties, Chancellor Angela Merkel's conservatives and the center-left Social Democratic Party (SPD) of her challenger Frank-Walter Steinmeier, have seen support increase in the first opinion poll to be released since Sunday's televised debate between the two candidates ahead of the Sept. 27 election.

The poll by the Forsa institute conducted on Monday, Sept. 14, showed the conservatives up two points to 37 percent from last week and the SPD up three points to 24 percent.

Forsa director Manfred Güllner said the one-on-one debate had focused voters' attention on the two main parties, and that support for the smaller parties had dropped as a result.

Small Parties Lose Ground

The pro-business Free Democratic Party (FDP) fell to 12 percent, its lowest level since the start of 2009, and the Left Party fell four points to 10 percent. The Greens gained one point to 11 percent.

With many voters still undecided, the poll leaves it unclear whether the conservatives -- comprised of Merkel's Christian Democratic Union (CDU) and its Bavarian sister party, the Christian Social Union (CSU) -- and their preferred partner, the FDP, would have enough support to form a coalition. Their combined support stands at 49 percent.

"The Left Party appears to have made drastic losses because Steinmeier focused strongly on social justice in the debate," Güllner told Stern magazine in an interview released ahead

of publication in Thursday's edition. Forsa conducted the poll among 1,008 people for the RTL television network and the weekly magazine.

Asked who they would elect if the candidates were directly elected rather than their parties, 56 percent said they would vote for Merkel, up three points from last week. A total of 24 percent said they would vote for Steinmeier, up four points. (Cro)

Here the activities of the politicians in the first paragraphs are presented as political activities, but they are actually results from media statistics. The second part is exclusively dedicated to the interpretation of media statistics. The whole text is actually a reference to the media and the politicians are the agents in it. In the following text we will look at the implementation of mass media (mass media) and related statistics into the text serving for an interpretation of the political activities. In the article *German Politics. Strategizing Against the Social Democrats. Bavarians Grumble over Merkel's Valium Campaign* in *Spiegel Online* (September 16, 2009) was written:

Getty Images

The current election has been so tame in Germany, that some are comparing it to a campaign on valium. Angela Merkel's conservatives got a boost in the polls after Sunday's television debate, but so did Frank-Walter Steinmeier and his Social Democrats. Members of the Christian Social Union, the Christian Democrats' Bavarian sister party, fear the conservatives' plan to govern with the business-friendly Free Democrats may be in jeopardy.

The Bavarian sister party to Angela Merkel's Christian Democratic Union (CDU) has come out with stinging criticism of the chancellor following a lackluster performance in Sunday's only television debate in the run-up to Germany's Sept. 27 election, with the media dismissing her "valium campaign."

Discontent in the Christian Social Union (CSU), the CDU's Bavarian sister party, is growing over Merkel. They say Merkel needs to take a stronger stance with her economic policies -- and they want to promote a 100-day program to spur economic growth and job creation. CSU officials are concerned that a bump created for the center-left Social Democratic Party (according to the latest poll, the SPD has risen by three points to 24 percent) could spell bad news for the conservatives and jeopardize Merkel's stated aim of forging a new government with the business-friendly Free Democratic Party.

At the federal level, the CDU and the CSU govern together as the so-called "Union" conservative bloc, with the CSU traditionally holding a few cabinet seats in the government. Currently, the parties are in an artificial marriage in a grand coalition in

Berlin with the center-left SPD -- the Union's arch enemy in normal times. Merkel, the CDU and CSU have all said they would prefer to govern with the FDP after Germans go to the polls in less than two weeks. According to a poll released by German pollster Forsa on Wednesday, though, the FDP has lost two points and is hovering at 12 percent, leaving the CDU, CSU and FDP with 49 percent of total votes.

With a large number of undecided voters, that is cause for concern for officials in the CSU and the CDU.

This week, a pair of state governors from the CDU who wield significant power at the national level -- Roland Koch of Hesse and Christian Wulff of Lower Saxony -- are internally calling for the party to focus the campaign on the dangers of a so-called red-red-green coalition. The pairing doesn't currently have enough votes in polls, but if swing voters shifted to the SPD, it could plausibly form a government with the Greens and the far-left Left Party. SPD chancellor candidate Frank-Walter Steinmeier, also Germany's foreign minister and deputy chancellor, has said his party wouldn't go into a coalition with the Left Party at the national level, but it already has or plans to in handful of states. The Left Party is controversial in Germany, because it was created with the merger in 2007 of western Germany's WASG and eastern Germany's Party of Democratic Socialism, the successor to East Germany's Communists. Conservatives are warning that the SPD, if desperate enough, could align with the party in a bid to remain in government.

More Duet than Duel

Sunday's debate between Merkel and Steinmeier -- which many described as being more duet than duel, as debates are called here -- didn't help any. One leading CSU official, who would not be quoted by name, told the Süddeutsche Zeitung newspaper that he got the impression from Sunday's performance that Merkel would prefer to continue governing with the SPD and Steinmeier. Merkel pleaded with voters to choose a CDU-CSU-FDP government, but most analysts felt she did a pretty poor job of selling that political constellation.

This week, the CSU had hoped to make up for that, presenting a 100-day economic action plan with which it sought to underscore how the conservatives, together with the FDP, could do a better job than the SPD at increasing economic growth and creating jobs to pull Germany out of the economic crisis. But the CDU is instead preferring to focus on tax cuts -- and is expected to present its plan on Thursday. "We can't change our tack two weeks before the election," one unnamed member of the CDU's executive committee told the

newspaper. The issue demonstrates yet another split between the CSU and the CDU less than two weeks before the election.

But the CSU itself has done more in recent days to campaign against a Union-FDP coalition. Seehofer has repeatedly emphasized differences in policies between the conservatives and the laissez-faire FDP, even going so far as to warn of the possibility of a neoliberal streak if the party is part of the next government. "We already know full well what cannot be allowed to happen in a government with the FDP," a member of the CSU leadership told the Süddeutsche. "It's still not clear what positives would come out of such a government. Now we urgently need to explain what they are, and in crystal clear terms." CSU leader Seehofer added that issues needed to be addressed more deeply in order to create a stronger argument for voters for a government pairing the conservatives with the FDP.

According to a report in Cologne's Kölner Stadt-Anzeiger newspaper, SPD candidate Steinmeier is gaining points on Merkel in both competency and sympathy among voters. Pollster Omniquest found that the day after the TV debate, 51 percent said they felt Steinmeier was competent for dealing with economic issues -- close to eight points higher than his showing the previous month. But 60.8 percent still said they trusted Merkel on the economy.

Paving the Way for a "Traffic Light" Coalition?

Meanwhile, senior SPD officials have been floating the idea of a so-called traffic light coalition together with the FDP and the Greens. "In areas like education, domestic and foreign policy, human rights and privacy protection we could make progress with the FDP," SPD party chief Franz Müntefering told the Augsburg Allgemeine newspaper. "One or two percentage points here or there and the conservatives and FDP will have no majority. Then the door would be opened to the Chancellery for Frank-Walter Steinmeier."

*Müntefering also spoke out against renewing the current left-right coalition with Merkel. Noting the ongoing disputes between the CDU and its Bavarian sister party, he said a coalition with the FDP and Greens could be just as stable as the current government. "That was a serious challenge, this lasting conflict between the CDU and CSU. A three-party coalition with the SPD, Greens and FDP couldn't be any harder."
(Spiegel Online. September 16, 2009)*

In the article Closing the Gap? Poll Shows SPD Gaining Ground on Merkel's CDU in Spiegel Online (September 18th, 2009) was written:

ddp

A new poll shows Frank-Walter Steinmeier is whittling down Angela Merkel's big lead. With just over a week to go before Germany's national election, a new poll reveals a much-needed boost for the Social Democrats. But the survey also shows that Chancellor Angela Merkel's conservatives look like they will be able to form a center-right coalition with their preferred partner, the business-friendly Free Democratic Party.

Germany's center-left Social Democratic Party (SPD) does not have much to smile about these days after a plodding election campaign, but just over a week before Germans go to the polls, they have finally got a dose of good news. Following a lackluster few weeks, the SPD's candidate Frank-Walter Steinmeier is gaining some support, shrinking Chancellor Angela Merkel's sizable lead.

A poll commissioned by the ARD television channel and released on Thursday evening showed Steinmeier bolstered by his better-than-expected performance in last Sunday's television debate with Merkel. His SPD party gained 3 points compared to a week earlier to reach 26 percent, while Merkel's Christian Democratic Union and its Bavarian sister party, the Christian Social Union, continued to prevail with their support unchanged at 35 percent.

The latest survey gives the CDU/CSU and the business-friendly Free Democratic Party (FDP) enough support to form a new coalition government together. According to the poll, the conservatives and the FDP together have 49 percent while the SPD and its preferred coalition partner, the Greens, are on 36 percent.

The poll shows that the SPD, Greens and the left-wing Left Party would have 47 percent of total support between them if they formed an alliance. However the SPD have ruled out forming a coalition with the Left Party on the national level, given its ties to the former communist party of East Germany and the fact that its co-chair, Oskar Lafontaine, defected from the SPD.

And while Steinmeier's personal popularity continues to languish behind that of Merkel, the latest indications show he has gained some ground. Merkel's support declined slightly to 53 percent while Steinmeier's popularity has risen from 23 percent to 30 percent, narrowing the large gap between the two candidates ahead of the general election on Sept. 27.

Many voters remain undecided about how they will vote in just over a week's time and the outcome is far from set in stone, despite Merkel's buoyant support after four years of presiding over a "grand" coalition government with the Social Democrats.

Merkel will almost certainly win a second term as chancellor but it remains to be seen whether the FDP will replace the SPD as her coalition partner -- as the conservatives hope.

According to the latest survey, 48 percent of the sample group would be pleased to have a coalition formed by the conservatives and the FDP. Meanwhile, 45 percent would welcome a continuation of Germany's current grand coalition government.

Jas

(Spiegel Online. September 18, 2009)

4. Discussion of Findings

We have demonstrated that communication patterns are defined by a certain framework of references. These references are homogeneous. Communication patterns depend on the way they are represented in a medium. In political speeches and their representation in the news of the online news journals *New York Times* and *Spiegel Online* such frameworks determine the presentation of news in a specific way. The news outlets built connections between the original source cited, the statistics, the political speech, and the meta-level of speech of the corporate author, the news journal. The text structures of political speeches are here used in an interpretative and selective way and the journalistic framework can be described as a commentary of the primary source. Our findings suggest that in general a text is a construct with informations at several levels. In our case we can distinguish between the source text or primary text of the news, the original political speech, and secondary text parts that derived from this information.

6. Works Cited

Articles in Newspapers

“Closing the Gap? Poll Shows SPD Gaining Ground on Merkel's CDU”. *Spiegel Online*. September 18, 2009. *Spiegel Online*. September 23, 2009.
<<http://www.spiegel.de/international/germany/0,1518,649832,00.html>>.

“German Politics. Strategizing Against the Social Democrats. Bavarians Grumble over Merkel's Valium Campaign.” *Spiegel Online*. September 16, 2009. September 23, 2009.
<<http://www.spiegel.de/international/germany/0,1518,649362,00.html>>.

Kirsch, Adam. "In Praise of Fine Language." *New York Sun*. January 16, 2008. New York Sun Online. January 15, 2009. <<http://www.nysun.com/arts/in-praise-of-fine-language/69630/>>.

Stanley, Alessandra. "For President, Five Programs, One Message". *New York Times*. September 20, 2009. New York Times Online. September 23, 2009.
<http://www.nytimes.com/2009/09/21/us/politics/21watch.html?_r=1&ref=politics>.

Monographs and Articles

Balkin, Jack M. "How Mass Media Simulate Political Transparency". Lawweb. Yale University. 1998. June 23, 2008. <<http://www.yale.edu/lawweb/jbalkin/articles/media01.htm>>.

Cline, Andrew R. "Toward a Field Theory of Journalism. Originally published in a series of posts on the Rhetorica: Press-Politics Journal weblog". *The Rhetorica Network*. *Rhetorica. Net*. March 11, 2008. <http://rhetorica.net/field_theory.htm>.

Cro. "Merkel's Conservatives, SPD Get Boost From TV Debate". *Spiegel Online*. 16. Sept. 2009. Spiegel Online. June 23, 2009.
<<http://www.spiegel.de/international/germany/0,1518,649347,00.html>>.

Daniel, Sharan L. "Integrating Rhetoric and Journalism to Realize Publics." *Rhetoric & Public Affairs* 5, 3 (2002): 507-524

Hayles, N. Katherine. "Translating Media: Why We Should Rethink Textuality". In: *The Yale Journal of Criticism* (2003) 16.2: 263-290

Lee, David YW. "Genres, Registers, Text Types, Domains, and Styles: Clarifying the Concepts and Navigation a Path Through BNC Jungle." *Language Learning & Technology* 5, 3. 3 (2001): 37-72. Michigan State University. March 16, 2008. <<http://llt.msu.edu/vol5num3/pdf/lee.pdf>>.

Lu, Hsiao-Peng. "Art, Culture, and Cultural Criticism in Post-New China". In: *New Literary History* 28, 1 (1997): 111-133
Media Lang Homepage: Course Notes Peter R.R. White - 2002-03. Journalese. March 11, 2008.
<<http://www.journalese.info/MediaLang/medialang1.htm>>.

Mass Media Rhetoric / Media Literacy. Department of English, University of Birmingham. Journalese. June 23, 2008. <<http://www.journalese.info/MediaLang/medialang1.htm>>.

Mitchell Stephens. *A Call for an International History of Journalism*. New York University. May 6, 2008. <<http://www.nyu.edu/classes/stephens/International%20History%20page.htm>>.

Underwood, Mick. "Effects Research: Glossary". *Cultsock*. January 15, 2009.
<<http://www.cultsock.ndirect.co.uk/MUHHome/cshtml/media/efterms.html>>.

Ward, Stephen. "The Invention of Journalism Ethics: The Path to Objectivity and Beyond. Excerpt from the book by Stephen Ward, School of Journalism." *UBC Public Affairs*. *UBC Reports* (2004) 50. 10. Nov. 4, 2004. March 11, 2008.
<<http://www.publicaffairs.ubc.ca/ubcreports/2004/04nov04/journalism.html>>.

O PAPEL DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIAS POR CRIANÇAS

Priscila Peixinho Fiorindo (FFLCH/USP)

RESUMO. Este estudo pretende comentar e ilustrar os diferentes tipos de memória que as crianças podem utilizar em produções de narrativas orais, em duas situações diferentes. Situação (a) – construção de narrativas a partir do apoio pictográfico (desenho feito pelos sujeitos); situação (b) – produção de narrativas a partir de duas histórias lidas pela pesquisadora.

Palavras-chave: memória; narrativa; criança.

ABSTRACT. *This study intends to comment and illustrate the different kinds of memory that children can use in oral narratives invented by them in two different situations. Situation (a) – children invented stories from a pictorial representation (drawing made by subject); situation (b) – children invented stories from of the two narratives read by researcher.*

Keywords: *memory; narrative; child.*

1. Introdução

O presente estudo tem o objetivo de comentar e ilustrar os diferentes tipos de memória, perceptíveis nas produções de narrativas orais em crianças (normais), de cinco anos de idade. A fim de esclarecermos o conceito de memória e de narrativa para relacioná-los em nosso trabalho, elegemos alguns estudiosos da área, como Izquierdo, Adam, Bergson, Halbwachs, Flavel, Miller & Miller e Bruner.

Segundo Izquierdo (2004) a memória pode ser definida como evocação – recordação, recuperação de informações. Dessa forma, todas as mensagens captadas são armazenadas no cérebro, e para cada espécie de informação existe um tipo de memória, por isso é possível que existam tantas memórias quantas são as experiências acumuladas.

De acordo com Adam (1985), o armazenamento das informações pode estar na *memória de curto prazo* ou *memória de longo prazo*. A primeira permite analisar os sons, as letras as palavras e as estruturas sintáticas com a finalidade de fornecer uma representação semântica sob forma de orações.

Mas o espaço para armazenar as informações é limitado, por isso a duração delas nesta etapa é curta, permanecendo enquanto for útil e depois é descartada; já a *memória de longo prazo*, tem a capacidade ilimitada e serve para reduzir a sobrecarga da memória de trabalho.

São exemplos desse tipo de memória as nossas lembranças da infância ou de conhecimentos que adquirimos ao longo da vida.

Bergson (1959) atribui ao conceito de memória um método introspectivo de dois fenômenos, que são diferentes, porém indissociáveis: a *percepção-idéia* (memória de curto prazo), que ocorre no presente corporal contínuo e a *lembrança* (memória de longo prazo), vir à tona o que estava submerso, este afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção. Assim, os dados imediatos e presentes são misturados a milhares de pormenores da experiência passada. Ainda aqui, o autor constata a *memória-hábito*, processo que ocorre pelas exigências da socialização, faz parte de nosso adestramento cultural e ocorre de maneira mecânica, como exemplo, temos as regras de etiquetas, andar de bicicleta, entre outros costumes cotidianos. Por outro lado, a *memória-sonho*, definida também como *inconsciente*, diferentemente da *memória-hábito* (mecânica), apresenta um caráter evocativo, pois é a lembrança pura, e quando ela se atualiza na imagem-lembrança, traz para a consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível da vida. A lembrança (Bergson, 1959), enquanto conservação total do passado e sua ressurreição só seria possível no caso (impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância.

Diferentemente de Bergson, Halbwachs (1950), afirma que lembrar é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado, constatando que memória não é sonho, mas trabalho. Assim, a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que pareça uma lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque não somos mais os mesmos, nossas percepções, idéias, juízos de realidade e de valor foram alterados.

A partir dessa concepção, o referido autor une a memória do sujeito à memória coletiva, e mesmo as imagens do sonho que parecem, ao consenso geral, as mais distantes da memória do grupo social, portanto, mais próximas da memória pura bergsoniana, não fugiram as determinações do presente. O autor compara as imagens oníricas às reminiscências da primeira infância - tanto esta quanto aquela surgem inexplicavelmente na consciência sem guardar relações com o presente, parecendo intactas no fundo da alma. Embora ele reconheça que no sonho o espírito está mais afastado da sociedade, ou seja, menos relacionado ao coletivo, as imagens que nele aparecem são representações ou símbolos, sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador.

Observando que o instrumento socializador da memória é a linguagem de filiação institucional, ela unifica no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Assim, as convenções verbais produzidas em sociedade constituem o quadro mais elementar e mais estável da memória coletiva.

Outros autores como Flavel, Miller & Miller (1999) compartilham com a visão de Piaget de que o armazenamento de informações é construção, pois o ato de compreender e codificar na memória são processos semelhantes à assimilação piagetiana de “construção” de uma representação conceitual interna das informações; e a recuperação destas é re-construção, em que o sujeito deve fazer inferências a partir daquilo que está na superfície, denominando, assim, esses dois processos de *memória construtiva*.

Os autores também ressaltam sobre a *metamemória*, conhecimento ou atividade cognitiva voltada para qualquer coisa mnemônica, ou seja, o armazenamento das informações na memória. Na *metamemória* temos duas categorias: *o conhecimento metacognitivo* – conhecimento mnemônico sobre as pessoas, tarefas e estratégias; e *o automonitoramento e autoregulação*, em que o sujeito aprende a avaliar seu estado de memória atual, a selecionar estratégias, a avaliar seu progresso em direção a uma meta. A criança descobre que um conjunto de itens vai ser mais fácil de lembrar se eles forem poucos em número, familiares e significativamente relacionados uns com os outros (ou seja, categorizáveis). Por exemplo, repetir uma história palavra por palavra é um teste mais exigente de memória do que recontá-la com as próprias palavras.

Considerando que o processo narrativo é desenvolvido através da compreensão e produção de recordações, acontecimentos passados ou fatos que poderiam ter acontecido (desejos), não podemos dissociá-lo da memória nem da cultura (já mencionado anteriormente por outros autores). Bruner (1997) verifica que a propriedade fundamental da narrativa é a sequencialidade, e o modo como é construída (em torno de expectativas canônicas) a essência para a formação da “psicologia popular” – sistema em que as pessoas organizam suas experiências no mundo social (trata de agentes humanos que fazem coisas com base em suas crenças e desejos empenhando-se no atendimento a metas). A história também forja ligações entre o excepcional e o comum.

Neste sentido, a narrativa é um relato do mundo possível para atribuir significado à exceção encontrada, e a sua função é: “descobrir um estado intencional que atenua ou pelo menos torne compreensível um afastamento de um padrão canônico” (Bruner, op.cit.:50). Assim, identificamos a abordagem da realidade x imaginação, que podem ocorrer concomitantemente na narração (o texto ainda em construção). A aquisição da habilidade de narrar é uma conquista da prática social que oferece estabilidade às crianças pequenas para irem à busca do significado. Elas mostram-se desde cedo sensíveis às metas e a sua aquisição, adquirindo variantes de expressão como “foi embora” para a conclusão, e “uh oh”, para não conclusão.

Outra característica desse processo narrativo se refere à manutenção padronizada de uma sequência; as crianças dominam muito rápido as formas gramaticais e lexicais para unir as sequências que elas relatam, e pelo uso de temporais como “então” e “depois”. Também observamos o ponto de vista do falante que nas crianças muito pequenas ele pode ser caracterizado pelo choro (prosódia). Estas três peculiaridades de construção: variantes de expressão, formas gramaticais / lexicais e prosódicas, mencionadas acima, fornecem às crianças um arsenal de ferramentas, que fica armazenado na memória, e que posteriormente pode ser recuperado ou re-construído (Flavell, Miller & Miller, 1999) na aquisição de narrativas.

2. Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa transversal realizada com 6 (seis) crianças brasileiras, de cinco anos de idade, de ambos os sexos. As crianças, durante a coleta dos dados, foram observadas na interação criança-criança, em suas produções pictográficas e narrativas. A partir de então, suas falas foram gravadas em fitas de audiotape e transcritas com base nas normas do Projeto NURC/USP – Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (Preti e Urbano, 1990).

Os sujeitos selecionados foram 3 meninas e 3 meninos, que não tinham comprometimento e/ou distúrbios da linguagem, de duas pré-escolas (AABB e Instituto de Educação Infantil e Fundamental Henrique I), ambas localizadas na zona sul da cidade de São Paulo.

A faixa etária escolhida, cinco anos, é a fase que antecede o início do processo formal de alfabetização (seis e sete anos), ou seja, as crianças não têm ainda o domínio efetivo dos códigos da escrita, mas segundo Gardner (1994), são capazes de se posicionarem em relação aos acontecimentos cotidianos, apresentando pontos de vistas em suas produções orais de narrativas, argumentando, justificando e explicando durante o desenvolvimento da narração.

As crianças foram solicitadas a produzirem narrativas orais em duas situações:

- a) histórias orais a partir de uma representação pictográfica (desenho feito pelo sujeito);
- b) histórias orais a partir de duas narrativas (Fita Verde no Cabelo e Menina bonita do laço de fita) lidas em voz alta pela pesquisadora.

3. Uma proposta de análise

Como nosso interesse não se restringe apenas à organização do texto, nesta etapa, nos interessa também o que o texto organiza em sua discursividade. Assim, em torno da dupla de eixos (o da estrutura sintática e o da organização semântica), exploram-se procedimentos

linguísticos e discursivos, que contribuem para a constatação das estratégias escolhidas pelas crianças para contar as histórias. E assim, podemos identificar os diferentes tipos de memória que elas usam para construir suas narrativas, ora no tempo passado, ora misturando elementos do presente com fatos que aconteceram ou poderiam ter acontecido.

Os dois primeiros exemplos se referem à situação (a), em que as crianças foram solicitadas a fazer um desenho e depois a contar a história do mesmo. Consideramos A para o adulto, e as demais iniciais para crianças.

Exemplo 1

Alice no país das maravilhas

1. M: *ela abriu uma portinha caiu na maravilha viu um monte de borboleta e umas flores gravada com um sol BEM Longe... uma flor ela cheirou ... a outra arrancou e uma veio um tomate*
2. M: (...) *as nuvens redondas ... as nuvens redondas com um coração MARCADO*
- 3.A: *E o que Alice faz no país das maravilhas?*
4. M: *ela pega ... ela bate na porta ... ela cai lá e vai brincando e cai numa casinha e fica lá bem ... a casa é muito pequena ... e tinha uma porta que era falona*
5. A: *Hum porta falona e o que a porta falava?*
6. M: *falava ... você tem uma coisa que se chama cartão de CRÉdito pra por ne mim? e você entra Rápido ...e ela disse (Alice) por enquanto eu não peguei ... posso entrá/ rapidinho SÓ prá/ visiTÁ/ as minhas AMIgas? aí ela disse (porta falona) SÓ um POUquinho meia hora você sai ((a criança na mudança de personagem de Alice para a porta falona, aumenta o tom de voz e arregala os olhos))*
7. (...) *aí o relógio tava assim ... TRIM TRIM TRIM TRIM TRIM TRIM TRIM TRIM BLOM::: ... aí tava na hora dela ir embora ... ela falou (Alice) boa tarde ... boa noite ... esqueci do boa tarde*
 (Mariana 5; 0 / Adulto)

No turno 1, M já começa sua narrativa descrevendo as ações do personagem (Alice). E em 2, visualizando seu desenho, apresenta as características do mesmo.

Já no turno 4, notamos a inferência do imaginário infantil quando M, diz “... e tinha uma porta que era falona”, e ao mesmo tempo, constatamos a *percepção-ideia*, que ocorre no presente corporal contínuo, que faz parte do método introspectivo do conceito de memória abordado por Bergson (1959).

Em 6, observamos a inferência da realidade próxima, por meio do conhecimento do objeto que faz parte de sua vida – o cartão de crédito. De acordo com Flavell, Miller & Miller (1999), identificamos a metamemória – conhecimento de objetos pertencentes ao cotidiano e também o conhecimentos das pessoas, quando a criança insere em sua narrativa “... *as minhas AMigas?...*”; e ao mesmo tempo temos o automonitoramento e a autoregulação – recursos que a criança escolhe para criar a sua narrativa e torná-la significativa para o outro, relatando tudo o que ela acha interessante no mundo da fantasia, com suas próprias palavras.

Segundo Adam (1985), percebemos que M utiliza a memória de curto prazo ao fazer associações com o presente real junto ao presente imaginário, e também a memória de longo prazo ao intitular a sua história de Alice no país das Maravilhas, recordando de algumas ações da narrativa infantil. Neste último processo, da lembrança, observamos a memória construtiva (Flavell, Miller & Miller, 1999), em que a criança reconstrói a sua história a partir de um referencial narrativo já conhecido por ela, ou seja, já armazenado na memória.

Exemplo 2

A baleia

1.VH: *o golfinho foi lá na água ... ele viu uma baleia ENORME ... aí:::... ele foi lá na onde tinha os peixe ... aí ele comeu o peixe porque ele tava com fome aí aí ele ... viu o TUBARÃO que comeu um MONTE DE PEIXE aí ... ele comeu aí ele () aí comeu o peixe ... aí veio o gigante ... comeu o peixe dele aí:::... o gigante deu um soco bem na baRRIGA dele ... ele caiu e ele morreu para sempre ... aí viveu de novo ((a criança faz gestos de soco no ar))*

(Victor Hugo 5; 0)

Neste fragmento, identificamos o uso da *memória construtiva* (Flavell, Miller & Miller, 1999), pois a criança conta a sua história a partir dos seus conhecimentos de mundo e linguístico adquiridos. Identificamos as duas categorias da metamemória – conhecimento metacognitivo – dos seres marinhos (golfinho, baleia, tubarão, peixe); e o automonitoramento e a autoregulação, ou seja, a estratégia escolhida para contar a sua história: primeiro VH contextualizou o ambiente

marinho, por meio dos personagens, e depois inseriu ações cotidianas, praticadas pela própria criança – como “comer e dar soco na barriga dele”.

Como vemos, VH se utilizou da *memória de curto prazo*, ao fazer associações do presente – o desenho e seus argumentos do real e do imaginário – de acordo com Adam (1985) e *percepção-ideia*, segundo Bergson (1959), em que a criança escolhe, no agora, quais as ações ela realizará.

Os exemplos que seguem, 3 e 4, se referem à situação (b), em que as crianças foram solicitadas a construir narrativas a partir de duas histórias lidas pela pesquisadora, Fita Verde no Cabelo (João Guimarães Rosa) e Menina bonita do laço de fita (Ana Maria Machado).

Exemplo 3

Os coelhos

1. M: *era uma vez quatro coelhos eles gostavam de brincar um sobre o outro brincavam de danÇAR de puLAR ...*
2. M: *o Yannick pegou os quatro coelhos ... estava passando uma menina que se chamava Priscila ... a Priscila também quis um (coelho) ... eles era irmão ((Priscila e Yannick))*
3. M: *(...) a Priscila falô assim ... me dá um ... Yannick*
4. M: *... Aí ele falô assim ... nervoso como sempre... sua mãe (Mariana) disse ((a criança muda o tom de voz))
ONde que VOCÊS pegaram essas coisas ... esses coelhos? e aí ele disse ()*
5. M: *(...) e aí os quatro coelhos gostavam de brincar um sobre o outro ... de novo eles brincaram de pula corda ... um:::... um pulaVA de cabeça ... outro de Joelho ... outro agatinhANDO ... todos brincavam pra lá e pra cá*
6. Y: *eles gostavam também de pula cela ... é um era bem velhinho tinha um que era MAIS velho e o dente já tava mole... já tava a ponto de cair... a mãe disse cuide bem desse dente que já já vai cair ((criança ao imitar a voz da mãe também aponta com o dedo indicador))*

(Yannick 5; 0 e Mariana 5; 0)

Diferentemente das ocorrências anteriores, sem o apoio do desenho, M inicia a história com “*era uma vez*”, fórmula típica do estilo narrativo. Como vemos, as crianças compreendem e codificam na memória as narrativas lidas pela pesquisadora, por meio da assimilação/construção de uma estrutura narrativa já esquematizada na memória, ou seja, é a expressão do conhecimento de mundo e do conhecimento linguístico. Já no turno 1, M inicia sua história fazendo referência

à segunda narrativa (quando insere os personagens – coelhos), e acrescenta novas ações praticadas pelos personagens – dançar e pular, apresentando fatos da realidade próxima e do tempo presente.

Nos turnos 2 e 3, identificamos uma das categorias da *metamemória* – conhecimento *metacognitivo* – conhecimentos das pessoas que estão ao ser redor, quando M insere em sua narrativa as pessoas reais da interação (Yannick - colega e Priscila), ou seja, ela as reconhece e faz questão de colocá-las como participantes/personagens de sua história.

Ainda em 3, observamos a ocorrência do discurso direto, que o narrador transcreve o enunciado do personagem tal como foi formulado ou se imagina que foi: “*a Priscila falou assim ... me dá um (coelhinho) Yannick*”.

Percebemos também que nessa idade (5 anos) é frequente a criança inserir fatos de seu cotidiano na narrativa – a troca dos dentes. Tais deslocamentos revelam uma realidade próxima da criança e evidenciam a posição de autora no desenvolvimento narrativo. Mais uma vez, observamos o uso da memória de curto prazo, quando as crianças, logo que terminaram de ouvir a narrativa, construíram a sua história, tomando como referência uma das narrativas lidas pela pesquisadora. Podemos dizer, também, de acordo com Bergson (1959), que elas utilizaram a *percepção-ideia*, que ocorre no presente corporal contínuo, onde as crianças focalizam as estratégias escolhidas para construir novas histórias.

Exemplo 4

Os patinhos

1. Y: *era uma vez três patinhos que gostavam de passear todo dia na lagoa ... (...) é é eles também co ... é ... é ...*
2. P: o que eles gostavam de fazer?
3. Y: *é de brincar e dormir ...*
4. M: *os três patinhos foram dormir ... existia o lobo ... lobo*
5. P: o quê?
6. M: *LO-BO MAU*
7. M: *(...) e aí o lobo mau ficava pá pá pá ((criança bate no chão)) ... o lobo olhou pela janela olhou pela portinha e ENTROU*
8. Y: *é ele entrou e comeu os três patinhos e a mãe não viu porque estava nas compras*

9. M: (...) *a mamãe tava só com filhotinho bem pequenininho ... ele (o filhotinho) olhou na barriga (do lobo) (...) veio o caçador e tirou todos os pintinho*

(Yannick 5;0 e Mariana 5;0)

Da mesma forma que no exemplo anterior, encontramos a construção típica do estilo narrativo: “*era uma vez*”, já armazenado na memória da criança.

No turno 1, Y descreve as ações dos personagens, utilizando a memória de curto prazo (Adam, 1985), em que a criança associa o presente com o seu imaginário, aqui e agora.

Percebendo a reação de Y (no turno 3), M resolve continuar a narrativa, e na troca de turno de um narrador para outro, observamos a mudança de tópico discursivo, isto é, o assunto inicial da narrativa foi modificado pela introdução de um novo personagem no turno 4, o lobo.

Notamos que essa inferência do lobo feita por M, possa ter ocorrido devido ao apoio contextual da primeira história lida – *Fita Verde no Cabelo* (Guimarães Rosa), considerada uma estilização de *Chapeuzinho Vermelho*, segundo Discini (2002:216-217),

Fita-Verde ou Chapeuzinho Vermelho, em princípio, o mesmo ator, o mesmo papel actancial da narrativa, a mesma menina amada e linda, premiada com um adereço que constitui sua identificação, quis a aventura de encontrar-se consigo mesma, rompendo limites, à revelia do “outro”.

Na linha 7, “*e aí o lobo mau ficava pá pá pá ... o lobo olhou pela janela olhou pela portinha e ENTROU*”, observamos o uso da memória de longo prazo (Adam, 1985) quando a criança recorda, algumas ações praticadas pelo personagem mau da história de “*Chapeuzinho Vermelho*”.

Segundo Flavell, Miller & Miller (1999), nos turnos 8 e 9, identificamos a *memória construtiva*, quando a criança reconstrói a sua história a partir de um referencial narrativo já conhecido por ela, ou seja, já armazenado na memória, adicionando novas informações a sua narrativa.

4. Considerações finais

Com base nos dados analisados, percebemos que as narrativas produzidas a partir do desenho feito pelo sujeito – narrativas na situação (a), apresentam características típicas da

linguagem oral, com elementos próprios do estilo conversacional, enunciados fragmentados, frequentes pausas, elipses, e, portanto, dependentes da representação pictográfica, na medida em que as crianças olhavam e apontavam para o desenho durante o desenvolvimento da história, ou seja, elas buscaram no desenho o apoio contextual necessário para veicular às informações.

As narrativas produzidas a partir de histórias lidas pela pesquisadora – narrativas na situação (b), apresentam características da linguagem escrita, independência contextual e construções próprias do estilo narrativo: *era uma vez...* . Aqui, a coesão se dá através de recursos lexicais e estruturas sintáticas com a utilização de conectivos lógicos. Na ausência da representação pictográfica, as crianças tentaram fazer do texto da história uma reflexão mais precisa de suas intenções comunicativas.

Independente das situações propostas feita às crianças para a narração, notamos que a narrativa, de acordo com Bruner (1997), é um relato do mundo possível para atribuir significado à exceção encontrada, e a sua função é descobrir um estado intencional que atenua ou pelo menos torne compreensível um afastamento de um padrão canônico. Assim, identificamos a abordagem da realidade x imaginação, que podem ocorrer concomitantemente na narração (o texto ainda em construção). A aquisição da habilidade de narrar é uma conquista da prática social que oferece estabilidade às crianças pequenas para irem à busca do significado.

Também não podemos dissociar narrativa da memória, pois a primeira é construída a partir da segunda. E a subcategoria das estratégias de memória engloba uma gama ampla e diversa de atividades potencialmente conscientes que uma pessoa pode realizar voluntariamente como um meio para vários fins mnemônicos, e contar histórias é uma delas.

Assim, todas as informações captadas são armazenadas no cérebro, e para cada espécie de informação existe um tipo de memória, por isso é possível que existam tantas memórias quantas são as experiências acumuladas.

Referências bibliográficas

ADAM, J. M. *Le texte narratif*. Paris: Nathan-Université, 1985.

- BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2ª ed. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1959.
- BRUNER, J. *Atos de significação*. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- DISCINI, N. *Intertextualidade e conto maravilhoso*. São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP, 2002.
- FLAVELL, J. H.; MILLER, P. H.; MILLER, S. A. *Desenvolvimento cognitivo*. Trad. Claudia Dornelles. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- HALBWACHS, M. *Memoire collective*. Presses Univ. de France, 1950
- IZQUIERDO, I. *A arte de esquecer*. São Paulo: Vieira e Lent, 2004.
- MACHADO, A. M. *Menina bonita do laço de fita*. São Paulo: Ática, 1997.
- PRETI, D. & URBANO, H. *A linguagem falda culta na cidade de São Paulo – Projeto NURC/SP*. São Paulo: Queiroz, 1990.
- ROSA, J. G. *Fita verde no cabelo: nova velha estória*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FORMAÇÕES DISCURSIVAS E IDEOLÓGICAS EM *LEMBRANÇA*, DE LUIZ VILELA

Evanice Ramos Lima Barreto¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo explicitar a força que a argumentação possui no interior do discurso e a importância dos operadores argumentativos e do léxico nesse mesmo contexto, a partir da análise do texto *Lembrança*, de Luiz Vilela. Para tanto, recorreu-se a alguns conceitos propostos pela teoria semântica da enunciação de Oswald Ducrot, como *posto*, *pressuposto*, subentendido, *polifonia* e *argumentação*, bem como os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa.

Palavras-chave: Discurso, operadores argumentativos, léxico.

ABSTRACT: *This paper aims to explain the force that the argumentation has within the discourse and the importance of argumentative operators and the lexicon in the same context, through the analysis of the text Remembrance by Luiz Vilela. To this end, we used the concepts proposed by the semantic theory of enunciation of Oswald Ducrot, such as position, assumption, implied, polyphony and argumentation as well as the assumptions of Discourse Analysis of the French line.*

Keywords: *Speech, argumentative operators, lexicon.*

1 Introdução

Os atos de linguagem são sempre dotados de intencionalidade e, portanto, há sempre uma tentativa de convencimento, de persuasão, por parte do autor/falante para com o leitor/ouvinte. Isso ocorre principalmente mediante o processo semântico da argumentação.

É por meio da argumentação que o autor procura principalmente formar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a razão e a verdade se encontram em suas mãos, ou melhor, em suas palavras e, portanto, objetiva, assim, a adesão deste último à sua idéia. O processo é, sobretudo, de convencimento, persuasão e influência.

Por ser uma atividade criadora em si mesma, a língua é muitas vezes usada como meio de persuasão e sugestão. A linguagem é essencialmente argumentativa, tem finalidades nitidamente

¹ Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora de Linguística da Faculdade de Ciências Educacionais (FACE).

persuasivas. Koch (1993) chega a afirmar que o ato lingüístico fundamental é o ato de argumentar. Assim sendo, percebe-se que os enunciados são sempre marcados pela força argumentativa.

Segundo Koch (1997), o ato de argumentar possui uma tríade que seria formada por falar, dizer e mostrar. Assim, nota-se que a argumentação é, na sua essência, uma declaração seguida de provas, podendo esta última ser de natureza diversa. Para Ducrot e Anscombre (1987), esse processo semântico *está na língua*, e os enunciados têm valor argumentativo, contém instruções que orientam a argumentação a lhes ser atribuída.

Sendo a argumentação a orientadora do leitor para uma determinada conclusão, tem-se como “pano” de fundo sempre a ideologia (não existe discurso isento desta, neutro – a neutralidade é tão somente um “mito”) “costurada” pelas marcas formais (marcas ideológicas lexicais) que conjuntamente irão caracterizar as formações discursivas.

A linguagem é um poderoso instrumento de manipulação e, por conseguinte, de implantação e conservação de ideologias. O histórico e o ideológico se associam ao discurso, materializando-se no lingüístico. É na linguagem que o sujeito se constitui e é nela que ele deixa as marcas da formação ideológica. Segundo Pêcheux (1969), o sujeito e a significação não são transparentes.

O autor/falante ocupa um determinado lugar na sociedade e é por ele afetado e fortemente influenciado, um lugar “ideológico” portanto, como também presume que o mesmo ocorra com o seu leitor e imagina o “lugar” deste. Existem lugares pré-determinados, lugares “específicos” para cada participante.

A argumentação constrói a textualidade, ou seja, o efeito de unicidade que dá a uma seqüência lingüística a aparência de finitude física e a ilusão da onipotência da autoria, do sujeito como origem do dizer. Em outras palavras, argumentação fixa um sentido como sentido, apagando todos ou outros sentidos possíveis, os que estão na memória do dizer que é o interdiscurso. Assim, cria um efeito de literalidade, de não-equívoco, ao direcionar a interpretação; silencia, instituindo o plano do não dito.

Os objetos que interessam à Análise do Discurso correspondem ao que se chamam “formações discursivas”. Segundo Foucault (2002, p.136),

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Assim, o *corpus* não é produzido por um determinado sujeito, mas sua enunciação corresponde a uma posição sócio-histórica na qual os enunciadores se representam.

Segundo Orlandi (1995), os enunciadores (quem o autor traz à cena para falar por ele) podem se apresentar de diferentes formas: enunciador individual - que pode ou não coincidir com o locutor (L ou Lp); enunciador genérico - que é a representação da voz do senso comum e traz para o texto as crenças historicamente constituídas; enunciador universal – voz que se apresenta como se os fatos falassem por si e que, portanto, podem ser enunciados por todos e por cada um (é, em geral, o enunciador representado no discurso científico e filosófico); enunciador coletivo – representaria a voz de uma comunidade especificada. Quanto mais enunciadores houver num discurso, maior será a possibilidade de leituras. O locutor poderá posicionar-se criticamente, tomar partido ou eximir-se. As coerções ideológicas poderão estar implícitas ou explícitas materializadas pela linguagem.

A produção de um texto implica sempre na presença de um autor interessado em envolver e convencer o leitor sobre determinado assunto. Para tanto, lança mão dos mais variados recursos da natureza, sobretudo, lingüísticos. Esses recursos acionados pelo autor objetivando levar o leitor a crer naquilo que o texto diz (explícitos) e que não diz também (implícitos) e a fazer aquilo que ele propõe são comumente denominados de procedimentos argumentativos. A sua importância é grande, uma vez que, em se tratando de texto escrito, o autor estando ausente, não poderá esclarecer no ato da leitura possíveis dúvidas do leitor, por isso deve-se procurar sempre optar pela clareza (na medida em que esta seja possível), objetivando a boa compreensão por parte do leitor.

2 Pressupostos teóricos

A questão da argumentação é objeto de estudo desde a Antigüidade clássica grega, sendo tratada pela retórica. A argumentação na língua era inicialmente estudada copiando-se modelos utilizados na demonstração matemática/lógica. Mas, pouco a pouco, isso foi sendo modificado, mesmo porque a língua obedece a princípios absolutamente específicos.

Apesar de, em alguns momentos, ser confundida com a retórica - são tidas quase que como sinônimas - a argumentação difere-se desta por visualizar as formas de subjetividade implicadas nas próprias condições de possibilidade da formação discursiva, como afirma Maingueneau (1989:160), enquanto que a retórica *supõe um sujeito soberano que “utiliza procedimentos” a serviço de uma finalidade explícita*. Na argumentação, as estratégias argumentativas costumam ser discretas, sutis e eficazes, questionando os envolvidos, encobre mais do que revela, mais do que explícita. O seu apoio maior costuma ser o implícito aliado à necessidade de agir sobre outrem.

2.1 Abordagem de alguns conceitos da semântica da enunciação

Dentre os conceitos e concepções teóricas pertencentes à teoria semântica da enunciação, formulados e desenvolvidos pelo semanticista Oswald Ducrot, estão: *posto*, *pressuposto*, *subentendido*, *polifonia* e *argumentação*, *paráfrase*, *polissemia* e *topos*.

Posto (P) é o que está dito no enunciado pelo locutor, enquanto **pressuposto (PP)** é a instância em que o locutor diz algo implicitamente e precisa do interlocutor para juntos interpretarem o dito; é um conteúdo constitutivo de um enunciado que é dito sem ser verbalmente expresso. Os conteúdos pressupostos delineiam e orientam as possibilidades argumentativas do discurso, funcionando também como um ponto de partida do processo argumentativo, além de ajudar a ancorar o enunciado na situação comunicativa e no contexto social, histórico e ideológico em que o ato de interlocução ocorre. **Subentendido** é um elemento de significação que depende do interlocutor para sua interpretação, como também, faz-se necessário levar em conta as condições de produção (interlocutores: autor/leitor, contextos: situacional e sócio-histórico) para deduzir o sentido implícito. **Polifonia** é o coro de vozes, dialogia interna do discurso; são os enunciadores (quem o locutor faz falar) que o locutor (produtor e responsável

pelas palavras na enunciação) traz à cena enunciativa. Segundo Bakhtin, a polifonia coloca em evidência as múltiplas visões de mundo, de ideologias e de consciências presentes em um texto. Em um texto polifônico, as diferentes vozes sociais se mostram; em um monofônico, apenas uma voz aparece; as demais permanecem ocultas. Monofonia e polifonia são, portanto, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos. **Paráfrase** é a reprodução de sentidos a partir de uma matriz, é o repetível. A **polissemia**, que desloca os sentidos e aponta para a criatividade, para a instauração do novo, é a possibilidade que tem o léxico de variar de sentido, segundo os diferentes contextos em que pode ocorrer. De acordo com Borba (1994, p. 234), *a linguagem humana é naturalmente polissêmica porque o signo, tendo caráter arbitrário, não tem valor fixo, realizando-se na fala por associações.*

Feita a distinção entre essas duas últimas, nota-se a relevância da polissemia no que diz respeito ao enriquecimento da análise discursiva ao enfatizar e focalizar seus múltiplos sentidos. Por fim, têm-se o **topos**, aquilo que é básico no raciocínio, o que o autor quer que o leitor acredite, sendo ele de importância vital tanto para a análise quanto para a compreensão do *corpus* discursivo.

Tais conceitos elaborados por Ducrot (1987) que, ao longo das variadas e sucessivas revisões, é quem melhor trabalha a questão da argumentação na linguagem, foram trabalhados e reelaborados, encontrando-se reunidos na nova fase da sua teoria da argumentação.

2.2 Breve histórico

Publicada em 1969, a primeira teoria semântica considerava que o enunciado produzido por um locutor, poderia ser desdobrado em dois atos ilocutórios: posto e pressuposto. Em 1977, uma reformulação relacionada à descrição da pressuposição é feita: Ducrot passou a compreendê-la como um ato de fala passível de ocorrer ao nível do enunciado e até sob a forma de subentendido. Com a publicação de “As escalas argumentativas”, ele dá início à sua teoria da argumentação.

Em 1980, formula sua versão inicial relativa à teoria da polifonia, provocando mudanças em sua teoria da pressuposição e argumentação, em que as análises passam a ser mais

enriquecidas, quebrando a idéia original sobre a unicidade do sujeito, procurando ainda analisá-la ao nível do enunciado, através das marcas lingüísticas. Só mais tarde, em 1984, ela é reelaborada, fragmentando a figura do locutor, que recebe duas representações diversas:

- 1 – o locutor enquanto responsável pela enunciação [L];
- 2 – locutor enquanto ser no mundo [I].

Recentemente, o conceito de topos foi incluído na sua teoria da argumentação, por ser considerado um princípio argumentativo, imbuído de universalidade, generalidade e gradação.

Por último, tem-se a Teoria dos Topos, que seria a versão mais recente da Teoria da Argumentação da Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores, tendendo para uma linha alternativa, uma vez que ultrapassam a questão do valor de verdade. O sentido de um enunciado não resume ao seu valor de verdade. Ele enfatiza ainda a importância dos itens lexicais, os quais são considerados referenciais por demonstrarem a intenção de uma palavra determinando a sua extensão, considerando-se, para tanto, o todo. Lança ainda algumas reflexões sobre esta última afirmação, objetivando revê-la.

Como afirma Guimarães (1977, p. 191), *toda a lingüística da enunciação... é parte de uma lingüística histórica...*e, portanto, esse caráter histórico há de ser levado em conta sempre. A mudança/modificação é inerente à linguagem e a enunciação é o lugar privilegiado para fazer ocorrê-la. Quando falamos, adotamos um comportamento intencional regido por regras. São essas regras e o modo como o enunciador se insere no tempo e no espaço, assim como as determinações semânticas e sintáticas que atribuem sentido e credibilidade aos enunciados. Assim, texto é, na perspectiva discursiva, uma unidade determinada pelo efeito ideológico da posição do autor.

2.3 A questão do sujeito na análise do discurso

O sujeito faz parte do processo de produção de sentidos, mas não é responsável pelo sentido que produz. Para Courtine (1986), o sujeito é um efeito do processo sem sujeito, uma ilusão que, no interior do discurso, pode ocupar diferentes posições.

No discurso, também destacamos o “tom” ou “voz” que se revela pelo próprio modo de se expressar. É denominado Ethos. Esses efeitos são impostos pela formação discursiva. Esse “tom” ou “voz” está associado a um “caráter”, conjunto de traços psicológicos atribuídos à figura do enunciador e a uma corporalidade. Funcionam, assim, como uma incorporação que é a mescla entre a formação discursiva e seu Ethos. Observa-se no Ethos o que é dito e o “tom” com que é dito. O co-enunciador tem acesso ao “dito” através de uma “maneira de dizer” que está enraizada numa “maneira de ser”.

Na perspectiva do processo discursivo, o texto é atravessado por várias posições do sujeito e uma representação específica do sujeito (o autor) que procura criar a ilusão da unidade textual, ao mesmo tempo em que procura criar a unidade do sujeito.

Os recortes enunciativos são sempre polifônicos, pois há uma representação de papéis diferentes no enunciado.

2.4 A cena enunciativa

A análise visa a enfatizar a topografia social (“lugar”) sobre os falantes. Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e atribuo um lugar complementar ao outro. Surge, então, a “cena enunciativa” ou “encenação” que não é uma máscara do “real”, mas uma de suas formas (MAINGUENEAU, 1976).

O sujeito constrói a cenografia de sua autoridade enunciativa. Designa lugares para si e para os seus destinatários. Pode ser: lingüístico e genérico. O primeiro constitui um pressuposto; o segundo é interpelado numa série de lugares enunciativos e encaixam-se uns nos outros nas seqüências discursivas.

Em um ato de enunciação, também aparece a dêixis que define as coordenadas espaço-temporais, EU-TU-AQUI-AGORA. A dêixis discursiva manifesta-se nos sentidos construídos pela formação discursiva em sua enunciação, distinguindo o locutor e o destinatário discursivos, a

cronografia e a topografia. É um primeiro acesso à cenografia de uma formação discursiva, que possui também a sua dêixis fundadora, situação de enunciação anterior à dêixis atual ou discursiva, com a finalidade de legitimá-la. Distinguem-se, assim, a locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadora.

Ler é inscrever uma escritura única a cada novo ato, pois os recortes são polissêmicos e com múltiplos significantes, dos quais um é escolhido e se instaura como significado. Assim, todo esse processo é um jogo que condiciona e restringe a interpretação. A polissemia também ajuda a compreender a noção de recorte, pois permite uma multiplicidade de sentidos e relações.

A possibilidade de compreensão se dá porque a interação é determinada social e historicamente, tornando a polissemia do signo controlada e possível. Dessa forma, todo significado é constituído e atribuído a partir de um acordo. Ele se encontra na trama das convenções que determina o perfil, os desejos, as circunstâncias e os limites do próprio leitor. Estes significados são evidenciados através dos enunciados, que nos passam a sensação de estarmos num mundo já conhecido. São espaços com identidade histórica marcada pela memória temporal que se apresenta como legítima, institucionalizada.

Na Análise do Discurso, a argumentação também é um sujeito observável, e funciona como pistas na hora da interpretação dos sentidos. A argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, por isso, ela é pertinente à língua. Estas “frases” contêm instruções, senhas, que determinam a intenção argumentativa atribuída aos enunciados. A argumentação é o ponto de vista do enunciador posto em cima pelo enunciado, numa situação de enunciação.

A orientação argumentativa constitui um modo de progressão textual que orienta a organização do texto. A argumentação é vista como a busca da persuasão de um alocutário pelo locutor. A escala argumentativa é uma classe argumentativa, em que se configura uma relação de força maior dos conteúdos dos enunciados. Na argumentação, são observados o funcionamento de operadores conjuntivos e advérbios e suas relações para melhor compreensão da organização textual. Inicialmente observam-se os conectivos, levando-se em conta como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação. Para isso, consideram-se as possibilidades de inversão das orações, a de articulação sobre o limite da frase, o alcance da pergunta, o modo de

encadeamento do texto, a divisão dos dois locutores numa conversa, a divisão entonacional no interior de uma frase e a correlação dos modos verbais nas orações.

A organização textual está fundamentalmente ligada à orientação argumentativa. Ela constitui a coesão e a coerência textual. A primeira seria a relação entre as formas do texto proposta pela orientação argumentativa. A segunda seria a consistência do sentido. Assim, concluímos que a ilusão da intencionalidade se representa no funcionamento de regularidades gramaticais e argumentativas.

Há que se falar ainda sobre o funcionamento do silêncio que determina a contradição entre o “um” e o “múltiplo”, o mesmo e o diferente. Este movimento também determina uma contradição do sujeito e do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só e o equívoco de todos os sentidos.

O silêncio é o não-dito visto do interior da linguagem. É significante e sem ele não há sentido. Para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos históricos, críticos e des-construtivistas. Sem esse processo, é impossível compreender o silêncio. Como bem afirma Guimarães (1995, p. 40),

O silenciamento (política do silêncio) é a prática de processos de significação pelos quais ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada.

Impondo o silêncio, impede-se a discussão e a discordância. Contudo, todo silêncio é parcial. Os mecanismos de apagamento são relativamente visíveis e podem ser reencontrados e tornados visíveis. Recuperá-lo, eis aí a meta a ser atingida, pois é justamente no que é ou está silenciado que geralmente se encontra o mais importante de um texto.

Observamos ainda a importância, para o processo de desenvolvimento da ideologia em um conjunto de textos, de se considerar o grau de explicitação de um conteúdo, ou seja, a identificação não só de conteúdos pressupostos, como também de outros tipos de conteúdos implícitos e dos silenciados, contrastando-os aos conteúdos explicitados.

3 *Corpus* discursivo

Todo ato de comunicação é analisável em diversos níveis, com graus variáveis de complexidade. O objetivo do pesquisador é o fator determinante para o que será privilegiado no material formado para análise.

A produção dos efeitos de sentido será explicitada pelos princípios teóricos da Análise do Discurso articulados através do materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso.

A partir das marcas lingüísticas que se sobressaem, configurando pistas para análise é que começa a se delinear o caminho que levará o analista ao processo discursivo, possibilitando explicar o funcionamento do discurso. As marcas podem se constituir por construções sintáticas, elementos lexicais, morfológicos, fonológicos, não se restringindo a uma espécie de material; uma marca lingüística não é exclusiva de um único “tipo” de discurso, podendo repetir-se nas mais variadas situações de linguagem.

A Análise do Discurso permite generalizar a partir das condições de produção, e não a partir das marcas, já que a generalização, a partir das marcas, leva ao apagamento de vários funcionamentos possíveis, privilegiando apenas um. Na Análise do Discurso, a delimitação do *corpus* só ocorre com a própria análise. A partir de um campo discursivo, estabelece-se um campo discursivo de referência. Através de uma série sucessiva de restrições, chegando a seqüências discursivas que serão submetidas à análise. Para garantir a legitimidade dessas homogeneizações sucessivas é que se impõem as condições de produção, que agem como filtro que separa as seqüências discursivas que constituirão o *corpus*.

Ninguém fala de maneira totalmente objetiva e seca; são as funções emotivas/conativas que conferem à mensagem valores subjetivos. A linguagem contém um mecanismo capaz de produzir um número praticamente infinito de imagens/mensagens. Na análise das seqüências, o que determina se ela é possível ou impossível é a observação do lingüista. A observação das regularidades é importante, pois procuram explicar fatos diferentes, e os fatos semelhantes podem ser explicados por regularidades diferentes.

O conto *Lembrança*, de Luiz Vilela, publicado no livro *Tarde da noite (Contos)*, em 1980, será analisado a partir de seqüências temáticas e recortes enunciativos determinados pelas figuras

enunciativas surgidas no conto. Estas seqüências foram divididas de acordo com a perspectiva dos enunciadores:

R1 ----- Lp – perspectiva do locutor-autor;

R2 ----- E1 – perspectiva de um narrador;

R3 ----- E2 – opinião pública.

Neste texto especificamente, caminha-se muito mais na direção de uma argumentação única, uma monofonia mesmo que “disfarçada” de polifonia, do que propriamente na direção da instauração de uma polifonia.

Para a análise do corpus discursivo, associaremos as condições de produção ao funcionamento do discurso. Para tanto, operamos com os recortes enunciativos (RE) que se organizam entre si e constituem o conto enquanto texto. Cada um será examinado para verificar quais as figuras enunciativas que aí se representam e como o fazem, explicitando nas formações discursivas as pistas lingüísticas que apontam para as formações ideológicas e os implícitos da e na interlocução. Através de uma série de observações e restrições, chegamos às seqüências discursivas que serão submetidas à análise: organização do texto – seu funcionamento discursivo.

3.1.1 Os recortes

R1 – [Lembro-me de que ele o usava camisas brancas. Era velho limpo e eu gostava dele por isso. Eu conhecia outros velhos e eles não eram limpos. Além disso eram chatos. Meu avô não era chato]...

... [Conversávamos mas não lembro sobre o que conversávamos. Não era sobre muita coisa a conversa. Mas isso não tinha importância. O que gostávamos era de estar juntos.

Lembro-me de que uma vez ele apontou para o céu e disse: “olha”. Eu olhei. Era um bando de pombos e nós ficamos muito tempo olhando]...

... [Outra vez eu corri até o fim da praça e lá de longe olhei para trás]...

... [Então pensei que meu avô era maior que a tempestade].

Eu era pequeno mas sabia que ele tinha vivido e sofrido muita coisa. Sabia que ele tinha visto mais um filho morrer. Que tinha sido pobre e depois rico e depois nobre de novo. Que durante sua vida uma porção de gente o havia traído e ofendido

R2 - [Ele não incomodava. Ele quase não falava. Não pedia as coisas a ninguém. Nem uma travessa de comida na mesa ele gostava de pedir. Seus gestos eram firmes e suaves e quando ele andava não fazia barulho.

Ficava no quartinho dos fundos e havia sempre tanta gente e tanto movimento na casa que às vezes até se esqueciam da existência dele. De tarde costumava sair para dar uma volta. Ia só até a praça da matriz que era perto. Estava com sessenta anos e dizia que suas pernas estavam ficando fracas. Levava-me sempre com ele]... (linhas 4 a 15);

...[Depois ele voltou para mim e sorriu. Mas não disse nada]... (linhas 21 a 22);

...[Nessa hora uma faísca riscou o céu. O dia estava escuro uma ventania

R3 – [As pessoas diziam que ele era um velho muito distinto]...

3.2.2 Os recortes enunciativos e as figuras enunciativas

Em R₁, o locutor (L) responsável pela enunciação representa-se como L_p (locutor pessoal), assume a responsabilidade pelo seu dizer, pelo dito, enquanto pessoa no mundo [1]. Examinando esta representação na seqüência 1 abaixo, encontraremos:

“Lembro-me de que ele só usava camisas brancas. Era um velho limpo e **eu** gostava dele por isso. Eu conhecia outros velhos e eles não eram limpos. Além disso eram chatos...”

O sujeito tem a marca da primeira pessoa do singular (eu), o locutor (L) se manifesta e se identifica. Quem se lembra? Eu, neto da personagem principal. Ao construir um texto, o autor procura parecer sincero e verdadeiro. Mas, isso por si só não se revela suficiente. É exatamente através da argumentação, explanação do seu raciocínio que fará com que o texto pareça

verdadeiro. Utiliza estratégia centrada no emissor. É aquela que procura mostrá-lo como alguém credenciado para um dado discurso, que busca dele uma imagem favorável.

Nesta seqüência do R₁, o Lp focaliza o avô como um velho limpo (“só usava camisas brancas”) e que “não era chato”. Estes enunciados já sinalizam para a conclusão a que o Locutor quer chegar. Nessa seqüência, o Lp apresenta o avô e as razões pela quais gostava dele: limpo e não era chato.

Ao afirmar: “era um velho limpo e eu gostava dele por isso”, o que estaria pressuposto no posto?

PP – Eu só gostava de meu avô porque era um velho limpo.

SUB – Eu não gosto de velhos a ser que sejam limpos.

Continuando sua orientação argumentativa, focaliza os velhos que conhecia e afirma que não eram limpos e, além disso, eram chatos, como que legitimando o dito sobre “seu avô” nos enunciados e antecipando a conclusão para a qual o texto sinaliza.

Analisando o posto “Eu conhecia outros velhos e eles não eram limpos. Além disso eram chatos”, tem-se:

PP – Todos os velhos que conheço são sujos e chatos.

SUB – Os velhos são sujos e chatos.

Ao dizer “eu conhecia outros velhos e eles não eram limpos”, instala a polifonia, é como se tivesse contestando uma outra voz ou vozes que afirme(m) que “velhos são limpos”. Na organização argumentativa em relação ao velho, sua rejeição é reforçada quando introduz através do operador argumentativo “além disso”, um argumento adicional decisivo: “eram chatos”, apontando para uma conclusão como: “eu não gosto de velhos porque são sujos e chatos”.

A cor branca aparecerá insistentemente nesse *corpus* procurando ora sinalizar para o aspecto da limpeza (quando se referir à cor da camisa) ora como sinal da idade e de respeito (cabeça branca).

Em R2 o locutor (L) se afasta do texto e fala na perspectiva de um narrador, E1 (enunciador) que fala como um argumentador no sentido de reforçar a conclusão. Apresenta uma série de argumentos, razões do “porquê” seu avô era velho, “mas não era chato”, como os outros velhos que conhecia:

“Ele não **incomodava**. Ele quase não falava. **Nem pedia** as coisas a **ninguém**. Nem uma travessa de comida na mesa ele gostava de pedir. Seus gestos eram **firmes e suaves** e quando ele **andava não fazia barulho**”.

Quando, portanto, velho não é chato?

Quando atende a esses critérios acima mencionados que não correspondem a grande maioria dos casos e nem são condizentes com o real dos idosos e suas dificuldades também reais, quer sejam físicas, psicológicas ou sociais. Para o autor, velho que não é chato é um ser quase irreal, inexistente, uma vez que os pontos levantados pelo autor são corriqueiros, comuns no dia-a-dia de uma família e de seus membros. Os adjetivos empregados aos velhos são basicamente em número de dois; sujos e chatos, portanto, ideológicos e pejorativos. Será que ele não se imagina chegando a essa idade e sendo considerado por outros como sujo e chato, como hoje ele faz? Ou será que semelhante ao seu avô, que não era nem sujo (usava camisas brancas somente) nem chato (não pedia nada, nem falava nada, etc.)?

O autor procura ainda criar (criar porque parece quase irreal, fictício) a imagem que o autor faz do seu avô. Faz uso inclusive de quase antônimos para fortalecer os seus argumentos, quando emprega dois adjetivos: firmes e suaves. Complementa a idéia quando diz que ele não fazia barulho. Como? Se mais adiante ele se contradiz e declara que o avô já contava com seus setenta anos e se julgava com as pernas fracas para ir mais longe que a praça da matriz. A dificuldade de locomoção é um dos traços característicos da velhice, juntamente com outras dificuldades físicas, psicológicas e sociais, dentre outras.

Convém ressaltar que o processo de envelhecimento ocorre desde que nascemos, mas a sua expressão maior inicia-se a partir da quarta e quinta décadas de vida, quando o indivíduo sofre as modificações compostas de limitações físicas, mudanças na imagem corporal, nos papéis sociais

desempenhados e no seu psiquismo. Embora a velhice não constitua, por si, um problema social, o idoso surge no mundo como um ser problemático no sentido de que é um ser de muitas carências.

No que diz respeito às relações entre esta formação discursiva e a formação ideológica, que normas práticas devem governar os comportamentos, gestos e atitudes dos velhos nas relações sociais (familiares, individuais) para que sejam chatos? Quando outros, que não os velhos, fazem tudo o que o autor levantou/enumerou são tidos como chatos? Ou isso não é permitido aos velhos? A intolerância nesses aspectos vale para todas as idades ou é específica aos idosos?

A velhice, como um todo, é afetada pelo produtivismo e consumismo que desvaloriza o antigo, o tradicional, a memória e a lembrança. E, na seqüência deste R2, o E1 fala do papel social do avô na família e fora dela: “ficava no **quartinho dos fundos** e havia sempre tanta gente e tanto movimento na casa que às vezes até se esqueciam da existência dele”.

O feixe de argumentos apresentado indica o papel do velho na organização social e o último argumento é introduzido pelo operador argumentativo (O.A.) “até” assinalando o argumento mais forte (escala argumentativa), no sentido da conclusão.

O lugar destinado a esse ente mais velho é sinalizado pelo autor com um diminutivo que no contexto vem a se configurar como pejorativo: “quartinho”; e que por estar acompanhado da topografia: “dos fundos” revela o isolamento, a distância que querem manter deste. Geralmente quem se utiliza desse local é a empregada doméstica quando dorme na casa, não um ente familiar. O isolamento era tamanho que chegavam até mesmo a esquecerem dele.

O que se percebe também é que na maioria das vezes a pessoa de idade não decide: ao lhe faltar o companheiro ou a companheira, “precisa” morar com alguém, senão por motivos econômicos, por lhe faltar condições físicas e/ou psicológicas para “viver sozinha”. Para os homens idosos, a situação é ainda mais difícil, pois, na maioria das vezes, falta-lhes o treino para cuidar de si e de uma casa.

Relacionando a formação discursiva com a formação ideológica, como a ideologia se manifesta?

A ideologia da sociedade capitalista encontra-se latente onde e quando um ser deixa de ser “produtivo”, funcional, portanto, no sistema, perde, além do valor, o respeito, sendo inclusive

estendido até o círculo familiar. No oriente, a situação muda. Os idosos são bem tratados. São inclusive reverenciados e venerados. Observemos o trecho a seguir:

“Conversávamos mas não lembro sobre o que conversávamos. Não era sobre muita coisa a conversa. Mas isso não tinha importância . O que gostávamos era de estar **juntos**.”

“Lembro-me de que uma vez ele apontou para o céu e disse: “**olha**”. **Eu olhei**. Era um bando de pombos e **nós** ficamos muito tempo olhando...”

“... **não** me lembro sobre o que...”

Então o “velho” monologava, uma vez que o narrador/neto não consegue lembrar o assunto, não prestava atenção. Bastante comum ignorarem os mais velhos e suas falas. Há ainda as dificuldades inerentes à terceira idade que dentre outras está inclusa aqui a da comunicação: baixa audição, baixa visão, déficit de memória e confusão mental em maior ou menor grau.

O que se percebe também é que não fica muito claro no texto se o menino acompanhava o avô por livre e espontânea vontade, apesar de afirmar mais adiante que o que gostavam mesmo era de estar juntos ou se era obrigado a ir. Vejamos a seguinte passagem:

“... De tarde costumava sair para dar uma volta. Ia só até a praça da matriz que era **perto**. Estava com **setenta anos** e dizia que suas pernas **estavam ficando fracas**. **Levava-me sempre com ele**...”

Nesta seqüência 2 de R1, o locutor se manifesta na primeira pessoa do plural (nós) e na primeira pessoa do singular:

“... conversávamos...” (**nós** = eu e meu avô)

“Lembro-me de que uma vez...”

O uso da marca da primeira pessoa do plural equivale à primeira pessoa do singular, permitindo que (L) e Lp se associem. O locutor (L) se inscreve no sujeito com dupla função:

- conferir credibilidade à enunciação (eu) e meu avô conversávamos, sinalizando ou simulando para uma aproximação ou uma pseudo-aproximação entre a juventude (neto) e a velhice (avô);
- demonstrar a integração entre as duas faixas etárias, através da troca de experiência (conversa/"diálogo" – (?)) e de afeto na relação: "Mas isso não tinha importância"; "O que gostávamos era de estar **juntos**" (?).

Nessa seqüência, o (L) ora se manifesta como "eu" ora como "nós", entretanto, prossegue a sua argumentação em direção à conclusão quando diz "Não era sobre muita coisa a conversa. Mas isso não tinha importância. O que gostávamos era de estar juntos".

O que se nota é que o mundo contemporâneo não cria oportunidades para que o diálogo com as gerações antigas seja efetivo e freqüente. A consequência imediata é o isolamento, a marginalização, perda de papéis familiares e de trabalho, perda de poder aquisitivo (quartinho dos fundos, ele quase não falava, etc.), dentre outros.

A perda dos papéis familiares associados à vida doméstica e ao mercado de trabalho estimula o afastamento de gerações, o conflito, a incompreensão e o desentendimento, sobretudo a indiferença, quando não o desprezo ou tolerância forçada e muitas vezes disfarçada.

Em seguida, faz progredir o texto com a lembrança que (ao contrário das conversas) ficou marcada na memória: um dos passeios em que o avô apontou-lhe o céu e pediu-lhe, ou melhor dizendo com o verbo no imperativo: "olha", mas parece uma ordem a ser obedecida, como realmente aconteceu: "Eu olhei". Isso, para que olhasse o bando de pombos.

Na segunda seqüência de R2, o locutor (L) convoca E1 (narrador) como para comentar o acontecimento descrito nos enunciados anteriores: "depois ele (avô) voltou-se para mim e sorriu,

mas não disse nada”. E como se complementasse “o dito” na seqüência 1 do Recorte 2 e remetesse a outras passagens do conto; mesmo em situações especiais, não falava:

“Ele quase não falava”.

“Não era sobre muita coisa a conversa”.

Neste momento, E1 descreve a mudança na cena enunciativa: “uma **faísca** riscou o céu...”, para, em seguida, mostrar o comportamento do avô: passivo, imóvel, símbolo de coragem, **maior que** as adversidades. Este parágrafo encontra-se correlacionado à última parte do texto que trata das dificuldades passadas pela personagem ao longo da sua vida.

Há, no conto, um misto de ideologia negativa sobre a velhice de que o autor não está isento, faz parte de toda uma sociedade e talvez nem mesmo seja consciente desta, como também momentos em que o mesmo enaltece a figura do avô, como se este último fosse próximo a um super-herói e só assim então pudesse e merecesse ser admirado.

Na terceira seqüência de R1, o Lp sinaliza para a construção do avô/herói (maior que a tempestade), capaz de vencer as adversidades como prova sua história de vida, história de sofrimento: traição, perdas, instabilidade econômica, para em seguida dizer: “Mas ele nunca falava disso (sua vida, sua história). Nunca o vi queixar-se de qualquer coisa...”.

Em R3, (L) fala na perspectiva de E2 (opinião pública) para dar o golpe decisivo em direção à conclusão, em que a expressão “velho distinto” se articula e tem correlação interna com todo o texto. Que efeitos(s) de sentido(s) é (são) produzido(s)?

- velho distinto – diferente dos outros velhos (sujos, chatos, faladores, contestadores, participativos)?

ou

- velho distinto - diferente porque conformado, resignado com a sua situação de isolamento, desempenhando o papel que lhe foi reservado “no quartinho dos fundo”, onde a família muitas vezes se esquecia dele?

Chama para tanto, um enunciador genérico para falar por ele. Nem mesmo na conclusão, “fechamento” da sua idéia, abandona seu “disfarçado” (mas nem tanto, uma vez que não chega a ser invisível/imperceptível) e chama outros para respaldarem o distinto avô que era seu e não de outros, portanto ele, pelo menos teoricamente, é quem melhor poderia falar sobre.

Na maioria das vezes, nem nos damos conta das ideologias inerentes a nossa concepção de vida e de mundo. Quando escrevemos, nos expomos, por mais que tentemos nos esconder, disfarçar e, então, terminamos por nos revelar.

4 Considerações finais

A análise evidenciou que o processo de interlocução instaurado no conto é complexo, destacando-se a estratégia de produzir um discurso que se sustenta no jogo da temporalidade: no hoje e no ontem e na articulação dos operadores argumentativos.

O narrador fala na perspectiva de um narrador, na maior parte da enunciação, mas convoca outras vozes, enunciadores que tomam a palavra e se manifestam em diferentes dizeres que podem sustentar o discurso do narrador ou a ele se opor. Refazer a trajetória do sujeito enquanto autor, considerando “pistas” configuradas na linguagem e que devem ser relacionadas às condições de produção, permitiu a análise do discurso de Luiz Vilela sobre a velhice. Através dessa análise se revelam não a verdadeira posição ideológica do locutor-autor, mas as diferentes formas de assujeitamentos ideológicos inscritos no discurso dos diferentes enunciadores. Não se trata de, segundo Maingueneau (1987), “examinar um *corpus* como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual se revelam substituíveis”.

A polifonia permitiu a compreensão de interlocução que se estabelece no interior do conto. Cada enunciador se faz presente, argumentando do lugar social que ocupa, representando, assim, uma voz ideologicamente constituída. O dizer do sujeito-autor produzido do ponto de vista do narrador (E₁) ganha em força e credibilidade, pois representa a ideologia da sociedade capitalista que menospreza os idosos.

Nesse sentido, constituem formas de argumentação: o silêncio, os estereótipos, as atitudes etnocêntricas, a negação ou assimilação das diferenças, a exclusão, os implícitos identificados nas formações discursivas, as pistas linguísticas que evidenciam a posição do sujeito-autor, através dos enunciadores por ele institucionalizados como porta-vozes do seu discurso.

O discurso fundador de que “velho é sempre sujo, chato e inconveniente, um verdadeiro incômodo...” consolida-se na construção argumentativa de Vilela e ora analisada.

A ideologia resulta da relação entre os interlocutores, bem como das marcas dos processos discursivos fragmentados em seu processo de interação e das condições de produção com a situação discursiva. A linguagem é o suporte, é o instrumento que permite a materialização das formações ideológicas, pois reflete o individual e o social. Assim considerando, foi possível identificar, nas seqüências selecionadas, os efeitos de sentido produzidos pelos elementos de coesão, pelos operadores argumentativos, pelos verbos e advérbios, enfim, o léxico em geral. Eles serviram de referência e respaldo para o estudo feito na perspectiva da Análise do Discurso. E é nesse sentido que pudemos constatar a relação entre o funcionamento discursivo e o argumentativo.

A investigação conduziu-nos à ratificação dos postulados teóricos sobre os quais desenvolvemos o presente trabalho. A legitimação do discurso apresentou-nos coerente com a formação ideológica e, portanto, coerente também com a formação discursiva do autor que, como os demais membros da sociedade, mesmo procurando “camuflar” seu preconceito (seja ele de que tipo for - no caso específico desse *corpus*, girou em torno da idade/velhice), termina por desvelar-se ou ser desvelado numa análise mais crítica e apurada dos seus dizeres.

A argumentação juntamente com o léxico, operadores argumentativos, dentre outros, “costuram” o texto e revelam a ideologia subjacente à mensagem.

Referências

BAKHTIN, Michael. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994. (Série Princípios)
- _____. José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994 (Repensando a língua portuguesa).
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. São Paulo: Pontes, 1989.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. São Paulo: Pontes, 1987.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992 (Repensando a língua portuguesa).
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995. (Coleção Repertórios).
- PÊCHEUX, Michel (1983) “Análise do discurso em três épocas”. In: GADET, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- SAVIOLI, Francisco Platão e FIORIN, J. Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.
- VILELA, Luiz. *Tarde da noite*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1980. (Contos)

ORGANIZAÇÃO TEXTUAL: UMA ABORDAGEM COMUNICATIVA

Waldivia Maria de Jesus

RESUMO: Este artigo propõe analisar a organização de parágrafos no texto-em-funções ou o texto como manifestação da linguagem. Na visão de Fávero & Koch (2002), o conceito de texto-em-funções surgiu de uma pesquisa interdisciplinar que reúne outras áreas de conhecimento como a filosofia da linguagem, a sociologia, a psicologia e a teoria da comunicação. Os estudos da linguagem, nessa perspectiva, ultrapassam o plano da forma, por conceber o texto não como construção linguística abstrata, mas como o texto-em-funções (ou a gramática dos atos de fala). Nessa concepção, o foco é a produção e a recepção de manifestações linguísticas, com funções comunicativas. O *corpus* desses estudos constitui-se por um texto extraído do jornal Folha de São Paulo.

Palavras-chave: organização textual, linguagem em ação, interação social

ABSTRACT: *This article aims to analyze of paragraphs in the text-in-function or the text as a manifestation of language. In view of Favero & Koch (2002), the concept of text-to-function emerged from interdisciplinary research which includes other areas of knowledge such as philosophy of language, sociology, psychology and communication theory. Studies of language, in this perspective, beyond the level of form, to design the text as abstract linguistic construction, but as the text-in-function (or the grammar of speech acts). In this conception, the focus is the production and reception of linguistic expressions, with communicative functions. These studies corpus is constituted by a text extract of Folha de São Paulo newspaper.*

Keywords: *textual organization, language in action, social interaction*

Introdução

O texto que constitui o *corpus* desses estudos se classifica como artigo de opinião, por meio do qual o enunciador expõe suas ideias e argumenta em defesa de um ponto de vista. Em função disso, centramos a atenção na organização do parágrafo expositivo-argumentativo, por ser predominante nesse tipo de texto.

Propomos abordar a organização desse texto como instrumento de realização de intenções comunicativas do produtor. Essa visão se ancora nas bases teóricas da pragmática, que põe em relevo o relacionamento entre o linguístico e o extralinguístico, entre o código e a mensagem, cujo foco é a produção e a recepção de manifestações linguísticas, com funções comunicativas.

A organização do texto-em-funções se processa com ênfase na funcionalidade, uma vez que esse é produzido com vistas a comunicar algo a alguém, com a máxima eficiência. Por isso, seu produtor tende a considerar o público a quem se dirige e o efeito de sentido que intenciona causar sobre seu público leitor. Isso quer dizer que, conforme a intenção comunicativa, o enunciador pode produzir seu texto com vistas a persuadir, dissuadir, informar, perguntar, declarar ou justificar.

A organização textual, nessa perspectiva, põe em relevo a dinâmica de uso da linguagem, o que implica no dinamismo da organização de parágrafos, que deixa de obedecer a uma forma rígida. Nesse sentido, considera-se a natureza do objeto de discurso e as circunstâncias de comunicação, que tendem a influir na escolha das formas de organização mais adequadas para comunicar um dado conteúdo de ideias. Nesse sentido, Halliday & Hasan (1985) argumentam que o modo de organização da linguagem é determinado pelas funções que ela desempenha em dados contextos.

Essa é uma visão pragmática da linguagem que, embora não seja um tema novo, trata do discurso, do texto, do contexto e dos atos de fala. Nesse sentido, Varó (1992) sustenta que na visão pragmática o significado textual é entendido como uma fonte inacabada de sentidos, uma vez que se trata de um fenômeno dinâmico condicionado pela atuação circunstancial de lugar e tempo de enunciação.

Nessa perspectiva, a Teoria dos Atos de Fala, formulada por Austin (1980) contribui para descrever a linguagem em ação, visto que considera os enunciados utilizados pelos falantes em relação aos seus interlocutores, dentro de um contexto dado. Sob essa ótica, os atos efetuados com a linguagem surtem efeitos comunicativos.

Organização de parágrafos: organização da linguagem

A organização de parágrafos tem como fim principal a organização do pensamento e da linguagem, uma vez que o sucesso dos atos de linguagem decorre, dentre outros fatores, dessa organização. Isso implica em buscar meios eficazes para textualizar as informações, conforme as circunstâncias de tempo, lugar e pessoas. Essas circunstâncias tendem a determinar as formas de

organização da linguagem, que podem variar dentro de um único texto, conforme a complexidade do objeto de comunicação.

Isso não significa que a classificação de parágrafos, de acordo com a forma de ordenação, apresentada nos manuais de redação, seja menos importante. Essa classificação é necessária para fins didáticos, com a finalidade de facilitar a compreensão, para aplicação em situações de interação pela linguagem que, na maioria das vezes, requerem a junção de diferentes formas para transmitir o conteúdo das mensagens. Considerando esse fato, refletimos acerca da classificação de formas de organização de parágrafos, sob a visão de estudiosos dessa área, com a finalidade de apreender seu sentido e observar suas possibilidades de uso no texto-em-funções.

Serafini (2004) discorre acerca da organização do parágrafo expositivo-argumentativo sob a visão de (Toulmin, 1958 e Moore, 1981). Esses autores examinam as características de um parágrafo com o intuito de identificar quais dentre elas contribuem para convencer o leitor a compartilhar a tese que o escritor defende. Essas características são identificadas a partir de três elementos fundamentais: a afirmação, a informação e a garantia.

A afirmação apresenta a ideia principal do parágrafo; a informação contém os dados que apoiam a afirmação; a garantia constitui a ligação, entre a afirmação e a informação, mostrando a importância da informação para apoiar a asserção. A autora enfatiza que a utilização desses elementos não obedece a uma forma fixa, uma vez que esses podem ser utilizados de vários modos no desenvolvimento de parágrafos.

Serafini (2004) faz distinção entre parágrafo descritivo e parágrafo expositivo-argumentativo. No primeiro, a garantia pode estar subentendida, no segundo, são as informações. No primeiro, a informação precede a garantia; no segundo, a garantia quase sempre precede a afirmação. Essa escolha, na visão da autora, é estratégica e se vincula à necessidade de convencer o leitor, sobre a validade da afirmação. Isso se explica porque em um parágrafo expositivo-argumentativo é particularmente importante que as garantias sejam aceitas e compartilhadas.

Parágrafo expositivo-argumentativo e suas particularidades

Para Serafini (2004), o parágrafo expositivo-argumentativo é o mais complexo, pelo fato de uma única unidade discursiva englobar, na maioria das vezes, mais de um parágrafo relacionados entre si; como, por exemplo, parágrafos descritivos e narrativos que reforçam a argumentação. Assim sendo, a unidade expositivo-argumentativa apresenta, em geral, as três categorias do modelo de Toulmin: a ideia que se pretende afirmar (afirmação), os dados que a apoiam (informação) e considerações gerais que servem para unir a ideia afirmada aos dados (garantia).

Essa autora observa que na organização do parágrafo expositivo-argumentativo a informação pode estar subentendida, já que ela é tida como conhecida. No entanto, a autora enfatiza que nesse tipo de parágrafo, o produtor do texto deve cuidar para que as garantias sejam aceitas e compartilhadas. Isso se justifica em função da intenção de obter o sucesso do ato de linguagem, pois, para que isso ocorra, é preciso, em primeiro lugar, convencer o leitor da garantia, pois assim, fica mais fácil convencê-lo de que a afirmação é verdadeira.

Nessa direção, Garcia (1972) propõe um modelo de organização textual global, que se processa a partir de quatro estágios, a saber: a) formulação da tese que deve ser clara e inconfundível; b) a análise da tese que consiste no estágio de maior importância, por exigir um grande esforço por parte do enunciador para manter a imparcialidade; c) a formulação dos argumentos que constitui a argumentação propriamente dita. Trata-se do estágio em que o autor apresenta as provas ou razões que sustentam a tese, ou seja, é o suporte de suas ideias; d) a conclusão que resulta das provas ou razões apresentadas. Dessa forma, a estruturação do texto expositivo-argumentativo constitui, em tese, análise, síntese e conclusão.

Para facilitar a organização da linguagem dentro dessa estrutura global, Garcia (1972) apresenta os seguintes tipos de organização de parágrafos: enumeração ou descrição de detalhes, confronto, analogia e comparação, citação de exemplos, razões e consequências, causa e efeito. Essas formas serão verificadas na análise do texto que constitui o *corpus* deste trabalho.

Lembramos que essa classificação ocorre para fins didáticos, tendo-se em vista que no texto-em-funções essas formas de organização textual assumem um caráter dinâmico e, sendo assim, elas podem se apresentar imbricadas, com a finalidade de dar conta dos sentidos que o texto veicula.

Sob a ótica de Fávero & Koch (2002), a abordagem comunicativa da linguagem, que prevê o texto desempenhando funções, põe em relevo a extensão qualitativa da linguagem. Essa extensão está relacionada com o domínio do uso da linguagem. Isto significa que conhecer as categorias linguísticas é importante, mas não basta para estabelecer a interação, uma vez que essa decorre da capacidade de fazer uso dessas categorias, no sentido de adaptá-las as diversas situações comunicativas.

Com o apoio desse aporte teórico propomos verificar as várias possibilidades de organização da linguagem, em forma de parágrafos, dentro de um único texto, entendido como texto-em-funções ou texto como instrumento de realização de intenções comunicativas. Trata-se do texto: *Quantas missas vale Paris?*, da Folha de São Paulo, p. A2. de 08 de novembro, de 2005, escrito pelo jornalista Clovis Rossi.

Análise de texto

1. BUENOS AIRES – O que está acontecendo em Paris e em outras cidades francesas parece a
2. repetição, sem o morro, da situação das favelas do Rio de Janeiro ou de outras regiões do Brasil
3. em que o Estado já não controla nem tem, como seria de rigor, o monopólio no uso das armas.
4. O problema é que ocorre justamente em uma das mais simbólicas cidades do Ocidente rico e
5. glamuroso e que, ainda por cima, orgulha-se imensamente de
6. sua “liberdade/igualdade/fraternidade”.

8. A avaliação mais convencional sobre a crise “balieues” parisiense já foi feita pelo próprio
9. presidente Jaques Chirac em um livro velho (“A França para todos”), como recorda o jornal
10. britânico “Financial Time”. “Mais da metade da população francesa não é nem entendida nem
11. protegida. As pessoas perderam a confiança. Seu desespero leva à resignação; há o risco de
12. incitar o ódio. Estamos a mercê de uma explosão social”, escrevia Chirac.

13. Mas não explica tudo. Faz tempo que é assim, faz tempo que, nos subúrbios amontoam-se
14. filhos ou netos dos primeiros imigrantes, que os sociólogos Stéphane Beaud e Gerard Noiriel
15. chamam de “os novos páreos da República.”

16. Ao contrário dos pais ou avós, conformados porque até o “desespero” em que Chirac os via é
 17. preferível ao sofrimento insuportável dos que fugiram, a terceira geração não aceita
 18. passivamente a exclusão do banquete.
19. Se é assim há algum tempo, porque explodiram agora em tão larga escala? Por que como no
 20. Brasil se tornaram recruta da violência? (...)
21. É um problema social, mas é também policial. Não dá para confundir as coisas e alegrar-se,
 22. como certos setores da esquerda idiotizada, com ataque a símbolos do capitalismo.
23. Essa menina não está procurando “liberdade/igualdade/fraternidade” nem nos subúrbios de
 24. Paris nem nos morros do Rio.

Para proceder à análise desse texto partiremos dos aspectos de organização global para chegarmos aos aspectos específicos. Para isso, utilizaremos, em primeiro lugar, o modelo global proposto por Garcia (1972), que sugere os seguintes estágios de organização: a) formulação da tese; b) a análise da tese c) a formulação dos argumentos d) a conclusão que resulta das provas ou razões apresentadas.

No texto em questão, esses estágios de organização não obedecem a uma sequência rígida, por se tratar de um texto-em-funções, que se propõe comunicar um conteúdo complexo, em um curto espaço, para leitores que talvez tenham um conhecimento limitado sobre o contexto sócio-econômico e político de um país europeu: a França. Esse fato tende a orientar as escolhas linguísticas e o modo de organização da linguagem.

Assim, o enunciador parte de informações que possam situar os leitores no contexto de comunicação. Para isso, ele estabelece uma relação comparativa entre duas realidades: os conflitos sociais em Paris e os conflitos sociais em morros do Rio de Janeiro, que é uma realidade conhecida pelos brasileiros. [1/2] *O que está acontecendo em Paris e em outras cidades francesas parece a repetição, sem o morro, da situação das favelas do Rio de Janeiro.*

Com base nessa informação, o enunciador constrói os argumentos. Primeiro argumento [4/5] *O problema é que ocorre justamente em uma das mais simbólicas cidades do Ocidente rico e glamuroso.* Nesse argumento está implícita a ideia de que os conflitos que ocorrem na França representam um problema maior do que aqueles que ocorrem nos morros do Rio de Janeiro,

porque no Rio, os conflitos ocorrem em regiões pobres constituídas por favelas, enquanto na França esses ocorrem em Paris, uma das mais simbólicas cidades de um Ocidente rico e glamuroso.

Segundo argumento [8/11] *A avaliação mais convencional sobre a crise “balieues” parisiense já foi feita pelo próprio presidente Jaques Chirac em um livro velho (“A França para todos”), como recorda o jornal britânico. “Financial Time”. “Mais da metade da população Francesa não é nem entendida nem protegida.* Ao utilizar o recurso da citação, o enunciador constroi o argumento de reforço, que se apoia na fala de uma autoridade e em fatos noticiados por um jornal de grande circulação e credibilidade. Essa estratégia argumentativa visa a atribuir um valor de verdade ao dito.

Após informar sobre o fato em questão e argumentar sobre ele, o enunciador propõe sua tese. [21/22] *É um problema social, mas é também policial. Não dá para confundir as coisas e alegrar-se, como certos setores da esquerda idiotizada, com ataque a símbolos do capitalismo.* Nessa tese, o enunciador defende a importância de se fazer distinção entre o aspecto social e o aspecto policial dos conflitos. Subentende-se, assim, que o primeiro se resolve com medidas sócio-econômicas e o segundo, com medidas repressivas.

Na conclusão do texto, o enunciador nega parte de sua tese, formulada a partir dos argumentos de reforço, que constituíram as provas ou as razões apresentadas. Na conclusão, tem-se o enunciado [23/24] *Essa meninada não está procurando “liberdade/igualdade/fraternidade” nem nos subúrbios de Paris nem nos morros do Rio.* Essa conclusão nega o aspecto social dos conflitos, que foi apresentado no argumento de reforço. [10/12] *Mais da metade da população francesa não é nem entendida nem protegida. As pessoas perderam a confiança. Seu desespero leva à resignação; há o risco de incitar o ódio.* Verifica-se, nessas considerações finais, que o enunciador perde um fio do discurso e, assim, comete uma falha de coerência de ideias.

A organização textual segundo o modelo de Toulmin

Ainda numa perspectiva global, aplicamos o modelo proposto por Serafini apud (Toulmin, 1958 & More, 1981), à análise do texto em questão. Esse texto é introduzido pela informação seguida da garantia e da afirmação. A informação se apresenta no trecho [1/3] *O que está acontecendo em Paris e em outras cidades francesas parece a repetição, sem o morro, da situação das favelas do Rio de Janeiro ou de outras regiões do Brasil em que o Estado já não controla nem tem, como seria de rigor, o monopólio no uso das armas.* Nesse parágrafo introdutório, o enunciador estabelece uma relação de semelhança entre duas realidades e, assim, situa o leitor no contexto de comunicação.

Após situar o leitor, o enunciador passa da informação para a garantia e, por meio do recurso da citação, ele constroi o argumento de reforço, conforme se observa [8/11] *A avaliação mais convencional sobre a crise “balieues” parisiense já foi feita pelo próprio presidente Jaques Chirac em um livro velho (“A França para todos”), como recorda o jornal britânico “Financial Time”. “Mais da metade da população francesa não é nem entendida nem protegida.”* Ao construir esse argumento o enunciador cuida para que as garantias sejam aceitas e compartilhadas, por isso, utiliza fontes que se supõem confiáveis e seguras, tendo-se em vista que a aceitação das garantias pelos leitores implica em obter o sucesso do evento discursivo.

A intenção de obter o sucesso do evento discursivo condiciona a atitude comunicativa do enunciador, que segue os passos: situa o leitor, apresenta o argumento de reforço como garantia e passa à tese, que é formalizada por meio de uma declaração afirmativa. [21/23] *É um problema social, mas é também policial. Não dá para confundir as coisas e alegrar-se, como certos setores da esquerda idiotizada, com ataque a símbolos do capitalismo.* Ao situar o leitor no contexto de comunicação e lhe apresentar garantias aceitas e compartilhadas, o enunciador apresenta-lhe a tese e, assim, espera conquistar sua adesão.

A organização de parágrafos no texto-em-funções

A intenção de comunicar algo sobre um objeto de discurso tão complexo, como os conflitos sociais em Paris, para leitores que estão distantes dessa realidade, faz com que o enunciador busque meios criativos de organização da linguagem. Isso justifica a opção por

diversas formas de organização de parágrafos, quais sejam: exemplificação, causa e consequência, comparação dentre outras. A riqueza de informação desse texto o condiciona a apresentar características variadas.

O texto, em análise, constitui um exemplo de condensação de quase todas as formas de ordenação de parágrafo. Nele podemos constatar a ordenação por espaço: [1] *em Paris, em outras cidades francesas* [2] *favelas do Rio de Janeiro, outras regiões do Brasil*, [4] *em uma das mais simbólicas cidades do Ocidente*.

A ordenação por tempo [13] *faz tempo*, [19] *há algum tempo, agora*. Essas relações espaço-temporais podem agregar-se a outras formas de organização, principalmente, àquelas que visam comparar países, estados, regiões nesses níveis. Sendo assim, a estruturação por tempo e espaço está contida na estruturação por contraste ou comparação, uma complementa a outra para comunicar o conteúdo em questão.

Na ordenação por contraste e comparação podemos observar as seguintes relações: [1/2] *parece uma repetição sem o morro*, [23/24] *subúrbios de Paris/morro do Rio*, [16] *pais e avós conformados/terceira geração que não aceita passivamente a exclusão*, [21] *é um problema social/é um problema policial em Paris como no Brasil*. Nesses trechos estão interagindo três tipos de ordenação: contraste, comparação e espaço.

Constata-se, ainda, a ordenação por enumeração, conforme se observa [10] *mais da metade da população francesa não é nem atendida nem protegida, as pessoas perderam a confiança* [11] *seu desespero leva à resignação*. Essa enumeração de fatores também pode ser considerada como causas que levam às seguintes consequências: [11] *há o risco de incitar o ódio* [12] *explosão social* [20] *jovens se tornarem recrutas da violência*.

A enumeração aqui, também, tem valor de explicitação, pois, à medida que o autor enumera os fatos, ele também explicita as causas geradoras dos conflitos e, ao fazer isto, acaba por apresentar as consequências como: *explosão social, os jovens se tornarem recrutas da violência*. Trata-se de relações muito sutis nem sempre marcadas linguisticamente. As relações de causa e consequência, por exemplo, não estão explicitadas por meio de suas marcas linguísticas, identificáveis na superfície textual, estas ocorrem por meio das relações semânticas existentes entre os períodos.

Sobre a ordenação por contraste, Garcia (1972) admite haver uma leve diferença entre contraste e comparação. O contraste está no plano conceitual (oposição de ideais, antítese), portanto não apresenta as marcas linguísticas típicas da comparação (parece, como etc.). Essas formas não são excludentes e sim complementares e coexistem em um único texto, dependendo de sua complexidade e de sua função comunicativa. Em se tratando do texto, em análise, sua função comunicativa consiste em elucidar algumas questões que envolvem os conflitos sociais em Paris.

Sob um olhar superficial, a organização do texto, em análise, poderia ser classificada como organização por comparação, que é sua marca predominante. No entanto, sabemos que essa classificação se torna inviável quando se trata de um texto desempenhando funções comunicativas. No texto em questão, por exemplo, verificamos a concomitância de quase todas as formas de ordenação de parágrafo, o que não gerou um caos nem a dispersão de ideias, que prejudicasse sua compreensão, embora o enunciador tenha cometido uma falha de coerência de ideias nas considerações gerais, uma vez que essas não uniram a ideia afirmada (tese) às provas ou razões (garantia), o que resultou na negação de parte da tese.

Esse nível de escrita requer do enunciador mais que a habilidade para codificar e sequenciar elementos linguísticos dentro de um determinado esquema textual. Além dessa habilidade, ele precisa demonstrar competência comunicativa para modalizar os atos de fala, conforme o grau de compromisso que desejar assumir, estabelecer as relações semânticas entre os enunciados e entre estes com o contexto de produção.

Entende-se, assim, que o conhecimento do produto linguístico e dos fatos enunciativos que envolvem o processo de produção e recepção de textos tende a despertar consciência do produtor, sobre o uso da linguagem e sobre suas formas de organização. Isso significa entender que as escolhas linguísticas assim como o modo de estruturação do texto tende a variar de acordo com objeto de comunicação, com a complexidade do tema e com as circunstâncias de produção, conforme já dissemos. Em função disso, um único texto pode agregar categorias linguísticas típicas de comparação, de exemplificação, de causa e consequência e outras.

Nesse sentido, Garcia (1972) reconhece a existência de diferentes tipos de organização de parágrafo, em razão da natureza do assunto, do gênero de composição, da subjetividade do

produtor e das características dos leitores a quem o texto se dirige. Porém, para escritores iniciantes, que têm dificuldade de escrever, Serafini (2004) sugere um roteiro que oriente o processo de escrita. Isso significa observar que cada parágrafo corresponde a uma ideia de roteiro.

Enfim, concluímos que a organização de parágrafos no texto-em-funções não obedece a uma forma rígida, pois, para cumprir funções comunicativas, às vezes, o produtor de um texto precisa recorrer a vários recursos expressivos, o que implica na opção por várias formas de organização da linguagem. Essa análise revela que a classificação de parágrafos por ordenação pode ser eficiente para fins didáticos, uma vez que na dinâmica discursiva essas formas se complementam entre si, com vistas a dar conta de transmitir o conteúdo das mensagens. Isto acontece porque a linguagem humana não se constitui por esquemas rígidos de estruturação sintática nem por chavões que se aproximam da linguagem artificial.

Considerações finais

Neste artigo analisamos a organização de parágrafos no texto-em-funções ou o texto como manifestação da linguagem. Tratamos a linguagem como um fenômeno dinâmico ultrapassa o plano da forma, por conceber o texto não como construção linguística abstrata, mas como o texto-em-funções, que tem como finalidade a interação pela linguagem.

O texto que constituiu o objeto de estudo foi classificado como um artigo de opinião, por meio do qual o enunciador expôs suas ideias e argumentou em defesa de um ponto de vista. As características do texto, em questão, influenciaram a opção pela análise do parágrafo expositivo-argumentativo, uma vez que esse foi predominante no texto.

Abordamos a organização do parágrafo expositivo-argumentativo como instrumento de realização das intenções comunicativas do produtor. Para tornar essa análise possível, partimos da forma fixa de organização de parágrafos, para chegarmos a uma forma dinâmica, que conjugou quase todas as formas de organização no texto analisado.

Os dados desses estudos revelaram que os parágrafos podem ser classificados por ordenação, dentro de formas fixas, apenas para fins didáticos, uma vez que na dinâmica de uso da

linguagem a escolha das formas de organização de parágrafos tende a variar de acordo com objeto de comunicação, com a complexidade do tema e com as circunstâncias de produção textual. Em função disso, um único texto pode agregar categorias linguísticas típicas de comparação, de exemplificação, de causa e consequência e outras, conforme verificamos no texto, que constitui o *corpus* deste trabalho.

Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Tradução de Marcondes Souza Filho. Porto Alegre. Artes Médicas, 1980.

FÁVERO, L. L. & KOCH, I. G. V. *Linguística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 2002.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 2 ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longmann, 1985.

SERAFINI, M. T. *Como escrever textos*. 12 ed., São Paulo: Globo, 2004.

VARÓ, E. A. *Três paradigmas de la investigación lingüística*. Madrid: Marfil, 1990,

CULTURA CATÓLICA E PATRIARCALISMO: UMA VISÃO DE *BOITEMPO*, DE DRUMMOND

Jordana Cristina Silva Gonçalves¹
Luís André Nepomuceno²

RESUMO: O projeto literário de Carlos Drummond de Andrade para uma autobiografia poetizada, estampada na sequência de livros *Boitempo* (1968-1979), é analisado aqui sob dois pressupostos: o de que o poeta propõe uma reflexão sobre as contradições entre a rejeição e a aceitação da cultura própria; e o de que o processo de reconstrução da memória parte de um experimento inédito, em que objetos da lembrança reconstruem a identidade do ser.

Palavras-chave: poesia memorialística – Carlos Drummond de Andrade – *Boitempo*

ABSTRACT: Carlos Drummond de Andrade's literary project for a poeticized autobiography, printed in his book sequence *Boitempo* (1968-1979), is analyzed here under two presuppositions: the poet proposes a meditation about the contradictions between the refusal and the acceptance of the his own culture; and the process of reconstruction of his memory starts from an original experiment, in which objects of remembrance reconstruct the identity of his being.

Keywords: memorial poetry – Carlos Drummond de Andrade – *Boitempo*

1. *Boitempo*: o impacto de um livro

Quando Carlos Drummond de Andrade lançou, em 1968, seu primeiro livro de poesia memorialística, *Boitempo*, o impacto foi negativo e decepcionante para boa parte da crítica. O cenário do país arrastava uma amarga desilusão com a palavra poética que, na ausência de novas perspectivas de significados e possibilidades de retomadas, já caminhava há tempos rumo ao concretismo. Falava-se então, como ainda se fala hoje, de uma crise da poesia. Aparentemente,

¹ Graduanda em Letras pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

² Doutor em Teoria e História Literária pela UNICAMP, com pós-doutorado pela mesma instituição. Professor de Literatura Brasileira, do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

em época de crise e experimentalismo, não era hora de falar da infância, das experiências do menino, das mágoas com o pai, das afetividades da mãe, da cidadezinha já cantada à exaustão – temáticas que já haviam se oferecido na poética drummondiana em ocasiões diversas. Parecia efetivamente um retorno a matérias já gastas pelo tempo. Como admite Alcides Villaça (2006, p. 113): “Minha reação imediata à publicação do primeiro *Boitempo*, como a de muitos leitores de Drummond, marcou-se pelo sentimento de frustração de quem aguardava um novo movimento de uma grande sinfonia em processo e foi surpreendido com retalhos de música incidental”.

Drummond saía de experiências múltiplas com a poesia, desde sua estréia com *Alguma Poesia* (1930), passando pelas utopias sociais de *A rosa do povo* (1945), até a retomada de muitas de suas temáticas estampadas em *Lição de Coisas* (1962), o livro anterior a *Boitempo*. O convívio com a dissolução poética e com o descrédito na palavra parecia um fantasma das gerações de 50 e 60. Em *Claro Enigma* (1951), talvez o mais denso e reflexivo de seus livros, o poeta antecipava o fim de um tempo, o fim de uma experiência política e social, que fora marcada pelo discurso da integridade ideológica e pela convicção nos efeitos produzidos pelas políticas de esquerda. No mesmo *Claro Enigma*, o poeta anunciava o fim de um “sonho da existência”, nos versos do poema-abertura “Dissolução”: “Escurece, e não me seduz tatear sequer uma lâmpada” (DRUMMOND, 2008, p. 23). A ingua ciência, anulação completa do próprio sentido da poesia como existência criadora, ativa, e motivadora de perspectivas sociais, recusava seus antigos mitos, por ela criados, como a rosa do povo, o elefante, a flor nascida do asfalto.

O que agora iria querer o velho Drummond, então com 66 anos, depois da edificação e da dissolução da palavra? O poeta, desde sua estréia, vinha oscilando entre a participação social e o recolhimento na província, alternando-se entre a poesia socialmente ativa e a palavra ensimesmada³:

“Podemos, ao longo da trajetória de Drummond, acompanhar esses sucessivos movimentos de sístoles e diástoles, de expansões e retrações. Num determinado momento, vai predominar o cidadão com o

³ Merquior (in: BRAYNER, 1978, p. 125) esclarece que Drummond, nos primeiros livros, “extremiza a índole humorística da referência ao prosaico e da permeabilidade ao coloquial inerentes ao estilo da nova lírica [...], numa cáustica intensificação da ironia modernista”, ao passo que, nos livros posteriores a *Sentimento do mundo* (1940), a expressão superior de sua poesia cai no “âmbito de uma nova dicção, cujo acento meditativo não inclui, de hábito, nenhum conflito dialético vazado em termos de problematização trágico-humorística do cotidiano”, dando vazão portanto a um novo *sermo nobilis* (expressão de Merquior).

sentimento do mundo e, logo após, teremos um fazendeiro do ar, recolhendo-se em seus mais íntimos recessos” (SECCHIN, in: CHAVES, 2002, p. 36).

E para fechar esse quadro de expectativas, fariamos a mesma pergunta que Villaça: com *Boitempo*, “qual a nova clave dessa nova partitura da poesia de Drummond?” (*Op. cit.*, p. 114). A primeira seção do novo livro do poeta mineiro trazia o subtítulo “Caminhar de costas”. Sob a máscara da simplicidade, era mesmo o que o livro parecia fazer: um retrocesso incompreensível, inútil àquela altura da vida e da carreira poética, uma tentativa tardia de reconstrução amarga de modelos próprios já esvaziados pelo tempo – senão pelo tempo, pelo próprio percurso desse referido esvaziamento da palavra. No entanto, Drummond levou adiante seu projeto de revisão de vida, de redimensão da existência e da identidade, e o *Boitempo* acabou se transformando numa trilogia. Em 1973, veio *Boitempo II*, cujo subtítulo, *Menino Antigo*, aludia às contradições impostas por esse seu experimento literário; e em 1979, *Boitempo III*, que igualmente trazia um subtítulo paradoxal, *Esquecer para Lembrar*. Villaça (*Op. cit.*, p. 115) nos lembra que os títulos encerram paradoxos, e que o termo *Boitempo* “figura o peso e o arrastar dos anos, mas também evoca o ato da *ruminação*, tanto no sentido material de trazer de novo o alimento à boca quanto no sentido extensivo de reconsideração, cogitação, ponderação profunda do que já houve”.

A série dos três livros que compõem o projeto memorialístico de *Boitempo* é relativamente grande, e quase épica em seu lirismo subjetivo. Na famosa edição da José Olympio, *Nova Reunião*, que reúne 19 livros de poesia de Drummond, a trilogia ocupa mais de 300 páginas, com 407 poemas – número considerável para um tema poético como a memória subjetiva. Não queremos dar conta, aqui, da multiplicidade de tons e motivos que passam pelos *Boitempos*, que abarcam 11 anos de reflexões poéticas, e que compõem a síntese lírica da extraordinária experiência de vida desse poeta tão bem disposto a desenhar a subjetividade no complexo universo humano da poesia moderna. Queremos apenas fazer entender que a série *Boitempo* não foi um retrocesso poético, nem uma experimentação fora de época, nem mesmo uma repetição tardia de modelos previamente gastos pelo poeta. Os poemas de *Boitempo* foram uma experiência única e nova. Antonio Carlos Secchin (in CHAVES, 2002, pp. 35-43) aponta no poema “Infância”, de *Alguma poesia* (1930), um prenúncio do que seriam os dilemas familiares a que Drummond daria intensa vazão em livros posteriores. Curiosamente, embora o poema

“Infância” apresente temática idêntica à série dos livros memorialísticos de *Boitempo*, e embora o poeta tenha feito sangrar as feridas familiares em poemas marcantes como “Os bens e o sangue”, de *Claro enigma*, queremos mostrar que, a despeito de marcas comuns com outros livros, *Boitempo* e seus desdobramentos foram uma experiência única e particular na obra de Drummond. Temos pelo menos dois motivos para essa consideração: 1) em *Boitempo*, o poeta propõe uma reflexão sobre as contradições entre a rejeição e a aceitação da cultura própria; e 2) nesses livros, o processo de reconstrução da memória parte de um experimento inédito (do qual ainda falaremos), em que objetos da lembrança reconstróem a identidade do ser – estratégia que não está presente em outros livros.

A simplicidade da poesia de *Boitempo* é apenas aparente. Nela escondem-se contradições de uma vida a ser definida, a ser desenhada, mais que isso, a ser buscada por um poeta e por um leitor que, juntos, irão tentar encontrar uma identidade fugidia, contraditória, que se oprime, que se nega, mas que se encontra.

Os 3 livros de *Boitempo* têm as mais diversificadas variações temáticas, apesar de seu eixo estar centrado na própria biografia, na memória, no indivíduo. Aqui há espaço para a descoberta do ser, do corpo e da sexualidade, para a busca existencialista de uma identidade cultural, refletida no espaço familiar e no poder patriarcal; e há espaço para a reconstrução de um tempo, de um sentido histórico, na reminiscência de fatos pessoais que se estendem para uma ordem mais amplamente social. Em tudo isso, nesse trânsito de seres e de coisas, o indivíduo se encontra aos poucos, numa pesquisa incansável de si mesmo. Trata-se, a princípio, de uma espécie de revisão da própria identidade, naquilo que ela tem de mais íntimo e contraditório⁴. Como retorno ao antigo, ao primitivo (sugerido pelo título da trilogia), *Boitempo* é uma adequação do ser que simbolicamente matou o pai e suas raízes, para depois reencontrar, uma vez mais, o mesmo espaço de identidade, o imenso espaço da herança, do familiar, do poder patriarcal, no âmbito do sagrado e do intocável. Num primeiro momento (mas apenas num primeiro momento), *Boitempo* é a exposição poética magoada e ferida pela infância católica e submetida às leis do patriarcalismo austero e endurecido pela rispidez – como numa negação do

⁴ José Maria Cançado (1993, p. 19), biógrafo de Drummond, dizia que o poeta “sempre quis rebobinar o seu *romance familiar*” (grifo do autor).

pai, ele mesmo o corpo da própria herança. O poema “O Beijo” denuncia tudo isso com evidência (voltaremos a esse poema em páginas seguintes).

Nessa rejeição e acusação de sua própria identidade, em que o eu se anula temporariamente e se revolta contra a ordem paterna, na expectativa de encontrar um outro eu, diverso, como que do nada nascido, o ser poético de Drummond é como o de Stephen Dedalus, o personagem central de *Retrato do Artista Quando Jovem*, primeiro romance de James Joyce. Stephen Dedalus abandona sua identidade céltica e católica, numa Irlanda reerguida pela utopia do nacionalismo, na inútil tentativa de encontrar outra realidade, distante de si e ausente de sua herança. O jovem acerta contas com a hipocrisia católica irlandesa, com o patriotismo retrógrado, com o patriarcalismo antigo. Na escola, enquanto os outros se perfumam com o primeiro romantismo utópico e familiar de Wordsworth, Stephen ama Byron, o poeta satânico, maldito, excluído. E excluído ele mesmo, como uma espécie de outsider, torna-se um peregrino, aquele que, rejeitando sua cultura e formação, irá buscar no mundo aquilo que resiste à sua própria identidade. É Décio Pignatari quem decifra: “Itabira é para Drummond o que Dublin é para Joyce. O Drummond autobiográfico é antes autográfico: escreve-se a si mesmo para ser” (PIGNATARI, apud TEIXEIRA, 2005, pp. 111-112).

A experiência do peregrino é ponto de partida para as rejeições de Drummond. Na ânsia de se recusar como indivíduo, de recusar aquilo que lhe foi imposto pela tradição e pela cultura, o jovem Drummond, agora o menino, amaldiçoa as exigências da fé católica, as agruras da própria condição de menino, os desmandos do pai, a montanha toda ferro que o observa, enquanto ele inutilmente tenta, junto do primo, provar o primeiro gosto de mulher com uma “negrinha não apetecível”. Mas o imenso edifício da cultura reprova-lhe o pecado, não só este, mas outros pecados da carne, ainda que em pensamento apenas, e os pecados da desobediência, do desrespeito aos mandamentos de família, e o pecado do gosto pelo obscuro, pelo tortuoso, pelo inexprimível antevisto por um anjo torto.

Para rever a peregrinação de si mesmo, Drummond faz uma espécie de ficcionalização do próprio autor, eventualmente usando o prenome “Carlos” como uma espécie de interlocutor, uma espécie de outro lírico, a quem ele se dirige em conversa de intimidade. A mais célebre dessas interlocuções está no “Poema de sete faces”, de *Alguma poesia*, em que ele diz “Vai, Carlos! ser

gauche na vida”, ou no poema “Não se mate”, de *Brejo das almas* (1934), em que ele ironiza: “Carlos, sossegue, o amor/ é isso que você está vendo”.⁵ A partir desse curioso recurso de ironia, já utilizado nos livros anteriores, Drummond parece fazer uma bipartição do sujeito lírico, entre o menino que assimilou a cultura e a identidade próprias, e o velho que a ruma e a reelabora, num jogo ambíguo de aceitação e rejeição. O exemplo mais notável desse procedimento talvez esteja na epígrafe do *Boitempo III: Esquecer para lembrar*:

– Você deve calar urgentemente
as lembranças bobocas de menino.
– Impossível. Eu conto o meu presente.
Com volúpia voltei a ser menino.

A partir dessa epígrafe, é possível compreender que a memória é um exercício do presente, e não do passado, e que há pelo menos duas vozes antagônicas se desentendendo nesse seu processo de reconstrução memorialística. É o que também percebe Alcides Villaça:

“[...] há pelo menos duas vozes que se devem ouvir simultaneamente. A primeira, explícita, é a do menino, em seu tempo antigo que se convoca sempre no presente da enunciação; a segunda, inteiramente sugestiva e subterrânea, nasce paradoxalmente com o poder de silêncio do velho poeta, que se cala para ouvir o menino, sem deixar, no entanto, de se oferecer como perspectiva futura para o presente da infância (VILLAÇA, *Op. cit.*, p. 120).

A partir dessa contradição de vozes, nasce a experiência do peregrino de si mesmo, e por fim, nasce o desejo de fuga, que toda criança tem, mas que aqui adquire um contorno existencial mais intenso e uma compreensão mais profunda: fugir de si, daquilo que a identidade esconde como verdade íntima. Como no poema “Fuga”: “De repente você resolve: fugir./ Não sabe para onde nem como/ nem por quê [...]/ É preciso FUGIR” (DRUMMOND, 1987, p. 686).

Mas toda experiência de fuga é frustrada. E o menino foge de quê? De si, naturalmente. Mas como Stephen Dedalus, sua condição é de ambigüidade: tentar fugir daquilo que está nele próprio. Muito mais que apenas representação da condição de infância, e muito mais que um traçado da memória ordenadora do indivíduo, *Boitempo* é uma pesquisa literária das contradições da identidade, num plano, portanto, dialético, em que forças de resistência encontram outras

⁵ A esse respeito, vejam-se os comentários de Jerônimo Teixeira (2005, p. 112), e Luzia de Maria (1998, p. 104).

forças de integridade da herança, quando confluem as histórias todas de um grupo social. Mas apesar de seu eterno desejo de fuga, o menino antigo continua a perscrutar o sentido de sua existência, e a fuga se transforma em busca, a princípio contrária à busca de Ulisses, que errou por muitos anos ao encontro de sua pátria, num certo sentido, significativa da totalidade dessa mesma busca. E como o jovem Drummond recusa os fundamentos de sua identidade, de sua trajetória, ou de sua peregrinação, a fuga é para aquilo que se opõe a Ítaca, é a não-utopia, é a desordem, é o outro lado do mundo, onde uma identidade outra e possível o aguarda. O jovem deseja outra ordem de seres, um novo espaço de sentidos que não vem nunca. Mas não há saída.

E a partir de certo momento, a própria saída irá se configurar como uma fuga às avessas, na verdade, um retorno, mas um retorno de quem jamais partiu, senão, certa vez, como ânsia. É nesse momento (embora ele não se caracterize como ordem cronológica) que a trilogia do *Boitempo* irá se concretizar como uma convicção angustiante de que a identidade só pode se encontrar justamente naquilo que rejeitou: no catolicismo, no patriarcalismo, no sagrado, na tradição, na herança, na ordem imutável das coisas, no provincianismo. Daí quanto mais foge o indivíduo, mais se encontra. As lembranças vêm, então, não como simples reminiscência do acontecido, mas como significado de uma ordem presente, como corpo de sentidos múltiplos que dão existência àquilo que na existência persiste. É o que Jerônimo Teixeira (*Op. cit.*, p. 111) define como a “aceitação do inevitável”.

Uma vez inevitável a busca fremente de uma condição atual, por meio de uma pesquisa sentimental da condição do passado, Drummond reconstrói elementos de sua memória que, aos poucos, irão dar sentido à sua identidade antes rejeitada. E essa memória se instala, enquanto consciência, não no indivíduo que detém a lembrança, mas na ordem mesma dos objetos que compuseram e compõem uma existência por tantos anos vivida. Numa estratégia de caráter plotiniano, o poeta, mais que a si mesmo, procura o mundo que o formou, os objetos fragmentados que formaram sua identidade. É assim que Plotino, o primeiro dos filósofos neoplatônicos, define o próprio sentido da memória, no 6.º tratado da 4ª *Enéada*. Esta não é a impressão estampada na alma, porque a visão da reminiscência demanda dualidade. Portanto, a formação da memória está no objeto que compõe o sentido do sujeito. A memória só existe na

medida em que o sujeito se reconhece no objeto já visto: portanto, é força ativa, não passiva⁶. Exemplo típico e célebre é o de Proust, quando de sua reconstituição da memória nas *madelaines* de sua tia, no 1.º volume de *Em Busca do Tempo Perdido*. Em *Matéria e memória*, Henri Bergson nos dá uma dimensão psicológica desse fenômeno: “As imagens que nos cercam parecerão voltar-se em direção a nosso corpo, mas desta vez iluminada a face que o interessa; elas destacarão de sua substância o que tivermos retido de passagem, o que somos capazes de influenciar” (BERGSON, 1990, p. 25).

Aqui, compreendendo o sentido da memória que se encontra nos objetos que compõem nossa identidade, Drummond irá reconstruir, passo a passo, as pessoas, os espaços familiares, íntimos e sociais, e os objetos da casa que, ao longo do tempo, passaram a adquirir identidade própria emprestada ao indivíduo: a sala de estar, o quarto, o gramofone, o licoreiro, o estojo de costura, as mãos da mãe, a folhinha mariana, os selos e figurinhas, a fita de seda azul que vai ornar os cabelos de Rosa, os alfinetes de cabeça redonda; tudo isso resumido na essência de dois versos: “procuro a cor nos mínimos objetos/ existentes em casa” (do poema “Pesquisa”, de *Boitempo III*: DRUMMOND, 1987, p. 715). Ainda mais intensa e subterrânea na pesquisa dos objetos é a coleção de “cacos de louça quebrada há muito tempo”, por parte do menino que já não coleciona selos. Cacos novos não servem: têm de ser velhos e desenterrados da horta – ele faz questão – como um “ouro desprezado por todos da família”. A coleção de cacos, esses vidros agressivos que ferem os dedos, é a coleção de reminiscência desenterrada e agora trazida à verdade do presente⁷.

2. A poesia de *Boitempo*: identidade e memória

Nessa eterna reconstrução de um tempo jamais esquecido, Carlos Drummond de Andrade reconstrói a si mesmo, na compreensão de que aquilo que ele rejeitara estava em si, como

⁶ Numa tradução inglesa das *Enéadas*, temos o seguinte: “Sensation and memory, then, are not passivity but power. And, once it is admitted that sensations are not impressions, the memory of a sensation cannot consist in the retention of an impression that was never made” (PLOTINUS, 1952, p. 191).

⁷ Para uma análise do poema “Coleção de cacos”, veja-se VILLAÇA, *Op. cit.*, pp. 117-120.

destino, como jogo de vida traçado e agora recuperado como sentido, como signo, conforme se lê no emblemático poema “Signo”:

SIGNO

Fugias de escorpião
lá no quarto-de-guardados
como quem foge do Cão
sem perceber que o trazias
desde o primeiro vagido
oculto em teu coração,
e por onde quer que fosses,
julgando que te guiavas,
era dele a direção,
e tudo que amas, iluso,
de uma ilusória opção,
é ele que te sugere,
te comanda, sorrateiro,
com seu veneno e ferrão,
de tal sorte que, mordido,
e mordente, na aflição,
de nada valeu, confessa,
fugires de escorpião. (DRUMMOND, 1987, p. 587)

Drummond, sem dúvida, faz-se presente nas suas memórias: lá está o escorpião, seu signo zodiacal que se faz signo poético, e que ao mesmo tempo representa a identidade, o destino do eu lírico. O poema retrata a tentativa inútil de fuga da identidade, daquilo que está dentro e não sofre alteração. É um erro achar que se escolhe o caminho, pois todas as atitudes são guiadas pela identidade, portanto as pessoas não são livres para fazer o que querem, são guiadas por algo mais forte. O ser humano não é tão dono e senhor de seus atos como pretende, sua identidade o subjuga, é uma tirana, dominadora da personalidade. Percebe-se aqui uma ligação com o poema “Os Assassinos” (de *Boitempo I*), quanto à idéia de que o presente já estava no passado, ou seja, as pessoas já nascem com o destino traçado e todos os indícios levam ao seu caminho (“Estavam destinados a matar. [...] / A terra decidiu que matassem. / Cumpriram, sem discutir”).

A fuga não se refere a um simples desejo, é algo mais intenso, o eu-lírico tenta fugir de si, daquilo que a identidade esconde como verdade íntima. A tentativa, porém, é vã, por ser ambígua, pois que o ser tenta fugir daquilo que está dentro dele mesmo. O poeta rejeita sua cultura, sua religião, inutilmente, posto que rejeitando ele está assumindo, já que tal desejo de

fuga se transforma em busca, pois quanto mais foge de si, mais se encontra e mais sua identidade, antes rejeitada, revela sentido. O escorpião, “com seu veneno e ferrão”, determina-lhe o destino de “mordido e mordente”, ou seja, o poeta sente correr-lhe no sangue a peçonha do escorpião, o que significa reconhecer a marca do destino, quase uma ausência de livre arbítrio.

Naquela estratégia de duplicação do eu-lírico, conforme vimos, o outro é sempre ele mesmo, de quem tenta inutilmente fugir, como se percebe no primeiro verso do poema acima, com a palavra “fugas”. A partir desse desdobramento do autor como interlocutor, a quem ele se dirige e com quem conversa intimamente, é possível compreender que estão presentes pelo menos duas vozes que se desentendem nesse processo de reconstrução da memória (conforme estratégia poética que já apresentamos em páginas anteriores). É o velho que está na criança, num jogo ambíguo de rejeição e aceitação. Ainda nesse jogo de duplicidade das vozes do discurso lírico, veja-se o curioso poema “Primeiro conto”:

PRIMEIRO CONTO

O menino ambicioso
não de poder ou glória
mas de soltar a coisa
oculta no seu peito
escreve no caderno
e vagamente conta
à maneira de sonho
sem sentido nem forma
aquilo que não sabe.

Ficou na folha a mancha
do tinteiro entornado,
mas tão esmaecida
que nem mancha o papel.
Quem decifra por baixo
a letra do menino,
agora que o homem sabe
dizer o que não mais
se oculta no seu peito?

A princípio o poema retrata um menino que escreve em seu caderno o sentido oculto de sua própria história, “aquilo que não se sabe”. A tinta entorna sobre o papel e esconde as palavras; e agora o velho, distante no tempo, quer decifrar o que ele mesmo, quando menino, escreveu. Numa análise mais profunda, percebe-se que o poema é cheio de metáforas: o caderno

do menino é a própria vida da infância, os sentimentos subterrâneos; a tinta entornada pode ser entendida como o traço temporal das experiências do adulto que apagam os outros traços da infância; a raspagem do papel é uma forma de apagar o esquecimento e buscar a lembrança encoberta; e por fim, a nova reescrita do velho (o escrever por cima) é a transformação da história de vida em matéria de poesia.

Drummond faz aqui um jogo inequívoco com a ideia de “palimpsesto” que, segundo o *Dicionário Aurélio*, significa: “1. Antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, que, devido a sua escassez, era us. mais de uma vez. 2. Manuscrito sob cujo texto se descobre a escrita ou escritas anteriores.” A técnica do palimpsesto era muito usada na Idade Média: apagava-se a escrita antiga para, sobre ela, colocar-se a nova escrita. A nova escrita, então, recobria a escrita anterior, mas deixava entrever os traços da primeira.

Em “Primeiro conto”, Drummond busca o que foi vivido ou escrito na infância, aquilo que foi recoberto pela vida adulta, mas deixou reminiscências. Para essa busca, trabalha com dois tempos: o presente, que é reescrito e analisado, e o passado, que é o vivido. A missão do presente é raspar as manchas para se interpretar o que foi vivido. Há presente uma idéia de que existem outros tempos e textos soterrados sob o tempo presente, prontos a eclodir para a superfície, num jogo de interseção de tempos. Nesse sentido, é curioso como Drummond, a exemplo do poema “Signo”, propõe a duplicação do eu-lírico, aqui sob duas máscaras: a da criança (matéria do vivido) e a do velho (matéria da produção lírica).

Mas se o jogo de máscaras identitárias do eu-lírico é representativo da duplicidade de sentimentos em relação a sua cultura própria, conforme já discutimos, a poesia de *Boitempo* é a revelação desse ambíguo percurso. O poema “Gesto e palavra”, por exemplo, é a imagem estampada de uma cultura recusada: percebe-se ali a imagem da severidade do pai e dos costumes conservadores de Minas, recuperados a partir da lembrança do tapa, que certamente ficaria gravado para sempre na memória do menino. O coronel é um misto de admiração e poder, o ser patriarcal e arcaico que castiga de forma brutal o filho por suas faltas:

“Ó Coronel, vem bater,
vem ensinar a viver
a exata forma de vida.” (in DRUMMOND, 1987, p.596).

Em “Gesto e palavra”, percebe-se ainda uma grande dificuldade da criança em obedecer ao pai. Desejos infantis (“caramujos, músicos, mágicos, maduros sabores, de tato, barco de leituras secretas sereias...”) opõem-se ao universo do adulto (“tomar banho, pentear-se, calçar botina apertada, ir à missa...”). Deslocadas de seu ambiente de convivência, as atitudes do menino rendem punições e aborrecem. Ainda no âmbito das rejeições culturais, o poema retrata também a revolta, o inconformismo com certas imposições do pai e da tradição cultural. O adulto é retratado como o detentor do poder sob a criança. O menino se revolta contra a ordem paterna, o pai autoritário vem dar um corretivo e o menino reage:

“Que mão se ergue em defesa
da sagrada parte do ser?
Vai reagir, tem coragem
de atacar o pátrio poder?”

Alguém grita “parricida” (uma voz que não pertence ao eu-lírico), a palavra fica suspensa no ar, e é justamente a palavra que vai matar o menino pelo resto da vida. Os desejos da criança são vetados a duras penas, como por exemplo, pelo tapa no rosto. A reação à brutal imposição do pátrio poder rende ao menino o nome de parricida.

Outro exemplo em que se pode vislumbrar a recorrente imagem da severidade do pai e do conservadorismo encontra-se no poema “O Beijo” (de *Menino Antigo*: DRUMMOND, 1987, p. 653. Além do poder patriarcal, Drummond desenha neste poema o retrato do menino educado segundo as normas rígidas da família e dos severos ensinamentos da Igreja Católica, conhecendo o primordial mandamento da família: “Mandamento: beijar/ a mão divino-humana”. A imagem do pai é associada à divindade, ao medo do pecado, do inferno, ao castigo para os crimes. Como num romance, o eu-lírico desse poema cresce, vira estudante (lembre-se da época em que os jovens começam a graduar e ganhar títulos e posição social), e essa elevação da responsabilidade provoca mudanças de mentalidade, pois o respeito pela velhice, que antes era quase culto religioso, diminui-se. Quando volta para casa, depois dos estudos, não segue mais o mandamento e, por esse pecado, recebe um castigo: o tapa na boca. Sangrando a alma e a boca, o jovem deseja a fuga, mas vendo que não tem como fugir de si mesmo, volta-se para o “terroramor”.

Este mesmo medo presente em “O beijo” duplica-se no poema “O padre passa na rua”, em que se retrata a obrigatoriedade de beijar a mão do padre quando ele passa. Beijando a mão do padre, é como se estivesse pedindo a absolvição dos pecados. O sentimento de culpa pelo pecado e o medo de queimar no fogo do inferno só podem ser purgados pelo beijo na mão do padre:

Beijo a mão do padre
a mão de Deus
a mão do céu
beijo a mão do medo
de ir para o inferno
o perdão
de meus pecados passados e futuros
a garantia de salvação (DRUMMOND, 1987, p. 680)

Em *Boitempo*, um número considerável de poemas incorpora a percepção sensorial à lembrança que está sendo apresentada. Em recurso que já identificamos como plotiniano, o poeta não descreve a realidade material dos objetos e, sim, conta a função que eles assumem em sua vida, ou seja, o que significam em termos subjetivos. Nesses poemas a reconstrução da memória parte de objetos da lembrança que recuperaram a identidade do ser. Conforme já mencionado, Drummond reconstrói aqui os objetos que passaram a adquirir identidade própria: o quarto, o gramofone, o licoreiro, o estojo de costura, as mãos da mãe, as três compoteiras, os alfinetes de cabeça redonda, etc. Em poemas dessa “seqüência”, o poeta mineiro explora imagens visuais que funcionam como uma espécie de sinônimo da consciência. Juliana Santos (2006), a partir das teorias de Marc Tadié, evidencia que é justamente na infância que a percepção dos objetos é mais nitidamente retida pelos cinco sentidos. Tal é o caso, por exemplo, do poema abaixo, com exploração de elementos visuais:

TRÊS COMPOTEIRAS

Quero três compoteiras
de três cores distintas
que sob o sol acendam
Três fogueiras distintas

Não é para pôr doce
em nenhuma das três.
Passou a hora de doce,

não a das compoteiras,
e quero todas três.

É para pôr o sol
em igual tempo e ângulo
nas cores diferentes
É para ver o sol
lavrando no bisel
reflexos diferentes.
[...]

Nesses versos, Drummond lembra-se da experiência do menino diante de três compoteiras de doces e, por meio dessa lembrança, torna presentes objetos já esvaídos e os transforma em poesia. O elemento da luz está representado pelo sol que ilumina a própria memória. O poeta lembra o fascínio e o encantamento de cores e formas da visão luminosa do sol sobre as três compoteiras, e a capacidade da memória é tão forte que possibilita ao poeta trazer as percepções do passado ao presente e reviver (“revejo-as”) as experiências vividas (“me fascinaram”). Percebe-se uma tentativa de reconstrução precisa da visão maravilhada das três compoteiras de três cores distintas não para pôr doce, pois essa hora já se passou, mas para pôr o sol, e para isso, não servem outras, pois aquelas são únicas: o poeta quer as três, ainda que sejam apenas os cacos. Perdidas para sempre essas compoteiras, restou somente o desejo de ver o sol pelo reflexo delas.

Outro poema que propõe a reconstrução da lembrança por meio da reelaboração de objetos que compuseram seu mundo cultural, e que demonstra o vislumbre do menino diante de objetos de sua memória é “O som estranho”:

O SOM ESTRANHO

O gramofone Biju, com 10 discos artísticos
em que não posso tocar
é música/ palavras para espanto global.

Pedras falam, eu sei; converso imagens
de barro e de madeira;
troco sinais com árvores;bichos
trazem para mim notícias do mato fundo,
e tudo fala, na voz certa
de cada coisa, lugar e vez. Mas quem já viu
maquina falar? E assim tão alto e nervoso?
[...]

O poeta mineiro retrata o fascínio do menino diante do gramofone Biju, objeto valioso que ele não pode tocar. O menino fica intrigado pelo fato de uma máquina falar: para ele pedras, animais, árvores, todos estes falam em sua voz, mas o mistério do gramofone, típica indagação de uma criança, persiste. O estranhamento diante do novo, do desconhecido e, especialmente, do intocável apenas aumenta ainda mais a curiosidade e o mistério de uma tecnologia vedada a crianças. Ao final do poema, o poeta acena para o pressentimento de que o mundo se tornará “terrivelmente complicado”, isto por causa do ritmo acelerado das invenções e das máquinas.

Essa mesma ideia de que a memória se encontra registrada não exatamente no ser que a reteve, mas nos objetos externos que compõem a identidade desse mesmo ser, espalha-se por diversos poemas em *Boitempo*, e seria difícil enumerá-los. Diríamos, inclusive, a julgar pela presença marcante desse princípio, que Drummond parte justamente desse conceito para elaborar a riqueza mais significativa de sua poesia memorialística.

3. Considerações finais

Boitempo traz um universo ficcionalizante, histórico e autobiográfico, ao mesmo tempo. O eu lírico converte-se num eu narrador (SANTOS, Op. cit.), sem deixar de reconstruir o mundo da infância numa possibilidade de interpretação tanto histórica, quando subjetiva. Sob o ponto de vista da história, é o retrato de um passado das Minas, que aos poucos encontrou o abismo de uma decadência econômica:

Trata-se do filho da alta burguesia brasileira, grupo ligado a uma oligarquia rural que percorreu a história do país como classe dominante, no período colonial, sendo o provável detentor das minas; que continuou no poder, mesmo após a decadência dos minérios, pois voltou-se para agricultura e que, finalmente, perdidos os louros da glória fazendeira, transforma-se numa burguesia assalariada, urbana (FRAGA, 2008, p. 4).

No que diz respeito à experiência do sujeito, *Boitempo* não é exatamente um acerto de contas com o pai e com a tradição, a exemplo de “Os bens e o sangue”, de *Claro Enigma*, por exemplo. Mais que isso, é a conversão dos espaços da memória numa confluência de poesia e experiência

histórica. Drummond, mais do que em qualquer outro de seus livros, divide-se em dois⁸: aquele que amargamente rejeita a formação identitária, denunciando seus traços de conservadorismo e autoridade; e aquele que aceita e diz sim a sua própria identidade, enxergando nela a possibilidade única de reconstrução de um passado que torna a fazer sentido no presente.

Para terminar, lembramos aquilo que constitui a essência da busca drummondiana, quando o sentido de sua peregrinação em outros cantos do mundo encontra exatamente o sentido de sua identidade primeira: a bênção do pai. Embora espalhada em meio a versos ao longo da trilogia e, sobretudo, implícita na recusa que se torna resignação, a bênção, misto de liturgia sagrada e peso da tradição patriarcal, concentra-se mais nitidamente no poema “Noturno”, em que o menino, à noite, tenta dormir, mas a insegurança, o medo e a falta de sono o impedem. Ele pede a bênção do pai, e recebe as recomendações noturnas da mãe. Minutos depois, pede a bênção mais uma vez. O sono não vem. Ele lança mão de estratégias: conta passarinhos que já teve, nomes de países, nomes de cigarros, de meninas. O sono não vem. Pede a bênção de novo: os pais se irritam. Pensa na morte, em mulher nua. Pede a bênção de novo: dessa vez vem a bronca. Noite e silêncio. O desfecho sintetiza a condição do indivíduo que, na impossibilidade de inventar novas identidades, recupera a sua própria e, com angústia e vergonha, entende que a solidão do mundo é maior que a condição de resistência. Sem a bênção do pai, síntese da herança perversa do patriarcalismo católico, o menino, ou o velho, descobre que a peregrinação no mundo seria um vazio imenso.

(...) Sem pedir a bença
como vou saber que não vou sozinho?
Que o mundo está vivo? Abença papai
abença mamãe. Mas falta coragem
e peço pra dentro. Dentro não responde.

Referências bibliográficas

⁸ Gledson (1981, p. 207) considera que a poesia de Drummond posterior à década de 1950 (incluindo aí *Lição de coisas*, *Boitempo*, *Menino antigo* e *As impurezas do branco*) demonstra “a coerência da obra inteira, utilizando a riqueza de experiência das coletâneas anteriores: as poéticas de *Alguma poesia* e de *A Rosa do Povo* nos ajudam a compreender estes livros tanto quanto a dos volumes imediatamente anteriores”

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRAYNER, Sônia (org.). *Carlos Drummond de Andrade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 123-145 (Col. Fortuna Crítica).

CANÇADO, José Maria. *Os sapatos de Orfeu*: biografia de Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Scritta Editora, 1993.

CHAVES, Flávio Loureiro (org.). *Leituras de Drummond*. Caxias do Sul: EDUCS/ Instituto Estadual do Livro/ Nova Prova Editora, 2002.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Boitempo*: esquecer para lembrar. 7 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo, 2006.

_____. *Boitempo*: Menino antigo. 8 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo, 2006.

_____. *Claro enigma*. 18 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2008.

_____. *Nova reunião*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987 (2 vols.).

FRAGA, Maria Cristina Prates. “Literatura: possíveis diálogos”. São Paulo: XI *Congresso Internacional da ABRALIC. Tessituras, interações, convergências*. Disponível em: http://www.abralic.org.br/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/009/MARIA_FRAGA.pdf. Acesso em 20 de julho de 2009.

GLEDSON, John. *Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.

MARIA, Luzia de. *Drummond*: um olhar amoroso. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1998.

PLOTINUS. *The six Enneads*. Trad. Stephen MacKenna e B.S. Page. Chicago: The University of Chicago/ Encyclopedia Britannica, 1952.

SANTOS, Juliana. “*Boitempo*: a recordação em Carlos Drummond de Andrade”, in: *Nau literária*. Porto Alegre: UFRGS. vol. 02, n. 02, jul./dez. 2006 Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/viewFile/4872/2787>. Acesso em 20 de julho de 2009.

TEIXEIRA, Jerônimo. *Drummond cordial*. São Paulo: Nankin Editorial, 2005.

VILLAÇA, Alcides. *Passos de Drummond*. São Paulo: CosacNaify, 2006.

NORMA LINGÜÍSTICA E REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

Geisa Borges da Costa¹

RESUMO: As discussões sobre norma lingüística têm avançado bastante no interior dos estudos da linguagem. Isto porque o entendimento deste termo é fundamental para que se possa compreender alguns fenômenos lingüísticos que se processam em determinadas comunidades de fala. Ora, entendendo-se norma como os padrões habituais e coletivos da língua utilizada por um grupo social, fica evidente também que não existe apenas uma norma, mas várias normas lingüísticas que caracterizam a diversidade de grupos que existe na sociedade brasileira. A concepção de erro lingüístico fica profundamente abalada, pois cada grupo de falantes pode possuir uma norma que não é igual à de outro grupo, mas é corrente na sua comunidade de fala. Assim, muitos fenômenos lingüísticos variáveis seja no nível fonético-fonológico, morfossintático ou lexical que, muitas vezes, são estigmatizados pela sociedade não podem ser considerados como erros da língua, já que o seu uso se identifica com o que é norma e habitual em determinados grupos de falantes. Este trabalho pretende passar em revista alguns conceitos para o termo norma lingüística, buscando também um entendimento, através da sócio-história, da formação da variedade popular do português do Brasil.

Palavras-chave: Norma lingüística. Erro lingüístico. Português popular.

ABSTRACT: *The quarrels on linguistic norm have sufficiently advanced in the interior of the studies of the language. This because the agreement of this term is basic so that if it can understand some linguistic phenomena that if they process in definitive communities of speaks. However, understanding norm as the habitual and collective standards of the language used for a social group, it is evident also that only one norm does not exist, but some linguistic norms that characterize the diversity of groups that exists in the Brazilian society. the conception of linguistic error is deeply shaken, therefore each group of falantes can possess a norm that is not equal to the one of another group, but is current in its community of speaks. Thus, many changeable linguisticos phenomena are in the phonetic-fonológico, morfossintático level or lexical that, many times, is estigmatizados by the society cannot be considered as errors of the language, since its use if identifies with what it is habitual norm and in determined groups of falantes. This work intends to pass in magazine some concepts for the term linguistic norm, also searching an agreement, through partner-history, of the formation of the popular variety of the Portuguese of Brazil.*

Keyword: *Linguistic norm. Linguistic error. Popular Portuguese.*

¹ Mestranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

1 Introdução

Este artigo pretende fazer algumas observações baseadas no que dizem alguns autores acerca da idéia de norma, distinção esta que será importante para o entendimento do estudo em questão, já que, conforme Lucchesi (2004), o conceito de norma tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da teoria linguística voltada para os padrões habituais e coletivos de comportamento linguístico.

O significado do termo norma tem mobilizado e sustentado o trabalho de muitos estudiosos da área de linguística. Estes pesquisadores vem, constantemente, discutindo e desfazendo alguns equívocos que sempre existiram em torno deste termo, já que existem vários tipos de norma, cada uma delas com características próprias e se os conceitos nem sempre são consensuais entre os autores, imagine para os que estão começando a se aventurar nos estudos da linguagem e, principalmente, para aquelas pessoas que não são envolvidas com esta área de conhecimento, mas que utilizam constantemente este termo em seu discurso.

Dessa forma, é muito comum jornalistas, escritores, estudantes de Letras e professores de português, principalmente aqueles que, quando muito lêem o livro didático, confundirem norma linguística com norma gramatical, acreditando que a língua deva ser regulamentada pelos critérios normativos da gramática tradicional.

Entretanto, se não existe consenso entre os linguistas em torno dos conceitos de norma, ao menos todos são unânimes em dizer que a norma prescritiva é mais uma dentre tantas outras e que não existe concretamente na realidade heterogênea da língua, só na idealização dos gramáticos normativos, que tentam inculcar na cabeça das pessoas que a norma explicitada na gramática é a única forma boa e correta para escrever e falar o português.

Não raro encontram-se nas gramáticas, e mesmo na literatura especializada, textos em que os conceitos de norma padrão, norma culta, padrão culto, norma escrita são usados indistintamente, como se fossem sinônimos e esse equívoco contribui para que se fortaleçam vários preconceitos relativos a algumas variedades da língua.

Portanto, pretendemos, à luz dos grandes linguistas brasileiros que trabalham com a questão da norma linguística, explicitar alguns conceitos acerca deste termo e discutir a importância deste entendimento para o ensino do português nas séries iniciais.

2 Os conceitos de norma e a realidade lingüística

Castilho (2002) denomina um conceito amplo e um conceito estrito de norma. Esse conceito mais estrito é que seria de maior interesse para o ensino por entender-se como os usos e as atitudes de uma classe social de prestígio distinguindo-se como norma objetiva, norma subjetiva e norma prescritiva, esta última encarada e difundida pela escola como sendo a representação única e exata da língua.

O autor denomina norma objetiva, explícita ou padrão real como a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio, a qual se define também como a classe que tem os maiores níveis de escolaridade, identificando-se como a classe culta. A variedade da língua utilizada pelas pessoas deste nível social, linguisticamente, não é superior aos outros dialetos, porém é o que tem maior prestígio, pois corresponde à importância que se dá à classe social do falante.

A norma subjetiva, implícita ou padrão ideal, segundo Castilho, é a atitude que o falante assume para com a norma objetiva, ou seja, corresponde ao dialeto que as pessoas esperam que os outros falem em determinadas situações de interação e a norma prescritiva é assumida pelo autor como a combinação entre o que ele chamou de norma objetiva e norma subjetiva, isto é, são os usos linguísticos da classe social de prestígio, identificados como o ideal de perfeição da linguagem.

Faraco (2002) caracteriza norma linguística como o uso rotineiro da língua nos diversos grupos sociais, portanto cada grupo social tem sua norma da língua, o que permite dizer que não existe apenas uma norma linguística, mas variadas normas que caracterizam a diversidade de grupos que fazem parte da sociedade brasileira. Assim, pode-se falar na norma linguística das comunidades rurais, na norma da língua dos grupos de jovens urbanos, na norma da população que vive nas periferias urbanas, na norma informal da classe média urbana, só para citar alguns exemplos dados pelo autor.

Desse modo, fica claro que não se pode falar ou querer que as pessoas utilizem apenas uma única norma linguística, já que estas refletem os usos da língua de grupos que se unem

em torno de diversos valores: sociais, culturais, religiosos e que é responsável também pela identificação que existe entre os indivíduos que compõem esse grupo, o que, porém, não impede que as pessoas desse grupo entrem em contato e sofram influências das normas utilizadas em outras instâncias da sociedade.

Em sua exposição acerca dos conceitos de norma, Faraco ainda chama atenção para os constantes equívocos do adjetivo culta que qualifica os usos linguísticos da população que tem um estreito contato com a língua escrita e, portanto, utiliza uma norma que mais se aproxima do padrão idealizado pela gramática. Para ele, o termo culta pode sugerir que esta norma se opõe às normas incultas, que seriam faladas por pessoas desprovidas de cultura, entretanto todos os grupos sociais possuem uma cultura que deve ser valorizada, assim como seus usos linguísticos.

Assim, o autor esclarece que o termo culta refere-se à cultura escrita, sendo, portanto, a norma culta aquela utilizada por falantes que possuem um certo grau de escolarização em situações que envolvem um certo nível de formalidade. Segundo ele, essa denominação foi criada pelos próprios falantes dessa norma, o que já deixa implícito o julgamento preconceituoso que eles fazem da imensa maioria dos indivíduos que não utilizam esta variedade dialetal.

É importante ressaltar que a norma culta é mais uma variedade da língua e, como tal, é também bastante heterogênea e está longe de cumprir os ideais linguísticos de correção gramatical, além de também ser fortemente influenciada pelas normas populares.

Dessa forma, todas as normas linguísticas faladas por qualquer comunidade ou agrupamento humano, independentemente do seu nível social ou cultural, vão sofrer variações no uso, porém a cultura escrita tenta frear essa variabilidade estabelecendo uma padronização da língua na tentativa de uniformizá-la e neutralizar a variação, constituindo assim a chamada norma-padrão.

Segundo Faraco, o padrão não conseguirá jamais suplantar a diversidade, porque isso só seria possível se a sociedade e a cultura se tornassem homogêneas, mas terá sempre um efeito unificador sobre as outras normas, tornando-se uma referência que neutraliza as marcas regionais dos falantes.

Lucchesi (2002) afirma que a realidade linguística brasileira não é apenas heterogênea, mas é também polarizada, definindo-se dentro desse diassistema heterogêneo do português,

dois outros sistemas também heterogêneos e variáveis que são a norma culta e a norma vernácula ou popular.

O autor explicita que essa heterogeneidade e polarização do comportamento linguístico que caracterizam a realidade linguística brasileira possuem uma íntima relação com o contexto sócio-histórico na qual a língua portuguesa falada no Brasil se formou e também diz respeito às motivações ideológicas que subjazem a manutenção de um padrão linguístico ideal que busca se superpor à diversidade do real.

Lucchesi faz uma revisão do conceito de norma linguística desde a sua formulação original no interior da corrente estruturalista e busca adequá-la aos princípios teóricos da sociolinguística objetivando reunir elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil.

Lucchesi define duas derivações expressas pela língua para o substantivo norma, entendendo-a como aquilo que é normal no seio de uma comunidade linguística, ou seja, os hábitos de linguagem que são comuns no grupo e o adjetivo normativo, que seria as imposições ou ideais linguísticos dentro de uma comunidade.

Tomando como paradigma a realidade linguística do Brasil, o autor enfatiza a distinção entre norma-padrão e norma culta; aquela refere-se às formas linguísticas prescritas pelas gramáticas normativas e esta seria as formas linguísticas efetivamente utilizadas pelos falantes dos segmentos escolarizados, ou seja, falantes com curso superior completo.

Tal distinção torna-se muito relevante porque ainda existem pessoas que confundem norma-padrão com norma culta, entretanto mesmo as realizações linguísticas dos falantes com alto nível de escolarização não refletem, na maioria dos casos, as formas prescritas pela gramática normativa. Assim, Lucchesi chama atenção para a complexa relação entre atitude normativa e comportamento normal, aquela como uma reprodução dos sistemas de valores que presidem os julgamentos relativos às atitudes linguísticas dos falantes e esta como os padrões de comportamento efetivamente realizados pela comunidade de fala.

Entretanto, afirma Lucchesi que essa distinção tão útil à investigação linguística, não é tão nítida assim, já que ocorre uma complexa interação entre os sistemas de valores adotados por um grupo e os padrões linguísticos observados no seu comportamento, ocorrendo uma inter-relação entre o que é habitual ou normal e o que é imposto ou normativo.

Uma nova proposta para o conceito de norma foi introduzida pelo linguista romeno Eugênio Coseriu, que entendia a norma como parte intermediária entre a *langue* e a *parole*, apresentando uma ruptura que representava uma crítica à bipartição saussureana. Para Coseriu

(1979, p. 49), nas estruturas que compõem a língua é importante distinguir entre o que é simplesmente normal ou comum (norma) e o que é oposicional ou funcional (sistema). Nesse sentido, se por um lado a norma é mais ampla que o sistema por conter um número maior de traços, num outro sentido seria mais restrita, pois representa uma seleção dentro das possibilidades de realização admitidas pelo sistema, sendo que essa seleção apresenta variações externas (sociais ou regionais) e internas (combinatórias e distributivas).

Assim sendo, a norma de uma língua representaria seu equilíbrio externo entre as várias realizações permitidas pelo sistema e seu equilíbrio interno entre as variantes combinatórias e distribucionais. Para este autor, uma língua funcional é um sistema de oposições funcionais e realizações normais, ou seja, sistema e norma. Assim, o sistema seria as possibilidades que indicam os caminhos abertos e fechados de um falar compreensível na comunidade, enquanto a norma seria um sistema de realizações obrigatórias consagradas social e culturalmente, correspondendo não ao que se pode dizer, mas ao que já se diz em determinada comunidade de fala. Visto desse modo, o sistema corresponderia às formas ideais de realização de uma língua, enquanto a norma seria os modelos realizados.

Portanto, na concepção de Coseriu, a norma refere-se ao como se diz e não ao como se deve dizer, contrariando o conceito da norma prescritiva. Desse modo, Coseriu desenvolveu uma teoria de norma social em oposição à tradicional norma prescritiva, propondo a tríade sistema/norma/fala entendendo-a como uma parte intermediária entre a *langue* e a *parole*. Para ele, enquanto a *langue* e a *parole* representam, respectivamente, as oposições funcionais do sistema linguístico e a realização concreta e individual das possibilidades oferecida pela língua, a norma seria justamente uma realização coletiva, que determina as realizações linguísticas numa dada comunidade. Fazendo uma consideração que para ele partia do abstrato para o concreto, Coseriu coloca a norma como parte reguladora do sistema.

Porém Lucchesi (2002, p.72) faz uma consideração importante dizendo que, mesmo Coseriu, que em sua teorização acerca das normas linguísticas propõe-se a tratá-la como aquilo que é objetivamente comprovável nas realizações linguísticas e não conforme os critérios normativos de correção da língua, tratando-a desse modo “ao como se diz” e não ao “como se deve dizer”, consegue firmar esta distinção, já que o próprio Coseriu afirma também que a norma se impõe ao falante e que é um sistema de realizações obrigadas e de imposições sócio-culturais.

3 Heterogeneidade lingüística e formação do português popular do Brasil

Uma afirmação consensual entre os pesquisadores é que a realidade lingüística do português do Brasil é heterogênea, variável e bastante complexa. Esta complexidade da língua portuguesa falada no território brasileiro certamente possui uma íntima relação com a forma como o país foi colonizado e, conseqüentemente, o modo como a língua portuguesa foi implantada.

Assim, o complexo quadro da situação sociolingüística do português foi condicionado e definido, em grande parte, pela sua história social de colonização, em que se tinha a convivência de vários povos, falantes de línguas diversas, cuja comunicação era necessária e a quase completa ausência do controle normativizador da escolarização no país. A revisão desses dois fatores sociais e históricos é fundamental para o entendimento da polarização sociolingüística no Brasil tanto no que se refere à norma vernácula, falada pelas pessoas de baixa escolaridade ou completamente analfabetas, quanto no que concerne à norma culta, utilizada pelos indivíduos com alto grau de escolarização.

Mattos e Silva (2004, p.92), buscando uma interpretação para a difusão generalizada da língua portuguesa no Brasil, afirma que até meados do século XVIII, o multilingüismo generalizado caracterizou o território brasileiro. Segundo a autora, no início da colonização portuguesa no Brasil, havia mais de mil línguas indígenas, de vários troncos e famílias lingüísticas.

Conforme a autora, desde o século XVI, graças aos primeiros cronistas e historiógrafos sobre o Brasil, que começaram a chegar com o primeiro governador-geral, havia uma certa homogeneidade cultural e lingüística em alguns locais em que predominavam povos indígenas do tronco tupi. Este fato tornou possível a gramaticização por José de Anchieta da Língua mais falada na costa do Brasil, gramática que serviu de base para a catequese inicial e para a sua aprendizagem pelos primeiros colonos letrados, assim como tornou possível o conhecimento do que veio a ser chamada de língua geral.

Assim, no início da colonização, a situação lingüística possuía a seguinte configuração: além das várias línguas indígenas, havia duas línguas gerais: uma paulista,

falada no interior do Brasil, de base tupiniquim e/ou guarani, que poderá ter sido a língua de intercomunicação entre os colonizadores, colonos e índios a partir do século XVII e uma língua geral amazônica de base tupinambá que, a partir do Maranhão, começou a avançar na colonização da Amazônia, cuja modificação resultou no nheengatu falado ainda hoje na região do Rio Negro, do rio Xié, da Bacia do Içana e nas fronteiras do Brasil com a Venezuela.

Entretanto, a situação de multilinguismo não se esgota com as línguas indígenas, pelo contrário, ela viria a se enriquecer ainda mais com a chegada dos escravos africanos no Brasil, a partir de 1549. Segundo Couto (1992, p.278 *apud* Mattos e Silva 2004, p.96) já no fim do século XVI, a presença africana (42%) já se estendia a todas as capitanias, ultrapassando, no conjunto, qualquer um dos outros grupos - portugueses (30%) e índios (28%), apresentando um crescimento espetacular nas capitanias de Pernambuco e Bahia, esta última sextuplicando seus habitantes negros, tendo, assim, o Brasil no fim do primeiro século de colonização 101.750 habitantes, sendo que destes, 42% eram africanos.

As línguas faladas por esses escravos que chegaram com o tráfico foram estimadas em cerca de 200 a 300 e foram provenientes de duas grandes áreas:

- A área oeste-africana, com maior número de línguas tipologicamente diversificadas;
- A área banto, que se difere da anterior, por apresentar línguas tipicamente homogêneas.

O quadro histórico e linguístico do início da colonização apresentado acima, demonstra a diversidade de línguas faladas pelos escravos e isso vai se complexificar ainda mais porque estes indivíduos que chegaram ao Brasil tinham que aprender a língua portuguesa para se comunicar, o que criava um verdadeiro problema, já que essa aprendizagem era feita de maneira rápida e precária, geralmente noções básicas para o cumprimento de tarefas, sem nenhum tipo de normatização escolar, já que, até metade do século XIX, a educação escolar era proibida para os africanos.

Essa falta de escolarização perdurou por muito tempo, e até hoje sabe-se que as pessoas que possuem baixa renda advindas das camadas populares da sociedade mal conseguem se alfabetizar, engrossando as estatísticas que demonstram o crescente hiato entre estes indivíduos e os níveis maiores de escolarização.

Segundo Mattos e Silva, essa situação é que caracteriza a polarização sociolinguística defendida por Lucchesi e já comentada anteriormente, em que convivem as normas populares ou vernáculas, expressas na fala destes indivíduos que pertencem às camadas mais baixas da população, e a norma culta, expressa nos usos linguísticos das pessoas que possuem alto grau de escolarização, e que, nem por isso, essas normas deixam de se influenciar mutuamente, “num entrecruzar-se de possibilidades que justifica a afirmativa da heterogeneidade social do português do Brasil”. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 99).

A forma precária como os africanos tiveram que aprender a língua portuguesa e que Lucchesi (2003) denomina Transmissão Linguística Irregular também vai se refletir nas características gerais do português do Brasil constituindo-se num elemento importante para o entendimento da situação linguística com a qual convivemos na atualidade em nossas escolas e na sociedade de um modo geral.

Essa situação de aprendizagem irregular da língua fica bastante explícita quando analisamos os dados demográficos referente ao período da colonização no território brasileiro explicitados por Mattos e Silva (2004, p.101) que apresenta duas tabelas contendo informações relevantes sobre a demografia no período colonial.

Na primeira tabela, a autora expõe alguns dados retirados do livro Os últimos anos de escravatura no Brasil de Robert Conrad que demonstra que no final do século XVI o número de escravos no Brasil era de 42%; em 1818, às vésperas da Independência, esse número aumentou para mais de 50%.

Na segunda tabela, retirada da pesquisa de Alberto Mussa, o painel da formação populacional brasileira entre 1538 e 1890 aparece assim delineado: do século XVII ao século XIX os africanos e afro-descendentes já estão num patamar de 60% da população brasileira enquanto para o grupo indígena há um violento decréscimo de 50% para 2% da população e os europeus e brancos, usuários mais prováveis do português europeizado, constituiriam 30% desta massa populacional que equivale a menos de um terço da população do Brasil.

Esses e outros dados demográficos fazem com que a autora afirme que o forte candidato para a difusão do português popular do Brasil seriam os africanos e afro-descendentes, maioria da população e com história linguística familiar de língua não-portuguesa.

Além do aspecto demográfico, Mattos e Silva (2004, p.125) ainda elenca mais três importantes fatores sócio-históricos que contribuíram significativamente para que o português falado no Brasil se difundisse por meio dos negros que são a mobilidade populacional dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial e pós-colonial, a escolarização ou sua ausência do século XVI ao XIX.

Baseando-se nos dados de Robert Conrad e de Kátia Matoso, a autora traça o percurso geográfico dos escravos e seus senhores no território brasileiro, demonstrando que desde o século XVI até o século XIX, os africanos transitaram por uma boa parte do Brasil como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, tendo estado sempre em maioria populacional durante este período colonial e pós-colonial, o que leva a crer que foram os principais difusores do português do Brasil.

Quanto ao fator escolarização, a autora informa alguns dados que demonstram que, até o final do século XVIII, o número de letrados não ultrapassaria 0.5%, avançando para o patamar de 20% a 30% entre os anos de 1890 e 1920. Entretanto, apesar do aumento considerável dos indivíduos que atingem a escolarização no Brasil, esses números ainda estão longe do ideal, uma vez que ainda existe um imenso abismo que separa a maioria da população brasileira do nível mais alto de escolaridade, o que contribui bastante para a polarização linguística do português falado no Brasil.

4 Norma lingüística e erro

Quando se considera a norma linguística como o conjunto de possibilidades reais e lógicas admitidas pelo sistema, que se concretiza a partir dos usos habituais e costumeiros dos falantes de determinados grupos sociais, a concepção de erro linguístico fica profundamente abalada, pois cada grupo de falantes pode possuir uma norma que não é igual à de outro grupo, mas é corrente na sua comunidade de fala.

Assim, muitos fenômenos linguísticos variáveis seja no nível fonético-fonológico, morfossintático ou lexical que, muitas vezes, são estigmatizados pela sociedade não podem ser considerados como erros da língua, já que o seu uso se identifica com o que é norma e habitual em determinados grupos de falantes.

Visto dessa forma, o conceito de norma ganha força no interior dos estudos da linguagem, pois é preciso que esses estudos formalizem um modelo teórico que dê conta da variabilidade e heterogeneidade do fenômeno linguístico, portanto norma linguística pode ser vista na perspectiva dos estudos sociolinguísticos como variação linguística.

Sendo assim, a idéia que tem tomado conta do discurso escolar e extra-escolar que brasileiro não sabe falar português direito ou que a língua portuguesa está se deteriorando, discurso esse preconceituoso e discriminatório, já que baseia-se muito mais em princípios sociais que em fundamentação científica não tem nenhuma validade perante a ciência da linguagem, pois todos os falantes, independente de seu grau de escolarização ou do lugar do seu grupo na pirâmide social, constroem enunciados que são realizações linguísticas possíveis no sistema e, portanto, possuem uma organização estruturalmente bem elaborada, não deixando de utilizar formas linguísticas possíveis na gramática funcional do português.

Desse modo, todo falante domina pelo uma norma, aliás, várias normas e nenhum enunciado linguístico é desprovido de regras, pois mesmo aquelas realizações linguísticas dos falantes que utilizam o português popular seguem certos princípios linguísticos, pois se assim não o fosse o enunciado poderia inclusive se tornar agramatical, mas é fato comprovado que todas as normas utilizadas por um grupo de falantes, independentemente de sua valoração social, possuem regras e princípios lógicos.

Bagno(2001, p.26) diz que quando se trata de língua só se pode qualificar de erro aquilo que compromete a comunicação entre os interlocutores, portanto desde que os enunciados produzidos pelos falantes sejam compreensíveis, essas formas linguísticas são perfeitamente aceitáveis, pois cumprem seu objetivo que é a comunicação eficiente entre os indivíduos.

Portanto, a concepção de erro em linguagem tem um caráter puramente social e não linguístico, já que esta ciência considera a língua em toda a sua variabilidade e heterogeneidade, não fazendo julgamentos equivocados que discriminam o falante por meio do uso que este faz da sua língua.

Na verdade, o que a escola, a gramática e a sociedade de uma maneira geral costuma denominar de erro lingüístico são as formas da linguagem utilizadas por pessoas pouco escolarizadas ou totalmente analfabetas desprovidas de bens econômicos e sociais, visto que inúmeras pesquisas linguísticas já demonstraram que todas as normas faladas são heterogêneas, mas a norma popular, de que se vale as pessoas pertencentes aos estratos mais baixos da população brasileira sofre uma profunda estigmatização, pois como afirma Gnerre

“uma variedade lingüística vale, o que vale na sociedade os seus falantes”. Assim, é preciso desmistificar a idéia de que as formas lingüísticas utilizadas pelas classes populares são erradas, feias e desprovidas de gramática, pois só ocorre erro lingüístico se houver ininteligibilidade na construção do enunciado, portanto todas as variedades lingüísticas são importantes, dignas de consideração e respeito, já que todas elas são igualmente complexas, seguem regras da gramática natural do falante e fazem parte de sua identidade.

5 Norma lingüística e valoração social

Ora, se a norma lingüística constitui-se nos usos correntes, na linguagem comum aos diversos grupos sociais que formam uma comunidade lingüística, esta norma é também um importante fator de identificação cultural, o que faz inclusive com que muitos grupos se distingam pela sua forma de utilizar a linguagem.

Não existe sociedade homogênea, portanto é de se admitir também que para essa grande variabilidade de grupos ou comunidades pertencentes a uma mesma sociedade, deva existir uma diversidade de normas lingüísticas que caracterizam esses diversos grupos sociais. Assim, numa sociedade estratificada e plural, haverá também normas lingüísticas variáveis e heterogêneas.

Entretanto, essas normas lingüísticas sofrem uma enorme pressão social, pois assim como as pessoas são discriminadas pela cor da sua pele, pela sua preferência sexual, também são discriminadas pela variedade de língua que utilizam, já que determinados usos da linguagem refletem a classe social do falante e por isso são considerados feios, errados e anormais.

Essa escala de valores qualitativos que uma parcela da sociedade confere às normas lingüísticas são baseadas não em critérios científicos ou lingüísticos, mas em critérios sociais, culturais e políticos, já que do ponto de vista exclusivamente lingüístico todas as variedades através das quais o falante utiliza a língua são igualmente importantes e plenamente aceitáveis.

Nesse sentido é que tais valores vão se basear numa concepção de língua maniqueísta, obsoleta, reducionista e acientífica, em que se classificam os usos lingüísticos em termos de certo ou errado, pautando-se, para isso, em um padrão lingüístico cultuado pelas camadas

mais elevadas da sociedade, que desconsideram a variação que é inerente a todas as línguas humanas e estigmatizam todos os falares que não estiverem de acordo com essa norma tida como “ideal”, principalmente as variedades linguísticas utilizadas pelos estratos mais baixos da população. Daí se dizer que os valores linguísticos são reflexos dos valores sociais.

Assim é que as sociedades de tradição ocidental oferecem um caso particular de variedade prestigiada: a variedade padrão, por ser esta “coincidente” com as variedades faladas pelas classes mais altas, sendo difundida, principalmente, pelas gramáticas normativas, tidas pelos indivíduos como as grandes detentoras do saber linguístico. Desse modo, ainda vigora na sociedade uma concepção tradicional de língua abstrata e homogênea, que busca sempre a “pureza” da língua, idealizando uma correção linguística que estaria refletida nos compêndios gramaticais e nos dicionários, desvalorizando todas as outras manifestações linguísticas que são consideradas como uma deficiência linguística, e, o que é pior, desconsiderando também as pessoas que fazem uso delas.

Ora, uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Dessa forma, nossa luta tem que ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade e da pluralidade em todas as esferas da vida social (BAGNO, 2002, p. 39).

Numa sociedade estratificada como a nossa, o padrão ideal, eleito pela própria comunidade, tende a ser o dialeto das classes de maior prestígio social e para muitos, aprender a língua significa aprender esse dialeto, desconsiderando, portanto, todas as outras formas *reais* de fala.

Desse modo, quando ouvimos comentários de que os brasileiros ou os alunos não sabem falar o português direito ou que a língua portuguesa está se deteriorando ou até mesmo empobrecendo, o que realmente ocorre é que esses indivíduos podem não ter o domínio desse padrão tido como ideal, utilizando uma variante estigmatizada que é vista como uma deturpação da primeira, usada por aqueles que “não sabem a língua”.

Dessa forma é que, afirma Cunha (1984, p. 24),

se algumas verdades que rolam há dezenas de anos pelos campos da ciência fossem incorporadas a nossas gramáticas expositivas, evitariam que continuassem a misturar, sem distinção, o geral com o particular, o presente

com o passado, o morto com o vivo e a legitimar apenas formas e construções de autores de outras épocas que não pensavam como nós e, por consequência, como nós não podiam falar nem escrever.

6 Considerações finais

A constatação do fracasso que vem ocorrendo com o ensino de língua materna nas escolas brasileiras em relação a um dos seus principais objetivos que é o domínio da norma padrão desencadeou inúmeros trabalhos voltados para esse problema com o objetivo de melhorar o “caos” em que se encontra o ensino da língua portuguesa.

Assim, esse ensino vem sendo, há algumas décadas, objeto de discussões, questionamentos e, principalmente, alvo de muitas críticas por parte dos estudiosos da linguística que não vêem com bons olhos a forma como vem sendo ministrada as aulas de língua portuguesa nas escolas de ensino fundamental e médio espalhadas por todo território nacional.

Grande parte dos pesquisadores brasileiros que trabalham com o ramo da linguística relacionado à educação dos alunos provenientes de classes populares tem defendido que, muitas vezes, estes alunos não conseguem alcançar níveis mais altos de escolarização devido à forma como a norma padrão é apresentada a estes indivíduos e como a escola trabalha com as questões sobre a linguagem.

A principal crítica feita pelos linguistas ao ensino de língua portuguesa é com relação à sua prática extremamente tradicional e normativa no trabalho com a linguagem, cuja visão de língua é aquela explicitada nos compêndios gramaticais que visa à transmissão de regras e conceitos metalinguísticos totalmente desvinculados da realidade multiforme da língua. Nesse sentido, o ensino de língua vem sendo praticado nas escolas como sinônimo de ensino de gramática normativa.

Nas últimas décadas, os pesquisadores tem insistido na idéia de que as instituições escolares precisam levar em consideração o caráter variável e heterogêneo da língua, identificando o mito da homogeneidade linguística como um dos grandes entraves educacionais, principalmente para os alunos oriundos das camadas mais baixas da população, que ao chegar á escola, sentem-se num mundo distante e irreal, em que sequer entendem a

própria linguagem utilizada naquele espaço, o que gera um grande desestímulo e uma sensação de impotência diante desse hiato entre sua cultura e a cultura da escola.

Não pretendemos aqui, em tão curto espaço, discorrer sobre tudo o que se escreveu a respeito do assunto, pois ultimamente tem sido difundida uma vasta bibliografia acerca do tema em destaque, portanto apenas buscar-se-á refletir sobre algumas produções importantes que tem dado grandes contribuições para uma mudança de paradigma no ensino de língua materna. Certamente o assunto do ensino da norma padrão não será esgotado neste trabalho, anima-nos tão somente a possibilidade de uma modesta contribuição para subsidiar a questão do ensino, com vistas a um domínio mais amplo da língua materna.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?* um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.27-35.
- COSERIU, Eugênio. Sistema, norma e fala. In: *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. São Paulo: Presença, Edusp, 1979.
- CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.37-60.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.63-90.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- RODRIGUES, Aryon. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.11-23.

O TRABALHO COM TEXTOS NA SALA DE AULA

Jauranice Rodrigues Cavalcanti (UFTM)

RESUMO: Este artigo discute a entrada do texto para a sala de aula e como este passa a ser trabalhado pelo professor. Com a mudança proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino de Língua Portuguesa (LP), antes centrado no estudo de palavras/frases soltas, passa a ter por objeto de ensino/aprendizagem os diferentes gêneros de discurso, o que implica o trabalho com as condições em que os textos são produzidos, por onde circulam, seus leitores previstos etc. Consideramos que, em se tratando do ensino de LP, embora tenha havido um avanço em relação ao que ocorria nas últimas décadas do século passado, os gêneros do discurso, e os textos em que se materializam, são tratados na sala de aula, muitas vezes, desvinculados de sua situação de produção/recepção.

Palavras-chave: produção textual, gêneros do discurso, ensino.

ABSTRACT: *In this article we intend to verify how written text learning is developed in Portuguese Language classes. The analyse points to an approach still concerned to formal aspects of the texts.*

Key-words: *discourse genres, text, teaching.*

1. Considerações iniciais

Pode-se dizer que até a década de 80 havia o consenso de que o ensino da Língua Portuguesa na escola básica deveria ter por foco o ensino da gramática normativa, abordada a partir de frases/palavras soltas.

Com o propósito de alterar esse quadro, uma série de reflexões feitas por estudiosos da linguagem chegou à rede pública na década de 80. Nelas enfatizava-se a necessidade de um deslocamento do objeto de ensino de língua materna: de palavras/frases soltas para o *texto*¹ (cf. Geraldi, 1991), lugar onde a língua se realiza, espaço de interação de sujeitos e constituição de subjetividades. É importante lembrar que esse deslocamento implicava a mudança de uma concepção de linguagem como expressão do pensamento ou como código transparente para a de linguagem como lugar de interlocução, *atividade constitutiva*.

¹ “Considero a produção de textos (orais e escritos) como ponto de partida (e ponto de chegada) de todo processo de ensino/aprendizagem de língua” (p.135).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançados na década de 90, reiteram as posições defendidas nas propostas da década anterior: trabalho com textos de diferentes gêneros, atividades epilingüísticas² (cf. Franchi, 2006) e não práticas artificiais de leitura e de escrita. Nesse início de século, pode-se dizer que a entrada do texto para a sala de aula parece já consolidada, não há dúvida de que as aulas de língua portuguesa dedicam mais espaço para atividades de compreensão e produção de textos. Mas como fazem isso? Como é o trabalho com textos de alunos nas aulas de língua portuguesa?

Este artigo tem por objetivo discutir o conceito de *texto* a partir da análise de uma seqüência de atividade de produção de texto encaminhada por uma professora de uma 2ª. série do Ensino Fundamental. Para isso, é necessário, inicialmente, abordar como esse conceito migrou para a sala de aula.

2. O conceito de texto

Os estudos da Linguística Textual (LT) consolidaram-se no Brasil nas décadas de 80 e 90 com publicações de autores como Koch (1989, 1998), Koch e Travaglia (1989), Fávero (1991) e Marcuschi (1983). Como todo campo teórico, a LT desenvolve-se (re)definindo conceitos e o próprio objeto de estudo. Em um primeiro momento, o texto era visto como “um complexo de proposições semânticas”, um produto acabado. Nessa perspectiva, uma seqüência de frases (ou um amontoado de palavras) era considerada texto se apresentasse *textualidade*, isto é, se tivesse *coesão* e *coerência*, marcas que estariam presentes **no** texto, que poderiam ser recuperadas a partir dele.

Essa idéia foi afastada quando se observou a existência de seqüências que, apesar de construídas com elos coesivos, não veiculavam qual(is)quer sentido(s)³. Toma-se, então, a

² “Chamamos de atividade epilingüística a essa prática que opera sobre a própria linguagem, compara as expressões, transforma-as, experimenta novos modos de construção canônicos ou não, brinca com a linguagem, investe as formas lingüísticas de novas significações” (p.97).

³ Para defender a idéia de que não basta que um texto esteja escrito corretamente (apresentando inclusive elos coesivos) para ser um “texto de verdade”, Possenti (2000, p.114) apresenta o dado abaixo:
Carlito partiu no barco verde.
O barco era longo e forte.
Carlito parou perto da árvore.
Era tarde e Carlito dormia.

coerência como o traço definidor do texto, mas ainda considerando que ela seria uma propriedade do texto e não, como pensada atualmente, construída a partir dele.

Depois, passa-se a uma concepção mais ampla, a de texto como um processo, lugar de interação entre autor e leitor, espaço de construção de sentidos. Esse caráter processual fica evidente na resposta dada por Koch à pergunta *Qual é, afinal, a propriedade definidora do texto?*

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido (p.25).

Koch, em trabalho mais recente (2006), explica que a noção de texto, assim como as de coesão e coerência, foi sofrendo mudanças significativas no decorrer do tempo. Além daquelas apontadas acima, o critério de textualidade e a noção de coerência, a autora ressalta a necessidade de não separar radicalmente os dois domínios, uma vez que esses, na maioria dos casos, aparecem imbricados. Um exemplo dessa intersecção é a retomada de um referente do texto por uma expressão nominal (como em Pedro não gosta de barulho. **O resmungão** chegou há pouco.), em que é preciso fazer um “cálculo”, isto é, o texto (uma marca coesiva nele presente) demanda que o leitor preencha um vazio, um “espaço em branco” (no exemplo, fazer o *link* entre **Pedro** e **o resmungão**).

Do que foi dito até aqui, é importante ressaltar que as noções de texto, coesão e coerência são vistas hoje, no âmbito da LT, como indissociáveis da situação interlocutiva, o que implica dizer que não existem sentidos prontos, que estariam materializados no texto à espera de serem decifrados por um leitor passivo, mas que esses se constroem na interação leitor-texto-autor. A metáfora de texto como *iceberg* é significativa: só uma parte do texto está exposta, na superfície; a maior parte está submersa (os espaços em branco).

No que diz respeito à produção de texto, a idéia de processo remete a um *trabalho* que envolve diferentes “etapas”, desde a escolha do que se pretende dizer (com a pesquisa sobre os diferentes pontos de vista sobre o tema), a seleção de recursos expressivos, a elaboração, revisão

etc. Nessa perspectiva, o ato de escrever mobiliza fatores sociais e também fatores cognitivos (o conhecimento de mundo, textual e genérico de que dispõe aquele que escreve).

Outra observação importante: na LT, como em todo campo teórico, as discussões ocorrem tendo por objetivo a *descrição* e o *estudo* de fenômenos (*texto, coesão, coerência*, dentre outros). No entanto, quando esses migram para o contexto escolar, sofrem mudanças, são ressignificados. No caso dos conceitos de *coesão* e *coerência*, observa-se que passaram a critérios de correção de textos, assumindo um caráter normativo (cf. Mendonça, 2003). Não se pode negar, no entanto, que há um avanço em relação ao que predomina(va) na abordagem de textos de alunos, isto é, a chamada “higienização do texto”, uma operação de limpeza, na qual o papel do professor se reduz a apontar transgressões de ordem gramatical (ortografia, pontuação, concordância etc.), a “contar os erros”.

Infelizmente, esse avanço ainda não significa que o texto do aluno seja visto para além de um produto acabado, isto é, quando se trata de olhar o que os alunos escrevem e propor caminhos que levem ao enriquecimento dessas produções, não se levam em conta outros fatores além da própria materialidade textual, o texto-produto.

3. O trabalho com textos de alunos

Nos últimos anos, à idéia da necessidade de trabalhar com textos nas aulas de português acrescenta-se a de que esses devem pertencer a gêneros diferentes, provenientes das múltiplas esferas sociais (nas modalidades escrita e oral da língua), “textos verdadeiros”, de acordo com alguns estudiosos. O objetivo é aproximar o máximo possível o que se produz na escola daquilo que circula fora dela, eliminando de vez práticas artificiais de escrita, as *redações*⁴.

Dessa forma, existe um trabalho com diferentes gêneros nas aulas de Língua Portuguesa. Desde as primeiras séries do Ensino Fundamental, os alunos têm acesso a receitas de bolo, regras de jogos, textos informativos, publicitários e outros. Ressalte-se que trabalhar com gêneros implica, obrigatoriamente, trabalhar as condições nas quais os textos são produzidos, por onde circulam, com quais intenções, quais seus interlocutores privilegiados etc. Ou seja: encarar o

⁴ Geraldi (1991) faz a distinção entre produção de texto e redação: “nesta, produzem-se textos para a escola; naquela produzem-se textos na escola” (p.136).

texto como *processo* e não apenas, como parece estar acontecendo, verificar se determinadas marcas formais caracterizadoras do gênero abordado estão ou não presentes nos textos produzidos.

O material que será discutido a seguir⁵ foi elaborado com o objetivo de discutir questões ligadas à produção de textos nas séries iniciais. O público a que se destina são coordenadores pedagógicos da rede pública do estado de São Paulo, responsáveis por orientar os professores a trabalhar com alunos não-alfabetizados, mesmo em séries mais avançadas. É preciso ressaltar a preocupação por parte da equipe que produziu o material em acompanhar o que se discute (e se sugere) nos PCNs, isto é, produzir atividades que discutam textos de diferentes gêneros, que priorizem reflexões sobre o *modo de dizer* dos textos e não apenas seu conteúdo.

As atividades elaboradas (com proposta de produção, encaminhamento e intervenção do professor) eram apresentadas aos coordenadores para que esses discutissem e avaliassem sua adequação. Abaixo aparecem algumas etapas de uma seqüência de atividades dirigida a alunos de uma segunda série.

1. Proposta de produção

A 2ª. série C é uma classe bastante heterogênea. Nela há crianças alfabetizadas e outras não alfabetizadas, em diferentes níveis de aquisição de escrita. Leia a proposta de produção e a maneira como foi conduzida pelo professor da classe:

O professor leu o início da história de Malvina, uma bruxinha decidida a mudar de vida e a encontrar um marido príncipe, e conversou com as crianças sobre o tema daquele trecho do texto. Como a proposta era que as crianças continuassem a narrativa, a professora, oralmente, ajudou-as a planejar o desenvolvimento e o desfecho da história. Discutiu então com a classe:

- * *o enredo da história;*
- * *os personagens que deveriam ser mantidos;*
- * *o lugar onde acontecem os fatos.*

Ficou decidido que cada criança resolveria se Malvina conseguiria fazer ou não sua mágica e se a história teria ou não um final feliz. Leia o início da história:

Era uma vez uma bruxinha chamada Malvina, que, cansada de fazer maldades, resolveu deixar sua vassourinha de lado e mudar de vida.

⁵ Tive acesso a esse material quando fui convidada a assumir as aulas do curso.

O sonho dela era casar com um príncipe encantado, igual ao das princesas dos contos de fadas. Mas, encontrar um príncipe encantado não era assim tão fácil. Foi então que Malvina teve uma boa idéia: transformar um sapo em príncipe. Entusiasmada com a idéia, Malvina resolveu mudar-se para a cidade, onde havia muitas lagoas e, com certeza, teria mais chances de encontrar um sapo encantado.

Já na cidade, Malvina parou diante de uma pequena lagoa e, no meio das plantas, enxergou um sapo.

(A bruxinha Malvina. Silveira, Susan Helena de Souza)

Na sua opinião, a proposta de produção e a maneira como o professor a encaminhou para a classe foram adequadas a uma classe como essa? Justifique sua resposta.

B) Análise do texto produzido

Observe como Bruno continuou a história:

A BRUXA E O SAPO

ELA FOI DEVAGARINHO, MAS, AQUELE SAPO FUGIU.

ELA ANDO, ANDOU E ANDOU E ENCONTROU. MAS, O SAPO VIU ELA E PULOU NO COCORUTO DELA. E O SAPO FUGIU. JÁ CAINDO LAGRIMAS, UM SAPO CHEGOU E DISSE: "POR QUE ESTÁIS CHORANDO MINHA JOVEM?" DISSE O SAPO COM CHARUTO NA BOCA, CHAPEU, CINTO E CAMISA ABERTA.

ELA RESPONDEU: "EU ESTOU PROCURANDO UM PRÍNCIPE." ELE RESPONDEU: "MAS EU SOU UM PRÍNCIPE QUE VIROU SAPO." ELE COLOCOU UM OCULOS PARA FICAR MAIS BONITO.

ELA ACREDITOU E OS DOIS SE CASARAM E TIVERAM UM FILHO QUE O CHAMARAM "MALPO" E A MISTURA DE MALVINA E SAPO COM AQUELA CRIANÇA ELES TRÊS VIVERAM "FELIZES" PARA SEMPRE E O BEBÊ TAMBÉM.

O texto de Bruno está de acordo com a proposta da professora?

C) Análise da intervenção do professor

O professor considerou que o texto de Bruno poderia ser utilizado para fazer um trabalho com a classe toda. Para isso, transcreveu-o com letras maiúsculas grandes, em papel pardo, para que toda a classe pudesse ver o original e acompanhar a revisão, comparando e decidindo as melhorias a serem feitas. Então relê para a classe a situação inicial apresentada e, em seguida, lê os dois primeiros parágrafos do texto de Bruno. Faz as seguintes perguntas para a classe:

* *o que poderíamos acrescentar à frase “Ela andou, andou e encontrou...” para que tenha sentido completo?*

* *a repetição das palavras “andou, andou, andou” indica que Malvina andou muito ou pouco?*

* *quem estava chorando, Malvina ou o sapo?*

* *na frase “mas o sapo viu ela e pulou no cocoruto dela”, o que podemos fazer para evitar a repetição de “ela” e “dela”?*

Ao analisar com a classe o início dado por Bruno a sua história, o professor revela preocupar-se mais com a linguagem escrita ou com a correção gramatical?

A leitura da seqüência revela, como já mencionado, a preocupação em desenvolver práticas de produção menos artificiais: a professora lê o texto para os alunos, conversa com eles e até os ajuda a planejar sua continuação, discutindo pontos relevantes como personagens e o lugar onde se desenrola a história. Essa estratégia didática, que procura facilitar a atividade de escrita, não sobrecarregando o aluno com muitas tarefas, é comum nas séries iniciais. A questão lançada aos coordenadores, se a proposta e seu encaminhamento eram adequados, procura fazer com que reflitam sobre a necessidade de levar os alunos a escrever textos (sendo eles alfabetizados ou não) e de propor caminhos e estratégias como os apresentados. Observa-se, até aqui, que o texto (sua produção) longe de ser visto como o resultado de um momento de inspiração, é concebido como um processo, um trabalho que demanda planejamento, escolhas, (re)elaboração.

No entanto, como se pode observar no encaminhamento da professora, não há reflexões sobre as condições de produção do texto proposto (nem tampouco de sua recepção), isto é, os alunos não são levados a refletir sobre os objetivos da produção (continuar a narrativa para quê? é só uma tarefa escolar?), a quem se destina (só o professor? os colegas da classe? da rua?), o contexto onde vai circular (só na sala? na escola?), seu suporte (fará parte de um livro? do mural da escola?). Essa discussão é de fundamental importância, uma vez que os textos não se dissociam das esferas sociais nas quais circulam, mas refletem as condições e finalidades de cada

uma dessas esferas. Produzir um texto significa, portanto, não apenas escolher um tema (o que dizer), mas selecionar estratégias discursivas (o modo de dizer) levando em conta o *para quem se escreve, para quem se escreve* etc. Se esses fatores não são considerados, o texto acaba não cumprindo seu propósito comunicativo e pode mesmo gerar problemas de compreensão.

Quanto à análise do texto de Bruno, os coordenadores deveriam verificar sua adequação à proposta, observando se o texto dava prosseguimento à situação inicial apresentada, se articulava novos acontecimentos e personagens, se acrescentava complicação e desfecho. Percebe-se que o aluno faz tudo isso e ainda com muito bom humor!

Na terceira e última etapa, o texto é objeto de uma revisão conjunta. A professora faz então uma série de perguntas para a classe, em um trabalho que objetiva “melhorar o texto”. Antes de discutir as questões levantadas, é importante observar o que o texto revela sobre os conhecimentos lingüísticos de Bruno. Em primeiro lugar, a habilidade em operar com os recursos coesivos da língua. Observe-se que, ao contrário da autora do texto, que não faz qualquer remissão ao referente *bruxa* além da reiteração do mesmo item lexical (Malvina- Malvina- Malvina), Bruno já inicia seu texto retomando o referente por um pronome anafórico – *ela*. Em seguida emprega outros elos coesivos, dentre eles, *aquele, ela, dela, ele, minha jovem, os dois, o* (retomando “um filho”), *aquela criança, eles três, o bebê*.

Além dos anafóricos e das expressões definidas, o texto apresenta outros elos coesivos, que articulam frases e parágrafos. Há três ocorrências do conector *mas* (Ela foi devagarinho, **mas**, aquele sapo fugiu. / **Mas** o sapo viu ela (...)/ **Mas** eu sou um príncipe que virou sapo), sendo que a primeira e a última estabelecem uma relação semântica de contraste, de oposição entre duas vozes, dois pontos de vista. No caso da primeira, pode-se dizer que contribui para tecer o conflito da história uma vez que a fuga do sapo (o primeiro que aparece) faz a bruxinha continuar sua busca.

A repetição de *andou, andou e andou* confere ao texto um efeito expressivo, enfatizando a persistência de Malvina e também representando, na própria materialidade do texto, o longo caminho percorrido pela bruxinha (não é nada fácil encontrar um príncipe!). A idéia de que repetições devem ser evitadas na escrita, tão presente em alguns manuais de “escrever bem”,

parece, felizmente, estar sendo descartada (é o que mostra a pergunta da professora aos alunos: *a repetição das palavras “andou, andou, andou” indica que Malvina andou muito ou pouco?*).

O texto também mostra que Bruno sabe “orquestrar” as diferentes vozes que mobiliza para construir sua história, a do narrador e a das personagens, indicando para o leitor quando se trata de um ou outro. Isso é feito por meio dos sinais de pontuação (dois pontos, aspas) e também pelo uso de verbos *dicendi* como *disse* e *respondeu*.

Outro recurso que aparece no texto: a caracterização do sapo não se restringe a conferir a ele uma aparência diferente, ele também “fala” diferente de forma a impressionar/convencer a bruxinha de que seria mesmo um príncipe disfarçado. Para veicular a fala do príncipe-sapo, Bruno usa uma outra variedade linguística (*Por que estais chorando minha jovem?*), mostrando que sabe que determinadas situações/contextos exigem um nível mais formal de linguagem.

Percebe-se, portanto, que Bruno estrutura seu texto de forma bastante apropriada, uma vez que já manipula uma série de recursos expressivos. Isso não significa que seu texto está *pronto*, que não deva ser objeto de uma revisão no sentido de enriquecê-lo: esse trabalho deve ser feito a fim de ampliar o conjunto de recursos de que dispõe para construir/compreender textos. A professora, como a seqüência acima mostra, propõe-se a fazer esse trabalho. Mas como o direciona?

A não-explicitude dos termos (referentes) a que se referem alguns dos anafóricos que aparecem no texto de Bruno é o que parece incomodar mais a professora. Assim, as questões (*o que poderíamos acrescentar à frase “Ela andou, andou e encontrou...” para que tenha sentido completo? e quem estava chorando, Malvina ou o sapo?*) buscam preencher os espaços em branco, as informações que não apareceram, por terem sido avaliadas como conhecidas do leitor do texto (a professora, os colegas da classe). Na primeira questão, a informação seria aquela que todos o que leram a proposta não teriam problemas em saber: encontrou um (outro) sapo. Além disso, o uso do *aquela* no enunciado anterior permite que o leitor infira (preencha o espaço em branco) que não se trata do primeiro candidato a príncipe com quem se depara a bruxinha. Na segunda questão, mesmo um leitor que não tenha conhecimento sobre as condições de produção da proposta (alunos e professora) pode facilmente ligar à Malvina o enunciado *já caindo*

lágrimas: o que aparece explicitado no texto (as informações sobre sua busca – até ali infrutífera – e o enunciado posterior – *um sapo chegou*) permite que a inferência seja feita.

Como apontado anteriormente, a concepção de texto como processo implica pensar a coesão e a coerência como fenômenos, muitas vezes, interligados: para que determinadas pistas presentes no texto (os elos coesivos do texto de Bruno) façam sentido, isto é, para que o leitor chegue aos referentes dessas pistas (coerência) é preciso que se faça algum tipo de cálculo (os sentidos não estão prontos, precisam ser construídos na interação autor-texto leitor).

A professora também procura eliminar determinadas repetições não-produtivas como *ela* e *dela*. É interessante observar como essa orientação parece deslocada em relação às outras. Isso porque o próprio texto escolhido não serve como “modelo” para mostrar aos alunos a importância de, por exemplo, trabalhar a caracterização de personagens por meio da escolha de outras formas para (re)ativar o referente, além da simples reiteração (Malvina). Além disso, a professora deixa de observar como em outros lugares do texto aparecem expressões que retomam o nome Malvina, como *minha jovem*, que oferecem ao leitor informações/avaliações importantes para a construção dos sentidos. Nesse sentido, o texto de Bruno é mais sofisticado que o texto-base, “aposta” que o leitor não terá problemas em ligar o nome à expressão que faz remissão a ele.

As orientações presentes no processo de revisão revelam uma concepção de texto como *produto*, porque não levam em conta a dimensão pragmático-enunciativa da linguagem. Pode-se dizer que um trabalho que discutisse/explicitasse as condições de produção/recepção do texto, que tomasse o texto como um *processo*, levaria os alunos a, progressivamente, selecionar os recursos necessários para construir seu *dizer*, porque, como ressalta Franchi (*op. cit.*):

Dentre os inúmeros recursos de que dispõe o falante seleciona um ou outro segundo critérios de relevância que ele mesmo estabelece na medida em que interpreta, adequadamente ou não, as condições da produção de seu discurso: como devo parecer quando falo [escrevo]? Para quem eu falo [escrevo]? Com que propósitos e intenções? O que eu posso pressupor e implicar? etc. (p.50).

4. Considerações finais

Levando em consideração o que foi discutido, pode-se dizer que o trabalho com textos de alunos aponta para uma concepção de texto “heterogênea”: como *processo*, quando se abre espaço para etapas como o planejamento e a revisão, e como *produto*, quando a preocupação recai sobre aspectos ligados apenas à forma do texto, descartando a situação interlocutiva. Quando ocorrem intervenções como a que foi apresentada, o professor perde a oportunidade de enriquecer os conhecimentos lingüístico-discursivos dos alunos, suas estratégias de dizer, perde a oportunidade de assumir a posição de um interlocutor privilegiado.

Bibliografia

FÁVERO, L.L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo Gramática?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KOCH, I. G. V., TRAVAGLIA, L. C. *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, Ingedore V. e ELIAS, Vanda M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. *Lingüística textual: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983.

MENDONÇA, Marina Célia. *Coesão e coerência textuais escolarizadas: políticas de fechamento*. Artigo apresentado ao programa de doutorado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp como requisito para obtenção de Qualificação na área de **Lingüística Textual**, IEL, 2003.

POSSENTI, Sírio. Uma redação. In: *Mal Comportadas Línguas*. Curitiba: Criar edições, 2000.

A REPRESENTAÇÃO DE SI NO DISCURSO: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E INCLUSÃO DE PROFESSORES

Giovana Cristina da Silva

RESUMO: A identidade e a formação dos professores tem sofrido diversas mudanças, especialmente na última década, com o crescente aumento de cursos utilizando o ensino a distância (EAD). O objetivo principal da pesquisa a se relatar foi investigar o professor, enquanto sujeito discursivo na sociedade pós-moderna em situação de EAD e, dessa forma, chegar a seus processos de identificações e subjetividades. Os procedimentos metodológicos de pesquisa se constituíram da análise das respostas coletadas por um questionário de pesquisa respondido por profissionais, professores tutores que atuam em cursos de EAD. O aporte teórico para efeito de análise foi da Análise do Discurso de linha francesa, os quais revelaram como resultados a manifestação da contradição e da heterogeneidade do discurso do professor presencial nas formações discursivas e ideológicas encontradas no *corpus*. Destituído da imagem historicamente constituída de professor como aquele que detém o saber, o professor tutor presencial revelou-se sentir sem identidade. As conclusões levam também a identificar que representação o profissional professor-tutor presencial faz de si, no que tange às suas representações no desempenho de sua função.

Palavras chaves: Professor-tutor, inclusão e EAD.

Abstract: *The identity and the training of teachers has suffered various changes, especially in the last decade with the increasing growth of courses using the distance learning (EAD). The main research objective taken into account was to investigate the teacher while the discursive subject in the postmodern society in EAD situation and in this way will arrive at its processes of identifications and subjectivities. The methodical research procedures were formed from the analysis of the answers collected from a survey answered by professionals, tutor teachers who work with EAD courses. The theoretical contribution for effect analysis was the one from Analysis of the Speech, the French line, which revealed as results the manifestation of contradiction and the heterogeneity of teacher present speech in the discursive formations and ideology found in the corpus. Dismissed from the historic image was that of a teacher as the one who retains the knowledge, the tutor teacher presence revealed a self feeling of lost identity. The conclusions taken also identify what representation the professional teacher-tutor presence has itself and what part their representations play in their duty.*

Keys Words: *Teacher-tutor, inclusion and EAD.*

1. Introdução

A educação como um todo, sofre as influências, não só de uma sociedade moderna e pós-moderna, mas também de políticas educacionais de cada governo que a atravessa ao longo dos anos.

Neste contexto, a educação a distância, no Brasil e no mundo atual, está se adaptando e passando por novas expectativas e perspectivas. Em decorrência de exigências de mudanças que sejam includentes e qualitativas, esse artigo versará sobre a EAD e sobre a inclusão de professores na função de tutor presencial nesta modalidade de ensino.

A educação a distância surgiu no Brasil como uma forma de suprir a demanda de vagas nas várias áreas do ensino superior, principalmente na formação e aperfeiçoamento de professores. A democratização do acesso ao ensino público e particular, além da qualidade no ensino são premissas que compõem o discurso político-educacional atual.

A relevância de se pesquisar sobre esse tema advém dos atuais cursos de formação que encontramos administrados por secretarias municipais e estaduais de educação, da criação da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP); dos cursos de graduação e pós-graduação de universidades públicas e particulares; da criação da Universidade Aberta (UAB), além das chamadas universidades corporativas que se utilizam e utilizarão, cada vez mais, da EAD. Capacitar e formar alunos através dessa modalidade de ensino é um campo de atuação vastíssimo e que cresce vertiginosamente, tanto no Brasil como em todo o mundo.

O objetivo específico dessa pesquisa é analisar a inclusão de professores na EAD, focalizada na figura do professor tutor presencial e advém das discussões atuais sobre o papel do professor na sociedade moderna, indo ao encontro do aforismo de que os professores terão que estar capacitados para atuar não só na educação básica e no ensino superior, como também ampliar seu campo, para atuar

na educação corporativa, na educação à distância e ainda ser capaz de ter uma postura includente na educação.

Uma das hipóteses levantada a acerca das discussões sobre o trabalho e a formação do professor-tutor foi a percepção de que havia contradições no discurso do tutor presencial, no sentido de aprovar essa forma de acesso à educação formal e, ao mesmo tempo, criticá-la. Especificamente, este estudo objetiva encontrar, na materialidade lingüística dos discursos produzidos por tutores presenciais de EAD, indícios de que se ressentem de não terem autonomia na definição do conteúdo e, dessa forma, sentirem-se deslocados do lugar de detentor do saber, causando, assim, uma inclusão parcial no lugar de professor, quando atua como tutor presencial.

O corpus de pesquisa foi constituído a partir de respostas a um questionário de pesquisa voluntário, contendo onze questões, elaborado pela pesquisadora e aplicado a cinco professores que atuam como professores tutores presenciais, em cursos de graduação à distância, no período de janeiro e fevereiro de 2009.

2. Pressupostos teóricos

Partindo dos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (ADF) que postulam que a ideologia é inconsciente, construída na sociedade através da história. Tendo em mente o sujeito como revestido de um caráter ideológico, Pêcheux (1973), concebe, também, a noção forma-sujeito ou sujeito histórico, afirmando que a formação discursiva comporta uma forma-sujeito historicamente determinada, que regula e organiza o dizer de diferentes posições-sujeito que nela convivem.

Assim, a educação à distância no Brasil e no mundo atual está se adaptando e passando por novas expectativas e perspectivas; porém, para que se desenvolva, deve estar em conformidade com a lei e, por conseguinte, com uma nova ordem do discurso. Foucault (1971) explica que a formação discursiva (FD), determina o

dizer e, desta forma, a FD em funcionamento nas práticas discursivas seguem a ordem do discurso jurídico e educacional, ou seja, discursos específicos da lei, produzem uma ideologia. A definição do que é Ead, no Brasil, encontra-se presente no decreto Decreto 5.622, de 19.12.2005 que regulamenta o Art. 80 da Lei 9394/96 (LDB)¹:

Educação a Distância (EAD) é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes e professores no desenvolvimento de atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O decreto regulamenta não só o funcionamento, mas também os discursos dos sujeitos envolvidos nas instituições de ensino a distância, transpassando uma ideologia. O que se pode notar é que a partir desse decreto, que regulamenta essa modalidade de ensino, todos os outros discursos, sobre a EAD, se legitimarão a partir desse documento.

Um exemplo de políticas públicas que busca a ampliação ao acesso a educação foi a criação da Universidade Aberta Brasileira (UAB) que intenta promover a abertura de um maior número de vagas no ensino superior. Nas palavras do secretário de educação a distância, Ronaldo Mota, no artigo Universidade Aberta Brasileira², temos:

O projeto faz parte do atual conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo atual Governo Federal para a área de educação, especialmente na área de programas voltados para a expansão da educação superior com qualidade e promoção de

¹ LDB _ Lei de Diretrizes e Bases da Educação .

² http://www.abraead.com.br/artigos_ronaldo.html (acessado em 25/07/2009)

inclusão social. Assim, o projeto se caracteriza pela reafirmação do caráter estratégico da educação superior e do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para o crescimento sustentado do país.

Em suma, a ordem do discurso atual resume-se em oferta, expansão, qualidade na educação e inclusão social, sendo assim, o discurso, que é um objeto sócio-histórico, segundo Orlandi (2007), é analisado neste estudo, de acordo com a proposta de que o político e o simbólico se confrontam. Em consequência, os sujeitos que perpassam por esse momento se constroem histórica e ideologicamente por meio dos discursos produzidos e, desta forma, as condições de produção do discurso são analisadas por meio da materialidade linguística, dos esquecimentos e da interrogação da transparência da linguagem. Buscando compreender nos discursos dos envolvidos, as relações de sentidos e pensando dimensionadamente ao tempo e ao espaço das práticas do homem na EAD (quando, onde, como, com quem ele fala) na sociedade atual.

Os sujeitos, pensados desta forma, estão descentrados e, por conseguinte, em relação à língua, não têm autonomia. Logo, na ADF, a língua, não é autônoma, nunca é neutra, não se diz o que se diz apenas para dar sentidos exatos, mas se diz mais do que se intenciona dizer, na maioria das vezes, inconscientemente, o sujeito não sabe, mas sofre os efeitos do assujeitamento ideológico, ele tem a ilusão de que é senhor do seu dizer, mas não o é.

Articulando todos esses conceitos, chega-se ao poder, ou melhor, nesse, estudo, às posições de poder e de poder-saber. Foucault (2007, p.X) explica o poder como: *“O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”*. Cabe lembrar que os sujeitos analisados estão em construção social com a “nova” profissão ou atuação, como tutores presenciais na EAD. Assim sendo, concebe-se o sujeito professor-tutor como heterogêneo e em constantes transformações.

Por tal condição, esses sujeitos estão inseridos no contexto da inclusão, principalmente na inclusão social, não só de alunos; mas, também, ao mesmo tempo, a inclusão de professores na modalidade do ensino à distância. O próprio termo inclusão é extremamente controverso, existem vários textos que relatam a situação atual da inclusão social, da inclusão de alunos com necessidades especiais, nas instituições de ensino regulares, de vários níveis de ensino. Porém, na literatura, ainda não se encontram estudos específicos que possam expor ou relatar a inclusão e/ou exclusão de docentes no ensino, por não se “encaixarem” na EAD. Há, porém, uma relação bastante próxima entre a inclusão de alunos especiais e a inclusão de professores na EAD, como no artigo de Rodrigues (2006, p.300) quando este expõe sobre a inclusão, especificamente a dos alunos especiais, introduzindo a situação atual da sociedade “*As instituições sociais defrontam-se com novas questões de exclusão social em nível da cidadania, do trabalho, da educação, do território e da identidade*”. O que ajuda a entender que, na conjuntura atual, a profissão docente também passa por um processo de inclusão/exclusão, se o profissional professor não contemplar que sua atuação caminha por novos rumos e ele próprio poderá estar a deriva, se não se preparar para isso.

Também Ferre (2001, p.195) em seu artigo sobre a inclusão, *Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta* dialoga com essa idéia, quando relata sobre a formação docente para a inclusão:

Uma formação que pressupõe, além disso, que cada sujeito encontrará através dela o seu lugar na maquinaria social para a qual se prepara e em caso contrário_ o mais habitual, por outra parte_ será o próprio sujeito causador de sua desgraça, por sua falta de identidade profissional e aquele que deverá recorrer de novo aos *experts*_ que têm uma identidade_, para reencontrá-la ou buscar uma nova identidade, se não quiser passar a fazer parte dessa diversidade_ sempre marginal, ainda que não minoritária_, daqueles que não têm um lugar social.

Portanto, ao vislumbrarmos esses sujeitos a partir dos conceitos de sujeito, linguagem e poder que perpassam a análise de dados, tendo em vista a implantação e estruturação de uma nova atuação na profissão docente, torna-se imprescindível observar e desconstruir na materialidade posta, esse processo que está em andamento, para compreender a problemática levantada neste estudo. A seguir, passa-se aos procedimentos metodológicos e analíticos.

3. Procedimentos metodológicos e analíticos

O corpus de pesquisa foi constituído a partir de respostas a um questionário de pesquisa voluntário, contendo onze questões abertas, elaborado pela pesquisadora e aplicado a cinco professores. Esses dados foram analisados por uma perspectiva discursiva (ADF), buscando identificar na análise do *corpus*, as formações discursivas que apontaram para as representações simbólicas de sujeito e ideologia, marcadas pela contradição, uma vez que os sujeitos-tutores, são professores, mas não atuam como tal.

Explicitadas as atribuições que cabem, em linhas gerais, aos TP, procede-se à análise das condições de produção.

4. Condições de produção imediatas

Os sujeitos analisados são professores que atuam como tutores presenciais (TP), em duas universidades; uma pública e outra particular, nos pólos de ensino presenciais, que os alunos devem frequentar em dias de provas e em dias destinados a atividades presenciais como: palestras, seminários, apresentações, reuniões, etc. A esses tutores são destinadas algumas atribuições que lhes conferem semelhanças com professores de salas de aulas presenciais. É oportuno lembrar que alguns sistemas de EAD nomeiam-nos de professores presenciais.

Entre essas atribuições, está a correção de provas presenciais. Essas provas não são elaboradas por ele, mas sim pelo professor responsável pela disciplina.

O TP não pode interferir em conteúdos, mas apenas, em alguns casos, pode tentar explicar conteúdos para os alunos ou ser intermediário, para sanar dúvidas entre o professor e o tutor virtual da universidade. O tutor virtual é o profissional contratado pela universidade para manter contato semanal com os alunos, nos chats e fóruns da disciplina, além de ser o responsável direto por acompanhar e avaliar os alunos no desenvolvimento das atividades do curso, assim como a avaliação final e atribuição de notas. A título de facilitação da leitura, é oportuno saber que o tutor virtual, em algumas universidades particulares pode também ser nomeado de tutor-web, uma vez que ele mantém contato com os alunos exclusivamente por meio virtual, ou seja a distância. Esses profissionais geralmente são alunos que possuem uma graduação em áreas do conhecimento diversas, não possuindo, necessariamente, conhecimento na área da educação ou mesmo uma licenciatura nesta área. Muitos deles são alunos de pós-graduação, na maioria das vezes são mestrados dessas e de outras universidades.

Regressando ao TP, cabe explicitar que são os contratados pelas instituições para acompanhar os alunos presencialmente, embora tenham formação pedagógica em alguma área do conhecimento, não têm a titulação requerida para atuar no ensino superior, como o mestrado acadêmico.

5. Condições de produção mediatas

Na atualidade, muitos imaginam que educação à distância, doravante (EAD) está ligada ao uso de computadores e da Internet; no entanto, o correto é que ela surgiu há mais de um século, com o uso de diferentes tecnologias utilizadas no intuito de ensinar. Desde o uso de materiais impressos, do rádio, da televisão, até chegar ao uso dos computadores, houve um longo percurso.

O desenvolvimento da tecnologia, diminuindo os tamanhos e custos dos computadores e periféricos e o aumento da acessibilidade de redes de comunicação, como a Internet, proporcionaram uma explosão das tecnologias de comunicação, causando um novo e grande impulso no desenvolvimento da EAD mediada por computadores, utilizando, assim, as chamadas tecnologias digitais na educação.

Concomitante ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação, também houve uma extraordinária explosão de novas visões de ensino e aprendizagem, de novos paradigmas, de novas pedagogias e didáticas e, conseqüentemente, de teorias sobre o ato de ensinar e a ação de aprender.

Sabe-se que, no decorrer dos anos, as habilidades e as competências de ensinar e de aprender têm sido modificadas e aperfeiçoadas e que, por conseguinte, tantos alunos quanto professores têm sentido a necessidade de mudanças. Em relação aos professores, uns têm modificado por vontade própria, recorrendo a outras visões de ensino e outras práticas, já outros têm sofrido mudanças por imperativas políticas e econômicas.

A educação como um todo, sofre as influências, não só de uma sociedade moderna e pós-moderna, mas também de políticas educacionais de cada governo que a atravessa, ao longo dos anos. Nesse contexto, a educação a distância no Brasil e no mundo atual está se adaptando e passando por novas expectativas e perspectivas. Em decorrência de exigências de mudanças que sejam includentes e qualitativas.

Deste modo, a EAD surgiu no Brasil como uma forma de suprir a demanda de vagas nas várias áreas do ensino superior, principalmente na formação e aperfeiçoamento de professores. A democratização do acesso ao ensino público e particular, além da qualidade no ensino são premissas que compõem esse cenário. Não raro encontramos em qualquer documento oficial e também de propaganda palavras como acesso e qualidade. Um exemplo de políticas públicas que busca essa ampliação do acesso ao ensino superior foi a criação da Universidade Aberta

Brasileira, (UAB) que intenta promover a abertura de um maior número de vagas no ensino superior.

Principalmente nos últimos anos, essas palavras têm sido “palavras de ordem”, em vários setores da sociedade. Não basta acesso, mas a qualidade terá que andar de mãos dadas a ele. Nesse ponto, deve-se lembrar que o acesso por ordem do discurso atual deverá ser de todos, tem-se assim então o acesso a educação não só dos carentes, com menos recursos, mas também da inclusão dos alunos chamados de especiais que possuem quaisquer ou várias necessidades especiais. Ou seja, se intenta a inclusão social.

Essa situação de inclusão de mais alunos no ensino superior não se dá apenas por vontade ou por exigências da sociedade moderna, mas acima de tudo, por imposição de políticas públicas educacionais, especificamente através de atos de lei.

Professores são solicitados a encarar não somente os novos paradigmas educacionais, como também estarem preparados para a inclusão. Sobre esse aspecto tem que se considerar a formação de professores para esse desafio, e a EAD entra nesse âmbito sobre dois aspectos: a incursão de novas tecnologias na aprendizagem de alunos “normais” e especiais e, conseqüentemente, a inclusão de mais alunos no ensino superior a distância. Por conseguinte, novas habilidades e competências estão sendo requeridas na profissão docente. Entretanto, para que isso aconteça as políticas públicas têm a demanda de programas de formação e capacitação docente, encontrando como apoio a esse intuito a EAD; no mesmo artigo citado acima, encontra-se o seguinte texto:

UAB nasce, portanto, com o compromisso de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, com os seguintes objetivos principais: oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada a professores da educação básica; oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e

trabalhadores em educação básica dos estados e dos municípios; ofertar cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento, ampliando o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; estabelecer um amplo sistema nacional de educação superior a distância e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Concomitante com o projeto UAB, o governo do estado de São Paulo lançou este ano o projeto da Universidade virtual do estado de São Paulo (Univesp), que pretende capacitar e formar seus docentes efetivos. Todas essas ações se entrelaçam com a ordem do discurso atual de acesso, inclusão e qualidade no ensino, mas, para tanto, deverá haver ações e projetos que abarquem essas exigências educacionais.

Várias instituições de ensino vêm requerendo do profissional professor em maior ou menor grau, habilidades e competências no manuseio e na utilização de ferramentas computacionais e em navegação da Internet. Não se cogita, dentro das atribuições atuais, em várias cidades e estados brasileiros que os futuros profissionais contratados, seja de instituição pública ou privada, não tenham formação e ou experiência para utilizarem novas tecnologias educacionais. No último concurso de professor de educação básica do estado de São Paulo, no edital de convocação, quando especificam o perfil e a formação específica do profissional, há um trecho específico que enfatiza que o profissional deve ser capaz de usar: “os ambientes e materiais pedagógicos, os equipamentos e os recursos tecnológicos a serviço da aprendizagem”.³

³ http://drhu.edunet.sp.gov.br/eventos/arquivos/Bibliografia_Conc%20PEB%20II_06.doc (acessado em 24/07/2009).

Seguindo esses dados, o processo de inclusão de professores na EAD tem caminhado de forma rápida, já que para a maioria dos professores, ela ainda não está presente. Na análise do *corpus* da pesquisa, ver-se-á que a atuação do profissional como tutor presencial nessa modalidade de ensino traz novas mudanças não somente no perfil e no desempenho docente, mas principalmente na identidade e na formação.

A seguir, transcorre-se a análise de *corpus*.

6- Análise do *corpus* da pesquisa

O recorte discursivo (doravante RD⁴) 1, abaixo transcrito, foi retirado da resposta de um dos tutores presenciais, nomeado de TPP1, no que diz respeito às suas com relação a sua função e ao curso de EAD do qual participa.

RD1

TPP1- *Tutor monitor, mas me considero um mediador da aprendizagem.*

O RD1 acima se refere, mais especificamente, à pergunta “qual a sua função na EAD?”, à qual TPP1 respondeu que era a de tutor monitor e acrescentou: *mas me considero um mediador da aprendizagem.*

Ao responder à questão que lhe foi colocada por meio de uma construção sintática de período composto por coordenação mediada por uma conjunção de valor adversativo, TPP1 observa-se a presença de duas vozes: por meio da oração principal, traz uma voz proveniente do lugar institucional de tutor que lhe é atribuída; por meio da oração coordenada sindética adversativa, iniciada pela conjunção “mas”, traz uma outra voz cujo conteúdo desvia da direção

⁴ Legenda:

TPP: tutor presencial de instituição privada

argumentativa até então conduzida: mais precisamente, *mas me considero um mediador da aprendizagem* desvia-se de [sou] *Tutor monitor*. Não há como negar que esse desvio é motivado por reservas que tem em relação às funções que cabe ao tutor monitor, reservas essas que poderiam ser suas ou que julga que outras pessoas tenham sobre esta função.

É oportuno observar que, na instituição privada, onde presta serviços, o tutor presencial recebe a nomeação de tutor monitor. Resgatando-se os sentidos atribuídos ao termo “monitor”, quando atribuídos a pessoas encontram-se: “1. Aquele que dá conselhos, lições, que admoesta. 2. Aluno que auxilia o professor no ensino de uma matéria, em geral na aplicação de exercícios, na elucidação de dúvidas, etc., fora das aulas regulares; decurião” (Dicionário Aurélio). Hoje, no espaço escolar, a expressão monitor de alunos nomeia o funcionário responsável pelo controle dos alunos fora da sala de aula. O desvio da direção argumentativa promovida por TPP1 deve-se, certamente, a esse sentido que alija o professor de uma posição-sujeito professor, histórica, social e, portanto, ideologicamente construída.

A asserção, *mas me considero um mediador da aprendizagem* constitui-se uma tentativa de definir e, por conseguinte, compreender a função que exerce e, embora enuncie imaginando-se dono das palavras, afetado pelo esquecimento número um, repete um discurso que pré-existe, repete o discurso dos documentos que descrevem as funções dos participantes dos cursos de EAD: a expressão *mediador da aprendizagem*, função que TPP1 se atribui, está presente nos referenciais de EAD, citado nos pressupostos desse trabalho. Não se pode deixar de perceber que essa expressão, em alguma medida, aproxima-se da função de professor, da qual é alijada.

O discurso de TPP1, embora não tenha apresentado a contradição no seu sentido predominante de afirmar e depois negar o que afirmou, apresenta um desvio no discurso que se aproxima da contradição, equivalendo a: [sou] *Tutor monitor*, *mas me considero outra pessoa que não tutor monitor*.

Se o RD1 apresenta uma construção sintática que produz uma elocução que se aproxima de uma contradição no que diz respeito à representação que faz de sua função de tutor presencial, essa representação de si que o sujeito analisado se torna ainda mais contraditória, quando responde a outra pergunta que lhe foi dirigida, a saber: “Quais são suas principais dificuldades no exercício da função?”, à qual TPP1 responde:

RD2

TPP1: *As dificuldades são mais o acesso em postar as atividades, mas sempre acabo enviando nem que seja pelo malote. Acredito que a dificuldade seja do sistema e não do monitor.*

O conteúdo do RD2, acima transcrito, associado ao do RD1 já analisado, alimenta a contradição que havia sido observada, uma vez que, se *não se considerava tutor monitor, mas mediador de aprendizagem*, no RD2 em análise não faz menção as dificuldades no cumprimento do que considerava ser seu papel, atribuindo a dificuldade ao sistema utilizado para o ensino e aprendizagem da universidade (modlle⁵) e atribui-se a função de monitor, excluindo-se da função de tutor e também da de professor que reivindicara no RD1, diminuindo, por conseguinte, sua atuação reduzindo-se a um mero técnico, mero monitor.

A seguir, continuando a análise, o RD3, abaixo transcrito, refere-se ao discurso de outro [sujeito] tutor presencial [analisado].

RD3

TPP2- *Sim, pois apesar de habilidades diferentes, eu desempenho a função de professora tanto no presencial quanto a distância.*

⁵ Modlle- Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment - Moodle é um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. A expressão designa ainda o Learning Management System (Sistema de gestão da aprendizagem) em trabalho colaborativo baseado nesse programa.

TPP2 demonstra sua posição-sujeito tutor entrelaçada com a posição-sujeito professor, quando responde “*eu desempenho a função de professora tanto no presencial quanto a distância*”.

No RD3, TPP2 , ao responder à questão você se sente professor quando atua em sua função, revela, sem certamente perceber, uma contradição: ao admitir concessivamente que exerce *habilidades diferentes*, no que diz respeito às atribuições de tutor presencial, para dirigir a argumentação para a afirmação *eu desempenho a função de professora tanto no presencial quanto a distância*, produz o sentido de que ocupa o lugar de tutor presencial, exercendo o papel de professora. Afirma, ainda, que exerce a função de professora tanto na ocupação do lugar de tutor presencial como tutor à distância. O que se pode perceber é que TPP2 ainda não distingue as funções de professora e de tutora presencial ou tutora virtual. Sua satisfação parece se dever ao fato de, diferentemente de TPP1, não se sentir alijada das funções de professora. Contratada como professora, se mantém nessa posição, contraditoriamente responde que “*apesar de habilidades diferentes*”. As habilidades diferentes “estão relacionadas a sua verdadeira função, ou seja, a de tutor”.

7. Conclusões

As análises revelaram que não há uma identificação social e histórica com a função de tutoria, mas sim com a representação ideológica do “ser professor”. A posição sujeito e a formação discursiva reveladas demonstraram que existem certas atribuições e qualificações do sujeito professor que utilizam na função de tutoria. Porém, a constituição dos sujeitos e a formação social, entram em jogo e revela a imagem que os indivíduos têm de si, pois se consideram professores, mesmo quando atuam como tutores e assim, revelam as formações imaginárias que atravessam o indivíduo em situação de EAD.

Isto acontece porque não há uma identificação social e histórica com a função de tutoria, mas sim com representação ideológica do “ser professor”. Na materialidade posta entrevê-se que eles identificam-se com a ordem do discurso de sujeito suposto saber.

Desta forma, o “poder”, dentro desta engrenagem (EAD) é diluído entre outros sujeitos: pelo coordenador do curso na instituição, pelo professor responsável pela disciplina, pelos tutores virtuais e, por fim, por todos os outros tutores presenciais que com ele atuam.

Conclui-se, também, que destituídos da imagem histórica, os sujeitos revelaram-se sentir sem identidade e a inclusão no novo sistema institucional, de educação à distância, é parcial já que ele não é o responsável pelos conteúdos e avaliações ministrados nas disciplinas.

Por fim, espera-se que esse estudo contribua com discussões e com ideias que auxiliem no entendimento de uma das (grandes) mudanças, no sistema educacional, com o crescimento profissional dos docentes.

8. Referências

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Miniaurélio*. 4. ed.rev.ampliada. Rio de Janeiro: Nova fronteira,2000.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. PUC – Rio de Janeiro: Nau Editora.

_____. (1971) *A Ordem do Discurso*. Traduzido por Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *A Microfísica do Poder*. 23 ed. Rio de janeiro:Graal,2007.

FREIRE, Maximina M.; ABRAHÃO, Maria Helena V. e BARCELOS, Ana Maria F. (orgs) *Linguística Aplicada e Contemporaneidade*. São Paulo: ALAB e Campinas: Pontes, 2005.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (orgs.). *Habitantes de Babel*. Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.195-214.

ORLANDI, Eni *Análise do Discurso*. Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. *O que é Lingüística*. Brasiliense. São Paulo, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)* Tradução: Eni P. Orlandi). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997, p. 61-151.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. *O Discurso*. Estrutura ou Acontecimento. Trad. Eni P. Orland. 4ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

Rodrigues, David (orgs.) *Inclusão e educação*. Doze Olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo : Summus, 2006.

UMA PERSPECTIVA DIÁLOGICA DE CONSTITUIÇÃO DA REFERENCIAÇÃO

Marinalva Vieira Barbosa¹

RESUMO: Este texto tem por objetivo analisar a referenciação de um ponto de vista textual e discursivo. Para tanto, tomo como material para análise a entrevista de uma aluna de graduação em Letras e uma sentença judicial. A partir desses dados, busco fazer uma discussão sobre a ação da subjetividade na construção dos referentes. As análises estão ancoradas nas concepções de referenciação defendidas por Koch (2002, 2004) e nas concepções de sujeito e linguagem defendidas por Bakhtin (1929).

Palavras-chave: linguagem; subjetividade; referenciação.

ABSTRACT: *This paper aims to analyze referentiation from a textual and discursive view. For that purpose, a judicial sentence and an interview with a Language undergraduate will be analyzed. From these data, I discuss the action of subjectivity on the construction of referents. The analysis is based on Koch's (2002, 2004) conceptions of referentiation and on Bakhtin's (1929) concepts of subject and language.*

Keywords: *language; subjectivity; referentiation*

Introdução

A Lingüística Textual, no que denominou a sua terceira fase, construiu seus pilares com base em uma concepção de linguagem como lugar de interação social. O texto, locus privilegiado desse campo, é posto como o lugar de interação entre sujeitos localizados em espaços e tempos próximos e distantes. Não é nenhuma novidade afirmar que a enunciação é uma questão importante para esses estudos. Texto e discurso têm íntima relação dentro dessa perspectiva teórica. Nos trabalhos produzidos por Koch (2002 e 2004), por exemplo, encontramos a abordagem de questões antes consideradas privilégio dos estudos discursivos, como o *status*

¹ Doutora em Lingüística pelo IEL/Unicamp e Profa. da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. E-mail: marinalvav@gmail.com

atribuído ao sujeito. Essa aproximação não está marcada somente pela afirmação das concepções de linguagem, sujeito e texto, mas também pela admissão do diálogo com autores como Bakhtin.

Koch (2004) afirma que os usos da linguagem não são ações individualizadas, mas o resultado do trabalho conjunto entre sujeitos ativos e contextualizados. Com isso, a autora nos põe diante de uma concepção na qual o sujeito ocupa o lugar de construtor e reconstrutor do mundo em que está inserido. É ainda Koch (2004, p. 32) quem afirma que as ações praticadas por meio da e na linguagem são ações conjuntas, *não são simples realizações autônomas de sujeitos livres e iguais. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente.* Trabalha-se, portanto, com a concepção de que as ações verbais não são neutras, são marcadas pelas especificidades do contexto de produção, pelos objetivos das ações discursivas e pelos papéis sociais ocupados pelos sujeitos implicados nas ações verbais. Com outras palavras, por ocupar um lugar, num contexto específico, marcado por diferentes discursos sociais, o sujeito, nos processos de interação, faz usos das palavras para interpretar e expressar a sua compreensão do espaço em que está inserido.

A admissão da existência de conflito no trabalho com a linguagem põe questões importantes para as análises da organização dos recursos lingüísticos, já que, segundo Bakhtin (1929), o sujeito tem seu dizer construído por meio de um mosaico de vozes que transformam sua palavra em uma arena de contradições e lutas sociais. Disso resulta que as palavras não são inventadas conforme a vontade de cada um dos envolvidos nos processos de interação. Elas são retiradas dos espaços de interação. São dadas pelo outro. Ao serem constituídas por meio desse processo, vêm carregadas de sentidos, de entonações e valores, o que faz com que o trabalho linguageiro seja realizado com palavras carregadas de historicidade.

Diante disso, tomo a construção da atividade de referenciação como o resultado do trabalho linguageiro de uma subjetividade dialógica, construída na inter-relação entre o eu e o outro. Portanto, o objetivo deste texto é focalizar a construção da referenciação pondo como relevante o trabalho do sujeito na construção da atividade textual-discursiva. A preocupação com a ação da subjetividade é própria do campo dos estudos do discurso, mas, devido às concepções de linguagem sobre as quais se assenta a Lingüística Textual, essa mesma questão se insinua nas fronteiras dos seus horizontes. Assim, a proposta do presente texto é dialogar, transitar pelo

universo do texto/discurso tomando como ponto de partida os recursos lingüísticos como são focalizados pelos estudos textuais desenvolvidos por Koch (2002 e 2004) e ir até os limites permitidos pelos estudos discursivos, conforme proposto por Bakhtin (1929). E isso não implica negar ou desconhecer as diferenças dos fundamentos teóricos de cada uma.

Discurso e texto: breves comentários

Texto e discurso não são equivalentes. O texto é lugar de materialização de diferentes discursos. A representação do outro, as visões de mundo a respeito dos objetos de discurso atuam nos processos de textualização. O trabalho com os recursos lingüísticos é orientado pela resposta presumida do outro, suas opiniões e simpatias. Em um mesmo texto, dado o diálogo que se estabelece com o outro posicionado num horizonte distante ou próximo, o sujeito mobiliza discursos pertencentes a diferentes ordens discursivas para construir o seu projeto de dizer. Bakhtin afirma que “o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional” (1953/1979, p. 279).

O autor relaciona a diversidade das atividades humanas à utilização da língua. Em outro momento, ao definir o enunciado como uma construção híbrida, Bakhtin afirma que essa hibridez surge no *enunciado que, segundo índices gramaticais (sintáticos) e composicionais, pertence a um único falante, mas onde, na realidade, estão confundidos dois enunciados, dois modos de falar, dois estilos, duas linguagens, duas perspectivas semânticas e axiológicas* (BAKHTIN 1934/1935, p. 100). A linguagem é essencialmente dialógica. Já os textos, devido ao trabalho e aos objetivos do sujeito, podem ou não deixar entrever esse dialogismo. As estratégias de usos ou não de determinado recurso lingüístico podem resultar na construção do que Bakhtin chama de textos polifônicos ou monofônicos.

A materialização de um ou vários discursos no texto é o resultado de estratégias lingüístico-discursivas mobilizadas pelo sujeito que, segundo Brandão (2003), funcionam como um movimento de filtragem em que o locutor busca restringir, impedir a proliferação de sentidos.

A posição discursiva do sujeito norteia o trabalho de seleção dos recursos lingüísticos. Para Bakhtin (1995, p. 113), qualquer que seja a enunciação, ela estará sempre demarcada pelas condições que lhe dão sustentação. Não existe uma situação de linguagem isolada da *situação social mais imediata* que possibilitou o seu aparecimento. Na situação imediata entram em ação imagens e sentidos, construídos na inter-relação com o contexto mediato, arregimentados pelos interlocutores a partir da leitura que fazem do lugar em que estão inseridos e das razões pelas quais estão enunciando.

A partir dessa perspectiva, interessa o texto como a produção de sujeitos inseridos em um contexto social específico. Por ocuparem lugares específicos, não trabalham de forma indistinta com a linguagem. Textualizam o discurso ancorados em diversos outros discursos e outros sujeitos. Os processos de textualização falam dos modos de representar, construir e reconstruir o mundo, mas a reconstrução não é feita de todo e qualquer lugar. Ela reflete conflitos. A proposta de tomar a atividade de referenciação de uma perspectiva textual e discursiva significa considerar as condições sócio-históricas que sustentam a sua produção, *privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente a sua apreciação valorativa sobre os seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos* (Rojo 2000, p.15). Dessa perspectiva, os usos dos recursos lingüísticos, por um lado, materializam no texto as exigências da situação de produção e, por outro, representam a resposta, os retornos que o sujeito dá para exigências contextuais e históricas. Observar esse movimento é importante para se entender por que um dizer, um discurso, materializa-se textualmente de uma forma e não de outra.

Referenciação e subjetividade

Sobre a referenciação, diferentes autores (KOCH. 2002, 2004; MARCUSCHI 2001; MONDADA 2003) têm afirmado e reafirmado que se trata de uma atividade discursiva, resultante da interação entre sujeitos envolvidos em atividade sócio-comunicativa. São posições que negam categoricamente uma visão referencialista da linguagem e tomam a referenciação como um fenômeno marcado pelos aspectos sociais e culturais que orientam a utilização da linguagem. Descarta-se, dessa forma, a noção de referência que outorga à linguagem um status de

representação extencional de referentes no mundo extramental. Fala-se, portanto, não mais em referentes, mas em processos de referenciação.

Para esses autores, os significados das palavras, os referentes que os sujeitos constroem para dar inteligibilidade ao mundo, não são estáveis, porque dependem do modo como os interlocutores envolvidos nas atividades de interação vêem o mundo. Esse processo não é construído fora da linguagem, portanto os referentes não estão à disposição dos sujeitos em um mundo extralingüístico, também não são frutos de uma mente individualizada que trabalha solitariamente e cujo produto deve ser localizável no texto.

A referenciação não é um meio de colocar etiquetas em objetos já existentes no mundo, por isso pressupõe a existência de um produtor de texto e de um interpretador, sendo que ambos ocupam uma posição ativa na construção do sentido. Estrategistas que, ao jogarem o jogo da linguagem, mobilizam estratégias sociocognitivas, interacionais e lingüísticas para realizar os seus projetos de dizer. Ao dizerem, promovem alterações e modificações nos modos de construir e representar os objetos no mundo. O desenvolvimento cognitivo ocorre na inter-relação com o legado cultural da humanidade, e a linguagem é o *locus* privilegiado de relação entre as referências internas ao sujeito e as referências do mundo sócio-cultural.

Pôr a linguagem como principal mediadora entre os processos sociais (externos) e a vida interna do sujeito é estabelecer uma relação contínua entre exterioridade e interioridade. Nessa perspectiva, as atividades de linguagem resultam do entrelaçamento entre o que é da ordem do individual e o que é da ordem do social. Para Bakhtin (1929), a vida interna, individual do sujeito não se constrói fora de um diálogo com os signos e semioses sociais. A vida interior não é um amontoado caótico de acontecimentos físicos ou fisiológicos, muito menos um apanhado de matérias e funções. A realidade interior existe em forma de signos e enquanto tal ganha corpo, existência e objetividade dentro do material semiótico e nos signos existentes na sociedade. [...] *a palavra se apresenta como o fundamento, a base da vida interior* (1929, p. 58). Não existe vida interior separada das relações sociais, culturais e ideológicas. Fora desse caldo dialógico, a vida interna é uma ficção.

Ao propor que a atividade mental e a da consciência são constituídas no social, num processo interativo mediado pela linguagem, Bakhtin toma o sujeito como social em todas as

suas dimensões. É por essa condição, resultado não do primeiro nascimento, o físico, mas, sim, do segundo nascimento, o social, que o autor afirma que o centro organizador de toda a atividade humana não está localizado no interior, mas no exterior. Para Bakhtin (1929, p. 118), não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, *é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina a sua orientação*. Os processos cognitivos, ou vida interior como quer o autor, apresentam singularidades, mas não existem fora das relações sociais.

Desse modo, as estratégias cognitivas são estratégias de uso de um conhecimento engendrado nas relações sócio-históricas e ideológicas. Com isso, segundo Geraldi (2003), o autor não só remete ao papel de retorno da consciência socialmente constituída, mas abre possibilidade de ação do sujeito. Ação que é fundada na própria incompletude, donde uma concepção de sujeito agentivo e não meramente passivo frente ao trabalho com a linguagem. Um sujeito que traça estratégias para realizar o seu projeto de dizer. Tomar a atividade verbal como ação conjunta exige trazer para o horizonte das atividades languageiras não só o reconhecimento da existência do outro, mas também o de que esse caráter dialógico da linguagem faz com que ela seja um espaço de produção e reprodução de sentidos. Para tanto, há uma ação constante dos sujeitos que, ao agirem no seu interior, mantêm, manipulam, transformam, trocam e com isso produzem outros sentidos, outros dizeres. A constância de um discurso, a manutenção de sua identidade por meio dos acontecimentos singulares, seus desdobramentos, reduplicações dão-se em função do campo de utilização (FOUCAULT, 1997).

Ao mobilizar, ao trazer para o contexto imediato um conjunto extenso de saberes, o sujeito opera escolhas e recortes que possibilitam reconstruir os sentidos. Dessa perspectiva, admitir a existência de uma consciência na organização do trabalho com a linguagem implica conceber uma consciência dada, construída por múltiplas vozes. As estratégias traçadas pelos sujeitos resultam da certeza de que há um outro ou vários outros posicionados nos horizontes discursivos que exigem respostas ou inevitavelmente responderão ao dito. Conseqüentemente, a instabilidade dos sentidos se estabelece e os sujeitos necessitam mobilizar suas percepções, seus saberes, quer de ordem lingüística, quer de ordem social-cognitiva para construírem o seu projeto de dizer.

As escolhas lingüísticas de que fala Koch (2004) resultam do fato de que o sujeito não se apropria de uma língua enquanto sistema lingüístico puro e pronto para ser usado. O material lingüístico que tem à sua disposição se apresenta carregado de sentidos e valores vivenciais. As escolhas lingüísticas não se dão entre itens de dicionários, mas são procedidas entre enunciados postos por diferentes interlocutores em diferentes momentos de interação. Falar, portanto, com base nessa visão, em escolhas ou intenção não pressupõe de maneira nenhuma uma relação simples, tranqüila em que o sujeito solitariamente escolhe a palavra que melhor lhe convém, que melhor lhe garanta a eficiência do seu dizer.

Os sujeitos, nos processos interacionais de que participam, trabalham na construção dos sentidos ‘aqui e agora’, mas têm como material para esse trabalho a língua que resultou dos trabalhos anteriores. As palavras, as expressões a que recorrem nos processos de interação são carregadas de sentidos. Muitos deles, às vezes, adormecidos, mas nunca extintos. Nas interações, há sempre o risco de chamar para a arena discursiva um sentido outro. E é diante desse risco, dessa historicidade tanto do sujeito como da linguagem que se configura o trabalho, as escolhas dos recursos lingüísticos para construir e realizar o projeto de dizer (GERALDI 1991).

Para Koch, a referenciação é o resultado da operação realizada pelo sujeito para nomear, designar, representar ou interpretar esse mundo em que está inserido, o que nos permite afirmar que se trata de uma atividade que, para constituir-se, está relacionada com as posições ocupadas pelos sujeitos do discurso. Assim, o gesto de referenciar é um trabalho languageiro em que o eu se movimenta tendo em vista um outro que pode estar posicionado em horizontes distintos. Ao referenciar, o sujeito evidencia não apenas a si mesmo enquanto construtor/trabalhador da e na linguagem, mas também os outros, as muitas vozes que orientam, organizam e constituem o seu projeto de dizer. Nesse sentido, como os referentes são objetos de discurso e não coisas postas num mundo extralingüístico, referir de um modo e não de outro tem a ver com as visões de mundo, com os valores existentes dentro de um determinado universo de discurso.

Parto do pressuposto de que a construção de tal atividade é marcada por negociações, consensos e conflitos. A prevalência de um ou outro depende dos parceiros envolvidos nos processos de interação e dos objetivos que buscam atingir. Em suma, é uma atividade que, por ser uma modalidade discursiva, não está isenta das implicações relacionadas à sua produção, pois

todo e qualquer enunciado traz as marcas da existência (concreta, em presença, viva, pressuposta, virtual) de um interlocutor. Nessa concepção, a referenciação não é resultado de entendimento cordial ou de uma comunhão de idéias entre interlocutores. Ao contrário, é um evento discursivo complexo cuja produção envolve imagens, representações e expectativas dos interlocutores no momento de produção.

O trabalho do eu e do outro na construção do referente na oralidade

O material analisado neste tópico resultou da pesquisa feita com alunos de graduação em Letras de duas universidades públicas. Tendo em vista o objetivo deste texto, focalizo o modo como uma aluna de letras, na entrevista, vai definindo o referente “aula de gramática” a partir de um episódio acontecido dentro do curso de Letras. Tratava-se dos retornos dados a um grupo de alunos que fez abaixo-assinado pedindo aula de gramática e, posteriormente, a abordagem da questão numa mesa-redonda que teve como tema “A lingüística e o ensino da língua portuguesa”. Até o momento da entrevista, como pesquisadora, não tinha conhecimento da reivindicação, portanto a pergunta não fazia referência ao fato vivenciado. Sabia do seminário organizado para tratar da gramática e o ensino da língua materna, mas a questão posta foi: *fale um pouco sobre o que você esperava estudar no curso de Letras*.

A entrevista é uma produção oral e, obviamente, possui modos específicos de referenciar que não funcionam no texto escrito. São construções referenciais possíveis porque se trata de interação face a face. Mesmo considerando as especificidades dessa produção discursiva, o modo como a entrevista foi iniciada e desenvolvida deixa entrever que alguns referentes foram construídos a partir das representações sustentadas sobre quem era e o lugar ocupado pelo interlocutor imediato e mediato. A entrevistada organiza o seu discurso considerando um mosaico de vozes vindas de diversos interlocutores. Começa afirmando:

Naquele dia, os professores que estavam ali na banca, estavam falando muito de alunos que sentiam a necessidade de aulas de gramática. Teve um pessoal que até brigou por isso. Falei: bom, vou falar do meu lugar, o pessoal faz parte da minha turma e eu não sabia se era para a minha turma que ele estava falando aquilo. Mas o meu ano, minha turma, foi um ano que pediu por aula de gramática. Agora, do jeito que estava sendo colocado pela banca, parecia que a gente estava pedindo uma continuidade do segundo grau, que a gente continuasse vendo aquilo para ficar mais seguro e depois aplicar na sala de aula.

A expressão *naquele dia e o* advérbio *ali* remetem ao momento da realização da mesa-redonda. Como a identificação do referente, a mesa-redonda, está no contexto não-lingüístico, o pressuposto é que o interlocutor, dado o fato de que estava desenvolvendo uma pesquisa sobre ensino de língua portuguesa, sabia da realização do evento. O locutor, com base na representação que tem do seu interlocutor e considerando o objetivo da entrevista, parte do princípio de que está acionando uma memória discursiva compartilhada. O uso do dêitico tem a função de chamar a atenção do interlocutor para um recorte, para o enfoque de um tema entre tantos outros que poderiam ser abordados naquela situação de interação. Funciona, portanto, como uma espécie de orientação prévia ao interlocutor.

Toda a seqüência seguinte – *os professores que estavam ali na banca, estavam falando muito de alunos que sentiam a necessidade de aulas de gramática* – tem a função de focalizar, trazer para a cena do discurso os sujeitos implicados no evento tema. Esse é o referente – não ancorado – em torno do qual girará a construção argumentativa da entrevista. O referente inserido e a não consideração da pergunta feita pelo interlocutor definem de imediato que o enfoque não será para o curso de letras, mas para um fato vivenciado no curso. Enunciar, pedir *aulas de gramática*, no contexto social em que estava inserida, significa, segundo a própria aluna, *enunciar palavras proibidas*. Essa consciência de que está tratando de um tema polêmico resulta na inserção de constantes explicações com o objetivo de definir o que os alunos entendiam por aula de gramática, tais como: *minha turma, foi um ano que pediu por aula de gramática. Agora, do jeito que estava sendo colocado pela banca, parecia que a gente estava pedindo uma continuidade do segundo grau, que a gente continuasse vendo aquilo para ficar mais seguro e depois aplicar na sala de aula*.

Diante da consciência de que os alunos pediram aulas de gramática e diante das reações dos seus interlocutores, todo o trabalho lingüístico constitutivo da entrevista se dá em torno da necessidade de criar uma estabilização mínima para esse referente. A primeira tentativa ocorre quando busca delimitar que a aula de gramática pedida não era sinônimo de continuidade do que foi estudado no ensino médio. O primeiro movimento explicativo nega a definição dada pelos seus interlocutores (os professores presentes na mesa-redonda) para o referente – *Agora, do jeito que estava sendo colocado pela banca, parecia que a gente estava pedindo uma continuidade do*

segundo grau, que a gente continuasse vendo aquilo para ficar mais seguro e depois aplicar na sala de aula.

A instabilidade e a necessidade de delimitação dos sentidos em torno do referente aula de gramática derivam das posições ocupadas pelos interlocutores a quem procura responder. Portanto, o problema que se coloca para a entrevistada é: que discurso sustentar diante das leituras feitas pelos diferentes interlocutores sobre o que significava aula de gramática? Esse fato, além de trazer à tona, de maneira exemplar, a questão dos múltiplos interlocutores que definem a construção de um discurso, evidencia o papel do outro no processo de agenciamento dos recursos lingüísticos e das estratégias usadas para delimitar, para não deixar os sentidos à deriva.

Antes vale salientar que o anafórico *isso*, nas três ocorrências, faz remissão à aula de gramática. Obviamente o uso desses pronomes revela uma economia de esforços na elaboração da fala. Exigiria um esforço maior se para cada ocorrência do *isso* fosse escolhida uma definição nova, não repetitiva para o referente. Entretanto, devido à situação de conflito, discursivamente o uso do pronome *isso* representa também uma estratégia de preservação das faces. Aula de gramática é um tema marcado, com significação relativamente definida, e a diferenciação, a construção de uma outra definição parece difícil. Diante dessa complexidade, a recorrência ao pronome demonstrativo é menos comprometedor e abre um espaço maior de trabalho para o interlocutor, que vai atribuindo sentidos para o dito a partir do conjunto do discurso e não compromete o enunciador com a repetição de um dizer polêmico. Nada mais adequado, então, à retomada de conteúdos polêmicos do que os usos dos pronomes demonstrativos neutros.

No fragmento anterior, a graduanda constrói um simulacro sobre o que compreende ser o sentido atribuído pelos professores ao referente aula de gramática. Para tanto, aciona uma memória discursiva historicamente construída em torno do referente – *parecia que a gente estava pedindo uma continuidade do segundo grau, que a gente continuasse vendo aquilo para ficar mais seguro e depois aplicar na sala de aula*. A expressão *continuidade do segundo grau* remete a um modo, condenado na universidade, de ensinar a língua portuguesa. Em seguida, no próximo fragmento, marca a sua posição – *Do meu ponto de vista, o que pessoalmente estava pedindo não era isso. O que eu queria era que a gente tivesse algum laboratório em que a gente lidasse com a linguagem de maneira a ficar um pouco mais seguro. Ultrapassasse aquele nível da aula de*

redação em que a gente vê narrativa, dissertação, cartas e trabalhasse mais com a forma e o conteúdo. Tanto a aluna, para refutar a leitura feita, como os professores, para definir o pedido, recorrem a conhecimentos compartilhados socialmente sobre o valor social da gramática normativa. Entretanto, como o referente *aulas de gramática* é interpretado por sujeitos diferentes, o conflito se estabelece discursivamente. Há partilhamento de sentidos – há consenso de que uma certa aula de gramática é inaceitável. –, mas uma outra possibilidade também não se firma.

Aulas de forma e conteúdo é uma recategorização do referente. Resulta do trabalho com sentidos advindos do campo da lingüística e da própria gramática. A graduanda busca reconstruir o objeto de discurso com base na sua situação de aluna de um curso de Letras – cujo enfoque é lingüístico – e a sua posição de futuro profissional da linguagem – que num espaço social maior responde também às exigências advindas das representações que se têm sobre os saberes que o professor de língua materna deve sustentar. Espera-se de um profissional da linguagem que tenha domínio oral e escrito da variedade padrão. Do diálogo com tais posições surge a expressão *aula de forma e conteúdo*, que é uma tentativa de ressignificar a compreensão do que seja aula de gramática.

O referente *aula de forma e conteúdo* é já uma tentativa de esclarecimento, de delimitação feita no instante mesmo do discurso. Dialogando com seus interlocutores mais distantes, ela apresenta para o seu interlocutor imediato uma redefinição do que os alunos que fizeram o abaixo-assinado chamaram de aula de gramática. Tanto que surge a afirmação: *O nome que demos para esse desejo foi aula de gramática, mas não quer dizer que era gramática normativa.* Nesse enunciado, temos explicitada a tentativa de desconstruir a relação de sinonímia que existe entre aula de gramática e aula de gramática normativa. Obviamente que tal relação – ou a estabilização de sentidos que se apresenta em torno do referente – a qual o locutor luta para negar resulta de dizeres e saberes que circulam não só dentro dos espaços universitários, mas num espaço social mais distante.

A tentativa de redefinir o referente pela entrevistada aparece como um exemplo de como o trabalho com os recursos lingüísticos resulta de consenso – o reconhecimento de um certo ensino de gramática não é aceitável –, mas também de conflitos gerados pelas posições discursivas – a entrevistada assume que não reivindica um certo tipo de ensino, mas também,

dada a sua condição de futura professora, não compartilha com os seus interlocutores, os professores universitários, a idéia de um ensino que não considere a relação entre forma e conteúdo. Como já dito, todo o trabalho, ou todo cuidado para construir um referente menos polêmico, resulta dos múltiplos sentidos e da conseqüente definição que a emergência de um ou outro sentido pode operar.

A expressão *esse desejo* rotula o pedido feito pelos alunos. Trata-se de um rótulo retrospectivo que encapsula toda a explicação que a entrevistada vem apresentando sobre o pedido que os alunos fizeram. Nesse sentido, a expressão *esse desejo* não retoma uma expressão nominal específica: *não é uma repetição ou um sinônimo de nenhum elemento precedente* (Francis 2003, p. 195). A extensão do discurso que retoma não fica claramente especificada. A referência que faz é difusa. No fragmento seguinte, o mesmo processo ocorre com a expressão *esse desencontro*:

[...] a gente não estava nem pedindo isso, mas se estou pedindo isso é porque não soube precisar o que eu queria pedir direito. Então é esse desencontro, tem um desencontro muito grande. Naquela palestra, eu estava tentando colocar isso. Eu sentia que na fala dele tinha esse desencontro, o desencontro continuava. [...] Sei que eles lutam muito contra determinadas coisas no ensino de segundo grau, contra esse ensino de gramática que continua aí. Quando pedimos aula de gramática, era para pensar sobre a nossa escrita, sobre a nossa fala. Não era aquela aula de gramática para ser ensinada na escola. A gente queria se sentir mais seguro com a linguagem. A gramática melhora, acho que ela possibilita essa idéia. Todos nós acreditamos que saber o que é uma oração subordinada, um objeto direto vai ajudar a escrever, a corrigir um texto melhor. Isso para mim é olhar um pouco para a forma e conteúdo e não para as regras gramaticais. A gramática estimula essa idéia de que, em algum momento, você vai ter um controle maior sobre a língua ou falar melhor ela, entendê-la melhor. Era isso que pedimos e não aula de gramática.

A expressão *esse desencontro* rotula as posições assumidas pelos professores e alunos. *Esse ensino de gramática que continua aí*, referente com identificação no contexto extralingüístico, o termo *ensino de gramática* remete ao que continua sendo feito na escola. A graduanda iniciou a entrevista afirmando *naquele dia os professores que estavam ali na banca*. Essa expressão define discursivamente um grupo de interlocutores presentes na mesa-redonda. Já a expressão *sei que eles lutam* remete a um conjunto maior de interlocutores – são os professores do curso.

A expressão *não era aquela aula de gramática para ser ensinada na escola* remete à aula de gramática normativa. O dêitico *aquela* retoma um modelo de aula que está posto pela memória discursiva construída em torno do referente. Tal movimento obriga o interlocutor a

fazer inferências para retomar, por exemplo, o modelo de ensino praticado na escola para entender a diferenciação que a graduanda procura estabelecer quando afirma: *Quando pedimos aula de gramática, era para pensar sobre a nossa escrita, sobre a nossa fala. Não era aquela aula de gramática para ser ensinada na escola.* O dêitico *aquela* remete para uma concepção de aula de gramática posta pela memória discursiva que dá sustentação às significações atribuídas a esse referente.

Com a expressão *era isso que pedimos e não aula de gramática*, a graduanda retoma, por meio do pronome *isso*, tudo o que para ela é entendido como aula de gramática e, ao mesmo tempo, nega a definição que imagina que os seus interlocutores deram para o mesmo referente. Nesse caso, não retoma um único elemento textual, mas toda a definição, toda a explicação dada para o que os alunos ou o que ela, a locutora, deu para a aula de gramática. Em síntese, o anafórico *isso* retoma a totalidade de texto anterior.

O trabalho do eu e do outro na construção do referente no texto escrito

A sentença judicial analisada foi expedida por um juiz federal em processo movido pelo DNER contra os invasores de terra de domínio da BR 116. Esse tipo de texto é ritualístico. Tem padrão estrutural e lexical fixos. Entretanto, no caso da sentença em questão, o leitor é surpreendido com a presença do fragmento da obra “A bagaceira”, de José Américo de Almeida, como epígrafe. A presença do texto literário marca de imediato um deslocamento tanto do texto como sentença judicial quanto da posição assumida pelo sujeito que o enuncia. A citação representa a convocação de uma voz estranha a esse universo textual e promove uma espécie de ruptura no contrato que comumente se estabelece entre o autor e o leitor desse gênero textual. Além disso, o modo que o referente será construído já é anunciado no fragmento do texto do texto literário que serve de epígrafe. Vejamos: “Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados. Não tinham sexo, nem idade, nem condição humana. Eram os retirantes, nada mais”. (José Américo, em A Bagaceira).

Isso corrobora para anunciar também a tomada de posição divergente da assumida pelo interlocutor imediato. O enunciado *não tinha sexo, nem idade, nem condição humana* é

parafraseado pelo locutor do texto quando afirma: *Os personagens existem de fato. E incomodam muita gente, embora deles nem se saiba direito o nome. É Valdico, José Maria, Gilmar, João Leite (João Leite???)*. Só isso para identificá-los. Mais nada. Profissão, estado civil (CPC, art. 282, II) para quê, se indigentes já é uma qualificação bastante? Se no texto literário, as personagens não tinham idade, sexo ou condição humana, no texto da sentença elas não têm nome, profissão ou estado civil. A ausência de condição humana está atestada pela qualificação de indigentes atribuída pelo interlocutor imediato. Há dialogia entre o referente construído no texto da sentença e do texto literário.

No parágrafo um, o referente é introduzido de maneira aparentemente neutra: *Várias famílias (aproximadamente 300 – fl. 10) invadiram uma faixa de domínio da Rodovia Br 116, na altura do Km 405,3 [...] e agora o DNER quer expulsá-los do local*. Entretanto, essa expressão marca de saída a opção por uma forma de referir que, ao longo do texto da sentença, servirá para delinear a diferença de posições assumidas pelo locutor (juiz) e pelo interlocutor imediato (o DNER). Em um processo como esse, a denominação comum usada pelo Judiciário para definir os interpelados é a de réus. A categorização inicial pela expressão “várias famílias” fornece ao leitor informações e direcionamentos sobre a visão de locutor com relação ao objeto do discurso.

No parágrafo dois, a expressão *várias famílias* é retomada por “*os réus*”. Ou seja, opera-se uma recategorização do referente, agora em conformidade às regras estruturais que orientam a produção desse gênero textual. Entretanto, como essa reconstrução traz para o texto a voz do interlocutor imediato, o locutor, além de afirmar explicitamente que o seu interlocutor diz que ‘*os réus são indigentes*’, usa aspas. Por meio desse procedimento protege-se e marca a sua discordância. As aspas sinalizam a alteridade, a presença do outro e servem para marcar um distanciamento com relação ao sentido não explicitado. Esse procedimento sinaliza não só para o reconhecimento de um já-dito em outro lugar, mas principalmente polemiza para demarcar o modo de ver o objeto de discurso. No desenvolver da argumentação, o locutor reafirma que os implicados no processo perderam a condição humana, mas nega que sejam réus. Portanto, os dois modos referenciar produzem efeitos de sentidos diferentes, daí o trabalho do locutor para demarcar os sentidos que está assumindo e os sentidos que está rejeitando ao recorrer a um referente e não outro.

No terceiro parágrafo, na afirmação: *e aqui estou eu com o destino de centenas de pessoas nas mãos. São os excluídos, de que nos falam tanto.* O dêitico *aqui* anuncia uma posição discursivamente construída. *E aqui estou eu*, é uma expressão em que a ação da subjetividade é explicitamente trazida para a cena. Se por um lado o locutor se nega construir modos de referenciar que neguem ainda mais a condição humana dos processados, por outro lado, se põem explicitamente dentro do contexto enunciativo ao enunciar *eu*. Trata-se de um sujeito da enunciação que, mesmo estando dentro de um gênero textual que exige o apagamento da subjetividade, insiste em explicitá-la tanto para si quanto para o objeto do discurso. Conseqüentemente, o referente é novamente modificado. Agora são renomeados como *centenas de pessoas*. Ora, designar por *réus* ou por *centenas de pessoas* indiscutivelmente marca o grau de distanciamento e de proximidade assumido por cada um dos interlocutores.

Com a expressão *são os excluídos de que nos falam tanto*, o locutor, além de promover uma recategorização do referente (os excluídos), aciona um termo que também exige do leitor a recorrência a saberes socialmente construídos. Quem fala sobre e para quem se fala dos excluídos? Nos dias atuais, nos meios políticos, midiáticos e científico, o uso do termo *excluído* serve para marcar posições e concepções a respeito daqueles que estão à margem da sociedade. Assim, a expressão “são excluídos”, assumida pelo locutor, pertence a uma memória discursiva ampla. Tanto que o próprio locutor no parágrafo 14 – ao afirmar que *hoje são chamados de excluídos, ontem de descamisados* – demonstra saber da existência desses dizeres que procuram definir, identificar os sujeitos objetos da sentença.

Nesse sentido, o uso do pronome *nos*, na expressão *são os excluídos de que nos falam tanto*, provoca uma espécie de distensão no horizonte de interlocução. O locutor se dirige ou considera o conjunto da sociedade, na qual ele está incluído, que também ouve falar ou fala dos excluídos. É como se nesse momento não estivesse falando somente para o seu interlocutor imediato.

Nos parágrafos 8, 9, 10 e 14, por meio de novas construções referenciais, o conflito de posições assumidas pelo locutor e pelo interlocutor imediato permanece.

8. *Os personagens* existem de fato. E incomodam muita gente, embora deles nem se saiba direito o nome. É Valdico, José Maria, Gilmar, João Leite (João Leite???). Só isso para identificá-los. Mais nada. Profissão, estado civil (CPC, art. 282, II) para quê, se indigentes já é uma qualificação bastante? [...]

9. Ora, é muita inocência do DNER, se pensa que eu vou desalojar *este pessoal*, com a ajuda da polícia, de seus moquiços, em nome de uma mal arrevesada segurança nas vias públicas. O autor esclarece que quer proteger a vida dos *próprios invasores*, sujeitos a atropelamento. [...].

10. Grande opção! Livra-**os** da morte sob as rodas de uma carreta e arroja-**os** para a morte sob o relento e as forças da natureza. Não seria pelo menos mais digno – e menos falaz – deixar que *eles* mesmos escolhessem a maneira de morrer, já quenão lhes foi dado optar pela forma de vida?

14 “*Os invasores*” (propositalmente entre aspas) definitivamente não são pessoas comuns, como não são milhares de outras que “habitam” as pontes, viadutos e até redes de esgoto nas nossas cidades. *São párias* da sociedade (*hoje são chamados de excluídos, ontem de descamisados*), resultado da injustiça e da deslealdade social.

Na afirmação *Os personagens existem de fato. E incomodam muita gente, embora deles nem se saiba direito o nome* o referente é reconstruído, como já dito, numa relação de dialogia com o texto literário. Se neste os personagens são ficção, na sentença eles existem de fato, embora ocupem condição semelhante à dos personagens do texto literário. Não têm nome, estado civil e profissão. Não apresentam os atributos institucionais que lhes atestam a existência. Nesse caso, a reconstrução aciona a memória discursiva imediata, introduzida por meio da citação literária, e reafirma a linha de argumentação traçada que demonstrar que eles não são uma abstração, têm rostos, são centenas de famílias, são pessoas.

No texto literário *eram os retirantes e nada mais*, no texto judicial *são os indigentes*. A relação de sentidos existente entre essas designações se estabelece pela remissão que faz a um mesmo universo de discurso: aquele que procura ressaltar a condição desumana atribuída às personagens. Todo o trabalho lingüístico-discursivo, na sentença, tem o objetivo de negar o referente apresentado pelo interlocutor imediato e reconstruí-lo de um outro modo. Para tanto, o locutor sai da posição que socialmente é esperado que ocupe – a de um juiz que julga somente com base nos parâmetros racionais da lei – e constrói e reconstrói o referente a partir da posição de um sujeito que, mesmo estando em um espaço que promove o apagamento da subjetividade, enuncia eu.

No parágrafo 9, o referente é reconstruído por meio da expressão definida *este pessoal*. Trata-se da retomada do termo *centenas de pessoas* introduzido no parágrafo 3. O locutor faz a seleção de uma das características do objeto de discurso que reafirma a sua condição humana. Essa seleção é importante para a manutenção da linha argumentativa sustentada, pois, ao retomar por meio do discurso indireto uma afirmação do interlocutor, contrapõe a descrição nominal definida *este pessoal* a outra expressão usada pelo interlocutor: *o autor esclarece que quer*

proteger a vida dos próprios invasores. O locutor, pela recorrência ao uso das aspas no parágrafo 2, já tinha demonstrado recusa em assumir esse modo de referenciar do seu interlocutor. Posição que mantém ao fazer essa oposição no parágrafo 9 e que reafirma no parágrafo 14 ao usar aspas novamente. Há uma clara recusa do locutor em assumir a designação de que os implicados no processo sejam invasores. Isso pode ser confirmado pela definição que apresenta para o que compreende ser os invasores previstos pela lei.

13. só que, quando a lei regula as ações possessórias, mandando defenestrar os invasores (arts. 920 e segts. Do CPC), ela --- COMO TODA LEI -- tem em mira o homem comum, o cidadão médio que, no caso, tendo outras opções de vida e de moradia diante de si, prefere assenhorar-se do que não é dele, por esperteza, conveniência e, sobretudo, repugne a consciência e o sentido justo que seres da mesma espécie possuem.

No parágrafo acima, o locutor explicita que reconhece como invasor *o homem comum*, o *cidadão médio* que, mesmo tendo os seus direitos garantidos, assenhora-se do que não é dele. O locutor nega a linguagem e marca a sua posição ideológica com relação ao objeto do discurso quando, no parágrafo seguinte, afirma *Mas não é este o caso do presente processo Mas não é este o caso do presente processo*. E para sustentar o jogo de discurso recorre, de maneira explícita e sensível, a um trabalho com a materialidade lingüística. Desse trabalho resulta a demarcação dos lugares ocupados pelo *eu* e pelo *outro*, conforme pode ser observado pelo desfecho dado ao texto da sentença.

14 Mas não é este o caso do presente processo. Não estamos diante de pessoas comuns, que tivessem recebido do poder público razoáveis oportunidades de trabalho e de sobrevivência digna (v. fotografias). Não. “Os invasores” (propositalmente entre aspas) definitivamente não são pessoas comuns, como não são milhares de outras que “habitam” as pontes, viadutos e até redes de esgoto nas nossas cidades. São párias da sociedade (hoje são chamados de excluídos, ontem de descamisados), resultado da injustiça e da deslealdade social.

Se no parágrafo 13, o locutor define o que entende por invasor, portanto deixa claro por que nega a designação do seu interlocutor, no parágrafo 14 apresenta definições que justificam todo o trabalho de designação diferenciado que construiu ao longo do texto. Ou seja, ao mesmo tempo, trabalhou para desconstruir, negar o que lhe foi dado pelo outro e procurou reconstruir o mesmo objeto de uma outra perspectiva. Novamente marca a designação “os invasores” com aspas. Entretanto, para reforçar a não-coincidência entre as posições dos interlocutores afirma que a expressão os invasores está propositalmente entre aspas. Volta-se para o seu próprio

discurso e comenta, chama a atenção para as estratégias que está usando para delimitar os sentidos. A ação metadiscursiva tem o objetivo de impedir que o seu discurso se confunda com o do seu interlocutor. Ao fazer esse gesto, evidencia o diálogo tenso que trava com o seu outro para construir, firmar o seu projeto de dizer.

A seqüência do enunciado materializa essa tensão entre posições discursivas. *Não. “Os invasores” (propositalmente entre aspas) definitivamente não são pessoas comuns, como não são milhares de outras que “habitam” as pontes, viadutos e até redes de esgoto nas nossas cidades. São párias* da sociedade (hoje são chamados de excluídos, ontem de descamisados), *resultado da injustiça e da deslealdade social*. Nesse sentido, a expressão *são párias* significa uma recategorização conclusiva para a linha argumentativa sustentada no decorrer do texto. Ao designar como párias, o locutor não só reconstrói o referente, mas atribui-lhes um outro lugar dentro dos espaços sociais.

Esse deslocamento, construído discursivamente, marca de forma contundente a sua posição com relação às desigualdades sociais e às leituras que se faz sobre a aplicação das leis. O locutor, por meio do processo de construção e reconstrução do referente, assume não só se confronta com seu interlocutor imediato, mas com toda uma tradição jurídica, uma vez que não é comum um juiz proferir um julgamento com base em tais argumentos. Sem dúvida, um sujeito estrategista que, no trabalho linguageiro efetuado, subverteu sabendo que estava subvertendo. E esse trabalho subversivo, no texto, foi materializado pelo modo como referenciou, designou o seu objeto de discurso.

Considerações finais

Nas duas situações analisadas – a entrevista e a sentença judicial –, o referente não é o mesmo para cada um dos sujeitos envolvidos na situação de interação. O objeto de discurso foi construído pelos interlocutores a partir de como vêem o mundo e, principalmente, pelo modo como interagem com esse mundo. As interpretações resultaram de um diálogo fecundo com valores e concepções sociais, culturais e ideológicas. Conseqüentemente, a construção da significação do referente teve como base uma memória discursiva partilhada, mas, dado o lugar discursivo ocupado por cada um dos sujeitos, esse compartilhamento não resultou num consenso.

Ao contrário, o trabalho lingüístico, é resultado de um sujeito que detém um certo saber de que as palavras, as designações não são inocentes.

No caso do juiz, nos deparamos com um cuidadoso e refinado trabalho de referenciação. O trabalho desse sujeito traz à tona uma consciência dialogizada. Assim, a manifestação da subjetividade aparece não só pela enunciação do eu, mas também pela refutação da palavra do outro, pela recorrência ao texto literário que, de certa forma, anuncia logo de início o modo estético e humano que norteará a construção do referente. No espaço de discursivo a que está inserido, essa construção do objeto produz conhecimentos novos sobre indivíduos que ocupam lugar no mundo.

No confronto entre professores e alunos, o referente aula de gramática também reconstruídos nos limites fronteirços de confrontos e polêmicas. Nesse caso, estava em jogo uma memória discursiva que, baseada no passado, no presente fundamenta a construção do discurso tendo em vista o calculo que os sujeitos fazem com vistas as ações futuras. Com outras palavras, os professores condenam a posição assumida pelo aluno quando pede aula de gramática porque estes parecem insistir em retomar uma história que se busca mudar. O aluno, trabalhando com a mesma memória discursiva também rejeita essa retomada, mas reivindica alguma coisa que não seja a aula de gramática que se conhece, que seja uma aula de forma e conteúdo. Na composição dessa arena discursiva, as relações interlocutivas, mediadas pelas interlocuções e representações construídas em espaços mais distantes, compõem o fio condutor dos recursos lingüísticos agenciados pela graduanda para construir o seu projeto de dizer.

Em suma, a atividade de referenciar é o resultado de um complexo diálogo entre sujeitos e destes com o contexto em que estão inseridos. Nesse processo, emergem posturas sociais e culturais, visões de mundo e concepções ideológicas. E o que possibilita identificar tais posições são os indícios textuais/discursivos que o enunciador deixa no texto. Tais indícios são as marcas do trabalho singular dos sujeitos com a linguagem. Trabalho que se dá nas fronteiras entre o que é de ordem individual e social, portanto trabalho de um sujeito construído nas interações desenvolvidas em um meio social e humano. A atividade de referenciar permite focalizar as ações de linguagem de um sujeito que ocupa um lugar complexo: é ao mesmo tempo construtor de e construído por uma linguagem dialógica. Assim, segundo Najamanovich (2001), esse sujeito vê a

si mesmo construir o mundo, se vê unido a esse mundo que constrói, pertencente a ele e com autonomia relativa, inseparável e, ao mesmo tempo, distinguível.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRANDÃO, H. H. N. **Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da petrobrás**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora da Unesp, 1997.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FRANCIS, G. “Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais”. In: CAVALCANTE, M. M. et all. **Referenciação**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. “Paulo Freire e Bakhtin: o encontro que não houve”. In: FERREIRA, N. S. A. (org.). **Leitura em cons(c)erto**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional/ALB, 2003a.
- _____. “A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética através da estética”. In: Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003b.
- KOCH, I. G. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. **Atos de referenciação na interação face à face**. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas: (41): 37-54, jul./Dez. 2001.
- MONDADA, L. & DUBOIS, D. “Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação”. In: CAVALCANTE, M. M. et all. **Referenciação**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- NAJMANOVICH, D. **O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- ROJO, R. & BATISTA, A. A. G. ‘Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas’. In: MEURER, J. L. (Org.) **Gêneros textuais sob diversas perspectivas**. Florianópolis/SC: UFC/GT de LA da ANPOLL.

ANEXO

TEXTOS DE APLICAÇÃO

1. SENTENÇA DO JUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA, JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA, EM AÇÃO DO DNER CONTRA INVASORES DE TERRAS EM FAIXA DE DOMÍNIO DA BR 116.

« Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados. Não tinham sexo, nem idade, nem condição humana. Eram os retirantes, nada mais » (José Américo de Almeida, em ‘A Bagaceira ‘ »).

1. Várias famílias (*aproximadamente 300 – fl. 10*) invadiram uma faixa de domínio da Rodovia Br 116, na altura do Km 405,3, lá construindo barracos de plásticos preto, alguns de adobe, e agora o DNER quer expulsá-los do local.
2. ‘Os réus são indigentes’, reconhece a autorquia, que pede reintegração liminar na posse do imóvel.
3. E aqui estou eu com o destino de centenas de pessoas nas mãos. São os excluídos, de que nos falamos tanto. E o Estado (aqui através do DNER) não pode exigir rigorosa aplicação da lei (no caso, reintegração de posse) enquanto ele próprio --- o Estado --- não se desincumbir, pelo menos razoavelmente, da tarefa que lhe reservou a Lei Maior.
4. Ou seja, enquanto não construir --- ou pelo menos esboçar --- ‘uma sociedade livre, justa e solidária’ (CF, art. 3º,I), erradicando a ‘a pobreza e a marginalização’ (Art. 1º, III), ‘assegurando a todos existência digna, conforme os ditames da Justiça Social’ (Art. 170) emprestando à propriedade sua ‘função social’ (art. 227); enquanto não se fizer isso, elevando os marginalizados a condição de cidadãos comuns, pessoas normais, aptas a exercerem sua cidadania, o Estado não tem autoridade para deles exigir --- diretamente ou pelo braço da justiça --- o reto cumprimento da lei.
5. Num dos braços, a Justiça empunha a espada, é verdade, o que serviu de estímulo para que o Estado viesse hoje pedir a reintegração. Só que, no outro, ela sustenta a balança, em que pesa o direito. E as duas --- lembrou RUDOLF VON IHERING há mais de 200 anos --- não de trabalhar em harmonia: A espada sem a balança é a força brutal; a balança sem a espada é a impotência do direito. Uma não pode avançar sem a outra, nem haverá ordem jurídica perfeita sem que a energia com que a justiça aplica a espada seja igual à habilidade com que maneja a balança’.
6. Não é demais observar que o compromisso do Estado para com o cidadão funda-se em princípios que têm matriz constitucional. Verdadeiros dogmas, de cuja fiel observância dependem a eficácia e a exigibilidade das leis menores.
7. Se assim é --- vou repetir o reciocínio --- enquanto o Estado não cumprir a sua parte (e não é por falta de tributos que deixará de fazê-lo), dando ao cidadão condições de vida, previstas pela lei feita para o homem comum, não pode, de forma alguma, pedir a essa lei o patrocínio.
8. Os personagens existem de fato. E incomodam muita gente, embora deles nem se saiba direito o nome. É Valdíco, José Maria, Gilmar, João Leite (João Leite???) Só isso para identificá-los. Mais nada. Profissão, estado civil (CPC, art. 282, II) para quê, se indigentes já é uma qualificação bastante?
9. Ora, é muita inocência do DNER, se pensa que eu vou desalojar este pessoal, com a ajuda da polícia, de seus moquiços, em nome de uma mal arrevesada segurança nas vias públicas. O autor esclarece que quer proteger a vida dos próprios invasores, sujeitos a atropelamento.
10. Grande opção! Livra-os da morte sob as rodas de uma carreta e arroja-os para a morte sob o relento e as forças da natureza. Não seria pelo menos mais digno – e menos falaz – deixar que *eles* mesmos escolhessem a maneira de morrer, já que não lhes foi dado optar pela forma de vida?
11. O Município foge à responsabilidade ‘por falta de recursos e meios de acomodações’ (fl. 16v.).
12. Daí, esta brilhante solução: aplicar a lei.
13. Só que, quando a lei regula as ações possessórias, mandado defenestrar os invasores (arts. 920 e segts. Do CPC), ela --- COMO TODA LEI -- tem em mira o homem comum, o cidadão médio que, no caso, tendo outras opções de vida e de moradia diante de si, prefere assenhorar-se do que não é dele, por esperteza, conveniência e, sobretudo, repugne a consciência e o sentido justo que seres da mesma espécie possuem.

14. Mas não é o caso do presente processo. Não estamos diante de pessoas comuns, que tivessem recebido do poder público razoáveis oportunidades de trabalho e de sobrevivência digna (v. fotografias). Não. “Os invasores” (propositalmente entre aspas) definitivamente não são pessoas comuns, como não são milhares de outras que “habitam” as pontes, viadutos e até redes de esgoto nas nossas cidades. São párias da sociedade (hoje são chamados de excluídos, ontem de descamisados), resultado da injustiça e da deslealdade social.
15. Mais do que deslealdade, trata-se de pretensão imoral e juridicamente impossível, a conduzir --- quando feita perante o Judiciário --- ao indeferimento da inicial e extinção do processo, o que ora decreto nos moldes dos arts. 257, I e VI, 295 I e parágrafo único, III do CPC, atento à recomendação do art. 5º da LICCB e olhos postos no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que proclama : ‘Todo ser humano tem direito a um nível de vida adequado, que lhe assegure, assim como à sua família, a saúde e o bem estar e, em especial a alimentação, o vestuário e a moradia’.
16. Quanto ao risco de acidentes na área, parece-me conveniente que o DNER sinalize convenientemente a rodovia, nas imediações. Devendo, ainda exercer um policiamento preventivo, a fim de evitar novas ‘invasões’.

P.R.I.

ILHA DE SANTA CATARINA RODEADA POR RÓTICOS

Ana Kelly Borba Da Silva-Brustolin¹

RESUMO: À luz da Teoria da Variação e Mudança e da Fonologia Autossegmental, pretendeu-se, neste estudo, investigar as marcas dialetais e sociais da língua falada na ilha de Santa Catarina (região leste do estado), destacando as diferentes realizações dos fonemas *róticos*. O *corpus* para a pesquisa constituiu-se de 4 entrevistas gravadas em estúdio com informantes do sexo masculino nascidos em Florianópolis. A categorização dos dados e a análise estatística foram feitas com a utilização do pacote VARBRUL. Os dados foram codificados de acordo com grupos de fatores (GF) lingüísticos e sociais. Fez-se análise qualitativa destes dados do ponto de vista fonológico, com abordagens sociolingüísticas. A análise qualitativa foi realizada por meio de representação arbórea. Dessa forma, pretendeu-se obter as variantes dos róticos no falar do *florianopolitano*.

Palavras-chave: róticos, variação lingüística, fonologia.

ABSTRACT: *In light of the Theory of Language Variation and Change and of Acoustic Phonetics, it is intended, in this study, to investigate dialectal and social marks of the speech of Ilha de Santa Catarina (eastern region of this state), highlighting different forms of speaking the rhotic phonemes. The corpus used in this piece of research is constituted by interviews recorded in studio with male informants born in Florianópolis. The categorization of data and statistical analysis will be carried out with the utilization of VARBRUL program. The data will be codified according to groups of linguistic and social factors (GF). The qualitative analysis of these data will be done representation tree. Thus, the aim is to obtain variants of the rhotics in the speech of the florianopolitano.*

Keywords: *rhotics; linguistic variation, phonology.*

1 Introdução

Alguns estudos têm atestado, no Português do Brasil (doravante PB), uma série de variações em final de sílaba, dentre elas a variação nos róticos, como apontam os estudos de Votre (1978); Callou, Moraes e Leite (1996); Monaretto (1997); Monguilhott (1998) e Monaretto (2002) e outros.

¹ Licenciada em Letras – Língua e Literatura Portuguesas (UFSC/2005) e Mestre em Sociolingüística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2009). Atualmente, professora substituta de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e no curso técnico de biblioteconomia (CPAE).
Endereço eletrônico: anakellybrustolin@gmail.com.

Este estudo compreende somente a língua falada, definida por Tarallo (2004) como o veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de interação social e versa sobre as características fonético-acústicas dos róticos produzidos por falantes nativos de Florianópolis – ilha e capital de Santa Catarina – cidade que possui cerca de 369.102 habitantes e de colonização açoriana. Pretendo, deste modo, fazer uma descrição acústica dos róticos do português brasileiro que aparecerem nos dados coletados. Para tanto, utilizei um *corpus* com dados de fala espontânea gravado em um estúdio, para evitar a captação de ruídos. O *corpus* não foi gravado, em especial, para esta pesquisa, uma vez que já que fora usado para a *caracterização acústica do sistema vocálico tônico oral florianopolitano: alguns indícios de mudança*² e, neste momento, foi-me cedido para realizar a análise referente aos róticos. Por meio deste, tenciono observar as marcas dialetais e sociais da língua falada na ilha de Santa Catarina (região sul do estado), destacando as diferentes realizações dos fonemas róticos, ou seja, da pronúncia dos “erres”. Apresenta-se como objetivo específico:

- ✓ verificar as relações sócio-dialetais existentes no uso dos róticos na língua falada em Florianópolis – suas marcas fonéticas, diatópicas (regionais) e diastráticas (sociais) que o distinguem de outros falares catarinenses e regionais.

1.1 Metodologia³

No que se refere aos aspectos da sociolingüística variacionista, por ser minha linha de pesquisa, resolvi, a partir da Teoria da Variação e Mudança e da Fonologia, investigar o fenômeno das variantes do erre e refletir sobre esta questão.

A seleção dos informantes levou em consideração critérios como:

- (1) ser filho de nativos da Ilha de Florianópolis;
- (2) ter nascido e residido na Ilha de Florianópolis até os 14 anos, aceitando-se que, após essa idade, o informante possa ter vivido fora da localidade;

² PEREIRA, Ana Luzia Dias. (2001) *Caracterização acústica do sistema vocálico tônico oral florianopolitano: alguns indícios de mudança*. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Santa Catarina, UFSC.

³ Esse artigo foi elaborado para a disciplina Fonologia I, ministrada pela professora Dr^a Teresinha de Moraes Brenner, do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina.

(3) que os informantes tivessem grau de escolaridade e faixa etária distintas,

Com as entrevistas objetivava-se obter uma redução no nível de formalidade durante a coleta de dados de fala. Para tanto, definiu-se que elas deveriam ser realizadas de maneira descontraída e que apresentassem perguntas, principalmente, sobre a vida do informante. Fatos da infância, de sua adolescência, época de estudante, família e outros assuntos que levassem ao aparecimento do vernáculo. Pelo fato de os dados analisados serem de fala semi-espontânea⁴, não houve, por parte dos informantes, a leitura de palavras, sentenças e, posteriormente, uma fala sobre algum momento de sua vida, deste modo citarei na análise dos resultados, à medida que apresentar os dados de determinadas variantes do erre, a posição em aparecem na entrevista oral: final de palavra, final de sentença e interior de frase e/ou palavra. Além disso, durante as exposições dos resultados, também será mencionado se a variante analisada faz parte de um verbo, nome e outros.

Cada entrevista durou aproximadamente 40 minutos. Às vezes, os informantes desejavam continuar contando seus “causos”. Nesse sentido, há quatro gravações com cada um dos informantes relatando suas histórias de vida. A entrevistadora conduz as entrevistas, seguindo um roteiro de perguntas, porém a medida que o informante conta sua história de vida ela pode o interromper e fazer uma pergunta a partir do que ele está relatando. Dentre elas perguntas como: Como foi a sua infância? Tu lembras de algum fato que tenha marcado a sua infância? Ou alguma brincadeira? Um fato triste ou feliz? Onde tu estudavas? Tu terminaste o segundo grau e já ingressaste na Universidade? (no caso de quem tem nível superior) Qual o curso? O que tu achas do troféu manézinho da ilha? O que tu acha que é um manézinho da Ilha? Tu achas que Florianópolis mudou muito desde o tempo em que tu eras criança?⁵. Seguimos um critério para classificar cada um dos informantes a fim de preservar sua identidade. Cada um dos quatro informantes será citado por uma letra respectivamente “A, B, C, D” no lugar do seu nome verdadeiro.

⁴ Os dados analisados são os que apareceram na entrevista oral.

⁵ As perguntas iam sendo, muitas vezes, improvisadas no momento da entrevista, porque surgiam dúvidas, momentos de espanto “Oh!” “Nossa!”, descontração, dentre outros.

Quanto à dimensão diatópica, este artigo delimitou a região metropolitana do distrito de Florianópolis (espaço geográfico da ilha), entrevistando informantes de áreas urbanas e rurais. A inclusão das áreas rurais seguiu os preceitos geolingüísticos (cf. Altenhofen, 2002; Margotti, 2004) de que no meio rural se encontra a fala mais conservadora.

Quanto à dimensão diastrática, foram escolhidos dois níveis de escolaridade: séries iniciais do Ensino Fundamental/primário (1ª a 4ª série) categorizadas como “i” e ensino superior categorizadas como “s”. O recorte desses níveis de escolaridade teve por finalidade analisar graus de escolaridade polarizados. Quanto à dimensão diafásica, priorizaram-se conversas, relatos de cunho pessoal e social.

As hipóteses testadas foram:

(i) Em relação ao contexto lingüístico, a posição de coda silábica exibe realizações díspares dos róticos na fala dos florianopolitanos;

(ii) Há tendência de apagamento do erre em contexto final absoluto⁶ de palavras como “mar” nos mais jovens.

2 Revisão Bibliográfica

Com o advento da Sociolingüística nos anos 60, multiplicaram-se nas universidades brasileiras estudos sociolingüísticos locais, regionais e nacionais que resultaram em um conhecimento mais diversificado da realidade lingüística do PB. Dentre esses estudos, observam-se algumas pesquisas sobre os diferentes processos de realização das variantes do erre no PB. O objeto de estudo em questão (fonema erre /r/) apresenta uma grande variação em nossa língua, oferecendo-nos um número relevante de variantes. As diferenças na pronúncia dos “erres” têm muitas explicações. Variedades geográficas, etária, socioeconômica e outras – importantes para as pesquisas sociolingüísticas – contribuem para que coexistam variações de pronúncia, sendo que a pronúncia desses fonemas é variada não só entre as diferentes línguas que há no mundo,

⁶ Na presente pesquisa não analiso, especificamente, no grupo dos fatores lingüísticos, a variável “classe de palavras”, por essa razão abordo, de maneira geral, os contextos em que o erre aparece em final de vocábulo, seja em verbo, substantivo, e outros.

mas também dentro de uma mesma língua. O PB é uma das línguas que se caracteriza por uma grande diversidade de erres, constatada tanto em posição de início [ʊη□δ□], [ʊΞ□δ□], quanto em final de sílaba, como em [φαυλαα}, [φαυλαη], [φαυλαP], [φαυλαO]. A sílaba que sucede mais freqüentemente nas línguas do mundo é a sílaba aberta (CV), designada “sílaba canônica”, que tem uma consoante em ataque e uma vogal como núcleo da rima. Contudo, diversas línguas, dentre elas o PB, possuem sílabas que integram à direita do núcleo silábico, outro constituinte: a coda. Sabe-se, que em relação às variantes de erres, das várias posições nas quais podem suceder, é na posição “final de sílaba” que acontece a maior variação. De acordo com a literatura da área, tem-se em Português um *r* simples e um *r* múltiplo⁷.

O *r* múltiplo é o mais freqüente na posição posvocálica no Brasil. Segundo Bisol (1999), são múltiplas as variantes para o (r) posvocálico: vibrante [r], fricativa velar [x], uvular [R], aspirada [h], vibrante simples [P], ou um som retroflexo [ʃ]. Na linha de Câmara (1995), apenas quatro consoantes podem realizar-se em posição posvocálica no PB. Entre os fonemas prováveis de suceder nessa posição está a variável [r] para ele. Conforme o autor há duas realizações vibrantes para o [r]: uma fraca e uma forte, que é responsável pela oposição entre esses fonemas na posição intervocálica, como em [‘karu] e [‘kahu]. Diz, também, que o (r) demonstra comportamentos variados em posição posvocálica:

Já nas vibrantes a língua vibra, quer num só golpe junto aos dentes superiores, para o /r/ brando, quer para o /r/ forte em golpes múltiplos junto aos dentes superiores, ou em vibrações da parte dorsal junto ao véu palatino, ou em vez da língua há a vibração da úvula, ou se dá além do fundo da boca propriamente dita uma fricção. (Câmara, 1995, 49).

Neste estudo averiguarei apenas a posição em final de sílaba. Vários estudos acerca da variação nos róticos já foram realizados, dentre os quais destaco alguns.

Votre (1978) observa o desaparecimento da vibrante em posição de coda na fala de alfabetizando da área urbana do Rio de Janeiro, usando alguns universitários como grupo de

⁷ Não entrarei no mérito da questão, visto que o foco deste trabalho é outro. Consultar referências: BISOL, Leda. *Introdução a estudos de fonologia do português*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRZS, 1999. CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

controle. Ele constata que a preservação da vibrante está relacionada a fatores lingüísticos e sociais. No meio de todos os fatores controlados, a variável classe morfológica apontou-se mais relevante, os infinitivos comandaram a queda do /r/ em oposição aos subjuntivos e nomes (substantivos e adjetivos). No que tange aos fatores sociais, a variável escolaridade mostrou os resultados mais polarizados: os universitários tendendo à preservação da vibrante e os alfabetizando à queda do segmento.

Em seu trabalho sobre a pronúncia do /r/ em coda silábica no PB, Callou, Moraes e Leite (1996) trataram da delimitação da distribuição das variantes de /r/ em posição posvocálica das áreas dialetais das cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Além disso, objetivaram observar indícios de mudança através de informantes de diferentes faixas etárias, e diferenças em termos de gênero, feminino e masculino (Callou, Moraes e Leite, 1996, p. 466). Segundo Callou, Moraes e Leite (1996, p. 465) *o fonema /r/ apresenta, em posição de coda silábica, um elevado grau de polimorfismo, prestando-se, exemplarmente, à caracterização da variação no português do Brasil*. Das 4.334 ocorrências os resultados globais mostram que o índice de apagamento representa 37% para a posição final de palavra contra 3% para a posição interna. Em relação à fricativa velar, a posição interna é de 31% contra 11% em posição final. Para a fricativa laríngea, a posição interna corresponde a 18% em contraposição a 8% em posição final. Esses resultados estão distribuídos com relação ao uso dos róticos: o uso da vibrante alveolar (vibrantes apicais) é mais forte em Porto Alegre e São Paulo; o da fricativa velar mais forte em Salvador e no Rio de Janeiro; e o da aspirada (fricativa laríngea) em Recife. Os dados coletados foram selecionados seguindo os grupos de fatores: tipo do /r/, posição no vocábulo, tonicidade da sílaba em que se encontra o segmento, tonicidade do vocábulo na cadeia fônica, dimensão do vocábulo, vogal antecedente, ponto e modo de articulação do segmento subsequente, classe gramatical, faixa etária, região e gênero. Para os autores, Porto Alegre e São Paulo corresponderiam ao início do processo de mudança, Salvador e Rio de Janeiro estariam em estágio intermediário e Recife já estaria em um nível mais avançado.

Monaretto (1997) insere-se na perspectiva da fonologia não-linear, mais especificamente na Teoria Autossegmental e Métrica. Suas interpretações básicas fundamentam-se na Geometria

dos Traços (CLEMENTS, HUME, 1995) e no Ciclo de Sonoridade (Sonority Cycle, CLEMENTS, 1990). A autora faz uso dos dados do status fonológico dos róticos no PB que foram extraídos do Banco de Dados do Projeto VARSUL, onde foram utilizadas as entrevistas de 12 informantes de três cidades selecionadas: Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS). Monaretto analisa quatro variantes de róticos:

1) a vibrante alveolar [r]; 2) a “vibrante posterior”, como é chamada pela autora; 3) o tepe [P]; 4) a retroflexa (não especificada, podendo ser [ʈ] ou [ʂ]).

Para realização de análise quantitativa, a autora controla a variável lingüística que exerce a maior influência no comportamento dos róticos: a “posição na sílaba”, conforme os cinco fatores: (i) ataque, em início de palavra, (ii) ataque, no interior de palavra, precedido por consoante, (iii) entre vogais, (iv) na coda, no interior de palavra e (v) na coda, em final de palavra.

A variável extralingüística “grupo geográfico” (ou a etnia, como Monaretto ainda a designa) é tida como a de maior atuação, cujos fatores são Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, as cidades analisadas na amostra.

Como um dos principais resultados, a autora aponta para um processo de substituição de uma variante pela outra (fazendo referência ao tepe alveolar *versus* as outras formas fonéticas) em todos os contextos da sílaba, com exceção do contexto “grupo consonantal”, no qual se realiza sempre o tepe. Partindo disso, Monaretto (1997) argumenta a favor do tepe como forma subjacente no sistema fonêmico, visto que este proporciona a distribuição mais ampla e é a forma mais usada nos seus dados. Além disso, em caso de palavras com -r final + vogal inicial (mar_azul – exemplo que a autora traz de Lopez (1979)), o rótico é realizado como tepe [P].

Dessa forma, isolando a posição posvocálica, ressalta que o apagamento em posição final é mais forte do que em posição medial, o que ratifica os resultados encontrados por Callou et al. Confrontando as falas do Sul do Brasil com as do Rio de Janeiro, Monaretto alega que a fala do Sul pode diferenciar-se por duas variantes: o tepe e a vibrante alveolar.

Monguilhott (1998) observou 720 ocorrências controlando fatores lingüísticos e extralingüísticos, verificando assim, de maneira geral, que os falantes de Florianópolis tendem a

usar a fricativa (93%) enquanto os informantes de Lages (86%), Blumenau (71%) e Chapecó (70%) privilegiam o uso da variante tepe. O objetivo da autora foi o de analisar as variantes (tepe, fricativas velar e glotal e retroflexa) e constatar quais delas sobressaíam entre os falantes das diversas etnias das referidas cidades catarinenses integrantes do Banco de Dados Varsul. Dentre todas as etnias estudadas, a variante retroflexa, foi a mais utilizada na fala dos informantes de Chapecó (29%) contra 0% em Florianópolis, 8% em Chapecó e 13% em Lages.

Por fim, dentre os estudos que retomamos, Monaretto (2002) pesquisa o /r/ em final de sílaba em três amostras de fala de Porto Alegre coletadas em períodos distintos (Nurc, 1970; Varsul, 1989; Varsul ampliada, 1999). Destarte, a autora registrou uma série de ocorrências revisitando resultados de estudos anteriores (1992, 1997, 2000): predominância do tepe na fala na posição de coda dos informantes da capital gaúcha (60%), alto índice de apagamento (25%) e, também, pouca recorrência das variantes fricativa velar (1%), vibrante alveolar (9%) e retroflexa (5%).

Em seus resultados, Monaretto (2002) alegou que, em meio às variantes da vibrante da fala de Porto Alegre avaliadas anteriormente em seus estudos, duas mostraram mudança entre 1970 e final da década de 1990: o uso da variante tepe diminuiu, à medida que o apagamento do /r/ aumentou. Deste modo, a autora conclui que a variante tepe característica da fala porto alegre em posição posvocálica, vem sendo suprida pelo apagamento da vibrante, variante peculiar de outras regiões do país.

3 Fonologia não-linear

Segundo Monaretto; Quednau & Da Hora (1996, p. 210) “as unidades básicas para representações fonológicas têm sido concebidas, desde Troubetzkoy e Jakobson até a teoria gerativa, em termos de *traços*.” O conceito de feixe de traços distintivos foi introduzido pela primeira vez por Bloomfield na década de 1930, e, em seguida, desenvolvido por Noam Chomsky. A matriz de traços de SPE é temporal e bidimensional: fonema – coluna, traço – linha, mas não é hierárquica. Com o intuito de representar a hierarquia entre os traços de um segmento, bem como a manipulação desses traços, abrangendo os fenômenos fonético-fonológicos,

Clements (1985, 1989a, 1991) propõe uma Teoria de Geometria de Traços (*Feature Geometry*). *Traços* “são membros de um conjunto de categorias que formam os sons da fala ou os segmentos fonológicos da língua”. (MONARETTO; QUEDNAU & DA HORA, *In: BISOL*, 1996, p. 200). A designação se deve ao fato de os traços fonológicos serem organizados em níveis, remetendo aos modelos de geometria. O modelo da Geometria de Traços sugerido por Clements tem uma organização hierarquizada não-linear para esses traços que, por sua vez, apresentam uma segmentação própria, não necessitando ser idêntica para todos eles. (CAGLIARI, 1998)

A Fonologia Autossegmental propõe que os traços sejam unidades independentes, organizados em classes superordenadas e estes devem ser dispostos em “unidades funcionais expressas *nós de classe*, denominada *geometria de traços*,” segundo Clements (1985, 1989a, 1991). (MONARETTO; QUEDNAU & DA HORA, *In: BISOL*, 1996, p. 211). Assim, os traços (i) podem desdobrar-se além ou aquém de um segmento e (ii) o apagamento de um segmento não sugere necessariamente a dissipação de todos os traços que o constituem. (HERNANDORENA, *In: BISOL*, 1996, p. 46).

A Fonologia Autossegmental aborda que o segmento apresenta uma estrutura interna, ou seja, que há uma hierarquização entre os traços que formam determinado segmento da língua. Nessa linha, a partir do reconhecimento de uma hierarquia entre os traços, passou-se a analisar os segmentos em camadas, logo, permitiu-se “a segmentação independente de partes dos sons das línguas.” (HERNANDORENA, *In: BISOL*, 1996, p. 45).

A geometria de traços fonológicos adotada por Clements (1985, 1991) diz que os traços que compõem os segmentos que estão no mesmo morfema são adjacentes e constituem uma representação tridimensional que permite distinguir *tiers*. Conforme Hernandorena (*In: BISOL*, 1996, p. 47) a Geometria de Traços tem como objetivo “representar a hierarquia existente entre os traços fonológicos e o fato de que os traços podem ser tanto manipulados isoladamente como em conjuntos solidários.”

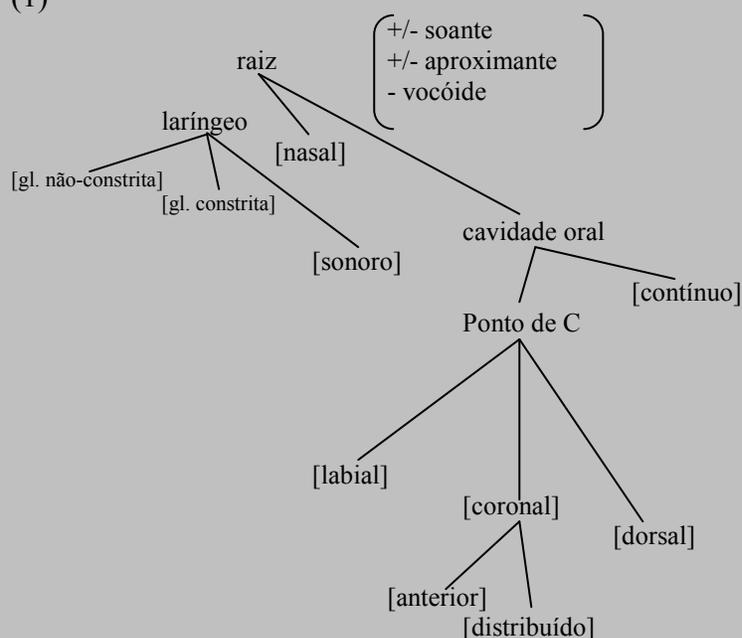
Nessa geometria – cuja última versão aparece em Clements e Hume (1995) –, os segmentos são representados com uma organização interna a qual se mostra através de configurações de *nós hierarquicamente ordenados*, em que os *nós terminais* são traços

fonológicos e os *nós intermediários*, classes de traços. (HERNANDORENA, *In*: BISOL, 1996, p. 47)

O princípio que rege a Geometria de Traços é que apenas conjuntos de traços que possuam um nó de classe em comum podem funcionar juntos em regras fonológicas. (HERNANDORENA, *In*: BISOL, 1996, p. 49)

Para Clements e Humes (1995, p. 292) a representação da organização hierárquica de consoantes é representada da seguinte maneira:

(1)



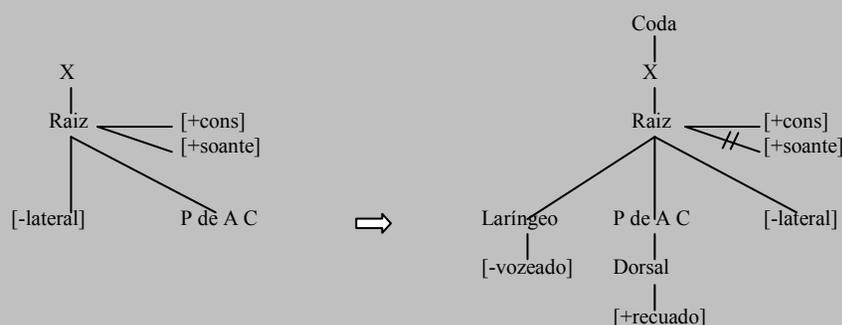
De acordo com Hernandorena (*In*: BISOL, 1996, p. 51) a estrutura arbórea possibilita expressar a naturalidade dos processos fonológicos que acontecem nas línguas do mundo, atendendo ao princípio de que as regras fonológicas constituem uma única operação. Por conseguinte, a estrutura apresenta, sob o mesmo nó de classe, traços que funcionam solidariamente em processos fonológicos. Portanto, os nós têm razão de existir quando há comprovação de que os traços que estão sob o domínio funcionam como uma unidade em regras fonológicas.

Além de trabalhar com os traços fonológicos de maneira independente, a Fonologia de Geometria de Traços (FGT) os organiza em *tiers* ou níveis hierarquizados por meio de linhas de associação. Segundo Hernandorena (*In: BISOL, 1996, p. 61-63*) a partir da nova formalização, é possível assinalar três tipos de segmentos: (i) segmentos simples: apresenta apenas um nó de raiz e é caracterizado por, no máximo, um traço de articulação oral; (ii) segmentos complexos: apresenta um nó de raiz caracterizado por, no mínimo, dois traços diferentes de articulação oral, ou seja, quando o segmento apresenta duas ou mais constrições no trato oral e (iii) segmentos de contorno: contém seqüências (ou “contornos”) de diferentes traços.

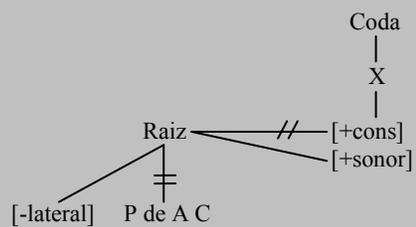
Na linha de hierarquização dos traços, as linhas de associação ligam nós até chegar a um traço terminal. Há somente um nó inicial denominado *raiz*, um nó de articulação consonantal (*c-place*) e um lugar de articulação vocálico (*v-place*). O esquema autosegmental da FGT necessita simplesmente de nós e traços com as marcas respectivas de valência (+ ou -) para a descrição de uma língua. De acordo com a FGT, a sílaba é a unidade sobre a qual o sistema fonológico se organiza, é, portanto, o centro das representações fonológicas que consistem de um número de níveis independentes ligados uns aos outros. Já o modelo proposto por Clements concebe a sílaba estabelecendo princípios universais e regras específicas que governam a estrutura silábica. A sílaba apresenta, então, uma estrutura de três níveis: *syllable tier*, *skeleton* ou *CV-tier*, em que os elementos C (*onset* ou margem da sílaba) e V (núcleo da sílaba) dominam os segmentos consonantal e vogal; e *segmental tier*, que exhibe a representação fonética dos segmentos.

Na linha de Mira Mateus e Rodrigues (*In: DA HORA E COLLISCHONN, 2003, p. 186-188*) temos as seguintes regras para a fricativa velar não vozeada, aspiração e apagamento:

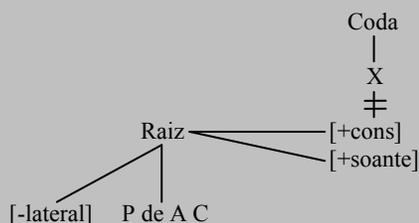
(2) *Regra de coda* /P/ → [x] (PB – fricativa velar não vozeada)



(3) *Regra de coda* /p/ → [h] (PB – aspiração)



(4) *Regra de coda* /p/ → [Ø] (PB – realização zero)



Existem ainda mais duas variantes da vibrante em português do Brasil, referenciadas por Callou & Leite (1990): a realização de /p/ como aspiração, [ŋ], e a sua supressão (realização zero). Uma e outra resultam da desassociação de alguns traços que identificam a consoante: [ŋ] envolve o corte do traço consonântico e, em consequência, o corte do nó do Ponto de Articulação da Consoante (uma aspiração é uma soante mas não é uma consoante); a realização zero implica que a raiz seja desassociada não havendo, portanto, qualquer realização fonética. (MIRA MATEUS & RODRIGUES, *In: DA HORA*; COLLISCHONN, 2003, p. 187)

4 Constituição do *corpus* e grupos de fatores

Os dados utilizados para esta análise derivam de quatro entrevistas (gravadas em CD) realizadas em um estúdio na cidade de Florianópolis/SC. Os quatro informantes do sexo masculino são naturais e residentes na cidade de Florianópolis. São eles: **A**: 64 anos, grau de escolaridade: primário; **B**: 76 anos, grau de escolaridade: superior completo; **C**: 30 anos, escolaridade: primária; **D**: 34 anos, grau de escolaridade: superior completo.

A categorização dos dados e a análise estatística foram feitas com a utilização do pacote VARBRUL e os dados codificados de acordo com grupos de fatores (GF) lingüísticos e sociais. Assim, tem-se:

Variáveis dependentes – *Róticos*:

- 0 – apagamento da variante – [Ø]
- r - tepe alveolar (ou simples) – [r]
- X - fricativa velar – [X] – [ɣ]
- h - fricativa glotal – [h], [ɦ]

Grupo de fatores lingüísticos

Posição:

- Posição intervocálica: palavras diferentes – (fazer um bolo) = v; Final de sílaba interna (porta) = i; Final de palavra seguida de consoante (dançar forró) = p; Final absoluto (mar) = f

Tonicidade:

- Erre tônico = t; Erre átono = a

Número de sílabas:

- Oxítona = o; Paroxítona = p; Proparoxítona = r

Ponto de articulação: (Consoante seguinte)

• Bilabial = b; Labiodental = l; Alveolar = a; Palato-alveolar = p; Palatal = t; Velar = v; Uvular = u; Glotal = g; Vogal = o; Final absoluto = 1

Modo de Articulação (Consoante seguinte)

• Oclusiva/plosiva = p; Fricativa = f; Nasal = n; Vibrante = v; Batida = b; Lateral = l; Vogal = o; Final absoluto = 1

Vogal anterior:

/α/ = 1; /i/ = 2; /ε/ = 3; /υ/ = 4; /□/ = 5; /o/ = 6; /ɔ/ = 7

Grupo de fatores sociais

Escolaridade:

• Fundamental – séries iniciais = i; Ensino Superior = s

Faixa etária:

• (15 – 40) = 4; (41 – 70) = 7; (acima de 70) = 8

Far-se-á a análise qualitativa destes dados do ponto de vista fonológico, com abordagens sociolinguísticas. A análise qualitativa será realizada por meio de representações arbóreas. Dessa forma, pretende-se obter as variantes dos róticos no falar do “manezês⁸”, traçando-se o perfil sócio-dialetal do falar de Florianópolis.

5 Apresentação dos resultados

Na amostra analisada, há uma evidente variação do fonema /r/ na fala dos informantes de Florianópolis. Esta variação foi observada sob o ponto de vista da análise auditiva resultando nas seguintes variantes: tepe alveolar [P], fricativa glotal [h], fricativa velar [X] e apagamento [O]. As fricativas variam conforme o grau de vozeamento (desvozeadas e vozeadas) em função do ambiente em que acontecem.

⁸ Manezês (ou falar ilhéu ou falar mané ou falar manezinho ou sotaque manezinho ou sotaque açoriano ou sotaque ilhéu) é como é chamado o falar do nativo de Florianópolis, capital de Santa Catarina, Brasil. O manezês também é ouvido nos municípios vizinhos à Capital embora com uma ou outra particularidade. Este falar é fruto da união do português dos açorianos e, em menor número, madeirenses que chegaram no Século XVIII com o português já meio "indigenizado" dos vicentistas e santistas, paulistas que já habitavam a Ilha de Santa Catarina, onde se situa a capital. Indígenas, africanos e, quem sabe, até náufragos também contribuíram para a sua formação. Visto que Florianópolis (antiga Nossa Senhora do Desterro) era uma cidade portuária, algumas expressões de outras regiões do país foram adotadas com o tempo também. O manezês não é um falar uniforme e possui variações de acordo com a comunidade e a geração do falante. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Manez%C3%AAAs> acesso em 7/12/2007 às 17h).

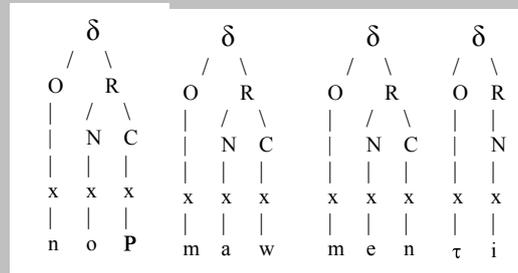


Figura 1: Representação a partir da Fonologia Autossegmental assinalando um tepe na palavra normalmente [noPμαωομεντι] (pronúncia do Informante B/Florianópolis-SC)

A representação acima retrata um tepe na palavra “normalmente”. O vocábulo foi pronunciado pelo informante B durante a conversa com a pesquisadora e se encontra na sentença “Eu ficava ganhando os vencimento que ganhava **normalmente** (*pausa*) e tinha uma diária pro ano inteiro né?”. (6:29)

Os tepes são sons produzidos por apenas uma batida de um articulador (a ponta da língua ou a úvula) no outro (alvéolos, dorso da língua). No que diz respeito à produção desta consoante [P], a ponta (lâmina) da língua é elevada horizontalmente e bate na região alveolar. Os tepes são designados ainda, como vibrantes simples, por serem produzidos a partir de uma só batida em um articulador, em contraposição à vibrante múltipla que é produzida a partir de muitas batidas. Segundo Ladefoged & Maddieson (1996, p. 231) “a tap is a sound in which a brief contact between the articulators is made by moving the active articulator directly towards the roof of the mouth.” E também, nas palavras dos autores, Ladefoged & Maddieson (1996, p. 231), os tepes “are most typically made by a direct movement of the tongue tip to a contact location in the dental or alveolar region. A tap, usually describe as dental, occurs in intervocalic position in most varieties of Spanish in words such as *καπο* ‘expensive’.”

A seguir, tem-se representação da produção de uma fricativa glotal:

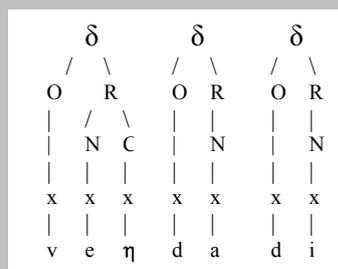


Figura 2: Representação a partir da Fonologia Autossegmental assinalando uma fricativa glotal na palavra verdade [veηδαδι] (pronúncia do Informante C/Florianópolis-SC)

A representação supracitada traz a palavra “verdade” que foi pronunciada pelo informante C durante a conversa com a pesquisadora e se encontra na sentença “Dizem não sei se é **verdade** ou se é mentira (5:10)”.

Sons produzidos com uma estreita aproximação de dois articuladores, a qual provoca um ruído ou fricção na passagem da corrente de ar são denominados fricativos (Ladefoged, 1996, p. 46). Assim, o som fricativo é determinado por meio do efeito da turbulência das cordas vocais ao exercerem uma pressão em um ponto forçando a passagem do ar por uma pequena passagem.

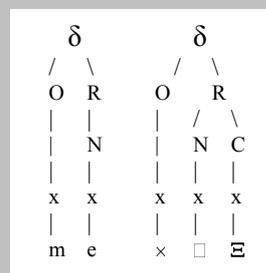


Figura 3: Representação a partir da Fonologia Autossegmental assinalando uma fricativa velar na palavra melhor [μE∪x□ξ] (pronúncia do Informante D/Florianópolis-SC)

A representação acima traz a palavra “melhor” que foi dita pelo informante D durante a conversa com a pesquisadora e se encontra na sentença “A minha infância pra mim foi a **melhor** impossível”.

De acordo com Kent e Read (1992, p. 121), o principal traço articulatório de uma fricativa é a formação de uma constrição estreita em um dado ponto do trato vocal. Quando o ar passa através dessa constrição, numa quantidade de fluxo suficiente, há a formação de uma turbulência, o que significa que o movimento da partícula da corrente de ar torna-se altamente complexo, formando pequenos redemoinhos na região constrita. Os sons velares são produzidos pela constrição entre o corpo da língua e o palato mole.

A análise apresentada neste artigo baseia-se no pressuposto teórico de que a variação lingüística é inerente ao sistema, conforme postulado no modelo variacionista laboviano (cf. WEINREICH; LABOV & HERZOG, 1968). O foco do estudo são as variações nos róticos quanto à estrutura silábica com o (r) em coda – CVC/CV(r), que se realiza variavelmente na cidade de Florianópolis. O que se observou no presente estudo foi um elevado índice de apagamento da variante [O], em especial, na posição final de sílaba de itens verbais e nominais, mas alguns casos também na posição de sílaba interna, como, por exemplo, em fala[h] falaØ,

ato[h] atoØ, ve[h]dade veØdade. Vários trabalhos foram realizados no final da década de 1970, usando o modelo variacionista clássico de Labov (1972), e analisaram essa estrutura de caráter variável, dentre os quais, Votre (1978) foi o pioneiro no estudo de róticos no Brasil, estudando variante vibrante em posição final de palavra na fala de alfabetizados e universitários do Rio de Janeiro; Oliveira (1983) estudando a fala de habitantes em Belo Horizonte, Callou (1987) em sua Tese de Doutorado observando o /r/ na fala urbana culta do Rio de Janeiro; Monaretto (2000; 2002) analisando o apagamento da vibrante pós-vocálica nas capitais do Sul do Brasil (Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis) e a produção da vibrante pós-vocálica em Porto Alegre; Da Hora (2003), observando o enfraquecimento e apagamento dos róticos em João Pessoa – PB, dentre outros. A seguir, vê-se a representação da Fonologia Autossegmental ilustrando o apagamento da variante:

δ		δ		δ		δ	
/	\	/	\	/	\	/	\
O	R	O	R	O	R	O	R
	N		N C		N		N C
x	x	x	x x	x	x	x	x x
f	a	z	e	O	d	e	v
							O

Figura 4: Representação a partir da Fonologia Autossegmental assinalando o apagamento da variante em “fazer dever” [φαυζεΟδευσεΟ] (pronúncia do Informante A/Florianópolis-SC)

A representação acima traz as palavras em negrito que são parte da sentença “Tinha que chegá em casa já tinha que **fazê devê** ficá em casa” (3:10) dita pelo informante A durante a conversa com a pesquisadora e denota o apagamento da variante nos verbos “fazer dever”.

Abaixo, segue outra representação da Fonologia Autossegmental exemplificando mais um apagamento da variante:

δ		δ		δ		δ	
/	\	/	\	/	\	/	\
O	R	O	R	O	R	O	R
	N		N		N		N C
x	x	x	x	x	x	x	x x
f	a	c	i	l	i	t	a
							O

Figura 6: Representação a partir da Fonologia Autossegmental assinalando o apagamento da variante em “facilitar” [φασιλιτωΟ] (pronúncia do Informante B/Florianópolis-SC)

Na representação supracitada tem-se o verbo destacado que integra a sentença “Eu levei a família porque (pausa) pra **facilitá**. Porque a minha senhora...” (7:04) que foi dita pelo

informante B durante a conversa com a pesquisadora e denota também o apagamento da variante no verbo “facilitar”.

A partir da transcrição dos dados, alcançou-se um total de 1118 ocorrências de róticos em posição de coda (medial e final de vocábulo). Desse total, 382 ocorrências são de fricativa glotal (34%), 14 de fricativa velar (1%), 195 da variante tepe (17%) e 527 de apagamento da variante (47%). Podemos observar os resultados gerais na tabela a seguir:

Tabela 1
Ocorrência de róticos em posição de coda (medial e final de sílaba)

POSIÇÃO	O	X	P	h	TOTAL
Final absoluto mar	93	2	9	7	111
%	84%	2%	8%	6%	
Final de sílaba interna porta	11	7	126	319	463
%	2%	2%	27%	69%	
Final de palavra seguida de consoante dançar forró	249	4	23	48	324
%	77%	1%	7%	15%	
Posição intervocálica: palavras diferentes fazer um bolo	174	1	37	8	220
%	79%	0%	17%	4%	
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	527	14	195	382	1118
Total (%)	47%	1%	17%	34%	

Notamos, a partir dos resultados gerais, que o apagamento da variante [O] (47%) é mais recorrente no presente estudo, seguido da fricativa glotal (34%) e do tepe (17%). Vale notar que, na posição final de sílaba interna, como em [ɥπ□ητ□], o percentual de apagamento da variante [O] é muito baixo em relação às outras posições, resultando em 2%, enquanto a fricativa glotal prevaleceu com 69%, comprovando assim, o que outros estudos, como o de Callou, Moraes e Leite (1996) já atestaram: que na posição de sílaba interna há pouca incidência de apagamento em contraposição com as demais posições. Entretanto nas demais posições (final absoluto, final de palavra seguida de consoante e intervocálica), como podemos constatar na tabela 1, o apagamento do rótico predomina com 84% na posição final absoluto; 77% em final de palavra seguida de consoante e 79% em posição intervocálica (palavras diferentes). Podemos ainda conferir esses resultados nas representações em (5), (6), (7) e (8):

- (5) dançar valsa > O (77%) (6) porta > [ɥπ□ητ□] (69%) (7) porta > [ɥπ□Pτ□] (27%) (8) mar > O (84%)

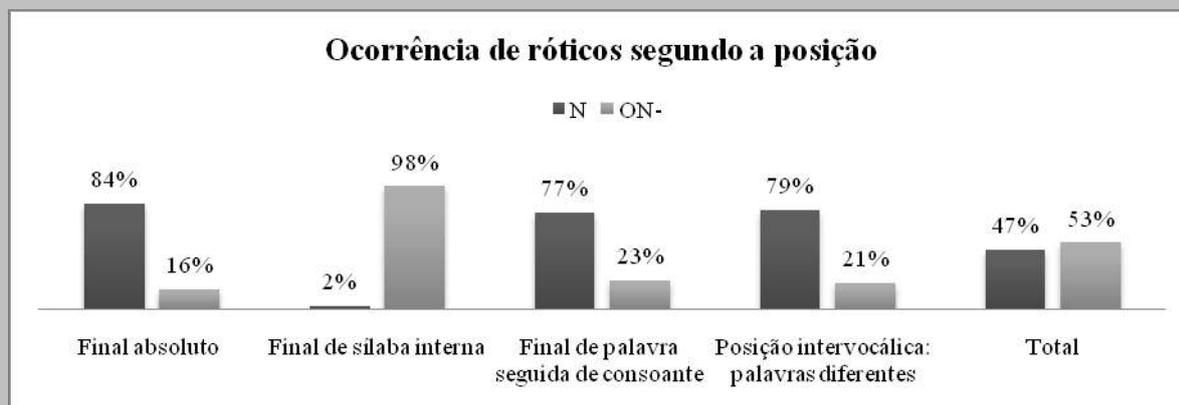
δ / \ O R / \ N C x x x d a n s a C v a w s a	δ δ / \ / \ O R O R / \ N C N x x x x x p □ η τ □	δ δ / \ / \ O R O R / \ N C N x x x x x p □ P τ □	δ / \ O R / \ N C x x x m t O
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

De posse desses resultados, pareceu-nos apropriado fazer também rodadas binárias, como na maioria das vezes se tem feito quando a análise em questão diz respeito ao /r/ em final de vocábulo, sobretudo quando seu apagamento se apresenta avançado, visto que essa ocorrência implica em um número restringido de outras variantes, ou de dados referentes a elas. Além do

mais, pelo fato de ocorrer uma pequena quantidade de dados de algumas das outras variantes os “KNOCKOUT” se evidenciaram. Decorremos, portanto, às rodadas binárias entre o zero fonético ou apagamento do rótico [O] e o não apagamento do rótico (demais variantes em estudo), fricativa glotal [h], tepe alveolar [P] e fricativa velar [X].

O gráfico a seguir, mostra a ocorrência das variantes de /r/ de acordo com a posição de coda (medial e final de vocábulo) contrastando entre o zero fonético ou apagamento da variante [O] e o não apagamento da variante [h], [P] e [X]. De maneira geral, 84% das ocorrências são de apagamento da variante contra 16% de não apagamento deste para a posição final absoluto de palavras. Em contrapartida na posição final de sílaba interna 2% representa o apagamento da variante contra 98% do seu preenchimento, como em [∪π□ητ□]. O total das ocorrências em percentuais corresponde a 47% para o apagamento da variante e a 53% para o seu preenchimento.

Figura 1



Supõe-se que é nos vocábulos cujos erres se mostram átonos em que ocorre menos a variável de apagamento [O]. Observamos na tabela 2, abaixo, que a suposição se confirma:

Tabela 2

Ocorrência de róticos quanto à tonicidade

TONICIDADE	O	X	P	h	TOTAL
Erre átono	12	4	89	224	329
%	4%	1%	27%	68%	
Erre tônico	515	10	106	158	789
%	65%	1%	13%	20%	
Total das ocorrências	527	14	195	382	1118
Total (%)	47%	1%	17%	34%	

Como se pode notar na tabela 2, em relação à tonicidade se verifica um favorecimento para o apagamento da variante [O] com 65% quando o erre é tônico contrastando com as demais variáveis. Todavia, nota-se ainda, que há predominância da fricativa glotal [ŋ] quando o erre é átono resultando em 68% contra 4% de apagamento. Esses resultados estão representados em (9) e (10).

(9) Erre átono [μ<αη<τEλ.ο] - (68%)

δ		δ		δ	
/	\	/	\	/	\
O	R	O	R	O	R
	/				
	N		N		N
x	x	x	x	x	x
m	a	η	τ	E	l
					o

(10) Erre tônico [φ<ε<λ.ε<O] - (65%)

δ		δ	
/	\	/	\
O	R	O	R
			/
	N		N
x	x	x	x
f	a	l	a
			O

Quanto ao número de sílabas, fizemos a seguinte distribuição: paroxítona, oxítona e proparoxítona, a fim de saber como se apresenta a incidência dos róticos em cada uma dessas.

Tabela 3
Ocorrência de róticos quanto ao número de sílabas

NÚMERO DE SÍLABAS	O	X	P	h	TOTAL
Paroxítona	6	5	84	205	300
%	2%	2%	28%	68%	
Oxítona	521	8	108	172	809
%	64%	1%	13%	21%	
Proparoxítona	0	1	3	5	9
%	0%	11%	33%	56%	
Total das ocorrências	527	14	195	382	1118
Total (%)	47%	1%	17%	34%	

Constata-se, com base nos percentuais acima (tabela 3), que as palavras paroxítonas e proparoxítonas tendem a desfavorecer a manutenção do apagamento da variante [O], enquanto que as palavras oxítonas a favorecem, fato que pode ser identificado na maior parte dos verbos: cantar, fazer, abrir, e outros. Monaretto (1997) ressalta que o apagamento em posição final é mais forte do que em posição medial, o que ratifica os resultados encontrados neste estudo e nos de Callou et al. No estudo de Votre (1978) lemos que já existiam manifestações do apagamento da variável erre em final de palavra durante o século XI nas peças de Gil Vicente e que é após o período do português arcaico que esse fenômeno de apagamento do erre em final de palavras se amplia para diferentes classes de palavras e estratos sociais, uma vez que antes era comum, principalmente nos infinitivos. Por isso, acredito que o percentual para as oxítonas tenha sido tão

relevante para a variável apagamento da variante [O], visto que não observou-se o grupo de fatores classe de palavras neste estudo. Ainda em relação ao número de sílabas a variável fricativa glotal [ɣ], bem como o tepe alveolar são mais recorrentes em palavras paroxítonas 68% e 28% respectivamente. Veja-se a representação relativa às palavras paroxítonas em (11).

(11) Paroxítona [h]: [καητ□] - (68%)

		δ		δ	
	/	\		/	\
O		R	O		R
	/	\			
	N	C		N	
x	x	x	x	x	
κ	a	η	τ	□	

Através do estudo da variável ponto de articulação da consoante seguinte pretendeu-se conferir se, e de que maneira, a posição da língua da consoante seguinte, interfere na realização do rótico. Partiu-se da hipótese de que quanto mais posterior for esse elemento mais há possibilidade de haver o apagamento da variante. Os fatores deste grupo são: bilabial, labiodental, alveolar, palato-alveolar, palatal, velar, uvular, glotal, vogal e final absoluto. Temos respectivamente 43% de apagamento do rótico [O] para as labiodentais e bilabiaais. As alveolares apresentam resultado elevado favorecendo a realização da fricativa glotal [η] com 66% e 34% para o rótico apagado [O]. Dentre as demais é em final absoluto de palavra e vogal que se verifica favorecimento do apagamento. As palatais localizam-se numa faixa próxima da neutralidade tal quais as glotais.

O modo de articulação da consoante seguinte foi estabelecido como um grupo de fatores, pois avaliávamos que o que iria interferir na realização das variantes de róticos seria, principalmente, o ponto de articulação. Contudo, durante a manipulação dos dados, conferimos que o modo de articulação de algumas consoantes parecia apresentar-se sistematizável e que o apagamento da variável rótico estava correlacionado a essa mudança de articulação. São fatores deste grupo: oclusiva/plosiva, fricativa, nasal, vibrante, batida, lateral, vogal e final absoluto.

Dentre as consoantes, os resultados apontam as oclusivas como favorecedora para a aplicação da regra de apagamento com 30% das 143 ocorrências, porém favorecedora, também, para a produção da variante fricativa glotal [η] com 49% das 235 ocorrências. Em relação à lateral e à vibrante, estas deram “KNOCKOUT” por apresentarem poucas ocorrências (por isso os percentuais delas foram tão díspares, favorecendo o apagamento da variante). Já as nasais apresentam resultados que as deixam com os mesmos percentuais tanto para a aplicação da regra de apagamento da variante [O] como para a aplicação da fricativa glotal [η] resultando em 41%, ou ainda, 71 ocorrências cada uma. E a vogal e final absoluto tendem para a aplicação da regra de apagamento da variante com percentuais elevados de 79% (171 ocorrências) e 83% (94

ocorrências) respectivamente. As fricativas tendem a aplicação da variante fricativa glotal [ŋ] com 52% (58 ocorrências).

Os resultados, de maneira geral, mostram um favorecimento da aplicação da regra de apagamento da variante [O] em todos os grupos. Todavia, após realizarmos as rodadas binárias os resultados, de certa forma, alteraram-se. Nas rodadas binárias compreendemos as variantes como apagada [O] e não-apagada, ou seja, preenchida pelas variantes que apareceram neste estudo: /ŋ/, /X/ e /P/.

Tabela 4
Ocorrência de róticos de acordo com modo de articulação da consoante seguinte

MODO DE ARTICULAÇÃO	O	Não- O	TOTAL
Final absoluto	94	19	113
%	83%	17%	
Vogal	171	46	217
%	79%	21%	
Oclusiva/plosiva	143	341	484
%	30%	70%	
Nasal	71	103	174
%	41%	59%	
Fricativa	33	79	112
%	29%	71%	
Lateral	13	3	16
%	81%	19%	
Vibrante	2	0	2
%	100%	0%	KNOCKOUT
Total das ocorrências	527	591	1118
Total (%)	47%	53%	

Assim, a partir da tabela 4, notamos que, embora os resultados gerais mostrem-se altos para um não-O nas consoantes (desconsiderando o final absoluto e a vogal), as oclusivas, nasais e laterais mostraram-se altas para a aplicação da regra de apagamento com 30%, 41% e 81%, respectivamente, enquanto o percentual maior nas variantes não-O corresponde a 71% no modo de articulação das fricativas.

Esses resultados, em uma análise mais geral, parecem apontar o traço não-contínuo como não inibidor do apagamento. As consoantes contínuas (fricativas), exceto as laterais e as africadas que não foram levantadas neste estudo,⁹ tendem a inibir o apagamento e as não-contínuas (oclusivas e nasais) apontam o favorecimento da regra.

⁹ Valeria a pena investigar o que houve nesse caso, porém nesse estudo não pretendemos nos estender.

A conservação em frente às contínuas, e, de maneira especial perante as fricativas pode ser decorrência de algum esforço do falante, com a finalidade de traduzir que ali há dois fonemas distintos, apesar de ambos serem contínuos e partilharem do mesmo modo de articulação:

Fala de informante **D**:

*Ali na Beira-mar sul né?
Pra ver se eu queria
devia ter feito uma administração*

No que toca ao apagamento diante das não-contínuas, uma possível implicação é o fato de haver fonemas em cuja articulação existe diferença em relação à passagem da corrente de ar, o que demandará do falante passar de uma realização contínua à outra.

Fala de informante **C**:

*naquele tempo era melhor porque meu pai tinha rede, compreende?
Daqueles balaio para trazer peixe
Eu fui andar com cinco anos*

É comum se estudar os fones de um dado enunciado para conferir se exercem influência uns sobre os outros. Avaliamos a vogal anterior que se situa à esquerda, especialmente pelo fato de ser uma vogal, ou seja, um elemento que oferece significativa sonoridade. Considera-se para este grupo de fatores denominado vogal anterior a altura e recuo da língua, assim como o grau de abertura da boca, desta forma, analisa-se este grupo verificando-se a articulação das sete vogais: /α/, /ε/, /E/, /ɛ/, /o/, /□/ e /u/. Os fatores analisados para este grupo foram: alta anterior, alta posterior, média anterior fechada, média anterior aberta, média posterior fechada, média posterior aberta, central baixa.

Tabela 5
Ocorrência de róticos de acordo com a vogal anterior

VOGAL ANTERIOR	O	X	P	h	TOTAL
/α/	249	2	37	93	381
%	65%	1%	10%	24%	
/E/	29	3	5	39	76
%	38%	4%	7%	51%	
/ε/	162	4	38	79	283
%	57%	1%	13%	28%	
/ɛ/	50	2	5	27	84
%	60%	2%	6%	32%	
/□/	5	2	9	15	31
%	16%	6%	29%	48%	
/o/	32	1	95	102	230
%	14%	0%	41%	44%	
/u/	0	0	6	27	33

%	0%	0%	18%	82%	KNOCKOUT
Total das ocorrências	527	14	195	382	1118
Total (%)	47%	1%	17%	34%	

Como podemos notar na tabela 5, as vogais precedentes que mais propiciaram o apagamento da variante [O] foram as vogais: vogal central baixa /α/ com 65% das ocorrências, a vogal média anterior fechada /ε/ com 57% e a vogal alta anterior /i/ com 60%. Para a variante fricativa glotal [h], a vogal média anterior aberta /i:/ com 51% e a vogal média posterior aberta /ɨ/ com 48% das ocorrências e para o tepe alveolar [P] a incidência mais alta foi para a vogal média posterior fechada /o/ totalizando em 41%. A realização fonética decorrente da aplicação dessa variável específica na posição de coda está representada em (12), (13) e (14).

(12) vogal anterior [a]: [σɛ⊃κ(αO)] (13) vogal anterior [o]: [σ(α⊃β)oP] (14) vogal anterior [E]: [⊃πEητυ]

δ		δ	
/	\	/	\
O	R	O	R
	N		N C
x	x	x	x
σ	ε	κ	a O

δ		δ	
/	\	/	\
O	R	O	R
	N		N C
x	x	x	x
σ	α	β	o P

δ		δ	
/	\	/	\
O	R	O	R
	N C		N
x	x	x	x
π	E	η	τ υ

As variáveis sociais estudadas neste trabalho foram: grau de escolaridade e faixa etária, uma vez que todos os informantes são do sexo masculino não pudemos observar a variável social sexo.

O grupo de fatores grau de escolaridade mostrou a mesma aplicação da regra de apagamento da variante [O] para os informantes que apresentavam instrução primária e superior (47%), o que já aponta para um uso mais freqüente dessa regra em Florianópolis. Não houve nenhuma diferença de desempenho entre os informantes das séries iniciais e do ensino superior quanto a essa regra. Esse resultado não confirma o que alguns estudos atestam sobre o período escolar. Talvez, uma hipótese é a de que a escola incentivaria o uso dessas variantes, por serem mais prestigiadas. Assim, quanto mais tempo o falante freqüentar a escola, mais conservará a variável preenchida, pois reconhecerá a presença desse elemento fônico ao final de vocábulo. A partir da análise desta pesquisa, observamos que em Florianópolis, talvez essa regra de apagamento não seja mais tão estigmatizada entre os homens, mas precisaria ser realizada uma nova pesquisa com um número maior de informantes. Podemos conferir esse dado na tabela 6:

Tabela 6

Ocorrência de róticos quanto ao grau de escolaridade

NÚMERO DE SÍLABAS	O	X	P	h	TOTAL
séries iniciais (primário) = i	194	9	68	142	413
%	47%	2%	16%	34%	
Ensino Superior = s	333	5	127	240	705
%	47%	1%	18%	34%	
Total das ocorrências	527	14	195	382	1118
Total (%)	47%	1%	17%	34%	

Em relação às outras variáveis, podemos verificar que, igualmente, se assemelham. A realização da fricativa glotal [ŋ] tem o mesmo percentual (34%) para os informantes das séries iniciais e do ensino superior. Só há uma variação no que tange ao tepe alveolar [P] resultando em 16% para os informantes das séries iniciais contra 18% para os informantes do ensino superior. Em nossos resultados, constata-se mesmo índice de apagamento da variante entre os menos escolarizados e mais escolarizados na cidade de Florianópolis, contrariando resultados de estudos do sudeste e também do sul do país.

A hipótese com relação à faixa etária ia ao sentido de que, quanto mais idade tivesse o falante, menos incidência do apagamento da variante apareceria, por julgar que os mais idosos optariam por variantes que assinalam a manutenção. Vejamos na Tabela 7:

Tabela 7

Ocorrência de róticos de acordo com a faixa etária

FAIXA ETÁRIA	O	X	P	h	TOTAL
15 - 40	226	5	12	162	405
%	56%	1%	3%	40%	
41 - 70	194	9	68	142	413
%	47%	2%	16%	34%	
Acima de 70	197	0	115	78	300
%	36%	0%	38%	26%	
Total das ocorrências	527	14	195	382	1118
Total (%)	47%	1%	17%	34%	

O percentual verificado para os mais jovens vai de encontro aos resultados que se acreditava, pois se esperava que os mais jovens, compreendidos entre 15 e 40 anos, aplicassem mais a regra de apagamento da variante [O] já que neste período os falantes desta faixa etária escutam diversos estilos de músicas, dentre essas as populares, assistem aos programas televisivos cuja linguagem, geralmente, é mais informal, ou ainda freqüentam locais onde, em regra, empregam-se formas mais inovadoras. Além disso, acredita-se também que os mais jovens

são mais sensíveis às transformações de maneira geral. Seguindo a tabela, têm-se a faixa etária compreendida entre 41 e 70 anos de idade e acima de 70% anos de idade. Todas as faixas etárias comprovam a hipótese levantada, à medida que os mais jovens aplicam a regra de apagamento da variante [O], os mais velhos seguem a manutenção das formas. Para as demais formas, notamos que, de modo geral, a fricativa glotal [ɣ] é a mais recorrente entre os falantes da cidade de Florianópolis, entretanto observamos ainda, que o tepe alveolar [P] é a variável mais freqüente na fala dos informantes acima de 70 anos. Conseqüentemente, na linha de Furlan (1989) entende-se que, em termos diatópico¹⁰, quanto mais preservada a cultura açoriana na localidade, maiores são as chances de suceder a variante tepe em detrimento das fricativas, visto que a variante tepe é a variante típica do português europeu.

6 Considerações finais

As variantes dos róticos em posição de coda (contexto final e medial de palavra) encontradas nos dados foram: o tepe alveolar [P], a fricativa velar [X], a fricativa glotal [h] e o zero fonético ou apagamento [O], que se constitui a variante mais produtiva dentre os dados, correspondendo a 47% dos dados analisados em relação às demais.

Ressaltamos que após realizarmos análise de outros estudos referente aos róticos e escutarmos alguns informantes, verificamos algumas tendências no falar do “manezês” que os aproximam de outros falares do país, como: o apagamento em posição final é mais forte do que em posição medial, o que corrobora os resultados encontrados por CALLOU, MORAES E LEITE (1996) e MONARETTO (1997, 2002). Dentre os fatores lingüísticos, no que diz respeito a posição final de sílaba interna, o percentual de apagamento do rótico [ø] é muito baixo em relação às outras posições, resultando em 2%, enquanto a fricativa glotal prevaleceu com 69%. Entretanto nas demais posições, como podemos constatar, o apagamento do rótico predomina com 84% na posição final absoluto; 77% em final de palavra seguida de consoante e 79% em posição intervocálica (palavras diferentes). Em relação à tonicidade, nota-se que há predominância da fricativa glotal [h] na fala dos florianopolitanos quando o erre é átono resultando em 68% contra 4% de apagamento, porém quando este é tônico há um favorecimento para a variável apagamento. Constata-se, ainda, que quanto ao número de sílabas as palavras

¹⁰ A variação lingüística geográfica ou diatópica, conforme Ilari & Basso (2006, p. 157), é compreendida pelas diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em diferentes países.

paroxítonas e proparoxítonas tendem a desfavorecer a manutenção da variável apagamento [ø], enquanto que as palavras oxítonas a favorecem. Acredito que o percentual para as oxítonas tenha sido tão relevante para a variável apagamento [ø], uma vez que não se observou o grupo de fatores classe de palavras. Ainda em relação ao número de sílabas, a variável fricativa glotal [h], bem como o tepe alveolar [P] são mais recorrentes em palavras paroxítonas 68% e 28% respectivamente. Através do estudo da variável ponto de articulação da consoante seguinte obteve-se, respectivamente, 43% de apagamento do rótico [ø] para as labiodentais e bilabiais. As alveolares apresentaram resultado elevado favorecendo a realização da fricativa glotal [h] com 66% e 34% para o rótico apagado [ø]. Dentre as demais é em final absoluto de palavra e vogal que se verifica favorecimento do apagamento. As palatais localizam-se numa faixa próxima da neutralidade tal quais as glotais. O modo de articulação da consoante seguinte foi estabelecido também em rodadas binárias, onde compreendemos as variantes como apagada [ø] e não-apagada: /h/, /X/ e /P/. Assim, notamos que, embora os resultados gerais mostraram-se altos para um não-ø nas consoantes (desconsiderando o final absoluto e a vogal), as oclusivas, nasais e laterais mostraram-se altas para a aplicação da regra de apagamento com 30%, 41% e 81%, respectivamente, enquanto o percentual maior nas variantes não-ø corresponde a 71% no modo de articulação das fricativas. Já em relação à variável vogal anterior, as que mais propiciaram o apagamento do rótico [ø] foram: a vogal central baixa /a/ com 65% das ocorrências, a vogal média anterior fechada /e/ com 57% e a vogal alta anterior /i/ com 60%. Para a manutenção da variante fricativa glotal [h], a vogal média anterior aberta /i:/ (51%) e a vogal média posterior aberta /ɨ/ (48%) e para a manutenção do tepe alveolar [o] a incidência mais alta foi para a vogal média posterior fechada /o/ totalizando em 41%.

No que tange os fatores sociais, o grau de escolaridade não confirma o que alguns estudos atestam sobre o período escolar, pois mostrou a mesma aplicação da regra de apagamento [ø] para os informantes que apresentavam instrução primária e superior (47%), o que já aponta para um uso mais freqüente dessa regra em Florianópolis. A partir da análise deste, observamos que em Florianópolis, talvez essa regra de apagamento não seja mais tão estigmatizada entre os homens. A hipótese com relação à faixa etária ia ao sentido de que, quanto mais idade tivesse o falante, menos incidência da variável apagamento apareceria, por julgar que os mais idosos optariam por variantes que assinalassem a manutenção. Desse modo, as faixas etárias analisadas comprovam a hipótese levantada, à medida que os mais jovens aplicam a regra de apagamento

[ø], os mais velhos seguem a manutenção das formas. Para as demais formas, notamos que, de modo geral, a fricativa glotal [h] é a mais recorrente entre os falantes da cidade de Florianópolis, entretanto observamos ainda, que o tepe alveolar [ʎ] é a variável mais freqüente na fala dos informantes acima de 70 anos, o que ratifica, em termos diatópico, Furlan (1989).

Enfim, acreditamos estar vivenciando um processo de mudança também na fala florianopolitana (do /r/ anterior para posterior), como também outros autores (cf. Callou et al., 1996; Monaretto, 2002) assinalam para o PB, visto que os resultados gerais desta pesquisa apresentam 35% de uso das fricativas (glotal e velar) e 17% de uso do tepe. E ainda destaca-se o alto percentual (47%) de uso do apagamento da variante [O].

7 Referências Bibliográficas

- BISOL, Leda. *Introdução a estudos de fonologia do português*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRZS, 1996.
- CALLOU, D. & LEITE, Y. **Iniciação à Fonética e Fonologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CALLOU, Dinah Maria Isensée et al. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. (org.). **Gramática do português falado**. v. VI, 465-493. Campinas, UNICAMP, 1996.
- _____; MORAES, J.; LEITE, Y. **Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real**. D.E.L.T.A., v. 14, n. esp., p. 61-72, 1998.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CLEMENTS George N.; HUME, Elizabeth V. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, John [org.] **The handbook of phonological theory**. Oxford: Blackwell. 1995, p. 245-306.
- DA HORA, Dermeval; COLLISCHONN, Gisela. **Teoria Lingüística: fonologia e outros temas**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003, p. 181-199.
- HERNANDORENA, Carmen Lúcia Matzenauer. In: BISOL, Leda. **Introdução a estudos de fonologia do português**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRZS, 1996, p. 09-93.
- ILARI, Rodolfo e BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

- KENT, Ray; READ, Charles. *The Acoustic Analysis of Speech*. San Diego: Singular Publishing Group Inc., 1992, p. 121.
- LABOV, William. **The social stratification of English in New York City**. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.
- LADEFOGED, Peter. & MADDIESON, Ian. **The sounds of the world's languages**. Cambridge: Blackwell, 1996, p. 46-245.
- MIRA MATEUS, Maria Helena & RODRIGUES, Celeste. *In: DA HORA, Dermeval; COLLISCHONN, Gisela. Teoria Lingüística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003, p. 181-199.
- MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira; QUEDNAU, Laura Rosane & DA HORA, Dermeval. *In: BISOL, Leda. Introdução a estudos de fonologia do português*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRZS, 1996, p. 205-246.
- MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. **Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica**. Porto Alegre, 1997. Tese (Doutorado em Letras). PUC/RS.
- _____. **O apagamento da vibrante pós-vocálica nas capitais do Sul do Brasil**. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 275-284, mar. 2000.
- _____. A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre. *In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (org). Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2002. p. 253-268.
- MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. A influência da etnia na vibrante catarinense. *In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFSC, 8. Anais do VIII Seminário de Iniciação Científica da UFSC: caderno de resumos*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1998. p. 330.
- SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e Fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. São Paulo: Contexto, 1999.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 7ª edição. São Paulo: Ática, 2004.
- VOTRE, Sebastião Josué. **Aspectos da variação fonológica na fala do Rio de Janeiro**. 1978. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1978.
- WIKIPEDIA, Manezês. Disponível em <http://www.wikipedia.org/>. Acesso em 07 de dezembro de 2007 às 17h.

A ATUALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO MITO DO SEMI-DEUS NA PUBLICIDADE DE CALÇADOS ESPORTIVOS NO BRASIL

Márcio Coelho¹

coelho-marcio@uol.com.br

RESUMO: Aplicando-se a teoria semiótica do texto de origem francesa, este artigo pretende identificar e analisar os mitos que estão presentes na publicidade contemporânea, demonstrando como a linguagem discursiva tanto reflete esses mitos quanto os atualiza e utiliza para seus fins comunicacionais. Sendo a área de calçados esportivos uma das que vem recebendo significativos investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias a partir da última década do século XX, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva nas duas revistas de interesse geral com maior circulação no Brasil, a fim de verificar os principais mitos presentes na publicidade.

Palavras chave: Semiótica, Publicidade; Mitos; Pós-Modernidade

ABSTRACT: *By applying the French text semiotic theory, this article aims at identifying and analyzing the myths found in advertising, showing how discursive language both reflects, updates and use these myths for its communicational ends. Given that the sports shoes market is one of the segments which have received significant investments in the development of new technologies since the last decade of the XX century, an exploratory and descriptive research was carried out by the two most popular newsmagazines in Brazil in order to verify the main myths found in advertisement.*

Keywords: *Semiotics; Advertising; Myths; Post-modernism;*

Objetivo

O presente artigo faz parte de uma investigação científica que procura demonstrar como os mitos elaborados na antiguidade permanecem vivos e atualizados na sociedade pós-moderna a partir de seu reflexo nos discursos midiáticos publicitários de calçados esportivos.

Metodologia

Foram selecionadas todas as propagandas de calçados esportivos, incluindo os esportes chamados de aventura ou *outdoors*, mas deixando de lado aqueles calçados que, ainda que seu

¹ Doutorando em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie¹, Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professor da Escola de Negócios e Direito da Universidade Anhembi-Morumbi

estilo e design seja semelhante ao do tênis, não destinam-se à prática esportiva. Mesmo sendo comumente chamados de sapatênis, seu uso destina-se apenas à combinação de vestuário.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O crescimento do mercado de calçados esportivos

O mercado de calçados esportivos, como vários outros, tem passado por um grande crescimento em termos de investimento e desenvolvimento de novas tecnologias nas últimas décadas.

Segundo o site *Stratégia (O MERCADO, 2001)* na década de 90 as vendas de calçados esportivos duplicaram nos Estados Unidos e a receita das empresas triplicou no mesmo período. No início dos anos 2000, a comunicação das novas tecnologias inseridas nos calçados esportivos já era uma forma de chamar a atenção do público consumidor para o seu produto, recheado de inovações tecnológicas como câmaras de ar infláveis, espumas, gel, fibras de carbono e até mesmo sistemas de catapultas. Em março de 2004, a Azaléia, fabricante brasileira da marca Olympikus, lançou o modelo Tube, fruto de um investimento de dois anos de trabalho e 2 milhões de dólares para produzir um sistema de amortecimento inspirado em edificações antiterremoto (PADUAN 2005). Outros exemplos da multiplicidade de tecnologias que passaram a fazer parte dos modelos de calçados esportivos estão no Air Cushioning desenvolvido pela Nike, a tecnologia Pump da Reebok, o sistema Propulsion Plate da Brooks, o sistema Catapult Power Feedback da L.A. Gear, o sistema Gel da Asics, o Power Pak da Mizuno, e o sistema Torsion da Adidas (O MERCADO, 2001).

Dessa forma, a publicidade de calçados esportivos continua sendo uma ferramenta importante no convencimento do público-alvo das marcas de calçados, comunicando a qualidade e os valores inseridos em seus produtos.

Em nosso trabalho, verificamos que a principal figura utilizada pelas marcas anunciantes no ano de 2007 nas duas maiores revistas de circulação no Brasil foi o mito do Semi-Deus.

1.2 O Semi – Deus ou o Herói na Mitologia

As histórias míticas são povoadas por divindades, heróis (filhos de deusas ou deuses com mortais), semideuses, faunos, sátiros² e uma infinidade de entidades mitológicas cujas lendas explicavam todos os fenômenos da natureza (OLIVEIRA 2006:25). Os deuses, que segundo a Grécia antiga, habitavam um lugar chamado Panteão, possuíam poderes e habilidades sobrenaturais que tanto causavam admiração e despertavam temor nos humanos, quanto os habilitava a desempenhar funções e tarefas consideradas extraordinárias.

Nas histórias e cânticos, os deuses da antiga Grécia são descritos como quase humanos em aparência, porém imunes ao tempo e praticamente imunes às doenças e feridas. São também capazes de se tornarem invisíveis, de viajarem grandes distâncias quase que instantaneamente. Suas características físicas são diferentes para cada um dos deuses que possuem sua própria forma, genealogia, interesses, personalidade e sua própria especialidade.(OLIVEIRA 2006: 26)

Além dos deuses, a figura do semi-deus também é parte da mitologia grega, geralmente filhos dos deuses com parceiros mortais que se destacavam por serem mais fortes que os humanos normais. Muitos desses semi-deuses gregos são também os heróis das lendas e histórias míticas. Segundo Dowden (1994:182), os heróis são uma classe, dentro da hierarquia panteônica grega, que se posiciona em um nível intermediário entre os homens e os deuses, ficando, portanto, acima da humanidade mas um pouco menor do que a divindade. São homens que foram investidos de características divinas e, por isso, passam a ter um desempenho superior em relação aos seus pares, adquirindo a capacidade de enfrentar feras, lutar contra monstros e realizar tarefas impossíveis aos simples mortais. Hércules, por exemplo, um dos heróis mais conhecidos da mitologia grega, ao realizar um dos seus doze trabalhos, teve que ir até um lugar conhecido como “fim do mundo”, ao qual nem mesmo o viajante mais ousado e destemido poderia alcançar e do qual jamais voltaria com vida. Em seu caso, porém, Hércules não somente travou batalhas no fim do mundo como voltou vitorioso de lá. Mais tarde, o próprio Hércules, de modo incomum, conquistaria a imortalidade vindo a ser o único homem a tornar-se um deus. (DOWDEN 1994:183)

² Semideus pagão, com pés e pernas de bode para ajudar e outorgar dádivas inesquecíveis a seus irmãos.

Esse é um dos motivos pelos quais o semi-deus, ou o herói, mais do que os deuses em si, causam tanta admiração e identificação com o homem comum, pois o seu aspecto humano permite que o leitor de uma história ou, em nosso caso, de uma publicidade, identifique-se com a pessoa do herói, mas suas habilidades extraordinárias e sobrenaturais, por outro lado, provocam admiração e inspiram nos seres humanos o desejo de serem iguais a ele.

2 A figura do semi-deus na publicidade

O desejo do ser humano por se assemelhar ao sobrenatural é encontrado desde as sociedades mais antigas e primitivas. O sobrenatural sempre fez parte da concepção de mundo do homem, bem como o seu desejo de apropriar-se de valores e atributos divinos. Os anúncios publicitários remetem o imaginário coletivo à uma esfera mítica em que estão presentes virtudes e capacidades sobrenaturais que lhe são conferidas pelos produtos anunciados.

Nos discursos analisados de calçados esportivos o tema do semi-deus, (ou do herói de acordo com a mitologia grega), apareceu em 9 dos 11 anúncios veiculados, constituindo-se a principal figura utilizada pelas marcas de tênis em seus discursos publicitários.

Para despertar no seu público-alvo esse desejo de adquirir poderes sobrenaturais a partir da aquisição de um produto (nesse caso o calçado esportivo), o apelo publicitário utiliza-se, mais especificamente, da referência à tecnologia que está sendo utilizada para diferenciar o tênis em relação às demais marcas e produtos concorrentes. É ela, a tecnologia, que pode oferecer ao homem a possibilidade de ultrapassar obstáculos intransponíveis de fazer coisas inesperadas e surpreendentes, ou simplesmente de existir.

É nessa esfera mítica que o homem realiza o seu desejo de auto-preservação, de superação dos obstáculos e dificuldades próprias e alcança a vitória contra inimigos que se lhe apresentam invencíveis. Essa vida com atributos sobrenaturais concedidos pela divindade é uma vida que consegue romper as barreiras do ordinário, do comum e do mundo do possível, entrando pelas portas da eternidade e do extraordinário.

O primeiro grupo é o grupo no qual é a imagem do semi-deus que possui características extraordinárias e consegue vencer e superar quaisquer obstáculos;

No segundo grupo, a mensagem publicitária apresenta um mundo em que as limitações espaciais são ultrapassadas sem dificuldade;

E, finalmente, no terceiro grupo, o extraordinário aparece na descoberta de uma vida com sentido e significado, através do resgate da identidade própria do homem.

2.1 O Semi – Deus no mundo da eternidade

Assim como o semi-deus da mitologia antiga possuía poderes extraordinários que permitiam a ele um desempenho além das limitações próprias do ser humano, a publicidade contemporânea aproveita-se dessa imagem para apresentar seus produtos como meios de conceder ao seu cliente-alvo a possibilidade de correr sem limite de cansaço, ter uma performance que desafia as próprias leis naturais e ainda possuir em suas próprias mãos o poder divino de criar.



Essas figuras aparecem no anúncio nº 01 do Mizuno Creation 8 infinity wave, (Figuras 1 e 2), anúncio nº 04 do tênis Nike Tiempo Ronaldinho (Figura 3) e no nº 09 do Olympikus Tube (Figuras 4, 5,6 e 7).

O anúncio nº 01 do Mizuno Creation 8 foi publicado na Revista Veja edições nº 2003 de 11 abril, nº 2014 de 27 de junho e 2024 de 05 de setembro, e na Revista Época edições 471 de 28 de maio e 474 de 18 de junho, todas no ano de 2007.

O enunciado apresenta o seguinte discurso:

Mizuno Creation 8 (com tecnologia infinity wave)

“Run Forever.”

O anúncio foi veiculado em duas versões diferentes que podem ser verificadas nas Figura 01 e 02, mudando entre elas apenas a imagem do discurso, mas mantendo o mesmo padrão enunciativo, tanto no discurso verbal quanto no visual, por isso serão analisados juntamente.

Nesse anúncio, a eternidade é representada tanto pela figura matemática do “∞” (símbolo para o infinito) quanto pelo enunciado do discurso: “Com tecnologia Infinity Wave. Run

Forever”. A mensagem convida o destinatário do discurso a correr sempre forever”) e apresenta visualmente uma infinita em forma de ∞ . Além disso, o pela eternidade é reforçado pelo nome da tecnologia utilizada no tênis: “infinity ou “onda infinita”.

Nessa “pista sem fim”, o corredor praticar sua atividade física sem preocupar-se com detalhes como condições adequadas de terreno, ou tempo de resistência limite do seu corpo. Ele simplesmente corre sem parar e desfruta do prazer de praticar essa atividade.

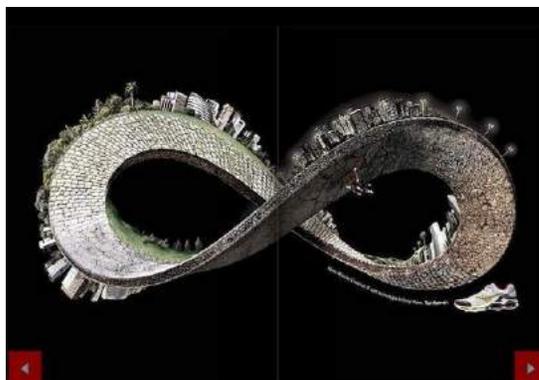
Assim, a possibilidade de correr sempre (“run forever”), torna-se possível pelos atributos de semi-deus que o discurso oferece ao destinatário, conferindo-lhe a habilidade e o poder de correr sem limitação, por diversos tipos de terreno, numa corrida sem fim, onde não há começo nem término.

O anúncio nº 04 do tênis Nike Tiempo Ronaldinho (Figura 3) foi veiculado na Revista Veja, edição nº 1998 de 07 de março de 2007 e possui o seguinte enunciado:

“Espere o inesperado”

“Como fazer uma chuteira para que, com um simples toque, desafia a a física e os 11 jogadores do time adversário? É preciso entender todos os desejos e seguir a risca suas especificações. resultado é a combinação perfeita de um extremamente macio com uma ampla área contato com a bola. E outro detalhe importante são suas travas com textura, que facilitam o controle de bola no melhor estilo futsal. Bem-vindo à NIKE TIEMPO RONALDINHO.

Experimente o inesperado no NIKEFUTEBOL.com”



(“run
estrada
apelo
wave”

pode



Figura 3 - Anúncio 04 - Nike Tiempo Ronaldinho

alguém
lógica,

seus

O

couro

de

Esse anúncio evoca as características super-humanas, míticas, de um jogador de futebol capaz de, com um único toque na bola, desafiar tanto as leis da física quanto as leis do mundo cognitivo, a lógica. Ao sugerir que o destinatário espere o inesperado, o anúncio do Nike Tiempo Ronaldinho convida-o a transpor-se para uma dimensão superior, além das limitações humanas impostas pelas leis da física e da lógica que o impedem, exemplo, de superar sozinho onze adversários.

Para reforçar o apelo pela busca da eternidade e extraordinário, o discurso visual utiliza a imagem de chuteira centralizada, em close e em primeiro plano, em fundo escuro, recebendo um fecho de luz. Essa luz do céu está como que unguindo o produto “escolhido” divindade para receber características tão extraordinárias que possam conferir ao seu usuário a possibilidade de praticar o inesperado.



Figura 4 - Anúncio 09 - Olympikus Tube - versão 1

por
do
uma
um
vinda
pela

O terceiro exemplo de discurso nessa categoria do semi-deus no mundo do extraordinário é a série de anúncios do Olympikus Tube, considerada nesse trabalho como nº 09, cujo enunciado é: “Tube. Explosão de tecnologia”.

Essa série de anúncios foi veiculada durante o ano de 2007, aproveitando a ocasião dos Jogos Panamericanos do Rio (Rio-2007). As quatro imagens analisadas foram inserções publicitárias da revista Época, edições 463 de 02 de abril, 464 de 09 de abril, anúncio repetido na edição 468 de 7 de maio, 465 de 16 de abril, 466 de 23 de abril e 470 de 21 de maio, todas anteriores ao início dos jogos.

Todos eles são do mesmo tênis, Olympikus Tube, têm o mesmo formato, mudando-se apenas as versões do tênis, e um único slogan: “Tube. Explosão de tecnologia.”

Neste anúncio, tanto a forma verbal quanto a visual remetem o imaginário do destinatário ao início da criação do cosmos, da origem da vida e do universo, quando, segundo a teoria conhecida como Big Bang, uma massa de matéria densa e quente foi submetida a uma extrema

pressão ocasionando uma explosão. A partir dessa explosão de matéria original é que teria sido criado o universo há mais de 13 bilhões de anos.

Assim, é feita uma analogia entre a divindade que teria criado o universo através do Big Bang, e a tecnologia pela qual a criação do tênis foi feita do mais perfeito e harmonioso modo possível.

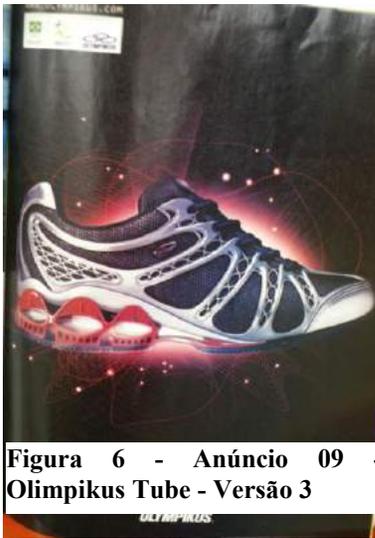


Figura 6 - Anúncio 09 - Olimpikus Tube - Versão 3

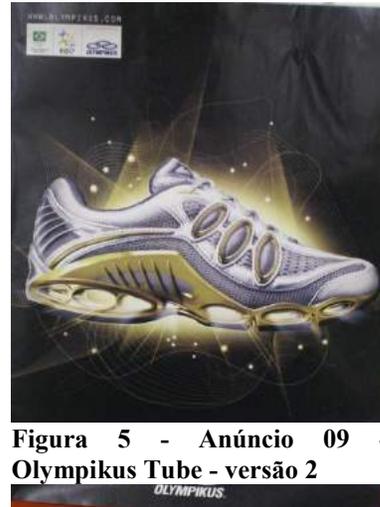


Figura 5 - Anúncio 09 - Olimpikus Tube - versão 2

Se a harmonia das leis da física existente no universo teve origem a partir de uma explosão cósmica, o Olimpikus Tube, da mesma forma, chegou ao universo do esporte e do consumo a partir de uma explosão de tecnologia que produziu um tênis surpreendente e acima de qualquer comparação. Como o cosmos desperta respeitosa admiração no ser humano, o Olimpikus Tube veio para ser o tênis mais admirado e desejado

do mercado.

Em cada uma das quatro versões do anúncio da campanha, aparecem pontos brancos se desprendendo das linhas curvas que envolvem o tênis, reforçando a idéia da explosão que acaba de acontecer e da qual se origina o tênis que está em primeiro plano. O efeito alcançado pela nuvem branca redor do centro do produto é o de uma “poeira cósmica”, onde teria se originado o universo e também o produto anunciado.

Observa-se ainda que o discurso verbal é sucinto composto de duas frases apenas: “Tube. Explosão de tecnologia”. Esse modo direto e objetivo pressupõe o absoluto da marca Olimpikus, pois, nessa construção



que
criação
modo

ao
de

e direto
caráter

enunciativa não existe a possibilidade, e nem a necessidade, de discorrer sobre o produto ou sobre a tecnologia que está sendo utilizada nele. O tênis Olympikus Tube dispensa maiores explicações ou apresentações. Ele existe, é fruto de uma explosão tecnológica criadora e isso é tudo. O Tube único, assim como a divindade dos cristãos: Deus supremo e monoteísta, acima de qualquer comparação com outras divindades.

O fundo preto utilizado no texto discursivo reforça o discurso verbal, remetendo-nos à grandiosidade do Universo Sideral, e colocando o destinatário como o fruidor de uma tecnologia tão grandiosa que nenhum mortal possui.

Assim, a marca de tênis leva seu destinatário a crer que pode obter um do poder criador divino ao usar um tênis uma explosão de tecnologia.

2.2 O Semi-deus vencendo as limitações de espaço

O tema do extraordinário pode ser observado também em outra categoria de anúncios: Aquela em que o discurso oferece ao destinatário a possibilidade de tornar-se superior em relação aos demais seres humanos vencendo as limitações espaciais.

Nessa categoria, são encontrados três anúncios: o anúncio nº 03 da Adidas Adistar Control, o anúncio nº 05 do Adidas Mega Bounce + e o anúncio nº 06 do Nike Air – Structure Triax.

A eternidade ou a criação cósmica presentes no primeiro grupo de anúncios não aparecem nesse segundo grupo de modo claro, mas o fazem de uma forma indireta. O que se evidencia agora é o ideal de uma vida humana acima dos limites existentes. Nesse caso, o limite a ser ultrapassado e vencido é a limitação espacial.

Essa segunda categoria de anúncios irá oferecer ao cliente alvo do discurso publicitário a possibilidade de livrar-se dessa limitação, o lhe conferir características de um semi-deus, como veremos a

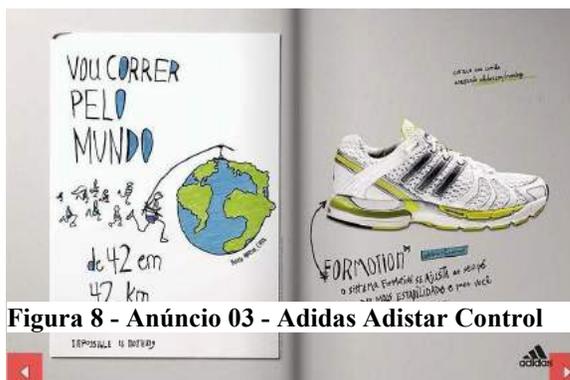


Figura 8 - Anúncio 03 - Adidas Adistar Control

pouco
que é

Figura 7 - Anúncio 09 -
Olympikus Tube – Versão 4

seguir.

O anúncio nº 03, foi publicado na Revista Veja, edição nº 2014 de 07 de março de 2007 e traz o seguinte enunciado:

“Vou Correr pelo mundo de 42 em 42 Km. Impossible is nothing.

Comece sua corrida acessando adidas.com/running

Formotion ® Adistar Control. O Sistema Formotion se ajusta ao seu pé para dar mais estabilidade e para você chegar ainda mais longe.”

Nesse anúncio é oferecida ao destinatário a possibilidade de correr pelo mundo de 42 em 42 kms, sem se cansar e sem se deter por qualquer obstáculo físico ou geográfico como os oceanos, montes e desertos encontrados pelo meio do caminho, à semelhança do mito de Hércules comentado acima. A utilização da distância “42 kms” no anúncio é uma referência à distância percorrida numa corrida de maratona.

Nesse anúncio, a referência ao sagrado aparece em uma frase solta, aparentemente despretensiosa e quase inconseqüente, localizada no rodapé da página da esquerda e que se constitui o slogan da marca Adidas (esse mesmo slogan aparece no anúncio nº 05 do Adidas Mega Bounce +): “impossible is nothing”. Observa-se aqui uma inversão proposital da ordem natural dessa frase a fim de destacar e reforçar a qualidade de que o impossível é considerado como um “nada” diante da tecnologia oferecida pela marca de tênis. A ordem correta e esperada da frase, mesmo no original em inglês seria “Nothing is impossible”. Essa “subversão” na ordem gramatical natural da frase desvia a ênfase para a qualidade de “nada” referindo-se ao substantivo “impossível”. O sentido da frase, tanto no original quanto na tradução é de que “o impossível é nada”.

Ao caracterizar o “impossível” como um nada, o discurso mostra que um obstáculo natural à condição humana já foi vencido e, por isso mesmo, pode ser considerado como um “nada”. Essa desqualificação do impossível constitui-se um ato de ousadia, coragem e até mesmo de atrevimento diante das leis naturais que impõem limites a ação do ser humano, impedindo, por exemplo, que ele dê a volta no globo terrestre correndo. Esse atributo que confere o poder de realizar todas as coisas, é um das características da divindade, que pode todas as coisas e que tem o poder para realizá-las como e quando queira. A nós, humanos, resta agir e viver dentro das

limitações de nossas possibilidades. E, quando uma dessas impossibilidades do mundo sobrenatural invade o mundo natural e subverte a sua ordem, então caímos pasmos e exclamamos: “um milagre aconteceu!”.

No anúncio analisado, o tênis é apresentado como capaz de realizar algo que nenhum ser humano ainda foi capaz de fazer, ou seja, de operar o “milagre” de permitir ao seu usuário correr pelo mundo de 42 em 42 Kms. Embora a idéia seja plenamente factível, pela participação em maratonas em diferentes países do mundo, o improvável que está sendo apresentado aqui é a possibilidade de esse atleta dar a volta no globo terrestre correndo. Assim, o discurso oferece ao usuário do tênis atributos que pertencem ao semi-deus.

A relação de um tênis de corrida com um site na internet também amplia a espacialização do discurso, visto que a corrida por um mundo sem as barreiras naturais também é possível pela tecnologia da informação que permite a esse corredor participar de uma comunidade global, compartilhando suas experiências e encontrando estímulo e motivação para o seu treinamento. Nesse caso, existe uma página específica para os praticantes do esporte corrida (também denominado pelo termo em inglês “running”). A idéia da globalização que está presente no slogan da mensagem (“vou correr pelo mundo de 42 em 42 kms) ganha mais força com o apoio de um site na internet específico para os praticantes do esporte.

Esse mundo que para o semi-deus não tem fronteiras, pode ser tanto o alcançado pelo clicar do mouse do computador, como aquele em que as coisas palpáveis acontecem como as maratonas que vão se sucedendo ao redor do planeta e nas quais participa um contingente cada vez maior de atletas de vários lugares do globo.

O anúncio nº 05 da Adidas Mega Bounce +,foi publicado na Revista Veja edição nº 1997 de 28 de fevereiro de 2007, e traz o seguinte enunciado:

“Mega Bounce + Um empurrão a cada passo.

Impossible is Nothing

Adam Springfeldt praticante de Parkour.”

Esse discurso é veiculado no contexto da prática do Parkour³, um novo esporte tipicamente urbano, e apresenta o mito do semi-deus vencendo os obstáculos que existem no cotidiano dos moradores das grandes cidades. Se no anúncio nº 03 os desafios a serem vencidos são os obstáculos geográficos, nesse, o usuário do Adidas Mega Bounce + é apresentado como alguém que tem a possibilidade de vencer os obstáculos erguidos na cidade. Agora, ele tem o poder de locomover-se nessa cidade com leveza, saltando sobre os muros, subindo as paredes, passando por cima dos pontos de ônibus, ou andando sobre os prédios. Nesse aspecto, pode-se observar uma “urbanização” do mito do semi-deus, em que a capacidade de cavalgar ao redor da cidade e andar sobre as nuvens é substituída pela capacidade de saltar sobre as paradas e os ônibus coletivos, ou ainda subir as paredes e saltar sobre os arranha-céus. Ao invés de subir aos montes mais altos e atravessar os mares e oceanos sozinho, o usuário do Adidas Mega Bounce + pode atravessar um mar de concreto sem que isso seja um obstáculo para ele.

Figura 9 - Anúncio 5 - Adidas Mega Bounce +

Figura 10 - Anúncio 06 - Nike Air Structure Triax



O anúncio nº 06 do Nike Air Structure Triax + foi publicado na Revista Veja edição nº 2006 de 02 de maio de 2007 e possui o seguinte enunciado:

“Corra como você nunca correu antes.

12 kms

4'30"/Km

730 cal 52'

³**Parkour** (por vezes abreviado como **PK**) ou **l'art du déplacement**^[1] (em português: *arte do deslocamento*) (japonês: hoshinjutsu - em português *técnica de evasão*) é uma atividade com o princípio em se mover de um ponto para outro da maneira mais rápida e eficiente possível, usando principalmente as habilidades do corpo humano. Sendo criado para ajudar alguém a superar obstáculos que poderão ser qualquer coisa no ambiente circundante — desde ramo de árvores e pedras até grades e paredes de concreto — e pode ser praticado em ambas áreas rurais e urbanas. Homens que praticam parkour são reconhecidos como traceurs e mulheres como traceuses. Fonte: WIKIPÉDIA, disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/parkour>> Acesso em: 28 ago. 2008

Mais inspiração. Mais
motivação. Mais Corrida.

Nike + informa a distância, o a velocidade dos seus treinos em tempo pelo fone do Ipod nano e armazena estes dados para você acompanhar sua performance. Acesse nikeplus.com para

monitorar seus resultados, definir metas, desafiar seus amigos e participar da maior comunidade de corrida do mundo.”

Nesse anúncio o discurso parece, num primeiro momento, não apelar para elementos míticos como os anúncios analisados anteriormente, pois apresenta uma tecnologia mais voltada para o mundo digital e de TI (Tecnologia de Informação): IPod nano (tocador de música digital) e um site na internet, que possibilita ao corredor monitorar seu desempenho e conectar-se à uma comunidade virtual de corredores, página inicial do site nikeplus.com.

Mesmo não se referindo aos aspectos sobrenaturais que caracterizam o mito do semi-deus, o discurso do Nike Air – Structure Triax + 10, no entanto, oferece ao usuário do tênis a possibilidade de entrar numa nova dimensão na prática do seu esporte de corrida, pois o tênis vem equipado com o tocador digital chamado IPod que registra todos os dados da corrida como distância, tempo despendido, calorias queimadas e, através da sua conexão no site da Nike, o corredor pode elaborar seu próprio programa de treinamento, monitorar o seu desempenho, desafiar outros corredores em qualquer parte do planeta, receber informações sobre os vencedores de desafios e sobre as melhores marcas alcançadas. Essa tecnologia dá ao usuário a sensação de não estar limitado ao espaço físico e lhe possibilita ter um treinador virtual que elabora um plano de metas de desempenho a ser perseguido por ele. Após cada prática de exercício esse corredor pode monitorar o seu desenvolvimento na corrida e comparar com outros atletas espalhados ao redor do mundo que fazem o mesmo. Logo, a questão do espaço torna-se relativizada pela tecnologia que lhe oferece uma multiplicidade de informações sobre outro praticante de corrida,



tempo e
real
todos

chegando a detalhes sobre suas amizades pessoais, os locais de treinamento, o seu histórico em competições e o tipo de treino utilizado que lhe permitiu atingir aquela marca.

Dessa forma, os três anúncios que compõem este segundo grupo, mostram, cada um à sua própria maneira, uma atualização do mito do semi-deus, oferecendo ao destinatário da mensagem publicitária a possibilidade de viver o extraordinário através da superação de obstáculos de espaço e de tempo.

2.3 O Semi-deus em busca de uma vida com essência e significância: uma vida com identidade

O terceiro grupo de anúncios que tratam do tema do extraordinário deve ser analisado a partir de aspectos mais subjetivos e introspectivos.

Nos dois aspectos analisados anteriormente, a figura do semi-deus foi utilizada para despertar no cliente-alvo do discurso publicitário o desejo de vencer as barreiras do tempo e espaço, adquirindo características extraordinárias presentes no herói mítico. Assim, resta-nos uma última categoria a ser analisada, a categoria de pessoa, que diz respeito ao próprio sujeito da enunciação.

Neste caso, o ator torna-se o alvo do discurso das marcas de tênis, que oferecem a ele a oportunidade de experimentar algo extraordinário em relação a si mesmo, e não necessariamente aos seus limites externos. Nesse grupo, a figura do semi-deus também aparece na constituição do próprio ator, oferecendo a ele a possibilidade de obter uma nova experiência em relação à sua essência como ser humano. Assim, a vida extraordinária é apresentada como uma vida de encontro consigo mesmo, ou em outras palavras, uma vida com significância.

A abordagem de uma existência com significado adquire relevância no contexto da vida contemporânea, sempre agitada, na qual múltiplos papéis são assumidos pelo indivíduo. Esses papéis geram, por conseguinte, diferentes expectativas às quais ele se sente pressionado a atender. Para exercer essa ampla gama de funções e ainda manter-se dentro das exigências da sociedade em relação ao seu desempenho, o homem de hoje é desafiado na sua competência e eficiência. Essa pressão sobre ele é um dos principais fatores desencadeadores de stress que pode desembocar em doenças psicossomáticas como a depressão.

Essa crise é uma crise típica do homem pós-moderno, caracterizada, entre outras coisas pelo descentramento do sujeito (HALL, 2003:12). Anteriormente, na história da humanidade, a integridade do homem era sustentada por suas fronteiras como a sua língua, sua nacionalidade, sua história. Contudo, com a chegada da pós-modernidade e também da globalização rompendo as fronteiras e tornando os limites anteriores muito relativos, o homem contemporâneo perde boa parte das referências que tradicionalmente lhe permitiram construir uma imagem sólida de si mesmo. Esse homem passa pela transformação de possuir uma identidade multi-facetada e plural, mas que lhe traz, por outro lado, o risco de encontrar-se desorientado em relação à si mesmo e a seus referenciais, quando esses não estão em harmonia.

Esse conceito surgiu, inicialmente, na década de 70 com Alvin Tofler (TOFLER, 1973). Segundo Tofler, a sociedade do descarte não joga fora apenas os bens produzidos, mas também os valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego às coisas, edifícios e lugares, substituindo-os por outros mais passageiros e menos comprometidos. Dessa forma, a sociedade das últimas três décadas do século XX foi obrigada a lidar tanto com a novidade quanto com as perspectivas da obsolescência instantânea fornecendo um contexto para a “quebra do consenso” e para a diversificação de valores numa sociedade em vias de fragmentação.

Para Harvey (2003, pág 257-276), a construção de novos sistemas de signos e imagens nas últimas décadas está intimamente ligada às mudanças pelas quais a sociedade vem passando, seja em termos de novas tecnologias seja em termos da descartabilidade das coisas. Assim, a moda, o consumo e a manipulação de opinião e do gosto estão relacionados com a diversificação dos valores de uma sociedade que está se fragmentando.

É nesse momento de fragmentação que se situa a busca por uma identidade na sociedade pós-moderna. Mas essa busca não parece tão simples. Assim, o mito do semi-deus aparece nesse terceiro grupo de anúncios de calçados esportivos apresentando uma identidade pessoal estruturada mesmo que multifacetada. Portanto, a possibilidade de resgate dessa integridade despertará interesse no homem pós-moderno nas mensagens publicitárias que passaremos a examinar.

Nesse grupo encontram-se os anúncios da Timberland de nº 02 (Timberland Trailscape Vented) e nº 08 (Timberland Chochorua Trail) e o anúncio nº 07 da OLK. Esses anúncios apelam para a construção de uma identidade própria e peculiar do sujeito. Os dois primeiros através do contato maior e mais próximo com a natureza mãe e o último graças a um calçado que permite ao sujeito sentir-se completo para desempenhar os diversos papéis em suas atividades cotidianas.

O anúncio nº 02 foi publicado nas Revistas Veja, edições nº 2014 de 27 de junho de 2007, 2016 de 11 de julho de 2007 e revista Época edição nº. 448 de 02 de julho de 2007 e possui o seguinte enunciado:

“Encontre seu próprio eu. Duro vai ser convencer ele a voltar com você.”

Trailscape vented: A placa de sustentação do Trailscape Vented foi desenhada para ser flexível no trekking e rígida na pedalada. O solado exclusivo Vibram ® garante a tração perfeita nos terrenos acidentados. E ele ainda tem proteção na biqueira com borracha resistente, amarração com ajuste perfeito ao pé e tecnologia Agile IQ System para você ter mais conforto e agilidade. Boa pedalada, Bom trekking, ou bom os dois ao mesmo tempo.”

A mensagem desse anúncio já pressupõe que o indivíduo “perdeu” o seu “eu”, ou está em disjunção com sua identidade, sua história, seu significado e referencial de vida. Por isso mesmo, a marca oferece ao seu cliente-alvo a possibilidade de voltar a ser um homem por inteiro, no sentido da palavra íntegro (integral/inteiro) através de maior contato com a natureza na prática dos chamados de aventura. Embora os poderes extraordinários e humanos não estejam diretamente mencionados nesse anúncio, ainda assim é possível identificar o mito do deus nesse discurso, apresentado na figura de um por inteiro, pleno, cheio de si mesmo, demonstrando completo domínio de suas forças e estruturas psíquicas interiores.

Essa modernização e atualização do mito é reforçada por diferentes elementos constantes na



um
esportes
sobre-
semi-
homem

Figura 11 - Anúncio 02 - Timberland Trailscape Vented

estrutura enunciativa desse discurso da marca Timberland.

Primeiramente a marca descreve uma tecnologia utilizada na fabricação do seu calçado que permite ao usuário um desempenho seguro e eficiente em dois esportes ao mesmo tempo: no trekking (caminhada) e no bike (ciclismo). Tal qual a natureza do herói que é tanto deus, pelos super poderes que possui, quanto homem pelas suas paixões e sentimentos, a marca da calçados oferece um produto que é capaz de unir dois atributos difíceis de serem conciliados: a flexibilidade e a rigidez.

Outro aspecto na construção do discurso que reforça o mito do semideus, são os elementos gráficos utilizados no anúncio. Há uma foto no alto da página publicitária que retrata uma formação rochosa própria do planalto brasileiro. Esse relevo está em seu estado original, sem ter sofrido alterações pela atividade humana. A foto inserida logo abaixo é a foto de um ciclista desconhecido e despersonalizado, pois a imagem não revela o seu rosto. Essa imagem retrata o encontro e a harmonia entre a natureza e o homem. Nesse encontro com a natureza, o cliente-alvo da mensagem publicitária poderá desfrutar de um encontro maior e mais importante: o encontro com o seu próprio eu.

Observa-se ainda como o discurso faz uso do elemento barro de diferentes formas nessa combinação enunciativa. Ele aparece como um carimbo da marca Timberland na foto do ciclista que está envolta em uma moldura picotada, como se fosse um selo postal. O encontro com o seu próprio eu se dá longe do burburinho da vida moderna e das tecnologias de comunicação disponíveis longe da internet ou do celular, comunicando-se com seus conhecidos por cartas com fotos dos lugares e atividades que está desempenhando.

O elemento barro lembra ao homem de sua constituição humana mais elementar. Segundo a tradição judaico-cristã, o homem foi feito do pó da terra, ou do barro: “Então, formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente.” (BÍBLIA SAGRADA, livro dos Gênesis, capítulo 2 versículo 7). Relembrar essa sua constituição frágil e primitiva pode significar o início do caminho para reencontrar o seu próprio eu, redescobrir e reassentando as referências que dão significado e permitem a re-significação de suas referências.

Dessa forma, o mito do qual falamos é utilizado como fundo para despertar no cliente-alvo da mensagem publicitária de buscar, ainda que em lugares distantes e de difícil acesso, origens e a integralidade do seu ser.

O anúncio 08, também da marca Timberland, foi veiculado na Revista Veja edições nº 2010 de 30 de maio de nº 2011 de 06 de junho de 2007 e apela para a possibilidade de descobrir coisas simples e belas da natureza que resgatam a beleza da vida.

Seu enunciado é o seguinte:

“Como nascem os bebês você já aprendeu.

Descubra agora como nasce o sol.

Chochorua Trail.

A membrana Gore-Tex[®] garante a impermeabilização total da Chochorua Trail. E a tecnologia do solado melhora a freada, o suporte, a flexibilidade e a propulsão que é para ela mandar bem também em terrenos desnivelados. Você ainda está aí?

100% a prova d'água.

Timberland Make it better.”

Esse enunciado pode ser visualizado no Apêndice J.

Esse discurso apresenta um indivíduo que já perdeu a inocência e atingiu a maturidade, sabendo como se dá o prazer sexual e a procriação, mas que está em disjunção com as experiências simples e igualmente prazerosas relacionadas ao universo e às coisas sublimes: “Como nascem os bebês você já aprendeu. Descubra agora como nasce o sol.”

Esse contato com a natureza, ainda em seu estado selvagem, também está presente na imagem do relevo de planalto em seu estado natural, e é um dos elementos que remete-nos às histórias míticas dos heróis, conforme dissemos no início desse artigo. Hércules esteve caminhando por lugares reconhecidos como o “fim do mundo”, nos quais nenhum ser humano seria capaz de ir e de onde jamais voltaria vivo. Foi lá que ele cumpriu seus 12 trabalhos e voltou vitorioso, segundo a mitologia grega.



Figura 12 - Anúncio 08 - 2007, e Timberland Chochorua Trail

pano de
o desejo
as

O discurso diferencia a vida na sociedade e na cultura, com a vida na natureza selvagem e o faz através de uma série de elementos inseridos no anúncio. O contraste entre a procriação, como uma experiência já aprendida pelo indivíduo, e a descoberta do nascer do sol; a imagem de uma formação de relevo no alto da página onde a cultura homem ainda não foi capaz de transformar e a imagem da integração homem-natureza na foto menor de três jovens caminhando sobre a relva com seus equipamentos dependurados em suas costas. Todos esses elementos demonstram o convite para o cliente-alvo sair do cotidiano e da vida urbana para uma experiência na natureza selvagem e “descobrir” como nasce o sol.

Reforçado novamente pela imagem de um “cânion” no alto da página e uma foto menor estilo “selo postal” de três jovens caminhando num solo em seu estado natural, o discurso é inteiramente ambientado na natureza e na possível integração entre ela e o homem. Mas, nessa integração, o homem tem que sair da cidade e da vida que leva e descobrir as coisas da natureza, num novo aprendizado. O convite é feito ao homem para uma incursão na natureza voltando de lá com uma vitória: uma nova compreensão de si mesmo e do mundo.

Figura 13 - Anúncio
07 - OLK

E, finalmente, o terceiro anúncio desse grupo, o anúncio da OLK, com o enunciado “vai onde você vai”, publicados na Revista Época edições nº 474 de 18 de junho de 2007 e nº 475 de 25 de junho de 2007 durante a realização dos Jogos rio 2007.

Em ambas as versões, o discurso verbal é o mesmo, alterando-se apenas o aspecto visual do discurso, conforme as figuras 13 e 14.

Esse último anúncio, embora tenha forma e estrutura diferentes dos dois anteriores, pode ser incluído nessa categoria se analisado a partir do seguinte aspecto.

Uma das características das crise de identidade do homem contemporâneo é o seu descentramento e o esfacelamento da sua individualidade conforme já comentamos acima. A própria composição da palavra “indivíduo” (“in” +”divi”+”duo” = que não pode ser dividido em dois) pressupõe que existem forças pressionando o “ser”, tentando fazê-lo se desdobrar em mais de um, o que seria tecnicamente impossível. Essas forças, exercendo pressão no indivíduo para que esteja conforme as expectativas da sociedade nos diversos grupos dos quais participa, são geradoras de uma tensão desintegradora.

Dessa forma, a marca OLK oferece ao destinatário do discurso a possibilidade de andar sempre bem vestido, adequado a cada ambiente onde for com apenas um único tênis que combina com todas as roupas e as diferentes atividades desempenhadas.

A frase “OLK vai onde você vai” procura restabelecer a unicidade do ser que o indivíduo perdeu em meio a tantas exigências e aos diferentes papéis exercidos diariamente. Para o homem pós-moderno, em crise quanto à sua própria identidade, ser acompanhado em todos os lugares traz-lhe uma sensação de segurança e de alívio. Especialmente nas situações retratadas no anúncio em que o indivíduo é visto realizando atividades e desempenhando papéis diferentes como o de amante, de profissional, de músico e etc. Para isso, torna-se necessário ter consigo uma companhia constante que lhe dê a referência necessária para amenizar sua crise pós-moderna.

Uma outra possibilidade de interpretação dessa publicidade é a do conceito de Tofler (1973) da sociedade do descarte conforme já mencionamos no início dessa seção. Essa bem apropriada pois nos dois anúncios da OLK encontra-se um jovem com três troncos e três cabeças diferentes. Ele não é apenas um indivíduo, mas três ao mesmo tempo. Nenhum deles parece comunicar-se com o outro em termos de atividades e de papéis desempenhados, a não ser pelo fato de possuírem uma perna comum entre eles, que usa o tênis da OLK. Em todo o restante da imagem, porém, ele encontra-se multifacetado, dividido. Podemos, por inferência, estender essa imagem para a situação atual de sua própria “existência”.



idéia é

Esse jovem fragmentado segue, ora para um encontro amoroso, (ele carrega uma flor numa das mãos), ora para um encontro musical (ele aparece carregando uma caixa de instrumento musical), ora anotando compromissos no seu celular tipo smartphone, ou ainda ouvindo música no seu tocador de música digital (mp3). Seus compromissos amorosos, profissionais, de diversão ou de estudos (numa imagem ele carrega material escolar nas mãos) são facetas das muitas atividades desempenhadas cotidianamente. Essas atividades demandam-lhe diferentes posturas, papéis e responsabilidades. É na falta de relações diretas e conseqüentes entre os diversos tipos

de atividades, que acontece a esquizofrenia segundo o conceito postulado por Jameson (1996) e comentado acima.

Assim, o tênis permite um elo de ligação e significado entre atividades os papéis diferentes que o indivíduo desempenha. O tênis permite-lhe continuar na vida corrida, agitada, multifacetada da pós-modernidade, mas preservando um tronco comum, uma raiz que lhe dá sustentação. Essa fonte de estabilidade e integridade está representada visualmente pela perna que liga os três troncos dos jovens e é possibilitada, portanto, pelo tênis OLK.

O tênis passa a ser, segundo a mensagem do anúncio, mais do que um modo de andar por aí. Torna-se uma imagem que auto-representa o indivíduo, com a importância de ser quase uma extensão da sua própria personalidade.

“A aquisição de uma imagem (por meio da compra de um sistema de signos como roupas de griffe e o carro da moda) se torna um elemento singularmente importante na auto-apresentação nos mercados de trabalho e, por extensão, passa a ser parte integrante da busca de identidade individual, auto-realização e significado na vida.” (JAMESON, 1996)

3 Conclusões

Assim, pela análise feita de nove anúncios veiculados no ano de 2007, é possível identificar o mito do semi-deus presente na publicidade contemporânea, e, mais particularmente, nos anúncios de calçados esportivos, que utilizando esse tema para despertar no imaginário do seu cliente-alvo o desejo de adquirir o produto e, com ele, os poderes e capacidades sobrenaturais que o semi-deus possui. Como na mitologia antiga, em que o semi-deus recebia atributos e características sobrenaturais provenientes da divindade, na cultura pós-moderna a divindade se materializa nas marcas de produtos de consumo que oferecem ao indivíduo a possibilidade de ser mais do que os outros quando ele “tem” mais ou “tem” produtos melhores que os outros.

Ao valer-se do mito do semi-deus, as marcas de calçados esportivos demonstram que os mitos são perfeitamente conciliáveis com as características da sociedade pós-moderna que, apesar de multifacetada e plural, continua na busca de superação de suas próprias limitações, medos e

ansiedades e vê nos antigos e tradicionais mitos o arquétipo ideal para continuar mexendo com o imaginário popular e anunciar seus produtos.

Em suas reflexões sobre o mito e os mitos irrecicláveis, Lopes (2005: 9-11) questiona se a sociedade pós-moderna estaria colocando em risco os mitos que são patrimônio universal. Pelo demonstrado aqui, os mitos continuam vivos, ainda que sofram alterações e adaptações para o contexto da vida contemporânea. Em alguns casos, nossa análise verificou a urbanização e a atualização do mito do semi-deus, sem que tenha sido, contudo, desfigurado nem mesmo descaracterizado. As mudanças acontecidas nos arquétipos são mais no sentido de contextualizá-lo ao momento em que vive o homem contemporâneo, do que propriamente uma rejeição ou alteração desses modelos.

Concluí-se que é ainda neles, os mitos antigos e mais especificamente o mito do semi-deus, que o homem continua buscando encontrar respostas para as questões essenciais da sua vida.

Qual Fénix renascida das cinzas, a linguagem resgatará então todo o seu antigo fulgor, todo o *fogo ardente* que várias décadas de “fast food” televisivo e 2 ou 3 décadas de “ditadura informática” terão esmaecido mas não lograram extinguir. (LOPES, 2005:11)

Se a linguagem tem sofrido os ataques de novas tecnologias, como a televisão e a informática, e de novos conceitos como os da pós-modernidade, ao que parece nem ela nem os sentidos que carrega, perderão seu valor e utilidade.

Como dissemos no início desse artigo, o mito de Hércules é um bom exemplo do mito do semi-deus. Voltamos agora novamente ao exemplo de Hércules que não aceitava a imperfeição de sua condição humana e, por isso mesmo, saiu em busca de algo maior, transcendental, assim como muitos de nós fazemos hoje. Segundo Bocalandro, (2004 apud ZYGBAND 2004) “à primeira vista, o mito parece apenas um relato fantástico, mas por meio dele podemos descobrir formas de superar desafios”.

A atualização e contextualização dos mitos apenas comprova sua atualidade, bem como a dinâmica da linguagem que é capaz de lançar mão de velhos arquétipos para continuar construindo sua gama de significados relevantes para a sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

DOWDEN, Ken. *Os usos da mitologia grega*. São Paulo: Papirus, 1994.

HALL, S. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

JAMESON, Frederic. . *Marxismo tardio, o: adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996

LOPES, Ana Maria Marques da Costa Pereira Lopes. *Do mito aos mitos irrecicláveis: reflexões*. *Millenium Revista do ISV*. Viseu, nº 31. mai.2005. Disponível em <<http://www.ipv.pt/millenium/Millenium31/default.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2009.

OLIVEIRA, Dariluce de et al. *O mito do super-homem na mídia de massa*. (monografia em comunicação) – Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais. 2006 pg. 24-29. Disponível em <http://www.fca.pucminas.br/saogabriel/npe/projex/2006.2/pdfs/omitodosuperhomemnamidiademassa.pdf> acesso em 09 de novembro de 2009.

PADUAN, Roberta. *As cópias estão mais rápidas*. Revista Exame, São Paulo, edição nº 0835 de 27 jan. 2005. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/de gustacao/secure/de gustacao.do?COD_SITE=35&COD_RECURSO=211&URL_RETORNO=http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0835/gestao/m0040832.html>. Acesso em: 16 nov. 2005

TOFLER, Alvin. *O choque do futuro*. São Paulo: Editora Record, 1973.

ZYGBAND, Fanny. O herói dentro de nós. *Bons Fluidos. A revista do bem estar*. São Paulo, mar.2004. Disponível em <<http://bonsfluidos.abril.com.br/livre/edicoes/0058/canal3a/b.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2009.

THE LINGUISTIC REPRESENTATION OF ECONOMICAL BREAKDOWNS IN THE MASS MEDIA LANGUAGE AS INVERTED RHETORIC OF VIVITY. ON CRISIS IN NEWS AND EDITORIAL WRITINGS IN *THE NEW YORK TIMES* *ONLINE* 2008-2009

Fee-Alexandra Haase PhD

F.a.haase@gmx.de

ABSTRACT - This article examines the description of economic crisis in *The New York Times* with examples of articles that appeared in the years 2008 and 2009. There are three dimensions the crisis as an event is described; one of them is the description of crisis as a movement or a development of international and global extension (spacial dimension). The second is the metaphorical one actually describing the crisis as a natural force. The third one is the description of the crisis as a more or less 'global crisis'. Our question is "How is the crisis as medial event described, if there is no concrete reference object to refer to, but just a, semantically expressed, concept denoting a non-material and non-perceptible entity described as crises?" Taking the examples from *The New York Times* we will demonstrate that such a lack of a concrete object does not alter the language of journalism, except that a (for the news language uncommon) metaphoric production takes part. The activity of the object represented by the noun is the agent of activities, even though the processes are highly abstract. On a meta-level, the language in the news becomes an allegorical network with the metaphorsized object crisis as the agent of movement in an intertextual setting of texts using the expression.

Keywords: special dimension, metaphora, journalistic production.

1. Introduction: The Question “What is a Crisis in the Language of the Mass Media?”

Rhetoricity is the quality of a person or an object to have rhetorical attributes. This writing is interested in qualities of rhetoric the mass media possess using the crisis as a topic of journalistic narratives. The mass media are said to perform an agenda-setting role determining what is a matter for public debate and determining the order of importance of such matters. (Underwood). So it is interesting to see how events in the media are presented, since they influence how we perceive events. The term *mass media* refers to those media that are “designed to be consumed by large audiences through the agencies of technology”. (Boles). The material we selected are classical news and opinion writings of

The New York Times and Op-Ed writings as well as letters of private persons directed and published in the journal.

Approaching the use of the word from the perspective of lexical semantics, we ask what the expression means based upon the basic expressions it contains and the constituted composite meaning. This meaning is in two approaches examined looking at the processes how the expression refers to entities and how words are used in the appropriate contexts (pragmatic). According to Liddell and Scott's *A Greek-English Lexicon*, *krisis* is a noun in the ancient Greek language for the activity of separating or distinguishing. *Krisis* was first used for a decision or judgement by the sophist Parmenides. Herodote used it for a dispute (5, 5 and 7, 26). *Krisis* means *A. separating, distinguishing, 2. decision, judgement, 3. choice, election, 4. interpretation of dreams or portents.* (*A Greek-English Lexicon*). *Krisis* has the definitions a separating, sundering, separation, a trial, contest, selection, judgment, opinion, and decision. (*Theological Dictionary of the New Testament*). The word *krisis* in the *Bible* is translated as 'judgment'. English 'crisis' means 'a turning point for better or worse' in the progress of an affair or a series of events. The contributions of *The New York Times* are hard news, soft news and opinion writing.

Hard news are descriptive covering the basic elements of the event (the W-questions), soft news are narrative, and opinion writing is an argumentative text type. Rhetorical figures are in literature and linguistics all language figurations deviating from the normal linguistic usage. With the tropes the text deviates from the direct sense of the word. *Elocutio* is the range for the placement of things (*res*) according to words (*verba*). Categories that can be considered for style qualities (*virtutes dicendi*) are language correctness (*puritas*), clarity (*perspicuitas*) of the language, their suitability (*aptum*) and shortness of the expression (*brevitas*). They have direct attention on the statement by the decoration and elegance of the speech (*ornatus*). In the mass media language the language is basically not rhetorical, since it shall refer directly to the events reported. This is especially mandatory, when hard news are reported. Chandler in *Semiotics for Beginners* wrote: "Language is not a neutral medium. In common usage we refer dismissively to 'heated rhetoric', 'empty rhetoric' and 'mere rhetoric'. [...] 'Facts' do not 'speak for themselves'." (Chandler).

The semiotic perspective here mentioned reminds us to the situation of the recipients, the readers, that get the news of a *crisis* presented in a continuous stream of developments of local events that are all considered a part of a whole event. The term itself is no longer covered by meanings we showed above as the original meanings of the word *krisis* in ancient Greek language. On the other hand the term used in *The New York Times* is an abstractum and as such it is a semiotic signifier. This signifier signifies events related to it or refers to itself. News language does not give any definitions. The global crisis as a movement of negative worldly effects interpreted as an allegory stands in the tradition of allegories of the world like the medieval *Frau Welt* (Lady World) who from the front appears as a beautiful woman, but from the back shows its physical decline and ugliness.

While the Greek word has no positive or negative connotations, the economic language and political language use the word crisis for a negative state. At this point it is necessary to discuss the perspective of the medium that presents the news. At the time the news were published also the mass media in the U.S. experienced a crisis and economic decline. The popularity of the medium internet has a serious effect of decrease of traditional print mass media, e.g. a loss of popularity of print journalism at the beginning of the 21st century.

According to Boles, media literacy is “the process of understanding and using the mass media in an assertive and non-passive way. This includes an informed and critical understanding of the nature of the media, the techniques used by them and the impact of these techniques.” (Boles). When examining the use of the words *crisis* and *crises* in a media outlet like *The New York Times*, we face a language that refers to events that are on a meta-level described with the mentioned terms that originated from the language of economics, contemporary politics, and public life. The meta-language terms are here taken for granted and not subject to any investigation. The terms are on meta-level descriptors for events that are described in the journalistic writings in hard news, soft news, and opinion and feature writing.

Close to serving as a cliché, the terms stand as semantic units in mass media writings for a semiotic concept of breakdowns that occur on economic levels with a language beyond the level of proper words employing a highly rhetorical style and a metaphorical level, which

forms an allegorical evidential language. But the point is that this evidence is only a highly rhetorically depicted vivity, when the metaphorical words describe the phenomenon of a crisis, while the event itself and the facts referring to it are less important. Rhetoricity is the quality of a person or an object of having rhetorical attributes. This analysis is interested in qualities of rhetoric the mass media language possess. We will focus on major qualities of mass media language we can describe with traditional categories of rhetoric and the contrasts of rhetoric in mass media and the speech as the classical medium of rhetoric delivered to a present audience.

The use of terms like *crisis* refers to the intertextuality of the language of the mass media. Easily recognizable like a cliché, the terms are nodes of a semiotic description in the narratives of the news referring to a classification and attributed meaning of the reported events. In other words: The language of the news employs here rhetorical and specific terminological expressions of a meta-language, which connects events of different texts with each other. The writers of the news employ this terminology and consider themselves in the position of the contributor of a continuous narrative. When Marx in his *Capital* described as the source of a crisis the discrepancy between the accrued capital and the poverty and restrictions of consumption of the masses, the main attributes of a crisis in the articles of *The New York Times* refer to lack of money and the transfer of money to the U.S.A. and other countries unable to pay it back. The descriptive setting is reduced to national political leaders and national economic situations vs- global events occurring in different parts of the world. Compared to Marx, here the description of the poverty of the masses and any individual person or group of persons lacks.

2. The Crisis in *The New York Times*

I Crisis Narrated in a Metaphorical Construction

The crisis is described metaphorically as an animal in the following article of the *The New York Times*: “To Glascock County residents, it now seems as if the crisis has extended a tentacle from Atlanta to their quiet community of farms and sawmills (...)” was written by

Dewan in *A Small Town Loses a Pillar: Its Only Bank* (27th of March 2009). As natural power the crisis is described in the following statements: On 10th of January 2009 was written that “the global financial crisis has hammered confidence in South Korea’s once-booming economy (...).” Under the headline *The Mother of all Currency Crises* in the *Paul Krugman Blog* (26th of October 2008) of *The New York Times* was written in a metaphorical expression of a natural catastrophe that “so far, the US financial sector has been the epicentre of the global crisis.” The expression *bubbles* is used in the following two articles: On 20th of March 2009 was written that “finance officials from leading nations like the United States have devised a plan to stop market bubbles from growing out of control.”

The reader and author of an opinion letter regarding Paul Krugman’s mentioning in *The New York Times* (8th of March 2009) that “Asia caused the current global crisis by oversaving” answered: “But the numbers don’t add up. The Asian developing countries ran a combined current account surplus (net lending to the rest of the world) of \$38.3 billion in 2000, while the United States ran a whopping current account deficit of \$417.4 billion. By 2004, the United States’ deficit had swelled to \$625 billion, against a surplus of developing Asia of \$82.5 billion. In fact, the Federal Reserve created two bubbles, the dot-com bubble (1998-2001) and the subprime bubble (2002-7), and these substantially raised American borrowing from the rest of the world. Now the whole world pays the price. Nobody else made us do it, least of all the developing countries of Asia.” Under the headline *The U.S. Financial Crisis: The Global Dimension with Implications* from *The New York Times* of the 12th of February 2009 the metaphor of the bubble was used: “What began as a bursting of the U.S. housing market bubble and a rise in foreclosures has ballooned into a global financial crisis”. In the *Group of 20 News - The New York Times Global Response to a Global Crisis* (30th of March 2009) Hugo Dixon wrote that ‘finance officials from leading nations like the United States have devised a plan to stop market bubbles.’ Reactions of the crisis from other countries are mentioned in the following articles: Carter Dougherty in “Philanthropy Amid a Global Crisis” (30 of January 2009) wrote that “the financial and economic crisis has put advocates for the world’s poorest nations on high alert (...).” The

headline of 13th of February 2009 was that *Global Economy Top Threat to U.S., Spy Chief Says*.

Mazzetti used the metaphoric of fire: “The new director of national intelligence told Congress on Thursday that global economic turmoil and the instability it could ignite had outpaced terrorism as the most urgent threat facing the United States.”

II Crisis Narrated as a Global Movement

The reports and news about crisis are categorized according to national and international effects. An Op-Ed Columnist in *America the Tarnished* on 30th of March 2009 wrote: “After all, in 1999 the United States was the unquestioned leader of the global crisis response.” Under the headline *Asian Banks Losing Immunity to Global Financial Crisis* in *The New York Times* of 19th of November 2008 was written that “HSBC announced that it would cut 500 jobs in Asia. And Citigroup’s roughly 50000 employees were faced with the reality that some of job cuts.” Under the headline *Global Financial Troubles Reaching Into Gulf States* of the 27th of Oct 2008 was written that “the global financial crisis extended its reach into the Persian Gulf states on Sunday (...).” “The global financial crisis extended its reach into the Persian Gulf states on Sunday, as Kuwait suspended trading in shares of a major bank and the Saudi authorities announced a plan to help citizens receive credit.

The Central Bank of Kuwait halted trading in Gulf Bank, one of the country’s largest lenders, after a customer defaulted on a derivatives contract. The central bank said it would “strongly support the bank’s financial position” and protect depositors, to assure the public that Gulf Bank’s business would not be affected.” Under the headline *Innovating Our Way to Financial Crisis* on 3rd of December 2007 the crisis was described as personification: “The financial crisis that began late last summer, then took a brief vacation in September and October, is back with a vengeance.” Already in *Redrawing The Free Market* (14th of November 1998) was written that “the global financial crisis has thrown 20 million Asians back into poverty over the last year, made 40 percent of the Russian population poorer than ever (...).”

Under the headline *The U.S. Financial Crisis Is Spreading to Europe* on 1st of October 2008 was written that “as the White House scrambles to retool its rescue plan for the financial system, the global creep of the crisis has reached Europe.” *A Drought in Australia, a Global Shortage of Rice* in *The New York Times* was a headline of 17th of April 2008 in an article stating that “the global agricultural crisis is threatening to become political (...).” *Financial Crisis Spreads to Emerging Nations* was the headline of 24th of October 2008 corresponding from Seoul that “as the global financial crisis has unfolded, many South Koreans feel they are reliving a nightmare (...).”

The expression enters the news through quotations of politicians and other decision makers and leaders. In *Brown Urges Action to Work Through Crisis* is mentioned that “British Prime Minister Gordon Brown warned Saturday that unease about the global financial crisis was no reason to retreat into protectionism and fear”. In *Sarkozy Stresses Global Financial Overhaul* (26th of September 2008) the president of France was quoted saying that “while the global financial crisis will have serious consequences for the French economy, (...) bank deposits will be guaranteed (...)”. In *News Analysis - Europe’s Leadership in Carbon Control at Risk* (21st of October 2008) was written that “Europe’s role as a global leader in combating climate change risks becoming the next victim of the global financial crisis.” In *Financial Crisis Dims Hopes for Giant Cross-Border Banks in Europe* (30th of January 2009) was written that “in the global financial crisis, with the health of many banks dependent on the good will of their home governments, the choice is not hard.” In *How Will the Credit Crisis Affect Latin America?* of the *Economix Blog* (14th of October 2008) was mentioned that “as a recent article in *The Economist* points out, Latin America as a whole is better prepared for a global financial crisis (...).”

III The Descriptive Globality of the Crisis

The globality of the crisis is a very common connotation that results from the promotion of the idea of globality in the 21st century in the mass media. Globality actually does not refer to the local events, but to the perspective from which a person is able to interpret an event

and connect it with other events. An Op-Ed Columnist, Paul Krugman, in *A Continent Adrift* on 16th of March 2009 wrote: “Big welfare states aren’t the cause of Europe’s current crisis.” An *Op-Ed Columnist* in *Perverse Cosmic Myopia* wrote in *The New York Times* that “this is a global crisis, and a core lesson of the Great Depression is that a global crisis calls for a global response.” *World Bank Expects Global Economy to Shrink* was the headline of 9th of March 2009 with the quotation “This global crisis needs a global solution (...).”

In *Financial Crisis Spreads to Emerging Nations* (24th of October 2008) was written that “large emerging nations have come under pressure in the global financial crisis as foreign investors withdraw their money.” In *Fear of Deflation Lurks as Global Demand Drops* (1st of November 2008) was written that “the global economic crisis is threatening the country’s factory jobs” and that “the financial crisis has gone global (...) like a virus.” In *Global Fears of a Recession Grow* (7th of October 2008) was written that “the global nature of the crisis and its growing collateral damage ought to galvanize countries to work together.” In *World Financial Crisis Has Passed, I.M.F. Chief Says* of *The Lede* (15th of May 2008) was mentioned that a “current global financial crisis was a result of greed by large investment & financial institutions, CEOs and individual investors”.

In *Fear of Deflation Lurks as Global Demand Drops* (1th of November 2008) was stated that “the financial crisis has gone global, like a virus mutating in the face of every experimental cure.” But also other events are described as global phenomena; in *Global Warming and the Minefield of Unintended Consequences* (13th of February 2008) was written that “a worldwide movement to cut emissions and halt what a growing number of scientists call a massive global crisis.” In the *Group of 20 News - The New York Times* (1st of April 2009) was mentioned that “as the global financial system is collapsing, leaders are unable to focus on the immediate crisis. Instead, they take refuge in projects.” In *A Crisis of Faith* (15th of February) was mentioned that “a decade ago, during the last global financial crisis, the word on everyone’s lips was “contagion.” An *Op-Ed Columnist* in *Taking a Depression Seriously* (10th of March 2009) wrote “power will inevitably slide over to those who believe this crisis is a repudiation of global capitalism as a whole.”

IV The Connection Between Crisis and Crises

Also such psychological phenomena like the *midlife crises* were described with qualities of the global crises in the article *The Midlife Crisis Goes Global* in the *Well Blog* of *The New York Times* of 30th of January 2008 writing the headline *The Midlife Crisis Goes Global* and defining the midlife crisis as a “time of self-doubt and turmoil familiar to many in their 40s and 50s.” On 21st of October 2008 the headline *U.N. Climate Change Chief Discusses Global Financial Crisis* was published.

The lead starts: “Can there be any upside for green industries in this financial crisis? Investment is drying up, the prices of fossil fuels are falling and governments are backing away from their emissions and renewable energy targets to spend billions of dollars propping up the financial system. Policies aimed at improving sustainability and the environment usually are put on the back burner at times of financial hardship — and this time, despite the unprecedented global attention on the dangers of climate change, is beginning to look no different.” An article with the headline *Global Food Crisis: Menus and Meaning* of the *The Lede Blog* was published in *The New York Times* of 8th of July 2008. As Sheryl Gay Stolberg reported today in *The New York Times*, world leaders attending the G-8 summit declared today that they were “deeply concerned that the steep rise in food prices” could push “millions more back into poverty.”

But the concern was undermined in Britain, where newspaper readers woke up to different twists on a predictable yet “hard to swallow” irony. Here’s *The Daily Mail*’s version, one of many from today: World leaders enjoy 18-course banquet as they discuss how to solve global food crisis.”

3. *Déjà vu*-A Comparative Studies: Marx on Economic Crisis and its Interpretation in *The New York Tribune*

Under the headline *As Crisis Spreads, Global Approach Weighed* of 10th of October 2008 was written by a reader of *The New York Times*:

“What they are struggling with is the value of the securities that these banks hold, i.e., how to value them so as to reinflate the banks portfolio. The only way I know to value those securities is to look at the underlying material product, or products, that they represent, for instance houses, and determine what the actual cost of production was, i.e., the actual cost of the labor that went into their production.

The problem with that is that the actual labor value of those securities, as opposed to their fictitious value expressed as money commodities, being much lower would bankrupt the entire system. The market has grown and expanded on the fictitious value based on low interest rather than the actual cost of production of commodities, what you actually pay the workers who produce commodities and are therefore the only source of real value. Having falsely stimulated and inflated the market with cheap money, market that otherwise was overloaded with commodities, the market must now pay the price of the Piper. The Piper, or Pipers, of course are the working class who produces commodities, hence value, and who will refuse to be forced to pay, out of their living conditions, the cost of crashing a market based on false and inflated values. Did someone say "Communism is dead?"

j.

Jack Jersawitz, Atlanta, Georgia.”

What lacks among the descriptions in *The New York Times* is the metaphorical concept of the crisis as a state of health, a very common concept behind the use of the metaphor we find exemplified in the writings of Marx about economic crises and revolutions in the world. The activity of Marx during the time as a correspondent for *The New York Tribune* is a result from the historical interpretations and political activity of its writer. Marx was actually just a correspondent from London, but the topics of his writings go beyond the borders of England. His activity as a correspondent also goes far beyond the activity of news reporting.

It is close to 'historical writing' about recent events from a contemporary perspective, obviously a perspective *The New York Tribune* accepted as a view towards the 'old world'

and its headquarter, London. Marx as a correspondent of *The New York Tribune* described crises in the world and from a Marxist perspective interpreted movements in the society as 'revolution': "The attention of our readers has often been called to the unparalleled growth of British manufactures since 1850. Amid the most surprising prosperity, it has not been difficult to point out the clear symptoms of an approaching industrial crisis. Notwithstanding California and Australia, notwithstanding the immense and unprecedented emigration, there must ever, without any particular accident, in due time arrive a moment when the extension of the markets is unable to keep pace with the extension of British manufactures, and this disproportion must bring about a new crisis with the same certainty as it has done in the past.

But, if one of the great markets suddenly becomes contracted, the arrival of the crisis is necessarily accelerated thereby. Now, the Chinese rebellion must, for the time being, have precisely this effect upon England." (Marx). In *Condition of the Working Class in England* (1845) Engels described the movement of a crisis taking the example of the English economy: "Such a crisis usually recurs once in five years after a brief period of activity and general prosperity; the home market, like all foreign ones, is glutted with English goods, which it can only slowly absorb, the industrial movement comes to a standstill in almost every branch, the small manufacturers and merchants who cannot survive a prolonged inactivity of their invested capital fail, the larger ones suspend business during the worst season, close their mills or work short time, perhaps half the day; wages fall by reason of the competition of the unemployed, the diminution of working-time and the lack of profitable sales." (Engels).

Marx described as the source of a crisis the discrepancy between the accrued capital and the poverty and lack of consumption of the masses: "The ultimate reason for all real crises always remains the poverty and restricted consumption of the masses as opposed to the drive of capitalist production to develop the productive forces as though only the absolute consuming power of society constituted their limit." (Marx). At another place of the *Capital* Marx writes that contradictions cause a crisis: "These different influences may at one time operate predominantly side by side in space, and at another succeed each other in time.

From time to time the conflict of antagonistic agencies finds vent in crises. The crises are always but momentary and forcible solutions of the existing contradictions. They are violent eruptions which for a time restore the disturbed equilibrium." (Marx). Crisis is an example of a recent semantic change used since the 19th century for economic processes.

Here even the news written in *The New York Times* stand linguistically in the same line like Marx, when describing economic crises in the 19th century. The meaning in the newspaper language has been narrowed to the phenomenon of economic break-downs. It is quite obvious that Marx in his writings describes processes that developed and the single events he describes are classified as crisis. Here we have an interpretative and reflective way describing a movement. On the contrary, in the news of *The New York Times* the crisis is presented as an event and given fact. Statements of politicians about the crisis that are quoted in the news and the economical breakdown the newspaper reports about as crisis are considered as parts of one economical movement that occurs at several places of the world.

The reports lack any investigation about the relation between the different events. The concept of globalization is the background for the narrative description of local events that are presented as parts of one event.

4. Intertextuality of Mass Media: 'Crisis' as Internationalized Rhetorical Umbrella Term

At this place we discuss, if the use of such terms like crisis in the mass media affect a journalistic writing that presents given events under an umbrella term open to various discursive and narrative forms. Intertextuality is the assumed quality that any text depends on prior conventions, codes, and other texts. The term is sometimes used to refer to the "unavoidable multiplicity of references in any text". (Underwood) Also intermediality is a term expressing the reliance of media on other media. News about the crisis circulate around a set of representation of crisis we can distinguish as follows:

Crisis as International Development

Crisis as Metaphorical Object

Crisis as 'Global Crisis'

Crisis as Collectivum for Crises

We selected writings of pragmatic text types, news writings, and commentaries, that are representative for the use of the expression in the mass media. The ambiguity of the umbrella term is obvious seeing the phenomenon that the expression 'crisis' has more than one meaning. But this awareness depends on the knowledge of the lexical and etymological tradition of the word. The expression 'crisis' varies its semantic structure according to the contexts it is used in.

So we have a metaphorical semantic meaning, when crisis is not described as an economic movement, but with words from other field. When the word crisis is used in the context of economy, the expression stands for an economic decline. It is actually uncommon in the language of journalism to use metaphorical expressions, since it is assumed that metaphorical and rhetorical language is contrary to the objective and plain style of writing in the news media. Exceptions here are feature writings. Besides the use of the crisis as a single phenomenon, an economic crisis, at the same time multiple other crises are occurring in other areas.

Crisis is used as a dead metaphor, where the sense of the transferred image is not present. We have no concrete descriptions or definitions of the crisis and its meaning is actually reduced to a movement across borders and a global phenomenon. If we would interpret the use of the word 'crisis' as a metaphore with a meaning, we could interpret it with another meaning of the classical Greek word crisis as judgement. Media contain contents, information, and experiences created for an audience. The actual presence of the contents can take any form of sensual phenomena and phenomena received via cognition. The integration of rhetorical figures, commonly considered a 'don't' in journalistic practice, is

actually not untypical in journalistic writing from the perspective of rhetoric assuming the ubiquity of rhetoric.

Also the intergration of speech into the journalistic writing is a rhetorical aspect of journalism. The commonly occurring view is that the 'rhetoric' expressed in journalistic documents is a talking in 'hollow phrases' or inclined statements that is mediated from the interviewed person to the medial outlet that passively publishes and distributes it. The rhetoricity of the journalistic media includes the general features of rhetoric as established by rhetorical theory and their application. The rhetorical system gives a comprehensive grounding theory for the practice of journalism comprising the selection of material suitable for mass media presentation in the area of memory, the area of the development of the material, the examination of the actual event by division into different basic groups, and the selective genres of writing that are parts of the variety of the journalistic presentation of mass media based upon the mimetic realation between nature and art.

White in his thesis *Telling Media Tales: The News Story as Rhetoric* explored the rhetorical properties of the modern news report presenting the argument that “linear, syntagmatic models of text structure of the type developed previously for analysis of, for example, the narrative are unable to account for the functionality of these news reports. An alternative ‘orbital’ model of textuality is presented by which relationships of specification are seen to operate between a central textual nucleus and dependent satellites.” (White). Aristotle warns regarding the use of metaphors (*Rhetoric* 3, 3, 4):

Metaphors like other things may be inappropriate. Some are so because they are ridiculous, they are indeed used by comic as well as tragic poets. Others are too grand and theatrical, and these, if they are far-fetched, may also be obscure. For instance, Gorgias talks of 'events that are green and full of sap', and says 'foul was the deed you sowed and evil the harvest you reaped'. That is too much like poetry. Alcidas, again, called philosophy 'a fortress that threatens the power of law', and the Odyssey 'a goodly looking-glass of human

life', 'talked about 'offering no such toy to poetry': all these expressions fail, for the reasons given, to carry the hearer with them. (Aristotle).

Quintilian writes in the *Institutio Oratoria* (8, 2, 1) on perspicuity (*perspicuitas*) that the perspicuity in words arises from a certain propriety; but propriety itself is not accepted in a simple way; for the first intellect is the naming of anything, which we shall not always use, for we shall avoid the obscene, offensive, or mean: “*Perspicuitas in verbis praecipuam habet proprietatem, sed proprietas ipsa non simpliciter accipitur. Primus enim intellectus est sua cuiusque rei appellatio, qua non semper utemur. Nam et obscena vitabimus et sordida et humilia.*” (Quintilian). Balkin wrote: “Without mass media, openness and accountability are impossible in contemporary democracies.

Nevertheless, mass media can hinder political transparency as well as help it.” Balkin also wrote on transparency: “Today political transparency is virtually impossible without some form of mass media coverage. However, mass media can frustrate the values of political transparency even while appearing to serve those values. When politicians and political operatives attempt to simulate transparency and appropriate the rhetoric of openness and accountability, the mass media does not always counteract the simulation. Indeed, it may actually tend to proliferate it.” (Balkin).

The mass media use a language, with is vague and intends to signify events with abstract classifications like *global* and *crisis*. But this is an intertextual phenomenon of a medium that receives news and relies on a language and expressions created outside the medium. The descriptions of the crisis as a movement in *The New York Times* use the expression *crisis* as a term to cover developments of national and international importance. Both the metaphorical use of words to describe the crisis and the Proper words for the description refer to a movement. The actual definition and concrete analysis of the movement is missing. The use of the word *crisis* actually fits with the classical definitions of a change of a state, but actually it does not implement the option of a change to a better or worse state. *Crisis* here is in general a negatively connoted word.

The semantic field in the examined examples of *The New York Times* circulates around a set of meanings that are, generally speaking, nor identical with the original meanings of the word crisis in Greek language. Even compared to the use of the expression crisis in the terminology of Marx we find the difference that this crisis is described as a phenomenon that is connected to other crises. While Marx employed a human metaphorical language for crisis, now the crisis is semantically described as a worldwide phenomenon comparably to natural catastrophies.

The crisis is mentioned in the news as an event, an ambivalence and ambiguity is included in the use of the word, since different phenomena as described as crisis from the perspective of a global event. The readers of news get the impression that here one phenomenon occurs all over the world and the news report about it. The distribution of news in such way contributes to the global effect of crisis presented in the mass media, since the presentation lacks any differentiated background information.

The semiotic field of crisis, globality, and national economics is present in all articles. In hard news the term *crisis* serves as a sign classifying the event of the news, while in soft news and opinion writings the meaning of the term is analysed according to a special events.

5. Works Cited

Aristotle. *Rhetoric*. Tr. W. Rhys Roberts. May 23, 2008. <<http://classics.mit.edu/Aristotle/rhetoric.html>>.

Balkin, Jack M. "How Mass Media Simulate Political Transparency." Yale University. March 23, 2009. <<http://www.yale.edu/lawweb/jbalkin/articles/media01.htm>>.

Boles, Derek. "Language of Media Literacy: A Glossary of Terms". Center for Media Literacy. June 28, 2008. <http://www.medialit.org/reading_room/article565.html>.

Chandler, Daniel. *Semiotics for Beginners*. Aberystwyth University. March 11, 2008. <<http://www.aber.ac.uk/media/Documents/S4B/sem07.html>>.

Engels, Friedrich. *Condition of the Working Class in England*. Marxist Internet Archive. March 23, 2009. <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/condition-working-class/ch05.htm>>.

A Greek-English Lexicon. Ed. Henry George Liddell and Robert Scott. Oxford. Clarendon Press. 1940. Perseus Project. June 23, 2008. <<http://www.perseus.tufts.edu/cgi-bin/ptext?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0057%3Aentry%3D%2360035>>.

"Krisis". *TDNT. Theological Dictionary of the New Testament*. Study Light. June 7, 2007. <[Http://www.studylight.org/lex/grk/view.cgi?number=2920](http://www.studylight.org/lex/grk/view.cgi?number=2920)>.

Marx, Friedrich. *The Capital*. Vol. III Part III. The Law of the Tendency of the Rate of Profit to Fall. Chapter 15. Exposition of the Internal Contradictions of the Law. Marxist Internet Archive. March 23, 2009. <<http://www.marxfaq.org/archive/marx/works/1894-c3/ch15.htm>>.

Marx, Friedrich. *The Capital*. Vol. III Part V. Division of Profit into Interest and Profit of Enterprise. Interest-Bearing Capital. Chapter 30. Money-Capital and Real Capital. Marxist Online Archive. March 23, 2009. <<http://marx.org/archive/marx/works/1894-c3/ch30.htm>>.

Marx, Karl. "Revolution in China and In Europe." *The New York Daily Tribune*. June 14, 1853. Marxist Internet Archive. March 23, 2009. <<http://www.marx.org/archive/marx/works/1853/06/14.htm>>.

Quintilian, Marcus Fabius. *Institutio Oratoria*. Forum Romanum. March 23, 2009. <<http://www.forumromanum.org/literature/institutio8.html>>.

Underwood, Mick. "Effects Research: Glossary". Cultsock. January 15, 2009. <<http://www.cultsock.ndirect.co.uk/MUHome/cshtml/media/efterms.html>>.

White, Peter R. *Telling Media Tales: The News Story as Rhetoric*. PhD Thesis May 1998. Department of Linguistics. University of Sydney. Grammatics. 21 March 2008. <http://www.grammatics.com/appraisal/1_preface_telling-media-tales.doc>.

Articles of *The New York Times*

“Group of 20 News - The New York Times Topics”. 1 April 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <http://www.topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/organizations/g/group_of_20/index.html?inline=nyt-org&&&>.

“Brown Urges Action to Work Through Crisis”. 31 January 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.dealbook.blogs.nytimes.com/2009/01/31/brown-urges-action-to-work-through-crisis/?pagemode=print>>.

“Financial Crisis Dims Hopes for Giant Cross-Border Banks in Europe”. 30 January 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/01/30/business/worldbusiness/30eurobanks.html>>.

“Global Warming and the Minefield of Unintended Consequences”. Freakonomics. 13 February 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.freakonomics.blogs.nytimes.com/2008/02/13/global-warming-and-the-minefield-of-unintended-consequences/>>.

“How Will the Credit Crisis Affect Latin America?” *Economix Blog*. 14 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.economix.blogs.nytimes.com/2008/10/14/how-will-the-credit-crisis-affect-latin-america/>>.

“World Financial Crisis Has Passed, I.M.F. Chief Says”. *The Lede*. 15 May 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.thelede.blogs.nytimes.com/2008/05/15/world-financial-crisis-has-passed-imf-chief-says/>>.

<<http://dealbook.blogs.nytimes.com/2009/01/30/philanthropy-amid-a-global-crisis/?scp=2&sq=The%20financial%20and%20economic%20crisis%20has%20put%20advocates%20for%20the%20world%27s%20poorest%20nations%20on%20&st=cse>>.

Andrews, Edmund L. “World Bank Expects Global Economy to Shrink”. 9 March 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/03/09/business/09bank.html>>.

Bradsher, Keith. "A Drought in Australia, a Global Shortage of Rice." 17 April 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/04/17/business/worldbusiness/17warm.html>>.

Brooks, David. "Perverse Cosmic Myopia". 19 March 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/03/20/opinion/20brooks.html>>.

Brooks, David. "Taking a Depression Seriously. Op-Ed Column". 10 March 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/03/10/opinion/10brooks.html>>.

Cohen, Roger. "Redrawing The Free Market; Amid a Global Financial Crisis, Calls for Regulation Spread." 14 November 1998. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/1998/11/14/arts/redrawing-free-market-amid-global-financial-crisis-calls-for-regulation-spread.html>>.

Dewan, Shaila. "A Small Town Loses a Pillar: Its Only Bank". Gibson Journal. *The New York Times Online*. 27 March 2009. *New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/03/28/us/28failure.html>>.

Dixon, Hugo. "Global Response to a Global Crisis." 20 March 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/03/20/business/20views.html?ref=business>>.

Dixon, Hugo. "Group of 20 News - The New York Times Global Response to a Global Crisis". 30 March 30 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <http://www.topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/organizations/g/group_of_20/index.html>.

Dougherty, Carter. "Philanthropy Amid a Global Crisis." 30 January 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009.

Erlanger, Steven. "Sarkozy Stresses Global Financial Overhaul". 26 September 26 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/09/26/business/worldbusiness/26france.html>>.

Façler, Martin. “Global Financial Crisis Upends the Plans of Many South Koreans to Study Abroad.” 9 January 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/01/10/world/asia/10students.html>>.

Fackler, Martin. “Financial Crisis Spreads to Emerging Nations”. 24 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/10/24/business/worldbusiness/24won.html>>.

Fackler, Martin. “Financial Crisis Spreads to Emerging Nations”. 24 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/10/24/business/worldbusiness/24won.html?scp=9&sq=Emerging%20markets&st=cse>>.

Goodman, Peter S. “Fear of Deflation Lurks as Global Demand Drops”. 1 November 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/11/01/business/economy/01deflation.html>>.

Goodman, Peter S. “Fear of Deflation Lurks as Global Demand Drops”. 1 November 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/11/01/business/economy/01deflation.html?em=&pagewanted=all>>.

Jersawitz, Jack. “As Crisis Spreads, Global Approach Weighed.” Reader Comment. 10 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/10/10/business/worldbusiness/10global.html?fta=y>>.

Jolly, David. “Global Financial Troubles Reaching Into Gulf States.” 27 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/10/27/business/economy/27gulf.html?pagewanted=all>>.

Jolly, David. “Global Financial Troubles Reaching Into Gulf States”. 20 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/10/27/business/economy/27gulf.html?fta=y>>.

Kanter, James. "News Analysis - Europe's Leadership in Carbon Control at Risk". 21 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/10/21/business/worldbusiness/21climate.html>>.

Kanter, James. "U.N. Climate Change Chief Discusses Global Financial Crisis." 21 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.greeninc.blogs.nytimes.com/2008/10/21/un-climate-change-chief-discusses-global-financial-crisis/>>.

Krugman, Paul. "A Continent Adrift". 16 March 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/03/16/opinion/16krugman.html>>.

Krugman, Paul. "America the Tarnished." 29 March 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/03/30/opinion/30krugman.html>>.

Krugman, Paul. "Innovating Our Way to Financial Crisis". 3 December 2007. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2007/12/03/opinion/03krugman.html?n=Top/Opinion/Editorials%20and%20Op-Ed/Op-Ed/Columnists/>>.

Krugman, Paul. "The Mother of all Currency Crises." 26 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.krugman.blogs.nytimes.com/2008/10/26/the-mother-of-all-currency-crises/>>.

Krugman, Paul. "A Crisis of Faith". 15 February 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/02/15/opinion/15krugman.html>>.

Landler, Mark. "Global Fears of a Recession Grow". 7 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/10/07/business/worldbusiness/07global.html?hp>>.

Landler, Mark. "The U.S. Financial Crisis Is Spreading to Europe". 1 October 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/10/01/business/worldbusiness/01global.html>>.

Mazzetti, Mark. "Global Economy Top Threat to U.S., Spy Chief Says". 12 February 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/02/13/washington/13intel.html?partner=rss&emc=rss>>.

The New York Times. "The U.S. Financial Crisis: The Global Dimension with Implications for U.S. Policy." 12 February 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.topics.blogs.nytimes.com/2009/02/12/the-us-financial-crisis-the-global-dimension-with-implications-for-us-policy/>>.

Nizza, Mike. "Global Food Crisis: Menus and Meaning." *The Lede Blog*. 8 July 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.thelede.blogs.nytimes.com/2008/07/08/global-food-crisis-menus-and-meaning/>>.

Parker-Pope, Tara. "*The Midlife Crisis Goes Global*". *Well Blog*. 30 January 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.well.blogs.nytimes.com/2008/01/30/the-midlife-crisis-goes-global/>>.

Sachs, Jeffrey D. "Blame for the Global Crisis." 8 March 2009. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2009/03/08/opinion/108krugman.html?ref=opinion>>.

Wassener, Bettina. "Asian Banks, Once Thought Safe From Crisis, Are Now Hurting". 18 November 2008. *The New York Times Online*. 2 April 2009. <<http://www.nytimes.com/2008/11/19/business/worldbusiness/19asiajobs.html>>.

SPATIO-TEMPORAL DISLOCATION IN *THE FRENCH LIEUTENANT'S WOMAN* BY JOHN FOWLES

Mohammad Abdullah Matarneh

Tafila Technical University

Matarneh66@yahoo .com

ABSTRACT: *Michel De Certeau wrote: "Every story is a travel story – a spatial practice." There is no doubt that one of the matrixes of representation in postmodern fiction is the dislocation of space and time. This issue stretches through worlds which are hypothetically interconnected between widely separated regions of space-time. This paper attempts to consider John Fowles's well-known The French Lieutenant's Woman (1969). Fowles in The French Lieutenant's Woman offers brilliant spatial metaphors that blur the trajectory of narrative order and shape the human experience against narrative template. The concept of spatial-temporal dislocation can help us grasp the structure of narrative technique in the novel of John Fowles. It exceeds the protocols of narrative logic and exuviates the narrative habits, develops new perceptual skills and generates a stimulated reader. This reader, by virtue of the act of narration covers a wide spectrum of the cognitive challenges the novel offers. This paper investigates multiple spaces that generate freedom for the self, the intersection of these spaces form an entangled network heads toward transcendences of the self. Fowles tries to carve out a space for his characters, he gives them freedom by steeping out of their interior space. Thus, the movement of interior space casted in relief and inner implosion culminated in exterior explosion. Joseph Francese (1997) claims that "The conflict of order and disorder forces the immanent narrator to choose between interior calm coupled with exterior disorder or its opposite, exterior order coupled with interior disquietude." This shows plenty of jumbled spaces at a time, transpose transversally across an intricate web of play and trickery, the spatial change has to be read not just as referring to an external, physical space, an internal, mental state, but also as a temporal- spatial scene of writing. Fowles has frozen the movement of time and eliminated its temporality looking at it as a completed pattern of words, with all its parts existing simultaneously.*

Keywords: *space, temporal dislocation, movement.*

Narrative is deemed as an essential component of a literary work, it is studied for its ubiquity and importance. Many regard it as the Queen of Discourses for explaining experience and organizing knowledge. It is obvious that people tell their stories from the moment they begin putting words together, but when the subject starts being conjoined to a predicate, we are thrust into narrative discourse and we make narratives many times a day. Thus Narrative and language are closely related so much so that theorists have played up their inter-dependence. It is clear that

we engage in narrative so often and through narratives we present ourselves, our experiences and the experiences of others. Perhaps the largest assertion regarding the quintessential nature of narratives is contained in Roland Barthes' article on narrative (1966).

He writes the narratives of the world are numberless. Narrative is first and foremost a prodigious variety of genres, themselves distributed amongst different substances as though any material were fit to receive man's stories. Able to be carried by articulated language, spoken or written, fixed or moving images, gestures, and the ordered mixture of all these substances, narrative is present in myth, legend fable, tale, novella, epic, history, tragedy, drama, comedy, mine, painting... . Moreover, under this almost infinite diversity of forms, narrative is present in every age, in every place, in every society; it begins with the very history of mankind and there nowhere is nor have been a people without narrative. All classes, all human groups, have there narratives... narrative is international transhistorical, transcultural; it is simply there, like life itself." (251-2)

Barthes' description obviously incorporates the literary genres in which the narrative designates itself. Through these innumerable genres, that narratives encode we can capture the mental record of who one is and translate it into a kaleidoscope of meaning. Thus, narrative is a vital human activity that gives shape to history, sociology and literature. Peter Brooks (1996) has stated that narrative "is very much bound up with the stories we tell about our own lives and the world in which we live. We cannot in our dreams, our daydreams, our ambitious fantasies, avoid the imaginative imposition of form on life."(19) This is the universal and transcendental feature of narrative, which generates meaning from the imaginative as well as the lived nature of its application. In other words, the association of narrative with humanity can be found not only inside the walls of our own individual consciousness and in unconsciousness as well. One truism about narrative is that it is a way of representation of actions or events. Susana Onega and Jose Landa (1996) have defined narrative as "the semiotic representation of a series of events meaningfully connected in a temporal and causal way." (3) the most interesting part of the

definition of narrative is the difference between events and the representation of these events. In other words, the difference between the story (the event of sequence of events) and the narrative discourse (how the story is conveyed).

The distinction between story and narrative discourse is between two types of time, the time of narrative discourse is the duration of the presentation of the novel and the time of the story is the duration of the sequence of events that composes the plot. E.M. Forester (1927) has called the daily life "composed of two lives - the life in time and the life by values,"(29) qua narrative, it has two times, the internal as well as the external and we sort the story out of the narrative discourse, thus, the time of the story is quite different from the time of the narrative discourse. So far the time of the discourse is independent, it can move forward and backward, shrinks and expands. The time of the story can take one day, a year and a lifetime, so it has its own time.

Porter Abbot (2002) holds that "narrative time, in contrast, relates to events or incidents."(5) Abbot adds "Narrative, by contrast, turns these processes inside out, allowing events themselves to create the order of time."(3, 4) The characteristics of these statements is that they refer to the elasticity and flexibility of time, that it extends itself, slows down, stands still or moves rapidly. The story moves in the time of fiction across a space, it comes and goes, jumps from the past to the future and then to the present again. M. Freeman (1998) says "we seek to revisit the morning before we arrived at work, or the previous day or month or year, we land back in the present, now informed by the visits just made, we concentrate on what's next, both in the immediate and distant future..., in coming to terms with the past, 'we can only do so from the present, through the act of interpretation." (41) Narrative is therefore, not only paying attention to the incidents that give shape and dominate the sense of time, but also about expectation , memory, and complexities of time.

In twentieth-century experimental works, time becomes an object for manipulation, not only from the point of view of characters or their subjective perception, but also from the narrator's stand who becomes increasingly present, setting aside all conventions of omniscience. The time of the story telling enters therefore into an explicit, ironical, participating and bitter relationship with the time of the story (narrative time) experienced by the characters. The effect is

a split between the time of telling and the told time as well as the relationship with the real life of an actual author, thus, the game with that time deriving from that splitting. The result is a puzzled skein of crossing or overlapping of different spatial or temporal perspectives, but this puzzle seems to disappear and the riddle of time opts its ineffable unity and an unbreakable link with the existence of every individual, which is made up precisely of time itself.

As the movement of narrative involves time, it must also imply 'space'. Moving through the narrative all the incidents and events which must take place within a particular time-frame. Yet the oscillations of time between the time of telling (speech) and the time of the story must entail some kind of delay, diversions, detours and digressions. A narrative must move forward to its end and through its progression towards the disclosure, it lingers, delays and retards the events of the story and binds them in space. Thus, these digressions and detours are woven into narrative and they may not be apparent as intentional increments but rather as snatches of dialogue or sequential description. The effect produced is that space and time coordinates the contextual narrative structure and the notions of space and time are constructed around experiences of dislocations and relocations, bringing the narrating here-and-now to the narrated then-and-there, or from a then-and-there to a here-and-now. A . Giddens (1981) writes "we can only grasp time and space in terms of the relations of things and events; they are the modes in which relations between objects and events are expressed."(31)

This play with the maximizing or minimizing of time is one of the practiced dislocations of self-conscious experimental narrative fiction This new innovative fiction has challenged the two features of traditionally plotted fiction, the linear structure and the explication of actions and events. Time is not necessarily continuous and made up of sequential events, and life may be a subject of randomness and chance. In fact, narrative fiction has associated space as a structural issue, at the same time it is deemed as the aesthetic perspective that accounts for the practice of contemporary innovative fiction. Thus, narrative fiction has demanded new implications to map out its entire paradigm, and demonstrated its interest in a theory that fleshes out the structural organization of narrative elements. It is the spatial form theory that has aroused considerable interest and controversy. It has particularly tried to resolve the dilemma of time and castigated the

conventional causal and temporal sequence. Joseph Frank (1963) has described a scene that does not depend on time, he argues "the time-flow of narrative is halted; attention is fixed on the interplay of relationship within the immobilized time-area. These relationships are juxtaposed independent of the progress of the narrative, and the full significance of the scene is given only by the reflexive relationships among the units of meaning." (11)

Frank again admits "these word-groups must be juxtaposed with one another and perceived simultaneously."(12) In this respect, the parallel fashion of space-time vectors move in a juxtaposed way along some curve so that they preserve their direction from one infinitesimal direction to the next, here, the spatial form seems to be freed of the conventional connections of temporality and causal taxonomies. Thus, it is a process of re-birth of the elements of the action which then develop into a story in the reader's imagination. Frank (1963) points out that it requires "its readers to suspend the process of individual reference temporarily until the entire pattern of internal references can be apprehended as a unity."(13) The replacement of conventional notions of action, character, point of view and thematic progression in favors of a self-conscious artifice is a disruption of the narrative technique. It has rebelled against the external reality and substituted it with the internal reality of the act of writing. There seems that the act of writing reflexes is the aesthetic of the narrative technique. Consequently, the narrative technique of spatial form is capacious. It amalgamates aspects of past and present so that these aspects are welded and embedded in one texture. Frank (1963) has claimed that "all maintain a continual juxtaposition between aspects of the past and the present so that both [past and present] are fused in one comprehensive view."(55) In other words, the events are reported in concurrent narration as they occur, as a sequence of present moments, or as a sequence of instant doings, happenings and visions of telling voice, the sequence as a completed texture may have a paratactical quality with actions being juxtaposed or bound together one after another. As a result, the cohesion between adjacent actions may be established in segments not as a whole, as the narrated domain is a world in the process of taking a guise as it is being narrated not a synthesized whole.

In this type of narration, a major shift occurs both in the temporal placement of the events relative to telling time and in the internal structure of the narrating schema that the retrospective narrative is supposed to occupy a single indeterminate point in time and that the time of telling is later than the told time yet the whole sequence of accounted events has glided away by the time of telling. The retrospective narratives repeatedly refer to positive, negative, probabilities, possibilities and facts unitedly evaporate what the narrator defined in referring to the world of the told time, thus, these states of facts exist in a paradoxical view of doubt and indeterminacy. Hence, the reader may be unable to resolve his lack of knowledge because of the narrator's incomplete absolute certainty, therefore the assumption of certainty in inherent indeterminacy is epistemological. On the other hand, the concurrent narrative is assumed to occur in a determinate point in time. That point consists of a sequence of new states and intervals that joined together to configure the course of events being narrated. Consequently, the retrospective narratives as well as the concurrent narrative run parallel and they possess the initial and terminal temporal points. In other words, the correlation of the time of telling and the told time on both levels of speech and events is precisely juxtaposed one after another, that is, narrative is now a record of what is happening at the moment of speech.

If we accept this model, we immediately realize that the reader is no longer confined to the temporal succession of events but rather to the stepwise passage of time, ongoing and progressive matching of reported situations and of their seeing and reporting. However, the passage of time of each segment tends outward into space and correlates with spatial form, thus, this model is based on the co-existence space and seems to suspend the flow of time and spreads narrative in space, a space that one world travels into its environment, that it is a shape of space, a shape of outer to inner and of inner to outer, that it is a shaping of the character to folded space of the distance between the point of view and that environment. To achieve this effect, the mechanical shuffling of time, twists of perspective, flashbacks and simultaneity emphasize the spatiality in spite of all the variations of conventional temporality. Jeffery R. Smitten (1981) has claimed that "still others,... involve dense mosaics of past and present the interrelations of whose parts completely displace concern with temporal progression in the present." (20) Thus, the reader must map out in his mind

the internal references and the relationships to perceive the meaning of a single event, as that event is digressed of the conventional causal/temporal sequence. However, the mechanism of those references and the juxtaposition is internally understood as a requirement of the narrative discourse to surrogate the departure from pure temporality, from pure causal temporal sequence. Thus, having spatialized the flow of time and created relations of meaning detached from succession, the plot seems to adjust itself in conformity with the constraints of pure temporal linearity. And the concatenation of causes and effects are supplanted by self-reflexivity of the work so that the reader has to discover the syntax of the work by paying attention to the synchronic relationship among the disconnected space-time. In so far as the conventional connectives are eliminated and the action is not evolving through time, the spatial form of narrative is concerned with rendering a multiplicity of events existing at about the same time. The spatial form of novels can therefore be said to contain a continual juxtaposition between aspects of the past and the present depending upon no reference to the temporal world.

John Fowles (1934-2005) is an anomaly, almost a literary contradiction. He is both a traditional writer and an innovative metafictionist. He draws upon past literature but changes the direction of the tradition in which he writes. He simultaneously accepts and rejects the literary past, while at the same time, he questions contemporary avant-garde attempts to redefine the novel genre. His fiction is a centrifuge in which past, future time and space are wrapped together. John Fowles's the *French Lieutenant's Woman* (1969) is a pastiche, novel, an attack on Victorian conventions, Malcolm Bradbury (1994) holds that the novel is "telling one of the era's key fables the male hero faced with the choice between the fair and the dark lady, between sentiment and sensuality, social reaffirmation and danger." (368) It is a picturesque description of two epochs – the 1860s and 1960s – the confrontation of the Victorian and the modern is reported as Marie-Claire Simonetti (1996) has pointed out "a highly self-conscious, contemporary narrator who comments on the nineteenth – century narrative from a twentieth – century perspective." (301)

The French Lieutenant's Woman, besides being a good story, demonstrates John Fowles' innovative technique. The opening sentence establishes the temporal location of the action: "One

incisively sharp and blustery morning in the late March of 1867." (9) The verb tense of the opening clause, "an easterly is the most disagreeable wind in Lyme Bay," (9) asks the reader to see the event and its narration as simultaneous. This narrative technique evokes a feeling of magnitude and pulls us into the fictional world of the story. Fowles later includes subtle references to the twentieth century "as full of subtle curves and volumes, a Henry Moore or a Michelangelo." (10) We realize that the oscillated present is in fact Fowles's own residence in Lyme, 1967, the date of the novel's origin. The town of Lyme Regis in the *French Lieutenant's Woman* is a graceful spatial metaphor that explicitly exposes the way that a human being imposes narrative order on non-narrative experience. With its charming system of roads, paths, streets and cart trades, it connotatively invites the reader to sit back, relax and begin a gradual process of immersion into an imaginary though life-like world. It is an impress on a landscape with its somber grey cliffs masked by dense woods, wild engulfing channel waters and caves of mysterious geologic and cosmic enchanting mysteries. In *The French Lieutenant's Woman*, he mimics the openings of Victorian realism, the third-person objectivity of nineteenth-century realism with a unifying perspective centered in the narrating consciousness. The opening of the novel delineates the spatio-temporal setting, introduces the main characters and hints at a possible love relationship. What clearly diverges from the Victorian canon is the playful juxtaposition of intertextual allusions, by giving way to parody, as the omniscient narrator mischievously admits that he does not know what to do. Sarah Woodruff is the one who always represents this rejected –narrative reality. Sarah feels entirely out of place in the world. Sarah attempts to lead Charles Smithson to a rejected -narrative space, a space which may be gained through narrative; she prefers to make it appear that she is living the fallen-woman plot. She confesses that her choice to marry Shame by following the French lieutenant gives her freedom that other people cannot understand "What has kept me alive is my shame, my knowing that I am truly not like other woman." (171) Charles feels that Sarah has fallen into the clutches of a horrible villain. But at the same time, Sarah plays games with the word 'Fall' as a concept and a word. Through a parody of falling, she locates and dislocates another sense of falling and turns the falling action of a 'whore' woman into freedom. "I think I have a freedom they cannot understand." (171)

Sarah wants to fall into a space where no reasons are claimed. She uses the falling precipice to free herself from narrative clutches. "I threw my self off a precipice.... I knew of no other way to break out of what I said... I have set my self beyond the pale." (171) Sarah approaches what Kellner and Stephen (1990) describe as, "the body that breaks free from its socially articulated, disciplined, semiotized, and subjectified state... to become disarticulated, dismantled and deterritorialized, and hence able to be reconstituted in new ways." (90-91) She in turn becomes a narrative space by such a dislocation. Sarah wants to be released from the plot as well as the narrative-bound sense of identity, she wants to find her own reality. Ironically, she does have a place in the community as its outcast.

Charles Smithson in *The French Lieutenant's Woman* also confronts himself and evaluates his own life in a mythic underground of interior space. Inside the room of a prostitute, in London, he sits on the commode, holding the child of the prostitute on his knees he dangles the watch in front of the eager small arms. Her instant change of mood, a gurgle of delight when at last she clasps the coveted watch, Charles is amused, she begins to call. Charles has a vision of Sir Tom and the bishop's son calling him at the moment,... the end of his great debauch. The strange dark labyrinths of life; the mystery of meetings. Charles realizes, in the spatial imagery of his own immediate situation, the truth necessary for survival in the "strange, dark labyrinths of life."

(308) He comes to the

"profound and genuine intuition of the great human illusion about time, which is that its reality is like that of a road – on which one can constantly see where one was and where one probably will be – instead of the truth: that time is a room, now so close to us that we regularly fail to see it." (FLW 308, 309)

This passage combines the idea of time with the image of space, that pictoria of life as a closed room that man must furnish and, then, open to the exterior world. The ontological man can live

only in present time; thus each individual has to explore the strange and dark labyrinths of life.

So, time and life are imaged as an underground room of present existence

In *The French Lieutenant's Woman*, Charles Smithson moves through inner space to an existential destination in a succession of confrontation scenes. The image of tunnel represents not only isolation but a journey through his inner space of existentialism. Michel De Certeau (1988) has argued that: "Every story is a travel story – a spatial practice." (115) Charles has led an intellectual as well as emotional journey of transference as a victim of the Victorian age. Sarah, Charles' Dantesque guide, leads him on his journey into the mythic underground of the undercliff. This allows Charles to achieve a sense of self that raises him to the level of human, and this transformation makes him a model of the response that Fowles hopes to elicit from the reader. In the first meeting Charles and Sarah do not communicate at all. He comes upon her as she is sleeping on a deserted place and when they meet a second time, Charles begins to feel the gravity of Sarah. Their third meeting in the undercliff comes as Charles searches for fossilized tests, Charles suddenly finds Sarah staring at him. "Her figure standing before the entombing greenery behind her and her face was suddenly very beautiful, truly beautiful, exquisitely grave and yet full of an inner, as well as outer, light." (136) Sarah opens herself to Charles and plunges into her confession about Varguennes and her sexual sin. This scene is a journey of interior space through the landscape and it is made clear from the omniscient narrator, who says of Charles "deep in himself he forgave her unchastity; and glimpsed the dark shadows where he might have enjoyed it himself." (172)

The narrator wants to end the life of Charles, "I have already thought of ending Charles's career here and now, of leaving him for eternity on his way to London. But the conventions of Victorian fiction allow, allowed no place for the open, the inconclusive ending; and I preached earlier of the freedom characters must be given." (389) the narrator does not permit a closed space for the novel, thus, he lets Charles complete his journey. After leaving Sarah, Charles takes his second step. He plunges into the dark quarter of Exeter. He enters an unlighted, empty, deserted church where he undergoes a dark light of his spirit, Charles generates a mutation away from the conventions and organized church morality into existential, humanistic and realistic

religious context. Consequently, Charles emerges from this dark, empty, inner space a different free man of his own identity and reality.

Fowles has a problem, which he graciously explains in Chapter Fifty Five, while riding with Charles on a train to London. Literally, Fowles doesn't know what to do with his story. He cannot manipulate the plot, or as the narrator says, "Fix the Fight," (390) to "Show one's readers what one thinks of the world around one," (390) because this story happened a hundred years ago and "we know what has happened since." (390) The only solution, the narrator decides, is to write two endings to fill two spaces, "The only way I can take no part in the fight is to show two versions of it. That leaves me with only one problem: I cannot give both versions at once, yet whichever is the second will seem, so strong is the tyranny of the last chapter, the final, and the real version." (390) Ostensibly, in order to subdue this "tyranny of the last Chapter," Fowles presents the image of the florin, he flicks it, spinning, two feet into the air and catches it in his left hand so he proceeds. The first is heart-warming, gratifying, a very "great expectations" of an ending, a thorough domestication of eroticism, wholly consistent with Fowles's charming tale. Then comes the second ending. It explodes all the assumptions our sensibilities so willingly embrace. In a giant step, it covers the space between the Victorian novel and the roman nouveau. It leaves one wondering which century was more liberated. It is a shock. It is comic. It signals the sudden but predictable arrival of a remarkable genre that stills time to expand space-inner shrinking the outer. In this sense, John Fowles has said of his novel that it shows "an existentialist awareness before it was chronologically possible."

Related to the In his novel, Fowles has used a multiple-ending strategy which is obviously forking-path narratives in which mutually exclusive possibilities have been jointly realized. The tidy ending in the style of Victorian fiction, that Fowles's protagonist Charles wishes for, belongs to Charles' subworld, not to the world of the text. But the other two endings, coming at the true close of the text belong to the real world of the novel. Charles and Sarah are reconciled through their daughter; in the other Charles loses Sarah for good. At the beginning of Chapter Sixteen, and after the first ending the narrator intervenes and returns us to the point in the sequence at

which the bifurcation occurred, the result is that Fowles's world flickers and opalesces at the point where we conventionally expect clarity and definition (closed ending) or total opacity (an open ending), thus, his double ending represents a structure of no-ending, though this slightness is quite sufficient to destabilize the very self-conscious fictionality of writing to carry fiction forward

Fowles in *The French Lieutenant's Woman* has connected and differentiated disparate elements encapsulated into a total experience, juxtaposed side by side in a spatial design. The past permeates the present, just as the present spins the representations of the past. The pastiche of these disparate elements is distinctly an imitation while permitting the referent to encompass **itself per se**. Consequently, *The French Lieutenant's Woman* has taken an arduous task of redeeming past authentically. Moreover, the displacement of the referent seems to create an "intertextual" space and overtly reconstructs the Victorian past both its Victorian aesthetic and specifically the modus vivendi of Victorian social life. The concept of spatial-temporal dislocation can help us grasp the structure of narrative technique in the novel of John Fowles. It exceeds the protocols of narrative logic and exuviates the narrative habits, develops new perceptual skills and generates a stimulated reader. This reader, by virtue of the act of narration covers a wide spectrum of the cognitive challenges the novel offers

Primary Source

The French Lieutenant's Woman (1969) has been published by Jonathan Cape and CO.,
 London

Works Cited

Abott, Porter. H. *The Cambridge Introduction to Narrative*. Cambridge,
 Cambridge University Press, 2002.

Barthes, Roland. *S/Z*. trans. Richard Miller, New York: Hill and Wang, 1966.

Barthes, Roland. "Introduction to the Structural Analysis of Narratives" in Susan
 Sontag (ed.) *A Barthes Reader*, New York : Hill and Wang, 1966.

Bergson, Henri. 'Oeuvres'. Paris: Presses Universitaires de France, Trans. James
 Curtis, 1959.

Best, Stephen, and Douglas Kellener. *Postmodern theory: Critical Interrogations*.
 New York: Guilford Press, 1991.

Brooks, Peter. "The Law as Narrative and Rhetoric," in Peter Brooks and Paul
 Gewirtz (eds.), *Law's Stories : Narrative and Rhetoric in the Law*. New
 Haven : Yale University Press, 1996.

Burden, Robert. *John Fowles, John Hawkes, Claude Simon: Problems of Self and
 Form in postmodernist novel: A Comparative Study*. Wurzburg, 1988

Forster, E .M. *Aspects of the Novel*. London : Edward Arnold, 1927.

Freeman, M. "Mythical time, historical time, and the narrative fabric of the self"
Narrative Inquiry, 1998.

- Frank, Joseph. “Spatial Form in Modern Literature,” In his *‘The widening Gyne : Crisis and mastery in modern literature*, New Brunswick : Rutgers University Press, 1963 .
- Giddens, A. “*A Contemporary Critique of historical materialism*”, Vol. I, Power, Property and the Stage. London: Macmillan, 1981.
- Hutcheon, Linda. *A Poetics of Postmodernism. History, Theory, Fiction*. New York and London: Routledge, 1988.
- Simonetti, Marie-Claire, “The blurring of time in the French Lieutenant’s Woman; the novel and the Film,” in *Literature Film Quarterly*, Vol. 24, issue 3, p. 301, at Academic Research Elite, 1996
- Onega, Susana and Landa. G.A. Jose, *Narratology: An Introduction* New York : Longman,1996 .
- Shattuck, Roger. *The Banquet Years: The origins of the Avant Garde in France, 1885 to World War I*, Rev. Ed. New York: Vintage, 1968.
- Smitten, Jeffrey R. and Daghistany, Ann (ed.) “*Spatial Form in Narrative*” Lubback, Texas, Cornel University Press, 1981.

O SONHO DE UM HOMEM RIDÍCULO DE DOSTOIÉVSKI E A QUESTÃO DA TEMPORALIDADE

Cabral, Izaura da Silva¹

RESUMO: O tempo é uma representação que em uma narrativa interfere tanto na localização das ações, como na organização do discurso. Em relação aos aspectos observados, somos levados a crer que a questão da temporalidade, na obra se organiza de uma forma bem simples e linear, há poucas idas e vindas, que quando acontecem servem para clarear algum aspecto sobre a atual circunstância em que o narrador se encontra.

Palavras-chave: narrador, literatura, questão de temporalidade.

ABSTRACT: *The time is a representation that one a narrative intervenes in such a way with the localization of the actions, as in the organization of the speech. In relation to the observed aspects, we are led to believe that the question of the temporality, in the workmanship if organizes of a well simple form and linear, it has few gone and comings, that when they happen serve to clearer some aspect on the current circumstance where the narrator if finds.*

Keywords: *narrator, literature, question of temporality.*

O tempo é uma representação que em uma narrativa interfere tanto na localização das ações, como na organização do discurso. Pode conter um valor semiótico a que não são estranhos dois fatores: a dimensão temporal que preside a narratividade (entendida como a sucessão de estados e transformações) e a importância de que se reveste para a existência humana a vivência do tempo (algo sugerido por certos gêneros como a autobiografia e as memórias que têm a ver com a experiência humana do tempo).

¹ Licenciada em Letras pela UNISC, mestre em Letras – leitura e cognição pela UNISC, professora de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Espanhola do Instituto Estadual de Educação Ernesto Alves.

O tempo, na narrativa, comporta as seguintes divisões²:

- a) O tempo da história é o tempo matemático, cronológico.
- b) O tempo psicológico é identificado pelas referências temporais que indicam vivências subjetivas das personagens.
- c) O tempo do discurso que trata da ordem segundo a qual o tempo da história é distribuído na narrativa.

Em o *Sonho de um homem ridículo*, o tempo cronológico é bem aparente, já que faz referência a horas, meses, turnos: “surgiu no último ano” (p. 92), quando o narrador faz referência à plena convicção que surgiu assim, na sua vida, de que tudo tanto faz. Além desta passagem, em inúmeras outras podemos encontrar a cronologia, como quando ele narra o seu encontro com a verdade: “Em novembro passado, mais precisamente em três de novembro.”(p.93).

Já o tempo psicológico costuma vir acompanhado por estado de mudança, desgaste, a ansiedade sofrida pelas personagens. Na noite que conheceu a verdade, o narrador, em Dostoievski, relata: “eu voltava para casa então às onze horas da noite, e pensei justamente, eu

² ONÓFRIO, Salvatore. *Teoria do texto*. São Paulo: Ática, 1995. O tempo cronológico é aquele medido pela natureza, sucessão de dias, das estações e da existência, ou pelo calendário, ou pelo relógio. Já o tempo psicológico não é um tempo absoluto, mensurável através de padrões fixos. É o tempo ulterior à personagem e a ela relativo, porque é o tempo da percepção da realidade, da duração de um dado acontecimento no espírito da personagem. Ainda o tempo do discurso é o tempo da enunciação que pode ser linear ou sofrer inversões. (p.100-101) passim.

me lembro, que não poderia haver hora mais tenebrosa.”(p.93) O tempo aqui estabelece uma relação com sua subjetividade, já que aquela experiência era extremamente pessoal.

Na passagem em que o narrador, que até aquele momento da sua vida era indiferente a tudo, percebe que não é bem assim, fica se questionando por que não socorreu aquela menina que pediu sua ajuda, nos encontramos novamente com o tempo psicológico, uma vez que este questionamento suscita certa ansiedade na personagem, pois a situação está fugindo ao seu controle, há uma perturbação, ele descobre que não é tão indiferente assim: “por que é que eu fui sentir de repente que nem tudo me era indiferente, e que eu tinha pena da menina?” (p. 99).

O tempo do discurso indica que o ato de narrar não se submete à linearidade sucessiva do tempo cronológico e que os fatos os quais ocorrem ao mesmo tempo precisam ser narrados sucessivamente.

Assim, nesta narrativa, nós podemos dizer que existe o tempo cronológico em que o narrador está vivendo e o tempo cronológico do sonho que ele está narrando, aliados ao tempo psicológico suscitado por suas experiências em relação a estes dois tempos. Dessa forma os tempos têm que se suceder, já que ocorrem ao mesmo instante. Então encontramos primeiro a narrativa no tempo da vida do narrador, logo depois, no do seu sonho, e por fim, no tempo de sua vida novamente.

O tempo do discurso comporta além da ordenação do tempo da história (medida em dias, horas e anos) e uma extensão, a do texto (medida em linhas e páginas), e a frequência, que é dada pela relação entre o número de eventos da história e o número de vezes que são mencionados no discurso.

Quanto à velocidade, podemos dizer que o texto, por ser um conto apresenta um desenrolar de ações muito rápidas, ou seja, um grande espaço de tempo da história é narrado em poucas páginas. Já em relação à frequência em *O sonho de um homem ridículo*, não há a repetição de eventos, pois o texto, por ser uma narrativa curta exige uma maior linearidade.

A ordem temporal distribui o tempo da história segundo os seguintes dispositivos³:

- a) Analepse: movimento temporal retrospectivo que recupera eventos anteriores ao presente da cena, introduzido pelo narrador ou pela memória de uma personagem.

O exemplo que podemos citar na obra estudada é, quando o narrador para explicar o momento que vive precisa recuar no tempo: “Fazia muito tempo que eu vinha pressentindo isso, mas a plena convicção surgiu no último ano.”(p. 92)

³ A prolepse é, pois, toda manobra narrativa consistindo em contar ou evocar de antemão um acontecimento ulterior. Ou seja, exerce o papel de anúncio, previsão e caracteriza a impaciência narrativa.(p. 38). Já a analepse é toda a ulterior evocação de um acontecimento anterior ao ponto da história em que se está. Igual a retroceder. (p. 72). Definições do livro: GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Veja, s/d.

- b) Prolepse; movimento de antecipação pelo discurso de eventos cuja ocorrência na história seja posterior ao presente da ação. É menos comum que analepse. No presente da cena, adianta-se um fato que vai acontecer posteriormente.

Em *O sonho de um homem ridículo* o narrador prevê o seu futuro, e talvez esteja aí a causa de sua indiferença: “pouco a pouco me convenci de que também não vai haver nada jamais.”(p.93).

Em relação aos aspectos observados, somos levados a crer que a questão da temporalidade, na obra se organiza de uma forma bem simples e linear, há poucas idas e vindas, que quando acontecem servem para clarear algum aspecto sobre a atual circunstância em que o narrador se encontra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Veja, s/d.

ONÓFRIO, Salvatore. *Teoria do texto*. São Paulo: Ática, 1995

ENTREVISTA
Salvador Pons Bordería
Profesor titular de Universidad de Valencia
Departamento de Filología Española
Facultad de Filología

Por Giovanna Wrubel Brants

1) Prof. Bordería, ¿podría contarnos un poco sobre su trayectoria académica y la experiencia como profesor titular en la Universidad de Valencia?

Me licencié y doctoré en la Universidad de Valencia, donde he trabajado desde mi licenciatura. He realizado estancias pre- y posdoctorales en Italia, Alemania y Estados Unidos, lo que me ha permitido conocer otras tradiciones. Desearía destacar mi estancia en la universidad de Stanford, bajo la dirección de la profesora Elizabeth Traugott, que fue especialmente fructífera. En mi carrera universitaria, el hecho más relevante lo constituye el haber participado, desde su fundación, en el grupo Val.Es.Co (Valencia Español Coloquial), que investiga el lenguaje hablado. Esta experiencia me ha conformado como investigador; no solo en el terreno académico, sino también en el humano. No hay que olvidar que parte de la experiencia de un joven investigador consiste en adquirir modelos docentes e investigadores que reproducirá en su madurez. En el seno de este grupo, y bajo la dirección del profesor Antonio Briz, he aprendido el valor del trabajo en equipo y la generosidad universitaria, una virtud no por rara menos necesaria en nuestro ámbito.

2) ¿Cuáles son las tendencias, en el ámbito del Análisis de Conversación, que se han ido desarrollando actualmente en España?

Cuéntenos un poco sobre la experiencia del Grupo Val.Es.Co. En España, el Análisis de la conversación se integró, en un principio, con la línea de estudios sobre español coloquial, que ya prestaba atención al lenguaje hablado antes incluso de la "irrupción pragmática" de los años noventa en la lingüística española. De hecho, pocos son los autores, como Beatriz Gallardo o Ana María Cestero, que centren la mayor parte de su investigación en este único ámbito. A diferencia de lo que ocurre en América del Sur, donde la impronta de los estudios sociológicos y antropológicos es mucho más fuerte, el Análisis de la Conversación en España se ha desarrollado desde una perspectiva eminentemente lingüística, lo que ha incidido en aspectos principalmente procedimentales como la recogida de datos, o la elaboración y transcripción de corpus.

3) Y sobre la Asociación de Jóvenes Lingüistas, ¿cuáles son sus directrices y objetivos?

La AJL, de la que fui socio fundador, es una agrupación que une a los doctorandos de las universidades españolas en un encuentro anual que se publica en la revista Interlingüística. Esta vocación juvenil se sustancia en el hecho de que el único requisito necesario para ser miembro consista precisamente en no ser doctor y en que los cargos directivos se renueven cada año y en que recaigan sobre los organizadores de cada Encuentro. He de destacar que el nivel de las comunicaciones es, en la mayoría de los casos, tan alto como el de las de los otros congresos y, viendo su evolución con una perspectiva de quince años, ha sido una cantera de la que han salido lingüistas de la talla de M^a Teresa Moure, Guillermo Lorenzo, Josefa García, Óscar Loureda o Lola Pons. Desde aquí animo a todos los doctorandos que tengan la oportunidad de participar en esa sana locura que no pierdan la oportunidad de asistir a sus encuentros.

4) ¿Cómo usted valora la interdisciplinariedad en investigaciones de Análisis de Conversación? O en otras palabras, ¿considera usted algo interesante la existencia de investigaciones que mezclen el Análisis de Conversación con otras ramas del conocimiento lingüístico como la sociolingüística, psicolingüística, y filosofía del lenguaje?

El Análisis Conversacional es multidisciplinar ya desde su inicio, puesto que en él confluyen intereses sociológicos, antropológicos y lingüísticos. Por otra parte, su objeto de estudio –la conversación– es objeto de numerosas disciplinas, como la Filosofía del lenguaje, la Logopedia o la Psicología evolutiva. Estas pueden beneficiarse de la metodología del Análisis Conversacional para analizar los datos; aquel puede tomar los resultados de otras disciplinas para llegar a conclusiones más predictivas. En cualquier caso, la interdisciplinariedad en este campo es, más que necesaria, inevitable.

[VOLTAR](#)

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito. *Formas de Tratamento no Português Brasileiro: um estudo de caso*. Curitiba: Editora DNAZ, 2009. 162 p.

Jânia Ramos (UFMG)

No livro *Formas de Tratamento no Português Brasileiro: um estudo de caso*, de Artarxerxes Tiago Tácito Modesto, o leitor vai encontrar um texto ágil e inteligente sobre um dos temas mais visitados na literatura lingüística recente.

O livro relata uma pesquisa desenvolvida no mestrado, apresentando uma introdução, quatro capítulos, uma conclusão, além de um anexo de 14 páginas de transcrição de um dos vinte inquéritos analisados. Dois prefácios apresentam a obra. O primeiro, assinado por José Lemos Monteiro, anuncia a abordagem teórica do trabalho, o modelo variacionista laboviano juntamente com interpretações funcionalistas. O segundo prefácio, assinado por Luiz Antônio da Silva, antecipa a conceituação de forma de tratamento adotada: *quando duas ou mais pessoas conversam (...), o tratamento (...) [constitui] um sistema de significação (...); trata-se de um código social cuja transgressão pode causar prejuízo no relacionamento dos interlocutores*. O capítulo 1 traz uma recensão crítica da literatura recente sobre formas de tratamento no Brasil. Informações de natureza histórica e demográfica sobre esta cidade, fundada no século XVI, vão compor o capítulo 2. Certos indicativos socioeconômicos e populacionais (IBGE, 2000), apontados pelo autor, mostram que 99,46% dos residentes em Santos vivem na área urbana e que esta população teve, na segunda metade do século XX, um substancial aumento com a chegada de migrantes nordestinos (p.55). No capítulo 3 os pressupostos teóricos são descritos, e o autor argumenta a favor da compatibilidade entre o funcionalismo e a sociolinguística laboviana: *o funcionalismo analisa a estrutura gramatical tendo como referência a situação comunicativa inteira: o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo (...) a escolha entre as formas tu e você, em Santos, depende da configuração desses fatores conjugados* (p.60), pois esta escolha revelaria *um jogo de subjetividades, um jogo de representações* (p.71). Distanciando-se de entrevistas sociolinguísticas típicas, a composição da amostra exhibe o formato de diálogos entre dois ou mais informantes, num total de 10 gravações secretas, posteriormente autorizadas pelos informantes, e 10 gravações não secretas, chegando-se a um total de 314 minutos de fala. O capítulo 4 relata os resultados da pesquisa. Os fatores avaliados foram gênero, faixa etária (15 a 20 anos e mais de 21 anos); escolaridade; função sintática; referenciação; monitoramento; e expressividade do ato comunicativo. Apenas os quatro últimos foram considerados quantitativamente significativos pelo programa GoldVarb 2001. A

frequência de uso de tu em Santos alcança 32%, o que representa um total muito superior aos obtidos em outras amostras do sudeste brasileiro. Nas considerações finais o autor retoma e comenta cada fator analisado e assegura ter sido confirmada *a hipótese de que o uso de tu em Santos é desencadeado pela configuração de situações de [+envolvimento], [-] monitoramento e [+expressividade]* (p.136); e quanto ao fator função sintática, verifica-se que a posição de sujeito é desfavorecida em contraposição à de objeto, o que é atribuído ao fato de o pronome tu ser usado com verbo na terceira pessoa e não na segunda pessoa gramatical.

A leitura deste livro revela-nos algo novo sobre a comunidade lingüística de Santos (SP), comunidade esta que ainda não tinha sido objeto de investigação. Pinçando, com exatidão, as contribuições mais relevantes, Artarxerxes Modesto chega a uma síntese, artesanalmente trabalhada, inovadora e capaz de despertar o interesse do leitor sobre o tema. Esse resultado constituirá o cenário sobre o qual serão projetados e interpretados os resultados de um estudo quantitativo sobre o uso dos pronomes tu e você em Santos. Na resenha de Bortoni-Ricardo (2002), Artarxerxes Modesto faz uma aproximação muito feliz, entre as noções de variação estilística e circunstâncias sócio-culturais, de DIK (1986): *Our ways of speaking are in many ways dependent on the social-cultural circumstances in which we speak. (...) [the] aims that we wish to reach in communication (...) first, at establishing and maintaining contact with our Addressee; second, we signal the type of social relationship which existis or should exist between ourselves and our Addressee* (p. 81).

Algumas indagações vão se colocando ao leitor durante a leitura deste livro. Uma delas é: qual a correlação entre o uso de tu e o perfil demográfico de Santos? Embora esse perfil tenha sido interessantemente traçado no capítulo, não é retomado no decorrer da obra. Será que a maciça presença de nordestinos na região poderia elucidar o percentual significativo do pronome tu nesta comunidade? Outra indagação diz respeito ao envelope de variação. Este estudo tem o mérito de incluir dois fatores comumente ausentes em análises quantitativas: monitoramento e expressividade. Em relação ao monitoramento, o critério é claro, pois decorre do tipo de gravação, secreta ou não secreta. Já em relação ao fator expressividade, o critério adotado carece de objetividade. Afirma-se *que foi observado o aspecto prosódico e pragmático do ato comunicacional como um todo, ou seja, a força expressiva prosodicamente colocada sobre um pronome, sobre uma sentença, ou mesmo em todo o contexto discursivo, no sentido de enfatizar a ação ou a informação transmitida ao interlocutor* (p. 98). Entretanto, no decorrer da obra não se encontram análises prosódicas nem o resultado da aplicação dos parâmetros utilizados para distinguir o que, do ponto de vista pragmático, é um ato comunicacional expressivo e um ato comunicacional não expressivo. O autor apresenta tabelas contendo as porcentagens resultantes da aplicação de cada fator (p.104-108), depois apresenta tabelas com porcentagens e pesos relativos. Esse procedimento traz certa redundância ao texto. Em relação às conclusões gerais, o leitor é surpreendido pela seguinte explicação para o favorecimento da posição objeto, em

contraposição à de sujeito: *ela [a forma te] pode alternar-se, ao lado da forma subjetiva tu, com a forma você em diversos contextos, mesmo naqueles onde não seria propício o uso de tu. Entendemos que tal fato se deve a um processo de neutralização das marcas desinenciais do verbo e da perda da distinção formal entre funções exercidas por pronome. Assim, entendemos que a escolha das formas depende, mais que de questões estruturais, de questões pragmáticas e discursivas (p.138).* Uma vez que o português não admite concordância com objeto, por que a variação *te/tu/você dependeria de um processo de neutralização das marcas desinenciais do verbo?*

Há também contribuições importantes neste livro. Uma delas é tratar os traços [referência direta, referência indireta e referência indeterminada] como variáveis discursivas e não como variáveis semânticas, como em outros trabalhos (p. 96), o que realça a força da intenção do falante quanto à escolha de como se referir ao agente ou experienciador da ação verbal. Outra contribuição foi detalhar a amostra, indicando duração, tipo de interação (se reunião, conversa, etc), local, perfil dos interlocutores em relação a cada inquérito. Veja-se que este tipo de detalhamento permite verificar a força de vários outros fatores, tal como tipo de díade (professor/aluno; colega/colega; irmão/irmã, etc); relação simétrica/assimétrica, etc. Isso revela a potencialidade de desdobramentos desta pesquisa.

Em resumo, Artarxerxes Modesto compõe um mosaico interessante, reunindo exemplos de tratamento em diferentes línguas assim como exemplos de proibições e normatizações sobre tratamento em diversos espaços e tempos. Apresenta um estudo quantitativo de uma amostra formada de conversas espontâneas, avalia fatores novos, e interpreta os resultados com clareza e objetividade. Trata-se de uma obra que interessa tanto a leigos quanto a especialistas.